

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

MARCOS AURÉLIO BARBOSA DOS REIS

**A SOCIEDADE INTERNACIONAL
E A REGULAÇÃO DO MERCADO GLOBAL DA FORÇA**

Porto Alegre

2016

MARCOS AURÉLIO BARBOSA DOS REIS

**A SOCIEDADE INTERNACIONAL
E A REGULAÇÃO DO MERCADO GLOBAL DA FORÇA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Reis, Marcos Aurélio Barbosa dos
A sociedade internacional e a regulação do mercado
global da força / Marcos Aurélio Barbosa dos Reis. --
2016.
505 f.

Orientador: Érico Esteves Duarte.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Segurança internacional. 2. Regulação. 3.
Empresas Militares e de Segurança Privadas . 4.
Mercado global da força. I. Duarte, Érico Esteves ,
orient. II. Título.

MARCOS AURÉLIO BARBOSA DOS REIS

**A SOCIEDADE INTERNACIONAL
E A REGULAÇÃO DO MERCADO GLOBAL DA FORÇA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Inez Lopes Matos Carneiro de Farias
UNB

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi
UFRGS

Ao Grande Arquiteto do Universo que me permitiu trilhar por este maravilhoso caminho.

Aos meus amados pais, Aurélio e Laura, que souberam legar aos seus filhos os verdadeiros valores da vida.

Às amadas Lia, Maria Luíza e Amanda, razão de viver da minha vida, por terem compartilhado com compreensão a conquista deste objetivo.

Ao Dr. Barbosa e à minha querida Tetê, que pelos desígnios da providência, estiveram sempre ao meu lado, servindo de amparo nos momentos mais difíceis....

A todos vocês minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Érico Duarte, meu grande orientador, pelo impecável apoio, confiança, atenção, paciência e inestimável contribuição que conferiu a esta tese com inumeráveis sugestões. Ao estimado amigo e insigne educador o meu preito de respeito e admiração pelo exemplo de profissionalismo acadêmico e incansável dedicação.

For my supervisor at the Defence Studies Department of the King's College, in London, Prof. Dr. Christopher Kinsey, by the distinction to treat me as his pupil, giving me true private lessons on the subject of this thesis, with neutrality and impartiality, during the time I stayed in the UK.

Ao Prof. Dr. Marco Cepik pelas enriquecedoras aulas sobre a formação do Estado as quais foram decisivas para o desenvolvimento desta tese.

Aos Professores Doutores Analúcia, Jaqueline, Faria, Eduardo Svartman e José Miguel, pelo conhecimento transmitido em suas excelentes aulas ao longo do Programa.

À querida Alana pelo prestimoso auxílio administrativo no decorrer do doutorado e pela fraterna amizade.

Aos colegas de doutorado pela grata amizade e consideração que sempre me dispensaram.

À CAPES pelo apoio financeiro que me permitiu a realização do estágio doutoral numa das mais renomadas instituições de Estudos da Guerra e de Defesa do mundo contemporâneo, viabilizando a realização desta tese.

A todos, mais uma vez, o meu muito obrigado.

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território reclama (com êxito) para si o monopólio da violência legítima. O específico de nosso tempo é que todas as demais associações e indivíduos só se lhes concede o direito a violência legítima na medida em que o Estado assim o permita (WEBER, 2004).

RESUMO

Esta tese tem por objeto tratar das Empresas Militares e de Segurança Privadas nas Relações Internacionais contemporâneas. O problema que se busca compreender e, na medida do possível, confrontar é a privatização da guerra, entendida como a contratação ou a delegação de atividades militares, logísticas e de segurança, inerentes aos Estados, durante as situações de guerra, conflitos armados e pós-conflitos. Fenômeno este expandido após o fim da Guerra Fria e, exponencialmente, desde o 11(onze) de Setembro de 2001. As Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP) são legalmente constituídas como corporações, em seus países de origem, com espectro de atuação global, sendo utilizadas por Estados, Organizações Internacionais Intergovernamentais (OIG), tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Empresas Multinacionais e Organizações Não – Governamentais (ONG). Ao abordar tal fenômeno, esta tese trata obrigatoriamente das dimensões das Relações Internacionais ligadas com a Segurança Internacional, o Direito Internacional Público, a limitação da violência, em conflitos e pós-conflitos armados, a ameaça à soberania estatal e a liberdade dos Estados, e seus constituintes, em face da formação de um Mercado Global da Força, capaz de compartilhar decisões e ações com os entes estatais. Num mundo caracterizado pelo processo de globalização e pela expansão das ideias neoliberais, que tem como apanágio a privatização ou a terceirização de atividades de segurança e militares, tradicionalmente inerentes aos Estados. A hipótese que se defende é que a regulação das EMSP deve seguir em camadas. Ou seja, uma combinação de *Soft Law* (instrumento não vinculante) com *Hard Law* (instrumento vinculante). Onde se aproveitaria a já existência do Documento de Montreux (*Soft Law*) e a sua função complementar, ao apresentar sugestões de boas práticas aos Estados em relação às EMSP, e sensibilizar a indústria na organização do seu Código de Conduta alinhado ao cumprimento das normas de Direitos Humanos e de Direito Internacional Humanitário (DIH). Partindo da proposta de Convenção do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre o uso de Mercenários (*Hard Law*), estabelecer uma regulação vinculante para os Estados a qual serviria de base para suas legislações internas. A regulação em camadas – *Hard Law* e *Soft Law* permite não somente sensibilizar os atores envolvidos, mas, também, padronizar e esclarecer os procedimentos nas obscuras situações que tem envolvido os abusos e violações de Direitos Humanos nos conflitos armados, bem como fortalecer o controle e comprometer a Sociedade internacional sobre o uso da força nessas condições. De outra forma, a singularidade do Mercado Global da Força (MGF) desafia os instrumentos de regulação existentes, impactando negativamente nas Relações Internacionais, na Segurança

Internacional, e no cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário. É realizado um apanhado histórico sobre a participação do setor privado nos negócios da guerra, traçado um perfil do Mercado Global da Força, diagnosticado as implicações jurídicas desse fenômeno, bem como é apresentado dois estudos de caso – um nos Balcãs ocidentais e outro no Iraque, onde se aduz os abusos e violações cometidos por essas empresas. A pesquisa chega a conclusão que a regulação em camadas é a forma mais adequada e eficaz para se enquadrar este fenômeno haja vista sua singularidade transversal e importância nas Relações Internacionais.

Palavras-chave: Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP). Mercado Global da Força (MGF). Segurança internacional. Direito Internacional Público (DIP). Regulação em camadas.

ABSTRACT

This thesis is engaged in dealing with the Private Military and Security Companies (PMSC) in contemporary International Relations. The problem that seeks to understand and, as far as possible, is to confront the privatization of war, understood as the hiring or the delegation of military logistics activities and security, inherent in the States during situations of war, armed conflict and post conflicts. This phenomenon expanded after the end of the Cold War and, exponentially, from eleven (11) September 2001. The PMSC are legally constituted as corporations in their home countries, with global operations spectrum being used by States, International Intergovernmental Organizations (IGO), such as the United Nations (UN), Multinational Enterprises and Non - Governmental Organizations (NGOs). In addressing this phenomenon, this thesis necessarily deals with the dimensions of International Relations connected with the International Security, Public International Law, the limitation of violence in armed conflict and post-conflict, the threat to state sovereignty and the freedom of States and their constituents in the face of the formation of a Global Market of Force, able to share decisions and actions with the state entities. In a world characterized by globalization and the expansion of neoliberal ideas, whose hallmark is privatization or outsourcing of security and military activities, traditionally inherent in the States. The hypothesis that advocates is that the regulation of PMSC should follow in layers. That is, a combination of "Soft Law" (non-binding instrument) with "Hard Law" (binding instrument). Which would take advantage the already existence of the Montreux Document (Soft Law) and its complementary role, to make suggestions of good practice for States in relation to PMSC, and sensitize the industry in the organization of its Code of Conduct aligned and to comply with standards in Human Rights and International Humanitarian Law (IHL). From the proposal of the Working Group of the United Nations Convention on the Use of Mercenaries (Hard Law), establishing a binding regulation for the States which serve as the basis for their domestic legislation. The regulation in layers - "Hard Law" and "Soft law" does not only sensitize the actors involved, but also standardize and clarify the procedures in unclear situations that have involved abuses and Human Rights violations in armed conflicts and strengthen the control and compromise of the International Society about the use of force in these conditions. Otherwise, the Global Market of Force uniqueness challenges existing traditional regulatory instruments, impacting negatively on International Relations, in the International Security, and the fulfillment of Human Rights and International Humanitarian Law. A historical overview is held on private sector participation in the war business, traced a Global Market of Force profile, diagnosed

the legal implications of this phenomenon and is presented two case of studies - one in the Western Balkans and the other in Iraq, where show the abuses and violations committed by these companies. The study comes to the conclusion that the regulation in layers is the most appropriate and effective way to frame this phenomenon given its uniqueness and importance in International Relations.

Keywords: Private Military and Security Companies (PMSC). Global Market of Force (GMF). International security. International Law. Regulation in layers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Clientes e Serviços das EMSP	64
Quadro 2 - Comparação entre os Mercenários e as EMSP	73
Quadro 3 - Principais EMSP e valores recebidos em apoio as operações no Iraque e Afeganistão entre os anos fiscais de 2002 – 2011 nos EUA	98
Quadro 4 - Serviços e valores recebidos pelas empresas em apoio às operações no Iraque e Afeganistão entre os anos fiscais 2002-2011.....	99
Quadro 5 - Redução de efetivo militar entre 1989-2009	100
Quadro 6 - Comparativo de efetivo em conflitos armados dos EUA entre contratistas e militares	101
Quadro 7 - Principais EMSP com seus respectivos sites e países-sede.....	114
Quadro 8 - Gastos com as EMSP entre 2002-2011 no Iraque e Afeganistão (em bilhões de dólares)	132
Quadro 9 - Principais EMSP que atuaram no conflito Iraque por país de origem.....	144
Gráfico 1 - Efetivo das EMSP no Iraque por nacionalidade. (em marrom claro – nacionais iraquianos, em marrom escuro - nacionais de terceiros países e em azul - cidadãos norte-americanos) entre 2008 e 2011.....	145
Gráfico 2 - Efetivo das EMSP, em marrom, e tropas dos EUA, em azul, no Iraque entre 2006 – 2011	146
Quadro 10 - Efetivo de empregados das EMSP no Iraque e Afeganistão em março de 2010	146
Quadro 11 - EMSP que celebraram os maiores contratos somados, no Iraque e Afeganistão (em bilhões de dólares) entre 2002 e 2011.....	147
Quadro 12 - Regulação em Camadas do Mercado Global da Força	180

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A SOCIEDADE INTERNACIONAL ANÁRQUICA E A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA	15
2.1	A Guerra e os Conflitos Armados.....	15
2.2	A Sociedade Internacional Anárquica	17
2.3	O Estado e a Privatização da Guerra.....	27
2.4	As Nações Unidas e a Privatização da Paz.....	34
3	DOS MERCENÁRIOS ÀS EMPRESAS MILITARES E DE SEGURANÇA PRIVADAS (EMSP)	43
3.1	Da Idade Média aos Exércitos Nacionais: o Antigo Negócio da Guerra.....	43
3.2	O Antigo Novo Negócio da Guerra.....	55
4	A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA E O DIREITO INTERACIONAL.....	67
4.1	As Empresas Militares e de Segurança Privadas e o Direito Internacional	67
4.2	A Responsabilidade Internacional do Estado.....	81
5	O MERCADO GLOBAL DA FORÇA	91
5.1	O Perfil de um Mercado em Formação.....	91
5.2	Um Mercado nos Quatro Cantos do Mundo	102
5.2.1	África	103
5.2.2	Europa	104
5.2.3	Ásia	105
5.2.4	América.....	105
5.3	Um Camaleão Multifacetado	106
5.4	Um Mercado Global em Ebulição	115
6	A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA E A SEGURANÇA INTERNACIONAL	119
6.1	As EMSP nos Conflitos dos Balcãs Ocidentais.....	119
6.2	As EMSP no Iraque	129
7	A SOCIEDADE INTERNACIONAL ANÁRQUICA E AS INICIATIVAS DE REGULAÇÃO DAS EMSP	149

7.1	Hard Law Versus Soft Law	149
7.2	<i>Soft Law</i> : o caminho da Iniciativa Suíça	153
7.3	<i>Hard Law</i> : o Caminho das Nações Unidas	166
7.4	A regulação em camadas: a construção de uma solução factível	178
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS	190
	APÊNDICE A - RELATÓRIO DE ESTÁGIO DOUTORAL	197
	ANEXO A – CÓDIGO INTERNACIONAL DE CONDUTA	199
	ANEXO B – DOCUMENTO DE MONTREUX	217
	ANEXO C – PRINCIPAIS EMSP ATUANTES NO IRAQUE E SEUS INCIDENTES DE DIREITOS HUMANOS	249
	ANEXO D – PROPOSTA DE CONVENÇÃO SOBRE EMSP DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O USO DE MERCENÁRIOS DA ONU	451

1 INTRODUÇÃO

Esta Tese tem por objeto tratar das Empresas Militares e de Segurança Privadas nas Relações Internacionais contemporâneas. O problema que se busca compreender e, na medida do possível, confrontar é a privatização¹ da guerra, entendida como a contratação ou a delegação de parte das atividades militares, logísticas e de segurança, inerentes aos Estados, durante as situações de guerra, conflitos armados e pós-conflitos. Fenômeno este expandido após o fim da Guerra Fria e, exponencialmente, desde o 11 (onze) de Setembro de 2001.

As Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP) são legalmente constituídas como corporações, em seus países de origem, com espectro de atuação global, sendo utilizadas por Estados, Organizações Internacionais Intergovernamentais (OIG), tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Empresas Multinacionais e Organizações Não – Governamentais (ONG).

Ao abordar tal fenômeno, esta tese trata obrigatoriamente das dimensões das Relações Internacionais ligadas com a Segurança Internacional, o Direito Internacional Público, a limitação da violência, em conflitos e pós-conflitos armados, a ameaça à soberania estatal e a liberdade dos Estados, e seus constituintes, em face da formação de um Mercado Global da Força, capaz de compartilhar decisões e ações com os entes estatais. Num mundo caracterizado pelo processo de globalização e pela expansão das ideias neoliberais, que tem como apanágio a privatização ou a terceirização de atividades de segurança e militares, tradicionalmente inerentes aos Estados.

Desse modo, insta ressaltar a importância do estudo da privatização da guerra sob o enfoque da Sociedade Internacional e por consequência do Estado, principal ator das Relações Internacionais, e responsável primário pela Segurança Internacional e pela formulação e cumprimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e do Direito Internacional Humanitário (DIH).

Para Uessler a privatização da guerra pode conduzir, no longo prazo, a uma mudança fundamental na relação entre o sistema militar e o Estado nacional. O monopólio do uso da força por parte do Estado pode vir a ser questionado e, em determinados casos, totalmente suprimido, em especial, nos Estados mais frágeis. O Direito da Guerra foi forjado durante séculos e está agora ameaçado pelo avanço irrefreável do setor privado sobre o setor público.

¹ Nesse sentido as palavras privatização e terceirização são intercambiáveis e têm o mesmo conceito para efeito desta pesquisa.

Por isso, são necessárias medidas jurídicas tanto no plano internacional como no plano nacional (UESSELER, 2008, p. 191-192).

A privatização da guerra contribui, também para a debilitação do Estado. Como forma de organização política, o Estado tem como um dos seus pilares a centralização do uso legítimo da força – o progressivo rechaço, no passado, ao recurso dos mercenários e a formação dos exércitos nacionais submetidos ao soberano, são a prova mais contundente. Esse mesmo Estado europeu-ocidental deu forma jurídica ao reconhecimento dos Direitos Humanos e as bases de seu respeito se sustentam na submissão ao poder de coerção. Logo, a centralização do poder de coerção e a sua submissão ao Direito configuram como elementos definidores do Estado e progressivamente do Estado de Direito. Assim, a privatização da guerra pode ser vista como um atentado aos fundamentos do Estado moderno e aos princípios do Estado de Direito, baseado no princípio da legalidade e no respeito aos Direitos Humanos (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 7-8).

A não regulação, eficaz e eficiente, desse fenômeno, pode, inclusive, conduzir a instauração da lógica da mercantilização da guerra, colocando interesses privados acima dos interesses públicos e limitando a capacidade do Estado em agir no sentido de cumprir e fazer cumprir as normas do Direito internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e do Direito Internacional Humanitário (DIH), bem como afetar a própria estabilidade da Segurança Internacional, ao criar tensões artificiais e que beneficiem as EMSP.

Pode ensejar, ainda, a desestabilização e o incremento da insegurança internacional, pois a regulação existente não tem sido suficiente para conter os abusos e as violações de Direitos Humanos das EMSP. O desenho de novos mecanismos de controle e a exigência de responsabilidades, mais eficientes, certamente, irão contribuir para colocar limites a ação desses atores privados, e colocá-los sob a égide da Sociedade de Estados (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 172).

Os esforços de regulação da privatização da guerra têm tido especial atenção das Nações Unidas a qual tem quatro iniciativas sobre o assunto: designação de um Relator Especial sobre uso de mercenários (1987-2005), formação de Grupo de Trabalho sobre o uso de Mercenários (2005), que realizou uma proposta de Convenção que será discutida nesta Tese, formação de Grupo de Trabalho relativo à regulação das EMSP, designação de um Representante Especial sobre Empresas e Direitos Humanos e ainda um Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Empresas Transnacionais (PSM, 2013).

Fora do marco das Nações Unidas, haja vista a importância do tema o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) – guardião do Direito Internacional Humanitário

(DIH) - e a Suíça, em 2006, com o apoio dos EUA e do Reino Unido, maiores exportadores de serviços das EMSP no mundo, empreenderam uma ação denominada “Iniciativa Suíça” com o propósito de responder às preocupações da opinião pública internacional, atinentes às obrigações dos Estados relativas às EMSP com as normas de Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos e, também, devido à ausência de transparência nas atividades dessas empresas, tendo como resultado o Documento de Montreux (2008), instrumento não vinculante, atinente às obrigações dos Estados e suas Boas Práticas concernentes as EMSP, nesse contexto; também foi aprovado um Código de Conduta para as EMSP.

Enquanto é indiscutível que o Estado tem a obrigação de prover o bem comum e a segurança pública, não é tão claro que existam atividades estatais centrais intransferíveis. Alguns acadêmicos argumentam que não existe base legal para se restringir as funções que o Estado não poderia delegar ao setor privado. De acordo com essa visão, não haveria restrições no uso das EMSP para prover a segurança, incluindo as atividades de combate. Por outro lado, tem sido defendido, por outros acadêmicos, que mesmo no Estado mínimo existe sim a necessidade do monopólio do uso da força. O intenso uso das EMSP pelos Estados Unidos da América (EUA) e pelo Reino Unido, e até mesmo pelas Nações Unidas, em suas intervenções, indica que para esses atores o monopólio do uso da força na sua forma mais pura não existe mais. O debate parece ser sobre as fronteiras da privatização e se existe uma reserva das funções centrais do Estado, as quais o próprio Estado não poderia delegar, em qualquer circunstância (SEIBERTH, 2014, p. 70-71).

Existe um mínimo consenso acadêmico e entre os Estados que as EMSP não devem participar diretamente das hostilidades, ou seja, em combate ativo. Entretanto, as visões quanto ao uso das EMSP para as demais funções variam consideravelmente. A esse respeito os limites da privatização indicados na proposta de Convenção das Nações Unidas (de caráter vinculante) são mais restritivos que os constantes no Documento de Montreux (de caráter não vinculante). Logo, a proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) atraiu a oposição do Reino Unido e dos EUA que são céticos sobre a necessidade de uma nova Convenção, considerando os já existentes padrões internacionais e o Documento de Montreux. Por outro lado, o Grupo de Trabalho da ONU sobre o uso de Mercenários aponta para a necessidade de mais regulação, mas existe a divisão de como se alcançar isto, com uma abordagem, não vinculante, vinculante ou mesmo com uma combinação de ambas (SEIBERTH, 2014, p 71).

A exigência de uma firme regulação sobre as EMSP é cada vez mais peremptória e isso se deve entre outras razões, as seguintes - para assegurar que não tenham influência

negativa ou adversa sobre a paz, sobre a segurança internacional e a resolução de conflitos; para garantir que o seu uso é não apenas legal como também legítimo e não vai de encontro aos Direitos Humanos; e ainda para garantir que podem se responsabilizar não apenas por suas ações mas, também, pelas de seus empregados. A exigência de se efetuar uma regulação nesse âmbito pode ser resumida em duas razões principais: estabelecer que leis são de aplicação ao seu caso, esclarecendo a responsabilidade internacional de todas as partes envolvidas; e em segundo a necessidade de levar a julgamento condutas criminais realizadas pelos empregados das EMSP, determinando os meios de reparação adequados para as possíveis vítimas (IGLESIAS, 2010, p. 221).

Avant afirma que Mercado Global da Força mina o monopólio coletivo dos Estados sobre a violência no Sistema Internacional. Isso não faz dos Estados menos importantes, mas abre caminhos para mudanças no papel que os Estados e outros atores jogam no controle do uso força em nível mundial. O aumento da participação do setor privado na violência, em conflitos armados, teve sérias consequências políticas no passado e promete sérias consequências no futuro. Ao invés de discutirem os custos e os benefícios da privatização da guerra os formuladores de política deveriam pensar na melhor estratégia de fazer sua gestão e o controle desse novo e singular mercado da força (AVANT, 2005, p. 263-264).

A hipótese que se defende é que a regulação das EMSP deve seguir em camadas. Ou seja, uma combinação de *Soft Law* (instrumento não vinculante) com *Hard Law* (instrumento vinculante). Onde se aproveitaria a já existência do Documento de Montreux (*Soft Law*) e a sua função complementar, ao apresentar sugestões de boas práticas aos Estados em relação às EMSP, e sensibilizar a indústria na organização do seu Código de Conduta alinhado ao cumprimento das normas de Direitos Humanos e de Direito Internacional Humanitário (DIH). Partindo da proposta de Convenção do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre o uso de Mercenários (*Hard Law*), estabelecer uma regulação vinculante para os Estados a qual serviria de base para suas legislações internas. A regulação em camadas permitiria não somente sensibilizar os atores envolvidos, mas, também, padronizar e esclarecer os procedimentos nas obscuras situações que tem envolvido os abusos e violações de Direitos Humanos nos conflitos armados, bem como fortalecer o controle e comprometer a Sociedade internacional sobre o uso da força nessas condições. De outra forma, a singularidade do Mercado Global da Força (MGF) desafia os instrumentos de regulação existentes, impactando negativamente nas Relações Internacionais, na Segurança Internacional, e no cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário.

Para arguir e testar a hipótese são conduzidos dois estudos de caso, onde as EMSP foram largamente empregadas e que se observou o emprego da arquitetura atual de regulamentação das mesmas.

Nos Balcãs Ocidentais, é estudado como o papel das EMSP na formação das forças armadas croatas e bósnias, bem como a utilização dessas empresas como instrumentos de política externa e de segurança dos EUA, mesmo ferindo gravemente diversas normas de Direitos Humanos e Humanitário, prosseguiram suas atividades sem qualquer responsabilização ou controle. Em última instância, agravaram-se as relações políticas domésticas da Croácia e da Bósnia, tendo em vista a dependência, ou subserviências, dos países às empresas MPRI e DynCorp na formação de suas forças armadas.

No conflito do Iraque, são destacados os casos de tortura na prisão “Abu Graib”, em 2003, por empregados das empresas CACI e Titan e a chacina de cidadãos iraquianos na praça “Nisour Square”, em 2007, por empregados da empresa Blackwater. Há que se registrar que são casos emblemáticos, pois foi no conflito iraquiano, onde, até o presente momento, as EMSP foram mais solicitadas e atuaram e números jamais vistos.

Cabe ressaltar que a tese é original devido a sua transversalidade e atualidade. No nível internacional, contribui-se para a discussão de uma possível e factível limitação da violência nos conflitos armados e situações de pós-conflito bem como para a estabilidade da Segurança Internacional e para o cumprimento do Direito Internacional Público.

No nível nacional, dota-se a literatura brasileira com um documento acadêmico que possa esclarecer os contornos e as consequências do processo de privatização da guerra, e o esforço da Sociedade Internacional em propor uma regulação para as EMSP, haja vista, a carência de trabalhos sobre o tema em língua portuguesa.

Esta tese tem como base teórica os conceitos de Hedley Bull acerca da realidade internacional. Nessa abordagem, Bull salienta que os Estados são os principais atores das Relações Internacionais e responsáveis maiores pelo padrão de relacionamento entre eles. A Sociedade Internacional na lição de Bull estaria imersa num ambiente de anarquia – ou seja, não paira ente superior aos Estados para conduzir e manter a Ordem Internacional. Para Bull, a Sociedade de Estados (ou Sociedade Internacional) tem interesses comuns; como as regras e a própria necessidade da Segurança Internacional, em outras palavras - poder e direito são características intrínsecas da Sociedade Internacional. Seus valores básicos seriam a ordem, a justiça, a soberania estatal e os Direitos Humanos. Enfim, Bull mescla realismo e idealismo na sua visão das Relações Internacionais e é com esse paradigma que se desenvolve a estrutura e

o propósito desta tese, pois é esse o perfil teórico que fundamenta e sustenta suas proposições e a análise do fenômeno do Mercado Global da Força.

Cabe destacar ainda que não existe nenhuma definição internacional sobre o conceito de Empresas Militares e de Segurança Privada (EMSP) ², amplamente aceita, conforme atesta (IGLESIAS, 2010, p. 67).

Assim, para efeito de pesquisa e entendimento conceitual será considerada preliminarmente a seguinte definição sobre EMSP do Centro para o Controle Democrático das Forças Armadas (DCAF) de Genebra, fundação internacional com sede na Suíça, cuja missão é assistir a Sociedade Internacional a buscar boa governança e reforma no setor de segurança:

As Companhias Militares Privadas são empresas que oferecem serviços especializados relacionados com a guerra e os conflitos, incluídas as operações de combate, o planejamento estratégico, a coleta de dados de inteligência, o apoio logístico e operativo, o treinamento, o suprimento e a manutenção. Distinguem-se pelas seguintes características:

- Estrutura organizacional: são empresas registradas com estrutura corporativa.
- Motivação: oferecem seus serviços com a finalidade de lucro e não por razões políticas. (DCAF, 2006, tradução nossa). ³

Gomez del Prado, ex-presidente do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre o uso de Mercenários explica o que são as EMSP do seguinte modo:

As EMSP são a moderna reencarnação de uma longa linhagem de provedores privados da força física, tais como corsários, privatistas e mercenários. As EMSP são entidades que operam em extrema situação turva, cinzenta, onde as linhas do que é permitido ou não são difíceis de identificar. (GOMEZ DEL PRADO, 2010, tradução nossa). ⁴

Especificamente sobre a importância⁵ do tema desta Tese Christine Bakker ressalta em “Multilevel Regulation of Military and Security Contractors” esclarecendo o seguinte:

² Nos EUA são conhecidas como contractors e seus empregados são os contratistas.

³ Las Compañías Militares Privadas (CMPs) son empresas que ofrecen servicios especializados relacionados con la guerra y los conflictos, incluídas las operaciones de combate, la planificación estratégica, la recopilación de inteligencia, el apoyo logístico y operativo, el entrenamiento, el suministro y mantenimiento. Se distinguen por los siguientes rasgos: Estructura organizacional: las CMPs son empresas registradas con estructura corporativa e Motivación: las CMPs proporcionan sus servicios con fines de lucro y no por razones políticas.(DCAF, 2006)

⁴ PMSC are the modern reincarnation of a long lineage of private providers of physical force, such as corsairs, privateers, and mercenaries. PMSC are non-state entities operating in extremely blurred situations, where the lines between what is allowed and what is not are difficult to identify. (GOMEZ DEL PRADO, 2010).

⁵ UN expert group cites need for global instrument regulating private security companies. 4 November 2013 – The United Nations Working Group on the use of mercenaries today urged Governments to recognize the need for a legally binding international agreement to regulate the use and activities of private military and security companies (PMSCs) to complement existing regulations. “Providing security is a fundamental human right and a fundamental responsibility of the State,” said Anton Katz. UN News Centre, em 05 jan 2014.

A terceirização de serviços militares e de segurança é atualmente objeto de intenso debate jurídico, a nível internacional. Os Estados empregam Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP) para desempenhar funções anteriormente exercidas pelas forças armadas regulares, no contexto de um conflito armado, contratando-as para oferecer não apenas apoio logístico, mas também outros serviços, incluindo: guarda armada e proteção de pessoas, objetos, edifícios ou embarcações, manutenção e operação de sistemas de armas; detenção e interrogatório de prisioneiros; inteligência e aconselhamento ou treinamento das forças locais e de segurança pessoal. Este não deve ser um fenômeno temporário. Duas razões principais explicam a sua origem: de um lado, o caráter transformador e a complexidade das operações militares atuais e, por outro lado, os recursos limitados disponíveis para as forças armadas regulares após o fim da guerra fria, como parte de uma tendência geral para a privatização de funções públicas nos países ocidentais. Nos últimos anos, grande parte da atenção pública nas EMSP foi resultado de vários incidentes que têm destacado o risco de violação dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário por seus empregados em conflitos armados e em situações de pós-conflito (BAKKER; SOSSAI, 2012, p. 1-2, tradução nossa) ⁶.

A pesquisa está limitada a análise do esforço da Sociedade Internacional em empreender uma regulação para o fenômeno do Mercado Global da Força, quando da constatação pelos Estados das graves violações de Direitos Humanos e de Direito Internacional Humanitário cometidas pelas EMSP, em situações de conflito e pós-conflito armado terrestre, no período compreendido entre o pós - guerra fria e o início do século XXI, considerando a importância e a responsabilidade primária da Sociedade Internacional relativas, à Segurança Internacional, e ao cumprimento do Direito Internacional, mormente o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e o Direito Internacional Humanitário (DIH).

Com a finalidade abordar o problema adequadamente esta Tese apresenta os seguintes objetivos:

- a) o objetivo geral do trabalho é analisar o Mercado Global da Força, demonstrando que a Sociedade Internacional está empenhada na busca de uma regulação Internacional para as EMSP com o fito de limitação da violência;
- b) como objetivos específicos, têm-se os seguintes:

⁶ The outsourcing of military and security services is currently the object of intense legal debate at the international level. States employ private and security companies (PMSCs) to perform functions previously exercised by regular armed forces in the context of armed conflict, contracting them to offer not only logistical support, but also other various services, including: armed guarding and protection of persons, objects, buildings or merchant, vessels, maintenance and operation of weapons systems; prisoner detention and interrogation; intelligence and advice to or training of local forces and security personnel. The number of private contractor exceeded that of regular armed forces in recent conflict scenarios. This unlikely to be a temporary phenomenon. Two main reasons explain its rise: on the one hand, the changed character and the complexity of current military operations; on the other, the limited resources available to the regular armed forces after the end of the cold war, as a part of a general trend towards the privatization of public functions in Western countries. In recent years much of the public attention on PMSCs has been a result of numerous incidents which have highlighted the risk of violations of human rights and international humanitarian law by their employees in conflict and post-conflict settings (BAKKER, 2012, p. 1-2).

- trazer a baila os conceitos de Sociedade Internacional, Ordem Internacional e de Manutenção da Ordem Internacional, segundo Hedley Bull, verificando sua adequação com a atuação das EMSP,;
- apresentar as principais consequências para os Estados no tocante à flexibilização do uso da força para as EMSP,
- traçar o perfil histórico da evolução do mercenarismo até o aparecimento do fenômeno das EMSP,
- demonstrar a ligação das EMSP com o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos e a consequente Responsabilidade dos Estados,
- analisar o Mercado Global da Força e apresentar suas principais características;
- demonstrar a ligação das atividades das EMSP com a Segurança Internacional e suas consequências nos estudos de caso dos Balcãs ocidentais e do Iraque,
- apresentar e analisar as principais iniciativas da Sociedade Internacional relativas à regulação do Mercado Global da Força,
- apresentar a possível regulação em camadas do Mercado Global da Força.

Foi realizado estágio de pesquisa doutoral, com o suporte da CAPES, no Departamento de Estudos de Defesa do King's College, em Londres, sob a supervisão do professor Christopher Kinsey conforme Apêndice A.

A presente pesquisa é de caráter exploratório – descritivo, com utilização de Estudos de Caso, e pesquisa bibliográfica em livros e documentos oficiais e privados.

Em que pese que tenham sido realizadas várias entrevistas no Reino Unido, com representantes de atores estatais e privados envolvidos no tema, as mesmas não poderão ser publicadas nesta Tese, pois os entrevistados não permitiram sua veiculação oficial. De toda sorte, o relatório do estágio doutoral está anexado e as mesmas serviram como indispensável suporte intelectual para o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa.

Ainda com a finalidade de aprofundar a pesquisa o autor da Tese, em 2014, participou em Genebra, do Fórum das Nações Unidas sobre Empresas Privadas e Direitos Humanos, onde se discutiu as obrigações dos Estados e das empresas sobre Direitos Humanos, com todos os atores envolvidos – Estados, empresas e a sociedade civil - inclusive com a intensa participação de grupos de Direitos Humanos e Organizações Não-governamentais.

Desse modo, a tese está dividida em oito seções.

Inicialmente a Introdução apresenta o fenômeno do Mercado Global da Força, a definição de Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP), seu âmbito de atuação, a importância do tema, o problema da busca de uma regulação internacional pela Sociedade de Estados e os objetivos geral e específicos. Desse modo, a fim de abordar esses tópicos, esta tese está dividida em oito seções.

O capítulo dois discute a Sociedade Internacional Anárquica sob a ótica de Hedley Bull, o uso da força e a Sociedade de Estados frente ao fenômeno das EMSP.

O capítulo três traça o perfil histórico da evolução da participação dos atores privados nos conflitos armados, desde a época medieval, onde figuravam mercenários, corsários e condotieres, até a aparição do fenômeno das EMSP, no pós- Guerra Fria.

O capítulo quatro delinea a dimensão jurídica e suas implicações para a Sociedade de Estados atinentes ao Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e ao Direito Internacional Humanitário (DIH).

O capítulo cinco, a partir dos anteriores, demarca o fenômeno do Mercado Global da Força, delimitando sua dimensão e características. Utiliza-se, para tal, além da bibliografia, de uma sistematização de casos e de documentos sobre a atuação global dessas empresas.

O capítulo seis desenvolve os dois estudos de caso: as guerras dos Balcãs, na década de 1990 e no Iraque, entre 2003 e 2010. Esse capítulo caracteriza a transnacionalidade e o impacto das EMSP na Segurança Internacional e as suas violações de Direitos Humanos. Além disso, demonstra a imperiosa necessidade de fiscalização, controle, monitoramento e uma maior regulação do Mercado Global da Força, haja vista, sua importância, singularidade e impacto para a Segurança Internacional e para o Direito Internacional Público.

O sétimo capítulo discorre sobre as principais iniciativas de regulação internacional do Mercado Global da Força, e apresenta a arquitetura de uma regulação internacional específica caracterizada por camadas, tendo os Estados como os maiores responsáveis pelo enquadramento, fiscalização e monitoramento das EMSP, criando, desse modo, mecanismos efetivos e eficazes para limitar e delimitar sua atuação, em todo mundo, com o objetivo de primar pela limitação da violência nos conflitos armados.

Por fim, a conclusão atesta que o monopólio do uso da força está sofrendo uma profunda alteração haja vista o fenômeno global das EMSP e que a Sociedade Internacional, procurando limitar a violência, nos conflitos armados, em função dos inúmeros casos de violações de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, tem atuado na construção de uma regulação internacional. E, ainda, que tendo em consideração a

singularidade e a importância do Mercado Global da Força a solução mais adequada e eficiente é a sua regulação em camadas.

2 A SOCIEDADE INTERNACIONAL ANÁRQUICA E A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA

Neste capítulo discorrer-se-á inicialmente sobre a diferença entre os conceitos de Guerra e Conflito Armado, o conceito de Sociedade Internacional, a importância do Estado e do Direito Internacional, num ambiente de anarquia, para a Manutenção da Ordem Internacional segundo as ideias de Hedley Bull, suporte teórico desta tese, bem como a figura do Estado e a Privatização da Guerra onde se discute o tema das funções inerentemente estatais e a primordial questão do monopólio do uso da força. Por fim, é apresentado a utilização das EMSP por parte das Nações Unidas, em Operações de Paz, como parte de um processo de privatização generalizado do uso da força, haja vista, o vínculo dessa organização com os interesses da Sociedade Internacional.

2.1 A Guerra e os Conflitos Armados

Preliminarmente, antes do arcabouço teórico, é preciso demonstrar a diferença entre os termos guerra e conflitos armados haja vista que esta tese abarca os dois termos.

O termo guerra está ligado a interestatalidade e é um processo típico da ordem Vestfaliana (situação que envolve predominantemente os Estados).

Sobre o tema o professor Celso de Mello (1997, p. 106) comenta:

A definição de guerra no Direito Internacional até hoje não foi determinada de modo a ter um consenso em relação a ela. A Guerra pode assumir várias facetas, quando surge a questão; é Guerra no sentido jurídico? A Guerra no Direito Internacional Público (DIP) é um status jurídico, isto é, é regulamentada pelo direito e produz direitos e deveres em relação aos beligerantes, bem como a terceiros.

O termo conflito armado é mais amplo (admite situações em que necessariamente não se enfrentam Estado-nacionais), nesse sentido abarca o conceito de Guerra, e está ligado a contenda mediante uso da força armada (MORENO, 1992, p. 22).

O professor Celso de Mello (1997, p.154) ensina sobre o tema:

A expressão conflito armado passou a ser utilizada para se evitar a dificuldade de caracterização de uma Guerra, e toda a questão do estado de guerra produzindo efeitos em relação a terceiros através do estatuto da neutralidade. Contudo nada impede que as partes e a Sociedade Internacional caracterizem um Conflito Internacional como guerra. Toda Guerra é um Conflito Armado, mas nem todo conflito armado é Guerra.

O conceito de conflitos armados é definido pelas Convenções de Genebra de 1949 e pelos seus Protocolos Adicionais de 1977, que fazem referência à guerra de libertação nacional, conflitos armados de caráter internacional e sem caráter internacional. Dessa maneira, pode-se afirmar que o conceito de guerra é mais restritivo enquanto o de conflitos armados é mais amplo e, por isso mesmo vem sendo adotado com mais frequência nos diversos documentos internacionais (JAPIASSÚ, 2004, p. 9).

No Direito Internacional Humanitário (DIH) os conflitos armados são classificados como internacionais e não internacionais. Os Conflitos Armados Internacionais estão definidos no artigo 2 comum às quatro Convenções de Genebra de 1949, que dispõe:

Além das disposições que devem vigorar mesmo em tempo de paz, a presente convenção irá aplicar-se em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais Altas Partes Contratantes, ainda que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas (CICV, 1992a).

O artigo 1.4 do Protocolo Adicional I as convenções de Genebra de 1949 amplia o conceito da seguinte forma:

Nas situações mencionadas no parágrafo anterior estão incluídos os conflitos armados em que os povos lutam contra a dominação colonial e a ocupação estrangeira e contra os regimes racistas, no exercício do direito dos povos à autodeterminação, consagrado na Carta das Nações Unidas (CICV, 1992b).

Verifica-se, portanto, que o traço fundamental para se caracterizar um conflito armado como internacional é a presença do Estado em ambas as partes do conflito, sendo exceção: os conflitos de libertação nacional, os conflitos contra a ocupação estrangeira e contra os regimes racistas.

A base normativa dos conflitos armados internacionais são as IV convenções de Genebra de 1949 e o seu Protocolo adicional de 1977.

Há que se observar que esses tipos de conflitos tornam-se mais rarefeitos a partir da década de 1990.

Os conflitos armados não internacionais são basicamente aqueles que ocorrem no território de um único Estado e não há presença da interestatalidade em ambos os contendores – são os chamados conflitos intestinos e seu marco legal são: o artigo 3º comum as IV Convenções de Genebra de 1949 e o Protocolo Adicional II de 1977.

O Protocolo Adicional II de 1977 define o conflito armado não internacional nos seguintes termos:

O presente Protocolo desenvolve e complementa o artigo 3º comum as IV convenções de Genebra, sem modificar suas condições atuais de aplicação, se aplica a todos os conflitos que não estejam cobertos pelo artigo 1 do Protocolo adicional I relativo a proteção das vítimas dos conflitos Armados Internacionais, e que se desenrolem em território de Alta Parte contratante, entre suas forças armadas e as forças armadas dissidentes, ou grupos armados organizados que sob a chefia de um comandante responsável, exerçam sobre uma parte de seu território controle total que lhes permita levar a cabo operações militares e concertadas e aplicar o presente protocolo (CICV, 1992b).

Os conflitos armados não internacionais estão enquadrados pelo Protocolo Adicional II e pelo artigo 3º comum às IV Convenções de Genebra.

A maioria dos conflitos armados pós- Guerra Fria não aconteceu no âmbito definido dos Estados e sim no seu interior e, muitas vezes, foi se internacionalizando. A guerra entre Estados foi se tornando anacrônica e de ocorrência mais difícil, em seu lugar, surgiu um novo tipo de violência organizada pautada na presença de atores estatais e privados (KALDOR, 2001).

2.2 A Sociedade Internacional Anárquica¹

Na análise de Jackson e Sorensen (2007, p. 85)² os teóricos da Escola Inglesa ou Sociedade Internacional das Relações Internacionais reconhecem a importância do poder nas questões internacionais, enfatizam o Estado e o sistema estatal, mas rejeitam a visão realista e limitada de que a política mundial é um estado de natureza hobesiano desprovido de normas internacionais, para eles o poder e a lei são características importantes das relações internacionais. Além disso, reconhecem a importância do indivíduo no âmbito da sociedade internacional. O poder e os interesses nacionais têm significado, assim como as regras e as

¹ A escolha teórica balizada na obra “A Sociedade Anárquica”, de Hedley Bull, integrante da Escola Inglesa, deve-se ao fato do autor apontar que a Sociedade Internacional tem o interesse comum da limitação da violência nos conflitos armados, com a finalidade de se materializar o objetivo de uma Segurança Internacional pautada no cumprimento de normas (regras) positivadas pela própria Sociedade de Estados e que isso concorre para a Manutenção da Ordem Internacional. As EMSP apresentam características peculiares que as transformam em atores privilegiados nos conflitos armados contemporâneos, portanto, é de todo oportuno se verificar como a Sociedade Internacional aborda a questão da sua regulação tendo as ideias de Bull e os conceitos fundamentais da Escola Inglesa, como parâmetro - os quais, têm como pedra angular, o Estado e o sistema estatal, onde o poder, as normas, a limitação da violência e o indivíduo tem importância nas Relações Internacionais.

² Em que pese, tratar-se de um livro de Introdução às Relações Internacionais, esses são os autores que melhor esclarecem as definições e concepções da Escola Inglesa que serão utilizadas para a compreensão do fenômeno das EMSP. É importante frisar que foi realizada uma ampla e exaustiva pesquisa por outros autores, no Brasil e na Inglaterra, entretanto, a mesma não se mostrou produtiva.

instituições. Os estadistas são responsáveis por sua nação, mas tem também responsabilidade internacional de cumprir e seguir o Direito Internacional e a responsabilidade de defender os Direitos Humanos.

Logo, não é difícil concluir que a visão dessa corrente teórica associa ideias realistas e idealistas como paradigmas das relações internacionais.

De toda sorte, vê-se que os Estados são os principais agentes na elaboração de uma base jurídica internacional que discipline suas relações e que visem a manter a Ordem Internacional. Nesse sentido, para a Escola Inglesa os Estados são a pedra fundamental das Relações Internacionais e assim devem se conduzir.

No centro da abordagem da Sociedade Internacional, encontram-se os Estados concebidos como organização humana onde a política internacional está imersa num ambiente onde - não há autoridade hierárquica, nem um governo mundial acima deles. Além disso, existem interesses, regras, instituições e organizações comuns, criados pelos Estados para contribuir no seu relacionamento (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 199).

Hedley Bull, integrante da Escola Inglesa, considera que a Sociedade Internacional existe quando um grupo de Estados, consciente de certos interesses e valores comuns, forma uma sociedade por estarem vinculados a um conjunto comum de regras em suas relações (BULL, 2002, p. 19).

Para ele, já estaríamos vivenciando a Sociedade Internacional, pois esses interesses e valores comuns se manifestam no dia a dia das Relações Internacionais contemporâneas. Em outras palavras, o poder e as leis internacionais fazem parte da dinâmica internacional e são instrumentos de seu relacionamento.

Ao aprofundar seu pensamento, Bull assim se manifesta:

Se hoje os Estados formam uma sociedade internacional, é porque, reconhecendo certos interesses comuns e talvez também certos valores comuns, eles se consideram vinculados a determinadas regras no seu inter-relacionamento, tais como a de respeitar a independência de cada um, honrar os acordos e limitar o uso recíproco da força. Ao mesmo tempo cooperam para o funcionamento das instituições, do direito internacional, para a maquinaria diplomática e a organização internacional, assim como os costumes e convenções de guerra. (BULL, 2002, p. 19).

Segundo Jackson e Sorensen, a questão da Sociedade internacional, trata do seguinte:

A Sociedade Internacional é uma abordagem que diz algo sobre um mundo de Estados soberanos, onde o poder e o direito estão presentes. As éticas da prudência e do interesse nacional confirmam as responsabilidades dos estadistas, além da sua obrigação de cumprir regras e procedimentos internacionais. A política global se

refere tanto a um mundo de Estados quanto a um mundo de seres humanos. (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 87).

A lógica teórica da Escola Inglesa conduz a uma imperativa correlação entre o exercício do poder e o estabelecimento de regras internacionais de acordo com interesses e objetivos comuns que deem estabilidade e confiança no relacionamento entre os Estados soberanos, em que pese o ambiente de anarquia onde essa prática se realiza.

Willians Goncalves ao prefaciara edição brasileira do livro de Hedley Bull “A Sociedade Anárquica” adota a seguinte explicação:

É uma sociedade anárquica porque, embora não disponha de um poder central que detenha o monopólio da violência legítima, ela tem por característica um consenso entre os Estados que a compõem, em torno de alguns interesses comuns que procuram preservar mediante o respeito a determinadas instituições e normas (BULL, 2002, Prefácio, XXV).

A promoção e a preservação da ordem internacional calcada nos pilares dos interesses comuns, nos objetivos elementares e nas regras e instituições criadas pelos Estados é elevada a categoria prioritária na Sociedade Anárquica idealizada por Bull.

Para Bull, Ordem Internacional se refere a “Um padrão de atividades que sustenta os objetivos elementares ou primários da Sociedade de Estados, ou Sociedade Internacional” (BULL, 2002, p. 13).

Para Nogueira (2005, p. 47), Bull em seu livro associa dois conceitos que, anteriormente, aparentavam ser mutuamente exclusivos: sociedade e anarquia. A sociedade pressupõe a existência de valores comuns que se referem a uma ordem e a anarquia se refere a ausência da ordem. Assim, o sistema internacional seria uma mistura das duas coisas. Ao se organizarem, os Estados passam a se referir a um conjunto de normas, processos e práticas, cujo propósito é garantir objetivos elementares da Sociedade de Estados ou Sociedade Internacional, contribuindo para a Manutenção da Ordem Internacional.

Mas na esteira desse raciocínio, quais seriam esses objetivos elementares na concepção de Bull?

O autor nos responde que, em primeiro lugar é o objetivo da preservação do próprio sistema e da Sociedade de Estados sendo que os Estados se unem na crença de que são os principais atores da política mundial e, portanto os mais importantes sujeitos de direitos e deveres dessa sociedade sendo que a Sociedade de Estados têm procurado garantir que ela continuará a ser forma predominante da organização política mundial, de fato e de direito. (BULL, 2002, p.23).

Em segundo lugar, está o objetivo de manter a independência dos Estados individuais, ou seja, o reconhecimento da sua jurisdição suprema internamente e o direito de se autodeterminar.

Em terceiro lugar, está o objetivo da manutenção da paz ou da ausência de guerra, admitindo seu rompimento em circunstâncias especiais.

Em quarto lugar, estariam os objetivos elementares ou primários da Sociedade de Estados: **a limitação da violência para manter o seu monopólio entre os Estados, aceitação de limitações no seu direito de usar a violência e exigindo que haja limites e normas na condução da guerra, o cumprimento das promessas fundada no princípio do *pacta sunt servanda* (o que foi acordado deve ser cumprido)** e a garantia da posse refletida no mútuo reconhecimento da soberania (BULL, 2002, p. 23).

Desse modo, Bull destaca o ponto nevrálgico desta tese ao afirmar que a limitação da violência é um objetivo primário da Sociedade Internacional que visa à manutenção do monopólio do uso da força entre os Estados. Ressalta, ainda, que a Sociedade de Estados aceita que haja limites na condução da guerra. Em outras palavras, aceita a limitação da violência como padrão comum e motivação para que esta mesma sociedade enquadre todo e qualquer ator dentro dessa perspectiva, seja ele público ou privado, desde que atue em conflitos armados.

E como essa ordem seria mantida na concepção de Bull?

Em seu livro Bull assim se manifesta:

[...] a ordem é consequência não só de fatos contingentes, mas de um sentido de interesse comum nos objetivos elementares da vida social, de regras que prescrevem a conduta tendo por objetivo esse fim; e de instituições que ajudam a tornar essas regras efetivas (BULL, 2002, p. 79).

Ao comentar a afirmação de Bull, Sarfati leciona que a ordem na sociedade internacional é mantida pelos seguintes elementos:

- Interesses comuns: percepção de elementos e princípios comuns para a ordem de Estados que podem levar, no mínimo ao cálculo racional da ação de política externa;
- Regras: estão refletidas no direito internacional, são nada mais do que a manifestação formal dos interesses comuns dos Estados e servem de orientação para as ações estatais.
- Instituições: garantem a eficácia das regras internacionais e servem de fórum a sua criação e administração (SARFATI, 2005, p. 129).

De acordo com esse pensamento é lícito registrar que a Segurança Internacional e o Direito Internacional são dimensões que contribuem para a manutenção da ordem internacional. Logo, a delegação às EMSP de funções inerentes aos Estados em situação de guerra ou de conflito armado está umbilicalmente ligada à manutenção da ordem e da segurança internacional, bem como ao Direito Internacional segundo o pensamento de Bull.

Em virtude disso, qual seria o pensamento de Bull acerca do Direito Internacional?

O Direito Internacional pode ser considerado como um conjunto de regras que ligam os Estados e outros agentes da política mundial em suas relações recíprocas, aos quais é atribuído *status* legal e tem uma estrutura comum. Esse conjunto de regras influencia efetivamente a conduta na política internacional participando da realidade social e não existindo apenas no plano normativo (BULL, 2002, p. 148).

A definição de Bull destaca o Direito Internacional como um conjunto de regras que governam a interação recíproca não só dos Estados como também de outros agentes no campo da política internacional. É bem verdade que no século XIX aceitava-se que só os Estados eram sujeitos do Direito Internacional. Qualquer que fosse a função desempenhada por outros atores na política mundial (indivíduos, outros grupos que não os Estados, organizações internacionais e intergovernamentais), estes não podiam ser sujeitos do Direito Internacional, mas apenas seus objetos. Atualmente, entretanto, considera-se majoritariamente que esses atores também são sujeitos do Direito Internacional, assim como os Estados sendo não apenas afetados pelas normas internacionais, como têm direitos e deveres que lhe são atribuídos pelas mesmas (BULL, 2002, p. 149).

Para Bull (2002, p. 162-165), uma das funções do Direito Internacional tem sido identificar a noção de uma sociedade de estados soberanos, como princípio normativo da organização política da humanidade. Considera que a ordem internacional modernamente tem sido mantida por meio da aceitação geral do princípio de que os homens e a superfície da Terra estão divididos em Estados, cada um deles com a sua esfera de autoridade, unidos por um conjunto de normas comuns.

Bull ainda leciona que outra função do Direito Internacional tem sido de expressar as regras básicas de coexistência dos Estados e de outros atores na Sociedade Internacional e que essas regras se relacionam com a limitação da violência, os acordos entre os atores e à soberania ou independência dos Estados. Na sua visão, não é só pela imposição de restrições à conduta que o Direito Internacional ajuda a promover a aceitação das regras da Sociedade Internacional. Os fatores fundamentais do respeito ao Direito Internacional seriam: a aceitação pelas partes dos objetivos e valores subjacentes a essa concordância, a coerção por

um poder superior e o interesse recíproco, os quais existem independentemente das obrigações assumidas. Sem esses fatores, aquelas obrigações legais assumidas são ineficazes (BULL, 2002).

Bull afirma, ainda, que o Direito Internacional proporciona um meio pelo qual os Estados podem anunciar suas intenções com respeito ao assunto em questão, oferece garantia mútua sobre a política a ser adotada, especifica a natureza do acordo, sua extensão e seus limites e, além disso, confere solenidade ao acordo, criando assim a expectativa de sua permanência (BULL, 2002, p. 164).

O fato de a Sociedade Internacional moderna incluir o Direito Internacional como uma de suas instituições é consequência de um sistema que deriva em sua origem da Cristandade Ocidental – e que nesse sistema destacava-se a noção de lei no sentido moral e sobrenatural, em alguns casos. O lugar ocupado pelo Direito Internacional hodierno tem uma marca distinta. As regras tem um *status* legal e não apenas moral como no passado. E o sentido da sua força de agregação é particularmente forte e a noção de que existe em princípio uma única definição autorizada do sentido dessas regras está profundamente enraizado (BULL, 2002, p. 165).

Ao sintetizar o papel do Direito Internacional em relação a Ordem Internacional Bull destaca que o direito é instrumental para propósitos políticos de todos os tipos, e a promoção da ordem é apenas uma delas (BULL, 2002, p.167).

Após definir Direito Internacional, Bull afirma que é preciso considerar a sua influência na conduta efetiva dos Estados. Sozinhas as regras não passam de mera construção intelectual. Para considerá-las como um fator que afeta efetivamente a vida da Sociedade Internacional, é preciso aceitar que as regras do Direito Internacional possuem certo grau de eficácia, ou seja, que existe uma certa semelhança entre a conduta prescrita pelas regras e o comportamento real dos Estados e dos demais atores da política internacional (BULL, 2002, p. 157).

E para mostrar a eficácia das regras do Direito internacional não é preciso estabelecer uma identidade entre a conduta efetiva e a condução prescrita. De outro modo, é desnecessário provar que inexistam casos de desrespeito as regras, pois na verdade exemplos de desrespeito existem em todos os sistemas legais. Se houver absoluta conformidade entre a conduta real e a prescrita pode-se dizer que a existência dessas regras não faz sentido, porque não é necessário existir, por exemplo, regras que exigem que as pessoas durmam ou comam, pois essas ações ninguém deixa de praticar – mas faz sentido as normas que proíbem o homicídio, o furto e outras ações.

Logo a questão é saber se as regras do Direito Internacional são observadas suficientemente para justificar o seu tratamento como fator substantivo da política internacional e, em particular, como meio de preservação da ordem entre as nações (BULL, 2002, p. 158).

Por certo que essas regras são violadas em certos casos, mas Bull destaca que a existência desses casos não prova que o Direito Internacional seja ineficaz.

Ao finalizar seu raciocínio, Bull assim se pronuncia sobre o tema:

Indubitavelmente há uma coincidência substancial entre a conduta internacional e a que é prescrita pelas regras do Direito Internacional. Se fosse possível realizar um estudo quantitativo da obediência às regras do Direito Internacional ele provavelmente mostraria que a maior parte dos Estados obedece, a maior parte do tempo, à maioria dessas regras (BULL, 2002, p. 158).

Desse modo, Bull reafirma a importância do Direito Internacional para a manutenção da ordem internacional, estabelece a responsabilidade primária dos Estados como ordenadores desse arcabouço jurídico internacional e aponta para os fatores que os influenciam no seu cumprimento embora não haver um poder superior aos Estados na Sociedade Internacional.

A guerra e a sua condução também figuram como elementos chave na equação da manutenção da ordem internacional para Bull.

Sobre este fenômeno ele registra que a guerra é a violência organizada promovida pelas unidades políticas entre si e que a violência só é guerra quando exercida em nome de uma unidade política (BULL, 2002, p. 211).

Para o Clausewitz, a guerra é definida do seguinte modo:

A guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios. [...] a intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim. (CLAUSEWITZ, 2003, p. 23).

Se a guerra é um ato e um instrumento político, naturalmente, sua condução está subordinada aos desígnios do Estado o qual tem o interesse comum na limitação da violência quando do uso da força, assim, é lícito inferir que os conflitos armados devam ocorrer, segundo certas regras já acordadas pela própria Sociedade Internacional.

Corroborando o pensamento anterior, Bull ressalta que os Estados soberanos têm procurado preservar para si o monopólio do emprego legítimo da violência e o conduzido sob a égide de determinadas regras (BULL, 2002, p. 212).

A esse respeito, Bull aduz que as pessoas que conduzem as hostilidades são movidas pela noção de que estão empenhadas numa guerra e sabem que há determinadas formas de conduta apropriadas a ela e que estão atuando como agentes de um grupo político. Logo, as regras ou normas também participam da realidade material da guerra, que exige atenção às condutas que se ajustam a elas. (BULL, 2002, p. 213).

Bull considera que a **Sociedade Internacional está envolvida em limitar a condução da guerra e acentua que atores privados também devem ser enquadrados pelas regras que atingem os Estados**. Na esteira desse pensamento, embora apontando um caso específico, assim se manifesta:

No entanto, a guerra praticada por outras unidades políticas além do Estado ampliou sua incidência. As facções civis emergiram como atores mundiais violentos, desafiando o monopólio internacional da violência há muito pretendido pelos estados soberanos e violando regras aplicadas aos Estados. A liberdade dos grupos revolucionários com relação aos limites internacionais, em contraste com a sujeição dos Estados, foi dramatizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1968, ao condenar Israel pelo ataque contra o Líbano em resposta a atos violentos cometidos em Atenas por guerrilheiros palestinos, baseados no Líbano, mas nada pode fazer para limitar a ação dos guerrilheiros palestinos. A sociedade internacional não poderá permitir que essas novas formas de guerra permaneçam fora do âmbito das suas regras (BULL, 2002, p.228)

Interessante observar que a atividade privada inserida no contexto da guerra vai também sendo abarcada na análise de Bull e segundo suas ideias esses atores privados também devem se sujeitar a regras, assim como os Estados, em situação de guerra ou mesmo de conflito armado.

Na concepção de Bull, uma das características fundamentais do moderno sistema de Estados tem sido o fato de que os Estados soberanos procuram monopolizar o direito de usar a força na política internacional. Em contraste com a experiência da Cristandade no moderno sistema de estados, tem-se admitido que a violência legítima só pode ser praticada por uma autoridade pública, e que a única autoridade pública autorizada a praticá-la é o Estado soberano (BULL, 2002, p. 300).

Arrematando seu pensamento, Bull conjectura que se houver a intensificação da tendência da participação de atores privados isso evidencia que o Estado está perdendo o monopólio do emprego legítimo da violência e que está sendo restaurada a situação prevalecente da Idade Média, quando a violência podia ser exercida legitimamente por muitos tipos de autoridade pública, quando também por indivíduos. Assim sendo, a violência privada internacional não é nova e nem lhe faltam precedentes; sendo nova a escala global em que vem ocorrendo (BULL, 2002, p. 302).

A privatização da guerra tratada como a delegação ou a contratação de parte das funções inerentes ao Estado, em situação de guerra, às EMSP pode ser vista dentro do enquadramento proposto por Bull.

A Manutenção da Ordem Internacional está, segundo esse teórico, ligada à Segurança Internacional (em eventos como: manutenção da paz, limitação e regulação do uso da força) e ao Direito Internacional, como os Direitos Humanos e Humanitário dentre outros interesses comuns da Sociedade Internacional.

Para Bull, o enquadramento de atores não estatais ligados, diretamente ou indiretamente, ao uso da força, sob regras internacionais orquestradas pelos Estados soberanos e amalgamadas pelo Direito Internacional não só é perfeitamente factível, mas inerente a responsabilidade primária dos Estados nas Relações Internacionais, em especial, à Segurança Internacional e a própria formulação do Direito Internacional.

A Paz de Vestfália de 1648, raiz histórica do atual sistema de estados, consagrou o princípio da soberania e o protagonismo dos Estados nas Relações Internacionais, assim como, sua exclusiva titularidade em relação aos seus exércitos nacionais. Segundo Iglesias (2010, p. 11), ao longo dos séculos o uso da violência privada foi a regra nas Relações Internacionais e não a exceção, e somente a partir de 1648, com Vestfália é que os atores privados começaram a ser questionados para se ajustar ao princípio da soberania nacional.

É a partir desse momento histórico, que o Estado se erige como peça chave da ordem internacional assumindo, com exclusividade, a responsabilidade e o controle da utilização da força militar. Os novos nacionalismos, impulsionados pela revolução industrial, adotam o modelo de exército de cidadãos. Com ele, o modelo anterior de exército profissional, que contava com grande presença de mercenários, é rechaçado de forma generalizada e cai em desuso (IGLESIAS, 2010, p. 11).

É a fase da estatização do uso da força nas relações internacionais a qual ocorre junto com os processos de formação, centralização e consolidação dos Estados nacionais.

O século XX foi marcado pela participação de atores privados em situações de conflitos armados, particularmente na África, em seu processo de descolonização e nos Balcãs, na década de 1990. Com o decorrer do tempo, essa atuação foi cada vez mais, se internacionalizando e expandindo em várias áreas específicas e restritas da atividade das forças armadas regulares, incluindo atividades de segurança e de logística (MUNKLER, 2005).

Núñez Villaverde (2009, p. 68) em “La Privatización del Uso de la Fuerza Armada” destaca que três fatores explicam a inquietante importância das Empresas Militares e de

Segurança Privadas, no pós-guerra fria. O primeiro seria a redução de efetivos militares e armas no mundo o que teria levado a uma pressão por parte da iniciativa privada e dos militares retirados a participarem desse novo ambiente. O segundo é que o processo de globalização abarcou também assuntos de defesa e de segurança internacional como mais uma resposta neoliberal, onde a lógica econômico-comercial se sobrepõe a todas as demais. E o terceiro, a profissionalização dos exércitos que se tornaram custosos, abriu caminho para a delegação de certas funções com o objetivo de redução desses custos.

Em síntese, a partir do pós-Guerra Fria, pode-se dizer que assuntos atinentes ao monopólio do uso da força, antes tratados com exclusividade pelos Estados, foram paulatinamente sendo compartilhados com atores privados e em especial as EMSP.

Ao aprofundar o raciocínio Munkler esclarece que:

A desestatização da guerra, que tem sua expressão mais clara na crescente aparição de atores paraestatais e privados, se vê impulsionada entre outros fatores, pela comercialização da violência bélica e a distinção cada vez mais difusa entre o uso da força e a atividade econômica. É característica das novas guerras a perda do monopólio da violência por parte do Estado (MUNKLER, 2005, p. 2,³ tradução nossa).

Desta feita, Munkler de forma taxativa indica a perda do monopólio do uso da força por parte dos Estados, os quais passam a compartilhar com outros atores a sua gestão e sua operacionalização. Onde se pode inferir que estaríamos vivenciando um processo de privatização ou desestatização da guerra com impactos óbvios na Segurança Internacional, nos próprios Estados e no cumprimento dos Direitos Humanos e Humanitário quando da atuação dessas Empresas.

Tudo indica que a lógica econômico-comercial não só compartilha o monopólio da violência, mas também influencia ou pode influenciar as decisões da condução do conflito, interferindo em sua intensidade e duração.

Ao analisar as relações internacionais contemporâneas em seu livro “Preparando para o Século XXI”, Paul Kennedy destaca o papel do Estado nos seguintes termos:

Não obstante certa erosão constatada em seus poderes nas últimas décadas, o Estado continua a ser o lócus primário de identidade dos cidadãos, visto que permanece a única instância com poderes de coletar impostos, elaborar leis, impor o alistamento militar e emitir passaportes, sem que se vislumbre, no momento, a

³ La desestatalización de la guerra, que tiene su expresión más clara en la creciente aparición de actores paraestatales y privados, se ve impulsada, entre otros factores, por la comercialización de la violencia bélica y la distinción cada vez más difusa entre el uso de la fuerza y la actividad económica. Es característica de las nuevas guerras la pérdida del monopólio de la violencia por parte del Estado. (MUNKLER, 2005, p. 22).

possibilidade de que venha a ser substituído como unidade fundamental para lidar com questões transnacionais como a manutenção da paz e a segurança internacional (KENNEDY, 1994, p. 134).

Essa ideia vai ao encontro de que o Estado é e continuará a ser o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional mesmo se constatando que esteja vivenciando um acelerado processo de compartilhamento com outros atores da Sociedade Internacional, no caso em questão as EMSP.

Assim, conforme Bull cabe a Sociedade Internacional (por intermédio dos Estados) originariamente a responsabilidade pela Manutenção da Ordem Internacional, devendo necessariamente enquadrar os demais atores internacionais, quaisquer que sejam, com a finalidade de materializar seus “interesses comuns”, sendo que a limitação da violência nos conflitos armados é, portanto, uma de suas prioridades.

2.3 O Estado e a Privatização da Guerra

Charles Tilly em seu livro “Coerção, Capital e Estados Europeus” depreende que a acumulação e concentração dos meios de coerção e do capital deram origem aos Estados europeus. A guerra teceu a rede europeia de estados nacionais, e a sua preparação as estruturas internas dos estados situados dentro dessa rede (TILLY, 1996, p. 77-79, 127-133).

Em outras palavras, a guerra e a arrecadação de impostos serviram de motor propulsor para o desenvolvimento e a consolidação do que conhecemos hoje como Estado. Para ele a guerra e a preparação para a guerra produziram os principais componentes que configuram os estados europeus.

Tilly destaca que, entre 1400 e 1700, ocorreu o período da corretagem na Europa onde a atividade militar foi realizada predominantemente por forças mercenárias e no período de nacionalização, entre 1700 e 1850, os estados criaram seus exércitos e frotas navais e passaram a recrutar cada vez mais entre seus cidadãos. Além disso, as forças armadas foram sendo incorporadas na estrutura administrativa dos Estados e, assim, foi diminuindo a participação dos atores privados nos conflitos (TILLY, 1996).

Destarte observar que houve um período de privatização e outro de estatização da guerra. O primeiro, antecedendo a formação do Estado e o segundo, umbilicalmente ligado à sua gênese e consolidação. As forças armadas assim constituídas passaram a ser instrumentos da política de seus Estados e a tese do monopólio legítimo do uso da força passou a ser aceita (TILLY, 1996).

A Paz de Vestfália, em 1648, mudou definitivamente o sistema de governo da Idade Média, mediante a criação de entidades políticas, os Estados, que não reconhecem uma autoridade superior a eles mesmos. É, nesse momento, que se implanta as soberanias nacionais como um direito inerente dos Estados. Desde então, este princípio tem sido amplamente aceito, mantendo unido o sistema de Estados e sustentando a Ordem Internacional. (HOUGH, 2008, p. 235).

O padrão universal de que o uso da força pode ser exercido pelos Estados, sujeito ao seu poder político, foi consolidado e aceito pela Sociedade Internacional a partir de Vestfália, sem maiores objeções.

No plano teórico, o Estado vem a indicar a convergência entre os aspectos de territorialidade e identificação social e cultural dos indivíduos que vivem no seu seio. Sob este paradigma tradicional, existe a crença de que os Estados são capazes de proteger seus cidadãos e ao mesmo tempo cuidar da economia e da prosperidade e ainda desempenhar funções sociais como a saúde, a educação e fundamentalmente a segurança e a defesa (IGLESIAS, 2010, p. 23).

De toda sorte, Kegley e Blanton afirmam que o Direito Internacional, onde os Estados são o principal objeto e sujeito, foi originalmente desenhado para facilitar as relações entre eles. A palavra internacional assinala claramente que os Estados ocupam posição central e que seus interesses, capacidades e objetivos são as forças predominantes que conformam a política mundial (KEGLEY; BLANTON, 2010, p. 16).

A ideia de privatização das funções do Estado tem se intensificado com a expansão do capitalismo, a globalização e a profusão das ideias neoliberais, haja vista a comparação da relação custo-benefício entre a atuação estatal e a privada, nos mais diversos setores, inclusive, na questão da segurança e da defesa, setores impensáveis de privatização, durante boa parte do século XX.

Com a intensificação do processo de globalização, no pós - Guerra Fria, o conceito de segurança deixa de estar umbilicalmente e exclusivamente ligado ao Estado como anteriormente e o monopólio da força se altera coerentemente de acordo com esse processo. Nos Estados em que as instituições funcionam com normalidade, o monopólio do uso da força está se transformando em novas maneiras na garantia da segurança dos cidadãos. Entretanto, nos Estados débeis ou falidos está se produzindo uma quebra do monopólio do uso da força, e nestes casos o Estado é incapaz de garantir a segurança da população além de competir com outros atores não-estatais (IGLESIAS, 2010, p. 31).

A esse respeito, Iglesias deixa a seguinte ideia:

No caso particular dos atores armados não-estatais, o fortalecimento dos mecanismos regulatórios estatais assim como o direito internacional parece o caminho mais apropriado; mas como regular um fenômeno que escapa a lógica estatal? Nesse contexto, a dialética entre o público e o privado e o próprio debate sobre o futuro e as funções do Estado seguirão requerendo grande atenção (IGLESIAS, 2010, p. 31).

Para Nascimento, o controle dos meios de coerção se encontra na fundação do Estado moderno e o compartilhamento com atores privados implicaria seu debilitamento. A questão fundamental segundo ele é determinar como a adjudicação do monopólio da violência convertida em serviço comercial opera distintamente para supridores ou exportadores de coerção e os clientes, ou importadores da privatização da força. Em ambos os casos, vaticina que o interesse privado passa a ter influência sobre as decisões vinculadas aos meios coercitivos (NASCIMENTO, 2010, p. 48).

Nascimento esclarece sua indagação ao registrar que os EUA e o Reino Unido têm condições de absorver os riscos da privatização, amparados no alto índice de coesão de suas instituições. Mesmo assim, a terceirização tem provocado pernicioso permeabilidade entre o setor público e o setor privado a ponto de afetar diretrizes governamentais na alocação de recursos à área militar (NASCIMENTO, 2010, p. 49).

Por outro lado, os Estados-clientes, normalmente Estados frágeis ou fracos enfrentam dificuldades, em razão de sua fragilidade estrutural e institucional, para realinhar suas forças armadas a serviço do interesse público. A instabilidade política associada a desagregação social e a polaridade étnica, normalmente resulta no aparecimento de estruturas paralelas de segurança inibidoras da reconstrução das instituições do Estado. Nesse contexto de desagregação, associado à pobreza, ao êxodo rural e à urbanização descontrolada, o esfacelamento do poder central compromete a capacidade do Estado de exercer uma de suas funções prioritárias: o uso da força para manter a ordem interna e assegurar a defesa externa. Incapaz de manter a ordem, o Estado permite que se afrouxe a coesão social ao deixar de ser reconhecido como fonte de poder e identidade. Assim, a relação entre o Estado e esses atores privados contratados pode ser, em certa medida, atentatório à legitimidade estatal em virtude da alienação espontânea de seus poderes coercitivos a esses atores, caracterizando sua efetiva falência institucional (NASCIMENTO, 2010, p. 50-53).

Assim, observa-se que as EMSP tem impacto diferente sobre o Estado tal como este seja institucionalmente forte ou fraco. Entretanto, sua influência se dá em ambos os casos

ainda que de forma diferenciada, e se acentua, sobretudo, quando os interesses privados dessas empresas passam a requerer atenção estatal especial e a indicar decisões atinentes ao uso da força.

Os Estados desenvolvidos desenvolveram mecanismos para o controle político dos exércitos, com o intento de alinhar os objetivos do Estado aos de suas forças armadas. Entretanto, o uso das EMSP afeta vários mecanismos de controle à disposição do Estado como o funcional (efetividade dos exércitos), o político e o social (utilização da força de acordo com valores democráticos, direitos humanos e a legislação internacional (AVANT, 2005, p. 6; IGLESIAS, 2010, p. 149).

Pastor destaca que o uso das EMSP afeta distintos instrumentos de controle os quais os Estados dispõem, impactando na supervisão e na organização da força militar e, portanto, também nas Relações Internacionais. O uso da força por empresas privadas ligadas ao Estado contratante poderia dar lugar a responsabilidade internacional do Estado e a responsabilidade internacional penal dos empregados das EMSP (PASTOR PALOMAR, 2008, p. 430).

Esses mecanismos de controle atinentes às EMSP são frágeis e praticamente inexistentes. Isso compromete a atuação dos Estados quando da averiguação se os procedimentos operacionais dessas empresas estão de acordo com as normas estabelecidas pelo Direito Internacional.

Logo, a utilização das EMSP apresenta importantes incertezas. A insuficiência de procedimentos legais para enquadrar possíveis danos que os empregados dessas empresas possam perpetrar e a carência de controles e mecanismos de fiscalização nos países ocidentais são alguns dos dilemas da privatização do uso da força, além de colocar em dúvida o próprio papel do Estado nesse quesito (IGLESIAS, 2010, p. 156-158).

Para Leander, a presença das EMSP em Estados falidos ou débeis também é fonte de preocupação. As dinâmicas fomentadas pela privatização desta importante função do Estado cria sua própria demanda. A medida que se aumenta o número de atores exercendo controle sobre o uso da força, isso debilita o monopólio estatal sobre o mesmo (LEANDER, 2005, p. 617).

Nessas circunstâncias, as EMSP são observadas como um obstáculo ao desenvolvimento de instituições fortes e democráticas nesses países no sentido de que minam a capacidade do Estado de monopolizar o uso da força (FALCONER; SCHULMAN, 2009, p. 20-22).

Exemplificando, Avant registra que as guerras civis na África obrigam empresas mineras e as ONGs a contratarem segurança. E quando isso ocorre, o Estado tem cada vez

menos controle sobre seu território e os conflitos são cada vez mais difíceis de solucionar (AVANT, 2004, p. 28).

Garcia e Pareja fazem uma interessante análise da privatização exemplificando que:

Quando Susan Strange (1996) analisava o papel dos atores privados nas relações internacionais e se referia a retirada do Estado, sustentava que a provisão da segurança era praticamente a única das dez funções básicas do Estado que havia permanecido inalterada. Hoje em dia esta afirmação não seria sustentável. O papel do Estado relativo à segurança mudou e o processo de privatização incidiu sobre a transformação da soberania. Os Estados já não são capazes de prover segurança a seus cidadãos de maneira unilateral haja vista os desafios e ameaças globais, mas também porque o fenômeno da privatização da segurança interfere na tradicional função estatal de provê-la (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 36-37).

Sob o ponto de vista prático a dependência dos atores públicos em relação aos privados é ascendente, pois ficam à mercê desses, havendo o risco de que o agente privado abandone o público se a ação deixa de ser rentável e o agente privado ainda pode se tornar mais poderoso que o cliente e assim realmente haveria a perda do controle da situação (SINGER, 2008, p. 159).

Ainda sobre estes riscos, haveria a suposição de que os atores privados têm os mesmos objetivos e compromissos que os Estados relativos a segurança é dizer que as EMSP agiriam em função do interesse público, entretanto, não há como esquecer que se tratam de empresas e assim como tal defendem objetivos lucrativos e que são autênticos atores e não meros agentes a serviço de outros atores e como tal tem impacto sobre a capacidade de controle tanto político como militar dos Estados sobre questões de segurança, assim como afetam o controle estatal do uso da força (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 39).

Sob o ponto de vista funcional afetam o próprio poder de combate dos exércitos, sob o enfoque político compartilham o uso da força com o Estado e sob a ótica social desafiam o Estado haja vista que o uso da força nem sempre é congruente com os valores sociais da Sociedade Internacional como a Democracia, os Direitos Humanos, e a proteção de civis em conflitos armados (GARCIA; PAREJA, 2003, p. 39; AVANT, 2005; PERCY, 2006, p. 14-16).

Outro ponto a ser considerado na utilização das EMSP pelo Estado é o problema do controle democrático.

Singer alerta que a contratação das EMSP pode levar a cabo ações fora do escrutínio público e ficam dúvidas acerca da saúde democrática dessas contratações. Por exemplo, o uso dessas empresas pelos EUA no Plano Colômbia evitou os limites impostos pelo Congresso

norte-americano referente ao número de militares dos EUA e sua implicação com o referido plano no combate ao narcotráfico (SINGER, 2008, p. 126-128).

Na mesma linha de pensamento, Percy afirma que muitos dos impedimentos institucionais da decisão de enviar tropas ao exterior para executar operações militares podem ser eludidos pelo uso das EMSP (PERCY, 2006, p. 16).

Sobre esse assunto Gomez del Prado e Mateu se pronunciam da seguinte forma:

Convém assinalar que o Plano Colômbia serviu de modelo no desenvolvimento massivo da contratação de funções estatais para empresas privadas, que teriam lugar anos mais tarde nas operações das guerras do Afeganistão e do Iraque. Estas funções contratadas seriam a assistência contra o cultivo e o tráfico ilícito de drogas que até então era realizado pela CIA, Escritório Antinarcóticos dos EUA e igualmente pelo assessoramento de militares americanos a militares e policiais colombianos (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 33).

A maior parte do receio de se contratar as EMSP está ligada a privatização de certas funções ditas como “inerentemente estatais” ou “funções inerentes aos Estados”, ou seja, aquelas intrinsecamente relacionadas com o interesse público e, que, portanto, em teoria, deveriam ser realizadas por integrantes do Estado. Em síntese, existe uma crescente preocupação sobre as sérias implicações do fato de que as EMSP e não os governos estejam realizando parcela importante de suas políticas públicas.

Não há nada mais inerente aos Estados que o legítimo uso da força armada e é cediço que essa atividade está intimamente relacionada com o interesse público e que o Estado não pode existir como tal se não tem como monopolizar o uso da violência. Provavelmente, nenhuma função governamental se avalia como mais típica ou mais estatal que as funções militares realizadas num conflito armado.

Nesse sentido, Gomez del Prado registra a seguinte lição:

O monopólio do uso legítimo da força não pertence a um dos elementos do Estado – a organização política. Pertence ao próprio Estado e a noção que o define e o conforma por excelência - a soberania. O monopólio do uso da força não corresponde a forma de governo, mas sim a forma de Estado (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 115).

Desse modo, pode-se inferir que, embora, haja consenso de que existem certas funções que por sua natureza são inequivocamente estatais e não devem ser privatizadas, por outro lado, não existe uma definição, nem qualquer instrumento legal internacional que diga quais são essas funções. Assim, a resposta a essas perguntas se insere na discussão de onde se deve traçar os limites do poder do Estado e qual seria o sentido e o alcance da privatização da

força. Por certo, pode-se inferir que o Estado deve ter algum tipo de controle político por sobre o processo de privatização bem como deve delimitar o seu alcance. De outra sorte, o que tem feito a Sociedade Internacional nesse sentido em relação ao fenômeno das EMSP? A resposta a esta pergunta será dada no decorrer desta pesquisa.

Os Estados estabeleceram mecanismos de controle de seus exércitos supostamente com o objetivo de alinhar suas forças armadas aos objetivos de governo e do próprio Estado. A ordem jurídica internacional se assenta na soberania e na igualdade dos Estados e reafirma a proibição do uso da força em suas relações, como consta no artigo 2.4 da Carta das Nações Unidas e reafirma ainda que tanto o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) bem como o Direito Internacional Humanitário são instrumentos universais e possuem natureza *jus cogens*, ou seja, são de caráter imperativo, em última análise são de cumprimento obrigatório pelos Estados.

Assim, a desestatização das funções de militares nos conflitos armados ressalta a discrepância entre os objetivos de segurança tidos como bens públicos a cargo do Estado e o imperativo da maximização do lucro por parte das EMSP. A questão fundamental é portanto qual papel deve desempenhar o Estado como garante do monopólio do uso da força nas Relações Internacionais? O sentimento inicial é o de que o Estado deve assumir a liderança de todo e qualquer processo de mutação de suas funções essenciais sob pena de vir a perder o controle sob as manifestações de violência nos conflitos armados.

Certamente, a contratação dessas empresas traz implicações para as próprias forças armadas. Nesse sentido Iglesias atesta que os exércitos como organização armada que garantem a aplicação da força de acordo com os princípios que emanam dos Estados é sem dúvida a instituição que se vê mais afetada pelas atividades das EMSP. A delegação de funções que deveriam ser consideradas núcleo duro do Estado mina a legitimidade da ordem pública e incrementa a possibilidade de que outros agentes contestem a primazia do público sobre o privado. O militar profissional se guia por uma ética própria através de valores e atitudes, como, a disciplina e o sacrifício o que converte atividade castrense em única e singular (IGLESIAS, 2010, p. 153).

Atualmente, os exércitos levam a cabo um sem números de missões que transcendem os padrões tradicionais, como missões humanitárias, manutenção da paz, ações contra insurgência e outras tantas, além de terem que manter suas capacidades convencionais. Ante uma situação de corte de custos, recursos humanos, financeiros e materiais, parece lógico a contratação dessas empresas e que as mesmas atuem complementarmente a esses exércitos, ocorrendo na prática uma intensificação da privatização de várias funções logísticas,

consideradas não essenciais ou julgadas como inerentemente não estatais (IGLESIAS, 2010, p. 153-154).

Mesmo a privatização do apoio logístico, inscrita como tarefa não essencial pode ser problemática. A delegação de tarefas consideradas menores pode propiciar as forças armadas a dúvida, de que serão apoiadas em situações em que não é possível contar com esse apoio e ainda sob certas condições de combate a profissão militar abdica da capacidade de realizar uma função básica, no campo de batalha, que é a manutenção do seu próprio equipamento (IGLESIAS, 2010, p. 154).

Enquanto as forças armadas, sob as ordens do Estado legitimamente constituído, submetem seus interesses ao dever de servir a toda sociedade, os funcionários dessas empresas se prestam em primeiro lugar aos interesses corporativos empresariais que pagam seus salários.

Sintetizando o assunto Iglesias afirma que embora existam vantagens na contratação dessas empresas como os custos, flexibilidade, rapidez de atuação e outros é preciso considerar a insuficiência de procedimentos legais para processar e reparar possíveis danos causados pelas EMSP e seus funcionários. Sua repercussão sobre os exércitos também deve ser meditada, haja vista, a perda de habilidades básicas em situações de combate constituindo um risco desnecessário. O desafio do controle democrático do uso da força coloca-se também como prioridade na contratação das EMSP pela ausência ou insuficiência de meios que o executem como em relação as forças armadas (IGLESIAS, 2010, p. 159).

Talvez estejamos vivenciando, desde o fim da guerra fria, a intensificação do compartilhamento do monopólio do uso da força entre o setor público e o setor privado. Outrora, o Estado atuava como provedor de segurança de forma monopolista e agora o Estado é unicamente um gestor onde há distintos atores públicos e privados utilizando-se conjuntamente do uso da força (KRAHMANN, 2009, p. 9, 26-28).

2.4 As Nações Unidas e a Privatização da Paz

Desde a criação da Organização das Nações (ONU) em 1945, com a Carta de São Francisco, o âmbito e o tamanho das Operações de Paz⁴ tem se ampliado consideravelmente. Se entre 1948 e 1990 as Nações Unidas estabeleceram um total de 18 (dezoito) missões, a

⁴ Operações de Paz é a denominação genérica sendo que as mesmas podem ser : Operações de Manutenção da Paz (Peacekeeping Operation); Operação de Estabelecimento da Paz (Peacemaking Operation) e Operações de Construção ou Consolidação da Paz (Peace Building Operation).

partir de 1990, até o início do século XXI, houve um aumento drástico chegando a um total de 67 (sessenta e sete). Inicialmente, essas missões estavam limitadas a supervisão de situações de cessar fogo e vigilância das fronteiras estabelecidas. Atualmente, as Nações Unidas ajudam a reconstruir as sociedades e os Estados onde atuam, treinando futuras forças de segurança militares e policiais, negociando cessar fogo, supervisionando desarmamentos, executando desminagens, prestando apoio logístico, proporcionando a segurança de autoridades e instalações, reintegrando ex-combatentes e inclusive articulando o funcionamento de Tribunais para julgar crimes de guerra, entre outras ações. A alta complexidade dessas tarefas carece de recursos econômicos, materiais e humanos, nem sempre disponíveis, o que exerce uma forte pressão sobre a ONU. Assim, por diversas vezes as EMSP foram chamadas para cobrir esta falta de capacidade das Nações Unidas. De outro modo, mais que uma opção teórica esta situação é o reflexo de uma realidade: as EMSP formaram nas últimas décadas parte das atuais Operações de Paz. Se para alguns é sinônimo de eficiência e eficácia, para outros apresenta problemas legais, políticos e até mesmo morais (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 197).

A Carta das Nações Unidas estabelece em seu artigo 1.1:

1 Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz. (BRASIL, 1949).

Com esse propósito os Estados-membros são instados a fornecer voluntariamente as tropas e a assistência necessárias a ONU de acordo com o artigo 43.1 do mesmo instrumento. Assim, a cada missão são fornecidas tropas *Ad Hoc*, pelos Estados parte, bem como os recursos necessários. Dessa forma, as tropas que executam as Operações de Paz representam toda esforço da Sociedade Internacional no cumprimento do propósitos cardiais da Carta das Nações Unidas.

Cabe ao Conselho de Segurança de acordo com o artigo 24.1 a responsabilidade de manter a paz e a segurança internacional em nome de todos os demais Estados-membros e nesse contexto cabe ao mesmo a criação de uma Operação de Paz e o estabelecimento do seu mandato específico.

Dentre as principais atividades realizadas pelas EMSP em Operação de Paz destaca-se o apoio logístico, a segurança de instalações e de pessoas e a controvertida substituição de tropas regulares pelas EMSP (o que ainda não ocorreu no âmbito da ONU).

O debate sobre a possível participação direta das EMSP nas Operações de Paz surgiu nos anos noventa como resultado da emergência dessas empresas conjugado com os enormes e complexos problemas enfrentados pelas Nações Unidas com o novo perfil de missão que deveria executar. A impossibilidade de atuar a tempo no genocídio de Ruanda, os escândalos pelas violações aos Direitos Humanos cometidas por capacetes azuis na África e nos Balcãs e a acentuada reação dos países ocidentais a contribuírem com tropas e assistência, provocaram uma revisão das Operações de Paz, no seio da ONU, a qual se traduz no informe Brahimi de 2000. Onde se ressalta a incapacidade das Nações Unidas de levar a cabo esta nova gama de tarefas exigidas pelas Missões de Paz tais como; a inteligência, a logística, o transporte de tropas e de material e demonstra ainda a preocupação da ONU pela falta de efetivos militares aportados pelos Estado-membros (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 209).

A crescente visibilidade desses problemas e a acentuada contratação das EMSP, a partir dos anos noventa, para levar a cabo serviços dessa natureza num sem número de missões de Paz, colocaram sobre a mesa o debate sobre a possibilidade da participação direta das EMSP nessas operações.

As Nações Unidas recorreram aos serviços das EMSP em várias ocasiões entre as quais se cita: 1) em 2004, contratou a Global Strategies para dar apoio logístico, operacional e de segurança a funcionários no processo eleitoral no Afeganistão; 2) em 2005, a empresa Aegis foi contratada no Iraque para apoiar a Divisão de Ajuda Eleitoral das Nações Unidas e a Comissão Eleitoral local nas eleições gerais e num referendun Constitucional, e 3) em 2006, as Nações Unidas contrataram a Control Risks e Aegis para proteção de funcionários no Iraque (IGLESIAS, 2010, p. 138).

No âmbito governamental, diversos Estados mostraram apoio a ideia. Em especial, os EUA e o Reino Unido que também são os Estados que mais recorrem a estes serviços. O “Foreign and Commonwealth Office”, do Reino Unido chegou a publicar em 2002 um informe onde sugere que estas empresas poderiam ser utilizadas para levar a cabo essas operações sempre e quando fossem consideradas sérias, empreendendo um registro e um licenciamento nacional.

Há que se registrar o apoio à utilização das EMSP para as Operações de Paz não apenas ocorre pela falta de capacidade da ONU, mas também por questões de economia. O

relatório 108-344, Contribuições para Atividades Internacionais de Manutenção da Paz, do Senado dos EUA⁵, em 2004, esclarece a questão:

A luz do explosivo crescimento do número de missões de Manutenção da Paz e dos altos custos em prover tropas e suporte logístico para essas missões, as Nações Unidas devem identificar formas de fazer mais com menos recursos. O Comitê está ciente que, em alguns casos as EMSP podem executar Missões de Manutenção da Paz por uma fração do custo das Nações Unidas. Pelo menos, tais empresas deveriam ser utilizadas para suplementar o número de capacetes azuis, os quais nesses tempos turbulentos, as Nações Unidas estão tendo dificuldade para recrutamento. As Nações Unidas não podem mais ignorar o potencial de economia que as EMSP com provados bons serviços e bom comportamento oferecem (US SENATE, 2004, p. 188-344, tradução nossa).

Há que se destacar que as forças armadas dos EUA repetidamente se utilizam dessas empresas para a execução de serviços os mais diversos em substituição as suas tropas denotando assim apoio a utilização das EMSP nas Operações de Paz. (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 210).

Em 1996, diante da situação de violência generalizada no Congo, o Departamento de Operações de Paz da ONU ventilou a possibilidade de utilizar uma EMSP. Nesse caso, tanto a empresa Executive Outcomes quanto a Sandline apresentaram suas propostas, as quais foram rechaçadas. (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 201).

As Nações Unidas, oficialmente, têm posição de rechaço a participação das EMSP, entretanto, em 2002, o então Secretário Geral Kofi Annan, declarou que dada a dificuldade para obter efetivos para as Operações de Paz por parte dos Estados-membros seria necessário considerar a possibilidade de contratação de especialistas civis. Em que pese que as Nações Unidas utilizem as EMSP em todo tipo de tarefa de apoio cabe frisar que não as usa em termos militares, substituindo tropas (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 201).

A “International Stability Operations Association”⁶ (ISOA) criada em 2001, promove padrões de conduta para as EMSP e fomenta sua participação na Manutenção da Paz. Com o intuito de superar a desconfiança geral criou um Código de Conduta para as EMSP, em

⁵ In light of the explosive growth in the number of peacekeeping missions and the skyrocketing costs of providing troops and logistical support to those missions, the United Nations must identify ways to do more with less funding. The Committee is aware that, in some cases, private companies can carry out effective peacekeeping missions for a fraction of the funding the United Nations requires to carry out the same missions. At a minimum, such companies should be utilized to supplement the number of blue berets and blue helmets which, in these turbulent times, the United Nations is having a difficult time recruiting. The United Nations can no longer afford to ignore the potential cost-savings that private companies with proven records of good service and good behavior offer. The Committee has a responsibility to U.S. taxpayers to ensure that U.N. peacekeeping missions are being carried out in a responsible and cost effective manner. (US SENATE, 2004, report 108-344, Contribution for International Peacekeeping Activities).

⁶ Site: <<http://www.stability-operations.org/>>.

atividades de Operações de Paz e situações pós-conflito, onde toda empresa que queira ser parte da organização deve aderir e para demonstrar transparência, mantém registros abertos de todos os contratos dos membros da Associação. Por outro lado, promove a participação das EMSP nas Operações de Paz com o "Think Tanks" "Peace Operations Institute", o "Journal of International Peace Operations" (revista dedicada a intervenção do setor privado nas Operações de Paz e Assistência Humanitária) e publica também informes temáticos onde destaca a possível contribuição de seus membros às Operações de Paz, enfim promove a ideia da constante participação das EMSP nessas operações (GARCIA; PAREJA, 2013 p. 211).

Em 2003, essa Associação publicou um informe onde afirmava que diferentes empresas – membros, tais como MPRI ou AirScan International e a PAE estavam preparadas para intervir como apoio as forças da Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC). Tal informe afirmava que essas forças seriam capazes de articular forças de curto prazo, oferecendo serviços que os Estados contribuintes da missão das Nações Unidas não estavam dispostos a oferecer como o caso de vigilância aérea ou resgate humanitário (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211).

As EMSP já fazem parte das Operações de Paz, provêm apoio logístico, serviços de inteligência, treinamento e seleção de pessoal, realizam a desminagem, executam a construção e gestão de campos de segurança e proporcionam serviços de segurança as instalações e pessoal das Operações de Paz, entre outros. A questão mais controvertida, entretanto, não é se estas empresas devem ou não participar, senão até que ponto podem ajudar a superar as deficiências apresentadas no modelo atual de Operações de Paz das Nações Unidas, com a sua possível participação direta nas operações e isto implicaria a substituição total ou parcial das tropas fornecidas pelos Estados-membros por um contingente das EMSP (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211).

Os partidários da utilização EMSP em substituição as tropas dos Estados-membros elencam normalmente as seguintes razões: melhor efetividade e alcance das Operações de Paz, aumento da eficiência econômica e em termos de custos humanos e ainda incremento da rapidez de resposta na emergência de um conflito (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211, IGLESIAS, 2010, p. 139-142).

Relativo à melhora da efetividade e do alcance das operações, os partidários das EMSP argumentam que muitos dos problemas de articulação, efetividade e de provisão de tropas seria resolvido. No âmbito político muitos Estados ocidentais reagem a proporcionar suas tropas para esse tipo de operação, pois os custos internos são altos – especialmente a perda da legitimidade perante a opinião pública, e ninguém quer correr riscos. Grande parte

desses Estados reduziram suas contribuições relativas ao oferecimento de tropas compensando com maiores aportes econômicos. Atualmente, a maior parte dos recursos humanos provém de Estados em desenvolvimento cujos soldados não estão tão bem preparados e equipados para esse tipo de missão e isto tem graves consequências no seu cumprimento. Logo o fato de que o pessoal das EMSP esteja altamente formado e bem equipado leva a supor uma melhora nas possibilidades de alcançar os objetivos das missões de maneira mais eficaz (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211; IGLESIAS, 2010, p. 139-142).

A aumento da eficiência econômica e a redução dos custos humanos é outro argumento. Como as EMSP são entes privados supõe-se que a sua contratação seja menos custosa economicamente. Esta visão está associada ao relatório 188-344 do Senado dos EUA, 2004, não obstante cabe considerar que outros estudos apontam no sentido contrário. Outro argumento põe ênfase no fato de que as EMSP têm melhores recursos – pessoal melhor equipado e com mais experiência, o que incrementaria sua habilidade como multiplicador de forças, ou seja, alcançar resultados de maneira mais eficaz e num menor tempo favorecendo a diminuição do custo total da operação (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211; IGLESIAS, 2010, p. 139-142).

A cada Operação de Paz há necessidade de criação *Ad hoc* de uma coalizão de Estados contribuintes que é um processo lento e burocrático no seio das Nações Unidas pois depende da disposição dos Estados-membros em participar. Nesse contexto, as EMSP apresentam-se como uma opção muito mais rápida. Como exemplo pode-se citar que em 1994 durante o conflito de Ruanda a Executive Outcomes publicou um informe onde afirmava que por 150 (cento e cinquenta) milhões de dólares poderia empregar efetivos militares num prazo de quatorze dias e prover trajetos seguros para os refugiados - os conhecidos corredores humanitários. Ademais, em termos econômicos isso teria um custo muito mais reduzido do que manter permanentemente uma força rápida de intervenção das Nações Unidas, ideia que não prevaleceu por falta de vontade dos Estados-membros. Cabe mencionar ainda que o emprego das EMSP estaria sujeito aos trâmites burocráticos onusianos até o seu efetivo emprego, o que na prática demanda um bom tempo e discussões acaloradas no Conselho de Segurança (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211; IGLESIAS, 2010, p. 139-142).

Da parte contrária são apresentados outros tantos argumentos contra a participação direta das EMSP nas Operações de Paz em substituição as tropas dos Estados – membros, a seguir comentadas.

Além da questão moral, a natureza das EMSP, como empresas e por tanto sua intenção de maximizar lucros tem consequências práticas quando da participação numa Operação de

Paz. Por serem empresas privadas gozam da prerrogativa de escolher seus contratos - e, portanto, em quais operações devem participar, é lícito pois inferir que irão escolher aquelas que lhes sejam mais rentáveis, normalmente as mais curtas e menos perigosas. No caso de intervenções mais longas ou arriscadas certamente exigiriam uma remuneração muito maior o que pode redundar em nenhuma vantagem para as Nações Unidas (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211; IGLESIAS, 2010, p. 142-144).

O fato de sua implicação numa Operação de Paz ser motivada por fins lucrativos e não necessariamente morais, éticos e humanitários faz do seu compromisso menos estável. Se ocorresse uma drástica modificação na situação as EMSP poderiam desvincular-se do contrato pois sua lógica está baseada na relação custo-benefício e não no imperativo moral e político da missão. Como exemplo, tem-se o caso da empresa Gurkha Security Guards Ltd que interrompeu, em 1995, seu contrato com o governo de Serra Leoa por considerar a situação demasiado perigosa depois de haver sofrido baixas significativas em seu pessoal (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 217; IGLESIAS, 2010, p. 139-142).

Cabe também levar em consideração a real capacidade das EMSP para levar a cabo uma missão de longa duração e complexa que realmente ponha fim a um conflito. Ao invés de centrarem-se somente na questão custo-eficiência, o enfoque adequado deveria incluir considerações sobre mediação, reconciliação, criação da confiança entre as partes, ações políticas, diplomáticas, humanitárias e outras além da coordenação e integração com outros setores da sociedade civil como, por exemplo, as Organizações Não-Governamentais. (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211; IGLESIAS, 2010, p. 139-142).

O debate sobre a prestação de contas também é muito oportuno pois mesmo os mecanismos atinentes às tropas são considerados difusos pois dependem dos Estados provedores. Por outra parte, há que se ressaltar as violações de Direitos Humanos perpetradas por capacetes azuis em que pese o esforço onusiano em criar códigos de conduta nesse sentido. A inserção das EMSP, nessas operações, traria mais dúvidas que certezas na apuração de responsabilidades e na prestação de contas. A possibilidade de cometimento de infrações sem a existência de claros mecanismos legais de fiscalização constitui um obstáculo de peso e com possíveis danos irreparáveis não só para a missão propriamente dita mas também para toda a Sociedade Internacional (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 211; IGLESIAS, 2010, p. 139-142).

Não se pode olvidar que muitas das missões internacionais tratam de fortalecer os mecanismos dos Estados em situação de conflito ou de pós-conflito armado e que nesses países a fronteira entre o público e o privado é difusa já que o enfrentamento transcorre

normalmente entre grupos armados não - estatais e o governo está, normalmente, debilitado. Assim, o recurso as EMSP nesses cenários pode ser considerado uma contradição ante o objetivo de fortalecimento das instituições estatais que se pretende obter (IGLESIAS, 2010, p. 145).

O debate sobre a Privatização da Paz está aberto. A intensificação da participação das EMSP nas Operações de Paz é um fato. Esta presença, entretanto, não se estende a todos os âmbitos, senão que é limitada, por enquanto, ao apoio logístico e as funções de segurança. Ainda assim, cada vez mais, as atividades que antes eram levadas a cabo por tropas dos Estados-membros são agora contratadas a essas empresas. Apesar disso, parece pouco provável que este avanço se estenda para a substituição das tropas proporcionadas pelos Estados pela contratação de batalhões privados de capacetes azuis. Em último caso, a questão dependerá da vontade política e da capacidade dos Estados-membros de resolverem os atuais problemas das Operações de Paz e de estabelecerem uma regulação adequada para as EMSP, em face do acelerado processo de privatização das funções tradicionalmente exercidas pelos Estados nessas operações (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 219; IGLESIAS, 2010, p. 145).

3 DOS MERCENÁRIOS ÀS EMPRESAS MILITARES E DE SEGURANÇA PRIVADAS (EMSP)

Este capítulo trata da intensa evolução da participação de atores privados nos conflitos armados, durante a história da humanidade, bem como a sua ligação com o processo de formação do Estado, quando a centralização do uso da força passou para as mãos estatais e se transformou em seu monopólio. Trata, também, do aparecimento de mercenários na África no século XX e caracteriza o período do pós-Guerra Fria, onde ocorre o reaparecimento desses atores privados, sob a forma de Corporações Empresariais e, por fim, delinea o impacto das EMSP sobre o Estado e a própria forma de se fazer a guerra.

A intensa participação do setor privado nos negócios da guerra sob a forma de fornecimento de produtos e serviços é caracterizada na análise histórica aqui empreendida onde se verifica que o processo de formação do Estado moderno europeu esteve umbilicalmente ligado a lógica da centralização do uso da força.

3.1 Da Idade Média aos Exércitos Nacionais: o Antigo Negócio da Guerra

Carlos Ortiz (2010, p. 13-14) registra que se hoje vivemos num ambiente que nos permite distinguir entre o uso público e o uso privado da força, isso não ocorria no passado (especialmente na idade média e na idade moderna), onde essa distinção era fluída. Não existia separação entre o Estado e as forças privadas. Além disso, a noção de ser nacional ou estrangeiro com relação a um conflito armado ainda não tinha se desenvolvido e o típico padrão de organização militar, no passado, envolvia, predominantemente, mercenários ou incorporavam soldados estrangeiros.

Já Nascimento (2010, p. 27) esclarece que a história do mercenarismo revela uma característica preponderante – a recorrência com que os atores privados exerceram o poder de empregar a força militar com o consentimento da autoridade central, ou seja, o monopólio da violência legítima constitui evento recente e vinculado à formação e a consolidação do Estado moderno, a partir do século XVII. Mesmo posteriormente, com o Estado exercendo o domínio dos meios coercitivos isso não significou que os atores privados fossem condenados ao desaparecimento, pois eles continuaram a participar de forma mais ou menos intensa do uso da força, nos conflitos armados. Assim, ao longo do tempo, o Estado e os atores privados ligados ao uso da força vão estabelecendo o compartilhamento da coerção de modo que ambos vão auferindo vantagens.

Durante o Renascimento, o florescimento de centros comerciais na Europa faz multiplicar as companhias de comércio e passa a vingar o sistema de condota ou contrato, para contratar serviços militares por parte desses comerciantes (NASCIMENTO, 2010, p.31).

A proliferação dos *condotieri*, na península itálica, no renascimento, conferiu considerável vigor ao mercenarismo. Longe de constituírem segurança permanente, as tropas a soldo eram capazes de causar problemas se suas demandas não fossem inteiramente atendidas e em algumas situações haveria de representar causa de desassossego e instabilidade institucional (NASCIMENTO, 2010, p. 33).

Conforme Lind (2012, p. 17) os *condotieri* não só gozaram de grande prestígio na Itália, mas atuavam também por toda a Europa. Detinham o capital e o comando de suas organizações para cumprirem a condota ou contrato. Lind (2012, p. 17-19) elenca quatro fatores para o seu declínio: inicialmente os contratos eram de curta duração para reduzirem os custos e essa situação não estabelecia liames entre o contratado e o contratante; o outro era a grande dependência do contratante em relação aos *condotieri* o que causava grande temor; o terceiro era o fraco controle sobre o que foi contratado sendo que inúmeras vezes os *condotieri* atacavam os próprios contratantes invertendo sua posição e o quarto motivo era a facilidade com que mudavam de lado dentro da própria Itália.

Fuller (1984, p. 19-20) destaca que tais soldados lutavam por pagamento e assim vendiam seus serviços a um príncipe e no ano seguinte a um rival. Para eles, a guerra era um negócio e era mais vantajoso prolongá-la que terminá-la e assim muitos *condotieri* fizeram fama e riqueza na Itália renascentista.

Entre os séculos XII e XVII, a atividade mercenária floresceu por toda a Europa sendo oferecidos serviços mercenários coletivos conhecidos como “Companhias Livres”. O maior exemplo seria a Grande Companhia Catalã contratada pelo imperador bizantino para lutar contra os turcos no século XIV. Essas companhias tiveram um papel crucial na Guerra dos Cem Anos, entretanto, não tinham nenhuma legitimidade e eram conhecidas por seu perfil quase criminal e pela pobreza da sua organização em bandos os quais pilhavam por toda a Europa enquanto cumpriam seus contratos. (TONKIN, 2011, p. 8).

Para caracterizar o comércio privado da guerra, descreve-se uma passagem na qual dois franciscanos encontraram um mercenário inglês chamado John Hawkwood cujo apelido em italiano era Giovanni Acuto. De acordo com seu costume saudaram o *condotieri* muito estimado na região de Florência: Que o Senhor lhe dê a paz! E receberam uma resposta seca e desaforada da seguinte forma: Que o Senhor vos quites vossas esmolas!

Porque, respondeu assim indagaram os monges. Sendo que Hawkwood retrucou - como creem que me desejaram algo de bom quando me dizem para morrer de fome. Não sabem que vivo da guerra e vocês de esmolas. De modo que a resposta que dei a vocês corresponde perfeitamente a vossa saudação (MUNKLER, 2005, p. 67).

A passagem acima esclarece com precisão quais eram os princípios que regiam a guerra na época dos *condotieri*. A atividade bélica havia se convertido em um negócio que se prestava unicamente por dinheiro. A base jurídica para se contratar era a condota, um contrato estabelecido por juristas da época e detalhado para ambas as partes; notadamente – o contratador normalmente - um príncipe e, o empresário da guerra - um *condotieri*. Neste contrato se fixava o soldo, a quantidade de tropas, o tempo de contrato e a missão a qual tinham que cumprir.

Na Itália do século XV alguns *condotieri* conseguiram, inclusive, alçar a condição de príncipes, mas muitos morreram na pobreza não alcançando a ascensão social intentada. É de se notar que o único vínculo entre a liderança política e a lealdade *condotieri* era comprada com dinheiro e isso trazia a suspeita de traição, pois andavam de contrato em contrato ainda que o anterior estivesse em andamento. Assim, era lógico supor que não exerciam suas funções com a devida diligência e sem dúvida dilataram algumas guerras deliberadamente com a única finalidade de prolongar seus honorários. Além do mais, eram pouco inclinados a arriscar suas vidas pelos seus empregadores (MUNKLER, 2005, p. 69).

A luta pelo controle do mar também não ficou de fora do comércio mercenário ou uso privado da violência. As nações que desejavam debilitar o comércio de países inimigos e favorecer seu próprio acudiam a iniciativa privada que com seus navios navegavam com a missão de pilhar e guerrear com a frota inimiga, estes eram chamados de corsários aos quais os governos concediam o direito a barcos particulares a atacarem navios inimigos. O contrato outorgava a patente de corso a qual dava legitimidade a atividade de corsário contra a nação inimiga diferenciando-o dos piratas. A patente situava os corsários na mesma situação de um navio de guerra e dava-lhe plena liberdade com relação às autoridades militares. França e Inglaterra recorreram ao corso durante os séculos XVI e XVII sendo que alguns corsários ficaram famosos como Sir Francis Drake e Walter Raleigh (IGLESIAS, 2010, p. 39).

Criticando a contratação de forças mercenárias, Maquiavel recomenda a supressão do sistema de condota e que a guerra se submeta ao total controle político asseverando que um soberano que se apoia em forças mercenárias nunca pisará em solo firme e não estará seguro, pois não se pode confiar neles uma vez que não se sentem vinculados por nada (MAQUIAVEL, 2010).

Desta forma, destarte a utilização sistemática de mercenários, nesse período, vozes atentas bradavam contra tal prática, pois representava sérios riscos à sobrevivência de príncipes e reis menos avisados.

De outro modo, o uso extensivo de exércitos mercenários na definição moderna das fronteiras europeias, criaram classes sociais ou grupos regionais para tal fim. O primeiro caso exemplar foram as unidades infantas suíças.

Em que pese a atual postura pacifista da Suíça (Confederação Helvética) sua história foi também fortemente marcada pela atividade mercenária. O objetivo, dos fundadores da confederação, era livrarem-se de qualquer vínculo de vassalagem, não se submetendo aos senhores feudais.

A liberdade e a luta contra a tirania dos Habsburgos foram questões fundamentais da antiga Confederação. Considerando a potência militar austríaca, esta tarefa demandava grande dedicação por parte dos helvéticos, que obtiveram importantes vitórias contra os austríacos em Sempach (1386) e Nafels (1388).

No entanto, questiona-se até que ponto é possível considerar os soldados suíços que lutaram nesses conflitos como mercenários. A Suíça carecia de um exército nacional, pois cada cantão gozava de grande independência, mas empregava, em território suíço, soldados de nacionalidade suíça em sua própria luta de independência contra uma potência estrangeira.

Sobre este período, Singer (2008, p. 27-28) esclarece que os cantões suíços uniram-se para resistir ao domínio estrangeiro em 1291. Extremamente independente cada um fornecia suas milícias civis, organizadas em unidades de lanceiros. O quadrado de lanças suíço era uma reinvenção das falanges gregas e acabou com o domínio do cavaleiro montado no campo de batalha europeu e, - portanto, oferecia uma capacidade combatente rara nos auspícios da Idade Moderna.

O crescimento do uso de mercenários trouxe também problemas para a Suíça.

O aumento deste mercado causou conflitos entre famílias negociantes de serviços mercenários, apesar da atividade ser importante fonte de renda para a região. Outra crise no sistema mercenário suíço, a mais séria, ocorreu durante as campanhas milanesas, quando esses soldados se encontraram em conflitos contra si mesmos, em nome de príncipes e regentes de Milão, da França e o do próprio Papa. Em prol da segurança, em 1503 os cantões, mais uma vez, assumiram o compromisso de recusar todas as propostas de contratação de príncipes internacionais, proibindo suíços de aceitarem contratos e proibindo suíços de servirem no exterior sem permissão. No entanto, interesses materiais pesaram mais que as proibições legais e, assim, a proibição não funcionou na prática. Em 1513, ocorreram fortes

protestos em Bern e Lucerna devido ao vergonhoso comportamento de suíços que faziam fortunas com a atividade mercenária (FAHRNI, 1997, p. 37).

O grupo mercenário mais notório da Suíça foi a Guarda Suíça, grupo que começou a proteger os pontífices e cardeais a partir de 1506, durante o papado do Papa Júlio II. A Guarda Suíça também atuou, no passado, em prol de governantes franceses, inclusive durante a Revolução Francesa. Durante esse período, o episódio mais marcante foi a defesa do Palácio de Tuileries, em Paris. No dia 10 de agosto de 1792 os revolucionários cercaram o Palácio, onde se encontrava o Rei Luís XVI. Muitos dos revolucionários foram mortos pela Guarda durante o ataque, mas acabaram derrotando as tropas mercenárias leais a coroa. O comandante das tropas suíças, Karl Joseph Anton Leodegar Freiherr von Bachmann, foi capturado e condenado à morte pelos Tribunais Revolucionários (VOLVELLE, 2006, p. 27).

Após a criação do Estado Confederado Suíço em 1815 e o reconhecimento da perpétua neutralidade da Suíça no Congresso de Viena, pela primeira vez se pode falar de um Estado Helvético, o qual em sua primeira Constituição (1848) proibiu o mercenarismo em seu artigo 12. Os mercenários suíços serviram de inspiração para a criação, na Alemanha e Áustria, dos *landsknechts*, que rivalizavam com os suíços em muitos aspectos, apesar de serem menos organizados (SINGER, 2008, p. 27-29).

Para os *landsknechts*, a guerra era uma mera proposta de negócios e não tinham qualquer vínculo com instituições; assim, eram mais adaptáveis as mutáveis demandas da guerra. Enquanto os suíços permaneceram altamente especializados, usando somente a lança e armas de ponta, as organizações *landsknecht*, adicionaram unidades de artilharia e armas de fogo pessoal. (SINGER, 2008, p. 27-29).

A crescente lucratividade possibilitada pelos negócios da guerra ensejou o florescimento de empreendedores militares, oriundos da burguesia comercial que financiavam o recrutamento e o treinamento de soldados no século XVII. Entre os mais destacados, ressalta-se a figura de Albrecht von Wallerstein cuja fortuna foi exponencialmente multiplicada em razão das atividades que desenvolveu no curso da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) a serviço da casa dos Habsburgos (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

Wallerstein tinha a autoridade de um príncipe e não prestava contas a ninguém, transformou suas terras na Boêmia em um amplo complexo militar onde eram agrupados os mercenários sob sua liderança e notabilizou-se como proprietário de um poderoso exército de mercenários, muito similar, em estrutura e funcionamento, as empresas privadas modernas. Os mercenários de patente mais alta recebiam bônus pela consecução de determinados

objetivos, além de possuírem participação societária na empreitada (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

Kinsey (2006, p. 39-40) registra que as Companhias Mercantis das Índias Orientais inglesa e a holandesa, ambas, recorreram ao emprego de mercenários para proteger suas empreitadas coloniais. Aqui há uma nítida associação entre a empreitada comercial de carácter privado e o uso da força em nome da expansão do poder colonial das potências europeias.

A Companhia Inglesa ficou inclusive responsável pelo governo da Índia, levando a cabo tarefas de administração de território e utilização da força para defender suas possessões e expandir sua área de atividade (IGLESIAS, 2010, p. 40).

A passagem do uso de unidades mercenárias para os exércitos nacionais estatais ocorreu na Paz de Vestfália de 1648, quando o Estado soberano ganhou preponderância sob o conceito de império, cada nação se torna independente para tratar de seus assuntos. No entanto, cabe destacar, que já havia Estados Nacionais antes da Paz de Vestfália, como por exemplo, Portugal, Reino Unido, Espanha e França. Mas mesmo esses, eram subordinados ao sistema em que a conduta da guerra era dependente da contratação de empresas e a realização de negócios (SINGER, 2008, p. 28-29).

Os exércitos, no século XVII, eram simplesmente amalgamados de companhias mercenárias contratadas, todas com suas próprias especialidades: os ‘Albaneses’ (um termo geral para os oriundos da Europa Oriental e gregos) eram valorizados como cavalaria leve, os escoceses e gascões eram tidos como infantaria mercenária (os gascões tinham tradição com a besta e se adaptaram bem as armas de fogo), os lanceiros suíços continuaram no mercado (apesar de não o dominarem mais), assim como os *landsknechts e reiters* (pistoleiros a cavalo) alemães. Durante a maior parte do período, ressalta-se que o sentimento de patriotismo era um conceito sem qualquer significado para esses soldados (SINGER, 2008, p.28-29).

O Tratado de Vestfália de 1648 terminou a Guerra dos Trinta anos e a partir desse momento, observa-se também um progressivo fortalecimento das monarquias europeias com o objetivo de alcançar o monopólio da violência, pois estas vão adquirindo capacidade econômica para prover seus exércitos, os quais, - por sua vez, tornaram-se permanentes (AVANT, 2005, p. 1-5; IGLESIAS, 2010, p. 40).

Iglesias (2010, p. 40) atesta que de 1648 até a Revolução Francesa, os exércitos estiveram compostos por tropas profissionais, mas também por mercenários comandados pela nobreza leal ao soberano. Os mercenários deixam de atuar de forma autônoma e a partir desse

momento vão coadjuvando sua participação para o atingimento dos objetivos dinásticos e do Estado recém-configurado.

Para Nascimento, o desenvolvimento e a centralização da coleta de tributos, nesse período, atendeu a necessidade de se criar e prover exércitos permanentes como instrumento do Estado para a guerra. Esse aparato burocrático pode ser entendido como produto dos esforços da autoridade central em amearhar os meios para a defesa militar e gerir a condução da guerra (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

A ascensão do Estado moderno para Carlos Ortiz (2010, p.25) está ligada ao declínio das forças privadas. Para ele, entre os séculos XVII e XX a institucionalização do Estado moderno foi acompanhada da distinção entre a violência pública e a violência privada. O uso da força originário de fora do domínio público foi gradualmente se estreitando e eventualmente sendo considerado ilegítimo e em muitas ocasiões criminalizado. Assim, Ortiz considera que para essa transformação contribuíram a Guerra dos Trinta Anos, a Guerra de Independência Americana e a Revolução Francesa.

Ortiz (2010, p. 25-26) assinala que A Guerra dos Trinta Anos teve profundo significado na transformação política da Europa e ensejou a crescente relação entre o Estado e seu exército. Haja vista o grande dispêndio com os mercenários, os governantes começaram a pensar na formação de exércitos permanentes, capazes de serem empregados a qualquer momento e na lealdade que estes teriam, já que as forças privadas representavam muita despesa e uma solução temporária para um problema constante. Nesse processo, a centralização do poder resulta em governantes assumindo o total controle dos meios de coerção e a guerra passa a ter papel relevante nas questões estatais, sendo que a ideia dos Estados controlarem seus exércitos passa a ser considerada ideal.

Ortiz (2010, p. 26-27) afirma também que se a Guerra dos Trinta Anos teve um importante impacto na criação dos fundamentos políticos do Estado moderno, a Guerra de Independência Americana (1775-1783) e a Revolução Francesa (1789-1799) aceleraram a transformação social e o relacionamento entre o Estado e o cidadão.

A Guerra de Independência Americana teve a participação de mercenários alemães (os Hessians) contratados pelas forças britânicas. Os norte-americanos privatizaram sua marinha e conforme Ortiz (2010, p. 27-28) isso permitiu a formação e a consolidação da Marinha dos EUA, pois uma Marinha estatal seria mais eficiente para a proteção do imenso litoral do país, além de ampliar suas relações com os demais países do continente. A relação entre contratistas privados e as milícias americanas foi de um para cinco, o que significa que a iniciativa privada teve importante papel na guerra, entretanto, houve a preocupação dos EUA,

em gradualmente, transformar suas milícias num exército patriótico se ajustando as embrionárias ideias da Guerra dos Trinta Anos.

Após a Guerra dos Trinta Anos desencadeou-se um processo de gradual mudança das guerras entre Reis para guerras entre Povos, culminando com as Guerras Napoleônicas. O uso das armas de fogo, como o mosquete, de mais fácil aprendizado, tornou possível o recrutamento entre os cidadãos do Estado, sendo mais fácil que a contratação dos dispendiosos mercenários estrangeiros. Conforme a escala das guerras foi aumentando os grandes exércitos iam ascendendo em importância, em detrimento do mercenarismo. A habilidade em combate agora poderia ser treinada pelo Estado, pois a arma de fogo não exigia grandes esforços e isso facilitava o sistema de conscrição visando dotar os exércitos com seus próprios nacionais (LATZKO, 1997, p. 97).

A maior vantagem que a arma de fogo possuía sobre a besta e o arco era a duração do treinamento necessário para tornar-se perito no uso de tal arma. Os arcos exigiam anos de treinamento, mas como pontaria não era um fator no treinamento de armas de fogo de mão, qualquer indivíduo poderia tornar-se um mosqueteiro eficiente após um período de treino relativamente curto (LATZKO, 1997, p. 97). O modelo de exército de cidadãos em massa deu uma vantagem adicional ao exército, pois maiores números de soldados podiam ser adquiridos através da conscrição que por intermédio da contratação de mercenários, sendo estes mais difíceis de serem recrutados em grande número. Além disso, o treinamento de conscritos tornava-os tão eficientes quanto eram os mercenários. Os treinamentos também diminuía os custos para campear um exército conscrito. Os exercícios transformavam praticamente qualquer um num soldado mosqueteiro eficiente e isso possibilitou aos Estados usarem seus próprios indivíduos (LATZKO, 1997, p. 98).

A Revolução Francesa não marcou apenas o fim da era absolutista, mas também o fim do apogeu do mercenarismo. Em 1790, a Assembleia Constituinte da França resolveu proibir o emprego de mercenários em solo francês¹. Entretanto, com o tempo isso foi diminuindo sendo que outras nações europeias também a exemplo da França introduziram o serviço militar obrigatório e adotaram a fórmula de exército nacional, se por um lado os mercenários eram mais baratos por outro, os soldados-cidadãos estavam bem mais preparados para morrer pelo seu povo e pela sua Pátria (UESSELER, 2008, p. 144).

Em relação à Revolução Francesa (1789), Kinsey observa uma nova transformação na organização da guerra. A ascensão de exércitos nacionais e a marginalização do papel dos

¹ Isso, porém, não impediu Napoleão de contratar mercenários para sua guarda imperial e usá-los em suas batalhas. Em Waterloo, onde Napoleão foi derrotado por Wellington ambos utilizaram mercenários.

exércitos mercenários ocorrem como consequência de mudanças relativas com as fontes do poder social, onde o cidadão torna-se parte do exército do seu Estado. Burocratização, politização, e industrialização se juntam para transformar a guerra de tal forma que somente um Estado com uma elite política capaz de mobilizar toda a população do país poderia tirar proveito por completo do uso da força (KINSEY, 2006, p. 42-43).

Ao analisar esse período de transformações na Arte da Guerra Singer tece os seguintes comentários:

As novas conexões entre cidadão e estado também significavam que os cidadãos eram vistos como representantes de seu estado de domicílio. Conforme exércitos nacionais se tornaram a nova norma, Estados também começaram a estabelecer leis de neutralidade, que proibiam seus cidadãos de alistarem-se em exércitos estrangeiros. O crescimento da instituição da neutralidade também era guiado pelo interesse dos Estados de controlarem seus poderes sobre a sociedade. Como parte do seu monopólio da autoridade para exercitar a força, eles tinham que aceitar a responsabilidade pela violência originada em sua própria jurisdição. Isto auxiliou na escassez do fornecimento de forças privadas estrangeiras, uma vez que os governantes não podiam mais se distanciar das ações de seus cidadãos ao mesmo passo que professavam a neutralidade (SINGER, 2008, p. 31).

A Revolução Francesa e as subsequentes Guerras Napoleônicas marcaram o fim das participações significativas de forças mercenárias nos conflitos armados, graças à força do nacionalismo e do liame entre esse novo grupo de cidadãos-soldados e seu Estado. Há que se registrar, porém, que essa mudança só ocorreu gradualmente e que a Revolução significou apenas um episódio de uma vasta série de outros eventos históricos no sentido da adoção de um exército nacional.

Para Tonkin, não foi antes do século XIX, que os Estados evitaram por completo o uso de mercenários. As Guerras Napoleônicas separaram a ‘guerra dos reis’ das ‘guerras de povos’, e isto levou a uma notável mudança na conduta da guerra na Europa conforme os estados começaram a usar somente seus nacionais nas guerras (TONKIN, 2011, p. 11).

A Revolução Francesa com o acendrado sentimento nacionalista e o período de Guerras Napoleônicas, com seu sistema de alistamento maciço de cidadãos, representaram a transição do processo pelo qual as guerras passariam a ser travadas não mais como questões exclusivas dos monarcas, mas em nome e com a participação direta dos cidadãos junto aos seus Estados. (NASCIMENTO, 2010, p. 35-36).

O período das guerras napoleônicas é considerado peculiar do ponto de inflexão no processo de transição na centralização gradual pelo Estado sobre o controle do uso da força. As receitas destinadas ao financiamento das guerras facultavam aos comandantes de Napoleão consolidar o sistema de conscrição em massa, procedimento que representou reflexo de mudanças sociopolíticas, em que cada homem se tornou cidadão e cada cidadão, um potencial

combatente; é o período das paixões despertadas pelo nacionalismo tributário da formação do Estado-nação, cuja razão de ser é a promoção da liberdade, da igualdade, da ordem constitucional e do Estado de Direito (NASCIMENTO, 2010, p. 36-37).

A presença de exércitos cada vez mais numerosos nos campos de batalha refletia, sobretudo o considerável grau organizacional atingido pelo aparato do Estado, responsável pelo recolhimento de tributos e a locação de recursos para as companhias militares. A mecanização das guerras, e a larga utilização de armas de fogo portáteis contribuíram sobremaneira junto com a instrução militar e a centralização logística e tributária para a formação de uma identidade nacional e do espírito de corpo militar (NASCIMENTO, 2010, p. 36-37).

A receita proveniente de tributos foi aumentada com o fim de custear despesas de campanhas militares sucessivas e prolongadas durante as guerras revolucionárias e as campanhas napoleônicas – período em que manteve os franceses envolvidos em conflitos externos de 1792 a 1815. Isso permitiu que a França se tornasse a importante força militar no continente europeu ao consolidar instituições judiciais, administrativas e financeiras, sem as quais sua coesão política não teria se sustentado (NASCIMENTO, p. 36-37).

Com Napoleão no poder ocorreu a galvanização do sentimento de engajamento popular nas questões do Estado, sobretudo quando se relacionavam com as campanhas militares. Os novos paradigmas instaurados pelas campanhas napoleônicas com a utilização de infantaria, cavalaria, artilharia e planejamento logístico aliado a conscrição nacional conduziram a radicais transformações na Arte da Guerra sendo que tudo isso acabou por contribuir para que os mercenários quase desaparecessem da composição das forças militares europeias no século XIX (NASCIMENTO, 2010, p. 36-37).

Kinsey (2006, p. 42) atesta que a revolução industrial, representou, também, um marco significativo na evolução da Arte da Guerra, pois dividiu-a em uma série de tarefas especializadas as quais acabavam por envolver centenas de milhares de homens com grandes quantidades de equipamento, semelhante em muitos aspectos ao que havia ocorrido nas fábricas.

Assim, como as técnicas de produção os exércitos foram divididos em partes e do mesmo modo foi a organização das forças armadas de batalha. Mais uma vez, o grande número de homens necessários para combater uma guerra e o alto custo do equipamento que precisavam, fez dos antigos mercenários algo redundante. Não dava mais para um comandante controlar todos os aspectos da preparação para a batalha em sua cabeça. Artilharia, infantaria, cavalaria, e engenharia eram agora vistos como peças individuais que

tinham que ser trazidas juntas para sucesso da batalha. Ao mesmo tempo, a forma em que os exércitos foram organizados permitindo o fluxo constante de homens e suprimentos para a linha de frente alimentava a indústria. A este respeito, a industrialização da guerra ia muito além da constituição de uma poderosa máquina de armas para incluir, também, a tarefa de organizar a guerra e somente o Estado, com os seus enormes recursos, de toda ordem, tinha a capacidade para realizar essa importante tarefa, deixando pouca ou nenhuma oportunidade para as forças privadas participarem dessa atividade (KINSEY, 2006, p. 42).

A industrialização aumentou a escala de guerra para um nível sem precedentes de tal forma que apenas os Estados poderiam levantar a mão-de-obra para lutar. Todo este processo foi responsável pela remoção de forças mercenárias a partir de meados do século XIX até o fim da Guerra Fria. O Estado, então, já tinha chegado a dominar o poder militar em todo o Sistema Internacional. Havia, é claro, individuais atos de força militar privada, mas estes em nada ameaçavam o monopólio do Estado sobre o controle da força na Manutenção da Ordem Internacional (KINSEY, 2006, p. 42).

Observa-se inclusive que a formação do monopólio estatal do uso da força também se deu haja vista a introdução de novas técnicas e instrumentos de guerra como a arma de fogo e os canhões de artilharia aliados a disciplina militar e ao treinamento oferecido pelo Estado.

Para dispor de um aparato militar sério o Estado teria que organizar uma infantaria moderna e uma artilharia pesada – a qual recaía em vultosos custos de produção. Em consequência disso os empresários da guerra foram também se afastando desse negócio, pois a relação custo-benefício na contratação de tropas mercenárias já não era favorável (MUNKLER, 2005, p. 81).

Com o Estado moderno os ingressos de recursos tributários passam a ser regulares e este Estado fiscal passa a sustentar um exército permanente, organizado, complexo, disciplinado, à disposição e sob o controle do poder político.

Assim, o sistema estatal pautado na soberania e centrado no Estado que controla e mantém seus meios coercitivos, foi se forjando e a participação privada no uso da força foi sendo drasticamente reduzida e encontrando barreiras legais e morais, embora não desapareça totalmente.

A formação do Exército brasileiro não foi muito distinta da formação das forças militares das nações mais poderosas da Europa, onde o alto oficialato era exclusivo da aristocracia a qual não tinha nenhuma habilidade para as funções castrenses. A dificuldade fora também na mobilização de brasileiros para os postos mais baixos pois havia necessidade de treiná-los e isso custava muito aos poucos cofres imperiais (NASCIMENTO, 2010, p. 39).

O exército imperial surgiu como forma organizada apenas em 1824, entretanto, tinha composição heterogênea o que o identificava como uma força sem unidade de combate, pois, ainda, era constituído por tropas vindas de Portugal, circunstância politicamente incômoda, haja vista, a emancipação do Brasil ter sido em 1822 (HOLLANDA, 1971, p. 265-267).

O empenho em prol do reconhecimento internacional da emancipação e da integridade do recém-império, para manter sua unidade político-administrativa, canalizou a opção militar como a mais plausível e viável para se rechaçar as ameaças ao poder central. A experiência mostrou que o objetivo de formar contingentes exclusivamente brasileiros se contrapunha com a realidade socioeconômica da ex-colônia há pouco emancipada (NASCIMENTO, 2010, p. 40).

O meio mais eficaz para suprir as deficiências de defesa, com a finalidade de atender as demandas urgentes da campanha da Província Cisplatina (1825-1828), foi o recrutamento de mercenários alemães - missão realizada por José Bonifácio, que recorreu aos préstimos de George Von Schaeffer o qual foi incumbido de recrutar atiradores sob o disfarce de colonos os quais serviriam como militares pelo tempo de seis anos, sendo que cerca de três mil alemães entraram no Brasil com essa finalidade e foram incorporados ao Regimento dos Estrangeiros. (LEMOS, 1996, p. 39).

As mesmas dificuldades para se compor as forças terrestres se impuseram na composição da Armada brasileira a qual recorreu a contratação de oficiais e marinheiros, ingleses e franceses, em Londres, sendo o mais célebre - o Almirante Thomas Cochrane (LEMOS, 1996, p. 39).

As intervenções do Império Brasileiro, no Prata, em 1851 e 1852 também contaram com a presença de mercenários europeus. Durante os enfrentamentos com o ditador paraguaio Solano Lopez, as deficiências de mobilização de exército imperial ficaram cada vez mais evidentes e o recurso a contratação de mercenários foi mais uma vez utilizado (LEMOS, 1996, p. 39).

Assim, os exércitos contratados foram paulatinamente substituídos por exércitos nacionais integrados por levadas em massa, como consequência da aplicação da doutrina da nação em armas. As forças armadas passaram a ser vistas como parte inerente ao poder da nação, constituindo-se em instrumento da política do Estado. O Estado-nação baseado no princípio da soberania assume então, como seu símbolo mais importante, a capacidade de controle e utilização da força militar. Neste ambiente, os mercenários foram se marginalizando já que sua utilidade foi diminuindo frente a novas concepções (IGLESIAS, 2010, p. 41; FULLER, 1984, p. 35; MANDEL, 2001, p. 30).

3.2 O Antigo Novo Negócio da Guerra

Tradicionalmente o Estado provê seus cidadãos com certos serviços os quais são pagos através de impostos e taxas. Isto ocorre usualmente no que se convencionou chamar de atividades do setor público. Em contraste, no setor privado, os indivíduos compram e contratam bens e serviços com recursos próprios no mercado aberto. Este mercado é formado por empresas privadas as quais são motivadas pelo lucro. Assim, a distinção entre esses dois setores seriam a origem dos recursos, a natureza da relação entre o provedor e o usuário e o *status* dos mesmos (SINGER, 2008, p. 7).

Em síntese, enquanto o setor público visa à segurança da coletividade e os interesses do Estado, sob o primado do bem comum, o setor privado visa apenas o lucro da empresa.

A divisão entre as esferas pública e privada está no centro das discussões de qual seria o papel do Estado desde os tempos dos reis os quais foram substituídos por uma burocracia estatal no século XVII. A linha divisória entre essas duas esferas é cada vez mais tênue e difusa, configurando uma das maiores dicotomias do pensamento político ocidental moderno (SINGER, 2008, p. 7).

Às vezes os Estados transferem atividades do setor público para o setor privado, bem como, suas responsabilidades. Isto pode ocorrer devido a questões relativas aos custos, eficiência, ideologia e outras concepções. Saúde, segurança, serviços postais, coleta de impostos e educação são alguns exemplos de atividades tidas como de responsabilidade do Estado embora parcela desses serviços possam ficar a cargo da iniciativa privada. Entretanto, uma área onde o debate entre o público e o privado nunca adentrou foi a militar – a força que protege a sociedade. Nem o mais liberal dos pensadores atreveu-se a fazer do uso da força uma atividade privada sacando-a ou compartilhando-a com o Estado. Tudo relativo à defesa nacional é financiado pelos impostos e conduzido e executado pelo governo. Assim, desde que os reis foram substituídos pelo aparato estatal, o uso da força passou para a esfera política sob o rígido controle do Estado (SINGER, 2008, p. 7).

Em outras palavras é o que Munkler chama de estatização do uso da força (MUNKLER, 2005).

Nascimento (2010, p. 42-44) explica que transcorridos quatro séculos em que o emprego da força se tornara algo semelhante a uma mercadoria internacional, a utilização de mercenários começa a sofrer fortes restrições. Aos Estados não era mais viável compor forças armadas por intermédio da contratação de indivíduos. A organização da violência

passou então a atender ao propósito de resguardar a configuração estatista do Sistema Internacional, cujo equilíbrio dependia estritamente da responsabilidade de cada Estado em manter seus meios de coerção sob seu controle direto, exclusivo e efetivo.

Longamente encorajado pela autoridade central, o emprego da violência por atores não estatais conheceu franco período de retraimento a partir do século XX – quando o Estado se sobressai como poderoso instrumento político, no Sistema Internacional, dotado de forças armadas permanentes identificadas estritamente com os interesses nacionais (NASCIMENTO, 2010, p. 43-44).

Com a adoção da Carta de São Francisco, em 1945, o mercenarismo passou a ser considerado ameaça à estabilidade política, esteio da nova Ordem Internacional erigida no pós- guerra. Na década de sessenta, entretanto, esta atividade reapareceria na África e na Ásia a reboque dos movimentos de descolonização (NASCIMENTO, 2010, p. 43-44).

O mundo que nasce após a II Guerra Mundial é bipolar confrontado ideologicamente por EUA e URSS, o qual se reflete no grande movimento de descolonização que se seguiu na África e na Ásia. A luta pela independência teve a participação de atores não privados contratados para dar suporte aos movimentos de libertação nacional, nesse contexto, ressurgem os mercenários em numerosos conflitos africanos sendo que suas ações são frequentemente associadas com graves violações as regras da guerra terrestre (IGLESIAS, 2010, p. 43).

Como consequência, os Estados africanos elaboraram uma norma legal internacional contra a utilização de mercenários, pois sua utilização era vista como uma interferência de ex potências coloniais nas jovens nações africanas.

Assim, em 1972 nasceu a Convenção da União Africana para a Eliminação de Mercenários na África, proibindo esta atividade em território africano. Em 1977, o artigo 47 do Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949, define mercenário, mas não proíbe essa atividade – por esse documento o mercenário não goza do direito de ser tratado como prisioneiro de guerra quando capturado e em 1989 a ONU formaliza a Convenção Internacional contra o Recrutamento, Uso, Financiamento e Treinamento de Mercenários.

Embora seja erigido um corpo jurídico contra a utilização de mercenários no Sistema Internacional, Iglesias (2010, p. 43-44) aponta para a dificuldade de aplicação destas normas destacando sua baixa adesão internacional e o difícil enquadramento em suas definições de mercenário.

A partir de meados da década de 1980 foi se tornando cada vez mais claro para aqueles que trabalham na área da segurança que um novo tipo de ator privado estava

começando a emergir no cenário internacional. A natureza deste novo ator foi diferente de exemplos anteriores de violência privada, embora no que diz respeito ao Reino Unido exista uma ligação histórica clara entre eles e o mercenário clássico. Ao mesmo tempo, o governo britânico foi muito lento para reconhecer este novo ator, mesmo com a publicação do Livro Verde, em 2002, propondo várias opções para regular suas atividades (KINSEY, 2006, p. 58).

A globalização anárquica que se seguiu ao derrocamento da União Soviética operou uma transformação importante nas democracias ocidentais no que diz respeito ao monopólio do uso da força. Durante os últimos duzentos anos a tendência nos países ocidentais foi o fortalecimento crescente da utilização legítima da força como um bem público, entretanto, no pós-Guerra Fria isso começou a sofrer uma acentuada alteração. Com a caída do muro de Berlim, a redução dos exércitos nacionais e a globalização da economia, a indústria privada da guerra se converteu num fenômeno transnacional, estimando-se seu faturamento anual em 100 bilhões de dólares (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 18-19).

Nascimento (2010, p. 44-47) aponta para o ocaso do regime bipolar amparado no potencial bélico das grandes potências que engendrou grande desequilíbrio entre a demanda e a oferta de serviços militares e de segurança e isso teria criado uma lacuna a qual teria sido preenchida pela iniciativa privada. Além disso, aponta para outros fatores como o movimento generalizado de privatização de setores tradicionais do Estado que se abateu sobre os países ocidentais, a comercialização dos excedentes de armamentos, a integração das ideias de competitividade e eficiência que passam a integrar a ação dos Estados em suas atividades, a não aceitação pela opinião pública da ocorrência de acentuadas baixas de seus militares, em operações extraterritoriais, a multiplicação de conflitos interestatais em países incapazes de empreender a sua própria segurança e defesa, bem como a redução de custos e efetivos relativos à manutenção de grandes exércitos.

Já Browning elenca algumas causas para a proliferação das EMSP, tais como: o enxugamento das forças armadas em resposta ao fim da Guerra Fria, a inundação do mercado mundial com armamento e equipamento militar, a abundante oferta de mão-de-obra militar criando uma poderosa força de trabalho disponível, a emergência das chamadas “novas guerras”², a falta de disposição das grandes potências em prover segurança para muitos regimes na nova configuração da política internacional, para ele, tudo isso criou “vácuos de

² Para Munkler (2005, Introdução) as “Novas Guerras” se caracterizam pela atuação cada vez mais proeminente de atores paraestatais e privados, tais como: as EMSP, guerrilheiros, senhores da guerra e outros, onde o Estado abdica de sua condição de monopolizador fático da guerra. Para Kaldor (2012, p. 4) as “Novas Guerras” devem ser entendidas no contexto do fenômeno da Globalização, onde se verifica a mudança no perfil de atuação da autoridade política e a presença maciça de outros atores como repórteres, mercenários, Organizações Não-Governamentais (ONG) e outros.

poder” e zonas de instabilidade o que foi devidamente preenchido pelas EMSP. E, ainda, acrescenta a importância da ideologia neoliberal com a sua preferência em privatizar e terceirizar a esfera pública na crença da melhoria da eficiência e da efetividade (BROWNING, 2013, p. 59).

O Sistema Internacional pós-Guerra Fria, se caracteriza pelo policentrismo e não pelo monocentrismo. Em outras palavras, em que pese que o Estado seja ainda o ator central o poder passa a ser repartido com outros atores do sistema. A maior comprovação disso é a própria crise do Estado Moderno que se reflete na crescente transferência de autoridade por parte dos Estados a organismos de todos os níveis e mesmo ao setor privado os quais passam a atuar em esferas antes da incumbência exclusivamente pública (IGLESIAS, 2010, p. 25).

O monopólio da violência legítima por parte dos Estados, na realidade, foi um parêntesis, numa história acentuadamente dominada por atores armados privados antes do século XVIII. As transformações globais no pós-Guerra Fria outorgaram aos atores não estatais uma importância sem precedentes induzindo inclusive a ideia de que o conceito de segurança como atividade militar, num conflito, deixa de estar exclusivamente ligado ao Estado (IGLESIAS, 2010, p. 25-29).

Para Iglesias (2010, p. 27-30) a globalização impôs a busca de sistemas de gestão mais eficientes nos Estados ocidentais e assim a privatização da segurança foi sendo promovida pelos próprios governos. Para ele, as rápidas mudanças introduzidas pela globalização levaram a uma redução da importância do papel dos Estados na questão da segurança a qual deixa de estar umbilicalmente ligada ao Estado como era entendido antes da Guerra Fria.

Desde 1990, o escopo, a natureza e a importância da privatização da guerra vêm mudando drasticamente, dos antigos mercenários para uma multibilionária indústria que emergiu um Mercado Global da Força. Empresas Militares Privadas e de Segurança tais como: Halliburton, DynCorp, Aegis, Enrys e Blackwater (atual Academi), passaram a fazer parte do panorama desta indústria as quais são contratadas por Organizações Internacionais, Agências Humanitárias, Alianças Militares, outras Empresas e até mesmo Organizações criminais e Grupos rebeldes. Por exemplo, durante o conflito da Líbia em 2011, EMSP foram contratadas pelo líder líbio Coronel Gaddafi e também pelos grupos rebeldes que queriam depô-lo (BROWNING, 2013, p. 58).

Corroborar-se o parágrafo anterior ao registrar que desde o fim da Guerra Fria existe um crescente mercado para a indústria militar privada e de segurança e que o papel das EMSP vêm crescendo de importância, nas operações militares contemporâneas, perfazendo atividades tradicionalmente realizadas por exércitos regulares, tais como: guarda e segurança

de infraestruturas e de pessoas, interrogatórios de prisioneiros, inteligência, treinamento militar e apoio logístico (PATTISON, 2014, p. 2).

A crescente importância e a centralidade dessas empresas para a condução de operações militares no pós-Guerra Fria pode ser conferida na Guerra do Iraque. Em 2007, a empresa britânica Aegis foi contratada sob a rubrica “reconstrução de serviços de segurança” pelos EUA por quatrocentos e setenta e cinco milhões de dólares. As atividades dessas empresas são as mais diversas, passando por inteligência, avaliação de riscos, treinamento militar, consultoria militar, aconselhamento estratégico, planejamento operacional, apoio logístico, suporte tecnológico, transportes, construção de bases militares e outros serviços (BROWNING, 2013, p. 58).

O crescimento dessas empresas privadas ocorreu também para além das áreas de proteção de bens e de pessoas e forças de segurança. A privatização de serviços de inteligência em decorrência da Guerra contra o Terrorismo pode representar a fronteira mais avançada no processo de privatização da guerra relativa às atividades reservadas ao Estado, sendo que nos últimos anos nota-se uma acentuada e notável privatização das funções de informação, de monitoramento e da própria inteligência (PAOLIELLO; NASSER, 2015, p. 33).

Os conflitos do Iraque e do Afeganistão são os maiores exemplos do acentuado emprego dessa indústria por parte dos EUA e do Reino Unido que contrataram empresas como Aegis, ArmourGroup (atualmente parte da G4S), Blackwater, Enrias, KBR entre outras, sendo que conforme o Departamento de Estado dos EUA, havia mais de cento e cinquenta mil funcionários das EMSP, no Iraque, em 2008; e mais de cento e quinze mil, no Afeganistão, todos a serviço dos EUA. Observa-se, ainda, que o uso dessas empresas não se limitou somente a esses Estados sendo contratadas por diversas organizações. Assim, as EMSP são uma indispensável e importante parte do panorama das operações militares contemporâneas (PATTISON, 2014, p. 2).

A iniciativa militar privada sempre teve um papel prevalente no Sistema Internacional como visto anteriormente, desde os mercenários, os *condotieri*, os corsários, as companhias mercantis britânica e holandesa; entretanto, como é sabido durante boa parte do século XX os Estados foram os maiores provedores da força militar e a atuação privada foi muito tímida. Porque, então, os atores privados voltaram a ter grande importância no pós-Guerra Fria?

Talvez o fator mais importante seja o neoliberalismo e a acentuada ideia global da privatização generalizada, pois existe uma presunção de que as EMSP podem prover serviços mais baratos e com mais eficiência que os próprios Estados. Assim, os Estados privatizariam

os serviços ditos “não centrais” permitindo a eles concentrar todos os esforços nas atividades “core” - como o combate propriamente dito (PATTISON, 2014, p. 14).

A outra resposta seria a atratividade política das EMSP permitindo aos líderes se furtarem de maior controle democrático e das restrições de ordem política para o atingimento dos seus objetivos de política externa, pois seu uso possibilita reduzir o número de baixas dos soldados regulares, lidar com apertos orçamentários, e até mesmo operar com pouca transparência perante a sociedade em geral (PATTISON, 2014, p. 14).

Após os anos noventa, os Estados Unidos país modelo da privatização da guerra e outros países ocidentais incrementaram o uso de empresas provedoras de serviços até então executados pelas Forças Armadas, nos conflitos armados; alguns fatores podem ser apontados para essa mudança estratégica, tais como: pressão do mercado em busca de eficiência econômica; intensificação da expansão tecnológica; redução de efetivos militares e ocorrências de numerosos conflitos de carácter étnico e religioso pelo mundo, impossibilitando o aparato militar regular de agir em todos esses eventos e setores (IGLESIAS, 2010, p. 27-30).

Desse modo, existe uma indicação coerente de que o monopólio do uso da força está se alterando de forma coerente com as transformações que sofrem os próprios Estados onde se observa uma progressiva privatização da segurança a qual desafia a própria supremacia do Estado, no entanto, é importante observar que este fenômeno é coerente com as transformações induzidas pelo acentuado e acelerado processo de globalização e pelas ideias neoliberais a que os Estados estão sendo submetidos (IGLESIAS, 2010, p. 27-31).

Assim, há uma tendência para a desagregação do monopólio estatal da violência que pode ser observado pelo fato de as empresas privadas terem liberado os Estados de responsabilidades as quais já não podiam mais administrar de maneira adequada, haja vista, esse novo ambiente internacional acentuadamente globalizado e neoliberal.

Mary Kaldor (2012, p. 5) ratifica o pensamento da erosão do monopólio estatal da violência pós-Guerra Fria ao considerar que o impacto da globalização é visível nas “Novas Guerras” - ao verificar a presença de tropas mercenárias, conselheiros militares e Organizações Internacionais Governamentais e não governamentais na zona de combate.

Para Munkler a desestatização da guerra tem sua expressão mais clara na crescente aparição de atores paraestatais e privados e se vê impulsionada pela comercialização da violência bélica e a distinção cada vez mais difusa entre o uso da força e a atividade econômica. É característica das “Novas Guerras” a perda do monopólio da violência bélica

por parte dos Estados. E quando esses aparecem o fazem em uma combinação com uma série de empresários da guerra privados. (MUNKLER, 2005, p. 22).

A presença crescente da privatização e comercialização da guerra aparece também na tendência ao aparecimento de EMSP que passam a ter um papel em quase todos os conflitos bélicos: desde aventureiros e soldados de fortuna na Europa Ocidental que atuaram na Guerra dos Balcãs ou por ofertantes profissionais com sede em Londres e filiais em todo mundo, tais como: Control Risks, Defence Systems, Sandline International, Executive Outcomes, entre outras, as quais oferecem diversos tipos serviços. (MUNKLER, 2005, p. 22).

Iglesias (2010, p. 84-86) sem descartar outros fatores, destaca dois para o crescimento das EMSP: a necessidade de segurança nos Estados falidos ou débeis e a busca desenfreada pela eficiência nos países desenvolvidos.

A necessidade de segurança em países débeis ou falidos também intensificou a utilização das EMSP não somente por parte dos governos, mas também por parte de outros atores, tais como: empresas multinacionais normalmente ligadas à mineração, Organizações Não- Governamentais que atuam nessas áreas e Organizações Internacionais Intergovernamentais que mantêm programas de ajuda humanitária, haja vista, sua incapacidade de prover segurança internamente e ao afastamento de países europeus que outrora se encarregavam de prover essa segurança sob diversas formas.

De outro modo, sintetiza Iglesias (2010, p. 86-87) que a combinação da quebra do monopólio da força nos Estados débeis e a perda do interesse dos países desenvolvidos em manter a estabilidade dos mesmos contribuíram para o incremento da utilização das EMSP.

Por outro lado, o fator que é atinente a busca da eficiência pelos países desenvolvidos, encontra-se fundado na redução dos efetivos e dos orçamentos militares pós-Guerra Fria, num ambiente de globalização e liberalização do comércio internacional, associado a ideia da privatização generalizada das funções estatais mesmo aquelas umbilicalmente ligadas ao uso da força e intimamente relacionadas com o interesse público.

Assim, Iglesias (2010, p. 88) alerta que a expansão dos valores do livre mercado, legitimada pela universalidade e pela interdependência econômica, estimula a iniciativa privada a ocupar áreas até agora reservadas, com exclusividade, ao setor público, como por exemplo, a segurança e a defesa.

Nos EUA o recurso as EMSP se remonta ao início da Guerra Fria quando certas empresas do setor de defesa começaram a dominar a pesquisa e o desenvolvimento das novas tecnologias militares. O nome dado a essa relação entre o setor privado e o governo estatal foi de “Complexo Industrial Militar” em discurso de despedida proferido pelo presidente Dwight

Eisenhower, em 1961. As raízes dessas empresas tem origem na engenharia e na economia voltada à defesa e a segurança. Nesse contexto, durante os últimos cinquenta anos empresas privadas vem proporcionando um amplo elenco de serviços e produtos, relativos ao setor de defesa dos EUA. Efetivamente, esse tipo de empresa assumiu um papel muito mais amplo atuando sob contrato de prestação de serviços em atividades humanitárias, de assistência e em programas de reconstrução pós-conflito (IGLESIAS, 2010, p. 89; KINSEY, 2006, p. 103).

Desse modo, essas empresas, quando há aumento de demanda na segurança nacional, levam a cabo uma serie de tarefas que no passado eram de responsabilidade exclusiva das forças armadas norte-americanas. Assim entendido, essas atividades poderiam representar um novo elemento do Complexo Industrial Militar norte-americano, pelos fortes vínculos que as EMSP estadunidenses estabelecem com seu governo. Além do nexo de união entre essas empresas e as forças armadas, existe também a situação em que um grande número de oficiais depois de passarem para a reserva começam a trabalhar para essas empresas, facilitando seu acesso a cadeia de comando militar dos EUA. Uma boa parte dessas empresas é dirigida por ex-militares (generais e coronéis) criando uma dinâmica estrutural que responde a lógica comercial da indústria de se inserir nos assuntos de Estado via ex-integrantes (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 78; IGLESIAS, 2010, p. 89).

As principais razões para a contratação das EMSP pelos EUA são elencadas a seguir:

- a) rapidez de adaptação as necessidades sendo que diferentemente dos servidores públicos as EMSP podem ser contratadas e dispensadas rapidamente;
- b) as EMSP são multiplicadoras da força militar, pois liberam as tarefas essenciais de combate para as forças armadas;
- c) contam com conhecimentos técnicos especializados que em muitas ocasiões são únicos;
- d) economia de custos, pois a contratação somente se efetua quando estes serviços são necessários, sendo o contrato cancelado quando finalizada a necessidade propriamente dita , não havendo despesas fixas como por exemplo, previdência e planos de saúde como ocorre com os militares (IGLESIAS, 2010, p. 90).

O modelo britânico é diferente do dos EUA, pois existe a tradição preferencial pela privatização, assim como o papel do setor privado na exportação de serviços de segurança. As EMSP britânicas se distinguem das norte-americanas no seu tamanho menor, no tipo, nas missões e na modalidade dos clientes que servem, mas possuem uma maior independência em relação ao seu governo, ainda que nos últimos anos tenha existido certa convergência com o

modelo estadunidense. A expansão dessas empresas certamente se deu pela existência de antigos laços coloniais tendo, portanto, um caráter mais global, não sujeitos as exigências do governo britânico. As empresas britânicas captam clientes no exterior ainda que mantenham contato com seu governo (IGLESIAS, 2010, p. 91).

Kinsey vaticina ao dizer que não há dúvida em que a atividade das EMSP do Reino Unido tem suas raízes nos tradicionais mercenários que operaram na África durante os processos de descolonização. Entretanto, adquiriram, nos dias de hoje, igual as empresas norte-americanas, uma fisionomia altamente profissionalizada (KINSEY, 2006, p. 103).

A multiplicidade de clientes é uma característica das modernas EMSP haja vista a variedade de atores estatais e privados atualmente presentes e atuantes nos conflitos armados e pós- conflitos do pós-Guerra Fria.

As EMSP prestam serviços a diversos clientes, tais como: Estados (principais clientes), Empresas Multinacionais, Organizações Internacionais (OI) - como a ONU - e Organizações Não-Governamentais, que operam em áreas de conflito. Essa demanda será vista com mais detalhes no próximo capítulo O Mercado Global da Força.

Como no paradigmático caso norte-americano os Estados, em sua maioria, têm incrementado sua confiança nas EMSP, fator que se considera como causa do seu formidável crescimento global. Há que se considerar que a contratação por Estados ocidentais democráticos é diferente das contratações por Estados de países normalmente em desenvolvimento e que tem dificuldade no controle do uso da força em seu território, como no caso de Estados frágeis do continente africano onde o uso da força pode se submeter aos interesses dessas corporações de soldados (IGLESIAS, 2010, p. 92).

As empresas multinacionais, normalmente, mineiras, operam, também, em áreas de alto risco para o seu patrimônio e seus empregados, normalmente em países em desenvolvimento e, assim, também contratam EMSP para prover sua segurança nessas áreas. O problema é que as EMSP são acusadas de proporcionar uma força que facilita o controle por parte dessas corporações sobre os recursos naturais de Estados frágeis, em zonas assoladas por conflitos, favorecendo que essas empresas multinacionais mantenham uma posição de privilégio. Por outro lado, os governos frágeis normalmente pagam pelos serviços que as EMSP prestam com concessões mineiras e isto suscita a possibilidade de que as EMSP possam estar mais interessadas em assegurar as áreas mineradoras que na prestação dos serviços de contratados (IGLESIAS, 2010, p. 93).

No caso das Nações Unidas o fato de haver renúncia ou mesmo a demora pelos países em proporcionar as forças militares para integrarem as operações humanitárias, como nos

casos da Bósnia, Ruanda e Somália, isso fortalece a ideia de se recorrer a contratação de EMSP para a realização de funções atinentes à gestão de crise e de segurança o que vai de encontro aos propósitos da própria instituição (IGLESIAS, 2010, p. 94).

As Organizações Não Governamentais também são muito vulneráveis onde desenvolvem suas atividades, normalmente em zonas de conflito e, portanto, de alto risco para seus funcionários. Assim, as EMSP desempenham também um importante papel junto dessas organizações, provendo a segurança de pessoas e de instalações e auferindo legitimidade por estarem se relacionando duplamente, com organizações humanitárias e organizações como as Nações Unidas (IGLESIAS, 2010, p. 95).

A utilização das EMSP traz também um viés negativo para as organizações humanitárias, pois a segurança armada, também, pode ser vista como parte do conflito e não unicamente como promotora de socorro aos necessitados, levantando dúvidas sobre o princípio da ética humanitária da neutralidade (SINGER, 2008, p.103).

O quadro a seguir sintetiza alguns exemplos de clientes e serviços das EMSP.

Quadro 1 - Clientes e Serviços das EMSP

CLIENTES	NATUREZA DO SERVIÇO	EXEMPLOS
Estados	- apoio logístico (inclusive manutenção de equipamentos); -segurança de pessoas e instalações; - participação direta nas hostilidades -consultorias diversas	-Estados desenvolvidos: EUA -Estados débeis ou falidos: Serra Leoa
Organizações Intergovernamentais (OI)	- apoio logístico; -segurança de pessoas e instalações e -consultorias diversas	- O N U - OTAN - Comissão Europeia
Organizações Não Governamentais (ONG)	-segurança de pessoas e de instalações	- Cáritas, Save the Children
Multinacionais	-segurança de pessoas e de instalações	-IDAS (empresa mineradora que operou em Angola durante a guerra civil)

Fonte: elaborado pelo autor com base em Iglesias (2010, p. 92-96) e Ortiz (2010).

O quadro anterior corrobora a assertiva de que além dos Estados outros clientes formam e conformam o Mercado Global da Força no mundo pós-Guerra Fria. As EMSP se apresentam como uma viável alternativa as necessidades de segurança e de defesa desses consumidores os quais normalmente atuam em ambientes instáveis e com alto risco de vida.

A atuação dos atores privados nos conflitos armados foi uma característica importante no Sistema Internacional a qual persistiu por vários séculos. Entretanto, uma combinação de

fatores conduziu os Estados a gradualmente abandonarem o comércio das atividades militares e de segurança, sendo que no século XIX o monopólio estatal do uso da força, baseado no exército de cidadãos em armas, tornou-se o paradigma dos conflitos internacionais. A emergência e a rápida proliferação das EMSP, na década de 1990, desafia este paradigma e assinala uma importante mudança no entendimento da moderna Segurança Internacional. Nos últimos vinte e cinco anos, centenas de milhares de empregados das EMSP proveram serviços militares e de segurança para os Estados, Organizações Internacionais, corporações e ONGs ao redor do mundo, suas atividades vão desde missões de combate na década de 1990, a consultoria, treinamento militar, segurança armada e a complexa logística operacional, realizada nos conflitos e pós-conflitos modernos. Um forte Mercado da Força se forjou e, agora, existe junto aos exércitos nacionais. O boom desses atores reaviva muitos debates acerca da sua utilidade e legitimidade; dentre as objeções que mais se apresentam figuram - a motivação focada na obtenção de do vil metal e não em uma causa; a ameaça na relação democrática entre o cidadão e o Estado, a ausência de um adequado controle sobre as EMSP e a perda do monopólio estatal do uso da força pelos Estados característica própria da sua definição (TONKIN, 2011, p. 52).

O que é mais chocante não é que as EMSP simplesmente existem, mas sim que se tornaram globais no seu escopo e na sua atividade e conformam hoje um verdadeiro Mercado Global da Força. Desde o fim da Guerra Fria atuam em zonas de conflito e de transição através do mundo como atores críticos e importantes, figurando até mesmo como fator determinante dos resultados bélicos e políticos (SINGER, 2008, p. 9).

Diferentemente do que ocorreu no passado as EMSP têm atitude negocial e, também, empresarial, visam o lucro corporativo, estão legalmente registradas nos seus países sedes, fazem propaganda nos meios de mídia, inclusive na internet e operam normalmente no Mercado Global da Força recém-criado.

Não é outro o entendimento de Singer ao esclarecer que as EMSP são organizadas em linhas corporativas, com hierarquia executiva que normalmente tem um conselho de administração e podem ter ações em Bolsa de Valores. Tem uma organização empresarial eficiente e capaz. Sua motivação é o lucro nos negócios ao invés do lucro individual, funcionam como unidades comerciais registradas (não agem no mercado negro de serviços mercenários ou se ocultam). Como empresas se utilizam de financiamentos corporativos em agentes financiadores e possuem uma sólida estrutura para apoiar o seu negócio. São pessoas jurídicas muitas vezes com ligações estreitas com o governo de seus Estados-sede, os quais, exigem registro, licenciamento, e chancelam seus contratos com países estrangeiros. Ao invés

de negar sua existência divulgam publicamente seus serviços oferecendo-os a uma verdadeira plêiade de clientes públicos e privados (SINGER, 2008, p. 9).

Dizer que as EMSP são um fenômeno novo contraria a própria história. Dizer que é um fenômeno antigo com uma nova roupagem – a corporativa, vai ao encontro da realidade dos fatos. **Sua característica comercial institucionalizada é o traço mais evidente de que estamos diante de um fenômeno singular** e que carrega pressões sobre o Estado e a própria forma de se fazer a guerra.

Do exposto, fica patente que os atores privados sempre tiveram uma participação importante nos conflitos armados ao longo na história da humanidade e tudo indica que retornaram com muita força no cenário internacional do pós-Guerra Fria - marcado pela globalização crescente, pela expansão do capitalismo e pela forte tendência na implementação do neoliberalismo, materializado na ideia-força de que o setor privado pode e deve realizar tarefas inerentemente estatais pois a relação custo-benefício lhe é francamente favorável.

4 A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA E O DIREITO INTERACIONAL

Este capítulo traça o perfil das implicações jurídicas das EMSP. Abarca as implicações atinentes ao Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e ao Direito Internacional Humanitário (DIH), aborda a possibilidade de julgamento pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), bem como analisa os Artigos 4º, 5º e 8º da Comissão de Direito Internacional da ONU (ACDI) sobre Responsabilidade do Estado por Atos Ilícitos que podem envolver as EMSP.

4.1 As Empresas Militares e de Segurança Privadas e o Direito Internacional

As EMSP são entidades mercantis que proveem, a quem as contrata, serviços de segurança ou logísticos, dirigidos à custódia de bens ou de pessoas ou a realização de ações de guerra num quadro de conflito armado, ou mesmo de pós-conflito. Sua presença em conflitos armados é cada vez mais frequente, seu papel na segurança contemporânea é especialmente inquietante em dois âmbitos específicos: um vinculado ao desenvolvimento das operações militares e outro ligado a definição do seu estatuto jurídico e as obrigações que delineiam sua conduta (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 87).

Com relação ao âmbito jurídico, deve-se ressaltar que as EMSP são entidades jurídicas de direito privado cujos empregados em função de suas atividades, vão armados para as zonas de conflito e estão dispostos a usar a violência no cumprimento do serviço para o qual foram contratados pelos Estados, Organizações Internacionais ou ONGs. Esta circunstância somada a ausência de um marco jurídico internacional específico suscitam problemas jurídicos complexos quanto à regulação, à limitação e controle das operações dessas empresas na arena internacional (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 89).

A primeira constatação jurídica é que não existem normas específicas sobre este tema e isso causa uma grande confusão quando se trata de buscar mecanismos de reparação de danos e individualização de responsabilidades. Em outras palavras, **o acesso das vítimas aos mecanismos jurídicos é confuso e a responsabilização individual normalmente difícil de ocorrer.**

Neste sentido, figura a ausência de normas jurídicas específicas dedicadas a regular e estabelecer normas de controle, prevenção e gestão da responsabilidade e reparação de danos causados por essas empresas, no curso de suas atividades. A ausência de uma regulação específica não deve ser interpretada como uma desvinculação das EMSP do Direito, pois é possível afirmar que estas se encontram vinculadas a diversas normas de Direito Internacional

dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 89).

O fenômeno das EMSP ao que tudo indica vai permanecer presente nas Relações Internacionais por tempo indefinido. Estes atores devem, portanto, respeitar os padrões universais de Direitos Humanos e de Direito Humanitário e se assim não procedem, suas condutas devem ser perseguidas e castigadas. O desafio do ponto de vista jurídico e prático é o de evitar a impunidade e suas nefastas consequências. E esta questão, somente, pode ser abordada a partir da reafirmação de que são as autoridades públicas que tem a missão fundamental de garantir a segurança da sociedade por meio do império da lei (MATEU; PERIS, 2009, p. 259).

Ao comentar sobre as características das EMSP que tem influência na problemática jurídica, Mateu e Peris fazem um interessante comentário sobre a questão do comprometimento e da subcontratação nos seguintes termos:

Quanto à perspectiva da posição que ocupam no marco dos conflitos armados em que participam, cabe afirmar que se trata de uma **posição certamente comprometida**. Nesse sentido, desde o momento da sua contratação passam a ser detentoras de informação altamente sensíveis. [...] O problema da **subcontratação** vem a agravar ainda mais esse cenário de indefinição e insegurança, pois é cada vez mais frequente que a empresa contratada, subcontrate com empresas locais e localizadas em países latino-americanos que se encarregam de selecionar o pessoal sem filtro algum e em condições contratuais inquietantes; como cláusulas que incorporam a renúncia da interposição de ações ante tribunais nacionais e ausência de cláusulas limitativas do uso da força (MATEU; PERIS, 2009, p. 259, grifo nosso).

Ao enquadrar o assunto Mateu e Peris (2009, p. 225) registram a pertinência dos seguintes corpos jurídicos:

- a) em primeiro lugar, o Direito Internacional Humanitário (DIH) é constituído por um conjunto de normas com o objetivo de proteger as vítimas dos conflitos armados mediante a imposição de regras as partes em contenda. O DIH, também, limita os meios e os métodos de combate e protege pessoas e bens, na zona de conflito. Estas **regras**, positivadas e consuetudinárias, **contém obrigações internacionais**, que **vinculam não somente os Estados, mas qualquer um que participe das hostilidades armadas, ou seja, são dirigidas às forças regulares e a qualquer outra estrutura irregular**. Seu arcabouço

principal encontra-se nas quatro Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e nos seus Protocolos Adicionais de 1977;¹

- b) em segundo lugar, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, dirigido à preservação da dignidade da pessoa humana em todas as suas manifestações e circunstâncias, composto de várias normas convencionais normalmente sob os auspícios das Nações Unidas;
- c) e em terceiro lugar, pelo Direito Penal Internacional, ainda incipiente, cujo fundamento é a prevenção e a sanção de condutas que abalem a consciência da humanidade, como crimes de guerra, contra humanidade e genocídio, cujo máximo expoente normativo é o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Além da ausência de uma norma internacional específica vinculante, outro problema fundamental é o estabelecimento do estatuto jurídico segundo o DIH que deve ser aplicado aos funcionários das EMSP - também chamados de contratistas. Dentro dessa visão é que será desenvolvida a questão das EMSP e o Direito Internacional.

Sem dúvida as obrigações que emanam do regime de proteção internacional dos Direitos Humanos são exigíveis com caráter universal e também em tempo de conflitos armados e são concebidas para proteger o indivíduo do Estado – são na verdade normas imperativas (CASANOVAS; LA ROSA, 2011, p. 54-55).

Existe um amplo corpo normativo de caráter internacional relativo aos Direitos Humanos. A Carta das Nações Unidas de 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 constituem a pedra angular de toda a legislação internacional atinente ao tema. Muitas destas obrigações se converteram em direito consuetudinário e de cumprimento obrigatório para os Estados (IGLESIAS, 2010, p. 168).

Os tratados fundamentais de promoção dos Direitos Humanos são: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, o Pacto Internacional de Direitos, Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, a Convenção sobre todas as formas de discriminação

¹ I - Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 para melhorar a sorte dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha; II – Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 para melhorar a sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar; III – Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativa ao trato com prisioneiros de guerra e IV – Convenção de Genebra de 12 agosto de 1949 relativa à proteção de civis em tempo de guerra. Protocolo Adicional I, de 8 de junho de 1977, as Convenções de Genebra relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais e Protocolo adicional II, de 8 de junho de 1977, relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional.

contra a mulher de 1979, a Convenção contra a tortura e outros tratos e Penas Cruéis, Inumanos e Degradantes de 1984 e a Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989 além de outros tratados e convenções de âmbito regional e específico (IGLESIAS, 2010, p. 168).

Os Estados, além de cumprir com estas obrigações, devem assegurar que os atores não estatais respeitem também as mesmas, devendo estabelecer mecanismos adequados. Além disso, é cediço que todas as partes em um conflito armado têm a responsabilidade de respeitar o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos, pois são normas imperativas universais (IGLESIAS, 2010, p. 168).

Embora sejam os Estados os principais atores do Sistema Internacional e sujeitos do Direito Internacional Público, obrigados em primeiro lugar a cumprir e fazer cumprir os Tratados e Convenções de Direitos Humanos existe uma aceitação quase que generalizada ao argumento de que a responsabilidade pelas violações de Direitos Humanos podem ser imputadas não somente aos Estados senão, também, aos atores não-estatais (IGLESIAS, 2010, p. 169).

Entre as violações de Direitos Humanos mais frequentes cometidas por funcionários das EMSP têm-se: atinente à população civil, execuções sumárias, torturas, maus tratos, atentado contra a liberdade de expressão e de opinião; quanto a autodeterminação dos povos a participação em golpes de Estado como no caso da Guiné Equatorial, em 2004, onde houve a participação da empresa Executive Outcomes e quanto aos seus próprios funcionários por trabalharem em precárias condições (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 27; MATEU; PERIS, 2009, p. 248).

Cabe registrar que a obrigação de respeitar o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos é oponível a estas empresas e a seus empregados qualquer que seja sua personalidade jurídica, incluindo, qualquer que seja seu estatuto jurídico em um conflito. (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 100; IGLESIAS, 2010, p. 169).

Para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), guardião desse ramo do Direito, o DIH é assim definido: "Parte do Direito Internacional Público o DIH é o conjunto de normas cuja finalidade, em tempo de conflito armado, é proteger as pessoas que já não participam ou deixaram de participar nas hostilidades além de limitar os métodos e os meios de guerra." (CICV, 1998a).

Swinarski apresenta, entretanto, um eficiente e completo conceito de DIH, conforme abaixo:

É um conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não-internacionais, e que limita, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito escolherem livremente os métodos e os meios utilizados (Direito de Haia) ou que protege as pessoas e os bens afetados (Direito de Genebra). (SWINARSKI, 1990, p. 31).²

O emérito professor Celso de Mello traz uma lição sucinta e precisa da definição de DIH, para dar luz a noção deste instituto: "Talvez se possa definir DIH como sub-ramo do Direito Internacional Público Positivo que integra o Direito Internacional dos Direitos Humanos, tendo por finalidade proteger a pessoa humana nos conflitos armados" (MELLO, 1997, p. 137).

Posta a definição de DIH e as demais considerações anteriores, é lícito afirmar que as EMSP, as quais são atores contratados por uma parte do conflito armado, se sujeitam a essas normas de carácter universal que são inclusive normas obrigatórias e de carácter vinculante. Porém, qual seria o estatuto jurídico desses contratistas ou empregados das EMSP, num conflito armado?

Existem apenas dois tipos de agentes configurados pelo DIH que podem estar presentes legalmente nos conflitos armados. São os civis ou os combatentes ou ainda as pessoas que acompanham as forças em conflito sem ser membros das mesmas de acordo com o artigo 4.4 da III Convenção de Genebra de 1949.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) entende que a menos que formem parte das forças armadas de um Estado ou cumpram funções de combate para um grupo armado organizado que seja parte do conflito, os empregados das EMSP são considerados civis, devendo ser avaliado caso a caso³. Entretanto, no caso de participar diretamente das

² Conforme o artigo 1.4 do Protocolo Adicional I as Convenções de Genebra de 1949, conflito armado internacional é qualquer conflito armado que surja entre Estados e conforme o artigo 1. do Protocolo Adicional II as Convenções de Genebra de 1949 conflito armado não-internacional é aquele conflito interno sem carácter internacional ou seja que surtem no interior de um Estado.

³ Segundo o CICV o *status* do pessoal das EMSP nos conflitos armados é determinado pelo DIH, caso a caso e em particular de acordo com a natureza e as circunstâncias das funções em que estejam envolvidos. Ao menos que estejam incorporados às forças armadas de um Estado ou tenham funções de combate como um grupo armado que tome parte do conflito, os contratistas das EMSP são civis. Assim, não poderão servir de alvo e são protegidos contra-ataques se não tomarem parte diretamente nas hostilidades. Se, entretanto, tomarem parte diretamente nas hostilidades perdem a proteção de não poderem ser atacados durante sua participação e se capturados poderão ser julgados somente pela sua participação nas hostilidades. O CICV observa ainda que a guarda de bases militares contra-ataques, a coleta de informações táticas de inteligência e a operação de sistemas de armas em combate são exemplos de participação direta nas hostilidades. COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Resource Centre. International Humanitarian Law private

hostilidades⁴ perdem a proteção e em caso de captura podem ser submetidos à jurisdição ordinária pelo fato de sua participação no conflito. Assim, parece claro que o CICV opta por excluir as EMSP da qualidade de combatente legítimo sujeito ao estatuto de prisioneiro de guerra em caso de detenção pela parte adversa sem atribuir qualquer categoria jurídica suplementar, ou seja, em princípio os considera como civis (MATEU; PERIS, 2009, p. 230).

Nesta mesma linha de raciocínio, pode-se depreender que as variadas atividades das EMSP colocam certas dúvidas acerca do estatuto que deve ser aplicado a seus empregados, sendo importante indicar que no caso de serem considerados civis e participem diretamente das hostilidades, devem ser qualificados como combatentes ilegítimos, perdendo a proteção que o DIH outorga aos civis na IV Convenção de Genebra de 1949 (IGLESIAS, 2010, p. 171).

Ora, está claramente posto que as EMSP são contratadas pelos Estados para a prática de serviços inerentemente estatais, com caráter militar, logístico e de segurança de pessoas e bens, num ambiente de conflito armado e desta forma não integram suas forças armadas, desse modo, verifica-se que existe uma incongruência com esse enquadramento feito pelo CICV ao considerar que os empregados das EMSP são em princípio civis. Se participam do esforço de guerra e não participam diretamente das hostilidades, talvez o estatuto de “paramilitares” seria uma boa solução, entretanto, esse não é o foco desta tese e cabe uma boa discussão sobre o tema.

Deve-se observar que o combatente legítimo é aquele que é protegido pelo DIH e ostenta o direito de participar das hostilidades, exercer a violência bélica e se sujeita ao estatuto do prisioneiro de guerra em caso de detenção pela parte adversa. Já o combatente ilegítimo não se enquadra no DIH e não goza dessas prerrogativas⁵.

Cabe ressaltar que a maioria dos empregados das EMSP está armada e presta serviços em atividades que o uso do armamento é potencialmente previsível, mas a respeito do seu enquadramento como combatente legítimo, pode-se detalhar que deve atender aos seguintes requisitos de acordo com o artigo 43 Protocolo Adicional I as Convenções de Genebra de 1949:

military / security companies. FAQ. Disponível em: <http://www.icrc.org/eng/resources/documents/faq/pm-sc-faq-150908>. 10 dez 2013. Acesso em: 20 dez 2013.

⁴ A participação direta nas hostilidades compreende três critérios cumulativos: intenção de causar dano concebido para afetar as operações ou a capacidade militar, deve ser causa direta, ou seja, entendida como um caso específico – operação militar e o dano realizados num único ato e ter existência de nexos beligerante entendido como ato específico destinado a causar dano diretamente em apoio a uma parte (IGLESIAS, 2010, p. 171).

⁵ Conforme artigo 4 da III Convenção de Genebra de 1949 e artigos 43 e 44 do seu Protocolo Adicional I de 1979.

Integrem uma estrutura que constitua parte do conflito, a existência de um comando responsável pela conduta de seus subordinados nessa estrutura, a sujeição desse empregado a um regime de disciplina que faça cumprir as normas de DIH e a necessidade de que este indivíduo porte armas visivelmente e se distinga da população civil. (Artigo 43 do Protocolo Adicional I as Convenções de Genebra de 1949).

A falta de precisão acerca do estatuto dos contratistas (integrantes das EMSP) nos conflitos armados vem demonstrada pelo fato de que representantes do próprio Congresso dos EUA requererem em várias ocasiões esclarecimentos sobre a situação das EMSP norte-americanas que operaram no Iraque e no Afeganistão (IGLESIAS, 2010, p. 172).

Logo, a observação dessas condições indica que os mesmos não podem ser enquadrados como combatentes pelo DIH - pois não estão enquadrados numa estrutura estatal (forças armadas) ou organizada (grupos armados, no caso de conflito não internacional) segundo normas do DIH.

Poderiam então ser enquadrados como mercenários?

Inicialmente deve-se fazer uma comparação entre os Mercenários e as EMSP conforme quadro a seguir que mostra as diferenças e semelhanças entre os dois.

Quadro 2 - Comparação entre os Mercenários e as EMSP

	MERCENÁRIOS	EMSP
CONCEITO	Jurídico	Em fase de formulação
ORGANIZAÇÃO	<i>Ad Hoc</i>	Utiliza modelo corporativo empresarial de entidade privada.
CONSTITUIÇÃO	<i>Ad Hoc</i>	Utiliza a legislação do país sede para se constituir como empresa comercial de prestação de serviços (requer registro e licenciamento).
RELAÇÃO CONTRATUAL	Não existe	Atividades reguladas por contrato.
SISTEMA FINANCEIRO	Não utilizam	Utilizam para transações comerciais e pagamento.
MARKETING	Não tem	Cultivam imagem de respeitabilidade e de cumprimento do Direito Internacional.
MOTIVAÇÃO	Econômica	Econômica
PARTICIPAÇÃO NOS CONFLITOS ARMADOS	Direta	Majoritariamente indireta, mas, também, pode ser direta eventualmente . Executam diversas atividades de natureza muito distinta.
DIREITO INTERNACIONAL	Atividade Proibida em Convenções	Atividade não proibida e em processo de autorregulamentação e discussão de um Tratado Internacional

	MERCENÁRIOS	EMSP
	Internacionais ⁶	vinculante. Comprometimento de cumprir DIH e DIDH.
COMANDO E HIERARQUIA	Não definidos legalmente	Cadeia de comando e hierarquia definida - como uma empresa privada.
NACIONALIDADE DOS INTEGRANTES	Diversas	Diversas

Fonte: elaborado pelo autor com base em Iglesias (2010, p. 75-76), Kinsey (2006), Singer (2008), Avant (2005) e Garcia e Pareja (2013).

Da análise do quadro anterior, pode-se depreender que as EMSP, atualmente, são bastante distintas dos mercenários, entretanto, embora uma análise histórica aponte que essas empresas são uma evolução moderna dos antigos mercenários, trajadas das vestes do neoliberalismo e da globalização.

Entretanto, à luz do DIH as EMSP e seus empregados são considerados como mercenários?

É preciso destacar que o tema é objeto de regulação por vias normativas paralelas além do DIH. A primeira é a definição do artigo 47 do Protocolo Adicional I as Convenções de Genebra de 1949 e a outra via de regulação compreende duas Convenções: a Convenção da União Africana sobre a eliminação do mercenarismo na África de 1977 e a Convenção das Nações Unidas contra o recrutamento, a utilização, o financiamento e o treinamento de mercenários de 1989.

As Nações Unidas também recriminam o mercenarismo em várias resoluções tanto do Conselho de Segurança quanto da Assembleia Geral sendo uma das mais conhecidas a 2625 (XXV) de 1979.

Ao comentarem esses institutos Mateu e Peris (2009, p. 235) registram que, para o DIH, a prática mercenária não é proibida ou delitativa ou punível, mas considerada como uma conduta que impede o direito de se reivindicar o estatuto de prisioneiro de guerra em caso de detenção. Por outro lado, para as Convenções Internacionais a prática mercenária é considerada um ilícito penal e, portanto, suscetível de ser sancionada pela ordem penal interna do Estado parte da Convenção.

⁶ - Convenção da União Africana para a eliminação dos Mercenários na África de 1972.

- Artigo 47 do Protocolo Adicional I de 1977 as Convenções de Genebra de 1949 (apenas define o que é, mas não proíbe, se for capturado não é considerado prisioneiro de guerra) e.

- Convenção Internacional contra o recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários das Nações Unidas de 1989.

Outra diferença destacada por esses autores é a relativa ao alcance das normas. Enquanto as regras do Protocolo Adicional I das Convenções de Genebra de 1949 integram o DIH e são de caráter consuetudinário e vinculantes para todos os membros da Sociedade Internacional, em particular os Estados: - as obrigações e proibições derivadas das Convenções Internacionais citadas, são oponíveis somente para os Estados partes.

Feitas essas considerações, cabe comparar a definição de mercenário com as EMSP.

Os acadêmicos Mateu e Peris (2009, p. 235) fazem esse estudo considerando a definição do artigo 47 do Protocolo Adicional I as Convenções de Genebra de 1949 e a Convenção das Nações Unidas contra o recrutamento, a utilização, o financiamento e o treinamento de mercenários de 1989, sendo que mercenário é toda pessoa que se enquadre nos seguintes requisitos:

- a) toda pessoa especialmente recrutada a fim de combater em um conflito armado e que de fato tome parte nas hostilidades – sejam elas atividades combatentes ofensivas e/ou defensivas.
- b) deve atuar por um proveito pessoal e sob a promessa de uma parte em conflito ou em nome dela de uma retribuição material consideravelmente superior à prometida as forças armadas;
- c) não deve ostentar mesma nacionalidade de uma parte em conflito – ou seja, a nacionalidade dos empregados dessas empresas é oriunda de diversos países;
- d) não pode ser membro das forças em conflito –, o que é de fácil enquadramento das no caso das EMSP e
- e) não deve ter sido enviado em missão oficial como membro de suas forças armadas por um Estado que não é parte do conflito, – o que é também de fácil enquadramento das EMSP.

Esses requisitos são cumulativos e de difícil enquadramento em uma situação concreta, mas são centrais para se determinar se um dado combatente ou indivíduo, numa zona de combate, é ou não mercenário.

De toda sorte, pode-se concluir que de maneira geral as EMSP e seus empregados não são mercenários a luz do DIH⁷.

⁷ Não é outro o entendimento do CICV que assim se expressa. A definição de mercenário do artigo 47 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra é muito restritiva. Para ser um mercenário o empregado da EMSP deve atender seus requisitos de forma cumulativa. Ninguém que seja nacional de uma parte em conflito pode ser mercenário. Além disso, a pessoa deve ser empregada com ânimo e o fim de se envolver diretamente no conflito e motivada a ganhos privados e assim será de fato considerado um mercenário. Como resultado, a

Ao encerrar sua análise sobre o assunto Garcia e Pareja (2013, p.201) chegam à conclusão que devido às peculiaridades que as EMSP apresentam, bem como seus empregados, sobre o terreno, é impossível um enquadramento nas categorias jurídicas vigentes de pessoas que participam de conflitos armados conforme o DIH. De outro modo, observa-se, mais uma vez, que a participação indireta das EMSP, em favor de um dos contendores, é evidente e o CICV poderia inclusive estudar a possibilidade de incluir uma terceira categoria, além da de civil ou combatente nos conflitos armados a qual poderia se denominar - paramilitar. Em que pese, não seja objeto dessa tese parece que essa medida traria maior clareza e precisão no perfeito enquadramento das EMSP dirimindo naturais dúvidas num ambiente de constante instabilidade e incerteza que caracterizam os conflitos armados.

E qual é a posição do CICV quanto à responsabilidade dos Estados que contratam as EMSP, segundo o DIH?

Para o CICV, os Estados não podem liberar as EMSP para atuarem no conflito armado, e seus empregados, de suas obrigações com o DIH. Os Estados são responsáveis para que os padrões do DIH e suas regras sejam respeitados, podendo inclusive ser responsabilizados por isso especialmente se a EMSP estiver sob seu controle e instruções. Os Estados devem ainda garantir mecanismos de prestação de contas para aqueles suspeitos de violarem o DIH (ICRC, 2013).

Interessante observar que, a despeito das considerações do CICV, quando da invasão do Iraque a Autoridade Provisional, na sua Ordem n. 17(dezessete), concedeu imunidade às EMSP contratadas pelos EUA sendo que mais tarde isso foi retirado. A ordem foi assinada por Paul Bremer encarregado de administrar o Iraque após a invasão.

Após a análise de diversos aspectos atinentes ao DIH e às EMSP por oportuno registra-se que a debilidade fundamental do DIH é assinalada pelo fato da aplicação do mesmo ser difícil mesmo nos exércitos nacionais, onde a cadeia de comando está claramente definida e com ela a responsabilidade pelas ordens emitidas. Logo, esta dificuldade é mais grave no caso das EMSP já que sua estrutura hierárquica não se encontra claramente definida e, portanto, fica difícil individualizar a responsabilidade pelas instruções que são passadas (IGLESIAS, 2010, p.172).

maioria dos empregados das EMSP não se enquadram na definição. Os Estados que ratificaram as Convenções da ONU e da União Africana contra o mercenarismo têm a obrigação de julgar e punir mercenários. Do ponto de vista humanitário a única consequência em ser mercenário é que não será reconhecido como combatente e terá o estatuto de prisioneiro de guerra negado se for capturado, mas mesmo assim gozará de ter adequadas condições de detenção e um julgamento justo. (COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2013).

A questão da impunidade somada as demais implicações jurídicas de falta de definição internacional de EMSP, bem como o enquadramento de seu *status* jurídico ambulante, parece lançar uma nuvem de fumaça sobre o efetivo controle, fiscalização, licenciamento e monitoramento dessas empresas no cumprimento do Direito Internacional por parte dos envolvidos. Nada pior que normas internacionais, obrigatórias e vinculantes, não cumpridas ou mesmo desprezadas, num assunto que diz respeito à Segurança Internacional e a Manutenção da Ordem Internacional. Suas consequências certamente são danosas para todos os atores internacionais e principalmente para os civis - vítimas maiores das mais frequentes violações, de Direitos Humanos e Humanitários, nos conflitos armados e pós-conflitos. Cita-se como ilustração, o estabelecimento de acordos que deram imunidade às EMSP dos EUA no Iraque pela Autoridade Provisional em 2004⁸.

Por tudo isso, torna-se imperativo distinguir o Direito Internacional Humanitário (DIH) do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) no enquadramento das EMSP.

O Direito Internacional Humanitário está integrado pelo Direito de Haia, no qual são estabelecidos os direitos e deveres dos beligerantes na condução das hostilidades, ficando limitada a sua liberdade de escolha dos métodos e dos meios de combate, e pelo Direito de Genebra, que protege as pessoas que já não participam das hostilidades. O DIH é um direito de exceção, que é ativado em tempo de conflito armado (SWINARSKI, 1990, p. 22).

Já o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) são um conjunto de regras que regem os direitos que têm como objetivo garantir, em todo momento, aos indivíduos, desfrutar dos direitos e liberdade fundamentais. É um direito de proteção, promoção e de desenvolvimento da pessoa humana (SWNARSKI, 1990, p. 24).

Depreende-se, do exposto até aqui que ambos os institutos nascem da mesma preocupação da Sociedade Internacional: o respeito da dignidade da pessoa humana.

O renomado jurista Cançado Trindade ensina que a interação entre os dois ramos do Direito Internacional Público (DIP) é manifesta no plano normativo e exemplifica que o artigo 3º comum às Convenções de Genebra de 1949, - consagra os Direitos Humanos básicos e que determinadas garantias fundamentais da pessoa humana estão inseridas nos Protocolos Adicionais de 1977 às Convenções de Genebra e para corroborar sua assertiva, atesta:

Com efeito, a aproximação e mesmo a convergência, entre o Direito Internacional Humanitário (DIH) e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) tem se manifestado no plano normativo em relação a matérias como a proibição da tortura e de tratamento cruel, desumano ou degradante; detenção e prisão arbitrárias, e outras.

⁸ Coalition Provisional Authority Order, n. 17, CPA/ORDQ 27 June 2004/17, esp Section 4, Iraq.

Dá-se assim a clara aproximação entre os institutos, sem, no entanto confundi-los; isto significa que ambos podem ser aplicados simultânea e cumulativamente assegurando complementaridade dos dois sistemas jurídicos quando os mesmos Estados forem partes tanto das convenções de Direito Humanitário quanto nas de Direitos Humanos (CANÇADO TRINDADE, 1997, p. 341-350).

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha ressalta, resumidamente, as diferenças entre os dois ramos do Direito Internacional Público, as quais estão transcritas a seguir:

- a) o DIH é aplicável em tempo de conflito armado, enquanto os Direitos Humanos são aplicáveis em qualquer tempo e lugar;
- b) o DIH protege especificamente as pessoas vítimas afetadas por um conflito armado: população civil, feridos, doentes, prisioneiros de guerra, ou detidos civis, assim como pessoal médico, religioso, civil ou militar e também o pessoal da Cruz Vermelha, afim de que possam realizar sua tarefa durante os conflitos. Os Direitos Humanos por sua vez protegem as pessoas em qualquer situação;
- c) o DIH nunca poder ser derogado ou suspenso, já os Direitos humanos o exercício de certos direitos como a liberdade de imprensa ou de circulação podem ser suspensos durante a vigência do Estado de sítio, mas também há Direitos Humanos que não podem ser derogados ou suspensos como, por exemplo, o direito a ter um julgamento imparcial;
- d) o DIH estabelece a obrigação dos Estados de adotarem medidas adicionais que punam as violações deste direito;
- e) no âmbito dos Direitos Humanos existem mecanismos de supervisão internacionais universais como o comitê do Pacto de Direitos Civis e Políticos nas Nações Unidas e outros (CICV, 1998b).

Swinarski (1990, p. 87) em seu livro “A Norma e a Guerra”, ressalta as relações entre os dois institutos quando diz que no que diz respeito **ao âmbito pessoal de aplicação, deve-se destacar que os destinatários dos direitos da norma humanitária continuam sendo fundamentalmente os Estados, embora sejam as pessoas humanas os beneficiários desta normativa;** as situações nas quais a pessoa humana pode fazer valer diretamente os seus direitos são muito excepcionais. Já nos Direitos Humanos, acontece o contrário: os indivíduos dispõem dos direitos próprios e sua titularidade lhes confere a qualidade de sujeitos do direito de hierarquia comparável aos Estados.

Por fim o que são, efetivamente, os conflitos armados senão situações que originam inobservâncias ou violações dos Direitos Humanos? Quando surge a violência sempre temos que constatar que se suspende ou prejudica a normativa dos Direitos Humanos, sejam eles de procedência internacional ou conjunto de garantias fundamentais do próprio direito interno do país. Por isso, pode-se descrever a relação que existe entre o âmbito de aplicação dos Direitos Humanos e a necessidade de aplicar o DIH como vasos comunicantes: quanto menor seja a observância do primeiro, mais vai se precisar da aplicação do segundo. E fundamentalmente esta vinculação orgânica determina a verdadeira complementaridade entre Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário (SWINARSKI, 1990, p. 87).

O Tribunal Penal Internacional (TPI) criado pelo Estatuto de Roma de 1998, é uma instituição permanente e julga pessoas que cometam crimes de maior gravidade que tenham comoção internacional, tais como: genocídio, contra humanidade, crime de guerra e de agressão⁹. O Tribunal tem jurisdição complementar às jurisdições nacionais e goza de personalidade jurídica internacional (JAPIASSÚ, 2004).

A pergunta que se coloca é o que pode fazer o TPI para estancar a impunidade no caso dos empregados das EMSP?

Inicialmente cabe uma explicação a respeito dos crimes de sua competência.

O artigo 6º do Estatuto de Roma define o crime de genocídio nos seguintes termos – ato praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Exemplos: Homicídio de membros de um grupo, sujeição intencional do grupo a condições de vida que provoquem sua destruição física, total ou parcial (ESTATUTO..., 1998).

O artigo 7º do Estatuto de Roma define o crime contra humanidade como um ato quando cometido num quadro de ataque generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque. Exemplos: homicídio, extermínio, escravidão, deportação e tortura (ESTATUTO..., 1998).

O artigo 8º do Estatuto de Roma define o crime de guerra as graves violações às Convenções de Genebra de 1949 – dirigidas as pessoas ou bens tutelados por elas (essas graves violações já se encontram previstas nas respectivas Convenções). Exemplos: Homicídio doloso, tortura, tomada de reféns, recrutar menores de 15 anos para participar das hostilidades (ESTATUTO..., 1998).

⁹ Artigo 5.2. O Tribunal poderá exercer a sua competência em relação ao crime de agressão, desde que, nos termos dos artigos 121 e 123, seja aprovada uma disposição em que se defina o crime e se enunciem as condições em que o Tribunal terá competência relativamente a este crime. Tal disposição deve ser compatível com as disposições pertinentes da Carta das Nações Unidas (ESTATUTO..., 1998).

Cabe ressaltar que o Tribunal não tem jurisdição sobre empresas. Ele somente julga pessoas que tenham cometido crimes internacionais. Há, entretanto, uma série de obstáculos que dificultam e limitam a ação do Tribunal no caso específico das EMSP.

A primeira limitação é que o Tribunal não tem jurisdição sobre todas as pessoas do mundo – há necessidade de que o Estado, da pessoa delituosa, seja signatário do Estatuto de Roma, ou aceite sua jurisdição, para que o TPI possa incidir sobre seus nacionais. Vale lembrar que os empregados das EMSP têm nacionalidades diversas e isso certamente criaria dependência em relação à situação do seu Estado em relação ao Estatuto de Roma, embora a maioria dos países do mundo o tenham assinado. Cabe registrar que os EUA não são signatários do Estatuto de Roma e isso colocaria os norte-americanos que trabalham para as EMSP fora da jurisdição do Tribunal (CREUTZ, 2012, p. 63).

A segunda limitação ocorre pelo princípio da complementaridade, ou seja, as pessoas que sejam suspeitas de terem cometido crimes de genocídio, de guerra e contra a humanidade devem ser julgadas pelas cortes nacionais dos Estados signatários do Estatuto de Roma. Somente se o Estado não tiver condições de realizar o julgamento é que o TPI atuará (CREUTZ, 2012, p. 63).

A terceira limitação diz respeito a sua jurisdição se restringir aos crimes mais graves que afetam a comunidade internacional em seu conjunto, limitada apenas a quatro. Quanto ao crime de genocídio é necessária a intenção de destruir o grupo étnico oposto no todo ou em parte e isso embora possa ocorrer não é o caso dos empregados das EMSP. Quanto ao crime contra a humanidade, este deve ser cometido como parte de um ataque sistemático, contra uma população civil, embora os empregados das EMSP possam fazer um ato com essas características o que normalmente ocorre são violações incidentais e não nesse padrão. Quanto ao crime de guerra elencado nas Convenções de Genebra de 1949, como graves violações ao DIH, este é mais pertinente e provável de cometimento dos empregados das EMSP., já o crime de agressão, também, de competência do TPI carece de definição e não é levado em conta (CREUTZ, 2012, p. 63).

A quarta limitação é de ordem operacional e o TPI não tem condições de materiais e financeiras para lidar com todos os casos. Tanto é assim que normalmente busca os casos mais gravosos e de maior comoção internacional (CREUTZ, 2012, p. 63).

Fica evidente após essa breve análise que o TPI não é a melhor opção para dar seguimento as violações cometidas pelos empregados das EMSP e por elas próprias.

Com essas premissas é pouco provável que um empregado de uma EMSP possa ser julgado pelo TPI nos casos em que o mesmo é competente, haja vista as limitações alinhavadas (IGLESIAS, 2010, p. 172).

Importante registrar, que seria de todo oportuno que um tratado internacional vinculante reiterasse a competência do TPI, como jurisdição complementar aos Estados, para processar e julgar os empregados das EMSP.

Cabe destacar, mais uma vez, que o TPI é competente para processar e julgar todos os crimes que fazem parte do Estatuto de Roma no que tange a pessoa humana, assim, embora improvável, nos dias de hoje, que um empregado das EMSP seja julgado pelo TPI essa possibilidade é de todo factível desde que haja vontade política dos seus Estados-membros. Até o presente momento, entretanto, nenhum caso sequer relativo às EMSP foi levado ao Tribunal.

4.2 A Responsabilidade Internacional do Estado

Inicialmente, deve-se registrar que se a pretensão dos membros fundadores da ONU era a constituição de uma Sociedade Internacional, espera-se, pelo menos, que as relações entre seus membros sejam pautadas por normas jurídicas que lhes garantam previsibilidade, a segurança e a ordem, logo, um ordenamento jurídico desprovido da Teoria da Responsabilidade se torna vazio de legalidade e inócuo no âmbito das Relações Internacionais.

A missão de sistematizar o assunto foi dada a Comissão de Direito Internacional da ONU em 1953. Em 2001, o trabalho foi apresentado a Assembleia Geral da ONU a qual recomendou a sua observação. Todavia cabe esclarecer que o trabalho da CDI não possui força vinculante (RIBEIRO, 2012, p. 58-59)

Tonkin ao se referir aos Artigos da Comissão de Direito Internacional (ACDI) das Nações Unidas, destaca que embora ainda não sejam adotados na forma de um tratado vinculante, eles representam a visão da grande maioria dos mais renomados internacionalistas (TONKIN, 2012, p. 56).

Os principais Artigos da Comissão de Direito Internacional sobre Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Ilícitos (ACDI), adotados em 2001 conforme Resolução 56/83 da Assembleia Geral das Nações Unidas são os seguintes (RIBEIRO, 2012, p. 243):

Parte Um

O Ato Estatal Internacionalmente Ilícito

Capítulo I

Princípios Gerais

Artigo 1º

A responsabilidade dos Estados por seus atos internacionalmente ilícitos.

Todo ato estatal internacionalmente ilícito acarreta sua responsabilidade internacional.

Artigo 2º

Elementos de um ato estatal internacionalmente ilícito

Um ato estatal é internacionalmente ilícito quando uma conduta consistindo de uma ação ou omissão:

- (a) É atribuível ao Estado consoante o direito internacional; e
- (b) Constitui uma violação a uma obrigação internacional do Estado.

Artigo 3º

Caracterização de um ato estatal como internacionalmente ilícito.

A caracterização de um ato estatal como internacionalmente ilícito é regulamentada pelo Direito Internacional. Tal caracterização não é afetada pela caracterização do mesmo ato como ilícito pelo direito interno.

Capítulo II

Atribuição da conduta a um Estado

Artigo 4º

1. Considerar-se-á como ato estatal a conduta de qualquer de seus órgãos, consoante o Direito Internacional, quer o órgão desempenhe função legislativa, judicial ou outra função, qualquer que seja sua posição na organização do Estado, e independentemente de tratar-se de órgão do governo central ou de unidade do Estado.

2. Incluir-se-á como órgão qualquer pessoa ou entidade que tenha tal status de acordo com o direito interno do Estado.

Artigo 5º

Conduta de pessoa ou entidades que exerçam elementos de autoridade governamental.

Considerar-se-á como ato estatal, de acordo com o Direito Internacional, a conduta de uma pessoa ou entidade que não seja um órgão do Estado de acordo com o artigo 4º mas que tem poderes, de acordo com a legislação daquele Estado, para exercer elementos da autoridade governamental, desde que a pessoa ou entidade esteja agindo naquela qualidade.

[...]

Artigo 8º

Conduta dirigida ou controlada por um Estado.

Considerar-se-á ato estatal de acordo com o Direito Internacional a conduta de uma pessoa ou um grupo de pessoas se a pessoa estiver de fato agindo por instruções ou sob a direção ou controle daquele Estado ao executar a conduta.

[...]

Capítulo III

Violação de uma obrigação internacional

[...]

Artigo 12

Existência de violação de uma obrigação internacional

Há violação de uma obrigação internacional por um Estado quando um ato daquele Estado não está em conformidade com o exigido por aquela obrigação, sem considerar sua origem ou caráter.

Artigo 13

Obrigação internacional em vigor para um Estado

Um ato de um Estado não constitui violação de uma obrigação internacional, a menos que o Estado esteja vinculado à obrigação em questão no momento em que ocorre o ato.

Artigo 14

[...]

3. A violação de uma obrigação internacional que exija do Estado a prevenção de certo acontecimento produzir-se-á no momento em que começa esse acontecimento e se estende por todo o período em que o evento continua e permanece em desacordo com a obrigação.

Parte Dois

O conteúdo da Responsabilidade Internacional do Estado

Capítulo I

Princípios Gerais

Artigo 29

Continuidade do dever de cumprimento.

As consequências jurídicas de um ato internacionalmente ilícito de acordo com esta parte não afetam a continuidade do dever do Estado responsável de cumprir a obrigação violada.

[...]

Artigo 31

Reparação

1. O Estado responsável tem a obrigação de reparar completamente o prejuízo causado pelo ato internacionalmente ilícito.

2. O prejuízo inclui qualquer dano, que material ou moral, causado pelo ato estatal internacionalmente ilícito.

No que diz respeito à relação do Estado com as EMSP encontram-se três situações¹⁰: Estado contratante (*Hiring State*), o Estado de Origem (*Home State*) e o Estado de Operação ou Territorial (*Host State*) de uma EMSP, sendo que todos tem uma gama de obrigações internacionais as quais indiretamente encorajam e em alguns casos diretamente obrigam os Estados a tomarem medidas positivas para controlar seu comportamento num conflito armado. Onde há o engajamento inapropriado ou danoso ou ainda haja uma falha em relação ao Direito Internacional, em certas circunstâncias a má conduta da EMSP pode levar a responsabilização de qualquer das três categorias desses Estados. Em alguns casos a má conduta de uma EMSP pode ensejar a responsabilidade direta do Estado contratante (TONKIN, 2011, p. 70-79).

O Direito Internacional impõe numerosas obrigações aos Estados em absterem-se de cometer atos ilegais na seara internacional tais como, por exemplo, violações aos Direitos Humanos. Como os soldados, os integrantes das EMSP trabalham em zonas de conflito armado e podem se engajar numa conduta dessa natureza, em qualquer momento. Em tais casos, se a conduta é atribuível ao Estado contratante ele será o responsável, o que será visto posteriormente, entretanto, o artigo 4º (ACDI) estabelece que todos os atos dos órgãos dos

¹⁰ Não existe uma definição universal sobre os termos Estados contratante (*Hiring State*), de operação (*Host State*) e de origem (*Home State*) no tocante as EMSP, entretanto, há pequenas diferenças entre o documento de Montreux e o Projeto da ONU sobre uma possível Convenção sobre as EMSP. Nesse sentido, as definições são as seguintes: Estados contratantes: são aqueles que contratam diretamente os serviços das EMSP, incluindo suas subcontratações; Estados de Operação (Projeto da ONU) ou Estado Territorial (Documento de Montreux) são aqueles onde as EMSP efetivamente operam e Estados de Origem são aqueles cuja nacionalidade ostentem as EMSP, ou seja, onde elas estejam registradas, ou sejam, constituídas. (GOMES DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 147).

Estados devem ser considerados como atos do Estado. Assim, se um Estado contratante de uma EMSP formalmente enquadra como seu o pessoal dessa EMSP, em suas forças armadas, esses atos serão considerados como atos do Estado contratante. Essa prática, no entanto, não ocorre atualmente. Mesmo onde o Estado contratante formalmente não enquadra o pessoal da EMSP, pode haver casos nos quais o pessoal da EMSP esteja tão integrado as forças armadas de fato que isso acaba por responsabilizar o Estado contratante. Mas na verdade são poucos os casos desse tipo, a grande maioria dos casos está abrangida pelos artigos 5º e 8º (ACDI) (TONKIN, 2011, p. 58, 70-79).

Em relação ao artigo 8º (ACDI) Tonkin observa que o mesmo enquadra os integrantes das EMSP que estão de fato sob instruções e sob a direção ou controle de um Estado contratante. Entretanto, como o Estado contratante raramente instruirá uma EMSP para violar o Direito Internacional o ponto crucial recai sobre a possibilidade de direção e controle dessa EMSP numa zona de conflito armado (TONKIN, 2011, p. 58).

É importante ressaltar a diferença entre obrigações de resultado e obrigações de diligência de conduta atinentes aos Estados.

As obrigações de resultado requerem que os Estados garantam que eles atingirão um particular resultado independentemente dos meios. Enquanto que as obrigações de diligência de conduta (melhores esforços) requerem que os Estados tomem medidas razoáveis de acordo com o seu poder com a finalidade de atingir determinado resultado. (TONKIN, 2011, p. 58).

Relacionado às obrigações de conduzir diligências, TONKIN destaca que se um Estado toma todas as medidas dentro das suas possibilidades para prevenir ou evitar um Genocídio e o mesmo ocorre independentemente dessas medidas esse Estado cumpriu com a sua obrigação internacional e em princípio não pode ser responsabilizado (TONKIN, 2011, p. 58).

De outro modo, se um Estado está sob uma obrigação de resultado ele é obrigado a garantir que aquele resultado particular ocorra dentro do padrão internacional estabelecido pelo Direito Internacional. Se esse Estado falha ele incorre em responsabilidade internacional. O fato de o Estado ter se utilizado de seus melhores esforços e tomado as melhores medidas não são suficientes, ele será enquadrado pelo seu sucesso ou pela sua falha. Como exemplo de obrigações de resultado que impõem essas obrigações aos seus Estados – partes, temos as IV Convenções de Genebra de 1949: a I Convenção discorre sobre o tratamento a ser dado aos feridos em combate terrestre, a II Convenção sobre o tratamento aos náufragos, A III Convenção discorre sobre os padrões internacionais no tratamento prisioneiros de guerra enquanto a IV Convenção trata dos requisitos no tratamento dos internados civis durante um

conflito armado. Logo, um Estado que contrata uma EMSP para trabalhar num campo de prisioneiros de guerra ou de internados civis como os EUA terceirizaram certas atividades na prisão de Abu Graib para as empresas Titan e CACI, durante a guerra do Iraque, nesse caso, se a empresa falhou em prover os direitos dessas pessoas com cuidados adequados, o Estado será responsável por não ter sido capaz de garantir os padrões exigidos. Essa responsabilidade independe se a conduta da empresa é atribuível ao Estado ou mesmo se ele tomou todas as medidas cabíveis para a empresa atuar apropriadamente (TONKIN, 2011, p. 61).

Como exemplo, registra-se que em 2003 na invasão do Iraque os EUA contrataram a CACI para realizar interrogatórios na prisão de Abu Graib e a Titan para realizar traduções, sendo que um relatório sobre as violações de Direitos Humanos ali cometidos revelou, também, a participação dos funcionários de ambas as empresas nessas violações, além dos servidores públicos e militares norte-americanos (TONKIN, 2011, p. 61).

Deste modo, deve-se ressaltar, também, que o Estado não é automaticamente responsável por qualquer violação do DIH ou dos Direitos Humanos, cometida por uma EMSP, ele será responsável se a conduta da EMSP for atribuível ao Estado de acordo com as normas internacionais atinentes a sua responsabilidade (TONKIN, 2011, p. 62).

As EMSP trabalham em zonas de conflitos armados ou pós-conflitos, junto ou em conjunto as forças armadas do Estado contratante, realizando muitas funções no contexto da mesma missão geral. Assim, como os soldados, o pessoal das EMSP pode se engajar em condutas inapropriadas as quais são inconsistentes com as obrigações primárias dos Estados contratantes, esse pessoal pode cometer crimes de guerra, ou violações de Direitos Humanos. E assim, será mais difícil estabelecer a responsabilidade do Estado contratante por violações cometidas por um empregado de uma EMSP comparativamente se um soldado deste Estado se engajasse na mesma conduta. Esta discrepância pode oferecer um incentivo para os Estados privatizarem suas atividades militares e de segurança com o objetivo de reduzir o risco de serem responsabilizados por violações ao Direito Internacional ocorridas num conflito armado (TONKIN, 2011, p. 80).

Em resumo, temos três casos segundo Tonkin que diz respeito ao Estado contratante. O caso mais raro a ser considerado é quando uma EMSP está altamente integrada nas forças armadas de um Estado contratante onde é considerada como parte desta força para o propósito de responsabilidade do Estado contratante. O caso, mais comum, ocorre quando uma EMSP por lei exercita elementos da autoridade governamental e o outro caso ocorre quando a atribuição da responsabilidade se dá em virtude do Estado contratante dar instruções, dirigir ou controlar essa EMSP (TONKIN, 2011, p. 80).

O artigo 4º da III Convenção de Genebra de 1949¹¹ relativa ao tratamento de Prisioneiros de Guerra identifica uma categoria de indivíduos com o *status* de prisioneiros de guerra nomeando-os membros das forças armadas de uma parte em conflito ou corpos de voluntários que formam parte dessas forças armadas. O termo forças armadas enquadra apenas aqueles indivíduos que são “parte por Direito” sob a Lei doméstica do Estado, em questão, dessas forças armadas - (seria o caso da EMSP formalmente incorporada, conforme artigo 4 A (1) da Convenção), e o artigo 4º A ainda estabelece o critério da incorporação “de fato” conforme o inciso (2) 4 A do mesmo artigo o qual, também, poderia se aplicar a uma EMSP, ocorrendo, quando uma EMSP de fato exerce suas atividades em função das forças armadas do Estado contratante, e está sob um comando responsável, não necessitando de Lei doméstica que assim o expresse (TONKIN, 2011, p. 85-86).

Já conceito de forças armadas pode ser visto no artigo 43 do Protocolo I Adicional as Convenções de Genebra de 1949, relativo aos conflitos internacionais, abaixo descritos:

Forças Armadas

1. As Forças Armadas de uma Parte em conflito compõem-se de todas as forças, grupos e unidades armados e organizados, colocados sob um **comando responsável** pela conduta de seus subordinados perante essa Parte, mesmo quando esta está representada por um governo ou por uma autoridade não reconhecidos por uma Parte adversa. Tais Forças Armadas deverão estar submetidas a um regime de disciplina interna que as faça cumprir, as normas de Direito Internacional aplicáveis aos conflitos armados.
2. Os membros das Forças Armadas de uma Parte em conflito (exceto aqueles que são parte do pessoal sanitário e religioso a que se refere o Artigo 33 da Terceira Convenção) são combatentes, isto é, têm direito a participar diretamente das hostilidades.
3. Sempre que uma Parte em conflito incorpore às suas Forças Armadas um organismo paramilitar ou um serviço armado encarregado de velar pela ordem pública, deverá notificá-lo as outras partes em conflito.

Como se pode ver o artigo 43 do Protocolo I abarca também as EMSP que foram incorporadas as forças armadas de uma das partes em conflito de Direito ou de Fato e aí passariam ser combatentes neste caso.

¹¹Artigo 4.º A. São prisioneiros de guerra, no sentido da presente Convenção, as pessoas que, pertencendo a uma das categorias seguintes, tenham caído em poder do inimigo: (1) Os membros das forças armadas de uma Parte no conflito, assim como os membros das milícias e dos corpos de voluntários que façam parte destas forças armadas; 2) Os membros das outras milícias e dos outros corpos de voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, pertencentes a uma Parte no conflito operando fora ou no interior do seu próprio território, mesmo se este território estiver ocupado, desde que estas milícias ou corpos voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, satisfaçam as seguintes condições: a) Ter à sua frente uma pessoa responsável pelos seus subordinados; b) Ter um sinal distinto fixo que se reconheça à distância; c) Usarem as armas à vista; d) Respeitarem, nas suas operações, as leis e usos de guerra. COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, III Convenção de Genebra de 1949.

Assim, Tonkin aponta que uma EMSP certamente poderia cair na situação do artigo 43 do Protocolo Adicional I as Convenções de Genebra de 1949 caso o Estado contratante formalmente tenha incorporado essa empresa em suas forças armadas ou a incorporação se dar de fato, mas, nesse caso, como no primeiro, se exige um comando único responsável. O Estado contratante pode desejar incorporar uma EMSP as suas forças armadas haja vista enquadrá-las em sua cadeia de comando, o que inclusive excluiria qualquer tentativa de enquadramento dessa Empresa como mercenária de acordo com o artigo 47 do mesmo Protocolo. Exemplos de fatos como esse ocorreram com o governo de Serra Leoa quando incorporou a “Executive Outcomes” em suas forças armadas antes da guerra civil entre 1995-96 e também, o caso de Papua Nova Guiné que fez o mesmo com a Empresa “Sandline”, em 1997. Salienta-se, entretanto, que não se tem ouvido falar de práticas dessa natureza, atualmente. (TONKIN, 2011, p. 80-87).

No caso de um Conflito Armado não internacional onde o Estado contratante escolheria contratar uma EMSP para ajudá-lo a manter a ordem interna e assisti-lo contra os insurgentes. Nesse caso, a empresa estaria sob a Lei doméstica e sob o DIH, especialmente o artigo 3 comum as Convenções de Genebra de 1949 além do Protocolo Adicional II as mesmas Convenções.

Nesse sentido o artigo 3º comum as IV Convenções de Genebra de 1949, assim se expressa:

No caso de conflito armado que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Partes contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:

(1) As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de carácter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:

a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;

b) A tomada de reféns;

c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;

d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

(2) Os feridos e doentes serão recolhidos e tratados.

Um organismo humanitário imparcial, como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às partes no conflito.

As Partes no conflito esforçar-se-ão também por pôr em vigor, por meio de acordos especiais, todas ou parte das restantes disposições da presente Convenção.

A aplicação das disposições precedentes não afetará o estatuto jurídico das Partes no conflito (CICV, 1992a).

O caso mais comum ocorre, quando uma EMSP exerce atividades que dizem respeito aos elementos da autoridade governamental do Estado contratante, mesmo quando essa EMSP não seja órgão ou considerada órgão do Estado, se ela tiver sido autorizada pela Lei do Estado contratante a exercer elementos governamentais de sua autoridade estará assim enquadrada no artigo 5º (ACDI). É o caso quando o Estado privatiza tradicionais funções públicas como a militar, a de polícia e a de operação de centros de detenção (TONKIN, 2011, p. 99).

Mas em que se constituiria o critério do exercício da autoridade governamental?

Não há um consenso internacional sobre essa definição e isso depende de outras variáveis. **Independentemente disso, certas funções parecem ser intrinsecamente públicas pela sua própria natureza tais como o policiamento, e a administração de centros de detenção, entre outras. Um exemplo clássico seria a da empresa DynCorp contratada pelos EUA para realizar atividades de policiamento no pós-conflito bósnio, ou ainda a empresa CACI contratada também pelos EUA para interrogar prisioneiros na guerra do Iraque e como guardas desses centros de detenção** (TONKIN, 2011, p. 100).

Enquanto há um consenso internacional de que certas atividades realizadas pelas EMSP tais como o combate, o policiamento e a detenção são atividades que enquadram o exercício da autoridade governamental, em outras, há dúvida, tais como - inteligência (largamente privatizada), segurança armada de pessoas e instalações, treinamento militar e etc. O fato dessas atividades serem tradicionalmente exercidas pelos Estados é insatisfatório, pois tem sido muito privatizadas em conflitos atuais (TONKIN, 2011, p. 101).

O parágrafo anterior certamente é um dos pontos nevrálgicos da discussão sob EMSP, pois a retirada dessas atividades como do exercício da autoridade exclusiva do Estado dá ensejo a uma série de indagações não respondidas de forma efetiva pelas autoridades e atores interessados no assunto, em que pese à intensificação da privatização dessas funções nos dias de hoje.

É importante ressaltar que a conduta da EMSP é atribuída ao Estado contratante de acordo com o artigo 5º (ACDI) somente se ela se utiliza dos meios e dos poderes deste Estado para realizar as atividades contratadas, ou seja, age com aquela capacidade estatal sem a qual não poderia empreendê-las. É o caso da empresa CACI, contratada para interrogar presos em Abu Graib na guerra do Iraque (TONKIN, 2011, p. 100-101).

O último caso de atribuição de responsabilidade de ato de uma EMSP ao Estado contratante se refere ao artigo 8 (ACDI) e é atinente as instruções estatais, a direção e controle do Estado sob a empresa contratada. Nesses casos é possível atribuir os atos da empresa como responsabilidade do Estado contratante (TONKIN, 2011, p. 114).

Tonkin conclui que na maioria dos casos as atividades das EMSP seriam enquadradas pelos artigos 5º e 8º (ACDI) e assim seria possível atribuir suas condutas a responsabilidade do Estado contratante.

Cabe observar que os Estados: Contratante, de Operações e de Origem têm obrigações inerentes as EMSP advindas dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário (DIH) as quais são inerentes a sua condição própria de Estado, onde se comprometeram a cumprir e fazer cumprir essas normas internacionais das quais são signatários.

Mais uma vez, é patente a íntima ligação entre as EMSP e os Estados sob o ponto de vista jurídico onde cabe ao mesmo se responsabilizar pelos atos dessas empresas quando do enquadramento do caso, em apreço, como ato do próprio do Estado praticado por outrem em seu nome. De toda sorte, cabe aos Estados cumprir e fazer cumprir as normas de Direitos Humanos e de Direito Humanitário, as quais têm caráter universal, não podendo eximir-se de suas responsabilidades na sua tarefa de limitar a violência nos conflitos armados e tornar efetivos esses institutos.

Por fim, em que pese a existência desses instrumentos internacionais voltados para a limitação da violência nos conflitos armados há uma grande dificuldade no enquadramento e responsabilização das EMSP e de seus integrantes, pela inexistência de um tratado vinculante específico sobre o tema. Somente conhecer as regras aplicáveis aos conflitos armados tem um valor, comprometer-se e aplicá-las ao caso concreto tem um valor inestimável e é dever de toda a Sociedade Internacional.

5 O MERCADO GLOBAL DA FORÇA

Neste capítulo, discorre-se sobre a tentativa de diversos autores em classificar as EMSP indo desde aquelas ligadas ao centro das atividades militares às aquelas ligadas as atividades militares logísticas e de segurança individual e de instalações. Posteriormente, estima-se a riqueza e a pujança dos negócios ligados as EMSP pelas cifras bilionárias envolvidas em seus contratos. Em seguida, destaca-se a extensão da atuação global dessas empresas nos quatro cantos do mundo não havendo limites geográficos para sua atuação. Faz-se, também, um apanhado de sua evolução e transformação, comparando-as a um camaleão, haja vista, seu caráter híbrido ao desenvolver um variado rol de atividades, desde o pós - Guerra Fria até os dias atuais. Por fim, ressalta-se a importância da mão-de-obra militar para o sucesso dessa empreitada e o importante papel das EMSP na resolução dos conflitos armados modernos.

5.1 O Perfil de um Mercado em Formação

Este não é o primeiro mercado da força na história da humanidade. O Mercado que comercializava produtos e serviços em apoio aos conflitos armados era muito comum antes do Sistema de Estados vir a dominar o mundo político como conhecemos hoje. Lordes feudais suplementavam suas forças com contratados desde o século XII, bem como através da Paz de Vestfália de 1648 quase toda força era alocada pelo mercado privado. Assim, a ascensão do Estado imediatamente não precluiu o mercado da violência. Recentemente, os Estados delegam o controle sobre a força para entidades comerciais e participam do Mercado Global da Força tanto como fornecedores ou como compradores de serviços (AVANT, 2005, p. 26-27).

Existe uma grande variedade de EMSP e diferenciá-las não é fácil dada a sua inter-relação e similaridade, entretanto, o claro entendimento do fenômeno é imprescindível para entender a natureza dos serviços prestados bem como seu alcance.

Alguns autores entendem que existem as Empresas Militares Privadas (EMP) e as Empresas de Segurança Privada (ESP). As EMP ofereceriam serviços ligados ao núcleo duro das funções desempenhadas pelas forças armadas – funções de combate direto - e as ESP realizariam unicamente serviços de apoio - normalmente do tipo polícia e/ou logístico. As empresas por sua vez preferem se autodenominar empresas de segurança, tratando de afastar a ideia de participação em atividades de combate direto. Cabe ressaltar, entretanto, que na guerra moderna, a diferença entre as funções de apoio e funções de combate direto, não são

fáceis de discernir, haja vista a umbilical relação existente entre elas (IGLESIAS, 2010, p. 76).

Pode-se exemplificar a seguinte situação para desfazer a divisão acima: O estabelecimento da segurança armada de um depósito de suprimentos (víveres, combustível e munição) numa zona de combate por uma EMSP está umbilicalmente ligado ao esforço de guerra de um dos contendores – além da atividade de segurança de comboios de suprimento – é necessariamente um alvo militar de acordo com o próprio Direito Internacional Humanitário – difícil entender, portanto, que civis (no caso dos empregados das EMSP) estariam apenas realizando um serviço policial ou de segurança, nessas condições, sem maiores consequências para o poder relativo de combate entre os contendores. Deve-se lembrar, ainda, que segundo Clausewitz a logística é condição de viabilidade dos conflitos e o que dizer da logística propriamente de combate executada pelas EMSP. Logo, decidiu-se pelo uso do termo EMSP o qual abarca todas as empresas que executam serviços ligados ao combate (serviços militares ou de segurança em combate) e que são normalmente executados pelas forças armadas.

Não é outro o entendimento de Ortiz quando diz que em termos de debate ambos os termos podem ser utilizados tanto EMP como ESP, pois que são muito similares e nada impede que uma empresa preste serviço de outra natureza e categoria (ORTIZ, 2010, p. 46-47).

Ainda que não seja um tratado internacional vinculante o item 9 a)¹ do prefácio de Documento de Montreux² define EMSP da seguinte forma:

As EMSP são entidades comerciais privadas que prestam serviços militares e/ou de segurança. Os serviços militares e/ou de segurança incluem, em particular, os serviços de guarda armada e de proteção de pessoas ou objetos, como comboios, edifícios, e outros lugares, a manutenção e utilização de sistemas de armas, a custódia de prisioneiros, e o assessoramento ou a capacitação das forças de segurança e pessoal local (DOCUMENTO DE MONTREUX, 2008, p. 9, tradução nossa).

Uma tipologia bem conhecida é a estabelecida por Singer onde ele se baseia numa ponta de flecha para estabelecer o tipo de empresa fazendo alusão à proximidade das

¹ 9. Que, a los fines del presente documento, se entenderá que:

a) Las “EMSP”, como quiera que se describan a sí mismas, son entidades comerciales privadas que prestan servicios militares y/o de seguridad. Los servicios militares y/o de seguridad incluyen, en particular, los servicios de guardia armada y de protección de personas y objetos, como convoyes, edificios y otros lugares; el mantenimiento y la explotación de sistemas armamentísticos; la custodia de prisioneros; y el asesoramiento o la capacitación de las fuerzas y el personal de seguridad locales

² O Documento de Montreux é fruto da iniciativa conjunta do Governo Suíço e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha cuja finalidade é promover o respeito ao Direito Internacional Humanitário e aos Direitos Humanos sempre que as EMSP estejam presentes em conflitos armados.

empresas com a linha de frente. Desse modo, é estabelecido um paralelismo com as unidades dos exércitos regulares, considerando estes como seus clientes primordiais.

A divisão de Singer considera três categorias:

- Empresas provedoras de serviços militares, que focalizam no entorno tático e que operam muito próximas a primeira linha de frente, dirigindo e executando operações de combate (exemplos: Sandline e Executive Outcomes) ;
- Empresas consultoras militares, que proporcionam assessoramento, instrução e adestramento, não interferindo diretamente no combate. Oferecem análise tanto no nível estratégico como no nível operacional sendo o cliente que assume os riscos do combate operacional (exemplos: MPRI e DynCorp) e
- Empresas de apoio militares, que proporcionam assistência em funções relacionadas de forma direta com o uso da força letal. Estas funções normalmente logísticas são essenciais para a condução das operações militares, mas sua atuação encontra-se distante da linha de frente (exemplo: Brown and Roots e SAIC) (SINGER, 2008, p. 91-100).

A crítica a este tipo de classificação é a de que nos campos de batalha atuais as frentes são difusas e fluídas e o conflito se desenvolve em todo Teatro de Operações (TO). (IGLESIAS, 2010, p. 78).

Outra forma de classificação copiada inclusive pelos norte-americanos é a de Spearin, onde há o agrupamento de todas as empresas que proporcionam serviços militares diversos sob o termo contratista – ainda que a linha divisória entre elas seja difusa ele cita três tipos de contratistas:

- Contratistas que realizam funções logísticas, tanto no Teatro de Operações como no território nacional, tais como manutenção, transporte, serviços sanitários, alimentação e outros;
- Contratistas envolvidos em manutenção e manejo de equipamentos ou sistemas de armas complexos e
- Contratistas que prestam serviços militares e/ou policiais tais como adestramento de unidades, assessoramento, proteção de instalações ou de pessoas e desminagem (SPEARIN, 2003, p. 30).

O Departamento de Defesa dos EUA também utiliza o termo contratista de forma genérica para referir-se ao conjunto de pessoas/empresas que pode proporcionar alguns dos seguintes serviços: apoio as bases militares, segurança, construção, transporte, comunicações, e outros. O Departamento de Defesa dos EUA não utiliza o termo militar para referir-se as empresas que executam serviços de segurança, ao invés vez desse termo, usa o termo Empresa de Segurança Privada, as quais se dividem em duas grandes categorias em função do tipo de trabalho que realizam – serviços armados: tais como, segurança estática (de instalações), segurança de comboios e escoltas (proteção de personalidades) e serviços de segurança sem armas: tais como, coordenação operacional (estabelecimento de centros de

comando e controle), análise de inteligência, instrução e adestramento em funções de segurança (IGLESIAS, 2010, p. 81).

Os serviços ofertados pelas EMSP têm se adaptado ao aumento crescente da demanda, estendendo-se por todas as funções relacionadas com o combate e com o apoio ao combate as quais os exércitos desenvolvem ao realizarem suas operações militares (IGLESIAS, 2010, p. 81).

Dos diferentes tipos e definições de EMSP anteriormente expostos vê-se que os serviços que essas empresas ofertam variam enormemente de uma empresa para outra de acordo com a sua especialização. Desse modo, cada empresa procura se especializar num setor, optando por mudar de atividade unicamente se obtém benefícios econômicos, como primeiro objetivo de toda companhia mercantil ou de acordo com seu interesse em aumentar seu prestígio como empresa (KINSEY, 2006, p. 9).

Assim, torna-se muito difícil caracterizar uma empresa apenas como militar ou de segurança, pois na prática os interesses econômicos e comerciais, além de outros, é que serão os fatores preponderantes para a tomada desta decisão ainda que haja uma classificação preliminar com diferentes enfoques como já visto.

Uma caracterização baseada nas tradicionais funções castrenses pode esclarecer melhor a tipologia dessas empresas o que nos permite efetuar uma comparação entre o público e o privado, conforme a que segue:

Funções de combate:

- a) apoio operativo ligado a ações de combate direto. É necessário indicar que o número de empresas que ofertam a possibilidade de levar a cabo tarefas de combate direto é muito reduzido, haja vista sua íntima ligação e implicações com a atividade mercenária e assim sem a devida legitimidade que as EMSP como corporações legais que são, tratam de buscar e manter. Não obstante, a possibilidade continua aberta. Como exemplo, tem-se o caso que se tornou público em que o governo dos Emirados Árabes Unidos (EAU) chegou a um acordo com a empresa Reflex Responses, conhecida como R2, para o adestramento de um batalhão, composto de 800 integrantes de várias nacionalidades. Haja vista a falta de confiança em suas próprias forças armadas considerou que esta unidade seria a melhor solução para reforçar suas capacidades militares. De acordo com o contrato firmado de mais de 500 (quinhentos) milhões de dólares, entre as tarefas contratadas tem-se: combate

urbano, controle de massas, inteligência, segurança das instalações e operações especiais;

- b) segurança de pessoas, bases, infraestruturas e comboios. Inclui a instalação e operação de serviços de segurança em pontos sensíveis como bases militares, aeroportos, oleodutos etc. Engloba a proteção de transporte de provisões e abastecimento. Realiza segurança e escolta de autoridades³ e de bens privados;
- c) o manejo de sistemas de armas é outra atividade que deve ser incluída como função de combate, como exemplo existe a participação de EMSP no manejo de operações de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) em ações de combate no Afeganistão.

Funções de apoio ao combate:

- a) assessoramento e adestramento. Trata de diversas atividades que se estendem desde consultoria sobre reforma e reestruturação das forças armadas, assessoramento em política de defesa, planejamento a nível político, estratégico, operacional e tático. O adestramento, normalmente está relacionado com o combate e inclui instrução para forças locais sejam militares ou policiais;
- b) inteligência, vigilância e reconhecimento. Estas atividades estão relacionadas com a obtenção e o processo de obtenção de informações por diversos métodos, tais como; interrogatório de detidos, fotointerpretação, reconhecimento por satélite ou aéreo, assim como, análise de sinais e de imagens;
- c) conscientização cultural e missões cívico-militares. Relacionadas as operações de contra insurgência com a finalidade de logra um melhor conhecimento das aspirações e necessidades das pessoas que estão presentes no Teatro de Operações (TO). A coordenação com outros atores civis – o que nos dias de hoje é fundamental para o êxito da operação como um todo. Neste âmbito as EMSP tem a possibilidade de prover vários profissionais de diferentes áreas do conhecimento para o exame das condições culturais da população na zona de combate;

³ O principal responsável pelos EUA no Iraque, e chefe da Autoridade Provisional da Coalizão, Paul Bremer, durante seu mandato, entre maio de 2003 e junho de 2004, foi escoltado por contratistas da EMSP Blackwater (atual Academi).

- d) desminagem. Normalmente desenvolvida no marco de operações humanitárias e de ajuda desenvolvendo a limpeza de áreas minadas e armazenamento e destruição de artefatos explosivos.

Funções de apoio logístico ao combate:

- a) o apoio logístico é o setor onde se encontra a maior parte das EMSP na atualidade, inclui uma ampla variedade de serviços tais como, manutenção de sistemas de armas, operação e manutenção de sistemas de comando e controle, comunicações e informações, transporte terrestre e aéreo, abastecimento de água, víveres e outros, contratação de mão de obra local para construção e manutenção de bases, quartéis e campos de prisioneiros de guerra ou de refugiados, armazenamento e distribuição de combustível e engenharia para a construção de infraestruturas (IGLESIAS, 2010, p. 82-83).

É fácil concluir pela necessidade de uma classificação das EMSP de modo a identificá-las por grupos de atividades públicas e privadas. Infelizmente, essa classificação não existe e cada uma faz a denominação conforme os seus principais interesses e conveniências. No centro do debate, permanece a dúvida, dentro das atividades inerentemente estatais relativas ao uso da força, o que pode ser realmente privatizado.

Nessa linha de raciocínio, um tratado vinculante atinente aos Estados, conforme proposta do Grupo de Trabalho sobre o uso de Mercenários das Nações Unidas, poderia solucionar a questão sobre o que poderia ser privatizado, porém, isso parece pouco provável de se materializar no curto prazo, haja vista, o interesse de potências ocidentais, principalmente os EUA e o Reino Unido, em apostar na autorregulação do setor, em detrimento da possibilidade de um tratado com esse propósito.

A expansão e a dimensão das EMSP são cada vez maiores, sua contratação mundo a fora se encontra em ascendência, fala-se na formação de um mercado global. Sua inter-relação com as decisões políticas que perfazem a segurança e a defesa de vários Estados tem se tornado usual e próxima. Aquilatar seu mercado é difícil pelo próprio grau de sigilo de seus contratos e pela heterogeneidade das atividades que exercem, dificultando sua classificação. Porém, o impacto dessa transformação se faz sentir quando das discussões acaloradas que o tema apresenta (SINGER, 2008, p. 78).

O Centro para o Controle Democrático das Forças Armadas, em Genebra, (DCAF) assinala que em fevereiro de 2008 mais de 150 empresas ofereciam seus serviços em mais de

cinquenta países. Os dados referentes a essa indústria devem ser observados com muita cautela, pois não existe estudo pormenorizado sobre o assunto que indique quais as fontes e fatores considerados para apresentar as cifras. Os dados usualmente se veem encobertos pela orientação política do autor dos mesmos – em consequência, os dados apresentam fortes variações em função das fontes consultadas. Certas estimativas estabelecem que no ano de 2003 o mercado era de cerca de 900 (novecentos) milhões de dólares e que em 2005 já havia passado de 2,5 (dois e meio) bilhões de dólares. Outra estimativa da conta de que em 2003 o mercado era de quase um bilhão de dólares (AVANT, 2005, p. 8; IGLESIAS, 2010, p. 97).

Infelizmente, a pouca transparência dos dados não permite uma apreciação exata da sua dimensão. Dados estimativos apontam que o faturamento anual do Mercado Global da Força, gira em torno de 100 (cem) bilhões de dólares, indicando sua saúde financeira e seu poder. (SINGER, 2008, p. 78).

Alguns fatores impedem de determinar com precisão a dimensão desse mercado tanto no que se refere ao número total de empresas no mundo, como o relativo as suas cifras financeiras: a ausência de transparência no setor, a inexistência de uma categorização adequada e uniforme, o fato de que pequenas empresas aparecem e desaparecem em breves intervalos de tempo e ainda a atividade de empresas fantasmas não registradas legalmente, dificultam qualquer tentativa de delinear precisamente este mercado. Uma solução é a consulta de organismos oficiais dos EUA para os casos do Iraque e do Afeganistão (IGLESIAS, 2010, p. 97).

De acordo com estimativas do Escritório de Orçamento do Congresso dos EUA, somente entre 2003 e 2007 o Departamento de Defesa contratou serviços para o Teatro de Operações do Iraque num valor de 76 (setenta e seis) bilhões de dólares (CBO, 2008).

No ano de 2007, e no primeiro semestre de 2008, o Departamento de Defesa dos EUA alocou para os conflitos do Iraque e Afeganistão 30 (trinta) bilhões de dólares sendo 5 (cinco) para o Afeganistão e 25 (vinte e cinco) para o Iraque (U.S GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. GAO, 09-19, 2008).

Ainda quanto ao aspecto econômico a Commission on Wartime Contracting in Iraq and Afghanistan - Final Report to US Congress. August, 2011, p.25 - calculou em cerca de (cento e trinta e nove) bilhões de dólares, entre 2002 e 2011, os gastos dos EUA com as EMSP nos dois países.

Quadro 3 - Principais EMSP e valores recebidos em apoio as operações no Iraque e Afeganistão entre os anos fiscais de 2002 – 2011 nos EUA

Nr	EMSP	Valor em Bilhões de dólares
1	KBR	40,8
2	DynCorp	7,4
3	Fluor International	5,0
4	Combat Support Associates	3,6
5	L-3 Communications	1,7
6	Blackwater Lodge and Training Center	1,4
7	Triple Canopy, Inc.	1,2

Fonte: elaborado pelo autor com base em: Commission on Wartime Contracting in Iraq and Afghanistan. Transforming Wartime Contracting, Controlling Costs, Reducing Risks. Final Report to US Congress (Aug. 2011, p. 20).

Ao final de 2010, havia operando no Iraque cerca de 100 (cem) empresas as quais proporcionavam segurança, logística, apoio à infraestrutura, além de missões de comboio as tropas norte-americanas e demais clientes (IGLESIAS, 2010, p. 98).

No tocante ao Afeganistão, em 2010, operavam cerca de 52 (cinquenta e duas) empresas, sendo que algumas sem licença. No final de 2010, trabalhavam para o Departamento de Defesa mais de 90000 (noventa mil) contratistas dos quais 19000 (dezenove mil) eram armados e estas cifras não deixaram de crescer tendo variação de 400 % (quatrocentos) entre 2008 e 2010. Estes dados se comparados ao efetivo de militares dos EUA, indicam que a proporção entre forças regulares e contratistas empregados é a mais alta nunca alcançada pelo exército dos EUA e não tem comparação com qualquer outro exército do mundo. A inexistência de um registro centralizado das EMSP tanto no Iraque como no Afeganistão, infelizmente, nos aponta dados com forte variação (IGLESIAS, 2010, p. 98).

É importante também ter uma ideia dos serviços executados no Iraque e no Afeganistão em apoio às operações, pois há uma concentração nos serviços de apoio logístico, nessas operações, conforme quadro seguinte.

Quadro 4 - Serviços e valores recebidos pelas empresas em apoio às operações no Iraque e Afeganistão entre os anos fiscais 2002-2011

Nr	Serviços	Valor em Bilhões de dólares
1	Serviços de apoio logístico	46,5
2	Construção de instalações	10,4
3	Serviços de alimentação	6,6
4	Assistência técnica	5,5
5	Outros Serviços	5,2
6	Serviços de Guarda	3,8
7	Manutenção e reparo de veículos e trailers	2,4

Fonte: elaborado pelo autor com base em: Commission on Wartime Contracting in Iraq and Afghanistan. Transforming Wartime Contracting, Controlling Costs, Reducing Risks. Final Report to US Congress (Aug. 2011, p. 26).

O mercado britânico dedicado aos serviços de apoio a defesa, em 2005, movimentou cerca de 7 (sete) bilhões de dólares enquanto, na Alemanha e Austrália, mercados depois do norte-americano e britânico, mais importantes, o movimento chegou a cerca de 2 (dois) bilhões e 1(um) bilhão de dólares, respectivamente. Independentemente da precisão ou imprecisão dos números depreende-se que o Mercado Global da Força vive, no início do século XXI, um momento de dinamismo e crescimento (IGLESIAS, 2010, p. 100).

É de se supor com grande possibilidade de acerto, que a economia política do Mercado Global das EMSP está contribuindo para transformar as Relações Internacionais contemporâneas. A organização, a formação, e a evolução desse mercado dependem de decisões essencialmente políticas com consequências para Segurança Internacional e o próprio Direito Internacional (NUÑEZ IBAÑEZ, 2013, p. 83).

Os principais clientes das EMSP são os Estados e a sua motivação, normalmente, é a seguinte: insuficiente disponibilidade de pessoal militar qualificado, redução drástica dos efetivos militares e do seu orçamento, transformações na forma de combater, aumento da demanda por parte dos Estados débeis, a luta antiterror, o rechaço da opinião pública diante das baixas de seus exércitos regulares e a tendência à privatização com a intenção de reduzir custos num ambiente internacional cada vez mais globalizado e neoliberal. (SINGER, 2008, p. 13-18; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 61).

Quanto à redução, acentuada e generalizada, dos efetivos militares no pós-Guerra Fria a qual veio a criar um vácuo de pessoal militar especializado, no setor público, e, ao mesmo tempo, dispôs outro tanto para ser utilizado pela iniciativa privada em serviços militares e de segurança. Ortiz esclarece a questão com o quadro a seguir, o qual demonstra a forte redução dos efetivos militares em países importantes no cenário internacional.

Quadro 5 - Redução de efetivo militar entre 1989-2009

Estados	1989	1999	% de 1989	2009	% de 1989
EUA	2124000	1371000	64,5	1452337	68,3
Reino Unido	311.650	2124000	68,2	187210	60,1
África do Sul	103000	69950	67,9	62082	60,3
Israel	141000	173500	123	176500	125,2
URSS/Rússia	4258000	1004100	23,6	1027000	24,1

Fonte: elaborado pelo autor com base em Ortiz (2010, p. 54).

Embora hajam outros clientes os Estados são os mais importantes em virtude do valor dos contratos e do próprio negócio envolvido. Os EUA e o Reino Unido são os países que dominam esse mercado e que mais contratam.

Os EUA em escala global é o ator que mais se utilizou dessas empresas graças às transformações preparadas pelo governo de Ronald Reagan nos anos 80 e a Logistics Civil Augmentation Programm, Army Regulation 700-137, (LOGCAP), guarda – chuva institucional que estabeleceu, em 1985, as condições para que o exército dos EUA pudesse recorrer a contratistas privados (ENGBRECHT, 2011, p. 66-76; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 62).

O primeiro contrato amparado no LOGAP foi firmado em 1992, com a Brown & Roots (parte da KBR), filial da Halliburton, e permitiu a utilização dos serviços logísticos dessa empresa durante os anos 90, na Somália, Bósnia, Kosovo, Macedônia, Hungria, Arábia Saudita e Ruanda. O segundo foi firmado, em 1997, com a DynCorp para atuação na Colômbia, Guatemala, Equador, Timor e Panamá. O terceiro foi firmado novamente com a Brown & Roots, em virtude da guerra global ao terror, com atuação no Iraque e Afeganistão, Kuwait, Djibuti e Geórgia. Em virtude das críticas públicas à KBR e as práticas pouco competitivas do governo, em 2010, foram firmados vários contratos no marco do LOGCAP IV com a Flour Interncontinental, DynCorp, KBR e SERCO para a provisão de diversos serviços de apoio ao exército estadunidense no Afeganistão, Iraque, Bahrein e no Kuwait.

O controle desses contratos é extremamente difícil e depende da organização institucional de cada Estado, normalmente, quanto mais forte o Estado maior seu grau de controle, porém, quanto maior a demanda por serviços militares ou de segurança, maior é a margem de incapacidade para controlá-los o que se torna muito perigoso (AVANT, 2005, p. 34-43; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 63).

Quadro 6 - Comparativo de efetivo em conflitos armados dos EUA entre contratistas e militares

CONFLITO	RAZÃO
	CONTRATISTA/MILITARES
Guerra Civil	1:5
I Guerra Mundial	1: 20
II Guerra Mundial	1:7
Coréia	1: 2,5
Vietnam	1:6
Golfo	1: 60
Afeganistão	1: 1
Iraque	1: 1

Fonte: elaborado pelo autor com base em Garcia e Pareja (2013, p. 64).

O quadro mostra que historicamente nos EUA há uma evolução entre a quantidade de contratistas e de tropas norte-americanas empregadas nos diversos conflitos armados. Nota-se uma acentuado crescimento dos chamados contratistas durante o tempo, chegando inclusive a quantidade de contratistas superar a quantidade de tropas como o que ocorreu no Iraque e Afeganistão.

Outro dado interessante é que, em 2010, os EUA tinham mais de 260000 (duzentos e sessenta mil) empregados de EMSP, no Iraque e no Afeganistão, contratados pelo Departamento de Defesa, Departamento de Estado e a Agência para o Desenvolvimento Internacional, sendo que apenas cerca de 46000 (quarenta e seis mil), eram norte-americanos (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 62-65).

É fácil concluir que nos conflitos do Iraque e do Afeganistão os EUA fizeram intenso uso das EMSP, sendo consideradas essenciais para o desenvolvimento e o sucesso das operações haja vista seu imprescindível apoio. Entretanto, verificou-se uma situação de descontrole e a carência de mecanismos de fiscalização para evitar abusos e graves violações de Direitos Humanos e do Direito Humanitário.

Como já visto, a maioria das empresas pertencem aos EUA e ao Reino Unido. É um mercado em vigorosa ascensão e passou recentemente por um processo de concentração - com a formação de grandes grupos empresariais que são contratistas habituais do Departamento de Defesa dos EUA. Dessa forma, o complexo industrial militar se estende também ao setor de serviços militares e de segurança, além da sua tradicional participação no fornecimento de produtos bélicos (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 69).

Quanto às associações, duas se destacam, a International Peace Operations Association (IPOA)⁴ fundada em 2001 para promover os interesses e as demandas das grandes EMSP dos EUA – tem um discurso de responsabilidade social como marketing e põe ênfase numa melhor regulação do setor e a British Association of Private Security Companies (BAPSC)⁵, que congrega EMSP localizadas no Reino Unido e que advoga por uma autorregulação para o setor. As duas organizações participam do processo de autorregulação do setor com apoio da Suíça, do Reino Unido e dos EUA (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 71, 81-82).

5.2 Um Mercado nos Quatro Cantos do Mundo

O que é mais surpreendente é que não apenas esse mercado simplesmente existe, mas se tornou global tanto no seu escopo quanto em suas atividades. Iniciando, em 1990, essas empresas tem tido papel ativo em zonas de conflito e de transição, através do mundo. Elas tem apresentado um papel crítico em vários conflitos e frequentemente são o ator determinante e tem operado com impacto estratégico no processo e no resultado dos conflitos armados contemporâneos (SINGER, 2008, p. 9).

Em outras palavras, pode-se dizer que as EMSP configuram um verdadeiro Mercado Global da Força no século XXI trazendo para o cenário das Relações Internacionais um ator que goza de muita influência política, econômica e militar em todo mundo. Seus tentáculos atingiram todos os continentes e a sua pujança é percebida pela acentuada demanda por seus serviços nos conflitos armado pós-Guerra Fria.

⁴ Seu site é <www.stability-operations.org>.

⁵ Seu site é <www.bapsc.org.uk>.

5.2.1 África

A África é um continente com frágeis estruturas estatais e legado de guerras civis que combinados tem como resultante um ambiente de extrema insegurança onde as EMSP tiveram e tem uma atuação constante.

A Guerra Civil angolana ilustra bem a participação das EMSP nesse ambiente. Mais de oito EMSP participaram do conflito a favor e contra o governo. Quase todos os empregados dessas empresas eram estrangeiros de todos os cantos do mundo - da legião estrangeira francesa, paraquedistas sul-africanos, pilotos ucranianos, combatentes ghurka nepalinos e outros. A Executive Outcomes foi uma das primeiras empresas que atuaram na guerra civil angolana, sendo contratada, em 1993, para treinar o exército angolano e conduzi-lo a batalha. Seus empregados voaram em aeronaves angolanas e realizaram ações de comandos contra a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Outra empresa a International Defense and Security (IDAS) foi instrumental para o governo angolano na defesa de campos de diamantes e no bloqueio de rotas de suprimentos para os rebeldes. Outras empresas proveram uma série de serviços, tais como; reconhecimento aéreo - realizado pela Airscan e minagem realizado pela Ronco and DSL. Os rebeldes por sua vez, utilizaram EMSP para obter vantagens militares. Essas empresas treinaram tática junto às forças rebeldes e assessoramento de combate na melhor utilização de tanques e artilharia (SINGER, 2008, p. 10-11).

Na guerra da República Democrática do Congo (antigo Zaire) não foi diferente. Em meados de 1990, quando seu regime começou a cair o ditador Mobutu Sese Seko chegou a negociar com a MPRI e com a Executive Outcomes para ajudá-lo contra os rebeldes liderados por Laurent Kabila. Nenhuma dessas firmas chegou a fechar contrato, pois o regime estava muito fraco e era improvável que estivesse em condições de efetuar o pagamento. Entretanto outra empresa chamada Goelinha, acabou por assistir o governo, mas não foi bem sucedida. O ditador Mobutu foi deposto e Kabila assistido pela Betchel Company tomou o poder. O governo de Kabila também foi ameaçado por uma coalizão de rebeldes que incluíam ex-apoiadores de Mobutu que contrataram a empresa Stabilco. Kabila por sua vez contratou a Executive Outcomes a qual proporcionou apoio aéreo, assistência em guerra eletrônica e executou missões de segurança armada (SINGER, 2008, p. 10).

No Sudão a empresa Airscan operou para proteger os campos de petróleo dos rebeldes e outras empresas como a Executive Outcomes realizaram funções similares nos conflitos da

Algeria, Costa do Marfim, Quênia e Uganda. Na guerra da Libéria a International Charter Inc. (ICI) and Pacific Architects and Engineers (PAE) proveu aviões militares e apoio logístico para a força de paz do Grupo de Monitoramento dos Estados da África Ocidental. O uso de EMSP na África não se restringiu aos governos ou companhias mineiras os rebeldes também foram apoiados no Senegal e na Namíbia como também em Angola, provendo treinamento militar. No Burundi, por exemplo, os rebeldes receberam treinamento operacional da empresa South African enquanto a Dyncorp negociava o apoio logístico para a aliança rebelde no Sudão (SINGER, 2008, p. 10-11).

5.2.2 *Europa*

No verão de 1995, na guerra da ex-Iugoslávia, uma ofensiva croata contra os sérvios chamou a atenção do mundo. A milícia croata de outrora havia se transformado num exército profissional. De acordo com oficiais europeus que testemunharam a operação a travessia de curso d'água realizada pelos croatas foi muito semelhante à prescrita num manual do exército dos EUA. A única diferença é que a tropa era croata e não norte-americana. Essa transformação do exército croata foi o ponto de inflexão em toda guerra. A partir daí os sérvios passaram a realizar operações defensivas o que nunca tinham realizado até então. Assim, a guerra, em pouco tempo, com a reversão da campanha terrestre e o apoio dos bombardeios da OTAN chegou a seu termo. A questão central discutida, não foi relativa ao auxílio estrangeiro, mas sim sobre o exato papel de uma EMSP baseada nos EUA, – a Military Professional Resources Incorporated (MPRI) – a qual assessorou o exército croata durante esse período. A crença geral era de que a empresa tinha realizado o treinamento militar e assistido no planejamento da operação o que foi certamente crucial para o seu resultado (SINGER, 2008, p. 5).

A empresa MPRI teve similar participação no conflito do Kosovo e na reestruturação do exército da Macedônia. O comandante do Exército de Libertação do Kosovo (ELK), General Ceku e muitos de seus soldados receberam treinamento da MPRI. As atividades dessas empresas vão além dos Balcãs. Para atingir os padrões operacionais da OTAN, por exemplo, o exército Húngaro contratou a empresa Cubic para reestruturá-lo. A cidade de Londres é um verdadeiro *hub* não oficial dessa indústria e as forças armadas britânicas exemplificam, atualmente, a tendência à privatização de atividades militares e dão sentido a penetração dessa indústria no mercado europeu. Atualmente, as EMSP perfazem serviços

essenciais para as forças britânicas, frequentemente em áreas que ninguém esperaria que uma firma privada pudesse atuar (SINGER, 2008, p. 12).

5.2.3 *Ásia*

A contratação mais conhecida de uma EMSP na Ásia foi da empresa Sandline na guerra civil da Papua Nova Guiné, em 1997, e um dos únicos casos em que o contrato entre um governo e uma EMSP se tornou público. O exército de Taiwan, por sua vez contratou a MPRI para realizar serviços de assessoramento militar. No Nepal, ex-soldados Ghurka que já lutaram no exército britânico e indiano formaram a EMSP Ghurka Security Guards. No Camboja, uma firma francesa a Cofras já realizou tarefas de desminagem. A Indonésia usou a Executive Outcomes para executar operações de comandos e outras empresas como a DynCorp para apoiar a intervenção no Timor Leste. O governo indonésio também contratou a empresa Strategic Communications Laboratories – especializada em operações psicológicas em conflitos armados para ajudá-lo a responder os movimentos de secessão e a violência religiosa. A Austrália está na linha de frente entre os países asiáticos inserida na tendência a privatização como os britânicos anunciou um plano para privatizar certas atividades militares – o mais interessante é que o país privatiza a tarefa de recrutamento de seus militares a empresa Manpower (SINGER, 2008, p. 14, 193).

5.2.4 *América*

A presença de EMSP no conflito da Colômbia pode ser exemplificada pela participação das empresas AirScan, DynCorp e a EAST Inc contratadas pelo governo dos EUA, no bojo do Plano Colômbia, as quais são acusadas de não apenas auxiliar na luta antidrogas mas também de participar de operações de contra insurgência e de inteligência. Apesar de ser a maior potência militar do mundo, os EUA fazem o mais extensivo uso das EMSP em suas operações. Cabe ressaltar que as principais ações militares dos EUA, no pós-Guerra Fria tiveram consideráveis níveis de utilização da indústria militar privada. (AXELROD, 2014, p. 317-319; SINGER, 2008, p. 14-16).

5.3 Um Camaleão Multifacetado

A origem imediata das atuais EMSP se encontra nas últimas décadas da Guerra Fria e tem haver com o enfretamento bipolar então existente. A natureza dessas empresas se ajusta em grande medida aos modelos norte-americano e britânico haja vista a demanda nesses países. No caso do Reino Unido são empresas muito próximas ao mercenariado com o apoio do Estado e no caso dos EUA uma evolução do tradicional apoio logístico prestado por companhias estadunidenses ao seu exército regular. Como exemplos desse período temos a Watchguard International e Vinnell Corporation (IGLESIAS, 2010, p. 101).

A Watchguard Internacional é um exemplo clássico desse período. No início dos anos sessenta, no século passado, empresários britânicos decidiram empregar mercenários com o fim de defender os interesses britânicos na Guerra Civil do Yêmem. A participação desses mercenários no conflito teve tanto êxito que eles decidiram formalizar a experiência criando a Watchguard International em 1967 sendo considerada a primeira empresa comercial moderna dedicada a prover serviços militares e de segurança.

Esta empresa empregava pessoal militar britânico especializado em operações especiais, trabalhou no adestramento de militares de alguns sultanatos do Golfo Pérsico proporcionando apoio no combate de dissidentes contra esses regimes, além de assessoramento militar e segurança pessoal de chefes de Estado, tudo isso levado a cabo com o consentimento do governo britânico, sendo que acabou por encerrar suas atividades na década de 1970 (ARMSTRONG, 2008, p. 21; KINSEY, 2006, p. 47).

Outro exemplo é a Vinnell Corporation fundada em 1931. A empresa inicialmente se dedicava a construção de infraestruturas durante o conflito do Vietnam chegando a construir bases militares e a realizar a manutenção de diversos equipamentos. Em 1970, passou também a se dedicar ao adestramento e a instrução militar quando se converte numa EMSP.

Para Singer (2008, p. 95-96) a Vinnell é uma EMSP de consultoria provendo aconselhamento militar nos níveis tático, operacional e estratégico, treinamento e reestruturação de forças armadas não se engajando diretamente em combate.

A Vinnel Corporation além de integrar esse mercado como uma grande empresa tem participação destacada na indústria armamentista. Está radicada nos EUA, e suas atividades são: formação militar, logística, manutenção de equipamentos e sistemas de armas, consultoria em segurança e outros. Seus vínculos com o exército dos EUA e serviços de inteligência se consolidaram durante a guerra do Vietnam, onde a empresa chegou a ter cerca de 5000 (cinco mil funcionários) operando secretamente em atividades de inteligência

encobertos como operários da construção. Já em 1975, obteve um contrato do governo dos EUA para formar a guarda nacional da Arábia Saudita. Sua relação com o governo saudita chegou a colocá-la como alvo da Al Qaeda em 1995 e 2003. Ao menos duas brigadas sauditas que combateram na primeira Guerra do Golfo foram instruídas e equipadas pela Vinnell Corporation. A Vinnel foi ainda contratada pelos EUA, em 2003, para formar o exército iraquiano vindo a obter outros contratos cujo total atingiu a cifra de 200 (duzentos) milhões de dólares. Em 2002, foi adquirida pelo poderoso grupo Northrop Grumman Corporation, gigante da indústria armamentista (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 72; KINSEY, 2006, p. 99).

Com o fim da Guerra Fria surgem novas necessidades de segurança e o setor privado não perde a oportunidade de intensificar seus negócios. Nesse período, floresce uma nova modalidade de EMSP que vai se caracterizar pelos seguintes aspectos:

- a) as EMSP são dotadas de estrutura corporativa e personalidade jurídica, iniciando a operar de forma aberta ao mesmo tempo em que suas relações com seus clientes deixam de estar sujeitas ao segredo total;
- b) outro traço importante é que nesse período ocorre uma oferta de serviços ligados ao combate direto. Esta característica própria das atividades militares ofensivas aproximava essas EMSP das antigas companhias mercenárias que combateram na Europa nos séculos XVI e XVII, mas isso minava sua legitimidade e provocava rechaço por certos Estados e Organizações Internacionais (IGLESIAS, 2010, p. 133).

Este padrão de EMSP desapareceu já que nenhuma das atuais EMSP, pelo menos de forma transparente, proporciona serviços ligados ao combate direto.

Para Singer (2008, p. 93-95) a Executive Outcomes (EO) e a Sandline são exemplos de empresas que proviam serviços militares típicos das forças armadas tendo inclusive entrado em combate em Angola, Serra Leoa e Papua Nova Guiné.

Como ícone desse padrão de EMSP, cita-se a Executive Outcomes fundada, em 1989, por Eben Barlow, militar das forças sul-africanas durante o regime do apartheid. Em 1993, foi registrada na África do Sul, mas depois foi inscrita e registrada em Londres haja vista que as leis anti-mercenário do Reino Unido eram mais flexíveis que as da África do Sul. A empresa se utilizava de militares sul-africanos o que lhe dava um adestramento e doutrina comum e isso potencializava seu trabalho em operações de contra insurgência.

Seu primeiro contrato fora da África do Sul foi em Angola durante a Guerra Civil entre os rebeldes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o

governo do Movimento Popular de Libertação Nacional (MPLA). A entrada de EO no conflito em 1993 se deu por intermédio de investidores que requereram seus serviços para recuperar uma refinaria de petróleo na cidade de Soyo que estava nas mãos da UNITA. A empresa executou a missão impecavelmente e a refinaria foi recuperada. Como consequência as autoridades angolanas firmaram um contrato com a EO para que a mesma proporcionasse apoio militar as forças governamentais. As operações então levadas a cabo por EO, entre 1993 e 1995, acabaram por ter muita influência no acordo de paz de Lusaka em 1994.

Por outro lado, o crédito angariado em Angola influenciou decisivamente o governo de Serra Leoa para firmar um contrato com a EO em 1995. O contrato previa apoio militar as forças armadas na Guerra Civil contra a Frente Unida Revolucionária (FUR). Quando da chegada da EO durante o conflito o país tinha 1,5 (um e meio) milhão de refugiados e pelo menos 15000 (quinze mil) mortos estando sua economia em total caos. As forças armadas se mostravam não efetivas, os soldados careciam de instrução e a corrupção era generalizada. As unidades militares regulares frequentemente lutavam umas contra as outras e não raro recorriam à bandidagem. A atuação da EO foi decisiva para a execução das eleições de 1996 e obrigaram aos rebeldes da FUR a irem para a mesa de negociações sendo que o processo de paz veio com o Acordo de Abidjan, em novembro de 1996, que estabelecia a condição da retirada da EO de Serra Leoa. Em que pese que a EO tenha proporcionado a seus clientes serviços de grande valor, suas atividades geraram uma grande quantidade de inquietudes e críticas sendo que grupos internacionais afirmavam que a sua utilização abria um novo capítulo na exploração dos países africanos, retornando a práticas coloniais. A EO foi dissolvida em 1998 haja vista restrições na legislação sul-africana referentes a esse tipo de empresa, sendo que muitos de seus empregados encontraram guarida em outras empresas do setor entre elas a Sandline Internacional (KINSEY, 2006, p. 99; AXELROD, 2014, p. 205-206).

A Sandline International foi em certa medida herdeira da EO ainda que seja uma empresa de raízes britânicas e registrada nas Bahamas com o objetivo de proporcionar serviços militares e de segurança a governos legítimos e internacionalmente reconhecidos e organizações internacionais relevantes que operam em áreas de alto risco no mundo. Sua história está ligada a Tim Spicer, ex tenente-coronel do exército britânico e figura conhecida nos estudos das EMSP, sendo que inclusive foi CEO da empresa britânica Aegis Defence Services. As atividades dessa empresa se fizeram notórias nos meios de comunicação quando da contratação de seus serviços, em 1997, pelo governo de Papua Nova Guiné (PNG). Em 1989 o país se encontrava envolto num conflito onde enfrentava as forças do Exército

Revolucionário de Boungaville (ERB) para controlar essa ilha do Pacífico pertencente a PNG. Nesse local se encontra a mina de cobre de Pangua, a qual representa cerca de 45% de todas as exportações da PNG o que por certo atentava contra a economia do país.

O contrato⁶ firmado entre Papua Nova Guiné (PNG) e a empresa Sandline, por um valor de 36 milhões de dólares, supunha que a empresa proporcionaria adestramento as forças especiais da PNG e realizaria atividades de inteligência, tudo para depois conduzir operações ofensivas contra o grupo guerrilheiro e recuperar Pangua. Com o fito de evitar acusações de mercenariado o contrato estipulava que o pessoal da Sandline seria considerado agente especial da polícia da PNG. Esse detalhe tornou-se público após o contrato ter vasado. Outro aspecto importante foi a subcontratação da EO por parte de Sandline para execução do contrato. Fato que evidenciou a conexão entre as duas empresas britânicas e um conglomerado de empresas também britânicas com interesses em minérios, na África, e em outras partes do mundo. Entretanto, a contratação da Sandline não foi aprovada pelo comando das forças armadas o que incorreu em grave quebra das relações civis-militares no país e ao fim a ruptura do contrato selado com a Sandline, sendo que a empresa nunca completou sua missão (SINGER, 2008, p. 105, 193; AXELROD, 2014, p. 213-220).

No final de 1997, a empresa Sandline conseguiu um novo contrato pelo qual se comprometeria a proporcionar armas adquiridas na Bulgária e apoio militar ao governo internacionalmente reconhecido de Serra Leoa que se encontrava no exílio depois do golpe de Estado ocorrido em maio do mesmo ano. Os custos da operação foram assumidos por um grupo de investidores mineiros em Serra Leoa, não obstante o Conselho de Segurança das Nações Unidas ter estabelecido um embargo de armas para ambas as partes em outubro de 1997 com a resolução 1132 – o que significava que as atividades da empresa fossem observadas como uma quebra desse documento da ONU. Posteriores investigações levadas a cabo pelo governo britânico não foram determinantes para se afirmar da quebra do embargo, mas a dúvida permaneceu haja vista declaração de Tim Spicer de que sua empresa havia operado com o conhecimento do governo de sua majestade. Em abril de 2004, a empresa anunciou em seu site o encerramento de suas atividades e de todas as operações arguindo como razão a carência geral de apoio governamental para as empresas militares privadas desejosas de ajudar a terminar com conflitos armados em lugares como a África. (KINSEY, 2006, p. 79; AXELROD, 2014, p. 220-22).

⁶ O contrato entre PNG e a empresa Sandline pode ser encontrado em Singer (2008, p. 263-272).

Sem dúvida que foi com o fim da Guerra Fria que se produziu a rápida expansão do setor militar privado que recebeu um impulso definitivo com os ataques terroristas de onze de setembro de 2001. Nesse contexto, as EMSP se posicionaram no mercado como provedoras de serviços vitais e altamente demandados nas zonas de conflito, o que permitiu que se posicionassem de maneira altamente positiva nesse mercado. As EMSP atuais tratam de conseguir legitimidade de atuação e rechaçam todo paralelismo com o mercenariado. Seus modelos organizativos são corporativos e tem como características o enfoque legal de sua atuação, apóiam a solução da autorregulação, e proporcionam soluções integradas e complexas as necessidades dos seus clientes. Tudo isso com o impulso dado pela Guerra Global ao Terror caracteriza a explosão definitiva da indústria dos serviços militares privados dos tempos atuais (KINSEY, 2006, p. 108-109; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 147-148; IGLESIAS, 2010, p. 110).

A seguir destaca-se algumas importantes EMSP contemporâneas.

A Kellogs, Brown e Roots (KBR) é uma EMSP que presta apoio ou suporte suplementar aos militares em operação de combate, tais como: logística, inteligência, suporte especializado e transporte. É uma empresa especializada em funções militares que não fazem parte do core ou do combate propriamente dito.

A Kellogs, Brown e Roots (KBR) é uma empresa do grupo Halliburton e uma das companhias dominantes no campo logístico em apoio as forças armadas norte-americanas no exterior. Chegou a ser a maior EMSP, no Iraque, onde supria com vários tipos de recursos e executava a manutenção de equipamentos militares para as forças norte-americanas ali empregadas. Seu maior contrato na guerra do Iraque foi firmado em 2007 no valor de vinte bilhões de dólares sendo equivalente a três vezes o que os EUA gastaram na guerra do Golfo em 1991. A KBR também atua nas áreas de transporte de material militar e construção de infraestrutura (IGLESIAS, 2010, p. 110).

A DynCorp International é uma empresa norte-americana, fundada em 1946, que proporciona uma ampla variedade de serviços como apoio logístico e segurança física de pessoas e de instalações, manutenção de armamentos e aeronaves, apoio na erradicação do tráfico de drogas e treinamento na área de inteligência e está muito ligada ao governo norte-americano donde provém a maioria de seus vultosos contratos.

A empresa tem uma vasta experiência no apoio às tropas norte-americanas e outros governos e instituições, haja vista, sua participação como EMSP no Haiti e em Angola em 1990, na Somália entre 1992 e 1993, na Bolívia, Colômbia, Kosovo, Bósnia, Kuwait, Iraque e Afeganistão. Em que pese que tenha sido uma empresa de apoio logístico, ela ficou

responsável pela segurança do presidente do Afeganistão, Harmid Karzai, entre 2001 e 2004. A empresa prove extensivo apoio logístico para os militares dos EUA inclusive em áreas de operações de combate, administrando várias instalações do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado provendo a segurança de suas instalações em áreas de conflito. Além de outros serviços a empresa chegou a treinar as polícias do Iraque e do Afeganistão, bem como chegou a trabalhar com traduções e treinamento na área de inteligência em ambos os países (AXELROD, 2014, p. 297-299; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 74-75).

Um de seus mais conhecidos contratos foi o que a ligou com o Plano Colômbia para a erradicação do cultivo de coca em países sul-americanos notadamente a Colômbia onde a empresa foi contratada pelo governo norte-americano, haja vista as restrições no emprego de militares, para apoiar as forças colombianas na luta contra o tráfico de drogas, chegando, inclusive, a se engajar nos combates. A empresa chegou a prestar apoio no treinamento de pilotos e deu suporte técnico para a Polícia Nacional colombiana encarregada de executar missões de desfolhagem e reconhecimento aéreo.

Há relatos que indicam o envolvimento de funcionários da DynCorp International num escândalo sexual na Guerra da Bósnia, onde Ben Johnston ex-empregado da empresa denunciou para o exército dos EUA que seus colegas tinham escravas sexuais compradas aos sérvios por cerca de 600 (seiscentos) dólares. A investigação oficial deu conta de que os fatos relatados por Johnston a respeito dos atos criminosos de escravidão e abuso sexual eram verdadeiros, mas não se encontravam sob a jurisdição da Suprema Corte norte-americana. Possivelmente, o fato recairia sobre a competência da Bósnia, uma vez que foram cometidos naquele país. Com certeza os empregados da DynCorp também não poderiam ser responsabilizados visto que gozavam de imunidade por meio de seu *status* de contratados dos norte-americanos. A única providência tomada pela empresa foi demitir sete dos envolvidos no caso. Há que se registrar que, em 2010, a empresa Dyncorp foi adquirida pela empresa de finanças Cerberus Capital Management e no final de 2011 já tinha cerca de 27000 (vinte e sete mil) funcionários (AXELROD, 2014, p. 298-299; SINGER, 2008, p. 208-209; UESSELER, 2008, p. 223-224).

A Military Professional Resources (MPRI) / L3 MPRI é uma EMSP estadunidense, criada em 1987 por um grupo de militares altamente qualificados, que em poucos anos se converteu numa empresa de referência para a formação e instrução de forças de segurança e forças armadas, oferecendo serviços muito variados. Nos anos noventa, passou a ser habitualmente contratada pelos seguintes órgãos: Departamento de Defesa, Departamento de Estado, Departamento de Justiça e Departamento de Segurança Interior dos EUA. Trabalhou

também para outros clientes, mas angariou sua alta reputação graças a seus contratos com o governo norte-americano. Realizou atividades de instrução para exércitos estrangeiros como o da Bósnia-Herzegovina, Iraque, Kuwait e África do Sul, mas sua missão mais conhecida foi desempenhada na Croácia ,em 1995, devidamente autorizada pelo governo norte-americano desenvolveu atividades de instrução para o novo exército croata com o objetivo de melhorar a posição relativa em face das forças sérvias. Possui mais de quarenta escritórios de representação em todo mundo. Em 2000, foi adquirida pela L3 Communication Corporation e passou a denominar-se L3 MPRI (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 73).

A AmorGroup tem sede em Londres e é uma EMSP cujo antigo nome era Defence Systems. Seu carro chefe é a atividade de segurança estratégica em ambiente de contra insurgência. Normalmente planeja e executa a segurança e a defesa de centros de gravidade estratégica, embaixadas, importantes áreas de apoio logístico e outros pontos de importância estratégica. Tem escritórios em 27 (vinte e sete) países entre eles Afeganistão, Bahein, Colômbia, Iraque, Líbano, Nigéria e Sudão. Tem boas conexões com o governo britânico e norte –americano, pois muitos dos seus integrantes pertenceram as forças armadas britânicas e a Agência Central de Inteligência (CIA). Desenvolve, também, atividades de proteção individual, adestramento de pessoal e assessoramento relativo a ameaças à segurança de pessoas e instalações, gestão de risco, formação e instrução militar dentre outros. Em 2008, foi adquirida pela empresa G4S uma das maiores do mundo do setor de serviços de segurança passando a fazer parte deste vastíssimo império empresarial. No Iraque, atualmente, a empresa tem registro no Ministério do Interior e continua a prover serviços de segurança de instalações fixas como defesa de bases militares e outras instalações e a segurança de pessoas (AXELROD, 2014, p. 343-347; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 75).

A Triple Canopy é uma EMSP fundada, em 2003, por veteranos das forças especiais do exército estadunidense e tem sua sede em Washington. Conta com escritórios de representação, várias filiais e realiza operações em vários países – Afeganistão, Alemanha, Austrália, Iraque, Kuwait, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, México e Uganda. Oferece serviços de segurança integrados, apoio operativo e de gestão de riscos para empresas multinacionais, governos e organizações não governamentais. É conhecida, sobretudo devido as suas operações no Iraque por ter conseguido um contrato com o governo dos EUA em 2004 para realizar a segurança de embaixadas, em área de alto risco, com valor estimado de um bilhão de dólares (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 77-78).

A Control Risks tem base em Londres e seu pessoal é recrutado normalmente entre ex-militares britânicos. Tem como principais atividades o assessoramento em segurança e a

negociação de sequestros, além de prover segurança de instalações e de autoridades. Até 2009, foi contratada pelo EUA para realizar a segurança da sua embaixada em Cabul sendo que o contrato foi cancelado haja vista a ocorrência de diversos abusos (IGLESIAS, 2010, p. 112).

Aegis International⁷ também é uma empresa britânica cujo principal integrante foi o Sr Tim Spicer, ex-CEO, bastante ligado as atividades do setor de serviços militares e de segurança privados. Em função de contratos concedidos pelo Pentágono desde 2004, por um valor de 250 milhões de dólares, a Aegis organizou a coordenação entre todas as EMSP dos EUA e suas forças regulares no Iraque. Atuou também como uma central de emergência para se pedir ajuda em caso de perigo que envolvesse qualquer empresa ou funcionário. Oferece serviços de segurança e de inteligência em ambiente de alto risco. Em 2005, foi contratada pela ONU para apoiar o referendun no Iraque, assim como nas posteriores eleições gerais do mesmo ano. A empresa goza de uma boa reputação no mercado e é considerada um modelo para as demais não apenas na gestão mas também na área operacional (IGLESIAS, 2010, p. 113).

A Academi (ex-Xe Services e ex-Blackwater) é uma EMSP, fundada por Erik Prince, em 1997, tem sede na Carolina do Norte, e é uma das mais famosas no mundo pelos escândalos causados por seus integrantes em violações de Direitos Humanos no Iraque e pelo brutal assassinato e esquartejamento de quatro dos seus integrantes revelado pela mídia internacional em março de 2004. Suas atividades compreendem treinamento militar contra terrorismo, segurança armada de pessoas, comboios e instalações. Na sua sede, nos EUA, existe um vasto complexo de treinamento militar de enormes dimensões utilizado para formar e especializar seu pessoal em atividades de segurança e militares. Entre 2003 e 2004, foi responsável pela segurança de Paul Bremmer o qual era chefe da Autoridade Provisional da Coalização no Iraque, dando ares de guarda pretoriana. Em maio de 2008, cálculos oficiais do governo norte-americano davam conta que o Departamento de Estado havia gasto cerca de um bilhão de dólares com a Blackwater em suas atividades no Iraque. O grande escândalo ocorreu em setembro de 2007 no Iraque, na praça “Nisour Square”, em Bagdá, quando integrantes da empresa abriram fogo contra civis, inadvertidamente, vindo a matar dezessete iraquianos desarmados. Após a judicialização do caso, somente, em 2014, quatro empregados da empresa envolvidos foram condenados pela justiça norte-americana. A Academi também

⁷ Empresa visitada por este pesquisador durante seu estágio doutoral no King's College, Londres, em 2014. Foram entrevistados nessa EMSP: o Major General Graham Bins, CEO – AEGIS Group e a Dra Sylvia White, General Counsel (Lawyer) da AEGIS Group. Por motivos pessoais ambos os entrevistados não autorizaram a publicação dos seus comentários nesta tese.

tem participado na utilização de aviões não tripulados na luta contra o terrorismo e estima-se que a CIA em apenas um contrato tenha gasto cerca de cem milhões de dólares com a empresa (AXELROD, 2014, p. 223-237; UESSSELER, 2008, p. 115-122).

Quadro 7 - Principais EMSP com seus respectivos sites e países-sede

EMSP	SITE	NACIONALIDADE
Vinnell Corporation	www.vinnellarabia.net	EUA
Sandline	www.sandline.com	Reino Unido
Kellog,Brown & Roots (KBR)	www.kbr.com	EUA
Dyncorp International	www.dyn-intl.com	EUA
MPRI	www.mpri.com	EUA
ArmorGroup Internatinal	www.armorgroup.com	Reino Unido
G4S	www.g4s.com	Reino Unido
Control Risks Group	www.controlrisks.com	Reino Unido
Aegis Interntional	www.aegisworld.com	Reino Unido
Academi (ex-Xe e ex-Blackwater)	www.academi.com	EUA
Caci	www.caci.com	EUA
L-3 Communications	www.l-3com.com	EUA
SAIC	www.saic.com	EUA
Titan	www.l-3com.com	EUA
Triple Canopy	www.triplecanopy.com	EUA
Global Strategies Group	www.globalgroup.uk.com	Reino Unido
Olive Group	www.olivegroup.com	Reino Unido
Pilgrims Securty	www.pilgrimgroup.com	Reino Unido
International,Security Academy	www.securityacademi.com	Israel
MPRI	www.mpri.com	EUA
Enrys	www.enrys.net	Emirados Árabes Unidos
Blackhawk Security	www.blackhawksecurity.co.za	África do Sul
American Iraq Solutions Group (AISG)	www.aisg.com	Iraque
Almco	www.almcogroup.com	Iraque
Bahez	www.bahezsecurity.com	Iraque
Sabre Intenational	www.securitysabre.com	Iraque

EMSP	SITE	NACIONALIDADE
South Service Co for Security & Protection	www.southgroupco.com	Iraque
Falcon Group	www.falconiraq.com	Iraque
FIAFI Group	www.fiafigroup.com	Iraque
Ronco Consulting	www.roncoconsulting.com	EUA
Custer Battles	www.custerbattles.com	EUA
Metepri Tactical Solutions	www.corpwatch.org	África do Sul
CACI International	www.caci.com	EUA
Britam	www.britamdefence.com	Reino Unido
Castleforce	www.castleforce.co.uk	Reino Unido
Control Risks	www.control-risks.com	Reino Unido
Edinburgh International	www.edinburghhint.com	Reino Unido
Fluor	www.fluor.com	EUA
Hart Group	www.hartinternational.com	EUA
Saladin Security	www.saladin-security.com	Reino Unido
Trojan Securities	www.trojansecurities.com	EUA
Servicio Global de Seguridad y Inteligencia	www.sgsigroup.es	Espanha
Amarante International	www.amarante.com	França
Gallice Security	www.gallice-security.com	França

Fonte: elaborado pelo autor com base em Garcia e Pareja (2013, p. 72-83), Loverdos e Armendariz (2011, p. 37), Uessler (2008, p. 323-325).

Fácil observar a grande quantidade de empresas norte-americanas e britânicas em comparação com outros países, desse modo, também, não é difícil concluir a motivação desses dois países em apoiá-las em suas demandas.

5.4 Um Mercado Global em Ebulição

Uma característica peculiar do Mercado Global da Força é a mão-de-obra especializada e normalmente formada por ex-militares de todos os matizes.

Em termos econômicos o setor é pouco intensivo em capital em comparação com outros, entretanto o mais importante para se criar uma empresa é o conhecimento especializado e a experiência dos recursos humanos e não um grande capital financeiro logo no início da empreitada (SINGER, 2008, p. 73-87; GARCIA; PAREJA, p. 65-66).

Esta mão de obra abundante e barata devido às transformações dos exércitos estatais é a espinha dorsal dessas empresas, pois sem ela não existe negócio.

Os incentivos econômicos e financeiros oferecidos pelas EMSP atraem com facilidade soldados e oficiais das forças armadas com experiência e alta especialização, pois o salário é muito superior ao soldo. Esta mão de obra é essencial para a projeção e consolidação das EMSP no mercado, tornando-as competitivas (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 65-66).

Isso, causa impacto negativo nas forças militares, pois além dos cortes frequentes em recursos financeiros perdem pessoal jovem e qualificado para essas empresas, as quais já contam com o trabalho de muitos oficiais e praças retirados.

Por outro lado, cabe ressaltar que as EMSP são beneficiadas diretamente pelo gasto dos Estados com a formação do seu pessoal militar já que nada desembolsam para qualificá-los, de sorte que essa mão de obra, também, é essencial para gerar a reputação empresarial e imprescindível para que a mesma tenha sucesso nesse mercado.

Em termos organizacionais é praticamente impossível traçar um perfil único das EMSP, pois as diferenças entre elas não se limitam a exploração dos diferentes segmentos ou atividades, variando em tamanho e grau de vinculação com outros grupos empresariais no mesmo setor ou em atividades diversas. Empresas como a KBR, Vinnel, MPRI e DynCorp são exemplos de grandes transnacionais de enormes dimensões com muitos recursos, grandes sedes e escritórios de representação. Outras, entretanto são filiais especializadas de grupos empresariais multisetoriais e dependem das decisões tomadas em outros setores alheios ao setor militar e de segurança.

A singularidade econômica do setor, e a sua postura dissimulatória relativa aos seus contratos, tem implicações macroeconômicas como o desconhecimento do exato valor dos negócios já firmados, haja vista a falta de transparência o que gera imprecisão nos levantamentos efetuados, fazendo com que todos os cálculos sejam na realidade estimativos.

De maneira sintética, o Mercado Global da Força pode ser caracterizado como novo, competitivo, dinâmico e promissor - novo porque até meados da década de 1990, muitos Estados, como os Estados Unidos, ainda não tinham decidido promover a privatização de serviços militares e de segurança em tão grande escala - é um mercado competitivo e dinâmico, pois a cada ano aparecem novas empresas e são efetuadas aquisições e fusões além de serem oferecidos novos serviços - e é um mercado promissor porque a curto e a médio prazos não se vislumbram situações drásticas que poderiam prejudicá-lo, os exércitos estatais não vão aumentar excessivamente, as guerras não vão envolver grandes exércitos com numerosos efetivos, os níveis de gasto público não vão se expandir drasticamente, bem como a

tolerância social com as vítimas dos exércitos nacionais em conflitos armados seguirá sendo muito baixa. Enfim, a relação custo-benefício é francamente favorável ao setor privado (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 65-69).

Pode-se dizer que é um mercado em franca consolidação e onde também ocorreram importantes aquisições e fusões tais como: a fusão da Kellog com a Brown & Roots, dando lugar a Kellog Brown & Roots (KBR) dentro do grupo Halliburton; aquisição da MPRI pela L3 Communications, formando a L3-MPRI; aquisição da Vinnel Corporation pela Northrop Grumman e aquisição da ArmorGroup pela G4S, dentre outros. É importante, também, ressaltar a ligação de empresas norte-americanas produtoras de armamento com o Mercado Global da Força, tais como: a Lockheed Martin, a Northrop Grumman, L-3 Communications e a SAIC (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 68-69).

Garcia e Pareja observam um traço político-estratégico, bem característico, desse novo mercado, apontando para a formação de grandes grupos empresariais com estreitos vínculos com o governo dos EUA, onde os interesses econômicos dessas EMSP podem influir em várias questões atinentes ao Estado, tais como: o campo político das decisões sobre o gasto público, a política sobre as intervenções militares, a maneira de como conduzir a Segurança Internacional, a estabilidade político – institucional de terceiros países e sobre a forma da sua própria regulação, sendo, inclusive, capazes de estender seus tentáculos, de maneira transversal, a todas as estruturas de poder doméstica e internacional (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 85).

O Mercado Global das EMSP, desse modo, está contribuindo para transformar as Relações Internacionais.

Do ponto de vista da oferta, esse mercado é muito complexo e heterogêneo, com vários segmentos, alguns genuinamente militares e outros de duplo emprego civil-militar. É um mercado híbrido.

Do ponto de vista da demanda, conta com uma grande variedade de clientes, sendo que dentre eles se destacam os Estados pelos expressivos contratos que confiaram a essa indústria nos conflitos em que participaram.

Merece ainda destaque que os clientes estatais tem delegado cada vez mais tarefas inerentes ao Estado para esses operadores privados, sem estabelecer marcos regulatórios eficientes e o controle necessário para que essas empresas se ajustem as mínimas condições de comportamento e transparência. A regulação e o controle são necessários em todos os mercados e o são especialmente, no caso peculiar, das EMSP, haja vista, o

imperativo da limitação da violência nos conflitos armados, o seu impacto na Segurança Internacional, no Direito Internacional e na própria Manutenção da Ordem Internacional.

As EMSP adquiriram uma posição privilegiada no Sistema Internacional para exercer influência sobre outros atores internacionais. Tem poder econômico, relacional e estrutural graças ao vertiginoso desenvolvimento do mercado de serviços militares e de segurança privada, capitaneado pela decisão dos Estados de privatizarem parte da responsabilidade do uso da força (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 110-112).

Assim, o Estado e o Mercado Global da Força vão interagindo, ficando o primeiro à mercê do segundo, especialmente, na sua capacidade de empreender suas políticas de segurança e de defesa, bem como quanto a forma de se limitar a violência nos conflitos armados e desse modo, ambos vão compartilhando monopólio do uso da força.

Em outros termos, o Estado vai sendo substituído pela iniciativa privada em funções antes tidas como intocáveis, a segurança é transformada numa *commodity* e o interesse público vai cedendo lugar aos interesses privados, em nome da eficiência e do barateamento dos custos.

Sob a ótica político-estratégico as EMSP cresceram de tal forma que, nos dias de hoje, delineiam um Mercado Global da Força carente pelos seus serviços e que em virtude da sua dimensão e poder compartilham com os Estados o provimento da Segurança Internacional, influenciando nas decisões estatais sobre o emprego da coerção e na formulação da sua própria regulação.

Em última análise, as EMSP não são apenas importantes atores na questão do emprego e da limitação da violência, na realidade internacional contemporânea, caracterizada pela generalizada privatização da guerra - **são atores indispensáveis.**

6 A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA E A SEGURANÇA INTERNACIONAL

Neste capítulo será feito uma análise de estudos de caso relativos aos conflitos dos Balcãs Ocidentais e do Iraque, ficando patente a relevância das EMSP no panorama da Segurança Internacional do pós-Guerra Fria, marcado pela acentuada terceirização de atividades logísticas, de segurança e militares e, até então, tradicionalmente inerentes aos Estados numa situação de conflito armado ou mesmo de intervenção humanitária.

No caso dos Balcãs, demonstra-se o destacado papel das EMSP – MPRI, DynCorp e a Brown & Roots, para a materialização dos objetivos políticos e militares dos EUA.

No caso do Iraque, também, é apresentado o relevante papel dessas empresas para a consecução da política norte-americana naquele conflito e, além disso, procura-se mostrar os graves abusos de Direitos Humanos e Humanitário perpetrados por empregados dessas empresas que acabaram por ganhar repercussão internacional e impulsionaram a Sociedade Internacional a propugnar soluções para limitar a violência nos conflitos armados, onde há a participação dessas empresas.

6.1 As EMSP nos Conflitos dos Balcãs Ocidentais

As EMSP desempenharam diferentes papéis em várias intervenções internacionais que se seguiram aos conflitos ligados ao colapso da antiga Iugoslávia. A título de exemplo a empresa norte-americana MPRI (atual Engility, a partir de julho de 2012) participou da aplicação do embargo de armas e equipamentos militares das Nações Unidas que se impôs a ex-Iugoslávia em setembro de 1991. Outro exemplo, é a empresa Brown & Roots que firmou contrato de um bilhão de dólares com os EUA, relativo ao apoio logístico às forças americanas integrantes da missão de Paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Kosovo em 1999. Como parte do envolvimento das EMSP em várias funções relacionadas com a intervenção internacional nos Balcãs ocidentais destaca-se que houve intensa privatização dos serviços de inteligência e de logística militar o que por si só, já demonstra o grau de participação dessas empresas nas políticas de segurança dos atores envolvidos. Além disso, pode-se exemplificar também que a empresa Airscan (norte-americana) foi contratada pelo exército dos EUA para prestar serviços aéreos de inteligência devido à falta de aeronaves em quantidade suficiente, em outras palavras, a empresa tornou-se os olhos dos EUA no céu (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 124-126).

Os novos Estados da Croácia e da Bósnia – Herzegovina, ambos, repúblicas da ex-Iugoslávia, no pós - Guerra Fria não tiveram uma luta fácil pelas suas independências. As minorias sérvias dentro destes Estados lutaram para se reunir a antiga Iugoslávia dominada, na época, pelo partido nacional sérvio de Slobodan Milosevich. Os militares da Croácia e da Bósnia eram amadores. Sua origem era de um conglomerado de milícias, de forças policiais e de paramilitares. Tinham poucos armamentos, pouco treinamento e instituições militares frágeis e inexperientes, iniciando a guerra com desmoralizantes derrotas. Grande parte do seu território estava em mãos da minoria sérvia a qual era apoiada pelo poderoso exército iugoslavo. O terror que se seguiu nessas áreas dominadas pelos sérvios foi batizado de limpeza étnica. A inação da Sociedade Internacional resultou em milhares de mortos e refugiados (SINGER, 2008, p. 4-5).

A Military Professional Resources Incorporated (MPRI) foi criada em 1987 por oficiais generais da reserva do exército norte-americano e desde então se converteu em uma das empresas de consultoria e de treinamento militar mais destacadas. Conforme dados de 2011, opera em mais de oitenta países e tem mais de oitenta e cinco mil profissionais com alto nível de formação sendo que foi adquirida em 2000 pela L-3 Communications Corporation e passou a chamar-se L-3 MPRI. Possui uma ampla gama de especialização tais como: formação e treinamento militar, provisão de apoio logístico em conflitos armados, investigação e análise de informações, prestação de serviços de planejamento militar operacional e realização de simulações operacionais de combate. Goza de importantes conexões com o governo norte-americano e não costuma aceitar contratos sem a prévia anuência governamental. Muitos de seus contratos chegam por meio das relações diplomáticas dos EUA com terceiros países, tal como sucedeu como no caso da Croácia (LEANDER, 2005, p. 818; SINGER, 2008, p. 19-120).

Seu fundador e presidente é o experiente general Vernon Lewis que cultivava a imagem da empresa como uma extensão do braço militar dos EUA. Lewis na verdade continuou sua carreira fora do exército, na MPRI, motivado pela frustração com o exército americano, pois via no setor privado uma oportunidade de exercer mais poder e influência fora do uniforme do que tinha quando o envergava (AXELROD, 2014, p. 255-256).

O general norte-americano Harry Soyster, especialista em inteligência militar, e ex-diretor de inteligência do exército dos EUA foi contratado pela MPRI, em 1991, sendo que logo se tornou vice-presidente de operações da empresa e como seu porta-voz uma de suas mais célebres frases atesta que a MPRI tinha mais generais por metro quadrado que o próprio Pentágono; em 2002, mais de quarenta executivos da empresa eram generais norte-

americanos seguidos de vários coronéis e sargentos-maiores. Isso bem demonstra os fortes laços entre a MPRI e o governo norte-americano (AXELROD, 2014, p. 255-256).

Tudo iniciou modestamente quando quarenta e cinco funcionários da MPRI, contratados pelo Departamento de Estado dos EUA, trabalhavam como monitores de fronteira para apoiar a operacionalização das medidas tomadas pelas Nações Unidas contra a Sérvia entre 1994-1995. Sendo que isto era parte do esforço internacional para colocar um ponto final na guerra da Bósnia - Herzegovina, a qual tinha se iniciado em 1992 após o esfacelamento da Iugoslávia. Para a MPRI isso significou a porta de entrada dos seus negócios na região. Os dois principais contendores da guerra da ex-Iugoslávia com chances de vitória eram os sérvios e os croatas, enquanto os croatas eram militarmente inferiores aos sérvios, esses últimos, em 1994, estavam em franca vantagem e cometiam as mais deslavadas atrocidades (AXELROD, 2014, p. 255-256; SINGER, 2008, p. 126).

Para quebrar esta situação marcada por violações de Direitos Humanos e crimes de guerra, os EUA buscaram empoderar os exércitos croata e bósnio, em detrimento do exército sérvio e formalizar uma aliança entre eles para contrabalançar o poderoso exército sérvio. Em 1994, a aliança bósnio-croata foi formalizada no Acordo de Washington, entretanto para que ela se tornasse militarmente efetiva os EUA necessitavam transformar os dois exércitos em forças militares modernas e combativas. Diplomáticamente, entretanto, os norte-americanos estavam de mãos tolhidas devido ao embargo das Nações Unidas o qual proibia a venda de armas e o treinamento militar para os contendores conforme a Resolução 713 do Conselho de Segurança. Desse modo, a solução foi a de indicar uma empresa que faria o serviço, sendo que a MPRI foi à indicada e autorizada pelo Departamento de Estado a formalizar negociações com o governo croata o que foi concretizado. Essa medida por óbvio aliviou os EUA da necessidade de ajudar diretamente os croatas e evitou que os EUA violassem o embargo determinado pela ONU, o qual ele mesmo tinha aprovado no Conselho de Segurança em 1991 (AXELROD, 2014, p. 256-257; NASCIMENTO, 2010, p. 193-194; SINGER, 2008, p. 125).

A MPRI é conhecida pelos serviços de formação militar na Croácia e por violações de Direitos Humanos cometidas na região de Krajina (Croácia) pelas forças armadas croatas as quais haviam recebido treinamento da MPRI. Em setembro de 1994, a MPRI obteve dois contratos no marco da “Democracy Transition Assistance”, - um programa do Departamento de Estado dos EUA visando à reestruturação das forças armadas croatas sob a égide de princípios democráticos. Os contratos foram formalmente firmados entre a MPRI e o governo croata e obrigava a empresa a prover formação e treinamento ao exército croata a fim de

melhorar seus níveis de profissionalismo e eficiência operacional, assim como garantir o cumprimento de padrões de Direitos Humanos em suas atividades e previam também o aconselhamento militar no nível estratégico para o ministério da defesa croata criar as capacidades necessárias as suas forças armadas. É interessante ressaltar que os contratos foram subscritos diretamente entre MPRI e o governo croata, sendo que os EUA somente participaram no processo autorizando a empresa, pois o governo croata solicitou a anuência aos EUA para negociar com a MPRI e segundo o contido no contrato a MPRI não deveria incluir nenhuma atividade de formação tática ou uso de armas. Os contratos permitiram a criação de uma organização militar moderna e coesa nos padrões da OTAN, bem como a construção das relações civis-militares segundo padrões ocidentais de democracia. (AVANT, 2007, p. 98-106; AXELROD, 2014, p. 258-259; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 126-127).

A polêmica se desenvolveu quando, em quatro de agosto de 1995, o exército croata apoiado pelo exército bósnio desencadeou uma ofensiva militar sobre a região de Krajina, denominada “Operação Tempestade”, com o objetivo de recuperar territórios ocupados por forças sérvias. Os exércitos croata e bósnio, juntos, perfaziam cerca de cento e cinquenta mil homens dispostos em mais de quatrocentos quilômetros para derrotar o exército sérvio. Em oito de agosto, os sérvios tinham sido decisivamente derrotados na maior operação militar na Europa depois da II Guerra Mundial. O mundo ficou atônito e impressionado com o feito, pois o exército croata havia se transformado numa poderosa máquina de guerra nos padrões OTAN em tão pouco tempo. Especialistas militares comentavam que quem quer que tivesse planejado a operação tinha pleno conhecimento da doutrina militar ensinada nos exércitos ocidentais e em particular na OTAN. Durante essa ofensiva, membros do exército croata cometeram sérias violações de Direitos Humanos contra a população civil sérvia que residia na região. A retomada de Krajina criou uma massiva fuga de sérvios refugiados, cerca de cento e setenta mil, os quais foram submetidos a maus tratos, abusos e crimes de guerra. Para muitos políticos, jornalistas, e ativistas, a “Operação Tempestade” manchou a MPRI e desencadeou uma série de preocupações e reivindicações sobre o uso das EMSP. Ao invés de suspender ou até mesmo romper o contrato relativo a formação do exército croata, a MPRI alegou em seu favor, para a continuação do contrato, que a instituição militar terrestre necessitava ser democratizada. Interessante observar que o governo dos EUA tampouco exerceu pressão para o fim do contrato, pois se valeu da mesma interpretação para apoiar a empresa (AVANT, 2007, p. 98-106; AXELROD, 2014, p. 259-261; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 128-129).

Cabe destacar que a “Operação Tempestade” representou uma grande virada na guerra, pois os sérvios foram massacrados na Croácia e visceralmente atingidos na Bósnia, o que em breve veio a resultar no término do conflito em ambos países. A inversão do poder relativo de combate no terreno mais as campanhas aéreas da OTAN forçaram os sérvios a irem para a mesa de negociações.

A maneira impressionante como o exército croata foi transformado e inverteu a balança de poder no conflito dos Balcãs permanece uma fonte de discussões. A questão central não diz respeito à ajuda de um outro Estado ou instituição, mas sim ao papel desempenhado por uma EMSP – a MPRI – a qual tinha reconhecidamente aconselhado e assistido as forças croatas. A crença geral na região era de que o treinamento e o aconselhamento militar provido aos croatas foram instrumentais nos resultados altamente positivos, tanto isso é verdade que por ocasião dos Acordos de Dayton, que selaram a paz, os bósnios fizeram sua assinatura condicionando que a MPRI também fizesse o mesmo trabalho com eles, sendo que de outra forma não se tornariam signatários do acordo de paz (SINGER, 2008, p. 5).

Nesse contexto, o triunfo militar dos croatas, coadjuvado pela MPRI, pode ser interpretado como elemento fundamental na equação político-militar que possibilitou o estabelecimento de uma trégua e, em seguida, o início do processo de negociações que culminou na celebração dos Acordos de Dayton (NASCIMENTO, 2010, p. 194).

Após a guerra os principais generais croatas foram julgados no Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia devido aos crimes de guerra cometidos em conexão com a “Operação Tempestade”, entretanto em 2012, a Corte de Apelação do mesmo Tribunal revogou a primeira decisão, mesmo assim, uma nuvem obscureceu a atuação da MPRI. Nos EUA, um grupo de sérvios, antigos residentes de Krajina, processou a MPRI numa Corte Federal, em 2010, acusando a empresa de participação no “genocídio ocorrido” por ter equipado, armado e treinado o exército croata e desenvolvido todo o planejamento da “Operação Tempestade”. Em setembro de 2012, a Corte Federal de Chicago aceitou a denúncia a qual buscava a reparação de dez bilhões de dólares para os milhares de refugiados sérvios. Em abril de 2013, a Suprema Corte norte-americana decidiu que a Lei sobre tortura dos EUA não poderia ser aplicada para casos fora das fronteiras dos EUA, assim as Cortes não teriam jurisdição sobre casos ocorridos em outros Estados soberanos (AXELROD, 2014, p. 261).

Em que pese os acalorados debates e alegações do envolvimento da MPRI nas violações de Direitos Humanos cometidas pelos croatas, em Krajina, não se conseguiu provar

a participação da MPRI embora a própria empresa tenha afirmado que ofereceu assistência militar direta e armas às forças croatas – atividades, notoriamente contrárias às sanções impostas pelas Nações Unidas. Estudos sobre o episódio suscitam dúvidas sobre o grau de conhecimento do governo norte-americano da participação da MPRI em atividades proibidas pela ONU, de toda forma cabe destacar a limitada capacidade dos governos para controlar as atividades das EMSP, bem como a ausência de uma legislação nacional e internacional, mais efetiva. Desse modo, observa-se que essas as empresas gozam de uma ampla margem de manobra na aplicação dos contratos firmados diretamente com terceiros governos, consentidos pelos países-sede, o que frequentemente lhes permite ocultar informações sobre a forma e o progresso desses contratos (AXELROD, 2014, p. 258-261; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 129).

A MPRI também prestou assistência na formação das forças-armadas da Bósnia, dentro do programa de estabilização militar conhecido como “Formação e Equipamento”, com duração de seis anos este programa tinha um orçamento anual de quinhentos milhões de dólares financiados pelos EUA e outros países. Alguns autores entendem que o recurso de se recorrer a MPRI para este caso foi uma solução engenhosa a qual permitiu que as tropas norte-americanas ficassem de fora de um cenário de constante instabilidade, reduzir custos econômicos de assistência e manter uma certa imagem de neutralidade no conflito. O objetivo desse contrato era o de melhor preparar e unir as forças armadas bósnias, - as quais se dividiam em bósnios-croatas e bósnios –muçulmanos, - para fazer face às forças armadas sérvias, no caso, em que essas últimas, decidissem romper os Acordos de Paz de Dayton e retomar a escalada de violência para atingir seus objetivos políticos e territoriais. Ao mesmo tempo, formava parte dos esforços EUA para romper os laços de união entre os bósnios-muçulmanos e o Irã, o que muitos consideravam como indicativos da islamização das forças bósnias. Durante a guerra, aproximadamente três mil guerrilheiros islamitas (em sua maioria procedentes do Irã) se deslocaram para lutar junto as forças bósnio-muçulmanas, ao passo que o próprio Irã proveu ajuda militar. Cabe ressaltar que o artigo III do Anexo 1^a dos Acordos de Dayton de 1995, estabeleceu a saída de todos os guerrilheiros estrangeiros do país, entretanto, muitos permaneceram em território Bósnio o que foi motivo de preocupação dos EUA após os ataques de onze de setembro de 2001, quando se chegou a pensar que alguns dos envolvidos estivessem homiziados na Bósnia (AXELROD, 2014, p. 258-261; GARCIA; PAREJA, 2013, p. 130-131).

O contrato com a Bósnia foi muito além do que foi realizado com a Croácia, pois preconizou uma profunda transformação nas forças bósnias visando a formação de uma força

armada eficaz. Para tanto, a MPRI se responsabilizou pela estruturação do Ministério da Defesa e seu comando conjunto, bem como, de toda logística, treinamento militar, centros de simulação de combate e outros instrumentos capazes de afiar as novas forças armadas bósnias para o combate contra os sérvios se no futuro fosse preciso (SINGER, 2008, p. 128-129).

A assistência militar da MPRI na Croácia e na Bósnia esteve umbilicalmente ligada a política dos EUA para a região dos Balcãs e focada no esforço de estabilizar os dois países de forma rápida, retirar as tropas dos EUA, para cumprirem outras missões e contrabalançar o apoio russo dado aos sérvios. Dito de forma diferente, os EUA utilizaram a MPRI como instrumento de sua política externa com o fito de aumentar sua capacidade de influência sobre as partes em conflito e ao mesmo tempo reduzir os custos políticos e econômicos na formação das forças armadas locais.

Outra empresa que teve importante papel no conflito dos Balcãs foi a DynCorp que sempre manteve estreitos vínculos com o governo dos EUA provendo uma série de serviços tais como: proteção de diplomatas em zonas de conflito, operação de luta contra o narcotráfico, desminagem, apoio logístico operacional, elaboração de planos de contingência para as forças armadas dos EUA. Entre suas principais atividades destacam-se a formação, o recrutamento e o emprego de mais de seis mil agentes civis de manutenção da paz e a formação de efetivos policiais em mais de onze países em nome do Departamento de Estado norte-americano, entre os quais – Haiti, Bósnia, Afeganistão, Iraque e etc.

Na Bósnia, a empresa ficou encarregada de prover a maior parte dos oficiais de polícia dos EUA alocados para a Força Internacional de Polícia (FIP) - contingente policial enquadrado na missão das Nações Unidas na Bósnia - Herzegovina (MNUBH) conforme os Acordos de Paz de Dayton. Em que pese à contribuição da empresa na reconstrução do país foram cometidos delitos e violações de Direitos Humanos por seus empregados ligados à violência sexual e ao tráfico de armas. Alguns dos policiais perderam seu emprego junto a DynCorp entretanto nada indica que foi iniciado algum procedimento judicial nem na Bósnia nem nas Nações Unidas e há indicações de que a empresa tenha tentado mascarar atividades ilegais de seus empregados (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 123-136, SINGER, 2008, p. 222).

A experiência da utilização da empresa na Bósnia permite extrair algumas lições. Se os governos têm dificuldade em controlar as atividades das EMSP isso também vale para as mesmas em relação aos seus empregados e isso pode traduzir em condutas errôneas por parte dos seus funcionários. Por outro lado, embora tendo em conta a gravidade dos atos cometidos pelos empregados, o mais significativo é o modo como reagem as EMSP que os contratam e as autoridades estatais ou as organizações internacionais, a cujo serviço, encontram-se essas

empresas. A esse respeito, Singer (2008, p. 222) salienta que existem poucos incentivos para que as EMSP denunciem seus empregados perante as autoridades judiciais, pois ao fazê-lo isso poderia afugentar os clientes e potenciais empregados enquanto que encobri-los ou desvinculá-los resulta menos danoso e arriscado.

A tibieza de tal postura advoga contra as EMSP as quais, atualmente, procuram consolidar uma imagem positiva perante a opinião pública, procurando ligar sua atuação ao cumprimento dos Direitos Humanos e Humanitário, por meio de um processo de regulação de caráter não vinculante, mas isso, suscita outro debate acerca da eficiência de uma autorregulação, de caráter corporativo, em detrimento de uma regulação vinculante e de caráter multilateral, que também tem como finalidade limitar a violência, ao formalmente comprometer toda a Sociedade Internacional.

Paradoxalmente, os esforços da DynCorp na Bósnia para ocultar e obstaculizar as investigações das atividades delitivas de alguns de seus funcionários não afetou futuros contratos com o governo dos EUA no Kosovo, Afeganistão (para proteger o presidente Hamid Karzai) e no Iraque para formar a polícia local (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 123-136).

Semelhante a MPRI, a Brown & Roots teve um grande impulso nos seus negócios na crise da antiga Iugoslávia. Seu maior contrato foi em 1995 quando do emprego de cerca de vinte mil soldados norte-americanos sob a égide da força de paz da OTAN nos Balcãs, quando a empresa foi a responsável pelo suporte logístico da missão dos EUA, e dos demais países envolvidos, tendo atuado na Bósnia, na Croácia e na Hungria (SINGER, 2008, p. 143).

Anos mais tarde, já no final da década de 1990, os Balcãs se tornam palco de outro conflito. Agora na província do Kosovo, onde eclodiu uma guerra civil após décadas de exploração e abusos dos sérvios. A guerra civil logo indicou a possível ocorrência de mais um genocídio e desta vez as nações ocidentais não ficaram impassíveis e na primavera de 1999 a OTAN lançou uma campanha aérea para forçar o governo de Milosevich a negociar.

Em que pese toda benevolência da causa a favor dos kosovares, a campanha militar não tinha apoio popular nos EUA, pois o povo norte-americano estava mais preocupado com suas questões domésticas que com outra guerra nos Balcãs, dificultando as alternativas militares para a solução do conflito – haja vista ainda que as forças armadas dos EUA se encontravam sob forte pressão. A situação piorou quando Milosevich desencadeou uma generalizada operação de limpeza étnica forçando milhares de refugiados kosovares a fugirem o país. Os grupos humanitários internacionais como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e outros estavam despreparados para essa situação e se seguiu a dúvida de quem estaria em condições de alojar e prover alimentação para essas pessoas, pois como os EUA

poderiam encontrar uma maneira de prover toda logística para suas forças armadas sem envolver suas reservas ou mesmo a Guarda nacional e ao mesmo tempo lidar com a brutal crise humanitária que a guerra havia provocado? A solução para esta questão acabou sendo muito simples bastava passar o problema para uma EMSP solucionar o que no caso foi a Brown & Roots Services. Ela não apenas construiu uma série de abrigos e proveu logística para os refugiados, mas também, proveu grande parte do sistema logístico para as forças norte-americanas na região, provendo alimentação, construção de bases operacionais, manutenção de veículos e de sistemas de armas entre outras tarefas (SINGER, 2008, p. 6).

As ações logísticas da Brown & Roots Services no conflito do Kosovo tiveram a seguinte dimensão: construção e manutenção de bases de operações e de manutenção, manutenção de equipamento militar, transporte, distribuição de água, alimentação, lavanderia, geração de energia elétrica, reabastecimento de combustível e correio, entre outras. Vê-se que a empresa foi uma das grandes responsáveis pelo sucesso de toda a operação militar e humanitária pela extensão do seu trabalho em campo. Isso foi acentuado pelo próprio porta-voz da OTAN quando se referiu a Brown & Roots como uma peça central no esforço humanitário a favor dos kosovares. (SINGER, 2008, p. 144-145).

Por outro lado, nos três primeiros meses no Kosovo, a Brown & Roots proveu as forças norte-americanas com cento e noventa e duas barracas de campo, as quais alojaram cerca de sete mil soldados, construiu treze heliportos, trinta e sete refeitórios e vários locais de banho além de ter servido milhões de refeições, efetuado o reabastecimento de milhões de galões de água, milhões de galões de diesel e de ter transportado cerca de quatro mil containers entre outras atividades logísticas. Estes números apenas representam uma parcela do grande esforço logístico efetuado pela empresa em prol das forças norte-americanas. De fato a Brown & Roots foi à força de sustentação logística e o corpo de engenharia militar da máquina de guerra dos EUA no Kosovo. A empresa foi responsável no conflito por 100% da alimentação, 100% da manutenção dos veículos táticos e não táticos, 100% do manuseio de cargas perigosas, 90 % da água, 80 % da provisão de combustível e 75 % das necessidades de construção e transporte de equipamentos pesados. Logo, não é difícil concluir que o papel da Brown & Roots foi fundamental para o exército dos EUA em sua missão no Kosovo. Todo ciclo da operação, desde a capacidade da tropa se alimentar e dormir, a manutenção dos sistemas de armas e veículos militares tudo foi garantido por uma empresa privada o que antes era responsabilidade do próprio exército (SINGER, 2008, p. 145-156).

O esforço de privatização da guerra foi um dos grandes triunfos das forças norte-americanas no conflito, pois a crise humanitária foi contida e os sérvios foram expulsos e

mais tarde a paz foi obtida. Durante todo tempo, todos foram alimentados, alojados e apoiados pela Browns & Roots. O que levou o general Dennis Reimer, Chefe de Estado-Maior do Exército dos EUA, a agradecer pessoalmente a EMSP pelos serviços prestados àquela missão, no Kosovo, sendo que na opinião desse oficial a Brown & Roots teve um papel chave no seu sucesso (SINGER, 2008, p. 6).

O êxito da Brown & Roots, no Kosovo, claramente estabeleceu um modelo para as futuras operações militares, pois o ponto crítico na privatização dessas tarefas além dos benefícios financeiros, a contratação da EMSP reduziu o tamanho das forças norte-americanas em presença no conflito para cerca de nove mil soldados e assim tornou o envolvimento militar dos EUA mais palatável politicamente. Outra consequência não menos importante, - mas duvidosa em termos doutrinários, é que o apoio da EMSP liberou mais tropas no terreno para atuarem em suas missões “centrais” (ou de combate) e não em missões secundárias (ou de apoio).

O papel fundamental do apoio logístico das EMSP nas operações é acentuado por Kinsey nos seguintes termos:

O que é claro é que se Van Creveld afirmou que a logística é um determinante fator na estratégia militar é correto, então, que as EMSP (contractors) devem ser também consideradas como outro fator determinante, especialmente considerando o uso das EMSP (contractors) pelos exércitos dos EUA e do Reino Unido, o que as tornam agora uma componente-chave no processo logístico (KINSEY, 2013, p. 3).

Sob o ponto de vista doutrinário militar em que pese que a utilização das EMSP libere os militares para atuarem em suas missões centrais - as famosas missões “core”, - tais como, o combate propriamente dito, essa situação, também cria uma dependência acentuada, pois o sucesso da operação militar fica umbilicalmente atrelado ao apoio privado. É uma questão que deve ser pensada em todos os exércitos do mundo contemporâneo, pois se por um lado, a privatização da guerra é importante na redução dos custos financeiros e políticos, por outro, pode trazer drásticas consequências operacionais, criando uma situação de core-dependência onde a força militar vai paulatinamente perdendo sua expertise em prover sua própria logística.

A importância da utilização das EMSP nos conflitos dos Balcãs ocidentais evidencia uma tendência no uso dessas empresas em operações militares e humanitárias no pós-Guerra Fria, bem como seu destacado papel na Segurança Internacional; suas tarefas são múltiplas e se aproximam cada vez mais de missões que competem aos Estados. Seu caráter privado dificulta a responsabilização e a transparência de suas ações quanto ao cumprimento dos

Direitos Humanos e Humanitário, haja vista, o caráter instável do ambiente operacional em que atuam, logo cabe a Sociedade Internacional estabelecer os limites da atuação dessas empresas e seu devido enquadramento no Direito Internacional.

6.2 As EMSP no Iraque

É inquestionável que foi depois da Guerra Fria que se produziu uma rápida e avassaladora expansão da Privatização da Guerra a qual recebeu um impulso definitivo com os ataques terroristas de onze de setembro. Nesse contexto, as EMSP se posicionaram no mercado como provedoras de serviços vitais e altamente demandados, o que desde então lhes permite perspectivas de negócios imemoráveis (KINSEY, 2006, p. 108-109).

A reflexão acerca do papel das EMSP nos conflitos armados passa necessariamente pelos casos do Afeganistão e do Iraque os quais assumiram proporções nunca antes conhecidas. A importância se dá não apenas pelo grande número de empresas e funcionários empregados, mas também, pela amplitude de competências desenvolvidas pelas EMSP durante e após esses conflitos onde as EMSP tiveram o maior emprego conhecido da história. De fato é impossível compreender as dimensões dessa indústria sem conhecer a implicação dessas empresas nesses cenários (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 148).

O impacto da utilização das EMSP em ambos os casos foi bastante desigual e a disponibilidade de dados oficiais, também, é muito mais ampla para a guerra do Iraque, assim, o caso do Iraque é mais ilustrativo e contém mais informações disponíveis, sendo inclusive que a grande maioria dos escândalos das EMSP ocorreu no contexto iraquiano e por isso mesmo motivo da sua escolha nesta tese.

Em 2002, os EUA e o Reino Unido acusaram Saddam Hussein, ditador iraquiano, de acumular armas de destruição em massa e de apoiar o terrorismo internacional. As autoridades iraquianas negaram as acusações. Os EUA exigiram o cumprimento imediato da resolução 1441 aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU (CS) em novembro de 2002, a qual determinou a volta dos inspetores de armas ao Iraque, os quais tinham sido expulsos anteriormente e deu a Bagdá uma “última chance” para encerrar todos os seus programas de armas químicas, biológicas e nucleares, assim como o de mísseis balísticos. O Iraque aceitou a volta dos inspetores, mas não renunciou ao seu ditador sendo assim os EUA e o Reino Unido pressionam o Conselho de Segurança por uma resolução que autorizasse o uso da força militar (ALMANAQUE, 2005; BRASIL, 2003).

O relatório dos inspetores da ONU, apresentado por Hans Blix, no CS, estimou ainda vários meses e mais inspetores para concluir o trabalho, mas, de modo geral, não apresentou aspectos negativos sobre o governo Saddam em relação a armas de destruição em massa (ALMANAQUE, 2005; BRASIL, 2003).

O Conselho de Segurança ficou dividido sendo que, por um lado, EUA, Reino Unido, Espanha e Bulgária advogavam o uso da força militar para desarmar o Iraque imediatamente e cumprir a resolução da ONU. Por outro lado, França, Alemanha, Rússia, China e Síria, defendiam o uso da diplomacia para obter o desarmamento e dar mais tempo aos inspetores de armas da ONU. A França inclusive chegou a ameaçar vetar qualquer iniciativa de uma resolução que aprovasse o uso da força militar (BRASIL, 2003, p. 6-7).

Diante do impasse, a coalizão liderada pelos EUA dá um ultimato ao governo iraquiano e estabelece 48 horas para que Saddam Hussein e autoridades do partido Baath deixassem o país ou seriam atacados. Em face da negativa de Saddam, em 19 de março de 2003, inicia-se a Operação Liberdade do Iraque (Operation Iraq Freedom) e a coalizão liderada pelos EUA ataca o país a despeito de não haver qualquer resolução do CS que autorizasse o uso da força militar. Os iraquianos foram derrotados, e em 9 de abril, os norte-americanos conquistaram Bagdá, instalando um governo de ocupação, chefiado pelo diplomata e ex-militar norte-americano Paul Bremer. Aí se iniciam os protestos contra o domínio estrangeiro sendo que as forças de ocupação e seus apoiadores se tornam alvos de fortes atentados e ataques constantes (ALMANAQUE, 2005; BRASIL, 2003, p. 4-8).

Singer comenta que o principal motivo da demanda por EMSP no caso do Iraque foi à insuficiência de forças para dar continuidade a nova fase da operação agora contra os insurgentes e posteriormente na reconstrução do país. Aliado a isso uma grande falha de liderança do presidente George W Bush em que pese tenha sido devidamente alertado pelo General Eric Shinseki de que seria necessário um adicional de tropas após os combates iniciais, o que foi ignorado e mais tarde provado mais que verdadeiro (SINGER, 2008, p. 243).

De fato, o planejamento se ateve apenas a invasão do Iraque e previa cerca de cento e trinta e cinco mil soldados e não houve qualquer plano ou estruturação para o que viria depois. Assim, os planejadores norte-americanos ignoraram a mais básica lição de Clausewitz que alerta que numa guerra não se pode dar um primeiro passo sem considerar o último. Além do planejamento limitado a invasão, o problema central era a insuficiência de tropas americanas, a dificuldade em se conseguir aprovação do Congresso para mais soldados (mesmo a Guarda Nacional ou a Reserva Estratégica), e a negativa dos aliados em aumentar

seus efetivos. Dois Teatros de Operações (TO) foram abertos (um no Afeganistão e outro no Iraque) pelos EUA e as demandas por mais soldados pressionavam os militares. As soluções para esse problema eram pouco factíveis politicamente e isso favoreceu em muito a utilização das EMSP no conflito (SINGER, 2008, p. 244-245).

O emprego das EMSP foi a solução encontrada, pois seus custos políticos eram mínimos. Vale lembrar ainda que as baixas de seus empregados não eram contabilizadas nas baixas oficiais do exército e não tinham qualquer impacto na opinião pública. Em 2006, o Comando Central estimou que cem mil empregados das EMSP estivessem operando no conflito sendo que em 2007, o próprio Departamento de Defesa dos EUA calculou em quase cento e oitenta mil empregados de EMSP em comparação a cento e sessenta mil soldados. Interessante a observação de Singer quando afirma que em dado momento nem o próprio Pentágono sabia quantos empregados de EMSP estavam no Iraque e nem quanto estava sendo gasto com essas empresas contratadas pelo governo norte-americano e que em 2005 ele próprio foi contatado pelo Pentágono para auxiliá-los a determinar esses números. Ou seja, não se tinha a exatidão da dimensão do negócio que estava sendo feito por absoluta falta de fiscalização e administração desse novo problema no campo de batalha (SINGER, 2008, p. 245).

No caso do Iraque, o maior emprego de forças militares e de EMSP se deu no pós-conflito. As razões fundamentais para isso foram: o incremento da insegurança ao pessoal dedicado a reconstrução, a falta de previsibilidade do governo norte-americano das necessidades que viriam após as operações militares e os graves problemas de instabilidade e de insegurança ocasionados pela acentuada insurgência. Entre 2003 e 2004, as EMSP foram utilizadas por razões de funcionalidade, pois permitiram uma satisfação imediata das necessidades do exército dos EUA. Após as operações militares ficou patente que os serviços das EMSP seriam necessários haja vista que os altos níveis de insegurança no país indicavam que somente os militares não teriam condições de dar conta da situação sem o apoio dessas empresas. Entre os objetivos da Coalizão estava o de instaurar uma democracia no Iraque, entretanto não se previu a dimensão das tarefas de reconstrução nem a presença crescente de uma forte insurgência que situaria entre os seus objetivos não somente as tropas americanas, mas também as EMSP, afinal para os insurgentes todos eram seus inimigos. Esse incremento da violência, a instabilidade e a reconstrução foram os principais vetores que concorreram para maior contratação das EMSP no pós-conflito. Com o passar do tempo, a utilização generalizada das EMSP começou a suscitar uma série de problemas, tais como dilemas políticos, pressões relacionadas com o controle e fiscalização dessas empresas e os sucessivos

escândalos nos meios de comunicação que implicavam as EMSP na morte de civis ou em graves violações de Direitos Humanos e Humanitário (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 156-157).

Em que pese a solução de privatização da guerra, ou a terceirização de atividades tidas como estatais encontrada pelo governo norte-americano ela não saiu nada barato aos cofres públicos, chegando a casa de mais de duzentos bilhões de dólares gastos nos conflitos do Iraque e do Afeganistão, juntos, segundo levantamento da Commission on Wartime do Congresso do EUA, levando em consideração os anos fiscais de 2002 até 2011, conforme quadro abaixo.

Quadro 8 - Gastos com as EMSP entre 2002-2011 no Iraque e Afeganistão (em bilhões de dólares)

	Departamento de Defesa	Departamento de Estado	Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)	Total
Contratos	166,6	12,2	8,4	187,2
Subvenções	xxx	0,4	4,9	5,3
Total	166,6	12,6	13,3	192,5 + 14 = 206,6

Fonte: elaborado pelo autor com base em Commission on Wartime Contracting (2011, p. 20).

A natureza geral das atividades empreendidas pelas EMSP no Iraque indica o incremento da privatização de serviços tradicionalmente realizados pelo aparato de segurança e militar dos Estados. No Iraque essa realidade chegou a um ponto decisivo de expansão, tanto com relação aos serviços de segurança como aos serviços militares. Em qualquer caso, muitas empresas empregadas no Iraque realizaram tarefas de segurança e militares e vale lembrar que a distinção entre Empresa de Segurança Privada (ESP) e Empresa Militar Privada (EMP) é muito obscura. Para o propósito de estudo e discussão do conflito, o termo EMSP capta a essência das atividades realizadas por essas empresas no Iraque (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 43).

Além do desenvolvimento sem precedentes da indústria da privatização da guerra, as EMSP, no Iraque, também adquiriram novas responsabilidades no campo militar. Vale ressaltar a proposta do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre uma possível Convenção sobre as EMSP a qual tem a seguinte definição para EMSP, serviços militares e serviços de segurança, em seu artigo 2 a), 2 b) e 2 c), que embora seja uma proposição nos auxilia no entendimento das tarefas realizadas por essas empresas no Iraque e a sua relação com as tarefas estatais no campo de batalha:

- a) por empresa militar e/ou de segurança privada (EMSP) se entenderá a entidade empresarial que preste serviços militares e/ou de segurança remunerados por pessoa físicas ou jurídicas;
- b) por serviços militares se entenderá os serviços especializados vinculados com atividades militares como planejamento estratégico, inteligência, investigação, reconhecimento terrestre, marítimo ou aéreo. Voos de todo tipo, tripulado ou não tripulados, vigilância por satélite, qualquer tipo de transferência de conhecimento com aplicação militar, apoio material e técnico as forças armadas e atividades conexas;
- c) por serviços de segurança se entenderá a guarda, e proteção armadas de edifícios, instalações, propriedades, pessoas, e qualquer tipo de transferência de conhecimentos com aplicação nos âmbitos da segurança e da polícia, o desenvolvimento e a aplicação de medidas de segurança da informação e atividades conexas (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 145).

As EMSP que operaram no Iraque podem ser divididas em dois grandes grupos. Aquelas que prestaram serviços com armas – de modo geral, voltadas para tarefas de segurança e as que prestaram serviços sem armas – de modo geral, mais voltadas a tarefas ligadas a logística. O primeiro grupo inclui atividades como: segurança estática – na proteção de edifícios governamentais, áreas onde se realizavam trabalhos de reconstrução, segurança de comboios de transporte, escoltas e segurança de altas autoridades. Nestes casos, os trabalhadores eram em sua maioria ocidentais e nacionais de terceiros países como Chile e África do Sul e em menor medida os iraquianos. Já no segundo grupo, incluem atividades de coordenação operacional mediante o estabelecimento de centros de comando e controle, atividades de inteligência buscando a detecção e análise de ameaças, atividades de treinamento das forças iraquianas dentre outras, nestas a presença do pessoal local era mais evidente (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 155-156; PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 44).

O leque de atividades das EMSP no apoio ao esforço da coalisão foi muito vasto, pois passaram a manter, operar, - e a realizar a manutenção dos mais sofisticados sistemas de armas como os aviões de combate F-15 e F-117 invisível, helicópteros Apaches e o U-2 - avião de reconhecimento. Ainda ajudaram a operar sistemas de combate de alta tecnologia como o Global Hawk UAV e o sistema de defesa aérea Patriot demonstrando alta capacidade técnica. Daí em diante, o espectro de atividades só aumentou em tamanho e complexidade

desempenhando um papel relevante para as forças norte – americanas nas seguintes atividades: logística, assistência técnica, treinamento de forças militares iraquianas, inteligência, proteção de instalações críticas, comboios, de pessoas, e a construção de bases, dentre outras tarefas. Nunca é demais lembrar que a segurança de Paul Bremer encarregado maior da Autoridade Provisional da Coalisão (CPA) foi executada pela EMSP Blackwater. Em síntese, mais uma vez fica patente que a operação no Iraque não poderia ter sido executada sem o apoio das EMSP (SINGER, 2008, p. 248).

Especificamente e sinteticamente é possível indicar as principais atividades ligadas as seguintes EMSP: AEGIS – segurança, transporte e análise antiterrorista; DynCorp, Vinnel – treinamento para a polícia iraquiana; Halliburton, KBR – logística e gestão de bases militares; Enryst – segurança de infraestruturas petrolíferas; Custer Battles – gestão e segurança do Aeroporto de Bagdá; Blackwater – segurança de embaixada e de autoridades, EDOT – segurança e gestão Base Victory Bagdá; Blackwater, Triple Canopy e DynCorp – segurança de pessoal estadunidense; AEGIS – escoltas e gestão da segurança (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 158).

Enquanto a Autoridade Provisional esteve operativa, foram firmados contratos para a realização de diversas atividades. Como exemplo pode-se citar a proteção das infraestruturas logísticas que ficou a cargo da Erinys, a segurança do aeroporto de Bagdá que ficou com a Custer Battles e o treinamento da polícia e do exército iraquiano que esteve a cargo da DynCorp, Vinnel e MPRI, respectivamente. No que diz respeito ao Departamento de Estado, a contratação do pessoal privado para desempenhar tarefas de segurança no Iraque iniciou com a abertura da embaixada dos EUA. Ante a impossibilidade de protegê-la o Departamento de Estado firmou um contrato com a Blackwater para assegurar a segurança estática da embaixada e de seu pessoal. Posteriormente, foram firmados outros contratos de proteção de pessoal com as EMSP norte-americanas Blackwater – para a área de Bagdá e a DynCorp – para a área do Curdistão iraquiano e a Triple Canopy para o sul do país.

O Departamento de Defesa empregou várias empresas americanas, como a EOD Technologies, a qual foi encarregada da segurança do complexo da Base Victory, em Bagdá, e estrangeiras, como é o caso das britânicas ArmorGroup e Aegis Defence Services. Cabe destacar que o contrato com a Aegis denominado “Serviços de Apoio a Reconstrução” é um dos mais importantes, até 2004 foi o maior contrato firmado por esse Departamento e girou em torno de quatrocentos e setenta e cinco milhões de dólares, sendo renovado três anos mais tarde. As atividades da Aegis incluíam apoio e análise antiterrorista, proteção de pessoal, escoltas, segurança e gestão de transportes. Uma das tarefas mais significativas nesse contrato

foi a criação do Centro de Operações de Reconstrução o qual tinha por objetivo melhorar a coordenação das EMSP empregadas no Iraque e cuja gestão foi encomendada para a Aegis (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 156; PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 44-45).

Provavelmente, um dos mais bem conhecidos exemplos de privatização de atividade militar diz respeito à inteligência, área que cresceu de importância desde a “ Guerra ao Terror”. Durante a guerra e ocupação do Iraque a execução de muitas atividades de inteligência foi realizada pelas EMSP tais como: interrogatórios prisionais, análise de documentos estrangeiros, administração de sistemas de inteligência com coleta e processamento de informações. Outras atividades, tipicamente militares, também foram empreendidas pelas EMSP tais como: provisão de expertise para operação de complexos sistemas de armas, operação de checkpoints, detenção de pessoas, treinamento da polícia e do exército nacional, incluindo exercícios táticos e planejamento estratégico. Armendariz destaca que embora não tenha sido a regra as EMSP chegaram a se engajar em atividades que perfazem a participação direta nas hostilidades; tais como, a execução da guarda e segurança de legítimos alvos militares como consequência de suas tarefas o que acabou por incorrer em contato direto com o inimigo (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 45-46).

Interessante observar que enquanto as EMSP continuam a oferecer e prover serviços não letais envolvendo o apoio às operações militares Armendariz observa que as novas habilidades militares são anunciadas nos websites dessas empresas mencionando a realização de atividades de inteligência e/ou contra-inteligência, incluindo dentro desses serviços atividades de interpretação de informações no campo, tradução, software e sistemas de engenharia, interrogatório de prisioneiros, entre outras. Muitas empresas ainda chamam atenção para sua expertise militar indicando contratos já realizados no próprio Iraque com o Departamento de Defesa dos EUA, a Força Aérea, a Marinha, a Autoridade Provisional e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Como exemplo cita-se as seguintes EMSP: Airscan, EODT, L-3, Titan, Vinnel, ZKD, Safenet Security Services e Agility Logistics (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 46).

Vale a pena repetir que, por outro lado, essa imensidão de atividades levadas ao cabo pelo setor privado, criou uma grande dependência das tropas à atuação dessas empresas, se imaginarmos que sem elas nada do que foi feito poderia ter sido realizado na dimensão em que ocorreu no conflito do Iraque. Em outras palavras, se as EMSP auxiliaram na resolução de um problema político criaram um problema operacional para as tropas que passaram a depender desse apoio para executarem as suas missões. É o que podemos chamar de “core dependência”, ou seja, as tropas somente realizam suas missões centrais de combate se forem

suportadas pelas EMSP em atividades técnicas e de apoio. Em síntese, pode-se dizer que a logística militar moderna, operacionalizada nesse ambiente com o suporte privado, foi realizada com essas empresas sendo que não podemos considera-las *Ad Hoc* como muitos interpretam, muito ao contrário, na verdade começam a fazer parte da própria estrutura operacional e logística de vários exércitos ocidentais, o que indica que essa privatização deve ser pesada e sopesada antes de ser contratada, pois pode caracterizar a perda de importante expertise em várias atividades.

Em que pese à acentuada concordância dos analistas em relação ao papel fundamental das EMSP no esforço de guerra do Iraque, o debate que se impõe refere-se à natureza dos serviços de segurança e militares, empreendidos num conflito armado, pelo setor privado e em particular sobre a adequação, conveniência, e legalidade de se utilizá-las em atividades as quais têm sido tradicionalmente reservadas para os militares e funcionários públicos – integrantes e agentes do Estado. Nesse sentido, a questão chave que emerge é se as tarefas realizadas pelas EMSP são inerentes aos Estados e assim devem ser realizadas por funcionários públicos civis e militares e não poderiam, portanto, ser privatizadas.

Embora haja desafios na esfera doméstica e internacional, na definição do termo “funções inerentes aos Estados” o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre uma possível Convenção sobre as EMSP lançou a seguinte orientação sobre o termo, definindo-o no seu artigo dois i) da seguinte forma:

Por funções inerentes aos Estados se entenderá as funções acordes com o princípio do monopólio do uso legítimo da força por parte do Estado, que os Estados não podem contratar externamente ou delegar as EMSP em nenhuma circunstância. Entre essas funções tem-se a participação direta nas hostilidades, as operações bélicas e/ou de combate, a captura de prisioneiros, a legislação, as tarefas de espionagem, inteligência e transferência de conhecimentos com aplicações militares, de segurança e policiais, o uso de armas de destruição em massa, e o exercício de funções de polícia e atividades conexas, especialmente as faculdades de prisão ou detenção, incluída a de interrogar os detidos e outras funções que um Estado parte considere funções inerentes ao Estado (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 146).

De acordo com tal definição, várias atividades realizadas pelas EMSP no Iraque, como as descritas anteriormente estariam inseridas dentro do escopo do termo “funções inerentes aos Estados” particularmente aquelas relacionadas com a detenção de pessoas, interrogatório de detidos, inteligência, engajamento em operações de combate, ainda que como consequência de tarefas que não se relacionem com o enfrentamento propriamente dito. Como exemplo, cita-se a empresa USIS a qual foi contratada para apoiar o Escritório Regional de Segurança, em Bagdá, para realizar investigações de incidentes, entrevistar testemunhas,

coletar e analisar evidências, testemunhar em procedimentos judiciais e administrativos, analisar incidentes para verificar seu enquadramento legal entre outras tarefas que de acordo com a definição anterior estaria compreendida entre as funções inerentemente estatais e não poderiam ser privatizadas.

Considerando este tipo de situação e os riscos que envolvem o monopólio legítimo do uso da força do Estado, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas buscou identificar aquelas funções as quais são inerentes ao Estado, proibir sua delegação ou terceirização pelos Estados dentro do padrão¹ da proposta da Convenção. De fato, este é um dos pontos focais do projeto de convenção e um dos seus princípios norteadores caso a convenção seja adotada. Até o presente momento, no entanto, esta definição bem como, suas consequências são muito sensíveis na Sociedade Internacional e o Grupo de Trabalho reconhece que há necessidade de se introduzir essa noção progressivamente junto ao Direito Internacional e que isso será um dos elementos críticos na busca de se atingir um consenso no contexto da futura Convenção. Em suma, o projeto visa dar forma jurídica a ideia de que o controle estatal do uso da força é uma obrigação implícita na soberania do Estado. É uma questão de qualquer Estado. De outro modo, vincula-se a questão do monopólio do uso da força a obrigação de se respeitar, proteger, e tornar efetivos os Direitos Humanos em quaisquer situações. Por outro lado, pode-se considerar que o uso legítimo da força é uma questão de soberania estatal e envolveria direitos e obrigações dos Estados (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 102; PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 47).

Por outro lado, a definição de EMSP contida no Documento de Montreux é mais elástica e permite a prática de certas atividades que o projeto de convenção considera como atividades inerentes ao Estado o que sem dúvida levará a um embate entre os dois conceitos, pois é um dos pontos fulcrais nas iniciativas de regulação das EMSP.

¹ A proposta de Convenção trata do tema sinteticamente nos seguintes artigos: 4.3 nenhum Estado pode delegar ou contratar com as EMSP funções inerentemente estatais; 4.5 Cada Estado parte, de acordo com seu Direito interno adotará medidas legislativas e de outro tipo se necessário para proibir total ou parcialmente a delegação ou contratação externa de serviços militares ou de segurança; 9 Cada Estado parte definirá e limitará o alcance das atividades das EMSP e proibirá especificamente a contratação externa com as EMSP das funções definidas como funções inerentes aos Estados, incluída a participação direta nas hostilidades, as operações bélicas, as tarefas de espionagem, inteligência, transferência de conhecimentos com aplicações militares, de segurança e policiais, o uso de armas de destruição em massa, o exercício das funções de polícia e atividades conexas, especialmente as faculdades de detenção/prisão, incluída a de interrogar os detidos e outras que um Estado parte considere funções inerentes ao Estado. Dessa forma, o Estado deteria o controle total sobre o uso da força e incluiria em sua legislação o sentido e o alcance das EMSP (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 148-151).

Mesmo não sendo um tratado internacional vinculante o item 9 a)² do prefácio de Documento de Montreux define EMSP da seguinte forma:

As EMSP são entidades comerciais privadas que prestam serviços militares e/ou de segurança. Os serviços militares e/ou de segurança incluem, em particular, os serviços de guarda armada e de proteção de pessoas ou objetos, como comboios, edifícios, e outros lugares, a manutenção e utilização de sistemas de armas, a custódia de prisioneiros, e o assessoramento ou a capacitação das forças de segurança e pessoal local (CICV, 2008, p. 9, tradução nossa).

Por essa definição, a custódia de prisioneiros não seria uma tarefa inerentemente estatal o que vai de encontro à proposta de Convenção das Nações Unidas. De outro modo, as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, não aduzem a esse respeito, entretanto, é lícito inferir que é uma tarefa que caberia apenas aos Estados.

Por certo a situação das EMSP no conflito envolve uma série de debates acerca do sentido e do alcance das atividades executadas por elas e sua relação com as funções inerentemente estatais. Este é um debate que não termina aqui e muito pelo contrário toma vulto em todos os fóruns sobre o tema, mundo afora, o que é importante é que essa polêmica está umbilicalmente ligada ao papel do Estado e do setor privado, nos conflitos armados, do século XXI, com seus desdobramentos nas Relações Internacionais, na Segurança Internacional, no Direito Internacional e na própria forma de se fazer a guerra.

Tanto os soldados quanto os empregados das EMSP cometeram violações de Direitos Humanos e de Direito Humanitário no Iraque. Numa situação de conflito armado isso não chega a ser novidade, a história é rica em tais abusos, entretanto, a falta de instrumentos ou mesmo a sua opacidade não pode impedir ou mesmo minimizar a punição, a investigação e até mesmo a reparação de tais atos, sejam eles cometidos por integrantes do setor público ou do setor privado. As normas que existem nos âmbitos internacional e nacional para tratar de condutas ilegais dos empregados das EMSP são muito menos claras que as leis aplicáveis aos militares ou pelo menos requerem uma acalorada discussão. Particularmente no Iraque, junto à imunidade segundo a qual as EMSP operaram entre 2004 e 2009, em virtude da Ordem n° 17 da Autoridade Provisional, a resposta comum das autoridades norte-americanas aos abusos dos empregados das EMSP foi removê-los do Iraque e se fossem pressionadas a romper o

² 9. Que, a los fines del presente documento, se entenderá que: a) Las “EMSP”, como quiera que se describan a sí mismas, son entidades comerciales privadas que prestan servicios militares y/o de seguridad. Los servicios militares y/o de seguridad incluyen, en particular, los servicios de guardia armada y de protección de personas y objetos, como convoyes, edificios y otros lugares; el mantenimiento y la explotación de sistemas armamentísticos; la custodia de prisioneros; y el asesoramiento o la capacitación de las fuerzas y el personal de seguridad locales

contrato. Adicionalmente, uma política de compensação monetária em relação às vítimas foi imposta as empresas nesses casos. Desde o início da Guerra do Iraque, preocupações sobre a conduta das ações das EMSP foram levantadas devido a uma série de incidentes envolvendo as mesmas. O maltrato de prisioneiros pelo pessoal da EMSP Titan/L-3 e CACI na prisão de Abu Garib, em 2003, a morte de quatro empregados da EMSP Blackwater, em Fallujah, em 2004, e o incidente de setembro de 2007 na Nisour Square que envolveu também empregados da Blackwater e resultou na morte de dezessete iraquianos, são alguns exemplos. Ainda que esses incidentes tenham adquirido particular proeminência, haja vista, as repercussões no espectro político e midiático, informações advindas do campo mostram que não foram casos isolados e um padrão de violações de Direitos Humanos cometido pelas EMSP pode ser estabelecido (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 48).

E outubro de 2007, o Memorando do “US Committee on Oversight and Government Reform ” avaliou a conduta da EMSP Blackwater no Iraque, entre 2004 e 2007, nos seguintes termos:

Relatórios atinentes a Blackwater revelam que a empresa esteve envolvida em pelo menos cento e noventa e cinco casos de incidentes de “escalação de força” no Iraque desde 2005 e que envolve o uso de tiros de arma de fogo pelos empregados da empresa. O contrato da empresa foi para realização de serviços de segurança/proteção para o Departamento de Estado, assim, somente, poderia se engajar no caso de uso da força para sua própria defesa. Em mais de oitenta por cento dos casos os relatórios indicam que seus integrantes atiraram primeiro. [...] Na vasta maioria dos exemplos a Blackwater está atirando em movimento dentro de um veículo e não permanece na cena para determinar se os tiros resultam em baixas. [...] Quando a performance da Blackwater é comparada a outras EMSP como a DynCorp e a Triple Canopy, os relatórios revelam que a Blackwater participou em mais incidentes com arma de fogo que as outras duas empresas juntas. Entre 2005 e 2007, a Blackwater esteve envolvida em cento e sessenta e oito incidentes de arma de fogo enquanto a DynCorp, em cento e dois e a Triple Canopy, em trinta e seis. (HOUSE OF OVERSIGHT COMMITTEE MEMORANDUM, 2007, p. 1).

Não é difícil concluir que o caso da Blackwater não foi um caso isolado, pois o próprio Memorando acima cita outras duas empresas. Há que se observar que vários outros casos foram cometidos, mas nem todos tiveram a repercussão que teve a empresa Blackwater em suas atividades no Iraque.

As violações de Direitos Humanos no Iraque são relatadas desde o início do conflito. Há que se registrar que houve uma escalada entre, 2005 e 2008, mas que a partir do final de 2009, iniciou-se um acentuado decréscimo dessas violações. Armendariz comenta que isso ocorreu provavelmente, em decorrência, do acordo entre o Iraque e os EUA materializado no

US - Iraq Status of Forces Agreement, o qual removeu a imunidade em relação as leis iraquianas sobre as PMSC no Iraque (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 49).

Por outro lado, ao considerar o impacto quantitativo nos Direitos Humanos das EMSP no Iraque tem-se que levar em conta a existência de uma margem de erro relativa ao número de incidentes não informados. Se um incidente não é informado isso provavelmente significa que a autoridade competente não fará nenhuma investigação, a vítima não será ouvida, será quase que impossível identificar seus perpetradores, o caso não será documentado e evidentemente problemas serão encontrados se no futuro foram realizados procedimentos legais. Por certo, há casos que se enquadram nessa perspectiva e isso não se pode desconsiderar levando-se em consideração o perfil das empresas e o próprio ambiente em que atuam (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 49).

Considerando o impacto qualitativo das atividades das EMSP nos Direitos Humanos, Armendariz conclui por três principais categorias:

- a) a terceirização as EMSP de certas funções tradicionalmente reservada aos Estados e executada por militares como o interrogatório de prisioneiros, junto à carência de fiscalização das atividades, dessas empresas, resultou em casos de detenções arbitrárias e tortura. Os abusos cometidos na prisão de Abu Graib servem para ilustrar a violação das “funções inerentes aos Estados”;
- b) observa-se, também, que os empregados das EMSP exerceram um excessivo e injustificado uso da força resultando em sistemáticas violações contra a população civil tais como: assassinatos, utilização de arma de fogo com tiros indiscriminados como também danos a propriedades;
- c) os próprios empregados foram vítimas de Direitos Humanos ao terem restrições em seus direitos sociais e trabalhistas,
- d) adicionalmente, junto a essas sérias violações de Direitos Humanos, Armendariz acrescenta que embora não tenham sido objeto de seu estudo foram, ainda, reportados casos de assédio sexual, prostituição infantil, contrabando e fraude de impostos (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 49).

O caso dos detidos na prisão de Abu Graib, próxima de Bagdá, em 2004, é considerado um dos piores escândalos militares dos EUA. Pelo menos setenta e dois civis iraquianos foram torturados e abusados física e mentalmente, durante seu período de detenção, e de acordo com as ações judiciais estudadas os prisioneiros foram ainda

sodomizados, ameaçados de estupro, mantidos nus em suas celas, submetidos a choques elétricos e atacados por cachorros, sendo inclusive feridos em partes sensíveis do corpo humano (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 53; KINSEY, 2012, p. 120-123).

Nesta prisão, cuja responsabilidade pela sua administração cabia aos EUA, além dos militares trabalhavam funcionários das EMSP contratados pelos norte-americanos. Especificamente, funcionários da CACI dirigiam os interrogatórios e analisavam documentos de inteligência militar, enquanto empregados da Titan realizavam serviços de tradução. A sindicância realizada, em 2004, pelo Gen Antônio Taguba, midiaticamente conhecida como “Taguba Report” concluiu que os civis contratados pela CACI e Titan não eram apropriadamente supervisionados. Já o relatório independente de James Schlesinger também observou que a grande maioria dos funcionários dessas EMSP não tinha recebido nenhuma forma de treinamento em técnicas de interrogatório e desconheciam a doutrina e a política americana para aquela situação. Em 2005, o próprio Departamento de Defesa concluiu que funcionários da Titan e da CACI³ foram também diretamente responsáveis pelas torturas e abusos cometidos na prisão. Da perspectiva dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário os EUA falharam em observar que somente autoridades dos EUA poderiam realizar as tarefas de supervisão de prisioneiros de guerra e realizar as diligências necessárias, com a finalidade de se prevenir qualquer possível dano causado pelas EMSP aos detentos. (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 53; STRASSER, 2004, p. 73; KINSEY, 2012, p. 120-123).

Interessante observar a descrição que Uessler faz do episódio conforme abaixo descrito:

Em vinte e oito de abril de 2004, a rede de TV americana CBS transmitiu imagens que provocaram indignação no mundo todo. Elas provinham da cela 1-A da prisão de Abu Graib. Numa das imagens vê-se um prisioneiro com a cabeça coberta por um saco em pé, numa caixa, seus braços pendurados para cima e tudo indica que se caísse seria eletrocutado. Noutra imagem, iraquianos são amontoados nus como uma pirâmide. No bloco de celas 1-A, os prisioneiros iraquianos deveriam ser interrogados por especialistas norte-americanos. A indignação pública se concentrou na soldado Lynndie England – que puxava um iraquiano de quatro com uma coleira de cachorro - e, em menor escala em seus colegas Charles Garner e Ivan Frederick. Praticamente desconhecido permaneceu Steve Stefanowicz o qual tinha dado ordens aos reservistas sob seu comando, tais como; England, Garner e Frederick para que preparassem uma noite terrível para os detentos. Nesse momento, veio à tona um segundo escândalo, que certamente foi menos percebido, pois Stefanowicz, não pertencia a cadeia de comando militar, mas era um especialista em interrogatórios da EMSP CACI com sede em Arlington, Virgínia (UESSLER, 2008, p. 48-49).

³ Detalhes sobre as ações judiciais pertinentes a CACI e Titan encontram-se no Anexo C - Principais EMSP atuantes no Iraque e seus incidentes de Direitos Humanos.

Vale observar que nenhum empregado das EMSP envolvido, no episódio, sofreu qualquer punição. Já os militares todos foram punidos, inclusive a General Janis Karpinski comandante da 800^a Brigada responsável pela prisão de Abu Graib a qual foi rebaixada ao posto de coronel pelo presidente dos EUA George W. Bush (BUSH..., 2005).

De acordo com a legislação norte-americana aplicável ao caso do Iraque, as EMSP estavam apenas autorizadas ao uso da força em autodefesa ou quando o uso da força fosse necessário para executar a missão de proteger pessoas e valores. Entretanto, tudo indica que devido ao temor do ambiente operacional em que se encontravam, os empregados das às EMSP para garantir prioridade de movimentação e manter distância de outros veículos atiravam, aleatoriamente, nas ruas de Bagdá e em outras cidades. Como resultado dessa prática observa-se um número excessivo de incidentes relacionados ao uso da força enquanto cumpriam suas missões de segurança e de proteção. Em particular, exemplos desse tipo de evento incluem abusos de Direitos Humanos, tais como; atirar indiscriminadamente em civis e em veículos, com civis frequentemente mortos como resultado dos tiros.

Certamente, o pior e mais conhecido incidente ocorrido nesse padrão foi o caso da praça de “Nisour Square”, em dezesseis de setembro de 2007, quando empregados da Blackwater ao proverem a segurança de um comboio do Departamento de Estado, num incidente de tiroteios, foram acusados de matar dezessete iraquianos e de ferir cerca de vinte. De acordo com vários relatórios que documentaram o incidente, incluindo os emitidos pelas autoridades iraquianas, embora a Blackwater tenha inicialmente alegado que seus veículos tenham sido atacados pelos insurgentes primeiro, testemunhas e evidências indicaram que os empregados da empresa iniciaram os tiros e atiraram indiscriminadamente. Enquanto o caso da praça “Nisour Square” atraiu a atenção da mídia devido ao número de mortos e as suas circunstâncias, outros também ocorreram envolvendo outras EMSP⁴ tais como – Custer Battles, DynCorp, Triple Canopy, USIS, Enrys e United Resources Group. Em outubro de 2014, após sete anos do ocorrido em Bagdá, quatro ex-empregados da Blackwater foram condenados num júri presidido pelo juiz Royce C. Lamberth da Corte do Distrito Federal, em Washington D.C., pelo seu envolvimento no caso da praça “Nisour Square” nos seguintes termos: Nicholas Slatten – condenado a prisão perpétua, Dustin Heard, Paul Slough e Evan Liberty todos condenados a trinta anos de prisão (KINSEY, 2012, p. 123-128; PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 53; STRASSER, 2004, p. 73; FOUR BLACKWATER..., 2014).

⁴ Detalhes dos abusos de Direitos Humanos de EMSP que atuaram no Iraque podem ser vistos no Anexo C - Principais EMSP atuantes no Iraque e seus incidentes de Direitos Humanos.

Os acontecimentos na prisão de “Abu Graib e na Praça Nisour Square” são consistentes indicadores da necessidade de se controlar a atuação das EMSP num ambiente de conflito armado. Certamente, muitos outros casos ocorreram como pode ser visto no Anexo C da presente tese, mas não tiveram a mesma repercussão internacional. Provavelmente a falta de ação do Estado levou a ocorrência de tais acontecimentos, desse modo, a Sociedade Internacional deve estabelecer limites claros e precisos para o emprego das EMSP nessas circunstâncias bem como cumprir e fazer cumprir as normas de Direitos Humanos e de Direito Humanitário.

As EMSP que operaram no Iraque foram oriundas de vários países, tais como: EUA, Reino Unido, Emirados Árabes Unidos, França, África do Sul, Canadá, Alemanha, Israel, Austrália, Barbados, Kuwait, Espanha e o próprio Iraque, sendo que majoritariamente as empresas eram norte-americanas ou britânicas as quais em boa medida tinham conexões com seus respectivos governos. (PALOU-LOVERDOS; ARMENDARIZ, 2011, p. 35-38).

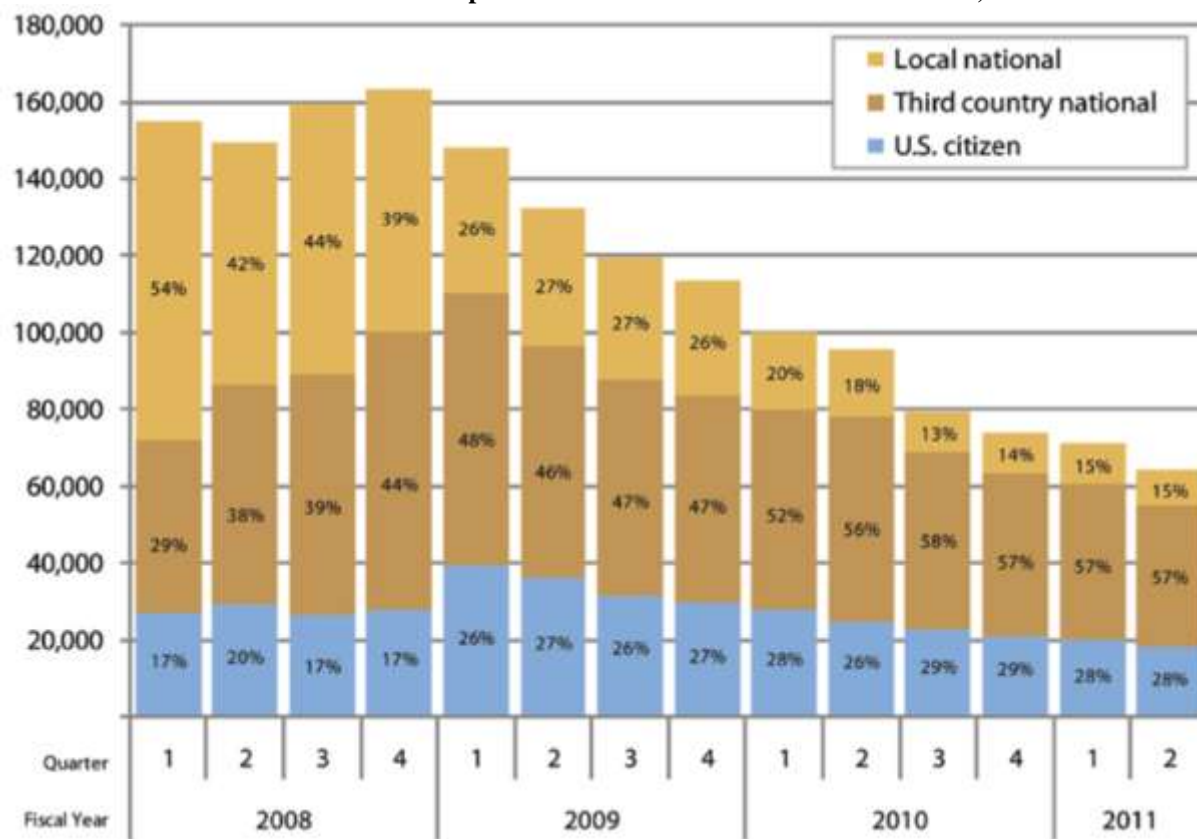
Quadro 9 - Principais EMSP que atuaram no conflito Iraque por país de origem

EUA	REINO UNIDO	KUWAIT	ESPANHA
AIRSCAN INC	AEGIS	AGILIT LOGISTICS	SERVICIO GLOBAL DE SEGURIDAD E INTELIGENCIA
CACI	ARMORGROUP	CANADÁ	FRANÇA
CUSTER BATLLES	CONTROL RISKS	GARDA WORLD	GALLICE SECURITY
DYNCORP	G4S	GLOBAL RISK INTERNATIONAL	ANTICIP
EODT	HART SECURITY	AUSTRÁLIA	IRAQUE
KBR	OLIVE GROUP	BLP	ABABEEL
L-3 COMMUNICATIONS	PILGRIMS SECURITY	ALEMANHA	ALMCO
MPRI	ISRAEL	TOIFOR	BAHEZ
RONCO	INTEROP	TRANS ATLANTIC VIKING SECURITY	BEKHMA'S SPECIAL PROTECTION
SAIC	EMIRADOS ARABES UNIDOS	BARBADOS	FALCON GROUP
TITAN	ENRIS	GREYSTONE	SABRE INTERNATIONAL
TRIPLE CANOPY	ISI	REPÚBLICA CHECA	
VINNEL	AFRICA DO SUL	SSL	
XE (EX-BLACKWATER)	BLACKHAWCK SECURITY		
ZKD, LLC	SAFENET SECURITY SERVICES		

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Palou-Loverdos e Armendariz (2011, p. 37).

Importante observar que os empregados dessas empresas eram não apenas norte-americanos e locais, como, também, de terceiros países. Estima-se que cidadãos de trinta países estavam incluídos nessa situação. O gráfico a seguir detalha essa situação.

Gráfico 1 - Efetivo das EMSP no Iraque por nacionalidade. (em marrom claro – nacionais iraquianos, em marrom escuro - nacionais de terceiros países e em azul - cidadãos norte-americanos) entre 2008 e 2011



Fonte: Commission on Wartime Contracting (2011, p. 203).

No caso do Afeganistão o emprego das EMSP também foi bastante acentuado chegando inclusive a superar o número de tropas norte-americanas em 2011, quando seu pico chegou a quase cem mil homens enquanto que, em 2012, o pico de empregados das EMSP chegou a cerca de cento e dezessete mil homens. (MOCKAITIS, 2014, p. 32).

O principal cliente das EMSP tanto no caso do Afeganistão como no do Iraque foi o governo dos EUA em particular o seu Departamento de Defesa e dentro deste o Comando Central dos Estados Unidos conhecido como USCENTCOM e responsável maior pelas operações nos dois países. Em que pese à preponderância do governo dos EUA na contratação das EMSP elas também eram contratadas por outros governos e instituições e até mesmo por indivíduos particulares. Basicamente, as EMSP desenvolveram tarefas de apoio às bases militares, segurança de comboios e de instalações e autoridades, construção, e treinamento de tropas afegãs (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 148-151).

Cerca de noventa das EMSP que operaram no Afeganistão entre nacionais e internacionais destas a maioria britânicas e norte-americanas sendo que muitas também eram afegãs. Basicamente, ofereciam dois tipos de serviços – as tarefas de consultoria e assessoramento se centravam na reforma e reconstrução do exército e da polícia afegã e foram

em grande parte atividades desenvolvidas pelas empresas Dyncorp, MPRI e WSI, enquanto, a ArmourGroup, Centurion, Control Risks, Hart Security e SSI atuaram na proteção das ONG. O transporte de suprimentos ficou a cargo em sua maioria as EMSP afegãs. No setor de inteligência predominaram a AEGIS, a Global Risks Group e a ArmourGroup. A desminagem e a erradicação do cultivo de papoulas de ópio recaíram sobre a Ronco e a DynCorp. As tarefas de interrogatório de detidos foram entregues a grandes firmas como Blackwater (atual XE Services LLC) e outras (GARCIA; PAREJA, 2013, p. 152).

Não é difícil depreender pela análise do quadro que os contratados de terceiros países perfaziam um importante quantitativo e que essa massa de empregados foi contratada num recrutamento internacional muitas vezes irregular. Mais impressionante, porém, é o número total de empregados das EMSP utilizados no Iraque e no Afeganistão em março de 2010 conforme quadro a seguir.

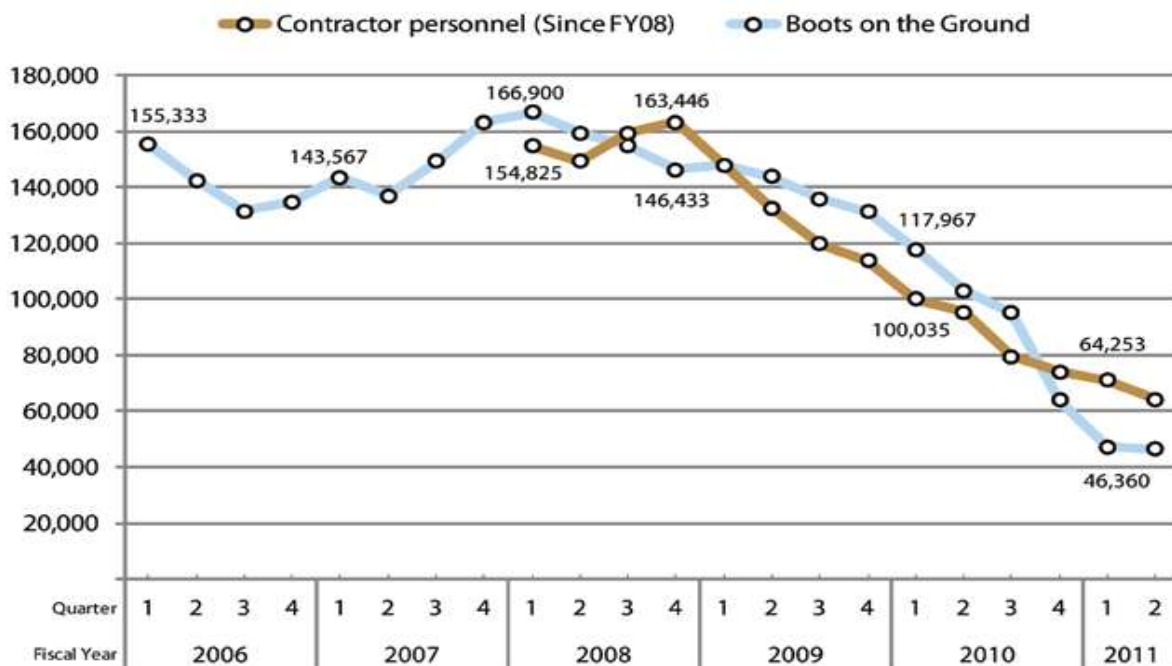
Quadro 10 - Efetivo de empregados das EMSP no Iraque e Afeganistão em março de 2010

	Departamento de Defesa	Departamento de Estado	Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)	Total
Norte-americanos	40800	4322	805	45927
Nacionais locais	95692	10194	32621	1385907
Nacionais de terceiros países	71061	4734	1193	76988
Desconhecidos	xxx	60	1149	1209
Total	207553	19310	35768	262631

Fonte: Elaborado pelo autor com base em: (COMMISSION ON WARTIME CONTRACTING, 2011, p.20).

Observa-se que até março de 2010, mais de duzentos e sessenta mil homens foram contratados para trabalhar para as EMSP nos Teatros de Operações do Iraque e do Afeganistão. Conforme o quadro anterior o Departamento de Defesa liderou essa colossal contratação chegando a perfazer mais de duzentos e cinco mil homens. É nítido observar o esforço nessa solução de Privatização da Guerra pelos números envolvidos tornando-se lógico, mais uma vez concluir, que sem essas empresas os EUA não teriam condições de empreender sua política nesses conflitos armados. A noção do efetivo comparado entre o número de empregados das EMSP e a quantidade de tropas dos EUA, no conflito do Iraque, atesta essa assertiva conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Efetivo das EMSP, em marrom, e tropas dos EUA, em azul, no Iraque entre 2006 – 2011



Fonte: Commission on Wartime Contracting (2011, p. 200).

A quantidade de contratados é impressionante como apontam os quadros anteriores e pode-se inclusive observar que no último quadrimestre de 2008, no quadro anterior, que o número de empregados das EMSP superou o de tropas dos EUA – fato que jamais tinha ocorrido em nenhum outro conflito; não menos importante é o fundamental e crítico papel que essas empresas tiveram na solução do conflito sendo que suas atividades foram cada vez mais se sofisticando na medida em que o conflito exigia mais atuação estatal das tropas de ocupação principalmente com a insurgência e a necessidade de reconstrução do país.

Por fim, para que se tenha uma noção da dimensão dos vultosos contratos levados a cabo no conflito, bem como as empresas beneficiadas segue-se o quadro a seguir que destaca a empresa Kellog Brown and Roots como a empresa que mais faturou no conflito entre os anos de 2002 e 2011 chegando a mais de quarenta bilhões de dólares.

Quadro 11 - EMSP que celebraram os maiores contratos somados, no Iraque e Afeganistão (em bilhões de dólares) entre 2002 e 2011

EMSP	Contratos em bilhões de dólares
Kellog Brown & Roots	40.809.523.872
Agility Logistics	8.997.331.923
DynCorp	7.400.931.324
Combat Support Associates	3.574.716.549
L-3 Communications	1.724.298.992
Blackwater Lodge and Training	1.457.774.831
Triple Canopy Inc.	1.167.982.337

Fonte: Elaborado pelo autor com base em: (COMMISSION ON WARTIME CONTRACTING, 2011, p.209).

Nada mais incentivador para as EMSP, que esses recursos bilionários para alimentar seu apetite em expandir as suas atividades, as quais foram, cada vez mais, abarcando responsabilidades estatais, principalmente no pós-conflito iraquiano quando as forças aliadas foram incumbidas de prover a segurança e combater a insurgência, além da imperiosa e necessária reconstrução do país. Desse modo, as EMSP assumiram importante e fundamental papel no conflito iraquiano tendo substituído o Estado em várias de suas funções.

Os casos da utilização das EMSP nos Balcãs Ocidentais e no Iraque corroboram a assertiva de que essas empresas foram imprescindíveis instrumentos de suporte para a materialização da política norte-americana nesses conflitos e tudo indica que continuarão sendo utilizadas no futuro não apenas pelos norte-americanos, mas, também, por outros países e organizações carentes desses serviços.

No panorama da Segurança Internacional contemporânea, a utilização das EMSP é ascendente, lugar comum e prevalente, haja vista, a demanda por esses serviços, num ambiente internacional caracterizado pela incerteza e insegurança, onde o Estado vai paulatinamente compartilhando o monopólio do uso da força com o setor privado. Pára no ar, entretanto, como a Sociedade Internacional deve agir para enquadrar as EMSP e seus casos de abusos e violações de Direitos Humanos⁵ e de Direito Internacional Humanitário, cometidos no pós - Guerra Fria. Existiria algum “interesse comum” na Sociedade de Estados para limitar a sua atuação? A resposta é positiva, conforme atesta Hedley Bull, e é isso que se verá a partir das duas iniciativas de regulação apresentadas pela Sociedade Internacional que serão retratadas no capítulo seguinte. Em outras palavras, a regulação do Mercado Global da Força tem como meta principal a limitação da violência, tanto na proposta representada pelo Documento de Montreux, de caráter pró-mercado, quanto na proposta de Convenção das Nações Unidas sobre o tema, de caráter multilateral.

⁵ Para se ter uma noção sobre os casos de violações de Direitos Humanos ver o Anexo C – Principais Empresas Militares e de Segurança Privadas no Iraque e seus incidentes de Direitos Humanos.

7 A SOCIEDADE INTERNACIONAL ANÁRQUICA E AS INICIATIVAS DE REGULAÇÃO DAS EMSP

Este capítulo trata de esclarecer os processos de regulação e autorregulação dirigidos ao Mercado Global da Força. Inicialmente, aborda a diferença dos termos *Hard Law* e *Soft Law* delineando as principais opções de regulação das EMSP. Adentra a Iniciativa Suíça – a qual compreende o Documento de Montreux e o Código Internacional de Conduta (CIC) indo até a formalização da recente Associação do CIC.

Trata, ainda, da principal iniciativa das Nações Unidas sobre a regulação das EMSP, proposta pelo Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários, destacando a posição dos países envolvidos no seu debate bem como seu significado. Desta forma, destaca o importante e hercúleo esforço da Sociedade Internacional na tentativa de regular o Mercado Global da Força com foco na limitação da violência nos conflitos armados.

Por fim, chega-se à conclusão de que essa regulação deve ser em duas camadas: a camada *Hard Law*, - aproveitando a proposta de Convenção das Nações Unidas (instrumento vinculante) e dividida em dois níveis, um internacional e outro nacional, e a camada *Soft Law*, - aproveitando o Documento de Montreux como uma ferramenta de sensibilização, pré-orientação e conscientização de todos os atores envolvidos, para inclusive influenciar os Estados e a indústria, no cumprimento irrestrito dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário.

7.1 Hard Law Versus Soft Law

Para Corinna Seiberth a regulação do Mercado Global da Força pode ser entendida como um corpo de normas e restrições que envolvem técnicas vinculativas (*binding Law*) ou não vinculativas (*non-binding-law*) aplicáveis a uma particular indústria com o fim de controlar o comportamento humano e societal, a qual pode ser feita pelo Estado e/ou por atores não estatais e operada nos mais diversos níveis, nacional, transnacional, supranacional ou mesmo subnacional, envolvendo Estados, associações, empresas e indivíduos. Ela acrescenta ainda que esse corpo de normas vem acompanhado de mecanismos de monitoramento e de *compliance* (observância e conformidade). Logo, a regulação então consistiria nas leis que gravitariam de um espectro mais vinculativo (*hard Law*) para um espectro menos vinculativo (*soft Law*), juntamente com mecanismos de controle e de monitoramento. Assim, a regulação teria, então, dois elementos um de comando e outro de

controle. O comando ou o conjunto de normas autoritárias, que faz parte da definição de regulação seria a lei e assim, a regulação no caso da EMSP iria além do sentido estritamente legal e incluiria mecanismos de controle e de promoção para assegurar o cumprimento do conteúdo dessa lei (SEIBERTH, 2014, p. 20-21).

A diferença entre a *Hard Law* e *Soft Law* numa perspectiva legal seria que a *Soft Law* não é vinculante, pois sua dimensão obrigatória é bem mais fraca que a *Hard Law* - norma vinculante.

A autorregulação (ou *self-regulation*) seria um regime no qual uma organização representativa, como por exemplo, uma organização comercial corporativa, desenvolveria um sistema de normas o qual seria monitorado e observado, ou de outro modo, onde essa organização teria poderes para fazer e fazer cumprir essas normas e ainda poderes para sancionar possíveis transgressores (SEIBERTH, 2014, p. 20-21).

Toda a tentativa para se aprimorar a regulação das EMSP tem de levar em consideração três ideias: a primeira diz respeito à regulação do ator propriamente dito (EMSP) e como ele vai adentrar ao mercado, ou seja, como será o seu licenciamento; a segunda questão deve focar na regulação das atividades das EMSP decidindo que espécies de atividades poderiam ser providas por esse ator (combate, não-combate, logística, segurança e atividades que se encontram numa área cinzenta - como segurança de pessoas e instalações de combate) e por último é importante verificar os níveis de responsabilidades incluindo Estados, Organizações Internacionais, as próprias EMSP e os indivíduos (SEIBERTH, 2014, p. 22).

Corinna Seiberth também alerta para a existência de um sem número de atividades desenvolvidas pelas EMSP o que dificulta a sua própria definição e especificação, apontando a ArmourGroup e a DynCorp, entre outras, como grandes empresas transnacionais com atuação global. Para ela, essas, bem como, todas as demais empresas do setor têm a obrigação de respeitar os Direitos Humanos em todas as suas atividades (SEIBERTH, 2014, p. 25).

As normas não vinculantes compreendem duas categorias: as *Soft Law* e os códigos de conduta. A primeira é escrita pelos Estados e dirigida aos Estados e seu processo de negociação pode incluir alguma forma de participação de atores não-estatais – indústria de segurança privada, membros da sociedade civil, especialistas independentes entre outros, como é o caso da participação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha na elaboração do Documento de Montreux. A segunda categoria inclui normas não-vinculantes endereçadas normalmente à indústria privada provendo códigos comportamentais ou códigos de conduta como por exemplo, o Código de Conduta para Provedores de Segurança Privada. Entretanto

existem também códigos de conduta em organismos internacionais. Em ambos os casos, eles provêm uma útil ferramenta para a autorregulação das EMSP (SEIBERTH, 2014, p. 26).

Diferentemente da *Hard Law*, - a *Soft Law* não pode ser implementada nem exigida por meio da força legal. A *Soft Law* seria parte de um contínuo processo de legalização e se situaria entre a *Hard Law* e os acordos políticos como as resoluções da Assembleia Geral da ONU, por exemplo. Para Seiberth os Códigos de Conduta não se confundiriam com a *Soft Law*, pois eles se destinariam a regular os negócios privados, entretanto é uma posição contraditória entre os doutrinadores. Ela lembra ainda o fato de que a *Soft Law* não se adequa como fonte tradicional do Direito Internacional conforme definido no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e entre as categorias convencionais. Isto coloca um desafio na sua análise legal. A *Soft Law* estaria dentro da visão continuada, ou seja, da ideia da normatividade graduada e tem impacto legal indireto, pois opera numa zona cinzenta entre a política e as normas legais. Nessa perspectiva essas normas têm alguma autoridade pois alguns Estados escolhem cumpri-la. Dessa forma, a *soft law* tem um papel próprio junto ao fortalecimento do Direito Internacional. (SEIBERTH, 2014, p. 26-27).

A *Soft Law* então pode ter um papel normativo no Direito Internacional e pode ainda ser uma ferramenta muito útil na elaboração da *Hard Law* (vinculante) contribuindo para o progressivo desenvolvimento do Direito Internacional ao reafirmar a *Hard Law* já codificada. O Documento de Montreux, por exemplo, reafirma o Direito Internacional e tem como seu principal objetivo esclarecer e destacar as normas “core” do Direito Internacional aplicáveis às EMSP durante os conflitos armados, especificamente as de Direitos Humanos, de Direito Humanitário e as normas atinentes a responsabilidade do Estado e ainda é uma ferramenta para a elaboração de normas vinculantes na sua seção de boas práticas.

Os códigos de conduta têm por objetivo guiar ou orientar as ações de indivíduos, grupos, governos ou corporações. Estão amparados pelo consenso de seus signatários os quais têm responsabilidades, éticas, morais, obrigações, direitos e deveres atinentes a sua atividade. Os códigos de conduta corporativos têm padrões não vinculantes que têm como qualidade normativa ir além dos objetivos próprios do negócio e tratar de um conjunto de temas identificados com a responsabilidade social corporativa das empresas. Tais responsabilidades, no caso das EMSP, incluem garantias de cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, garantia de tratamento digno aos empregados e proteção ao meio ambiente entre outras. Enquanto a decisão de cumprir o código é voluntária, ao assinar o código a empresa se sujeita a procedimentos vinculativos os quais têm como objetivo a implementação e o cumprimento dos padrões de conduta estabelecidos pelo código. As sanções pelo não

cumprimento podem inclusive chegar a expulsão da empresa. Os códigos por certo não substituem as normas legais internacionais ou domésticas, mas as complementam. (SEIBERTH, 2014, p. 32-33).

De acordo com a visão predominante no Direito Internacional as corporações são tratadas como objetos e não como sujeitos do Direito Internacional. Os principais atores e sujeitos são os Estados os quais implantam o Direito Internacional internamente e regulam os atores corporativos, assim as empresas podem ser indiretamente reguladas pelo Direito Internacional. Os códigos de conduta não vinculantes são uma maneira de conferir um grau de responsabilidade sobre as corporações que vão muito além do objetivo do lucro. Entretanto tais códigos de conduta devem empreender estratégias de implementação e monitoramento que os tornem não somente aceitos, mas também seguidos na prática (SEIBERTH, 2014, p. 32-33).

Os atores não estatais não estão formalmente ligados ao Estado-nação, mas transcendem fronteiras e potencialmente agem globalmente o que torna seus padrões de comportamento estabelecidos por um código de conduta, uma natural ferramenta para uma legal harmonização de baixo para cima, podendo catalisar inovações e melhorar as chances de uma regulação normativa haja vista seu carácter complementar. Nesse sentido o Código Internacional de Conduta dos provedores de Segurança Privada (CIC) pode preencher essa função em relação ao Documento de Montreux ao transmitir para as corporações as obrigações e recomendações atinentes aos Estados. (SEIBERTH, 2014, p. 36).

Na análise das tentativas de regulação do Mercado Global da Força observa-se uma tendência às normas não vinculantes e a autorregulação. O Documento de Montreux e o CIC são parte do emergente regime de regulação das EMSP o qual combina *Hard Law*, *Soft Law* e código de conduta corporativo, assim, as normas não vinculantes seriam qualificadas como normas que fazem parte do sistema legal internacional e cuja importância normativa repousaria na sua ação recíproca com as *Hard Law*. (SEIBERTH, 2014, p. 36).

O projeto de pesquisa Priv-War¹, no qual participaram várias Universidades europeias, merece destaque, pois foi uma iniciativa da Comissão Europeia em 2008 a qual foi finalizada em 2011, com a finalidade de verificar o impacto das EMSP em situações de conflito armado e de discutir um marco regulador a nível nacional, internacional e principalmente europeu para assegurar o cumprimento do Direito Humanitário e dos Direitos Humanos por parte das EMSP. Entre as recomendações da pesquisa destacamos:

¹ Site <www.priv-war.eu>.

- a) a União Europeia deve estabelecer medidas regulatórias sobre as EMSP;
- b) as opções de regulação seriam: primeira aprovação de uma diretiva comunitária que harmonize as distintas legislações nacionais ou outro instrumento obrigatório que proporcione um guia de atuação para os governos e a segunda opção seria uma decisão no marco da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (PESC) que regule a exportação desses serviços a terceiros países assim como a países da União Europeia;
- c) a regulação deveria incluir uma série de licenças, registro e supervisão das EMSP europeias e um procedimento para informar as autoridades de possíveis abusos cometidos por elas, sendo que essa normativa deve ser complementar a própria indústria através de seus mecanismos autoregulatórios;
- d) a União Europeia deve garantir que as possíveis vítimas de abusos das EMSP tenham acesso efetivo à justiça e a mecanismos de reparação;
- e) a União Europeia deve levar em consideração a necessidade de regulação e a prestação de contas nas relações externas das EMSP com terceiros Estados (BAKKER; SOSSAI, 2012, p. 607-620; IGLESIAS, 2010, p. 207-208).

É intrínseco observar que os pesquisadores chegaram à conclusão da necessidade da regulação das EMSP e a tendência por uma regulação não vinculante no âmbito da União Europeia o que vai ser uma característica do apoio dado pela União Europeia ao Documento de Montreux e ao Código Internacional de Conduta (CIC) em fóruns internacionais.

7.2 *Soft Law*: o caminho da Iniciativa Suíça

Em 2006, com o fito de responder as preocupações da opinião pública mundial com respeito às obrigações das EMSP relativas às normas de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário (DIH) e ainda devido à ausência de transparência nas atividades dessas empresas o governo suíço e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) - guardião do Direito Humanitário – lançaram o que ficou conhecido como Iniciativa Suíça – um processo internacional de consultas com os principais atores: governos, a indústria das EMSP e a sociedade civil. A Iniciativa Suíça foi apoiada além do governo suíço pelos governos do Reino Unido e dos EUA, países onde se encontram as principais EMSP concentrando cerca de 70% de todo setor e também por entidades da Indústria como: a

International Stability Organization Association (ISOA)² e a British Association of Private Security Companies (BASPC)³. (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 50).

A argumentação suíça para capitanear essa empreitada foi justificada pela tradição do envolvimento suíço em questões relativas ao Direito Humanitário e como parte contratante das Convenções de Genebra de 1949 alegando que a Suíça poderia dar uma significativa contribuição para a codificação e especificação de pré - requisitos legais e os limites para as atividades das EMSP e na promoção da observância e no cumprimento das normas humanitárias e as relativas aos Direitos Humanos (SUÍÇA, 2005).

A defesa de um instrumento de *Soft Law* pela Suíça e não de um tratado internacional convencional é justificada, pelo governo suíço, pela dificuldade de construir um consenso sobre a matéria devido às diferenças conceituais e políticas dos Estados sobre o tema. Desse modo, a Suíça defendeu a criação de um instrumento não vinculante, mas que pudesse ter aplicação prática e imediata, impactando o crescente Mercado Global da Força (PIMENTEL, 2015, p. 290)

A Iniciativa Suíça possui duas fases distintas: primeiro, o Documento de Montreux (cujo inteiro teor encontra-se no Anexo B), acordo não vinculante que conta com a adesão de cinquenta e quatro Estados e que faz uma série de recomendações atinentes aos Estados relativas às EMSP; na segunda fase, desenvolve-se o Código Internacional de Conduta (CIC) - cujo inteiro teor encontra-se no Anexo A - e que está direcionado somente às empresas e cujo objetivo é estabelecer regras mínimas para atuação dessas empresas, funcionando como uma ferramenta de autorregulação.

A Iniciativa Suíça conta com apoio dos países exportadores de serviços de segurança como os EUA e o Reino Unido além de outros, como países africanos e asiáticos, onde operaram várias EMSP, bem como da União Europeia (UE). A Iniciativa Suíça caminha em paralelo aos trabalhos das Nações Unidas que se verá adiante, e marca uma preferência por uma iniciativa pró-mercado (PIMENTEL, 2015, p. 291).

Em setembro de 2008, o processo culminou com um entendimento comum – chamado Documento de Montreux - que obteve a assinatura de 17 (dezessete) Estados – Afeganistão, Angola, Áustria, Austrália, África do Sul, Canadá, China, França, Alemanha, Iraque, Polônia, Serra Leoa, Suécia, Suíça, Ucrânia, Reino Unido, e Estados Unidos da América (EUA). Aí

² Doug Brooks fundou essa instituição em 2011 e foi um especialista em segurança na África, formada em sua maioria por empresas dos EUA.

³ Foi fundada em 2006, por Andy Beapark que foi um alto funcionário do governo britânico e diretor de operações e da Coalition Provisional Authority (CPA) no Iraque essa instituição tem somente empresas britânicas em seu quadro.

nasceu o Documento de Montreux relativo às Obrigações Internacionais Legais Pertinentes e as Boas Práticas para os Estados com as Operações das EMSP, em conflitos armados. Atualmente, 52 (cinquenta e dois) Estados são signatários do Documento de Montreux e o mesmo tem o apoio da União Europeia (EU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (BAKKER; SOSSAI, 2012, p. 12-13).

O Documento de Montreux é um documento intergovernamental que se dirige aos Estados cuja finalidade é promover o respeito ao Direito Internacional Humanitário e as normas de Direitos Humanos sempre que as EMSP estejam presentes nos conflitos armados. Não é juridicamente vinculante, e constitui uma recompilação das obrigações jurídicas internacionais e boas práticas pertinentes aos Estados (BAKKER; SOSSAI, 2012, p. 12-13).

O Documento foi embasado nas seguintes ideias:

- a) que existem normas de Direito Internacional que se aplicam aos Estados em suas relações com as EMSP em especial o Direito Humanitário e os Direitos Humanos;
- b) que o documento deve recordar as obrigações jurídicas vigentes dos Estados, das EMSP e de seu pessoal (Primeira Parte), e coloca à disposição dos Estados um conjunto de boas práticas destinadas a promover o respeito ao Direito Humanitário e os Direitos Humanos durante os conflitos armados (Segunda Parte do Documento);
- c) que o Documento não é vinculante e nem afeta as obrigações dos Estados em relação do Direito Internacional Consuetudinário e aos acordos internacionais de que são partes;
- d) que o Documento não referenda a utilização das EMSP em nenhuma circunstância tendo somente o propósito de recordar obrigações jurídicas e boas práticas no caso de contratação das EMSP;
- e) que o Documento é dirigido aos Estados, mas também pode ser útil a outras entidades ou instituições interessadas;
- f) que os Estados Contratantes são os Estados que contratam diretamente os serviços de uma EMSP, os Estados Territoriais são os Estados em cujo território operam as EMSP e os Estados de Origem são os Estados nos quais essas empresas estão registradas ou onde funcionar seu escritório diretivo ou matriz – sendo estabelecida a responsabilidade de cada um nesses termos

(DOCUMENTO DE MONTREUX, 2008, prefácio; BAKKER; SOSSAI, 2012, p. 12-13).

É interessante observar a definição de EMSP do Documento de Montreux haja vista que o Código Internacional de Conduta usa o termo Empresa de Segurança Privada (ESP) e não Empresa Militar e de Segurança Privada (EMSP), estranhamente retirando a conotação da palavra militar.

No item 9 a) do prefácio o Documento de Montreux define EMSP nos seguintes termos:

As EMSP, independentemente de como se autodescrevam são entidades comerciais privadas que prestam serviços militares e/ou de segurança. Os serviços militares ou de segurança incluem em particular, os serviços de guarda armada e proteção de pessoas e de objetos, como comboios, edifícios e outros lugares, a manutenção e operação de sistemas de armas, a custódia de prisioneiros, e o assessoramento ou capacitação de forças e pessoal de seguranças locais. (MONTREUX, 2008, prefácio).

A definição acima vai ao encontro da utilização expressão EMSP utilizada nesta tese, pois é quase que impossível a separação das atividades dessas empresas, haja vista, o desconhecimento da sua prática, dos contratos que perfazem e da sua natureza híbrida, dificultando inclusive a formação de um consenso na sua definição e todos os problemas decorrentes disso quando da tentativa de sua regulação.

O Documento de Montreux define EMSP baseado nas suas atividades, objetivos e estruturas internas. O termo “entidades comerciais privadas” enfatiza o aspecto corporativo de tais atores, ou seja, elas são instituições privadas legalmente constituídas em seus países sede e não atores individuais. E isso é uma das grandes diferenças entre elas e os mercenários. A utilização do termo EMSP vai ao encontro da realidade, onde essas empresas aparecem com diferentes tamanhos e estruturas e ainda contorna o problema de tentar defini-las baseado na distinção entre o tipo de serviço oferecido, classificando-as como – passiva/ofensiva, de combate/ de não combate ou de segurança/ militar. Isso na verdade reflete que todas as EMSP necessitam de fiscalização e que nenhuma dessas classificações, mesmo a que compreende a de atividades passivas estão livres de causarem danos letais.

O Documento de Montreux se baseia no Direito Internacional Humanitário, o qual qualifica os empregados das EMSP como civis, na maioria dos casos, e os proíbe de participar diretamente nas hostilidades, entretanto, ao permitir uma ampla gama de atividades para as EMSP, indica a possibilidade que algumas dessas atividades possam resultar em participação direta nas hostilidades como, por exemplo - a operação de sistemas de armas, ou mesmo a

segurança de um depósito de munições; entretanto, ao mesmo tempo, o documento desaprova o uso das EMSP em atividades de combate e não tem um catálogo explícito das atividades que as EMSP não poderiam executar, sendo muito impreciso, nesse sentido, e dificultando a delimitação de atuação dessas empresas (SEIBERTH, 2014, p. 67-68).

Outro ponto a ressaltar na definição do Documento de Montreux é a possibilidade de uma EMSP custodiar prisioneiros, atividade de obrigação estatal prevista na III Convenção de Genebra de 1949, a qual trata especificamente desse tema, o que por si só contraria esta norma do Direito Humanitário.

A definição de EMSP contida no Documento de Montreux é representativa da atual ambiguidade da exata natureza das EMSP e da ausência de consenso entre os Estados envolvidos e a Sociedade Internacional sobre os limites de serviços que elas podem oferecer. Isso pode ser uma das razões que alguns Estados tenham optado pelo uso da *Soft Law* num primeiro momento, enxergando-a como uma ferramenta adequada na construção de um consenso inicial, que permitiria o esclarecimento sobre que normas internacionais se aplicariam as EMSP, mas sem se posicionar definitivamente sobre os limites dessa forma de privatização. Entretanto, essa ambiguidade também torna difícil a visualização das normas internacionais que se aplicariam as EMSP e ainda dificultam a identificação de “gaps” e zonas cinzentas dentro dessas normas (SEIBERTH, 2014, p. 67-68).

O Documento de Montreux se compõe de duas grandes partes. A primeira, denominada “Obrigações Jurídicas Internacionais pertinentes relativas às EMSP”, onde se recorda as obrigações jurídicas internacionais vigentes que incumbem aos Estados em relação às EMSP. As obrigações destacadas procedem de acordos internacionais de Direito Internacional Humanitário, Direitos Humanos e do Direito Internacional Consuetudinário – Cockayne chama esta parte de “parte dura”. – por lembrar os Estados e as EMSP que existe um Direito Internacional e normas de Direitos Humanos e de Direito Humanitário que devem ser respeitadas tanto por Estados como pelas EMSP. A segunda parte, refere-se as “Boas Práticas” relativas as EMSP e tem por finalidade orientar os Estados com o objetivo de fazer respeitar o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos por parte das EMSP, assim como promover condutas responsáveis em suas relações com essas empresas. Entretanto, o Documento ressalta que essas boas práticas não são obrigatórias nem exaustivas e ainda reconhece que ao aplicá-las as mesmas devem se adaptar a situação específica, ao sistema jurídico e a capacidade do Estado envolvido. COKAYNE chama esta parte de “parte frágil” pois são dados conselhos de como se proceder. Nessa parte, exorta-se que os Estados contratantes não deleguem serviços que poderiam causar o envolvimento direto das EMSP

nas hostilidades, o que vai ao encontro da proposta de Convenção das Nações Unidas sobre o tema. Ao contratar os Estados devem analisar a transparência, o histórico, a estrutura, a capacidade da EMSP, o treinamento do pessoal em Direito Internacional e as práticas empresariais. Tudo deve ser considerado quando da formalização do contrato. Práticas similares são aconselhadas aos Estados Territoriais quando tratam da autorização para tais empresas operarem em seus territórios e para o caso dos Estados de Origem ou Sede quando autorizarem que essas empresas operem no exterior (DOCUMENTO DE MONTREUX, 2008, p. 7-30; COCKYNE, 2009, p. 401- 428).

O Documento de Montreux foi negociado pelo governo suíço fora do marco das Nações Unidas sendo útil na medida em que identifica e reitera as obrigações as quais os Estados devem cumprir e as relativas as EMSP e seu pessoal concernente ao Direito Humanitário e aos Direitos Humanos. A seção de boas práticas pode servir para as EMSP e os governos caso seja posta em prática, mas infelizmente não é o que se tem observado e a experiência demonstra que a autorregulação além de apresentar limitações não tem os efeitos desejados. A esse respeito, o documento reitera que o fato de exportar e/ou contratar esses serviços militares e de segurança por meio de EMSP os Estados não são eximidos da sua responsabilidade (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 50).

Nesse sentido, o Documento não trata da responsabilidade dos Estados de regular e vigiar as atividades e conduta das EMSP não preenchendo este vazio nacional e internacional. Uma das razões para isto poderia vir que desde seu início a Iniciativa Suíça não foi um processo amplo de consultas como requer o sistema das Nações Unidas. Ao contrário o processo foi iniciado por um Clube de Estados onde reside e desde onde opera a nova indústria de segurança. Por exemplo, não houve a participação de nenhum Estado da América latina e Caribe e alguns Estados do Terceiro Mundo como Iraque, Afeganistão e Serra Leoa estavam nesse momento sobre forte influência norte-americana. Ressalte-se também que nenhum Departamento das Nações Unidas que trata de questões de manutenção da paz e segurança internacional e nem o Grupo de Trabalho sobre mercenários participou do processo (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 52).

O caráter restritivo do Documento de Montreux está ilustrado pelo fato de que o Direito Humanitário só pode ser aplicado quando de um conflito armado assim como por não desenvolver suficientemente as obrigações e a responsabilidade que os Estados têm de proteger e exercer a todo o momento o princípio da diligência devida para sancionar os perpetradores de violações de Direitos Humanos.

Gomez Del Prado faz outra crítica bastante contundente quando diz que a lógica comercial da indústria das EMSP foi o motor que impulsionou a Iniciativa Suíça ao esclarecer que a boa prática 17 propõe que o valor e a duração do contrato determinado como forma de promover o Direito Humanitário e as normas de Direitos Humanos, em vez de propor um tempo para que as EMSP tenham demonstrado que aplicam e cumprem com as boas práticas propostas no Documento de Montreux e que os mecanismos apropriados sejam estabelecidos e funcionem eficientemente. Ou seja, a Iniciativa Suíça, de fato reconhece a legalização de nova indústria de segurança antes mesmo da verificação do cumprimento dessas normas de *Soft Law* (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 53).

Destacando suas críticas Gomez Del Prado aponta ainda duas questões. A primeira é que o Documento de Montreux não é muito específico sobre como os Estados devem velar para que se cumpram as leis existentes, especialmente as relacionadas a torturas e outros tratamentos cruéis e degradantes, assim como os procedimentos penais para que as EMSP e seus empregados sejam considerados responsáveis por graves violações de Direitos Humanos, tão pouco se encontram disposições direcionadas a fortalecer as normas nacionais a respeito da contratação, gestão e formação de pessoal das EMSP e seus mecanismos de controle. A segunda e última crítica diz respeito à seção que trata dos Estados de Operação, Estados Contratantes e Estados de Origem, a qual é omissa em relação a Terceiros Estados cujos nacionais estão empregados como trabalhadores dessas empresas e na maioria dos casos sem consulta alguma a esses governos, não prevendo um sistema centralizado em âmbito nacional responsável pelo registro de todas as EMSP, nem para outorgar licenças, efetuar registros dos contratos e nem de aplicar normas comuns à indústria, assim como para controlar os contratos principalmente de exportação dessas atividades (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 53).

O Documento de Montreux reitera o dever de se respeitar os Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário, expressando que a responsabilidade dos Estados não desaparece ao delegar funções às EMSP. No entanto, a falta de um elemento vinculante faz com que o documento seja um conjunto de boas intenções, que resultam em obrigações passíveis de não serem cumpridas e sancionadas e que dependendo em última instância da boa vontade das partes envolvidas. Infelizmente, as experiências recentes no Afeganistão e no Iraque demonstraram que a auto regulação do mercado é insuficiente. Críticas ao documento de Montreux apontam que esta iniciativa patrocinada por grandes empresas do mercado apenas pretende legitimar sua atuação e projetar uma imagem internacional positiva do setor privado. Assim, ao aceitar as recomendações de Montreux e assinar o Código Internacional de

Conduta, as empresas estariam tão somente investindo em uma campanha de relações públicas com respaldo internacional (PIMENTEL, 2015, p. 291).

Em que pese às críticas a importância do Documento de Montreux reside em vários aspectos:

- a) constitui o primeiro e único documento ou instrumento que de maneira oficial, até o presente momento, enfrenta o desafio de propor uma regulação as atividades das EMSP, podendo servir como base para o desenvolvimento futuros documentos, tanto no plano internacional como nacional. A participação do CICV, guardião do Direito Humanitário outorga também legitimidade a seu texto;
- b) haver logrado a aceitação de Estados especialmente afetados pelas atividades das EMSP como Iraque e Afeganistão e o apoio dos EUA e Reino Unido onde estão a grande maioria dessas empresas empresta ao documento uma força adicional;
- c) estabelecer a responsabilidade dos Estados Contratantes, Territoriais e de Origem ainda que seja preciso um melhor detalhamento;
- d) obter o apoio público e oficial de vários Estados à ideia de que os Direitos Humanos e o Direito Humanitário são de total aplicação às EMSP descartando a hipótese de *vazio legal* e
- e) o envolvimento da própria indústria e seus grupos de pressão ao aceitarem o Documento de Montreux como base fundamental de sua atuação, e, por conseguinte de seu código de conduta (IGLESIAS, 2010, p. 209-210; COCKAYNE, 2009, p. 403-404).

Como debilidade, pode-se ressaltar, mais uma vez, ainda a falta de vinculação o que na prática torna seu cumprimento débil e dependente da boa vontade dos Estados signatários. Para que o documento tenha um real valor operativo há necessidade de que os Estados desenvolvam mecanismos adicionais de supervisão e controle dessas atividades das EMSP e também um mecanismo internacional para enquadrar os mecanismos nacionais. Outra debilidade é que o Documento de Montreux não é suficiente para levar a cabo uma regulação completa e tão complexa como a das EMSP devendo os Estados e as Organizações Internacionais desenvolverem obrigações outras para lidar com uma questão que envolve não apenas o Direito Internacional, mas também a Segurança Internacional e a própria Ordem Internacional no século XXI. A terceira debilidade diz respeito de que o Documento não

apresenta nenhuma cláusula acerca das funções inerentes aos Estados e que, portanto, não devem ser privatizadas. Isto é de especial importância posto que como qualquer regulação o Documento de Montreux deveria apontar sem qualquer dúvida que funções podem realizar as EMSP, sendo que apenas indica que quando da contratação pelos Estados leve-se em conta a não participação direta das EMSP nas hostilidades (IGLESIAS, 2010, p. 210).

Contundentemente, Cockaine adverte que as debilidades do Documento de Montreux devem ser resolvidas sendo que esse instrumento não pode ser considerado suficiente para regular o tema de forma completa. Segundo ele, deve-se buscar um tratamento mais efetivo para que os Estados não se escondam sob esse documento, considerando que já foi feita a sua parte (COCKAYNE, 2009, p. 427-428).

No mesmo sentido Iglesias afirma que o Documento de Montreux é apenas um primeiro passo na direção do necessário fortalecimento dos mecanismos regulatórios das EMSP, sendo que está claro que ele não é suficiente entre outras causas pela inexistência de um mecanismo de supervisão e imposição de sanções e por não incluir um procedimento de queixas e de compensações pelos possíveis abusos cometidos pelas EMSP ou seus empregados (IGLESIAS, 2010, p. 213).

Observa-se que a Iniciativa Suíça demonstra que a Sociedade Internacional está atuante com respeito à regulação das EMSP indo ao encontro das ideias de Hedley Bull de que existem interesses comuns entre os Estados na formação dessa Ordem Internacional a qual por óbvio também é afetada pelo fenômeno das EMSP. Contudo há que se registrar que o Documento de Montreux é um passo inicial, de muitos outros que ainda devem ser dados, na tentativa de se regular efetivamente esse fenômeno.

A segunda fase da Iniciativa Suíça se lançou em Nyon, em junho de 2009, e consistiu na elaboração de um Código Internacional de Conduta para provedores de Serviços Privados de Segurança (CIC) o qual foi fruto de uma iniciativa de vários atores lançado pelo governo Suíço e com apoio do Reino Unido e EUA, com o objetivo de articular as responsabilidades atinentes aos Direitos Humanos e Humanitários dirigidos às Empresas de Segurança Privada (ESP) e para estabelecer princípios e padrões internacionais para os provedores privados de segurança, particularmente quando operando em ambientes complexos.

Durante cerca de 18 (dezoito) meses a Suíça reuniu as ESP, Estados (Austrália, EUA, e Reino Unido), a sociedade civil e organizações acadêmicas para elaborar o Código de Conduta da Indústria de Segurança Privada, baseado nos Direitos Humanos e no Direito Humanitário. O CIC foi finalizado em novembro de 2010 e contou com 58 (cinquenta e oito)

ESP quando da sua formalização inicial. Em setembro de 2013, 708 (setecentos e oito) ESP já estavam comprometidas em operar de acordo com o CIC.

No seu preâmbulo o CIC estabelece que as ESP desempenham um importante papel na proteção de clientes estatais e não-estatais que realizam atividades de ajuda humanitária, trabalhos diplomáticos, atividades militares e outras. Na prestação desses serviços as atividades das ESP podem ter consequências positivas ou negativas não só para seus clientes como também para a população local da zona de operação por isso a importância de se cumprir as normas humanitárias e de Direitos Humanos, incluindo o marco de Respeitar, Proteger e Remediar desenvolvido pelo Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas relativo as Obrigações Jurídicas Internacionais; desse modo as, ESP se comprometem com os princípios do Documento de Montreux.

A diferença do Documento de Montreux que é dirigido aos Estados, o CIC está elaborado exclusivamente para a indústria das EMSP. As EMSP são conscientes de que a contínua denúncia de violações de Direitos Humanos cometidas por seus empregados deteriora sua imagem pública como sua possibilidade de obter bons contratos. Além da participação do governo Suíço e das associações das EMSP, houve intensa colaboração de instituições como o Centro Genebrino de Controle Democrático das Forças Armadas (CGCFA) e a Academia Genebrina de Direito Internacional Humanitário e de Direitos Humanos (AGDIHDH). Entretanto, não se pode esquecer a participação em todo processo de produção deste documento de representantes dos governos dos EUA e do Reino Unido como fator essencial para a sua consecução, o que demonstra o especial interesse desses dois países no processo de autorregulação das EMSP. Dispensável registrar que a grande maioria das empresas signatárias do CIC são britânicas e norte-americanas (IGLESIAS, 2010, p. 213; GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-56).

Ao mesmo tempo, o CIC constituiu um primeiro passo dentro de um grande processo para criar uma melhor governança, cumprimento de normas humanitárias, transparência e prestação de contas. Desde o início, o CIC previu o estabelecimento de um mecanismo independente de governança e fiscalização para as ESP. O desenvolvimento desse mecanismo foi conduzido por um comitê que realizou vários painéis e encontros para tratar desse assunto vindo a culminar com a adoção Artigos do Código Internacional de Conduta (Artigos do CIC) em fevereiro de 2013, os quais são o fundamento da Associação do CIC, que será comentada posteriormente.

O Código Internacional de Conduta para Provedores de Serviços de Segurança Privada (CIC) define Empresa de Segurança Privada (ESP) e Serviços de Segurança nos seguintes termos:

Empresa de Segurança Privada (ESP) é toda empresa que segundo o estabelecido no presente código, cuja atividade empresarial consiste na prestação de serviços de segurança seja em nome próprio ou em nome de terceiros independentemente de como essa empresa se defina a si própria. [...] Serviços de segurança são a vigilância e proteção de pessoas e objetos, como os comboios, as instalações, lugares designados, as propriedades e outros lugares (seja com ou sem armas) ou qualquer outra atividade na qual os integrantes das empresas estejam obrigados a transportar ou acionar uma arma no exercício de suas funções (ICoCA, 2013).

O CIC foi desenvolvido como uma alternativa a uma convenção internacional vinculante para melhorar a regulação das EMSP. As potenciais empresas signatárias do CIC são Empresas de Segurança Privadas (ESP) enquadrando qualquer empresa cujos negócios incluam atividades de segurança em seu favor ou em benefício de outrem, independentemente de como essas empresas se descrevam a si mesmas. É interessante observar ainda que o CIC eliminou a palavra militar do acrônimo EMSP numa clara tentativa de afastar qualquer conotação com o mercenarismo sob o Direito Internacional e a opinião pública. Importante, também, destacar que tanto a Associação Internacional para Operações de Paz (IPOA) bem como a Associação Britânica das Empresas de Segurança Privada (ABESP) possuem códigos de conduta sendo que ambos demandam o cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, mas não proíbem explicitamente a atividade de combate (SEIBERTH, 2014, p. 71-72).

Gomez Del Prado chama essa questão da retirada da palavra militar e da alteração de nomes na indústria da EMSP de “operação camaleão” – com o objetivo de melhorar a imagem do produto. Não só a AIOP mudou de nome, mas também a “Blackwater” que se transformou em “XE” e depois em “Academi”, assim como, a “Sandline” se transformou em “AEGIS”, também o CIC abandonou tudo o que está relacionado com a palavra militar, entretanto seu preâmbulo faz uma referência ao importante papel que realizam as ESP e outros provedores de atividades militares, o que demonstra, segundo ele, uma tentativa de renovar a imagem dessa indústria (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54).

O CIC compreende uma primeira parte que é o CIC propriamente dito e uma segunda que abarca os mecanismos de aplicação e de sanção em caso de violação das normas e de reparação as vítimas dentro de um sistema de autorregulação da Indústria de Segurança Privada das EMSP.

Outro dado importante ressaltado por Gomez Del Prado é que as EMSP já possuíam códigos de conduta assim como as Associações, anteriormente citadas, bem antes da formalização do CIC, mas isso não impediu do cometimento de várias violações de Direitos Humanos por parte das mesmas (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54).

Iglesias por sua vez alerta que o CIC está dirigido exclusivamente para as ESP que levam a cabo os seguintes serviços de segurança: guarda e proteção de pessoas e objetos, tais como comboios, infraestrutura e instalações, ou qualquer atividade em que os contratistas privados devam portar arma de fogo para o desenvolvimento de seu mister. No momento não se incluem funções tais como o assessoramento e instrução de forças armadas ou policiais, a provisão de serviços de segurança marítima e/ou a participação em tarefas relacionadas com prisioneiros detidos, dentre outras. Para elas há previsão de normas adicionais no futuro em que pese que nada esteja especificado (IGLESIAS, 2010, p. 214).

O fato de que entre as 58 empresas que firmaram o CIC se encontrem: Blackwater, United Resources Group, G4S, e sua filial Armour Group, DynCorp e Triple Canopy; implicadas em violações de Direitos Humanos e com passado turvo, já aponta indícios negativos. Por exemplo, o Departamento de Assuntos Políticos do governo Suíço um dos principais promotores do Código Internacional de Conduta estava ciente de que seu Embaixador, em Bagdá, em 2004, era protegido por empregados da empresa Meteoric Tactical Solutions, implicados na tentativa de golpe de Estado na Guiné Equatorial. Outro caso é a empresa ugandense Saracen Uganda Ltd, também firmante do CIC, e - que supostamente esteve implicada em capacitar milícias no quase autônomo Estado da Puntilândia, na Somália. Esses são indícios que põem em dúvida a eficácia do CIC (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54).

Os dois principais objetivos do CIC são: além estabelecer padrões de atuação para as empresas, é criar um mecanismo independente de fiscalização que efetue a supervisão das atividades das mesmas.

A criação desse mecanismo independente de supervisão, que tenha capacidade de impor sanções e de proporcionar reparações por atos abusivos, é uma demanda recorrente de todos os envolvidos e experts no assunto. Esse mecanismo terá como missão expedir certificados as EMSP de que estejam cumprindo com os padrões previstos. E assim, servir como canal de comunicação às vítimas para reclamar por prejuízos e danos sofridos causados pelas empresas e solicitar a devida reparação. Portanto, é lícito concluir que é um mecanismo fundamental para a operacionalização do CIC (IGLESIAS, 2010, p. 213; GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-56; PIMENTEL, 2015, p. 291).

Para operacionalizar esse mecanismo, foi criado um Comitê formado pelas empresas Aegis, GardaWorld, Triple Canopy e Drum Cussac, por organizações não governamentais – Human Rights Watch, Geneva Centre for Security Policy and Human Rights First e por representantes dos governos da EUA, Reino Unido e Austrália, tendo a Suíça como facilitadora dos trabalhos sendo que o processo culminou com a criação da Associação do Código Internacional de Conduta das ESP (ACIC) (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-56; PIMENTEL, 2015, p. 294-295).

A Associação do Código Internacional de Conduta (ACIC)⁴ é uma iniciativa de múltiplos atores envolvidos com as ESP e é reconhecida como uma Associação sem fins lucrativos estabelecida de acordo com as Leis suíças. Os principais órgãos da Associação são a Assembleia Geral, o Conselho de Diretores – órgão executivo, e o Secretariado - órgão administrativo e um diretor Executivo. A Associação tem três pilares que perfazem seus membros: Estados, empresas e a sociedade civil. A Associação é intensamente apoiada pelo Centro Genebrino de controle Democrático das Forças Armadas em seus trabalhos (ICoCA, 2013).

O propósito da ACIC é a promoção da governança e da fiscalização da implementação do CIC a promoção das responsabilidades das ESP quanto aos Direitos Humanos e Humanitário e as demais leis nacionais e internacionais tudo de acordo com o CIC. Seu mandato, sempre operacionalizado pelo Conselho de Diretores, é triplo e está fundado em seus estatutos conhecido como “Artigos da Associação” consistindo em:

- a) certificar as Empresas-membro da Associação avaliando se a Empresa cumpre os requerimentos do CIC;
- b) monitorar as Empresas-membro no que compete ao cumprimento do CIC tudo baseado nos Direitos Humanos e normas Humanitárias;
- c) tratar das reclamações e alegadas violações do CIC das ESP inclusive se seu sistema de reclamações não é acessível às vítimas ou mesmo não é justo.

A Associação poderá receber reclamações individuais ou de representantes da vítima sobre violações do CIC ou mesmo dos Artigos da Associação sendo que todo processo ainda se encontra em fase de elaboração (ICoCA, 2013).

A autorregulação das EMSP, como visto, proporciona uma certa transparência ao setor já que de forma pública é possível conseguir informação acerca das empresas que de forma

⁴ Pode –se acessar seu site em <<http://icoca.ch/en/icoc-association>>.

voluntária adotaram o CIC e tem o Documento de Montreux como fundamento. Entretanto, ela apresenta sérios problemas tais como: primeiro, as normas impostas de fora certamente seriam mais rigorosas do que as auto impostas; segundo, para que fosse efetiva seria necessário que todas as empresas se obrigassem ao cumprimento do código e não apenas parte delas; terceiro, a exclusão das atividades e não definição das atividades militares dessas empresas causa profunda confusão e desconfiança; e, quarto, a não consolidação de um sistema de controle independente por certo dificulta a aplicação de sanções e provoca dano a própria imagem da indústria. Assim, deixar o controle das EMSP exclusivamente pelo próprio setor privado ou considerar que o mercado seja capaz de sozinho levar a cabo sua regulamentação não parece uma solução aceitável. Entretanto, **como meio complementar** às normas nacionais e internacionais aplicáveis, constitui um valioso instrumento (IGLESIAS, 2010, p. 213-216; GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-92).

7.3 *Hard Law*: o Caminho das Nações Unidas

As Nações Unidas têm se preocupado e se ocupado de temas envolvendo as atividades mercenárias bem como as correlatas como as EMSP. Essa preocupação é muito natural haja vista o exponencial incremento da contratação dessas empresas no pós-Guerra Fria e por ser a ONU o órgão responsável pela paz e segurança internacional, assim como, pela promoção e cumprimento dos Direitos Humanos e normas humanitárias junto com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) cujo mandato é específico para o DIH.

Nesse contexto, existem várias iniciativas de regulação das EMSP no âmbito das Nações Unidas sendo as mais adiantadas as empreendidas no Conselho de Direitos Humanos e que serão objeto de análise a seguir.

O Conselho de Direitos Humanos consiste num órgão das Nações Unidas eleito pela Assembleia Geral e é uma instância chave responsável pelos Direitos Humanos na organização. Foi estabelecido em 2006 e substituiu a antiga Comissão de Direitos Humanos das nações Unidas. Assumiu os procedimentos especiais da Comissão incluindo a criação de grupos de trabalho, estabelecimento de relatores especiais, monitoramento, exame e relatórios sobre a situação dos Direitos Humanos em diferentes países e em relação a temas específicos sendo que esses procedimentos estão sendo usados pelo Conselho de Direitos Humanos para tratar do impacto da indústria global das EMSP. Os mecanismos mais importantes são:

- a) relator especial sobre o uso de Mercenários (1987 – 2005);

- b) grupo de trabalho sobre o Uso de Mercenários como meio de violar Direitos Humanos e impedir o exercício do Direito a Autodeterminação dos povos (2005 – até o presente);
- c) grupo de trabalho intergovernamental de composição aberta para considerar um Marco de Regulação Internacional para as EMSP e
- d) representante especial sobre Negócios e Direitos Humanos do Secretário Geral da ONU e o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Corporações Transnacionais (2005-Present).⁵

O Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários - monitorou e pesquisou atividades mercenárias e as correlatas em todas as suas manifestações incluindo as EMSP. O Grupo de Trabalho sobre Mercenários foi estabelecido pela Resolução 2005/2 da Comissão de Direitos Humanos para suceder o mandato do Relator Especial sobre o Uso de Mercenários que vigorava desde 1987. Em 2010, este Grupo de Trabalho relatou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre uma possível nova Convenção Internacional para a regulação das EMSP (fazendo várias proposições) e em resposta o Conselho de Direitos Humanos adotou a Resolução 15/26 pela qual estabelece um Grupo de Trabalho Intergovernamental de Composição Aberta para considerar e elaborar um projeto de Convenção para as EMSP (SIÉ CENTER, [2012?]).

Já o Representante Especial do Secretário Geral da ONU para Negócios e Direitos Humanos foi estabelecido em 2005 e tinha como missão definir as responsabilidades dos Estados, Empresas e outros atores sociais no âmbito da esfera dos negócios e os Direitos Humanos. Quando o mandato do Representante espirou em 2011, o Conselho de Direitos Humanos estabeleceu um Grupo de Trabalho para dar prosseguimento ao trabalho anterior e implementar suas recomendações, entre as quais a responsabilidade de proteger os Direitos Humanos daqueles afetados pelas atividades das corporações privadas (SIÉ CENTER, [2012?]).

⁵ Dentro do pacote de pesquisa desta tese, na Europa, seu autor, participou, em dezembro de 2014, em Genebra, do Terceiro Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos onde teve a oportunidade de assistir as discussões das questões atinentes a regulação das EMSP. O Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos é um espaço para os representantes e profissionais da sociedade civil, empresas, governos, acadêmicos, organizações internacionais e as partes interessadas afetadas para fazer um balanço dos desafios e discutir maneiras de avançar na realização dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas - um padrão global para prevenir e combater o risco de impactos negativos sobre os Direitos Humanos ligados à atividade empresarial. O Fórum foi criado pelo Conselho de Direitos Humanos, e é guiado pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. O terceiro Fórum anual atraiu cerca de 2000 (duas) mil pessoas de mais de 100 países.

O mandato do Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários estabelecido pela Comissão de Direitos Humanos pela resolução 2005/2 foi renovado até 2010 e estabelecia resumidamente o seguinte:

- a) elaborar e apresentar propostas concretas sobre possíveis novas normas, diretrizes gerais e princípios básicos que promovam o aumento da promoção dos Direitos humanos, em particular o Direito dos Povos a autodeterminação, quando existam ameaças ligadas aos mercenários ou mesmo atividades correlatas;
- b) recolher opiniões e contribuições dos governos e organizações intergovernamentais e não governamentais sobre todas as questões relativas ao seu mandato;
- c) vigiar os mercenários e as atividades relacionadas com eles em todas as suas formas e manifestações em distintas partes do mundo;
- d) estudar manifestações e tendências que estejam surgindo com respeito aos mercenários e as atividades correlatas e suas repercussões sobre os Direitos Humanos em particular sobre o Direito dos povos a autodeterminação;
- e) vigiar e estudar as repercussões das atividades das EMSP sobre o exercício dos Direitos Humanos e preparar um projeto de princípios básicos internacionais que promovam o respeito dos Direitos Humanos por parte dessas empresas em suas atividades;
- f) continuar o trabalho já realizado pelos Relatores Especiais anteriores sobre o fortalecimento do marco jurídico internacional para a prevenção e sanção do recrutamento, utilização, financiamento e treinamento de mercenários, tomando em conta a proposta de uma nova definição jurídica para o termo mercenário - elaborada pelo antigo Relator Enrique Bernalles Balesteros (SIÉ CENTER, [2012?]; IGLESIAS, 2010, p. 177-179).

Do acima citado, depreende-se que o Grupo de Trabalho não se limitava apenas as questões atinentes aos mercenários, mas, também, as correlatas o que culminou com a sua atuação voltada também para as EMSP como acabou se confirmando posteriormente.

Em março de 2009, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários que verificasse com os Estados-membros por meio do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ideias sobre um possível projeto de convenção relativo às EMSP. Com esse fim, o Grupo de Trabalho sobre o Uso de

Mercenários realizou consultas em todos os continentes a fim de reunir sugestões reunindo-se não apenas com representantes estatais, mas também, com organismos intergovernamentais como especialistas independentes e ONG. Ao fim desse processo o Grupo de Trabalho apresentou, em 2010, perante a Assembleia Geral da ONU, como, também, junto ao Conselho de Direitos Humanos um rascunho de um projeto de Convenção Internacional para regular de forma integral as EMSP (cujo teor encontra-se no Anexo D). Com base neste projeto, o Conselho de Direitos Humanos, após intensos debates, ocorridos em outubro em 2010, aprovou a resolução 15/26 pela qual foi criado o Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta, encarregado de elaborar um instrumento juridicamente vinculante para a regulação das EMSP sendo que membros do Grupo de Trabalho sobre Uso de Mercenários auxiliassem nessa missão.

O *Draft* de Convenção Internacional encaminhado pelo Grupo de Trabalho sobre Uso de Mercenários ao Conselho de Direitos Humanos tem como propósito regular as EMSP e não proibi-las, mas sim estabelecer normas mínimas internacionais que os Estados deveram ter em conta para regular as atividades das EMSP e seu pessoal que presta serviço no exterior. Tem por objeto assegurar que os Estados adotem medidas necessárias para fomentar a transparência, a responsabilidade e a prestação de contas quando se utilizam das EMSP e seu pessoal, assim como mecanismos para a reabilitação das vítimas. O projeto também recomenda que se proíba a contratação de EMSP das funções “inerentemente estatais”⁶ em virtude de que o Estado deve ser o único detentor do monopólio da força.

Em síntese o projeto de convenção previa o seguinte: um reiterar o preceito fundamental do monopólio do uso da força por parte dos Estados, dois reafirmar a obrigação dos Estados para assegurar por parte das EMSP o respeito aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário, três definir as funções que devem ser consideradas inerentes aos Estados e que não poderiam ser deixadas em mãos privadas nem exportá-las, quatro propor normas regulatórias tanto a nível internacional como nacional, criando um sistema de licenças e registro das EMSP, cinco, estabelecer um comitê internacional independente para supervisionar a implementação da Convenção e controlar as atividades das EMSP, seis proporcionar um sistema de compensação para as possíveis vítimas das ações dessas empresas (IGLESIAS, 2010, p. 179).

⁶ O artigo 2 i) do projeto de Convenção sobre as EMSP define funções inerentes aos Estados aquelas que de acordo com o princípio do monopólio do uso da força os Estados não podem contratar ou delegar às EMSP em nenhuma circunstância. Entre elas estão: a participação direta nas hostilidades, as operações bélicas ou de combate, a captura de prisioneiros, a criação de legislação, as tarefas de espionagem, inteligência e transferência de conhecimentos com aplicação militar, atividades de segurança e policiais, uso de armas de destruição em massa e atividades conexas, especialmente a faculdade de executar prisões e interrogatório.

Importante relatar alguns trechos do debate no Conselho de Direitos Humanos e na Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o tema. Durante o período de 13 de setembro a 1 de outubro de 2010, em Genebra, o Conselho de Direitos Humanos examinou o projeto de Convenção sobre as EMSP, assim como as recomendações do Grupo de Trabalho sobre o Uso Mercenários. Mais de 25 (vinte e cinco) delegações dos Estados-membros participaram dos debates e ainda participaram organizações não governamentais como a Human Rights Advocates (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

Daquele debate, participaram vários países, entre eles: o Paquistão em nome da Organização da Conferência Islâmica, a Síria em nome dos Estados Árabes, a Nigéria em nome do Grupo Africano, Afeganistão, Argélia, Argentina, Azerbaijão, Brasil, Chile, China, Cuba, Equador, Egito, Líbia, Rússia, África do Sul, Sudão e Venezuela e aprovaram a adoção de medidas adicionais que regulem as atividades das EMSP em âmbito nacional e internacional, assim como as recomendações do Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários para se estabelecer um Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta para elaborar uma Convenção sobre a base do texto e os elementos apresentados pelo Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários. Destaca-se que a União Europeia, Reino Unido e os EUA não apoiaram nem o projeto de uma possível Convenção, nem a recomendação de estabelecer o Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta.

A Bélgica, em nome da União Europeia, argumentou que embora ciente da importância de que as EMSP fossem convenientemente reguladas o assunto não competia ao Conselho de Direitos Humanos, como a questão estava inter-relacionada com vários ramos do Direito Internacional como o Direito Internacional Humanitário, o Direito Penal Internacional, e o Direito que se ocupa da responsabilidade do Estado e ainda do Direito do uso da força, a elaboração de um marco regulatório das EMSP deveria ter em conta todos os marcos existentes, assim como as iniciativas que estavam ocorrendo fora das nações Unidas como o Documento de Montreux e outras iniciativas da Comissão Europeia e do Conselho da Europa (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

Para o Reino Unido, as EMSP não constituíam tema de Direitos Humanos logo o assunto estaria fora da competência do Conselho de Direitos Humanos. O Documento de Montreux já havia reiterado as normas de Direito Internacional existentes, a respeito das obrigações dos Estados atinentes as EMSP logo um novo instrumento internacional de regulação não traria nada a acrescentar (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

Os EUA tinham muita seriedade na questão das EMSP e na sua prestação de contas. Estavam de acordo que era necessário responsabilizar os provedores de segurança privada de

seus atos, entretanto entendiam que essas questões seriam melhor tratadas pela própria indústria e não por meio de um instrumento internacional de Direitos Humanos. Não viam com bons olhos a proibição da transferência de conhecimentos militares, de segurança ou de polícia, pois isso traria como consequência que se proibissem atividades de capacitação e de educação. Alegou então que a proposta de Convenção não produziria uma solução eficaz e desviaria tempo e recursos (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

A Suíça, na sua explicação de ter se absterido acenou com a possibilidade de um instrumento vinculante para regular e supervisionar as EMSP, e assinalou que tal instrumento deveria ser adotado por consenso entre os Estados. Estava a favor que se estabelecesse uma melhor regulação das EMSP e sua utilização em conflitos armados. Para ela a Iniciativa Suíça complementava o projeto de Convenção do Grupo de Trabalho. Entendia ainda que o Código de Conduta das EMSP era uma ferramenta útil de transição até o estabelecimento de um marco regulatório vinculante e entendia que a proposta da criação do Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta incluiria em seus debates os marcos já incluídos na Iniciativa Suíça (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

A Noruega na sua exposição por ter se absterido assinalou que a tendência cada vez maior a utilizar as EMSP para funções militares e de segurança era preocupante, especialmente porque a utilização dessas empresas em atividades bélicas traria o risco de confundir a distinção que havia estabelecido o Direito Internacional Humanitário entre combatentes e civis, assim como os soldados e os trabalhadores humanitários. Era necessário estabelecer uma regulação clara e mais restritiva na utilização pelos Estados das EMSP para essas atividades. Não obstante, a Noruega foi de opinião de que a elaboração de um novo instrumento legal não era da competência do Conselho de Direitos Humanos (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

Ao comentar as explicações das delegações ocidentais Gomez Del Prado destaca que elas trataram de descolar o problema de implicar as EMSP em violações de Direitos Humanos e a responsabilidade dos Estados que as contratam, deixando a responsabilidade da regulação para a própria indústria através de mecanismos de autorregulação como a Iniciativa Suíça, fora do marco das Nações Unidas. Acrescenta ainda que os discursos das delegações do Reino Unido, da União Europeia, da Noruega e dos EUA contém contradições, pois por um lado, afirmam que o tema das EMSP não é uma questão de Direitos Humanos e refutam a competência do Conselho de Direitos Humanos e do seu Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários nesta matéria. Por outro, apoiam o Código Internacional de Conduta (CIC)

objeto da Iniciativa Suíça cujo objetivo é o respeito aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

Cuba e a África do Sul, que, não eram membros do Conselho de Direitos Humanos e, portanto, não tiveram direito a voto, - foram atores chaves nas negociações; para fazer avançar o projeto de Convenção e na criação do Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta com o fito de elaborar um marco internacional vinculante de regulação das EMSP (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

Por fim, após os acalorados debates a Resolução 15/26 do Conselho de Direitos Humanos foi aprovada com o seguinte placar: 32 (trinta e dois) votos a favor, 12 (doze) contra e 3 (três) abstenções. Votaram a favor – Angola, Argentina, Barein, Bangladesh, Brasil e Burkina Faso, Camarão, Chile, China, Cuba, Djibuti, Equador, Gabão, Gana, Guatemala, Jordânia, Quirguistão, Líbia, Malásia, Maurítânia, Ilhas Mauricio, México, Nigéria, Paquistão, Qatar, Rússia, Arábia Saudita, Senegal, Tailândia, Uganda, Uruguai e Zâmbia. Votaram contra – Bélgica, França, Hungria, Japão, Polônia, Coreia, Moldávia, Eslováquia, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos e se abstiveram Noruega, Maldivas e Suíça (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 54-100).

O parágrafo 4º da Resolução 15/26 de outubro de 2010, elucida a decisão do Conselho de Direitos Humanos nos seguintes termos:

Estabelecer um Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta com mandato para estudar a possibilidade de elaborar um marco normativo internacional, incluída entre outras, a possibilidade de elaborar um instrumento juridicamente vinculante para a regulação e supervisão das atividades das EMSP, incluindo a prestação de contas dessas empresas, tendo em consideração os princípios, os elementos principais e o projeto de texto do Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários como meio de violar os Direitos Humanos e obstaculizar o exercício do Direito dos Povos a autodeterminação (SIÉ CENTER, [2012?]).

O debate bem como a adoção da resolução 15/26 bem demonstra posições convergentes e divergentes entre os Estados envolvidos no tema da regulação das EMSP. Todos concordam com a necessidade de se regular as EMSP, entretanto, discordam do modo como deve ser feito. De um lado, os Estados que propugnam a regulação pró livre-mercado de cunho neoliberal e direcionada para a autorregulação, e de outro os que preferem uma regulação calcada na responsabilidade dos Estados como atores responsáveis pelo Direito Internacional (Direitos Humanos e Direito Humanitário) e pela Segurança Internacional aludindo a um instrumento jurídico internacional vinculante dirigido aos Estados para controlarem essas atividades. De outra forma, pode – se dizer, resumidamente, que o Grupo

Ocidental, liderado pelos EUA e Reino Unido optou pelo caminho da *Soft Law* enquanto as demais nações optaram pelo caminho da *Hard Law*.

Já a Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a utilização de mercenários como meio de violar os Direitos Humanos e obstaculizar o exercício do Direito dos Povos a autodeterminação, ao debater o tema em novembro de 2010, adotou a Resolução 65/203 Assembleia Geral, plenário – e teve o seguinte placar: 127 votos a favor, 52 contra e 5 abstenções tendo como conteúdo nos parágrafos 18 e 19 os seguintes termos relativos as EMSP:

18. Alerta aos Estados-membros a considerar detidamente o projeto de proposta do Grupo de Trabalho relativo a um possível instrumento jurídico internacional mediante o qual se regulem as EMSP e recomenda a todos os Estados-membros, incluindo os afetados pelo fenômeno das EMSP tanto como Estados contratantes, Estados de Operação e Estados de Origem ou Estados cujos nacionais são contratados com o fim de trabalhar para uma EMSP, a que contribuam com a tarefa do Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta do Conselho de Direitos Humanos com o mandato de considerar a possibilidade de formular um instrumento juridicamente vinculante relativo a regulação, vigilância e supervisão das atividades da EMSP, tendo em conta o trabalho inicial feito pelo Grupo de Trabalho sobre o Uso de Mercenários.

19. Insta a todos os Estados-membros a cooperarem plenamente com o grupo de Trabalho no cumprimento do seu mandato. (SIÉ CENTER, [2012?]).

A contundente votação a favor de 127 votos da Resolução 65/203 da Assembleia Geral da ONU, corrobora a assertiva da preocupação da Sociedade Internacional com a regulação do fenômeno das EMSP indo ao encontro das ideias de Hedley Bull quanto aos interesses comuns na Manutenção da Ordem Internacional aqui evidenciada no apoio a uma possível limitação do uso da força e da violência no cenário internacional.

O projeto de Convenção Internacional está formado por 49 (quarenta e nove) artigos e estruturado em 6 (seis) partes além do preâmbulo no seguinte formato:

- a) primeira parte, Disposições Gerais (onde se discorre sobre o propósito, as definições e âmbito de aplicação);
- b) segunda parte, atinente aos Princípios Gerais (onde se destaca a responsabilidade dos Estados, o respeito as normas internacionais de Direitos Humanos e Humanitário, a proibição da participação direta nas hostilidades pelas EMSP, a proibição da delegação ou contratação externa de funções inerentes aos Estados);
- c) terceira parte refere-se à Regulação Legislativa, Supervisão e Controle onde se concita os Estados a formular e adotar uma legislação eficaz dirigida as EMSP,

- a instituir um regime nacional de regulação, supervisão, concessão de licenças, registro e prestação de contas);
- d) quarta parte, atinente a Responsabilidade do Estado em impor Sanções penais, civis e administrativas e proporcionar reparação às vítimas;
- e) quinta parte, atinente a Supervisão e Controle Internacional (onde, com o fim de se examinar a aplicação da convenção se estabelecerá um Comitê de Regulação, Supervisão e Controle das EMSP bem como um registro internacional das mesmas) e
- f) sexta parte, referente às Disposições Gerais (estabelecendo que a Convenção é aberta aos Estados e Organizações Internacionais Intergovernamentais, indicando sua entrada em vigor, questões relativas a denúncia, reservas e instituindo o Secretário Geral da ONU como depositário da Convenção). (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 96-97, 141-174).

Por ser de fundamental importância do projeto de Convenção Internacional sobre as EMSP transcreve-se parte do mesmo a seguir:

PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1 Propósito

1. Tendo presente os princípios fundamentais do Direito Internacional sobre a proibição da ameaça e o uso da força e sobre a igualdade soberana dos Estados, os propósitos da presente convenção são os seguintes:

- a) Reafirmar e reforçar a responsabilidade dos Estados com respeito ao uso da força e reiterar a importância do monopólio legítimo da força por parte dos Estados dentro do marco geral de suas obrigações de respeitar, proteger e fazer efetivo os Direitos Humanos e de proporcionar remédios em caso de violações de Direitos Humanos;
- b) Determinar as funções que são inerentes ao Estado e que em nenhuma hipótese podem ser objeto de privatização;
- c) Promover a cooperação internacional entre os Estados sobre a expedição de licenças e regulação das atividades das EMSP para fazer face aos desafios que se colocam no pleno cumprimento de suas obrigações em matéria de Direitos Humanos, incluindo o Direito a autodeterminação;
- d) Estabelecer e aplicar mecanismos de acompanhamento das atividades das EMSP e as violações dos Direitos Humanos e Humanitário, em particular todo uso ilegal e arbitrário da força por parte dessas empresas, julgar os infratores e proporcionar remédio às vítimas;
- e) Ao aplicar a Convenção, os Estados partes adotam todas as medidas legislativas, judiciais e administrativas necessárias conforme seu direito interno para assegurar que as EMSP não participem de atividades ilegais ou façam uso arbitrário da força.

Artigo 2 Definição

- a) Por EMSP se entenderá a entidade empresarial que preste serviços militares ou de segurança remunerados por meio de pessoas físicas ou jurídicas.
- b) Por serviços militares se entenderá aos serviços especializados vinculados com atividades militares como o planejamento, inteligência, investigação, reconhecimento terrestre, marítimo ou aéreo, voos de todo tipo, tripulados ou não

tripulados, vigilância por satélite, qualquer tipo de transferência de conhecimentos com aplicação militar e atividades conexas.

c) Por serviços de segurança se entenderá a guarda e proteção armadas de edifícios, instalações, propriedades e pessoas de qualquer tipo de transferência de conhecimentos com aplicações nos âmbitos da segurança e da polícia, a aplicação e o desenvolvimento de medidas de segurança da informação e atividades conexas.

[...]

g) Por exportação de serviços militares/segurança se entenderá a exportação de serviços militares/segurança dos Estados de Origem, no qual a EMSP esteja registrada.

h) Por importação de serviços militares/segurança se entenderá a importação de serviços militares/segurança proporcionados por uma EMSP registrada no estrangeiro.

i) Por funções inerentes aos Estados se entenderá aquelas que de acordo com o princípio do monopólio do uso da força os Estados não podem contratar externamente ou delegar às EMSP em nenhuma circunstância. Entre elas estão: a participação direta nas hostilidades, as operações bélicas ou de combate, a captura de prisioneiros, a criação de legislação, as tarefas de espionagem, inteligência e transferência de conhecimentos com aplicação militar, atividades de segurança e policiais, uso de armas de destruição em massa e atividades conexas, especialmente a faculdade de executar prisões e interrogatório.

j) Por Estados contratantes se entenderá os Estados que contratam diretamente os serviços das EMSP.

k) Por Estados de operação se entenderá os Estados em cujo território opere as EMSP.

l) Por estado de origem se entenderá os Estados cuja nacionalidade ostente as EMSP – ou seja, os Estados nos quais as empresas estejam registradas ou tenham se constituído; caso o Estado em que esteja registrada uma EMSP não estejam localizados seus escritórios de direção (sua matriz) o Estado de origem será aquele onde se encontrem esses escritórios.

[...]

Artigo 3 Âmbito de Aplicação

1 A presente Convenção se aplica aos Estados e as organizações internacionais intergovernamentais dentro dos limites de sua competência com respeito as EMSP, suas atividades e seu pessoal.

2 As referências aos Estados partes na presente Convenção se aplicam as organizações intergovernamentais dentro dos limites da sua competência.

3. A presente Convenção se aplica a todas as situações que se defina como conflito armado.

Artigo 4 Responsabilidade dos Estados com respeito as EMSP

1. Cada Estado parte é responsável pelas atividades militares e de segurança das EMSP registradas em seu território ou que operam no mesmo, hajam sido ou não contratadas pelo Estado.

2. Cada Estado parte velará para que as EMSP que tenham contratado recebam formação em matéria de normas internacionais de Direitos Humanos e de Direito Humanitário e as respeite.

3. Nenhum Estado parte pode delegar ou contratar com EMSP para realizarem funções inerentemente estatais.

4. Cada Estado parte adotará as medidas legislativas para estabelecer:

a) Procedimentos de contratação;

b) Procedimento de expedição de licenças para exportação de pessoal e de serviços;

c) Procedimentos de expedição de licenças para importação de pessoal e de serviços

d) Controles de Aduana.

5. Cada Estado parte conforme seu Direito interno adotará medidas legislativas e de outro tipo se necessário para proibir total ou parcialmente a delegação ou contratação externa de serviços militares ou de segurança.

[...]

Artigo 7 Respeito e proteção das normas internacionais de Direitos Humanos e de Direito Humanitário

1. Cada Estado parte adotará as medidas legislativas, judiciais administrativas e de outro tipo que seja necessária para assegurar que as EMSP e seu pessoal sejam responsáveis conforme a presente Convenção e que se respeite e protejam as normas internacionais de Direitos Humanos e de Direito Humanitário.

2. Cada Estado parte velará para que as EMSP e seu pessoal assegurem com a devida diligência que suas atividades não contribuam diretamente ou indiretamente para as violações das normas internacionais de Direitos Humanos e de Direito Humanitário.

[...]

Artigo 9 Proibição da delegação e/ou contratação externa de funções inerentes aos Estados.

Cada Estado parte definirá e limitará o alcance das atividades das EMSP e proibirá especificamente a contratação externa com as EMSP das funções definidas como funções inerentes aos Estados, inclusive a participação direta nas hostilidades, operações bélicas e/ou de combate, a captura de prisioneiros, a legislação, as tarefas de espionagem, inteligência e transferência de conhecimentos com aplicações militares, de segurança e policial, o uso de armas de destruição em massa e o exercício de funções de polícia e outras atividades conexas, especialmente as faculdades de realizar prisões e detenções, incluindo a de interrogatório dos detidos e outras funções que um Estado parte considere funções inerentes ao Estado. (GOMEZ DEL PRADO; MATEU, 2011, p. 141-151).

Pode-se atentar que o projeto de Convenção se preocupa logo no início em destacar o papel dos Estados como responsáveis maiores na limitação do uso da força bem como inserir a questão do monopólio do uso da força como intrínseca da soberania. Além disso, reafirma as obrigações estatais em cumprir e fazer cumprir as normas de Direitos Humanos e as normas humanitárias, relativas às EMSP, e registra a determinação de disciplinar as funções inerentes ao Estado as quais não podem ser objeto de privatização em qualquer circunstância. Ao contrário do Documento de Montreux o projeto de Convenção é uma norma vinculante e coloca sobre os ombros dos Estados todo controle sob as EMSP trazendo à baila que o Estado não pode se omitir de suas responsabilidades perante a Sociedade Internacional num assunto que perfaz o Direito Internacional, a Segurança Internacional e que impacta a própria Sociedade Internacional.

De outro modo, ao firmar posição quanto à proibição da contratação das funções inerentes aos Estados o projeto de Convenção torna sua viabilidade política bastante dificultada devido à posição de Estados fortes como Reino Unido e Estados Unidos que são contundentemente contra essa proposta tornando a discussão do projeto mais espinhosa e sua aprovação ainda mais distante.

Outra observação crítica é que a definição de EMSP do projeto de Convenção segundo os EUA deveria se pautar na diferenciação entre atividades ofensivas e defensivas, como ocorre nos EUA, entretanto como opina Corina Seiberth tal distinção também seria falha, pois

não teria o condão de mostrar o potencial uso da força letal de uma atividade, dentro do campo das atividades defensivas.

O pomo da discórdia, entretanto, está em que o projeto de Convenção define as funções estatais inerentes como sendo parte do princípio do monopólio estatal do uso da força. E este link entre as funções estatais inerentes e a tradicional prerrogativa do Estado no uso da força enfatizado por Max Weber como essencial critério de definição de um Estado, reflete uma área de grande tensão nos debates. Não existe um entendimento comum entre a Sociedade Internacional sobre o que pode e o que não pode ser privatizado na questão das EMSP. Enquanto é indiscutível que o Estado tem o dever de prover a segurança ainda não é claro se tem a livre escolha dos meios ou se existe um “core” de funções intransferíveis. Alguns acadêmicos consideram que não há nenhuma base legal para tal restrição em termos de funções as quais não poderiam ser delegadas ao setor privado. De acordo com essa visão não existe nenhuma restrição legal ao uso das EMSP para proverem segurança, incluindo atividade de combate ao invés de se utilizar soldados. Por outro lado, tem sido arguido que mesmo um Estado mínimo tem a necessidade do monopólio do uso da força, porque por razões de eficiência a provisão da segurança dentro da jurisdição do Estado não pode ser deixada somente na mão do setor privado. Entretanto a extensiva prática da privatização por parte de alguns Estados como Reino Unido e EUA, como também das nações Unidas, indica que para esses atores o monopólio do uso da força na sua forma mais pura não existe mais. O debate, então, estaria localizado mais nos limites da privatização e nas funções core intransferíveis do Estado do que na privatização propriamente dita.

Dentro dos instrumentos analisados pode-se depreender que há um mínimo consenso que se reflete no fato de que as EMSP não devem ser utilizadas em funções de combate ativo, entretanto, a visão no uso das EMSP em outras funções é bem variada. Nesse sentido, os limites propostos no projeto de Convenção são mais restritivos que os do Documento de Montreux. O exato conteúdo de algumas atividades listadas, por exemplo, a proibição de usar EMSP para fazer guerra ou em operações de combate não são claras. Alguns serviços que já são executados pelas EMSP, tais como operação de sistemas de armas, transporte de munições em caminhões e a guarda de instalações, os quais podem se tornar alvos militares e conduzir a um potencial engajamento em combate, podem recair nesta proibição.

7.4 A regulação em camadas: a construção de uma solução factível

Conforme afirma Hedley Bull, a limitação da violência nos conflitos armados é um objetivo primário, e é buscada pela Sociedade Internacional, com a finalidade da manutenção da Ordem Internacional (vista como padrão de atividades que sustentam os objetivos universais da Sociedade de Estados); de forma mais direta pode ser vista como um interesse comum entre os Estados (BULL, 2002, p. 23-25).

A motivação para a realização das iniciativas de regulação do Mercado Global da Força recai primeiramente sobre as sobejas atrocidades e abusos cometidos por essas empresas, nos conflitos armados do pós-Guerra Fria, relativos aos Direitos Humanos e Direito Humanitário. Entretanto, deve-se ressaltar que a par disso, a imperiosa necessidade de dar o real e verdadeiro contorno desse fenômeno, o qual se tornou global, e que possibilitou o compartilhamento do monopólio do uso da força com o Estado, também funcionou como força motriz do processo de regulação o qual acabou por se dividir em duas vertentes, uma de caráter pró-mercado e outra de caráter multilateral.

Importante observar que ambas as iniciativas de regulação do Mercado Global da Força convergem no sentido da limitação da violência; tanto o Documento de Montreux (*Soft Law*), como o projeto de Convenção das Nações Unidas (*Hard Law*), tem esse propósito e atestam na prática a afirmação teórica de Bull. Ambas buscam o cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, nos conflitos armados, apontando a responsabilidade maior dos Estados em cumprir e fazer cumprir tais institutos, bem como; de todos os demais atores envolvidos.

O Documento de Montreux, ao mesmo tempo em que não apresenta nada de novo, apresenta tudo novo. Diz-se nada de novo, pois ele apenas reafirma normas conhecidas e consolidadas no Direito Internacional, de outro modo, diz-se que apresenta tudo novo, pois ele é o primeiro documento de caráter internacional a tratar especificamente do tema e a introduzir boas práticas relativas aos Estados quando se relacionarem com as EMSP. Ainda que seja um documento de *Soft Law*, certamente, pode emprestar subsídios para um Tratado ou Convenção, vinculante, (*Hard Law*) das Nações Unidas, haja vista, a possibilidade do seu caráter complementar.

Nada mais natural, plausível, factível e necessário que a própria Sociedade de Estados decidir sobre como erigir a arquitetura do enquadramento jurídico do Mercado Global da Força, pois não se trata de uma mera questão pontual, mas sim, transversal e que estende seus

tentáculos à Segurança Internacional, aos Direitos Humanos e Humanitário e a própria essência da definição de Estado, podendo, inclusive, atingir a sua soberania. Em outro tom, pode-se afirmar que é mesmo sua obrigação tratar desse importante tema para as Relações Internacionais e assumir as rédeas da sua condução, em que pese a Iniciativa Suíça (realizada fora do marco das ONU) ter tido a prerrogativa de iniciar o processo e ser apoiada por parte dos Estados, principalmente pelos EUA e Reino Unido. Por motivos óbvios, nada mais lógico, justo e coerente que o debate de tão acalorado e relevante tema seja feito nas Nações Unidas - fórum adequado para que os Estados assumam o total controle sobre os aspectos atinentes ao monopólio legítimo do uso da força, nas Relações Internacionais, e relativos ao cumprimento dos Direitos Humanos e Humanitário, juntamente, com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) guardião do Direito Internacional Humanitário e demais organizações interessadas, sejam elas públicas ou privadas.

A autorregulação do Mercado Global da Força se mostra insuficiente, pois além de ser uma solução “Interna Corporis” com o seu Código Internacional de Conduta, o próprio Documento de Montreux não aborda o tema de maneira completa, pois não estabelece os limites da privatização da guerra em face do Estado, apenas sugerindo a não participação direta das EMSP, nos conflitos armados. Há que se considerar, ainda, a carência de vinculação dos Estados, seus principais clientes e atores internacionais, responsáveis pela Segurança Internacional e pelo cumprimento do Direito Internacional. Por derradeiro, há que se considerar, também, que o controle e a regulação desse mercado deve ser empreendida pelos Estados, pois, os serviços oferecidos estão umbilicalmente ligados ao monopólio legítimo do uso da força e as políticas externas e de segurança desses países, numa situação de conflito e pós-conflito.

Para Deborah Avant, é necessário estabelecer os controles político, funcional e social sobre esse mercado. O controle político diz respeito à oportunidade de contratar as EMSP ou não, de outro modo, trata do poder de decisão sobre a participação das EMSP, nos conflitos armados. O controle funcional aborda a capacidade das EMSP, ou seja, questiona o devido alcance das atividades que podem ser empreendidas, já o controle social trata da integração dos princípios e valores da Sociedade Internacional nesse mercado, em outras palavras, suas atividades teriam que estar enquadradas por esses princípios e valores, como por exemplo; o respeito aos Direitos Humanos. Além desses controles, é de todo pertinente considerar que o controle jurídico tenha por objetivo amalgamar todos os demais num tratado de caráter vinculante acrescido de instrumentos de *Soft Law* que orbitariam em outra camada, de forma complementar (AVANT, 2005).

Para tanto, visualiza-se a arquitetura da regulação do Mercado Global da Força, em duas camadas, do seguinte modo:

- a) na camada *Hard Law* (internacional e nacional) – dá-se a junção de todos esses controles tendo por finalidade comprometer e vincular a Sociedade Internacional para com as suas premissas e possibilitar que os Estados legislem sobre o tema de forma padronizada;
- b) na camada *Soft Law* – dá-se a fase da sensibilização e a pré-orientação no cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, relativo a todos os atores envolvidos no tema.

Não obstante a singularidade da solução, a junção das duas formas de regulação, aproveita a natureza de cada uma delas, pois enseja a complementaridade dos instrumentos de *Soft Law* e ressalta a importância do comprometimento dos Estados na manutenção da Ordem Internacional pautada pela aceitação da universalidade dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, no instrumento de *Hard Law*.

Como ponto de partida, deve-se considerar, entretanto, que as EMSP precisam ter uma definição clara, precisa, amplamente aceita e que reflita ou aponte o alcance de suas atividades em relação as atividades inerentemente estatais. Considera-se que isso deva constar no instrumento internacional vinculante e que por consequência seja internalizado na legislação nacional dos Estados signatários. O quadro abaixo detalha o raciocínio.

Quadro 12 - Regulação em Camadas do Mercado Global da Força

Níveis		Instrumento	Funções
1 ^a Camada <i>Hard Law</i>	1 ^o	Tratado internacional vinculante com base no projeto das Nações Unidas	<ul style="list-style-type: none"> - Difundir princípios norteadores e valores da Sociedade Internacional - Servir de norma vinculante específica relativa às EMSP; - Estabelecer mecanismos internacionais de monitoramento, fiscalização e acesso as vítimas; - Padronizar a definição de EMSP e suas atividades; - Servir de modelo para as legislações nacionais; - Impor a obrigatoriedade do Estado legislar sobre o tema; - Permitir o controle das EMSP pelos Estados; - Estabelecer as responsabilidades dos Estados, contratantes, sede e de origem; - Estabelecer o caráter complementar do Tribunal Penal Internacional.

Níveis		Instrumento	Funções
	2º	Lei nacional	<ul style="list-style-type: none"> - Internalização do Tratado Internacional vinculante; - Estabelecer de mecanismos nacionais de registro, licenciamento, monitoramento, fiscalização, prestação de contas e acesso as vítimas; - Legislar sobre EMSP; - Estabelecer o alcance dos instrumentos de autorregulação e incentivar a criação de uma associação nacional. - Verificar possibilidade de se responsabilizar não apenas indivíduos, mas também as próprias empresas.
2ª Camada <i>Soft Law</i>	1º	Documento de Montreux ⁷	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização, conscientização e pré-orientação no cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário; - Caráter complementar à norma internacional vinculante; - Orientar no estabelecimento de boas práticas para os Estados contratantes, sede e de origem. - Sensibilizar os atores privados a realizar de um Código de Conduta; - Incentivar a criação de uma Associação Internacional para congregar todas as EMSP;

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

O quadro acima sintetiza e esclarece a tese da regulação em camadas do Mercado Global da Força destacando suas funções. O tratado internacional vinculante é a base de toda a arquitetura sendo o Documento de Montreux seu complemento.

A regulação em duas camadas tem o condão de abarcar todos os instrumentos jurídicos e não jurídicos à disposição da Sociedade Internacional para enquadrar o Mercado Global da Força conforme seus princípios e valores. Enquanto o nível *Hard Law* impõe obrigações padronizando conceitos e procedimentos e comprometendo os Estados no controle desse Mercado, o nível *Soft Law* realiza o importante papel da sensibilização e da pré-orientação dos atores envolvidos quanto a suas responsabilidades no cumprimento dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário.

Destarte a ideia central da limitação da violência pela Sociedade Internacional, a tese da regulação em camadas, confere também ao Estado a proeminência e o protagonismo no

⁷ Há que se registrar a grande influência do Documento de Montreux na autoregulação do Mercado Global da Força materializada no Código Internacional de Conduta (CIC).

processo de enquadramento desse fenômeno o qual tem forte impacto nas Relações Internacionais do pós-Guerra Fria.

Na direção da tese da regulação em camadas do Mercado Global da Força é importante registrar a manifestação convergente da África do Sul na quarta sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas para considerar a possibilidade da elaboração de um marco normativo internacional para a regulação das EMSP, na sede da ONU em Genebra, em abril de 2015, conforme abaixo:

As EMSP operam num quadro em que existem lacunas, impunidades graves e não existem normas e padrões de Direitos Humanos e do Direito Humanitário que regulem as suas atividades transnacionais. O Documento Montreux e o Código Internacional de Conduta são voluntários e tem caráter de autorregulação. Sem dúvida as EMSP violam os Direitos Humanos, muitas vezes com impunidade. As legislações nacional e regional, onde existem, não são suficientes para fornecer a proteção adequada, recursos adequados e tolerância zero para as impunidades. Presidente, o Direito Humanitário constitui o Direito Internacional Consuetudinário, mas a sua execução é da competência do Tribunal Penal Internacional e da jurisdição nacional. O Direito Humanitário não apresenta compensação para as vítimas de violações das EMSP. Face ao exposto, é imperativo e desejável que as normas e padrões sejam elaborados no Direito Internacional e particularmente no Direito Humanitário e nos Direitos Humanos com os seguintes objetivos: definir as EMSP; e responsabilizá-la pelas graves violações dos Direitos Humanos e Humanitário, que devem ser criminalizadas. O novo instrumento necessário para obter esse efeito deve assegurar a complementaridade entre os mecanismos nacionais e regionais, em particular na área da luta contra a impunidade e punição efetiva. As sanções impostas a este respeito e os remédios jurídicos devem ser compatíveis com a escala das violações cometidas. O instrumento necessário deve ter mecanismos de recurso nos casos de violações. Tais mecanismos incluem a Comissão do Regulamento, Supervisão e Acompanhamento das EMSP; a criação de um processo de inquérito e procedimento de reclamação; e a criação de mecanismos de comunicação em conformidade com as novas normas e padrões dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário relativos às EMSP (UN, 2015).

Em consonância com a tese aqui defendida da regulação em camadas e convergente com a mesma é a declaração do Brasil, no mesmo evento, na sede das Nações Unidas, em Genebra, nos seguintes termos:

A delegação do Brasil aponta que o atual quadro legal e regulatório das EMSP sofre de sérias lacunas, seja no nível nacional, seja no internacional ou mesmo no nível da autorregulação. Com este pano de fundo, as violações de Direitos Humanos e abusos cometidos pelas EMSP, e a grande dificuldade enfrentada pelas vítimas no seu clamor por reparação, permanece gerando preocupações. Contra esse estado de coisas, é essencial continuar, sem demora, os esforços para a elaboração de uma Convenção sobre o tema, pautando-se na valorosa contribuição do projeto preparado recentemente pelo Grupo de Trabalho sobre o uso de Mercenários. O Brasil apoia as iniciativas que buscam melhorar as legislações nacionais e os instrumentos de autorregulação, tais como; o desenvolvimento de “Leis Modelo” ou o fortalecimento de mecanismos voluntários - como o Documento de Montreux e o Código Internacional de Conduta, mas isso não pode servir de pretexto para conter os esforços na elaboração de um instrumento legal vinculante. Nesse sentido,

lamentamos que os apoiadores do Documento de Montreux e do Código Internacional de Conduta continuem votando contra e se abstendo as resoluções do Conselho de Direitos Humanos relativas a esse tema. O Brasil considera positiva a tentativa de definir, pelo menos, em parte, as funções que “seriam inerentemente estatais” e, mais além, as “funções essenciais” as quais a terceirização a entidades privadas seria proibida. O Brasil também apoia a inclusão da direta participação nas hostilidades, detenção e interrogação de prisioneiros de guerra, na categoria de “funções essenciais” do Estado (UN, 2015).

Nada mais esclarecedor que a manifestação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em sua 32^a Conferência Internacional, realizada, em Genebra, no período, de 8-10 de dezembro de 2015, nos seguintes termos:

O Documento de Montreux constitui um elemento importante para esclarecer, reafirmar e/ou desenvolver normas jurídicas internacionais destinadas a alcançar um maior respeito pelas normas internacionais em situações onde as EMSP operam. Várias outras iniciativas internacionais também foram lançadas nos últimos anos para regular as atividades das EMSP. As discussões que estão ocorrendo dentro do contexto das Nações Unidas sobre a possibilidade de elaborar uma convenção internacional para regular as EMSP, são um exemplo. Tal instrumento se destina a estabelecer novas obrigações vinculantes para os Estados, e poderia, portanto, ir além do Documento de Montreux, que reafirmou as obrigações internacionais já existentes dos Estados relacionadas com as EMSP. Neste contexto, deve-se recordar que o Documento de Montreux **não é - e não era para ser - o texto definitivo e único capaz de abordar as questões legais relativas às EMSP.**

Embora sejam iniciativas distintas, e tenham uma abordagem diferente, o CICV é de opinião que **devem ser consideradas como sendo complementares.** O objetivo comum de cada uma é promover o respeito pelo Direito Internacional. Tais iniciativas, também, têm um papel importante a desempenhar para garantir que as EMSP não cometam atos que sejam contrários ao Direito Internacional. O que em última análise, é importante é que as diferentes iniciativas compõem uma rede de reforço mútuo das obrigações, normas e boas práticas que devem servir para melhorar a proteção das pessoas nos conflitos armados (CICV, 2015, p. 60).

Se por um lado a tese da limitação da violência nos conflitos armados intentada pela Sociedade Internacional goza do apoio teórico de Hedley Bull; em que pese que ainda seja incipiente e até mesmo não intencional, a tese da regulação em camadas do Mercado Global da Força conta com a manifestação dos Estados e do próprio CICV, na prática das Relações Internacionais, o que já aponta um caminho *Sui Generis* para o enquadramento de um fenômeno mais que singular.

A tese da regulação em camadas, por fim, se mostra uma tese possível e factível ainda que de difícil implantação, para isso, se faz necessário que a Sociedade Internacional escolha qual o melhor caminho a seguir. Por outro lado, ela possibilita que os Estados reassumam a sua função primordial de garantir a Segurança Internacional dentro dos limites estabelecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos e pelo Direito Internacional Humanitário,

afastando a hipótese do aparecimento do “neomedievalismo”⁸, onde o Estado deixa de ocupar uma posição central no estabelecimento de regras para os conflitos e pós-conflitos armados e passa a dividir com o setor privado o uso da força, sem qualquer comprometimento civilizacional.

⁸ Em seu livro - “O Moderno Mercenário” - Macfate comenta que, em virtude do empoderamento de atores não-estatais, a Ordem Internacional contemporânea pode estar retornando, lentamente, ao *Status Quo* dos tempos medievais, descrito pelo termo neomedievalismo: um sistema internacional multipolar onde o Estado não ocupa mais uma posição central (MACFATE, 2014, p.73).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Enquanto, em situações de conflito armado, os homens fizerem sofrer outros homens, é importante que existam regras, procedimentos e mecanismos que permitam ao ser humano viver ou sobreviver sem nenhuma discriminação de nacionalidade, de raça, de religião, de condição social ou credo político, que se fundamentem no respeito à sua qualidade de membro desse grande conjunto a qual todos pertencemos: a humanidade. (SWINARSKI, 1990, p. 71).

A atuação das EMSP tem se caracterizado por uma série de violações e abusos que em última análise atingem a pessoa humana e a própria figura do Estado nas Relações Internacionais contemporâneas. Não há nada no cenário internacional atual que indique o seu desaparecimento, pelo contrário tudo aponta para um exponencial crescimento do Mercado Global da Força e para a premência da sua regulação.

A proteção da pessoa humana nos conflitos armados e situações de pós-conflito é um tema atual e dinâmico e tem merecido especial atenção da Sociedade Internacional desde a segunda metade do século XX, quando houve uma intensa positividade tanto do Direito Internacional Humanitário quanto dos Direitos Humanos. Em outras palavras, a Sociedade de Estados tem buscado conter a violência ao instituir tratados e convenções internacionais que traçam limites e elencam as responsabilidades pelo seu cumprimento.

O estudo das EMSP ou da privatização da guerra mostrou que este fenômeno tem um impacto não apenas na proteção da pessoa humana nos conflitos armados e situações de pós-conflito, mas, também, na Segurança Internacional e no próprio papel do Estado nas Relações Internacionais colocando em cheque, até mesmo, o paradigma do monopólio do uso da força.

A abordagem histórica da privatização da guerra apontou que os atores privados sempre tiveram uma participação ativa nos conflitos armados e que a intensidade dessa participação é a variável mais aparente, dependendo do momento histórico vivido, observa-se uma maior ou menor participação do setor privado nos negócios da guerra. Outra evidência identificada pela pesquisa é a de que o monopólio estatal do uso da força é, de fato, um paradigma recente na história da humanidade.

A estatização do uso da força foi um processo que acompanhou a formação do Estado e as marcantes transformações na arte da guerra evidenciadas, principalmente, nas guerras napoleônicas e na revolução industrial, vetores que auxiliaram, dentre outros, na transformação do Estado como único ator capaz de prover e manter o que hoje conhecemos como exércitos nacionais regulares.

Se no passado os atores privados, nos campos de batalha, eram os mercenários, os corsários, os *condotieri*, nos dias de hoje, contamos com verdadeiras corporações empresariais aptas e capazes a atuarem nas mais complexas e variadas atividades, tradicionalmente, executadas pelo Estado.

O caráter corporativo das EMSP, as quais são devidamente registradas e legalizadas em seus países sede, é o traço mais característico e o que as diferencia de suas origens, conferindo a essas empresas uma incomum capacidade de prosperar, num ambiente internacional marcado pela globalização, pela expansão do capitalismo e pelo desenfreio do avanço do setor privado sob o setor público, com o suporte da ideia-força da relação custo-benefício, em seu favor.

Não há como se desvincular o Estado de suas responsabilidades para com o Direito Internacional Público e a Segurança Internacional.

Um dos elementos que contribui para determinar a evolução da vida internacional é o Direito Internacional o qual visa regular as Relações Internacionais para permitir a convivência entre os membros da Sociedade Internacional e realizar certos interesses e valores aos quais se confere importância em determinado momento histórico (PORTELA, 2015, p. 35).

Ao atuar para reduzir a anarquia internacional pelo estabelecimento de normas de conduta que permitem a ocorrência de relações ordenadas entre os Estados e a satisfazer seus interesses comuns, por certo, o Direito Internacional não resolve todos os problemas, mas será, sempre, um vetor de equilíbrio e de estabilidade das Relações Internacionais, favorecendo a convivência humana, até mesmo, nos conflitos armados ao apontar as regras que devem ser seguidas por todos os envolvidos (AMARAL JÚNIOR, 2012, p. 79; SEITENFUS, 2015, p. 23).

Um ordenamento jurídico internacional desprovido da teoria da responsabilidade é inócuo. Seria inconcebível que os Estados não fossem responsáveis pelos atos ilícitos cometidos pelas EMSP, principalmente, nos casos previstos pelos artigos 4º, 5º e 8º da Comissão de Direito Internacional da ONU. Embora não sejam adotados como um tratado internacional vinculante eles representam a visão da grande maioria dos mais renovados internacionalistas do mundo. Essa responsabilidade aumenta, ainda mais, haja vista que os Estados devem não somente cumprir, mas também fazer cumprir as normas de Direitos Humanos e de Direito Humanitário qualquer que seja o ator considerado.

A responsabilidade dos Estados quanto à Segurança Internacional é patente não somente pelo objetivo comum da manutenção da paz consubstanciado na Carta das Nações

Unidas, mas também, pelo interesse comum dos Estados em limitar a violência nos conflitos armados – o que é corroborado por diversos Tratados e Convenções internacionais celebrados nesse sentido após Segunda Guerra Mundial. Desse modo, o Estado tem procurado limitar, até mesmo, a condução da guerra mesmo que esta seja proibida nas Relações Internacionais.

Não se deve esquecer que as normas internacionais não geram apenas efeitos no campo externo, mas também, no ambiente doméstico, ou seja, dentro dos Estados. As normas internacionais prescrevem condutas que as autoridades deverão seguir nas Relações Internacionais e normalmente, também, determinam ações que os Estados deverão efetivar dentro do seu próprio território para cumprir o que foi pactuado internacionalmente.

O impulso privatizador ocorrido no pós-Guerra Fria tem afetado os tradicionais meios de se garantir a Segurança Internacional, num ambiente global caracterizado pela busca da máxima eficiência econômica em todas as atividades humanas.

A existência do Mercado Global da Força é uma demonstração inequívoca de que o monopólio estatal do uso da força está se alterando de acordo com as transformações e pressões que sofrem os Estados. Em outras palavras, as EMSP, nesse ambiente internacional, estão afetando os laços que ligam os Estados com o monopólio da violência e debilitando a própria Sociedade Internacional.

Não há dúvida de que o Estado deve, nessas circunstâncias, desempenhar um papel central e, mesmo, com forte polêmica, deve delinear as funções inerentemente estatais, não permitindo a sua privatização – como no caso da participação direta nas hostilidades. É preciso estabelecer um núcleo duro das atividades estatais, pois o caráter híbrido das atividades das EMSP confunde e até mesmo dificulta seu enquadramento. Isso também indica a necessidade de um conceito de EMSP que seja internacionalmente aceito e compreendido para a produção de uma regulação coerente.

O Mercado Global da Força não somente existe como também tem uma dinâmica singular, pois a oferta e a demanda dos seus serviços estão normalmente eivadas de interesses políticos, estratégicos e comerciais que transcendem o próprio mercado. As radicais mudanças em escala global no pós-Guerra Fria aliadas a luta contra o terrorismo permitiram o seu acelerado crescimento. Os grandes valores envolvidos nos contratos, o elevado número de empresas e de funcionários e a execução das mais diversas e complexas atividades pelas EMSP atestam essa afirmação.

O auge sem precedentes da prestação dos serviços militares e de segurança privada também floresceu devido aos Estados débeis (especialmente africanos), onde o governo é incapaz de exercer o monopólio do uso da força por si só. Desse modo, as Organizações

Internacionais Intergovernamentais, as Organizações Não-Governamentais e as empresas transnacionais que atuam nesses países, também, clamam pelos serviços das EMSP o que aumenta ainda mais a demanda por seus serviços.

De outro modo, os Estados ocidentais foram atingidos por fortes ventos neoliberais e isso também enquadrando suas forças armadas que em nome da eficiência e da redução de custos receberam novas missões, reduções de efetivos, foram submetidas à limitações orçamentárias, e obrigadas a reduzir os altos custos de manutenção de seus modernos e complexos sistemas de armas. Todo esse panorama veio a favorecer fortemente a atuação global das EMSP.

Os casos dos conflitos nos Balcãs ocidentais e o do Iraque corroboram a assertiva de que a regulação do Mercado Global da Força encontra-se atrasada em relação à dinâmica e a singularidade desse mercado. Sua motivação encontra sobeja guarida, pois em que pese que a soberania dos Estados seja a pedra angular do Sistema Internacional, a mitigação dessa soberania é comprovada pela vasta e intensa atuação das EMSP fora de um marco jurídico que lhe imponha limites acordados internacionalmente, como, inclusive, ocorre com os exércitos nacionais.

Os instrumentos jurídicos tradicionais foram incapazes de coibir ou ao menos minimizar os abusos e violações cometidos nesses conflitos pelas EMSP. A integração e o alinhamento de iniciativas de *Hard Law* e *Soft Law* é a solução mais adequada e eficiente para regular o Mercado Global da Força, pois enquadra todos os matizes e atores envolvidos no problema. A solução da regulação em camadas, hipótese desta Tese, segue na esteira deste raciocínio.

A exigência de uma regulação precisa, específica e esclarecedora em relação ao Mercado Global da Força é cada vez mais cabal, haja vista inclusive as ações empreendidas pelas Nações Unidas e a própria Iniciativa Suíça nesse sentido. Há necessidade de se perseguir as condutas criminais realizadas pelos empregados das EMSP e da determinação dos meios de reparação para as possíveis vítimas, bem como de se esclarecer os instrumentos que se aplicam aos casos em concreto. Por outro lado, a regulação também deve assegurar os limites de atuação dessas empresas relativos à manutenção da paz, à segurança internacional e garantir que seu uso seja legal e legítimo e que não vá de encontro aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário e ainda certificar a responsabilização de todos os atores envolvidos.

Em função das incertezas, do ambiente internacional e da própria peculiaridade do Mercado Global da Força, a questão que se coloca é a de como melhor submeter as EMSP ao Direito. Ainda que se tenha várias normas de possível de aplicação, os mecanismos

tradicionais têm mostrado deficiências significativas e, até mesmo, impotência para surtir o efeito desejado.

O Documento de Montreux e a autorregulação materializada no Código Internacional de Conduta são instrumentos válidos, porém, insuficientes. Esses instrumentos devem ser considerados como ferramentas complementares a um instrumento internacional vinculante específico que carreie os esforços cooperativos dos Estados, da indústria, das instituições internacionais e de representantes da sociedade civil.

Em síntese, levando-se em consideração que as EMSP operam em múltiplos campos, o controle sobre as mesmas deveria ser também em múltiplos níveis, sobrepondo-se os diferentes instrumentos formais e informais disponíveis, que também precisam ser aprimorados. Há que se registrar que regulação, legalidade e legitimidade são termos de uma mesma equação. Somente por meio de uma completa e eficaz regulação, as EMSP conseguirão ser observadas plenamente como agentes lícitos (IGLESIAS, 2010, p. 222).

É, portanto, lícito concluir pela pertinência e pela factibilidade da tese da regulação em camadas das EMSP advogada nesta pesquisa como a forma mais adequada e eficaz de enquadrar o Mercado Global da Força.

Como se viu ao longo desta Tese e, em especial, no Iraque, na região dos Balcãs ocidentais e em outros países, o Mercado Global da Força é uma realidade perturbadora do século XXI. O tema requer uma premente solução da Sociedade Internacional. A inserção das EMSP no campo de batalha abre uma vasta gama de possibilidades e levanta sérias questões para a Segurança Internacional, para o Direito Internacional e outras tantas. Está, portanto, na hora de começarmos a respondê-las... (SINGER, 2008, p. 260).

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE Abril 2005. São Paulo. 1 CD-ROM.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Manual do Candidato: Noções de Direito Internacional. Brasília: FUNAG, 2012.

ARMSTRONG, Stephen. War PLC: the Rise of the New Corporate Mercenary. London: Faber, 2008.

AVANT, Deborah. Conserving Nature in the State of Nature: the Politics of INGO Policy Implementation. Review of International Studies, Cambridge, n. 30, 2004.

AVANT, Deborah. The Market for Force: the Consequences of Privatizing Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

AVANT, Deborah. The Emerging Market for Private Military Services and the Problems of Regulation. In: CHESTERMAN, Simon; LEHNARDT, Chia. (Ed.) From Mercenaries to Market: the Rise and Regulation of Private Military Companies. New York: Oxford University Press, 2007. p. 15-27.

AXELROD, Alan. Mercenaries. A Guide to Private Armies and Private Military Companies. London: Sage, 2014.

BAKKER, Christine; SOSSAI, Mirko. Multilevel Regulation of Military and Security Contractors. Oxford: Hart Publishing, 2012.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. A Segunda Guerra do Golfo. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 19841, de 22 de outubro de 1949. Promulga a Carta das Nações Unidas. Rio de Janeiro, 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

BROWNING, Christopher S. International Security. Oxford: Oxford Press, 2013.

BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. Brasília: Editora da UNB, 2002.

BUSH rebaixa general responsável por Abu Graib. BBC-Brasil, Rio de Janeiro, 6 maio 2005. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/05/050506_abughraibcg.shtml>.

Acesso em: 6 maio 2015.

CANÇADO TRINDADE, Antônio. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. v. 1. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1997.

CASANOVAS Y LA ROSA, Orion. Aproximación a uma Teoria de los Regímenes em Derecho Internacional Público. Madrid: Tecnos, 2011.

COCKAYNE, James. Regulating Private Military Companies: the Content, Negotiation, Weaknesses and Promise of the Montreux Document. Journal of Conflict and Security Law, Oxford, v. 13, n. 3, p. 401-428, 2009.

COMISSION ON WARTIME CONTRACTING IN IRAQ AND AFGHANISTAN. Transforming Wartime Contracting, Controlling Costs, Reducing Risks. Final Report to US Congress. Washington, Aug. 2011. Disponível em: <http://psm.du.edu/media/documents/us_research_and_oversight/cwc/reports/us_cwc_final_report.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV. Convenções de Genebra de 1949. Genebra, 1992a.

COMITE INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV. Derecho Internacional Humanitário: respuestas a sus preguntas. Genebra, 1998a. Disponível em: <<http://www.icrc.org/por>>. Acesso em: 22 out. 2013.

COMITE INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV. Direito Internacional Humanitário: breve introdução ao DIH. Genebra, 1998b. Disponível em: <<http://www.icrc.org/por>>. Acesso em: 22 out 2013.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV. Documento de Montreux (Prefácio). Genebra, 2008. Disponível em: <https://www.icrc.org/spa/assets/files/other/icrc_003_0996.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2014.
COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV. Protocolo Adicional I e II as Convenções de Genebra de 1949. Genebra, 1992b.

CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE - CBO. Contractors' Support of US Operations in Iraq. Report. Aug. 2008. Disponível em: <<https://www.cbo.gov/sites/default/files/110th-congress-2007-2008/reports/08-12-iraqcontractors.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
CREUTZ, Katja. The Problem of Regulation and the Role of the International Criminal Court. In: MANDRUP, Thomas. Privatisation of Security: the Concept, its History and its Contemporary Application. Copenhagen: Danish Defence College, 2012. p. 61-77.

ENGBRECHT, S. America's Covert Warriors: Inside World of Private Contractors. Dulles: Potomac, 2011.

ESTATUTO de Roma de 1998 do Tribunal Penal Internacional. Decreto 4388 de 25 de setembro de 2002. In: JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O Tribunal Penal Internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. Anexo.

FALCONER, Bruce; SCHULMAN, Daniel. Their Own Private Africa. Mother Jones, Washington, v. 34, p. 20-22, 2009.

FAHRNI, Dieter. An Outline History of Switzerland. 7th.ed. Zürich: Pro Helvetia, 1997.

FOUR BLACKWATER guards found guilty in 2007 Iraq shootings of 31 unarmed civilians. The Washington Post, Washington, 22 Oct. 2014. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/world/national-security/verdict-expected-in-blackwater->

shooting-case/2014/10/22/5a488258-59fc-11e4-bd61-346aee66ba29_story.html<. Acesso em: 30 dez. 2014.

FULLER, John Frederick Charles. La Dirección de la Guerra. Madrid: Ejército, 1984.

GARCIA, Caterina; PAREJA, Pablo. Seguridad, Inc: las Empresas Militares y de Seguridad Privadas en las Relaciones Internacionales Contemporâneas. Barcelona: Bellaterra, 2013.

GENEVA CENTRE FOR DEMOCRATIC CONTROL OF ARMED FORCES - DCAF. Private Military Companies. Geneva, 2006. Disponível em: <<http://www.dcaf.ch/Programmes/Private-Security-Governance>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GOMEZ DEL PRADO, Jose Luis. The Privatization of War: Mercenaries, Private Military and Security Companies (PMSC). London, 2010. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/the-privatization-of-war-mercenaries-private-military-and-security-companies-pmsc/21826>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GOMEZ DEL PRADO, José Luis; MATEU, Helena Torroja. Hacia la regulación Internacional de las Empresas Militares y de Seguridad Privadas. Madrid: Marcial Pons, 2011.

HOLLANDA, Sergio Buarque de (Org.). História da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico: Processo de Emancipação. v. 1. São Paulo: DIFEL, 1971.

HOUGH, Peter. Understanding Global Security. New York: Routledge, 2008.

HOUSE OVERSIGHT COMMITTEE MEMORANDUM. Additional Information about Blackwater USA. Oct. 2007. p. 1. Disponível em: <http://psm.du.edu/media/documents/congressional_comm/house_oversight_gov_reform/us_house_oversight_report_blackwater.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

IGLESIAS, Mario A. Laborie. La Controvertida Contribución de las Empresas Militares y de Seguridad Privadas (EMSP) a la Resolución de Conflictos. In: ESPAÑA. Ministerio de Defensa. Los Actores no Estatales y la Seguridad Internacional: su Papel en la Resolución de Conflictos y Crisis. Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos; Centro Nacional de Inteligencia, agosto 2010. p. 74-138. (Cuadernos de estrategia, 147).

INTERNATIONAL CODE OF CONDUCT ASSOCIATION - ICoCA. The Articles of Association. Geneva, 2013. Disponível em: <[http:// http://icoca.ch/en](http://http://icoca.ch/en)>. Acesso em: 22 ago. 2015.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS - ICRC. Resource Centre. International Humanitarian Law Private Military / Security Companies. FAQ. Geneva, 2013. Disponível em: <http://www.icrc.org/eng/resources/documents/faq/pmsc-faq-150908>. Acesso em: 20 dez 2013.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O Tribunal Penal Internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

KALDOR, Mary. Las Nuevas Guerras: Violencia Organizada en la Era Global. Barcelona: Tusquets, 2001.

KALDOR, Mary. New & Old Wars: Organized Violence in a Global Era. 3Rd ed. Cambridge: Cambridge Polity Press, 2012.

KEGLEY, Charles; BLANTON, Shannon. World Politics: Trends and Transformations. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

KENNEDY, Paul. Preparing for the Twenty-First Century. New York: Vintage, 1994.

KINSEY, Christopher. Corporate Soldier. London: Routledge, 2006.

KINSEY, Christopher. Private Contractor and the Reconstruction of Iraq. London: Routledge, 2012.

KINSEY, Christopher. The Transformation of War: the Rise of Private Contractor. [S.l.]: Isenberg Institute of Strategic Satire, 2013. Disponível em: <<http://iisonline.net/the-transformation-of-war-the-rise-of-private-contractors/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

KRAHMANN, Elke. Private Security Companies and the State Monopoly on Violence: a Case of Norm Change? Frankfurt: PRIF, 2009. (Peace Research Institute of Frankfurt Report, 88). Disponível em: <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2011/2729/pdf/prif88_01.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

LATZKO, David. The Market for Mercenaries. Wilkes-Barre: Wilkes University, 1997. Disponível em: <<http://www.personal.psu.edu/~dxl31/research/presentations/mercenary.html>> Acesso em: 12 dez. 2014.

LEANDER, Anna. The Power to Construct International Security: on the Significance of Private Military Companies, Millenium. Journal of International Studies, Odense, v. 33, n. 3, p. 803-826, 2005.

LEMONS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador (1824-1830). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LIND, Gunnar. Private Security Providers, Past and Future. In: MANDRUP, Thomas. Privatisation of Security: the Concept, its History and its Contemporary Application. Copenhagen: Danish Defence College, 2012. p. 1-187.

MACFATE, Sean. The Modern Mercenary. New York: Oxford University Press, 2014.

MANDEL, Robert. The Privatization of Security. Armed Forces and Society, Portland, v. 28, n. 1, Fall 2001.

MATEU, Helena Torroja; PERIS, Sonia Guell. La privatización del uso de la fuerza armada. Barcelona: Bosch, 2009.

- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direitos Humanos e Conflitos Armados. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- MOCKAITIS, Thomas R. Soldiers of Misfortune? Carlisle: US Army College Press, 2014.
- MORENO, Roberto. Derecho Internacional Humanitario. Revista Uruguaya de Derecho Constitucional y Politico, Montevideo, n. 7, 1992.
- MUNKLER, Herfried. Viejas y Nuevas Guerras. Madrid: Siglo XXI, 2005.
- NASCIMENTO, Márcio Fagundes do. Uma Perspectiva sobre a Privatização do Uso da Força por Atores Não Estatais no Âmbito Multilateral. Brasília: FUNAG, 2010.
- NUÑEZ IBAÑEZ, Josep. El Mercado Global de las Empresas Militares e de Seguridad Privadas. In: GARCIA, Caterina; PAREJA, Pablo. Seguridad, Inc: las Empresas Militares y de Seguridad Privadas en las Relaciones Internacionales Contemporáneas. Bellaterra: Barcelona, 2013. p. 53-83.
- NUÑEZ VILLAVERDE, Jesús. Privatización e Internacionalización del Uso de la Fuerza. In: MATEU, Helena Torroja; PERIS, Sonia Guell. La Privatización del Uso de la Fuerza Armada. Barcelona: Bosch, 2009. p. 64-81.
- ORTIZ, Carlos. Private Armed Forces and Global Security: a Guide to the Issues. Oxford: Praeger, 2010.
- PALOU-LOVERDOS, Jordi; ARMENDARIZ, Letícia. The Privatization of Warfare, Violence and Private Military & Security Companies: a Factual and Legal Approach to Human Rights Abuses by PMSC in Iraq. Barcelona: Nova, 2011.
- PASTOR PALOMAR, Antonio. Blackwater Ante el Derecho Internacional: el Negocio de la Inmunidad. Revista Española de Derecho Internacional, Madrid, v. 60, 2008.
- PATTISON, James. The Morality of Private War. Oxford: Oxford Press, 2014.
- PERCY, Sarah. Regulating the Private Security Industry. New York: International Institute of Strategic Studies, 2006 (Adelphi Paper, 384).
- PAOLIELLO, Tomaz Oliveira; NASSER, Reginaldo Mattar. Uma Nova Forma de se Fazer a Guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada Contra o Terrorismo no Iraque. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 27-46, mar. 2015.
- PIMENTEL, Cauê Rodrigues. Entre o Livre-mercado e o Compromisso Multilateral: Opções de Regulação Internacional das EMSP. Brazilian Journal of International Relations, Marília, v. 4, n. 2, p. 274-299, 2015.
- PORTELA, Pedro Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. Salvador: Podium, 2011.

PRIVATE SECURITY MONITOR - PSM. UN Human Rights Council and General Assembly. Denver, 2013. Disponível em: <http://psm.du.edu/international_regulation/un_initiatives/human_rights_council_and_general_assembly/index.html>. Acesso em: 20 dez. 2013.

RIBEIRO, Jomara de Carvalho. A Responsabilidade do Estado Perante a Corte Internacional de Justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2012.

SARFATI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEIBERTH, Corinna. Private Military and Security Companies in International Law. Cambridge: Intersentia Publishing, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Livraria do Advogado, 2015.

SIÉ CHÉOU-KANG CENTER FOR INTERNATIONAL SECURITY AND DIPLOMACY –

SIÉ CENTER. Global efforts: UN human Rights Council and General Assembly. Denver: University of Denver, [2012?]. Disponível em: <http://psm.du.edu/international_regulation/un_initiatives/human_rights_council_and_general_assembly/>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SINGER, Peter. Corporate Warriors: the Rise of the Privatized Military Industry. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

SPEARIN, Christopher. American Hegemony Incorporated: the Importance and Implications of Military Contractors in Iraq. Contemporary Security Policy, Toronto, v. 24, n. 3, p. 26-47, Dec. 2003.

STRASSER, Steven. Appendix B: Presidential Memo of February 7, 2002. In: STRASSER, Steven. The Abu Ghraib Investigations. New York: Public Affairs Book, 2004.

SWINARSKI, Christopher. Direito Internacional Humanitário como Sistema de Proteção Internacional das Pessoas Humana: Noções e Institutos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

TONKIN, Hannah. State Control over Private Military and Security Companies in Armed Conflict. New York: Cambridge University Press, 2011.

UESSELER, Rolf. Guerra como Prestação de Serviços. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

UNITED NATIONS - UN. United Nations Human Rights Council. Fourth Session of the Open-Ended Intergovernmental Working Group to Consider the Possibility of Elaborating an International Regulatory Framework on the Regulation, Monitoring and Oversight of the Activities of Private Military and Security Companies. Geneva, 2015. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/WGMilitary/Pages/OEIWGMilitarySession4.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2015.

UNITED STATES CENTRAL COMMAND - USCENTCOM. Contractor Support of U.S. Operations in the Area of USCENTCOM Responsibility Include Iraq and Afghanistan.

Tampa, 2014. Disponível em:

<http://psm.du.edu/media/documents/reports_and_stats/us_data/dod_quarterly_census/dod_quarterly_census_2014_jan.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2014.

UNITED STATES GOVERNMENT. U.S Government Accountability Office. GAO-09-19. Contingency contracting: DoD, STATE and USAID Contracts and Contractor Personnel in Iraque and Afeganistan. Washington, 2008. Disponível em:

<<http://www.gao.gov/products/GAO-10-357>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

UNITED STATES. Senate. Report 108-344: Contribution for International Peacekeeping Activities, United States Senate. Washington, 2004.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

APÊNDICE A - RELATÓRIO DE ESTÁGIO DOUTORAL

1

ACADEMIC SUPERVISOR REPORT

Thesis: Privatization of War

The Visiting Researcher **Marcos Aurélio Barbosa dos Reis** performed the activities below in his doctoral research in the United Kingdom between september and december of 2014.

I – Interviews

- Mr Peter Cook, CEO – Security Association for Maritime Industry (SAMI)
- Mr Paul Mc Grade, Deputy Head - Conflict Department – Foreign Commonwealth Office (FCO)
- Mr Mark Bennun, Desk Officer - Conflict Department – Foreign Commonwealth Office (FCO)
- Major General Graham Bins, CEO – AEGIS Group
- Dr Sylvia White, General Counsel (Lawyer) – AEGIS Group
- Sr Nathanael da Silva, Diplomata – Brazil Permanent Mission in the United Nations, Geneva.

II – Research Activities

- Maughan Library (King's College)
- London School Library (London School of Economics and Political Science)
- Royal Institute of International Affairs (Chatham House Library)

III – Academic meetings

Were performed three academics meetings between me and Marcos Reis to talk about his research.

This supervisor gave him a CD with several documents about his research.

IV – Participation in Events

- Third United Nations Forum on Human Rights and Business, Geneva, Switzerland, between 3th and 5th of december 2014.

V – Remarks

The website below records Marcos Reis as a Visiting Researcher in the King's College Defense Studies Department.

Site: <http://www.kcl.ac.uk/sspp/departments/dsd/people/visiting/reis.aspx>

United Kingdom, 14 January 2015.

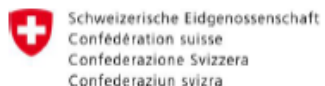


Christopher Kinsey MSc (Econ) PhD – Supervisor

Reader in Business & International Security
Head of Post-Graduate Studies
Faculty of Social Science and Public Policy
Defence Studies Department | Kings College

Christopher.p.kinsey@kcl.ac.uk

ANEXO A – CÓDIGO INTERNACIONAL DE CONDUCTA



CÓDIGO DE CONDUCTA INTERNACIONAL PARA PROVEEDORES DE SERVICIOS DE SEGURIDAD PRIVADA

9 de noviembre de 2010

ÍNDICE

	Artículos	Página
A. PREÁMBULO	1-8	3
B. DEFINICIONES		5
C. IMPLEMENTACIÓN	9-12	6
C. DISPOSICIONES GENERALES	13-15	7
E. COMPROMISOS GENERALES	16-27	7
F. PRINCIPIOS ESPECÍFICOS RELATIVOS A LA CONDUCTA DEL PERSONAL		
Conducta General	28	9
Reglas para el Uso de la Fuerza	29	9
El Uso de la Fuerza	30-32	9
La Detención	33	10
El Arresto de Personas	34	10
La Prohibición de la Tortura u otros Tratos o Penas Cruelles, Inhumanas o Degradantes	35-37	10
La Explotación Sexual y el Abuso o la Violencia de Género	38	11
La Trata de Seres Humanos	39	11
La Prohibición de la Esclavitud y el Trabajo Forzado	40	11
La Prohibición de las Peores Formas de Trabajo Infantil	41	12
La Discriminación	42	12
La Identificación y el Registro	43	12
G. COMPROMISOS ESPECÍFICOS EN MATERIA DE GESTIÓN Y GOBERNANZA		
La Incorporación del Código en las Políticas de la Empresa	44	13
La Selección y Comprobación de los Antecedentes del Personal	45-49	13
La Selección y Comprobación de los Antecedentes del Personal Subcontratado	50-51	14
Las Políticas de la Empresa y los Contratos del Personal	52-54	14
La Formación del Personal	55	15
El Control de Amas	56-58	15
El Entrenamiento para Armas de Fuego	59	15
La Gestión del Material de Guerra	60-62	16
La Notificación de Incidentes	63	16
El Entorno de Trabajo Seguro y Saludable	64	17
El Acoso	65	17
El Procedimiento de Reclamación	66-68	17
Del Cumplimiento de las Obligaciones	69	18
H. REVISIÓN	70	18

A. PREÁMBULO

1. Las Compañías de Seguridad Privada y otros Proveedores de Servicios de Seguridad Privada (en adelante llamados de forma conjunta "CSP") desempeñan un importante papel en la protección de los clientes estatales y no estatales que realizan labores de ayuda, restablecimiento y reconstrucción, así como operaciones comerciales, labores diplomáticas, y actividades militares. En la prestación de estos servicios, las actividades llevadas a cabo por las CSP pueden conllevar consecuencias potencialmente positivas o negativas no sólo para sus clientes, sino también para la población local de la zona de la operación, el entorno general de seguridad, el disfrute de los derechos humanos o el ordenamiento jurídico.
2. El *Documento de Montreal sobre las Obligaciones Jurídicas Internacionales Pertinentes y las Buenas Prácticas de los Estados en lo que Respecta a las Operaciones de las Empresas Militares y de Seguridad Privadas Durante los Conflictos Armados*, reconoce que las normas bien establecidas del derecho internacional son de aplicación a los Estados en sus relaciones con los proveedores de servicios de seguridad privados y establece las buenas prácticas en lo que respecta a las CSP. El marco de "Respeto, Protección, Remedio" desarrollado por el Representante Especial del Secretario General de las Naciones Unidas para los Negocios y los Derechos Humanos, y bienvenido por el Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, supone actuar con la debida diligencia al objeto de evitar atentar contra los derechos de terceros.
3. A partir de estos fundamentos, las empresas firmantes de este Código Internacional de Conducta para los prestatarios de servicios de seguridad privada (el "Código"), adhieren a los principios del Documento de Montreal y al mencionado marco de "Respeto, Protección, Remedio" en lo que se refiere a las CSP. De este modo, las empresas firmantes se comprometen a la prestación responsable de servicios de seguridad a fin de fomentar el Estado de Derecho, respetar los derechos humanos de todas las personas y proteger los intereses de sus clientes.
4. Las empresas firmantes reconocen que tienen la responsabilidad de respetar los derechos humanos y cumplir con las responsabilidades humanitarias respecto de todos los afectados por sus actividades empresariales, incluyendo el personal, los clientes, proveedores, accionistas y la población de la zona en la que se prestan los servicios. Las empresas firmantes reconocen también la importancia de respetar las diferentes culturas con las que entren en contacto en el desempeño de su trabajo, al igual que las personas con las que entren en contacto como consecuencia de dichas actividades.
5. El propósito de este Código es establecer de común acuerdo un conjunto de principios para las CSP y establecer los fundamentos para traducir esos principios en normas derivadas de éstos, así como los mecanismos de gobernanza y supervisión.
6. Según lo dispuesto en este Código, las empresas firmantes se comprometen:
 - a) a actuar de conformidad con el presente Código;

- b) a actuar de acuerdo con las normas y reglamentos vigentes y de acuerdo con las normas empresariales relevantes de conducta en los negocios;
 - c) a operar dentro del respeto y el apoyo al Estado de Derecho, el respeto a los derechos humanos y la protección de los intereses de sus clientes;
 - d) a adoptar medidas destinadas a establecer y a preservar un marco eficaz de gestión interna a fin de prevenir, controlar, informar y corregir de manera eficaz las repercusiones negativas que pueda haber en los derechos humanos;
 - e) a crear los instrumentos necesarios para dar una respuesta a las denuncias interpuestas contra las actividades que infrinjan las leyes nacionales o internacionales vigentes o este Código; y
 - f) a cooperar de buena fe con las autoridades nacionales e internacionales en el ámbito de su propia jurisdicción, en particular con respecto a las investigaciones nacionales e internacionales sobre violaciones de leyes penales nacionales o internacionales, las violaciones del derecho internacional humanitario, o las violaciones de los derechos humanos.
7. Los que establecen el presente Código reconocen que el Código actúa como instrumento fundador de una iniciativa con objetivos más amplios destinada a crear una mejor gestión, una mejor conformidad y atribución de responsabilidades. Reconociendo que es necesario un esfuerzo adicional después de la aprobación inicial del Código para lograr la aplicación efectiva de los principios contenidos en este Código, las empresas firmantes se comprometen a trabajar con los Estados, con otras empresas firmantes, con los clientes y con otras partes interesadas después de la aprobación inicial del Código, para, en el plazo de 18 meses:
- a) Establecer normas cuantificables y objetivas relativas a la prestación de servicios de seguridad conforme a lo previsto por este Código, con el objetivo de lograr prácticas operativas y comerciales comunes y reconocidas internacionalmente; y
 - b) Establecer mecanismos externos independientes para una gestión y supervisión eficaces, como la Certificación del cumplimiento por parte de las empresas firmantes de los principios contenidos en el Código y las normas derivadas del Código, empezando con la creación de las normas y los procedimientos adecuados, la auditoría y el control de las prestaciones en el lugar de las operaciones. Asimismo, la elaboración de informes y la puesta en marcha de un mecanismo destinado a corregir las supuestas denuncias de violaciones de los principios del Código, o de las normas derivadas del Código;
- y posteriormente, considerar la incorporación de nuevos principios y normas relativas a diversos servicios relacionados, tales como el entrenamiento de las fuerzas exteriores, la prestación de servicios de seguridad marítima y la participación en operaciones con detenidos y otras personas protegidas.
8. La firma de este Código es el primer paso en el proceso hacia la plena aplicación del mismo. Las empresas firmantes deben: (1) crear y/o demostrar los procesos internos necesarios para cumplir con los requisitos establecidos por los principios contenidos en el Código y con las normas derivadas del Código; y (2) una vez creado el mecanismo de gobernanza y supervisión, obtener la

correspondiente autorización y someterse a periódicas auditorías y controles independientes llevados a cabo por ese mecanismo. Las empresas firmantes se comprometen a observar una política de transparencia respecto a sus progresos en la aplicación de los principios del Código y las normas derivadas del Código. Las empresas no podrán alegar haber obtenido la Certificación a la que se refiere este Código hasta que el mecanismo de gobernanza y supervisión les haya concedido la Certificación que se indica a continuación.

B. DEFINICIONES

El campo de aplicación de las siguientes definiciones está solamente restringido a lo establecido por este Código.

Auditoría – un proceso mediante el cual auditores independientes, acreditados por el mecanismo de gobernanza y supervisión, llevan a cabo de forma periódica auditorías in situ, incluso en el lugar de las operaciones, recopilando datos que serán remitidos al mecanismo de gobernanza y supervisión, que a su vez comprobará si la empresa cumple con los requisitos establecidos, y en caso contrario, la solución que habrá de adoptarse.

Certificación – un proceso mediante el cual el mecanismo de gobernanza y supervisión certificará si los sistemas y las políticas de una empresa respetan los principios establecidos por el Código y las normas derivadas del mismo, y que una empresa está siendo sometida al control, auditoría y verificación del mecanismo de gobernanza y supervisión, incluido en el lugar de las operaciones. La Certificación es sólo un elemento más del esfuerzo mayor que se requiere para asegurar la credibilidad de cualquier iniciativa de implementación y supervisión.

Cliente – una entidad que contrata, ha contratado previamente, o tiene la intención de contratar, a una CSP para que preste servicios de seguridad en su nombre, incluyendo, en su caso, cuando dicha CSP subcontrata con otra empresa.

Empresa – toda entidad empresarial o forma de negocio, como por ejemplo una sociedad unipersonal, una asociación, empresa (pública o privada) o corporación. El término "Empresas" deberá ser interpretado de forma acorde.

Autoridad Competente– toda organización estatal o intergubernamental cuya jurisdicción tiene competencia sobre las actividades y/o las personas en cuestión. El término "Autoridades Competentes" deberá ser interpretado de forma acorde.

Entornos Complejos – son zonas que experimentan o se recuperan de disturbios populares o inestabilidad, debidos ya sea a desastres naturales o a conflictos armados, en situaciones donde se ha visto considerablemente mermado el imperio de la ley y en el que ha disminuido, se ha visto limitada, o simplemente no existe, la capacidad de la autoridad estatal para hacer frente a esa situación.

Implementación – la introducción de mecanismos políticos, de gobernanza y de supervisión y la formación del personal y/o del personal subcontratado por las empresas firmantes, necesario para demostrar la conformidad con los principios contenidos en el Código y las normas derivadas del mismo;

Supervisión – el proceso de recogida de datos relativos al cumplimiento de los principios del Código y las normas derivadas de este Código por parte del personal de la empresa o del personal subcontratado.

Personal – las personas que trabajan para una CSP, ya sea como asalariados o en virtud de un contrato, incluyendo al personal, gerentes y directores. Para evitar dudas, se considerará personal de la empresa a aquellas personas que tengan un vínculo laboral con la CSP a través de un contrato de trabajo (temporal, permanente o indefinido) o un contrato de cesión (ya sea renovable o no), o bien si se trata de contratistas independientes o trabajadores temporales y/o becarios (ya sea remunerados o no), independientemente de la denominación específica utilizada por la empresa en cuestión.

Compañías de Seguridad Privada y Proveedores de Servicios de Seguridad Privada (de forma conjunta llamados en adelante "CSP") - toda empresa, según lo establecido en el presente Código, cuya actividad empresarial consiste en la prestación de servicios de seguridad ya sea en nombre propio o en nombre de terceros, independientemente de cómo esa empresa se define a sí misma.

Presentación de Informes – un proceso en el que se mantienen los acuerdos de confidencialidad y no divulgación necesarios, mediante el cual las empresas someterán a un mecanismo de gobernanza y supervisión un documento por escrito de evaluación de su actuación en virtud de un sistema transparente de criterios establecidos por el mecanismo.

Servicios de Seguridad – la vigilancia y protección de personas y objetos, como los convoyes, las instalaciones, lugares designados, las propiedades u otros lugares (ya sea con armas o sin armas), o cualquier otra actividad en la que el personal de las empresas esté obligado a transportar o a accionar un arma en el ejercicio de sus funciones.

Empresas firmantes – son las CSP que han firmado y aceptado operar de conformidad con los principios del Código y las normas derivadas del Código. El término "Empresa firmante" se interpretará de forma acorde.

C. IMPLEMENTACIÓN

9. En reconocimiento de los pasos adicionales que han de adoptarse en apoyo de la aplicación del presente Código - en particular el desarrollo de normas basadas en el Código ("normas") y un mecanismo independiente de gobernanza y supervisión ("el mecanismo") como se indica en el Preámbulo - las empresas firmantes tienen la intención, junto con las otras partes interesadas, de reunirse periódicamente con el objeto de examinar los progresos realizados.
10. Una vez firmado este Código, las empresas firmantes y otras partes interesadas se comprometen a trabajar con los organismos nacionales de normalización de la manera en que proceda, con el objeto de crear las normas apropiadas, con la intención de obtener una futura armonización de las normas nacionales en un conjunto de normas internacionales basadas en el Código.

11. Una vez formalizada la firma de este Código, las empresas firmantes y otras partes interesadas nombrarán un comité directivo con 6 a 9 miembros procedentes de múltiples partes interesadas, que funcionará como un "comité temporal". Este comité directivo será responsable de establecer y documentar los acuerdos iniciales relativos al mecanismo de gobernanza y supervisión independientes, incluyendo los Estatutos o una Carta que esbozará el mandato y las políticas que regirán el mecanismo. El Comité Directivo se comprometerá a desarrollar un plan de trabajo para la constitución del mecanismo antes de finalizar el mes de marzo de 2011, y a desarrollar los Estatutos/la Carta hasta finales de julio de 2011 y un plan operativo antes de finalizar el mes de noviembre de 2011.
12. Una vez constituido el mecanismo independiente de gobernanza y supervisión (mediante la adopción de los Estatutos/Carta), el mecanismo de gobernanza y supervisión aceptará hacerse responsable del mantenimiento y administración del Código y determinará si es apropiado que el mecanismo y las normas estén reflejados en el texto del propio Código.

D. DISPOSICIONES GENERALES

13. Este Código se articula en base a principios aplicables a las acciones de las empresas firmantes durante la prestación de servicios de seguridad en entornos complejos.
14. Este Código complementa y no sustituye el control ejercido por las autoridades competentes, y no limita o altera el derecho internacional aplicable o el derecho nacional correspondiente. El propio Código no hace recaer ninguna obligación jurídica ni responsabilidad legal alguna en las empresas firmantes, más allá de las ya existentes en virtud del derecho nacional o internacional. Ninguna disposición del presente Código podrá ser interpretada en un sentido que limite o perjudique las normas del derecho internacional vigentes o en desarrollo.
15. El presente Código podrá ser modificado con arreglo a los procedimientos que establezca el mecanismo de gobernanza y supervisión.

E. COMPROMISOS GENERALES

16. Las empresas firmantes acuerdan actuar de conformidad con los principios contenidos en este Código. Las empresas firmantes exigirán a su personal, al personal subcontratado o a terceros que presten servicios de seguridad en virtud de contratos firmados con las empresas firmantes, que actúen de acuerdo con los principios contenidos en este Código.
17. Las empresas firmantes aplicarán las políticas apropiadas y se asegurarán de que las acciones de su personal se ajusten en todo momento a los principios aquí establecidos.

18. Las empresas firmantes harán que el cumplimiento de este Código forme parte integrante de los acuerdos contractuales con el personal, el personal subcontratado o terceros que presten servicios de seguridad en virtud de contratos.
19. Las empresas firmantes deberán adherirse a este Código, aún cuando éste no forme parte del acuerdo contractual formalizado con el cliente.
20. Las empresas firmantes no celebrarán deliberadamente contratos cuya ejecución, directa o materialmente, esté en conflicto con los principios de este Código, el derecho nacional o internacional aplicable, o las normas de derechos humanos regionales o internacionales aplicables, y no están exentas del cumplimiento de los preceptos de este Código en virtud de una obligación contractual. En la medida de lo posible, las empresas firmantes interpretarán y ejecutarán los contratos de forma coherente con las disposiciones de este Código.
21. Las empresas firmantes cumplirán y exigirán a su personal que cumpla las leyes aplicables, incluidos el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos que les sean impuestas por la legislación nacional pertinente, así como cualquier otra legislación nacional e internacional aplicable. Las empresas firmantes actuarán con la debida diligencia a fin de velar por el cumplimiento de la ley y de los principios contenidos en este Código, y respetarán los derechos humanos de las personas con quienes entren en contacto, incluidos los derechos de libertad de expresión, asociación, y reunión pacífica, y actuarán contra las injerencias arbitrarias o ilegales en su vida privada o la privación de la propiedad.
22. Las empresas firmantes se comprometen a no contratar, apoyar o prestar servicios a un gobierno, persona o entidad, operando en una forma que fuese contraria a las sanciones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Las empresas firmantes no participarán, alentarán o tratarán de beneficiarse, y se requerirá de su personal que no participe, aliente o trate de beneficiarse, de delitos nacionales o internacionales, incluyendo pero no limitado a los crímenes de guerra, los crímenes de lesa humanidad, genocidio, tortura, desaparición forzada, trabajo forzoso u obligatorio, toma de rehenes, violencia sexual o de género, tráfico de seres humanos, tráfico de armas o drogas, trabajo infantil o ejecuciones extrajudiciales, sumarias o arbitrarias.
23. Las empresas firmantes no deberán, y se requerirá de su personal que actúe de igual forma, acogerse a obligaciones contractuales, a órdenes de un superior, o a circunstancias excepcionales tales como un conflicto armado o un conflicto armado inminente, una amenaza para la seguridad nacional o internacional, la inestabilidad política interna, u otra emergencia pública, como justificación para caer en las conductas señaladas en el párrafo 22 del presente Código.
24. Las empresas firmantes informarán, y se requerirá de su personal que informe, sobre cualquier sospecha fundada o razonable relativa a la comisión de los actos señalados en el párrafo 22 de este Código, al cliente y a una o más de las siguientes autoridades: las autoridades competentes en el país donde el hecho

tuvo lugar, el país de nacionalidad de la víctima, o el país de nacionalidad del autor.

25. Las empresas firmantes adoptarán medidas razonables para velar porque los bienes y servicios que ofrecen no sean utilizados para infringir las normas de derechos humanos o el derecho humanitario internacional, así como que dichos bienes y servicios no se deriven de tales infracciones.
26. Con arreglo a la legislación nacional e internacional aplicable, las empresas firmantes no deberán ofrecer o dar a ningún funcionario, y se requerirá de su personal que se abstenga de ofrecer o dar a ningún funcionario, o prometer, directa o indirectamente, ningún objeto de valor para el propio funcionario o funcionaria, o a cualquier otra persona o entidad, de forma que el funcionario/a actúe o se abstenga de actuar en el ejercicio de sus funciones, si tal incentivo es ilegal. Las empresas firmantes no deberán solicitar o aceptar, y se requerirá de su personal que se abstenga de solicitar o aceptar, directa o indirectamente, cualquier objeto de valor a cambio de no cumplir con la legislación y/o normas nacionales e internacionales, o con los principios contenidos en este Código.
27. Las empresas firmantes tienen la responsabilidad de fomentar una cultura empresarial que promueva la sensibilización y la adhesión de todo el personal a los principios de este Código. Las empresas firmantes exigirán de su personal que cumpla con este Código, incluyendo la formación necesaria del personal para garantizar que el mismo pueda ejercer plenamente sus funciones.

F. PRINCIPIOS ESPECÍFICOS RELATIVOS A LA CONDUCTA DEL PERSONAL

Conducta General

28. Las empresas firmantes deberán tratar a todas las personas, y se requerirá de su personal que trate a todas las personas, con humanidad y con respeto a su dignidad y a su vida privada y denunciarán todo incumplimiento de este Código.

Reglas para el Uso de la Fuerza

29. Las empresas firmantes adoptarán las normas para el uso de la fuerza de conformidad con el derecho aplicable y los requisitos mínimos que figuran en la sección sobre el empleo de la fuerza en el presente Código, y acuerdan adoptar dichas normas con el cliente.

El Uso de la Fuerza

30. Las empresas firmantes exigirán que su personal adopte todas las medidas necesarias para evitar el uso de la fuerza. Si fuera necesario el uso de la fuerza, ello se haría de conformidad con la ley aplicable. En ningún caso el uso de la fuerza irá más allá de lo estrictamente necesario y deberá ser proporcional a la amenaza y a la situación concreta.
31. Las empresas firmantes requerirán de su personal que no utilice armas de fuego contra las personas salvo en caso de defensa propia o en caso de defensa de

terceros frente a una amenaza de muerte o de lesiones graves inminentes, o para prevenir la comisión de un delito especialmente grave que implique un peligro para la vida de una persona.

32. En la medida en que el personal esté formalmente autorizado a asistir en el ejercicio de la autoridad a los agentes del orden de un Estado, las empresas firmantes exigirán que su uso de la fuerza o de las armas cumpla con todas las obligaciones nacionales e internacionales que sean aplicables a los miembros del cuerpo de seguridad de ese Estado y, como mínimo, con las normas previstas por los Principios Básicos sobre el Empleo de la Fuerza y de Armas de Fuego de las Naciones Unidas por los Funcionarios Responsables del Cumplimiento de la Ley. (1990).

La Detención

33. Las empresas firmantes sólo podrán, y exigirán a su personal que actúe en el mismo sentido, escoltar, transportar o interrogar a detenidos, en el caso de que: (a) la empresa haya sido específicamente contratada para ello por un Estado, y (b) su personal haya recibido la formación y capacitación necesarias en materia del derecho nacional e internacional aplicable. Las empresas firmantes tratarán a todas las personas detenidas con humanidad y se requerirá a su personal que trate a todas las personas detenidas con humanidad, y de acuerdo con su condición y nivel de protección en virtud de las normas de derechos humanos o el derecho humanitario internacional aplicable, incluyendo en particular la prohibición de la tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes.

El Arresto de Personas

34. Las empresas firmantes no tomarán o retendrán, y exigirán a su personal que no tome o retenga a ninguna persona excepto cuando detengan a personas para defenderse a sí mismos u a otros contra una amenaza inminente de violencia, o como consecuencia de un ataque o delito cometido por dichas personas contra el personal de la empresa, o en contra de los clientes o de los bienes a su cargo, en espera de la entrega de tales personas detenidas a la autoridad competente a la mayor brevedad posible. La detención se llevará a cabo de conformidad con las leyes nacionales o internacionales vigentes y el cliente deberá ser notificado de la misma sin demora. Las empresas firmantes tratarán con humanidad, y se requerirá a su personal que trate con humanidad, a todas las personas detenidas de acuerdo con su condición personal y nivel de protección, y conforme a las normas de derechos humanos o el derecho humanitario internacional aplicable, incluyendo en particular la prohibición de la tortura u otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes.

La Prohibición de la Tortura u otros Tratos o Penas Cruelles, Inhumanos o Degradantes

35. Las empresas firmantes no participarán, y se requerirá de su personal que no participe, en actos de tortura u otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes. Para evitar dudas, la tortura y otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes a los que se refiere este apartado incluyen las

conductas de una entidad privada que serían consideradas como un acto de tortura y otros tratos o castigos crueles, inhumanos o degradantes si fueran infligidos por un funcionario público.

36. Las obligaciones contractuales, las órdenes de un superior o las circunstancias excepcionales tales como un conflicto armado o un conflicto armado inminente, una amenaza para la seguridad nacional o internacional, la inestabilidad política interna o cualquier otra emergencia pública, en ningún caso podrán invocarse como justificación de la comisión de actos de tortura u otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes
37. Las empresas firmantes denunciarán, y se requerirá de sus empleados que denuncien, todo acto de tortura u otros tratos o penas crueles, inhumanas o degradantes que estuvieran en su conocimiento, o de cuya existencia tuvieran una sospecha razonable. Estas denuncias serán presentadas ante el cliente y ante uno o más de los siguientes: las autoridades competentes del país donde sucedieron los hechos, el país de nacionalidad de la víctima, o el país de nacionalidad del autor.

La Explotación Sexual y el Abuso o la Violencia de Género

38. Las empresas firmantes no se beneficiarán, ni permitirán que su personal participe o se beneficie de la explotación sexual (incluyendo, a estos efectos, la prostitución) y el abuso, violencia o delitos de género, ya sea dentro de la empresa o públicamente, incluyendo la violación, el acoso sexual, o cualquier otra forma de abuso o violencia sexual. Las empresas firmantes permanecerán alertas, y exigirán de su personal que permanezca alerta ante todos los supuestos de violencia sexual o de género y, en el caso de que se tenga conocimiento de ellos, procederán a denunciarlos ante las autoridades competentes.

La Trata de Seres Humanos

39. Las empresas firmantes no participarán en la trata de seres humanos y requerirán de su personal que no participe en la trata de seres humanos. Las empresas firmantes permanecerán alertas, y exigirán de su personal que permanezca alerta ante todos los supuestos de trata de seres humanos y, en el caso de que se tenga conocimiento de ellos, los denunciarán a las autoridades competentes. A los efectos de éste Código, la trata de seres humanos es la captación, acogida, transporte, entrega u obtención de una persona para (1) un acto de comercio sexual inducido por la fuerza, el fraude o la coerción, o en el que la persona obligada a realizar dicho acto no haya cumplido los 18 años de edad; o (2) los trabajos o servicios o, a través del uso de la fuerza, el fraude o la coerción, con el propósito de someter a la persona a servidumbre involuntaria, a servidumbre por deudas o a la esclavitud.

La Prohibición de la Esclavitud y el Trabajo Forzado

40. Las empresas firmantes no utilizarán la esclavitud, el trabajo forzoso u obligatorio ni serán cómplices de cualquier otra entidad que haga uso de este tipo de trabajo.

La Prohibición de las Peores Formas de Trabajo Infantil

41. Las empresas firmantes respetarán los derechos de los niños (toda persona menor de 18 años) que han de ser protegidos de las peores formas de trabajo infantil, incluyendo:
- a) todas las formas de esclavitud o prácticas análogas a la esclavitud, como la venta y el tráfico de niños, la servidumbre y la servidumbre por deudas, el trabajo forzoso u obligatorio, incluyendo el reclutamiento forzoso u obligatorio de niños para utilizarlos en la prestación de servicios armados;
 - b) el uso, proxenetismo u ofrecimiento de niños para la prostitución, la producción de pornografía o de actuaciones pornográficas;
 - c) el uso, proxenetismo u ofrecimiento de niños para actividades ilícitas, en particular para la producción y el tráfico de drogas;
 - d) el trabajo que, por su naturaleza o las circunstancias en las que se lleva a cabo, es susceptible de ser pernicioso para la salud, la seguridad o la moral de los niños.

Las empresas firmantes denunciarán, y exigirán a su personal que denuncie ante las autoridades competentes la existencia de cualquier supuesto mencionado entre las actividades citadas anteriormente del que tuviera conocimiento o una sospecha razonable.

La Discriminación

42. Las empresas firmantes no discriminarán en la contratación del personal, y se requerirá a su personal que no discrimine en la contratación del personal, por motivos de raza, color, sexo, religión, origen social, condición social, condición indígena, discapacidad u orientación sexual, y se seleccionará al personal en base a las cualificaciones exigidas por el contrato.

La Identificación y el Registro

43. Las empresas firmantes, en la medida en que lo permitan las exigencias en materia de seguridad y la propia seguridad de la población civil, su personal y los clientes:
- a) exigirán de todo el personal que facilite su identificación individual cuando se encuentre en el ejercicio de sus funciones en virtud de obligaciones contractuales;
 - b) se asegurarán de que los vehículos del personal estén registrados y matriculados ante las autoridades nacionales competentes cuando se encuentren en el ejercicio de sus funciones en virtud de obligaciones contractuales; y
 - c) se asegurarán de que los materiales peligrosos hayan sido comunicados a las autoridades de control nacionales competentes y hayan sido autorizados por éstas.

G. COMPROMISOS ESPECÍFICOS EN MATERIA DE GESTIÓN Y GOBERNANZA

La Incorporación del Código en las Políticas de la Empresa

44. Las empresas firmantes incorporarán este Código a las políticas de la empresa, los sistemas de control interno y los sistemas de conformidad de la empresa y los integrarán en los elementos pertinentes de sus operaciones.

La Selección y Comprobación de los Antecedentes del Personal

45. Las empresas firmantes ejercerán la debida diligencia en la selección del personal, mediante la verificación de los antecedentes personales y la evaluación permanente del rendimiento del personal. Las empresas firmantes sólo contratarán a personas que reúnan las cualificaciones requeridas y definidas por el contrato correspondiente, las leyes nacionales y las normas de la industria aplicables, y los principios contenidos en este Código.
46. Las empresas firmantes no contratarán a personas menores de 18 años para que presten servicios de seguridad.
47. Las empresas firmantes evaluarán y velarán por que el personal pueda desempeñar en todo momento su trabajo conforme a los principios establecidos en este Código, y evaluarán periódicamente al personal para garantizar que reúnan los requisitos necesarios de aptitud física y mental para ejercer las funciones para las que han sido contratados.
48. Las empresas firmantes establecerán y se encargarán de mantener las políticas y procedimientos necesarios para apreciar la idoneidad de los candidatos, o del personal, en el manejo de armas de fuego en el desempeño de sus funciones. Esto comportará como mínimo, realizar controles que tendrán como objeto cerciorarse de que los candidatos:
- a) no han sido condenados por un tipo de hecho delictivo cuya comisión podría indicar que el individuo carece del carácter y de la aptitud necesarios para poder prestar servicios de seguridad según los principios derivados de este Código;
 - b) no han sufrido una baja deshonrosa;
 - c) no han tenido otra relación laboral o contractual que haya sido rescindida por violaciones documentadas de uno o más de los principios contenidos en este Código; o
 - d) no tienen un historial de conducta que, de acuerdo con una norma objetivamente racional, ponga en tela de juicio su aptitud para portar armas.

A los efectos del presente apartado, los crímenes que inhabilitan para el ejercicio de esta función pueden incluir, aunque sin limitarse a ello, los delitos de agresión, asesinato, incendio doloso, fraude, violación, abuso sexual, crimen organizado, soborno, corrupción, falso testimonio, tortura, secuestro, narcotráfico o la trata de personas. Esta disposición no derogará ninguna ley que limite si un delito debe ser considerado en la evaluación de un candidato. Ninguna de las

disposiciones de esta sección prohíbe a una empresa utilizar criterios más restrictivos.

49. Las empresas firmantes exigirán a todos los candidatos que permitan el acceso a sus antecedentes profesionales y a la información que obra en poder de la Administración pública como condición previa al inicio de la relación laboral o a la contratación. Esto incluye la información relativa a los puestos desempeñados en las fuerzas armadas, la policía y proveedores de servicios de seguridad, tanto públicos como privados. Asimismo, las empresas firmantes, de conformidad con la legislación nacional aplicable, exigirán a todo el personal que acepte participar en las investigaciones internas y procedimientos disciplinarios que sean necesarios, así como en cualquier tipo de investigación oficial llevada a cabo por las autoridades competentes, salvo que esté prohibido por la ley.

La Selección y Comprobación de los Antecedentes del Personal Subcontratado

50. Las empresas firmantes ejercerán la diligencia debida en la selección, verificación de los antecedentes y la evaluación continuada del rendimiento de todo el personal subcontratado que preste servicios de seguridad.
51. Conforme al principio número 13 de este Código, las empresas firmantes requerirán de su personal, del personal subcontratado y de terceros que presten servicios de seguridad en virtud de contratos firmados con las empresas firmantes, que actúen de acuerdo con los principios derivados de este Código. Si una empresa formaliza un contrato con una persona, grupo o entidad, para que preste servicios de seguridad, y esa persona o grupo no cumple con los principios de selección, verificación de antecedentes y formación contenidos en el Código y con las normas derivadas del Código, la empresa contratante adoptará las medidas razonables necesarias para garantizar que la selección, verificación de antecedentes y la formación del personal subcontratado se lleve a cabo conforme a los principios contenidos en este Código y a las normas derivadas del Código.

Las Políticas de la Empresa y los Contratos del Personal

52. Las empresas firmantes velarán porque las políticas relativas al ámbito de los servicios que prestan en materia de contratación del personal y otros materiales de referencia sobre el personal, tales como los contratos del personal, incluyan la incorporación adecuada de este Código y las pertinentes leyes laborales vigentes. Las condiciones del contrato serán comunicadas en forma clara y precisa a todo el personal, información que se encontrará igualmente disponible por escrito, en un lenguaje y formato accesible a todo el personal.
53. Las empresas firmantes mantendrán los ficheros de datos y los informes de los empleados, pasados y presentes, durante un período de 7 (siete) años. Las empresas firmantes exigirán de todo el personal que autorice el acceso y la retención de los ficheros de datos de los empleados y de los expedientes que obren en poder de la Administración pública, salvo que esté prohibido por la ley. Tales datos podrán ser puestos en todo momento a disposición de cualquier sistema de conformidad creado en aplicación de este Código, o a solicitud de cualquier autoridad competente, salvo que esté prohibido por la ley.

54. Las empresas firmantes podrán solamente retener el pasaporte, los documentos de viaje o documentos de identificación de su personal, por el período que sea necesario a fin de permitir la iniciación de trámites administrativos o para otros fines legítimos. Este párrafo no exime a las empresas de cooperar con las autoridades policiales en el caso de que un miembro del personal esté siendo objeto de una investigación.

La Formación del Personal

55. Las empresas firmantes velarán porque todo el personal que preste servicios de seguridad reciba una formación y capacitación profesional inicial y continuada y de que estén plenamente informados sobre este Código y sobre todas las leyes nacionales e internacionales pertinentes, incluidas las relativas a las normas internacionales de derechos humanos, el derecho humanitario internacional, el derecho penal internacional y otras leyes penales vigentes. Las empresas firmantes conservarán la información necesaria que demuestre la asistencia a todas las sesiones de formación profesional, inclusive la relativa a ejercicios prácticos, así como de sus resultados.

El Control de Armas

56. Las empresas firmantes obtendrán y conservarán las licencias de tenencia y uso de armas y municiones establecidas por la ley aplicable.
57. Las empresas firmantes no poseerán ni utilizarán, y se requerirá de su personal que se abstenga de poseer o utilizar, armas o municiones que sean ilegales con arreglo a cualquier legislación aplicable. Las empresas firmantes no participarán, y se requerirá de su personal que no participe, en las transferencias de armas ilegales; las empresas firmantes ejecutarán todas las transacciones de armas con arreglo a las leyes aplicables y los requisitos del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, incluyendo las sanciones. Las armas y municiones no podrán ser modificadas en forma alguna que contravenga la legislación nacional o el derecho internacional vigente.
58. Las políticas y los procedimientos de las empresas firmantes sobre el manejo de armas y municiones deberían abarcar:
- a) el almacenamiento seguro;
 - b) los controles referidos a su expedición;
 - c) la información relativa a la persona y el momento en que las armas fueron expedidas;
 - d) la identificación y contabilización de toda la munición; y
 - e) la eliminación verificable y adecuada.

El Entrenamiento para Armas de Fuego

59. Las empresas firmantes exigirán que:
- a) La autorización para portar armas sólo sea concedida una vez que el personal haya completado, o se haya comprobado que ha completado, el

entrenamiento necesario para el tipo y modelo de arma que va a portar. El personal no podrá utilizar ninguna arma de fuego hasta que no haya completado con éxito el entrenamiento específico para dicha arma de fuego.

- b) El personal que porte armas debe recibir un entrenamiento regular, comprobable, periódico y específico para las armas que lleve así como sobre las reglas para el uso de la fuerza.
- c) El personal que porte armas debe recibir una formación adecuada en relación con las reglas para el uso de la fuerza. Esta formación puede basarse en diferentes normas, pero como mínimo deberá fundamentarse en los principios contenidos en este Código y en los Principios Básicos de las Naciones Unidas sobre el Empleo de la Fuerza y de Armas de Fuego por Funcionarios Encargados de Hacer Cumplir la Ley (1990) y las leyes nacionales o reglamentos en vigor en la zona en la que se desempeñarán las funciones.

La Gestión del Material de Guerra

- 60. Las empresas firmantes obtendrán y conservarán, y exigirán de sus empleados que actúen de la misma forma, todas las autorizaciones para la posesión y el uso de cualquier material de guerra, por ejemplo, materiales peligrosos y municiones, tal y como lo requiera la legislación aplicable.
- 61. Las empresas firmantes, quienes exigirán lo mismo a su personal, tampoco deberán poseer ni utilizar cualquier material de guerra, por ejemplo, materiales peligrosos y municiones que sean ilegales en virtud de la legislación aplicable. Las empresas firmantes no participarán, y se requerirá de su personal que no participe, en transferencias de armas ilegales y ejecutarán todas las transacciones de material de guerra conforme a las leyes aplicables y los requisitos del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, inclusive las sanciones.
- 62. Las normas de la empresa o los procedimientos para la gestión del material de guerra de las empresas firmantes, por ejemplo, sobre materiales peligrosos y municiones, deberá abarcar:
 - a) el almacenamiento seguro;
 - b) los controles referidos a su expedición;
 - c) la información relativa a quién y cuando los materiales fueron expedidos;
 - d) los procedimientos de eliminación adecuados.

La Notificación de Incidentes

- 63. Las empresas firmantes elaborarán un informe de incidentes documentando todo incidente relacionado con el personal que implique el uso de armas y el disparo de un arma en cualquier circunstancia (salvo durante la formación autorizada), una escalada de la fuerza, daño a los bienes o a las personas, agresiones, actos criminales, accidentes de tráfico, incidentes que involucren a otras fuerzas de seguridad, o presentarán tales informes en la forma requerida por el cliente, y llevará a cabo una investigación interna para determinar las circunstancias siguientes:

- a) la hora y el lugar del incidente;
- b) la identidad y nacionalidad de todas las personas implicadas incluyendo sus direcciones y otros datos de contacto;
- c) las lesiones o daños sufridos;
- d) las circunstancias que condujeron al incidente; y
- e) las medidas adoptadas por la empresa firmante frente al incidente.

Al término de la investigación, la empresa firmante elaborará un informe de incidente por escrito, incluyendo la información anteriormente citada, cuyas copias serán entregadas al cliente y, en la medida en que así lo exija la ley, a las autoridades competentes.

El Entorno de Trabajo Seguro y Saludable

64. Las empresas firmantes realizarán esfuerzos para crear un entorno de trabajo seguro y saludable, reconociendo los posibles peligros añadidos y las propias limitaciones que presenta el entorno local. Las empresas firmantes velarán porque se adopten las precauciones necesarias destinadas a proteger al personal en operaciones de alto riesgo o que representen un peligro para su vida, las cuales incluirán:
- a) evaluar el riesgo de los trabajadores de padecer lesiones, así como el riesgo para la población local derivado de las actividades de las empresas firmantes y/o de su personal;
 - b) proporcionar el entrenamiento necesario para operar en un entorno hostil;
 - c) suministrar equipos de protección adecuados, asistencia médica y las armas y municiones apropiadas; y
 - d) adoptar políticas que fomenten un entorno de trabajo seguro y saludable en la empresa, tales como las políticas relativas a la salud mental, el rechazo de la violencia en el lugar de trabajo, la mala conducta, el abuso del alcohol y las drogas, el acoso sexual y la conducta indebida.

El Acoso

65. Las empresas firmantes no consentirán el acoso y el abuso de compañeros de trabajo por parte del personal de la empresa.

El Procedimiento de Reclamación

66. Las empresas firmantes establecerán procedimientos de reclamación para resolver las reivindicaciones interpuestas por el personal o por terceros, alegando el incumplimiento por parte de la empresa de los principios contenidos en este Código.
67. Las empresas firmantes:
- a) establecerán procedimientos de denuncia por conducta inadecuada o ilegal ante el personal designado, incluidos los actos u omisiones que violen los principios de este Código; dichos procedimientos de denuncia estarán destinados al personal y a terceros. Los procedimientos deben

- ser justos, accesibles y ofrecer soluciones eficaces, incluyendo recomendaciones para evitar la reincidencia. De otra parte, deberán facilitar la denuncia realizada por las personas con razón para creer que la conducta inadecuada o ilegal, o la violación de este Código, se ha producido o está por ocurrir; la denuncia de tal conducta deberá realizarse ante las personas designadas dentro de la empresa y, en su caso, ante las autoridades competentes.
- b) publicarán la información relativa al procedimiento de reclamación en una página web de acceso público;
 - c) tramitarán las denuncias sin demora, de forma imparcial y respetando la confidencialidad;
 - d) mantendrán un registro de las denuncias realizadas, las conclusiones, o las medidas disciplinarias adoptadas. Salvo que esté prohibido o protegido por las leyes aplicables, dicha información deberá ser puesta a disposición de la autoridad competente que la solicite;
 - e) cooperarán con las investigaciones oficiales y no participarán o aceptarán que su personal obstaculice el testimonio de los testigos o las investigaciones.
 - f) adoptarán las medidas disciplinarias apropiadas, que incluirán entre otros el despido en caso de que se descubran tales violaciones o comportamientos ilícitos; y
 - g) velarán porque el personal que denuncie de buena fe las malas acciones obtenga protección contra posibles represalias por haber realizado tales denuncias, tales como proteger al personal de medidas disciplinarias injustificadas o inapropiadas, y que las cuestiones planteadas sean examinadas y ejecutadas sin dilaciones indebidas.
68. Ninguna disposición del presente Código podrá ser interpretada como sustitutiva de los requisitos contractuales o las específicas políticas y procedimientos de denuncia de irregularidades de la propia empresa.

Del Cumplimiento de las Obligaciones

69. Las empresas firmantes se asegurarán de que en todo momento poseen la suficiente capacidad financiera para hacer frente a todas las responsabilidades comerciales razonablemente anticipadas derivadas de daños y perjuicios a las personas por muerte o daño a las personas o a los bienes. La suficiente capacidad financiera puede garantizarse mediante la obtención de compromisos con los clientes, una cobertura de seguro que se adapte a las necesidades de la empresa (por ejemplo, el seguro de responsabilidad empresarial y la cobertura de la responsabilidad civil apropiada a la escala y al ámbito de las operaciones de la empresa firmante) o un seguro/retención propio. Cuando no sea posible obtener una cobertura de seguro adecuada, la empresa firmante adoptará las medidas necesarias para garantizar el cumplimiento de sus obligaciones.

H. REVISIÓN

70. El Gobierno de Suiza mantendrá una lista pública de las empresas firmantes y convocará una conferencia de revisión inicial con el fin de evaluar el Código después del desarrollo de los mecanismos de gobernanza y supervisión (como se indica en el Preámbulo y en la Sección C "Implementación" de este Código).

ANEXO B – DOCUMENTO DE MONTREUX

Naciones Unidas

A/63/467-S/2008/636


**Asamblea General
Consejo de Seguridad**

 Distr. general
 6 de octubre de 2008
 Español
 Original: inglés

Asamblea General
 Sexagésimo tercer período de sesiones
 Tema 76 del programa
 Situación de los Protocolos adicionales a los Convenios
 de Ginebra de 1949 relativos a la protección de las
 víctimas de los conflictos armados

Consejo de Seguridad
 Sexagésimo tercer año

**Carta de fecha 2 de octubre de 2008 dirigida al Secretario
 General por el Representante Permanente de Suiza ante
 las Naciones Unidas**

Tengo el honor de informarle de que el 17 de septiembre de 2008, 17 Estados* llegaron a un acuerdo sobre el "Documento de Montreux", texto que contiene normas y buenas prácticas relacionadas con las empresas militares y de seguridad privadas que operan en situaciones de conflicto armado (véase el anexo). El Documento de Montreux, que es el resultado de un proceso internacional puesto en marcha en 2006 por el Gobierno de Suiza y el Comité Internacional de la Cruz Roja, tiene por objeto promover el respeto del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos.

Confiamos en que el documento sea de interés para todos los Estados y los invitamos a estudiar la posibilidad de adoptar las medidas que incluye. Asimismo, invitamos a todos los Estados a que consideren la posibilidad de comunicar su apoyo al documento al Departamento Federal de Relaciones Exteriores de Suiza.

Le agradecería que tuviera a bien hacer distribuir la presente carta y su anexo como documento de la Asamblea General, en relación con el tema 76 del programa, y del Consejo de Seguridad, habida cuenta de que este proceso internacional guarda relación con la cuestión de la protección de los civiles en los conflictos armados y se mencionaba en el párrafo 9 de su informe al Consejo de Seguridad sobre la cuestión (S/2007/643).

(Firmado) Peter Maurer
 Embajador
 Representante Permanente

* Afganistán, Alemania, Angola, Australia, Austria, Canadá, China, Estados Unidos de América, Francia, Iraq, Polonia, Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, Sierra Leona, Sudáfrica, Suecia, Suiza y Ucrania.



Anexo de la carta de fecha 2 de octubre de 2008 dirigida al Secretario General por el Representante Permanente de Suiza ante las Naciones Unidas

Documento de Montreux sobre las obligaciones jurídicas internacionales pertinentes y las buenas prácticas de los Estados en lo que respecta a las operaciones de las empresas militares y de seguridad privadas durante los conflictos armados

Montreux, 17 de septiembre de 2008

Resumen oficioso del Documento de Montreux presentado por Suiza

1. Hoy en día es frecuente que los particulares, las empresas y los gobiernos recurran a empresas militares y de seguridad privadas (EMSP) en zonas en las que se desarrollan conflictos armados. Esas empresas son contratadas para prestar una serie de servicios, que abarcan desde el manejo de sistemas armamentísticos hasta la protección del personal diplomático. En los últimos años, la creciente utilización de EMSP ha llevado aparejado un aumento de la demanda de aclaraciones de las obligaciones jurídicas pertinentes en relación con el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos.

2. El objetivo del Documento de Montreux es responder a esa demanda. El Documento, que es el resultado de la iniciativa conjunta de Suiza y el Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR) que se puso en marcha en 2006, recuerda las obligaciones vigentes de los Estados, las EMSP y su personal en virtud del derecho internacional siempre que, por cualesquiera motivos, esas empresas estén presentes durante un conflicto armado. En la segunda parte del Documento figura un conjunto de más de 70 buenas prácticas destinadas a ayudar a los Estados a cumplir esas obligaciones. Ninguna de las dos partes del documento es jurídicamente vinculante ni tiene por objeto legitimar la utilización de EMSP en ninguna circunstancia concreta. El Documento ha sido preparado por expertos gubernamentales procedentes de 17 Estados¹ especialmente interesados por la cuestión de las EMSP o por el derecho internacional humanitario. Se han celebrado también consultas con representantes de la sociedad civil y del sector de las EMSP.

3. En la primera parte se establece una distinción entre los Estados contratantes, los Estados territoriales y los Estados de origen, y se recuerdan las obligaciones jurídicas internacionales pertinentes para cada categoría de Estados en virtud del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos. También se aborda la cuestión de la atribución al Estado del comportamiento de una persona o grupo de personas con arreglo al derecho internacional consuetudinario. Además, otras secciones de la primera parte se refieren a las obligaciones jurídicas internacionales pertinentes de "todos los demás Estados", a las

¹ Afganistán, Alemania, Angola, Australia, Austria, Canadá, China, Estados Unidos de América, Francia, Iraq, Polonia, Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, Sierra Leona, Sudáfrica, Suecia, Suiza y Ucrania.

obligaciones de las EMSP y de su personal y a las cuestiones de la responsabilidad del superior jerárquico.

4. Al igual que en la primera parte, en la segunda también se establece una distinción entre los Estados contratantes, los Estados territoriales y los Estados de origen. Las buenas prácticas se basan en gran medida en las prácticas de los Estados actualmente vigentes, no sólo en relación con las EMSP, sino también, por ejemplo, en relación con la normativa existente para las armas y los servicios armados. Esas prácticas comprenden desde la introducción de regímenes transparentes de concesión de licencias hasta la mejora de la supervisión y la rendición de cuentas, de manera que sólo puedan prestar servicios durante los conflictos armados las EMSP que, por disponer de unos mecanismos de formación y unos procedimientos internos y de supervisión adecuados, ofrezcan más garantías por lo que atañe al respecto del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos.

5. En el prefacio del Documento de Montreux, los Estados participantes invitan a otros Estados y a las organizaciones internacionales a comunicar su apoyo al documento al Departamento Federal de Relaciones Exteriores de Suiza.

Índice

	<i>Página</i>
Prefacio	
Primera parte. Obligaciones jurídicas internacionales pertinentes relativas a las empresas militares y de seguridad privadas	
Introducción	7
A. Estados contratantes	7
B. Estados territoriales	9
C. Estados de origen	10
D. Todos los demás Estados	11
E. Las EMSP y su personal	11
F. Responsabilidad del superior jerárquico	12
Segunda parte. Buenas prácticas relativas a las empresas militares y de seguridad privadas	
Introducción	13
A. Buenas prácticas para los Estados contratantes	13
I. Determinación de los servicios	14
II. Procedimientos para la selección y la contratación de las EMSP	14
III. Criterios para la selección de las EMSP	14
IV. Condiciones de los contratos con las EMSP	17
V. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas	18
B. Buenas prácticas para los Estados territoriales	19
I. Determinación de los servicios	20
II. Autorización de prestar servicios militares de seguridad	20
III. Procedimiento relativo a las autorizaciones	20
IV. Criterios para la concesión de autorizaciones	21
V. Condiciones de la autorización	23
VI. Normas relativas a la prestación de servicios por las EMSP y por su personal	24
VII. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas	24
C. Buenas prácticas para los Estados de origen	26
I. Determinación de los servicios	26
II. Establecimiento de un sistema de autorización	26
III. Procedimiento relativo a las autorizaciones	27
IV. Criterios para la concesión de autorizaciones	27
V. Condiciones de las autorizaciones concedidas a las EMSP	29
VI. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas	29

Índice

	<i>Página</i>
Prefacio	
Primera parte. Obligaciones jurídicas internacionales pertinentes relativas a las empresas militares y de seguridad privadas	
Introducción	7
A. Estados contratantes	7
B. Estados territoriales	9
C. Estados de origen	10
D. Todos los demás Estados	11
E. Las EMSP y su personal	11
F. Responsabilidad del superior jerárquico	12
Segunda parte. Buenas prácticas relativas a las empresas militares y de seguridad privadas	
Introducción	13
A. Buenas prácticas para los Estados contratantes	13
I. Determinación de los servicios	14
II. Procedimientos para la selección y la contratación de las EMSP	14
III. Criterios para la selección de las EMSP	14
IV. Condiciones de los contratos con las EMSP	17
V. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas	18
B. Buenas prácticas para los Estados territoriales	19
I. Determinación de los servicios	20
II. Autorización de prestar servicios militares de seguridad	20
III. Procedimiento relativo a las autorizaciones	20
IV. Criterios para la concesión de autorizaciones	21
V. Condiciones de la autorización	23
VI. Normas relativas a la prestación de servicios por las EMSP y por su personal	24
VII. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas	24
C. Buenas prácticas para los Estados de origen	26
I. Determinación de los servicios	26
II. Establecimiento de un sistema de autorización	26
III. Procedimiento relativo a las autorizaciones	27
IV. Criterios para la concesión de autorizaciones	27
V. Condiciones de las autorizaciones concedidas a las EMSP	29
VI. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas	29

Prefacio

El presente documento es el fruto de la iniciativa conjunta de Suiza y el Comité Internacional de la Cruz Roja. Se ha preparado con la participación de expertos gubernamentales procedentes de 17 Estados —Afganistán, Alemania, Angola, Australia, Austria, Canadá, China, Estados Unidos de América, Francia, Iraq, Polonia, Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, Sierra Leona, Sudáfrica, Suecia, Suiza y Ucrania— en el marco de reuniones celebradas en enero y noviembre de 2006, noviembre de 2007 y abril y septiembre de 2008. También se han celebrado consultas con representantes de la sociedad civil y de las empresas militares y de seguridad privadas.

La preparación del presente documento se ha basado en las siguientes consideraciones:

1. Que existen algunas normas bien establecidas de derecho internacional que se aplican a los Estados en sus relaciones con las empresas militares y de seguridad privadas (EMSP) y a sus operaciones durante los conflictos armados, en particular las dimanantes del derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos;
2. Que en el presente documento se recuerdan las obligaciones jurídicas vigentes de los Estados y de las EMSP y su personal (Primera parte), y se pone a disposición de los Estados un conjunto de buenas prácticas destinado a promover el respeto del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos durante los conflictos armados (Segunda parte);
3. Que el presente documento no es un instrumento jurídicamente vinculante ni afecta a las obligaciones vigentes de los Estados con arreglo al derecho internacional consuetudinario o a los acuerdos internacionales en los que son partes, en particular a sus obligaciones en virtud de la Carta de las Naciones Unidas (especialmente del párrafo 4 del Artículo 2 y del Artículo 51);
4. Que, por lo tanto, no debe interpretarse que el presente documento limita, prejuzga o amplía en modo alguno a las obligaciones vigentes en virtud del derecho internacional, o crea o desarrolla nuevas obligaciones de derecho internacional;
5. Que las obligaciones y las buenas prácticas vigentes pueden también ser instructivas para las situaciones posteriores a los conflictos y para otras situaciones comparables, pese a que el derecho internacional humanitario sólo es aplicable durante los conflictos armados;
6. Que la cooperación, el intercambio de información y la asistencia entre Estados, en función de las capacidades de cada Estado, son deseables para lograr el pleno respeto del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos, como también lo son la colaboración con las empresas militares y de seguridad privadas y con otras partes interesadas;
7. Que no debe interpretarse que el presente documento refrenda la utilización de EMSP en ninguna circunstancia determinada, sino que su propósito es recordar las obligaciones jurídicas y recomendar buenas prácticas en caso de que se haya tomado la decisión de contratar a ese tipo de empresas;
8. Que, aunque el presente documento está dirigido a los Estados, las buenas prácticas que figuran en él también pueden resultar útiles para otras

entidades, como las organizaciones internacionales, las organizaciones no gubernamentales y las empresas que contratan a EMSP, así como para las propias EMSP;

9. Que, a los fines del presente documento, se entenderá que:

a) Las "EMSP", como quiera que se describan a sí mismas, son entidades comerciales privadas que prestan servicios militares y/o de seguridad. Los servicios militares y/o de seguridad incluyen, en particular, los servicios de guardia armada y de protección de personas y objetos, como convoyes, edificios y otros lugares; el mantenimiento y la explotación de sistemas armamentísticos; la custodia de prisioneros; y el asesoramiento o la capacitación de las fuerzas y el personal de seguridad locales;

b) Los "miembros del personal de una EMSP" son las personas empleadas, directamente o a través de subcontratas, por una EMSP, incluidos sus empleados y su personal directivo;

c) Los "Estados contratantes" son los Estados que contratan directamente los servicios de una EMSP, incluso, si procede, cuando esa empresa subcontrata sus servicios con otra EMSP;

d) Los "Estados territoriales" son los Estados en cuyo territorio operan las EMSP;

e) Los "Estados de origen" son los Estados cuya nacionalidad ostentan las EMSP, es decir, los Estados en los que están registradas las empresas; si el Estado en el que está registrada una EMSP no es en el que están ubicadas sus principales oficinas directivas, el "Estado de origen" será el Estado en el que se encuentren esas oficinas.

Los Estados participantes señalan el presente documento a la atención de los demás Estados, las organizaciones internacionales, las organizaciones no gubernamentales, las empresas militares y de seguridad privadas y otras partes interesadas, invitándolos a adoptar las buenas prácticas que consideren adecuadas para sus operaciones. Los Estados participantes invitan a los demás Estados y a las organizaciones internacionales a transmitir al Departamento Federal de Relaciones Exteriores de Suiza a su apoyo al presente documento. Los Estados participantes se declaran también dispuestos a reexaminar y, si se considera necesario, revisar el presente documento para tener en cuenta las novedades que puedan surgir.

Primera parte

Obligaciones jurídicas internacionales pertinentes relativas a las empresas militares y de seguridad privadas

Introducción

Las siguientes observaciones tienen por objeto recordar algunas obligaciones jurídicas internacionales vigentes que incumben a los Estados en relación con las empresas militares y de seguridad privadas. Las observaciones proceden de diversos acuerdos internacionales de derecho internacional humanitario y derechos humanos y del derecho internacional consuetudinario. El presente documento, y las observaciones que incluye, no crean obligaciones jurídicas. Corresponde a cada Estado respetar las obligaciones dimanantes de los acuerdos internacionales en los que es parte, con sujeción a las reservas, entendimientos y declaraciones que se hayan formulado, y del derecho internacional consuetudinario.

A. Estados contratantes

1. Los Estados contratantes están vinculados por las obligaciones que les incumben en virtud del derecho internacional, aunque contraten a EMSP para llevar a cabo algunas actividades. Si se trata de potencias ocupantes, los Estados contratantes tienen la obligación de tomar todas las medidas que estén en su mano para restablecer y asegurar, en la medida de lo posible, el orden público y la seguridad, es decir que tienen el deber de ejercer funciones de vigilancia para prevenir violaciones del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos.
2. Los Estados contratantes están obligados a no contratar a EMSP para llevar a cabo actividades que el derecho humanitario internacional asigna explícitamente a agentes o autoridades estatales, como ejercer, de conformidad con los Convenios de Ginebra, el poder del oficial responsable de los campamentos de prisioneros de guerra o los centros de internamiento de civiles.
3. Los Estados contratantes están obligados, en la medida en que esté en su poder, a hacer que las EMSP a las que contraten respeten el derecho internacional humanitario; en particular, tienen la obligación de:
 - a) Garantizar que las EMSP a las que contraten y su personal conozcan sus obligaciones y hayan recibido la formación oportuna;
 - b) No alentar la comisión de violaciones del derecho internacional humanitario por el personal de las EMSP, ni colaborar en esas violaciones, y tomar medidas adecuadas para prevenirlas;
 - c) Tomar medidas para detener las violaciones del derecho internacional humanitario cometidas por el personal de las EMSP por medios adecuados, como los reglamentos militares, las ordenanzas administrativas y otras medidas normativas, así como, cuando proceda, por medio de sanciones administrativas, disciplinarias o judiciales.

4. Los Estados contratantes son responsables de cumplir las obligaciones que les incumben en virtud del derecho internacional humanitario mediante, entre otras cosas, la adopción de las medidas legislativas o de otra índole que puedan ser necesarias para ello. Con ese fin, en determinadas circunstancias, tienen la obligación de tomar medidas adecuadas para prevenir los casos de conducta indebida de las EMSP y de su personal, y, si procede, llevar a cabo las investigaciones oportunas y garantizar recursos efectivos contra esa conducta.

5. Los Estados contratantes tienen la obligación de promulgar los instrumentos legislativos necesarios para establecer sanciones penales efectivas aplicables a las personas que hayan cometido, o dado la orden de cometer, infracciones graves de los Convenios de Ginebra y, si procede, de su Protocolo Adicional I. Los Estados tienen la obligación de buscar a las personas que presuntamente hayan cometido, u ordenado cometer, esas infracciones graves y de hacer que comparezcan ante sus propios tribunales, cualquiera que sea su nacionalidad. También podrán, si lo prefieren, y con arreglo a las condiciones previstas en su propia legislación, entregar a esas personas para que sean juzgadas en otro Estado interesado, siempre que ese Estado disponga de indicios de delito suficientes contra esas personas, o en un tribunal penal internacional.

6. Los Estados contratantes tienen asimismo la obligación de investigar y, como lo exige el derecho internacional o de otra forma, según proceda, enjuiciar, extraditar o entregar a las personas sospechosas de haber cometido otros delitos contemplados en el derecho internacional, como la tortura o la toma de rehenes, de conformidad con sus obligaciones en virtud del derecho internacional. Esos juicios deben desarrollarse de conformidad con las normas del derecho internacional relativas al derecho a un juicio imparcial, velando por que las sanciones guarden proporción con la gravedad del delito.

7. Si bien el hecho de establecer relaciones contractuales con las EMSP por sí mismo no entraña la responsabilidad de los Estados contratantes, éstos son responsables de las violaciones del derecho internacional humanitario, las normas de derechos humanos u otras normas del derecho internacional cometidas por las EMSP o su personal cuando esas violaciones sean imputables al Estado contratante de conformidad con el derecho internacional consuetudinario, en particular si las EMSP:

- a) Han sido incorporadas por el Estado a sus fuerzas armadas regulares, de conformidad con su legislación nacional;
- b) Son miembros de fuerzas, unidades o grupos armados organizados bajo un mando que es responsable ante el Estado;
- c) Están habilitadas para ejercer prerrogativas de la autoridad pública si actúan en calidad de tal (es decir, si están autorizadas oficialmente por ley o por alguna otra norma a desempeñar funciones que normalmente están a cargo de los órganos del Estado); o
- d) Actúan de hecho siguiendo instrucciones del Estado (es decir, si el Estado ha dado instrucciones específicas respecto de la conducta del agente privado) o siguiendo sus directrices o bajo su control (es decir, si el Estado ejerce realmente un control efectivo sobre la conducta del agente privado).

8. Los Estados contratantes tienen la obligación de conceder reparaciones por las violaciones del derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos causadas por la conducta ilícita del personal de las EMSP cuando esa conducta sea imputable al Estado contratante en virtud del derecho internacional consuetudinario relativo a la responsabilidad del Estado.

B. Estados territoriales

9. Los Estados territoriales tienen la obligación, en la medida en que esté en su poder, de hacer que las EMSP que operan en su territorio respeten el derecho internacional humanitario; en particular, tienen la obligación de:

a) Dar la mayor difusión posible al texto de los Convenios de Ginebra y de otras normas pertinentes del derecho internacional humanitario entre las EMSP y su personal;

b) No alentar la comisión de violaciones del derecho internacional humanitario por el personal de las EMSP, ni colaborar en esas violaciones, y tomar medidas adecuadas para prevenirlas;

c) Tomar medidas para detener las violaciones del derecho internacional humanitario cometidas por el personal de las EMSP por medios adecuados, como los reglamentos militares, las ordenanzas administrativas y otras medidas normativas, así como, cuando proceda, por medio de sanciones administrativas, disciplinarias o judiciales.

10. Los Estados territoriales son responsables de cumplir las obligaciones que les incumben en virtud del derecho internacional humanitario mediante, entre otras cosas, la adopción de las medidas legislativas o de otra índole que puedan ser necesarias para ello. Con ese fin, en determinadas circunstancias, tienen la obligación de tomar las medidas oportunas para prevenir los casos de conducta indebida de las EMSP y su personal, y, si procede, llevar a cabo las investigaciones oportunas y garantizar recursos efectivos contra esa conducta.

11. Los Estados territoriales tienen la obligación de promulgar los instrumentos legislativos necesarios para establecer sanciones penales efectivas aplicables a las personas que hayan cometido, o dado la orden de cometer, infracciones graves de los Convenios de Ginebra y, si procede, de su Protocolo Adicional I. Los Estados tienen la obligación de buscar a las personas que presuntamente hayan cometido, u ordenado cometer, esas infracciones graves y de hacer que comparezcan ante sus propios tribunales, cualquiera que sea su nacionalidad. También podrán, si lo prefieren, y con arreglo a las condiciones previstas en su propia legislación, entregar a esas personas para que sean juzgadas en otro Estado interesado, siempre que ese Estado disponga de indicios de delito suficientes contra esas personas, o en un tribunal penal internacional.

12. Los Estados contratantes tienen asimismo la obligación de investigar y, como lo exige el derecho internacional, o de otra forma, según proceda, enjuiciar, extraditar o entregar a las personas sospechosas de haber cometido otros delitos contemplados en el derecho internacional, como la tortura o la toma de rehenes, de conformidad con sus obligaciones en virtud del derecho internacional. Esos juicios deben desarrollarse de conformidad con las normas del derecho internacional

relativas al derecho a un juicio imparcial, velando por que las sanciones guarden proporción con la gravedad del delito.

13. En situaciones de ocupación, las obligaciones de los Estados territoriales se circunscriben a las zonas en las que están en condiciones de ejercer un control efectivo.

C. Estados de origen

14. Los Estados de origen tienen la obligación de, en la medida en que esté en su poder, hacer que las EMSP que ostenten su nacionalidad respeten el derecho internacional humanitario; están obligados, en particular, a:

a) Dar la mayor difusión posible al texto de los Convenios de Ginebra y de otras normas pertinentes del derecho internacional humanitario entre las EMSP y su personal;

b) No alentar la comisión de violaciones del derecho internacional humanitario por el personal de las EMSP, ni colaborar en esas violaciones, y tomar medidas adecuadas para prevenirlas;

c) Tomar medidas para detener las violaciones del derecho internacional humanitario cometidas por el personal de las EMSP por medios adecuados, como los reglamentos militares, las ordenanzas administrativas y otras medidas normativas, así como, cuando proceda, por medio de sanciones administrativas, disciplinarias o judiciales.

15. Los Estados de origen son responsables de cumplir las obligaciones que les incumben en virtud del derecho internacional humanitario mediante, entre otras cosas, la adopción de las medidas legislativas o de otra índole que puedan ser necesarias para ello. Con ese fin, en determinadas circunstancias, tienen la obligación de tomar las medidas oportunas para prevenir los casos de conducta indebida de las EMSP y su personal, y, si procede, llevar a cabo las investigaciones oportunas y garantizar recursos efectivos contra esa conducta.

16. Los Estados de origen tienen la obligación de promulgar los instrumentos legislativos necesarios para establecer sanciones penales efectivas aplicables a las personas que hayan cometido, o dado la orden de cometer, infracciones graves de los Convenios de Ginebra y, si procede, de su Protocolo Adicional I. Los Estados tienen la obligación de buscar a las personas que presuntamente hayan cometido, u ordenado cometer, esas infracciones graves y de hacer que comparezcan ante sus propios tribunales, cualquiera que sea su nacionalidad. También podrán, si lo prefieren, y con arreglo a las condiciones previstas en su propia legislación, entregar a esas personas para que sean juzgadas en otro Estado interesado, siempre que ese Estado disponga de indicios de delito suficientes contra esas personas, o en un tribunal penal internacional.

17. Los Estados de origen también tienen la obligación de investigar y, como lo exige el derecho internacional, o de otra forma, según proceda, enjuiciar, extraditar o entregar a las personas sospechosas de haber cometido otros delitos contemplados en el derecho internacional, como la tortura o la toma de rehenes, de conformidad con sus obligaciones en virtud del derecho internacional. Esos juicios deben desarrollarse de conformidad con las normas del derecho internacional relativas al

derecho a un juicio imparcial, velando por que las sanciones guarden proporción con la gravedad del delito.

D. Todos los demás Estados

18. Todos los demás Estados tienen la obligación de, en la medida en que esté en su poder, hacer respetar el derecho internacional humanitario. Están obligados a abstenerse de alentar la comisión de violaciones del derecho internacional humanitario por cualquiera de las partes en un conflicto armado.

19. Todos los demás Estados son responsables de cumplir las obligaciones que les incumben en virtud del derecho internacional humanitario mediante, entre otras cosas, la adopción de las medidas legislativas o de otra índole que puedan ser necesarias para ello.

20. Todos los demás Estados tienen la obligación de promulgar los instrumentos legislativos necesarios para establecer sanciones penales efectivas aplicables a las personas que hayan cometido, o dado la orden de cometer, infracciones graves de los Convenios de Ginebra y, si procede, de su Protocolo Adicional I. Los Estados tienen la obligación de buscar a las personas que presuntamente hayan cometido, u ordenado cometer, esas infracciones graves y de hacer que comparezcan ante sus propios tribunales, cualquiera que sea su nacionalidad. También podrán, si lo prefieren, y con arreglo a las condiciones previstas en su propia legislación, entregar a esas personas para que sean juzgadas en otro Estado interesado, siempre que ese Estado disponga de indicios de delito suficientes contra esas personas, o en un tribunal penal internacional.

21. Todos los demás Estados también tienen la obligación de investigar y, como lo exige el derecho internacional, o de otra forma, según proceda, enjuiciar, extraditar o entregar a las personas sospechosas de haber cometido otros delitos contemplados en el derecho internacional, como la tortura o la toma de rehenes, de conformidad con sus obligaciones en virtud del derecho internacional. Esos juicios deben desarrollarse de conformidad con las normas del derecho internacional relativas al derecho a un juicio imparcial, velando por que las sanciones guarden proporción con la gravedad del delito.

E. Las EMSP y su personal

22. Las EMSP tienen la obligación de respetar el derecho internacional humanitario o las normas de derechos humanos que les impone el derecho nacional aplicable, así como de respetar las demás disposiciones aplicables del derecho nacional, como el derecho penal, el derecho fiscal, el derecho relativo a la inmigración, el derecho laboral y las normas específicas sobre los servicios militares o de seguridad privados.

23. Los miembros del personal de las EMSP tienen la obligación de respetar el derecho nacional pertinente, en particular el derecho penal, del Estado en el que operen y, en la medida en que sea aplicable, el derecho de los Estados de los que sean nacionales.

24. El estatuto de los miembros del personal de las EMSP está determinado por el derecho internacional humanitario, en función de cada caso, en particular con

arreglo a la naturaleza y las circunstancias de las funciones que tengan que desempeñar.

25. Si, con arreglo al derecho internacional humanitario, se trata de civiles, los miembros del personal de las EMSP no pueden ser objeto de ataques, salvo en caso de que participen directamente en las hostilidades y mientras dure dicha participación.

26. Los miembros del personal de las EMSP:

a) Tienen la obligación, independientemente de su estatuto, de respetar el derecho internacional humanitario aplicable;

b) Están protegidos como civiles con arreglo al derecho internacional humanitario, a menos que se hayan incorporado a las fuerzas armadas regulares de un Estado o que sean miembros de fuerzas, unidades o grupos armados organizados bajo un mando que sea responsable ante el Estado; o que pierdan por alguna otra razón su protección, en la medida que determine el derecho internacional humanitario;

c) Tienen derecho al estatuto de prisioneros de guerra en los conflictos armados internacionales en caso de que se trate de personas que acompañan a las fuerzas armadas satisfaciendo las condiciones previstas en el párrafo 4) del artículo 4A del Tercer Convenio de Ginebra;

d) Deben respetar, en la medida en que ejerzan prerrogativas de la autoridad pública, las obligaciones del Estado en virtud de las normas internacionales de derechos humanos;

e) Pueden ser enjuiciados si cometen actos tipificados como delitos por el derecho nacional aplicable o el derecho internacional.

F. Responsabilidad del superior jerárquico

27. Los superiores jerárquicos del personal de las EMSP, como:

a) Los funcionarios públicos, tanto si son mandos militares como superiores civiles, o

b) Los directores y los administradores de las EMSP,

podrán ser considerados responsables de los delitos contra el derecho internacional cometidos por los miembros del personal de las EMSP que estén bajo su autoridad y control efectivos cuando no hayan ejercido sobre ellos el control necesario, de conformidad con las normas del derecho internacional. La responsabilidad del superior jerárquico no dimana exclusivamente de un contrato.

Segunda parte Buenas prácticas relativas a las empresas militares y de seguridad privadas

Introducción

Esta parte contiene una descripción de buenas prácticas destinadas a orientar y ayudar a los Estados a hacer respetar el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos y promover una conducta responsable en sus relaciones con las EMSP que operen en zonas de conflicto armado. Esas buenas prácticas pueden también contener indicaciones útiles para los Estados en sus relaciones con EMSP que operen fuera de las zonas en las que se desarrollan conflictos armados.

Las buenas prácticas no son jurídicamente vinculantes ni pretenden ser exhaustivas. Queda entendido que un Estado puede no estar en condiciones de aplicar todas las buenas prácticas, y que ningún Estado —ya sea el Estado contratante, el Estado territorial o el Estado de origen— está obligado legalmente a aplicar una u otra buena práctica. Se invita a los Estados a tener en cuenta estas buenas prácticas al definir sus relaciones con las EMSP, al tiempo que se reconoce que una buena práctica determinada puede no convenir en todas las circunstancias y que se insiste en el hecho de que no debe entenderse que esta segunda parte implica que los Estados deban necesariamente seguir la totalidad de esas prácticas en su conjunto.

La finalidad de las buenas prácticas es, entre otras cosas, ayudar a los Estados a cumplir las obligaciones que les incumben en virtud del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos. Sin embargo, al estudiar la posibilidad de reglamentar esta cuestión, es posible que los Estados tengan también que tener en cuenta sus obligaciones en virtud de otras ramas del derecho internacional, incluidas sus obligaciones como miembros de organizaciones internacionales como las Naciones Unidas, y sus obligaciones en virtud del derecho internacional relativo al comercio y a la contratación pública. Asimismo, es posible que tengan que tener en cuenta los acuerdos bilaterales entre Estados contratantes y Estados territoriales. Por otra parte, se alienta a los Estados a aplicar cabalmente las disposiciones pertinentes de los instrumentos internacionales en los que son partes, incluidas las convenciones relativas a la corrupción, la delincuencia organizada y las armas de fuego. Además, al aplicarlas, las buenas prácticas tendrán que adaptarse a la situación específica y al sistema jurídico y la capacidad del Estado.

A. Buenas prácticas para los Estados contratantes

Los Estados que estén estudiando la posibilidad de contratar a EMSP deberían comprobar que su legislación y sus prácticas en materia de contratación pública son adecuadas para contratar a ese tipo de empresas. Ello es especialmente importante cuando los Estados contratantes utilizan los servicios de una EMSP en Estados cuya capacidad en materia normativa y de aplicación de la ley es deficiente.

En muchos casos, las buenas prácticas propuestas para los Estados contratantes pueden también servir para otros clientes de las EMSP, como las organizaciones internacionales, las organizaciones no gubernamentales y las empresas.

siguientes:

I. Determinación de los servicios

1. Determinar los servicios que pueden o no contratarse con EMSP; al determinar qué servicios no pueden contratarse con esas empresas, los Estados contratantes deberán tener en cuenta factores como el riesgo de que un determinado servicio pueda implicar la participación directa del personal de las EMSP en las hostilidades.

II. Procedimientos para la selección y la contratación de las EMSP

2. Evaluar la capacidad de la EMSP de desarrollar sus actividades ateniéndose al derecho nacional aplicable, al derecho internacional humanitario y a las normas de derechos humanos, teniendo en cuenta el riesgo inherente que entrañan los servicios que se han de prestar, por ejemplo:

a) Obteniendo información sobre los principales servicios que la EMSP haya prestado en el pasado;

b) Pidiendo referencias a los clientes a los que la EMSP haya prestado servicios análogos a los que desea el Estado contratante;

c) Recogiendo información sobre la estructura de propiedad de la EMSP y comprobando el historial de la empresa y de su personal directivo, teniendo en cuenta las relaciones con subcontratistas y empresas filiales o colaboradoras.

3. Proporcionar recursos suficientes y aprovechar los conocimientos especializados pertinentes para seleccionar y contratar a EMSP.

4. Asegurar la transparencia y la supervisión en la selección y contratación de EMSP. Entre los mecanismos pertinentes pueden figurar los siguientes:

a) La publicación de los reglamentos, prácticas y procedimientos relativos a la contratación de EMSP;

b) La publicación de información general sobre contratos específicos, en caso de necesidad redactada de manera que satisfaga las exigencias en materia de seguridad nacional, respeto de la vida privada y confidencialidad comercial;

c) La publicación de una síntesis de los informes sobre incidentes o denuncias, así como de las sanciones aplicadas cuando se haya demostrado la existencia de conducta indebida, en caso de necesidad redactada de manera que satisfaga las exigencias en materia de seguridad nacional, respeto de la vida privada y confidencialidad comercial;

d) La vigilancia por parte de los órganos parlamentarios, mediante, por ejemplo, la presentación de informes anuales o la notificación de determinados contratos a dichos órganos.

III. Criterios para la selección de las EMSP

5. Adoptar criterios que incluyan indicadores de calidad pertinentes para asegurar el respeto del derecho nacional aplicable, del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos, con arreglo a lo dispuesto en las buenas prácticas 6 a 13. Los Estados contratantes deberían estudiar la posibilidad de

asegurarse de que el precio más bajo no sea el único criterio para seleccionar a las EMSP.

6. Tener en cuenta, dentro de los límites de los medios disponibles, la conducta pasada de la EMSP y de su personal, y asegurarse, en particular, de que:

a) No existan pruebas fidedignas de que la EMSP esté involucrada en delitos graves (como delincuencia organizada, delitos violentos, agresiones sexuales, violaciones del derecho internacional humanitario, soborno y corrupción) y, en caso de que en el pasado la EMSP o miembros de su personal hayan actuado ilícitamente, cerciorarse de que la empresa en cuestión haya tomado medidas adecuadas para poner remedio a esa actuación, colaborando eficazmente con las autoridades, tomando medidas disciplinarias contra los involucrados y, si procedía, en función de las irregularidades constatadas, concediendo una reparación adecuada a las personas perjudicadas por esa conducta;

b) La EMSP haya llevado a cabo, dentro de los límites del derecho aplicable, investigaciones en profundidad para comprobar fehacientemente que los miembros de su personal, en particular los que, por su función, tienen que portar armas, no han estado implicados en delitos graves ni han sido expulsados de las fuerzas armadas ni de las fuerzas de seguridad por conducta deshonrosa;

c) La EMSP no haya sido excluida anteriormente de un contrato por conducta indebida de la empresa o de su personal.

7. Tener en cuenta la capacidad financiera y económica de la EMSP, especialmente por lo que respecta al pago de las indemnizaciones que pueda tener que abonar.

8. Tener en cuenta si la EMSP y su personal tienen o están en proceso de obtener los certificados de inscripción en el registro, las licencias o los permisos requeridos.

9. Tener en cuenta si la EMSP mantiene un registro exacto y actualizado de los miembros de su personal y de sus bienes, en particular por lo que respecta a las armas y municiones, que pueda ser inspeccionado por el Estado contratante y otras autoridades competentes si así lo solicitan.

10. Tener en cuenta si los miembros del personal de la EMSP han recibido suficiente formación, tanto antes de los despliegues como con carácter permanente, como para que respeten el derecho nacional aplicable, el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos; y establecer objetivos para facilitar la uniformidad y la normalización de los requisitos en materia de formación. Dicha formación puede incluir temas generales y temas específicos relacionados con las tareas y los contextos concretos, a fin de preparar al personal para poder actuar en el marco de un contrato determinado y en un entorno específico, como por ejemplo:

- a) Las normas relativas al uso de la fuerza y de las armas de fuego;
- b) El derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos;
- c) Las cuestiones relativas a la religión, el género, la cultura y el respeto debido a la población local;
- d) La gestión de las denuncias presentadas por la población civil, en particular, su transmisión a las autoridades competentes;
- e) Las medidas contra el soborno, la corrupción y otros delitos.

Los Estados contratantes estudiarán la posibilidad de evaluar permanentemente el nivel de formación, por ejemplo, exigiendo que las EMSP presenten informes periódicos.

11. Tener en cuenta si la EMSP:

- a) Adquiere su equipo, en particular sus armas, por medios lícitos;
- b) Utiliza equipo, en particular armas, que no está prohibido por el derecho internacional;
- c) Ha cumplido las disposiciones contractuales relativas a la devolución y/o la eliminación de armas y municiones.

12. Tener en cuenta la organización y los reglamentos internos de la EMSP, en particular:

a) La existencia y la aplicación de políticas en materia de derecho internacional humanitario y normas de derechos humanos, especialmente por lo que respecta al uso de la fuerza y las armas de fuego, así como políticas en materia de lucha contra el soborno, la corrupción y otros delitos;

b) La existencia de mecanismos de supervisión y vigilancia y de mecanismos internos de rendición de cuentas, como:

- i) Procedimientos de investigación interna y medidas disciplinarias en caso de denuncia de irregularidades cometidas por el personal de la EMSP;
- ii) Mecanismos que permitan a las personas afectadas por la conducta del personal de la empresa presentar una denuncia, en particular, mecanismos relativos a las denuncias presentadas por terceras partes y disposiciones para la protección de los denunciantes;
- iii) Informes periódicos sobre las actividades, informes puntuales sobre los incidentes e informes redactados a petición del Estado contratante y, en determinadas circunstancias, a petición de otras autoridades competentes;
- iv) Obligación del personal de la EMSP y de su personal subcontratado de denunciar todos los casos de conducta indebida a la dirección de la empresa o a las autoridades competentes.

13. Tener en cuenta el respeto de la EMSP por el bienestar de su personal, tal y como está protegido por el derecho laboral y por el resto de la legislación nacional aplicable. Los factores pertinentes pueden incluir:

- a) Remitir a los miembros del personal un ejemplar de todos los contratos en los que sean partes en una lengua que comprendan;
- b) Asegurar a los miembros del personal un salario adecuado y una remuneración que guarde proporción con sus responsabilidades y sus condiciones de trabajo;
- c) Adoptar políticas operacionales en materia de salud y seguridad;
- d) Asegurar a los miembros del personal el libre acceso a sus documentos de viaje;
- e) Impedir toda discriminación ilícita en el empleo.

IV. Condiciones de los contratos con las EMSP

14. Incluir cláusulas contractuales y requisitos de desempeño que aseguren el respeto por la EMSP contratada del derecho nacional aplicable, del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos. Esas cláusulas, que deberán reflejar y poner en práctica los indicadores de calidad mencionados anteriormente como criterios de selección, pueden incluir:

- a) La conducta en pasada (buena práctica 6);
- b) La capacidad financiera y económica (buena práctica 7);
- c) La posesión de los certificados de inscripción en el registro, las licencias o los permisos necesarios (buena práctica 8);
- d) Los registros de los miembros del personal y de los bienes (buena práctica 9);
- e) La formación (buena práctica 10);
- f) La adquisición y la utilización lícitas del equipo, en particular de las armas (buena práctica 11);
- g) La organización, los reglamentos y los mecanismos internos de rendición de cuentas (buena práctica 12);
- h) El bienestar del personal (buena práctica 13);

Las cláusulas contractuales pueden también prever la posibilidad de que el Estado contratante rescinda el contrato por incumplimiento de las cláusulas contractuales. Asimismo, pueden especificar las armas requeridas para cumplir el contrato, precisar, por una parte, que las EMSP deberán obtener del Estado territorial los visados u otros permisos necesarios y, por otra, que se deberán conceder indemnizaciones adecuadas a las personas perjudicadas por la conducta indebida de las EMSP y de los miembros de su personal.

15. Exigir por contrato que la conducta de toda EMSP subcontratada sea conforme al derecho nacional aplicable, al derecho internacional humanitario y a las normas de derechos humanos, en particular:

- a) Estableciendo criterios y cualificaciones para la selección y el empleo continuado de las EMSP subcontratadas y de los miembros de su personal;
- b) Exigiendo que la EMSP demuestre que los subcontratistas cumplen los mismos requisitos que la empresa contratada inicialmente por el Estado contratante;
- c) Asegurando que, si procede y con arreglo al derecho aplicable, se podrán exigir responsabilidades a la EMSP por la conducta de sus subcontratistas.

16. Exigir, si lo permiten los requisitos en materia de protección de las fuerzas y seguridad de la misión, que los miembros del personal de la EMSP puedan ser identificados durante el desempeño de las actividades enmarcadas de sus responsabilidades contractuales. La identificación debería:

- a) Ser visible desde lejos, siempre que la misión y el contexto lo permitan, o consistir en una tarjeta de identificación intransferible que se presente cuando así se solicite;

b) Permitir distinguir claramente a los miembros del personal de la EMSP de las autoridades públicas del Estado en el que opere la empresa.

Las mismas reglas se aplicarán a todos los medios de transporte utilizados por las EMSP.

17. Considerar la fijación del precio y la duración de un contrato determinado como una forma de promover el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos. Los mecanismos pertinentes podrán incluir:

- a) Valores o garantías del desempeño contractual;
- b) Primas e incentivos o sanciones financieras;
- c) Oportunidades para participar otras licitaciones de contratos.

18. Exigir, en consulta con el Estado territorial, el respeto por las EMSP y por su personal de los reglamentos y las normas de conducta pertinentes, incluidas las normas relativas al uso de la fuerza y de las armas de fuego, principalmente:

- a) Hacer uso de la fuerza y las armas de fuego exclusivamente cuando ello sea necesario para la propia defensa o la defensa de terceros;
- b) En caso de uso de la fuerza y las armas de fuego, informar de inmediato a las autoridades competentes y colaborar con ellas, incluido con el agente contratante que corresponda.

V. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas

19. Prever en su ordenamiento jurídico la competencia jurisdiccional en materia penal para los delitos contra el derecho internacional o el derecho nacional cometidos por las EMSP y por su personal y, además, estudiar la posibilidad de establecer:

- a) La responsabilidad penal de la empresa por los delitos cometidos por la EMSP, de conformidad con el ordenamiento jurídico nacional del Estado contratante;
- b) Su competencia jurisdiccional en materia penal por los delitos graves cometidos por miembros del personal de la EMSP en el extranjero.

20. Prever mecanismos de rendición de cuentas de carácter no penal para casos de conducta impropia o ilícita de las EMSP y de los miembros de su personal, principalmente:

- a) Sanciones contractuales que guarden proporción con la conducta, como:
 - i) La rescisión inmediata o gradual del contrato;
 - ii) Sanciones financieras;
 - iii) La exclusión de la candidatura de la licitación de contratos ulteriores, eventualmente por un período de tiempo determinado;
 - iv) Para los autores individuales de irregularidades, la exclusión de la ejecución de las tareas previstas en el contrato;
- b) La remisión del asunto a las autoridades de investigación competentes;
- c) Si procede, el establecimiento de la responsabilidad civil.

21. Prever, además de las medidas incluidas en las buenas prácticas 19 y 20, mecanismos administrativos y otros mecanismos de control adecuados para asegurar que el contrato se ejecuta adecuadamente y, en caso de conducta impropia o ilícita, se exigen responsabilidades a la EMSP contratada y a su personal; en particular:

- a) Asegurar que esos mecanismos disponen de los recursos necesarios, así como de un sistema de auditoría y una capacidad de investigación independientes;
- b) Dotar al personal gubernamental del Estado contratante sobre el terreno de la capacidad y la autoridad necesarias para supervisar el debido cumplimiento del contrato por la EMSP y sus subcontratistas;
- c) Formar al personal gubernamental en cuestión, como el personal militar, en previsión de su posible interacción con el personal de las EMSP;
- d) Reunir información sobre las EMSP y el personal contratados y desplegados, así como sobre posibles violaciones y sobre las investigaciones relativas a las denuncias de conducta impropia o ilícita;
- e) Establecer mecanismos de control que permitan rechazar o excluir a determinados miembros del personal de las EMSP a lo largo del contrato;
- f) Invitar a las EMSP, los Estados territoriales, los Estados de origen, las asociaciones profesionales, la sociedad civil y otros agentes interesados a promover el intercambio de información y a desarrollar mecanismos para tal fin.

22. Al negociar con los Estados territoriales acuerdos que contengan normas que repercutan en el estatuto jurídico de las EMSP y de su personal y en la jurisdicción de la que dependen:

- a) Examinar los efectos de los acuerdos sobre el cumplimiento de las leyes y los reglamentos nacionales;
- b) Abordar la cuestión de la competencia jurisdiccional y de las inmunidades a fin de asegurar una cobertura adecuada y unos recursos apropiados a nivel civil, penal y administrativo para los casos de conducta indebida, a fin de que se puedan exigir responsabilidades a las EMSP y a los miembros de su personal.

23. Si procede, colaborar con las autoridades de los Estados territoriales y los Estados de origen encargadas de las investigaciones o de la reglamentación en asuntos de interés común relacionados con las EMSP.

B. Buenas prácticas para los Estados territoriales

Las buenas prácticas que se enumeran a continuación tienen por objeto orientar a los Estados territoriales en la gestión de los servicios militares y de seguridad que prestan en su territorio las EMSP y su personal. Los Estados territoriales deberían evaluar si su marco jurídico nacional les permite garantizar que la conducta de las EMSP y de su personal se atiene al derecho nacional aplicable, al derecho internacional humanitario y a las normas de derechos humanos, o si es preciso aprobar nuevas disposiciones para regular las actividades de esas empresas.

Habida cuenta de las especiales dificultades con las que se enfrentan los Estados territoriales durante los conflictos armados, pueden aceptar la información

que les facilite el Estado contratante por lo que respecta a la capacidad que una EMSP de desarrollar sus actividades de conformidad con el derecho internacional humanitario, las normas de derechos humanos y las buenas prácticas pertinentes.

En ese sentido, las buenas prácticas propuestas para los Estados territoriales comprenden las siguientes:

I. Determinación de los servicios

24. Determinar los servicios que pueden o no ser prestados en su territorio por EMSP o su personal; al determinar qué servicios no pueden ser prestados en su territorio por esas empresas, los Estados territoriales deberán tener en cuenta factores como el riesgo de que un determinado servicio pueda implicar la participación directa del personal de las EMSP en las hostilidades.

II. Autorización de prestar servicios militares de seguridad

25. Exigir que las EMSP obtengan la autorización de prestar servicios militares y de seguridad en su territorio (en adelante "autorización"), y, en particular, exigir que:

a) Las EMSP obtengan una licencia de funcionamiento válida para un período determinado y renovable ("licencia de funcionamiento de la empresa"), o para servicios específicos, teniendo en cuenta el respeto de los criterios de calidad expuestos en las buenas prácticas 31 a 38; y/o que,

b) Para poder prestar servicios militares o de seguridad por cuenta de una EMSP, las personas estén inscritas en un registro u obtengan una licencia.

III. Procedimiento relativo a las autorizaciones

26. Designar a una autoridad central competente que se encargue de conceder las autorizaciones.

27. Asignar recursos suficientes y a personal cualificado para tramitar debidamente y dentro de los plazos previstos las autorizaciones.

28. Evaluar, en el momento de tomar una decisión sobre la concesión de una autorización, la capacidad de la EMSP de desarrollar sus actividades de conformidad con el derecho nacional aplicable, el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos, teniendo en cuenta el riesgo inherente que entrañen los servicios que se han de prestar, por ejemplo:

a) Obteniendo información sobre los principales servicios que la EMSP haya prestado en el pasado;

b) Pidiendo referencias a los clientes a los que la EMSP haya prestado servicios análogos o a los clientes en el Estado territorial;

c) Recogiendo información sobre la estructura de propiedad de la EMSP y comprobando el historial de la EMSP y de su personal directivo, teniendo en cuenta las relaciones con subcontratistas y empresas filiales o colaboradoras, u obteniendo de los Estados contratantes información sobre esas cuestiones.

29. Asegurar la transparencia con respecto a las autorizaciones. Los mecanismos pertinentes pueden incluir:

- a) La publicación de los reglamentos, prácticas y procedimientos relativos a la concesión de autorizaciones;
- b) La publicación de información general sobre las autorizaciones concedidas, en particular la identidad de las EMSP autorizadas y el número de miembros de su personal, en caso de necesidad redactada de manera que satisfaga las exigencias en materia de seguridad nacional, respeto de la vida privada y confidencialidad comercial;
- c) La publicación de una síntesis de los informes sobre incidentes o denuncias, así como de las sanciones aplicadas cuando se haya demostrado la existencia de conducta indebida, en caso de necesidad redactada de manera que satisfaga las exigencias en materia de seguridad nacional, respeto de la vida privada y confidencialidad comercial;
- d) La vigilancia por parte de los órganos parlamentarios, mediante, entre otras cosas, la presentación de informes anuales o la notificación de determinados contratos a dichos órganos;
- e) La publicación y la aplicación de baremos de tasas justos y no discriminatorios para la concesión de las autorizaciones.

IV. Criterios para la concesión de autorizaciones

30. Velar por que las EMSP cumplan determinados criterios de calidad pertinentes para asegurar el respeto del derecho nacional aplicable, el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos, incluidos los que se indican a continuación.
31. Exigir que la conducta de las EMSP y de sus subcontratistas se atenga al derecho nacional aplicable, al derecho internacional humanitario y a los derechos humanos, asegurándose, en particular, de que:
- a) La EMSP notifique toda subcontratación de servicios militares y de seguridad a la autoridad que otorga las autorizaciones;
 - b) La EMSP esté en condiciones de demostrar que sus subcontratistas cumplen requisitos equivalentes a los de la empresa que ha recibido inicialmente la autorización del Estado territorial;
 - c) La empresa subcontratista esté en posesión de una autorización;
 - d) La EMSP que haya obtenido inicialmente la autorización sea responsable, si procede y con arreglo al derecho aplicable, de la conducta de sus subcontratistas.
32. Tener en cuenta, dentro de los límites de los medios disponibles, la conducta pasada de la EMSP y de su personal y asegurarse, en particular, de que:
- a) No existan pruebas fidedignas de que la EMSP esté involucrada en delitos graves (como delincuencia organizada, delitos violentos, agresiones sexuales, violaciones del derecho internacional humanitario, soborno y corrupción) y, en caso de que en el pasado de la EMSP o miembros de su personal hayan actuado ilícitamente, cerciorarse de que la empresa en cuestión haya tomado medidas adecuadas para poner el remedio a esa actuación, colaborando eficazmente con las autoridades, tomando medidas disciplinarias contra los involucrados y, si procedía,

en función de las irregularidades constatadas, concediendo una reparación adecuada a las personas perjudicadas por esa conducta;

b) La EMSP haya llevado a cabo, dentro de los límites del derecho aplicable, investigaciones en profundidad para comprobar fehacientemente que los miembros de su personal, en particular los que, por su función, tienen que portar armas, no han estado implicados en delitos graves ni han sido expulsados de las fuerzas armadas ni de las fuerzas de seguridad por conducta deshonrosa;

c) La EMSP no haya sido excluida anteriormente de un contrato por conducta indebida de la empresa o de su personal.

33. Tener en cuenta la capacidad financiera y económica de la EMSP, especialmente por lo que respecta al pago de las indemnizaciones que pueda tener que abonar.

34. Tener en cuenta si la EMSP mantiene un registro exacto y actualizado de los miembros de su personal y de sus bienes, en particular por lo que respecta a las armas y municiones, que pueda ser inspeccionado por el Estado territorial y otras autoridades si así lo solicitan.

35. Tener en cuenta si los miembros del personal de la EMSP han recibido suficiente formación, tanto antes de los despliegues como con carácter permanente, como para que respeten el derecho nacional aplicable, el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos; y establecer objetivos para facilitar la uniformidad y la normalización de los requisitos en materia de formación. Dicha formación puede incluir temas generales y temas específicos relacionados con las tareas y los contextos concretos, a fin de preparar al personal para poder actuar en el marco de un contrato determinado y en un entorno específico, como por ejemplo:

- a) Las normas relativas al uso de la fuerza y de las armas de fuego;
- b) El derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos;
- c) Las cuestiones relativas a la religión, el género, la cultura y el respeto debido a la población local;
- d) La gestión de las denuncias;
- e) Las medidas contra el soborno, la corrupción y otros delitos.

Los Estados territoriales estudiarán la posibilidad de evaluar permanentemente el nivel de formación, por ejemplo, exigiendo que las EMSP presenten informes periódicos.

36. No conceder autorizaciones a EMSP que hayan adquirido sus armas ilícitamente o que utilicen armas prohibidas por el derecho internacional.

37. Tener en cuenta la organización y los reglamentos internos de la EMSP, en particular:

a) La existencia y la aplicación de políticas en materia de derecho internacional humanitario y normas de derechos humanos, especialmente por lo que respecta al uso de la fuerza y las armas de fuego, así como políticas en materia de lucha contra el soborno, la corrupción y otros delitos;

b) La existencia de mecanismos de supervisión y vigilancia y de mecanismos internos de rendición de cuentas, como:

- i) Procedimientos de investigación interna y medidas disciplinarias en caso de denuncia de irregularidades cometidas por el personal de la EMSP;
- ii) Mecanismos que permitan a las personas afectadas por la conducta de los miembros del personal de la empresa presentar una denuncia, en particular mecanismos relativos a las denuncias presentadas por terceras partes y disposiciones para la protección de los denunciantes;
- iii) Informes periódicos sobre las actividades y/o informes puntuales sobre los incidentes;
- iv) Obligación del personal de la EMSP y de su personal subcontratado de denunciar todos los casos de conducta indebida a la dirección de la empresa o a las autoridades competentes.

38. Tener en cuenta el respeto de la EMSP por el bienestar de su personal.

39. Tener en cuenta, al tomar una decisión sobre la concesión de una autorización o la inscripción de una persona en el registro, las buenas prácticas 32 (conducta pasada) y 35 (formación).

V. Condiciones de la autorización

40. Incluir cláusulas que aseguren que la conducta de la EMSP y de su personal esté siempre en conformidad con el derecho al aplicable, el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos. La autorización incluirá, cuando proceda, cláusulas que requieran que las EMSP y su personal cumplan los criterios de calidad mencionados anteriormente como criterios para la concesión de licencias de funcionamiento generales y/o específicas y relativos a:

- a) La conducta pasada (buena práctica 32);
- b) La capacidad financiera y económica (buena práctica 33);
- c) Los registros de los miembros del personal y de los bienes (buena práctica 34);
- d) La formación (buena práctica 35);
- e) Las adquisiciones lícitas (buena práctica 36);
- f) La organización, los reglamentos y los mecanismos internos de rendición de cuentas (buena práctica 37);
- g) El bienestar del personal (buena práctica 38).

41. Exigir que la EMSP deposite una garantía, que sería confiscada en caso de conducta indebida o de incumplimiento de las condiciones de la autorización, velando por que la EMSP tenga una oportunidad justa de refutar las acusaciones y de ocuparse de los problemas.

42. Determinar, en el momento de conceder una licencia de funcionamiento específica, el número máximo de miembros del personal de la EMSP y el equipo que se consideren necesarios para prestar los servicios.

VI. Normas relativas a la prestación de servicios por las EMSP y por su personal

43. Establecer normas pertinentes sobre el uso de la fuerza y las armas de fuego por las EMSP y los miembros de su personal, como:

- a) Hacer uso de la fuerza y las armas de fuego exclusivamente cuando ello sea necesario para la propia defensa o la defensa de terceros;
- b) En caso de uso de la fuerza y de armas de fuego, informar de inmediato a las autoridades competentes y colaborar con ellas.

44. Establecer normas pertinentes sobre la tenencia de armas por las EMSP y los miembros de su personal, en particular:

- a) Limitar los tipos y la cantidad de armas y municiones que las EMSP pueden importar, poseer o adquirir;
- b) Exigir el registro de las armas, incluidos su número de serie y su calibre, y de las municiones ante la autoridad competente;
- c) Exigir que los miembros del personal de las EMSP obtengan un permiso para portar armas que puedan presentar cuando se les solicite;
- d) Limitar el número de empleados a los que se permite portar armas en una zona o un contexto específicos;
- e) Exigir que las armas y las municiones se almacenen en lugar seguro y vigilado cuando los miembros del personal no estén de servicio;
- f) Exigir que los miembros del personal de las EMSP sólo porten las armas autorizadas cuando estén de servicio;
- g) Controlar la tenencia y utilización de armas y municiones una vez concluida una operación, mediante su devolución a su lugar de origen o su eliminación con arreglo a las normas pertinentes.

45. Exigir, si lo permiten los requisitos en materia de protección de las fuerzas y seguridad de la misión, que los miembros del personal de la EMSP puedan ser identificados durante el desempeño de las actividades enmarcadas en sus responsabilidades contractuales. La identificación debería:

- a) Ser visible desde lejos, siempre que la misión y contexto lo permitan, o consistir en una tarjeta de identificación intransferible que se presente cuando así se solicite;
- b) Permitir distinguir claramente a los miembros del personal de la EMSP de las autoridades públicas del Estado en el que opere la empresa.

Las mismas reglas se aplicarán a todos los medios de transporte utilizados por las EMSP.

VII. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas

46. Supervisar el respeto de las condiciones de la autorización y, en particular:

- a) Establecer o designar una autoridad de vigilancia que disponga de recursos adecuados;

- b) Velar por que la población civil esté informada de las normas de conducta a las que están sujetas las EMSP, así como de los mecanismos de denuncia a su disposición;
- c) Pedir a las autoridades locales que denuncien los casos de conducta indebida de las EMSP y de su personal;
- d) Investigar los informes en los que se denuncien irregularidades.
47. Dar a las EMSP una oportunidad justa de refutar las acusaciones de que han actuado sin autorización o contraviniendo la autorización recibida.
48. Tomar medidas administrativas si se demuestra que la EMSP ha actuado sin autorización o contraviniendo la autorización recibida. Esas medidas podrán incluir:
- a) La revocación o la suspensión de la autorización o la amenaza con una u otra de esas opciones en caso de que no se tomen medidas de reparación dentro de los plazos establecidos;
- b) La exclusión de determinados miembros del personal de la EMSP so pena de revocación o suspensión de la autorización;
- c) La prohibición definitiva o temporal de solicitar nuevamente una autorización;
- d) La confiscación de garantías o valores;
- e) La imposición de sanciones financieras.
49. Prever en su ordenamiento jurídico la competencia jurisdiccional en materia penal para los delitos contra el derecho internacional o el derecho nacional cometidos por las EMSP y por su personal y, además, estudiar la posibilidad de establecer la responsabilidad penal de la empresa por los delitos cometidos por la EMSP, de conformidad con el ordenamiento jurídico del Estado territorial.
50. Prever mecanismos de rendición de cuentas de carácter no penal por conducta impropia o ilícita de las EMSP y de los miembros de su personal, en particular:
- a) Establecer la responsabilidad civil;
- b) De no ser así, exigir que las EMSP, o sus clientes, concedan una reparación a las personas perjudicadas por la conducta indebida de las empresas y de su personal.
51. Al negociar con los Estados contratantes acuerdos que contengan normas que repercutan en el estatuto jurídico de la EMSP y de su personal y en la jurisdicción de la que dependen:
- a) Examinar los efectos de los acuerdos sobre el respeto de las leyes y reglamentos nacionales;
- b) Abordar la cuestión de la jurisdicción y de las inmunidades a fin de asegurar una cobertura adecuada y recursos suficientes a nivel civil, penal y administrativo para los casos de conducta indebida, a fin de que se puedan exigir responsabilidades a las EMSP y a los miembros de su personal.
52. Colaborar con las autoridades de los Estados contratantes y los Estados de origen encargadas de las investigaciones o de la reglamentación en asuntos de interés común relacionados con las EMSP.

C. Buenas prácticas para los Estados de origen

Las buenas prácticas que se enumeran a continuación tienen por objeto orientar a los Estados de origen en la gestión de los servicios militares y de seguridad suministrados en el extranjero por las EMSP y su personal ("exportación"). Se reconoce que existen otras buenas prácticas en materia de regulación, como la regulación de los estándares a través de las asociaciones profesionales y de la cooperación internacional, que también pueden resultar útiles para regular las EMSP, pero esas prácticas no se abordan en el presente documento.

Desde esa perspectiva, los Estados de origen deberían evaluar si su marco jurídico nacional, tanto si es central como federal, propicia suficientemente el respeto del derecho internacional humanitario y de las normas de derechos humanos pertinentes por las EMSP y por su personal, o si, dado el tamaño y naturaleza del sector nacional de las empresas militares y de seguridad privadas, convendría adoptar medidas adicionales para promover ese respeto y regular las actividades de esas empresas. Al examinar el alcance y la naturaleza de los distintos sistemas de concesión de licencias y regulación, los Estados de origen deberían prestar especial atención a los sistemas de regulación ya establecidos por los Estados contratantes y los Estados territoriales a fin de reducir los riesgos de duplicación o de superposición, y centrar sus esfuerzos en las cuestiones que afectan específicamente a los Estados de origen.

En ese sentido, las buenas prácticas propuestas para los Estados de origen comprenden las siguientes:

I. Determinación de los servicios

53. Determinar los servicios que pueden o no ser exportados; al determinar qué servicios no pueden ser exportados, los Estados de origen deberán tener en cuenta factores como el riesgo de que un determinado servicio pueda implicar la participación directa del personal de la EMSP en las hostilidades.

II. Establecimiento de un sistema de autorización

54. Estudiar la posibilidad de establecer un sistema de autorización para el suministro de servicios militares y de seguridad en el extranjero por medios adecuados, como exigir una licencia de funcionamiento válida por un período de tiempo limitado y renovable ("licencia de funcionamiento de la empresa"), una licencia para servicios específicos ("licencia de funcionamiento específica"), u otras formas de autorización ("autorización de exportación"). En las buenas prácticas 57 a 67 se establecen el procedimiento, los criterios de calidad y las condiciones que se pueden incluir en ese tipo de sistema.

55. Establecer normas adecuadas sobre rendición de cuentas, exportación y devolución de las armas y las municiones por las EMSP.

56. Armonizar el sistema y las decisiones relativos a las autorizaciones con los de otros Estados y tener en cuenta los enfoques regionales relativos a los sistemas de autorización.

III. Procedimiento relativo a las autorizaciones

57. Evaluar la capacidad de la EMSP de desarrollar sus actividades ateniéndose al derecho nacional aplicable, al derecho internacional humanitario y a las normas de derechos humanos, teniendo en cuenta el riesgo inherente que entrañan los servicios que se han de prestar, por ejemplo:

- a) Obteniendo información sobre los principales servicios que la EMSP haya prestado en el pasado;
- b) Pidiendo referencias a los clientes a los que la EMSP haya prestado servicios análogos o a los clientes en el Estado territorial;
- c) Recogiendo información sobre la estructura de propiedad de la EMSP y comprobando el historial de la empresa y de su personal directivo, teniendo en cuenta las relaciones con subcontratistas y empresas filiales o colaboradoras.

58. Asignar recursos suficientes y a personal cualificado para tramitar debidamente y dentro de los plazos previstos las autorizaciones.

59. Asegurar la transparencia del procedimiento de autorización. Entre los mecanismos pertinentes pueden figurar los siguientes:

- a) La publicación de los reglamentos, prácticas y procedimientos de autorización;
- b) La publicación de información general sobre autorizaciones específicas, en caso de necesidad redactada de manera que satisfaga las exigencias en materia de seguridad nacional, respeto de la vida privada y confidencialidad comercial;
- c) La vigilancia por parte de órganos parlamentarios, mediante, entre otras cosas, la presentación de informes anuales o la notificación de determinados contratos a dichos órganos;
- d) La publicación y la aplicación de baremos de tasas justos y no discriminatorios.

IV. Criterios para la concesión de autorizaciones

60. Tener en cuenta la conducta pasada de la EMSP y de su personal y asegurarse, en particular, de que:

- a) No existan pruebas fidedignas de que la EMSP esté involucrada en delitos graves (como delincuencia organizada, delitos violentos, agresiones sexuales, violaciones del derecho internacional humanitario, soborno y corrupción), y de que, en caso de que en el pasado de la EMSP o miembros de su personal hayan actuado ilícitamente, cerciorarse de que la empresa en cuestión haya tomado medidas adecuadas para poner remedio a esa actuación, colaborando eficazmente con las autoridades, tomando medidas disciplinarias contra los involucrados y, si procedía, en función de las irregularidades constatadas, concediendo una reparación adecuada a las personas perjudicadas por esa conducta;
- b) La EMSP haya llevado a cabo, dentro de los límites del derecho aplicable, investigaciones en profundidad para comprobar fehacientemente que los miembros de su personal, en particular los que, por su función, tienen que portar armas, no han estado implicados en delitos graves ni han sido expulsados de las fuerzas armadas ni de las fuerzas de seguridad por conducta deshonrosa;

c) La EMSP no haya visto revocada anteriormente una autorización por conducta indebida de la empresa o de su personal.

61. Tener en cuenta la capacidad financiera y económica de la EMSP, especialmente por lo que respecta al pago de las indemnizaciones que pueda tener que abonar.

62. Tener en cuenta si la EMSP mantiene un registro exacto y actualizado de los miembros de su personal y de sus bienes, en particular por lo que respecta a las armas y municiones, que pueda ser inspeccionado por las autoridades competentes si así lo solicitan.

63. Tener en cuenta si los miembros del personal de la EMSP han recibido suficiente formación, tanto antes de los despliegues como con carácter permanente, como para que respeten el derecho nacional aplicable, el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos; y establecer objetivos para facilitar la uniformidad y la normalización de los requisitos en materia de formación. Dicha formación puede incluir temas generales y temas específicos relacionados con las tareas y los contextos concretos, a fin de preparar al personal para poder actuar en el marco de un contrato determinado y en un entorno específico, como por ejemplo:

- a) Las normas relativas al uso de la fuerza y de las armas de fuego;
- b) El derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos;
- c) Las cuestiones relativas a la religión, el género, la cultura y el respeto debido a la población local;
- d) La gestión de las denuncias;
- e) Las medidas contra el soborno, la corrupción y otros delitos.

Los Estados de origen estudiarán la posibilidad de evaluar permanentemente el nivel de formación, por ejemplo, exigiendo que las EMSP presenten informes periódicos.

64. Tener en cuenta si la EMSP adquiere su equipo, en particular sus armas, por medios lícitos y si su uso no está prohibido por el derecho internacional.

65. Tener en cuenta la organización y los reglamentos internos de la EMSP, en particular:

- a) La existencia y la aplicación de políticas en materia de derecho internacional humanitario y normas de derechos humanos;
- b) La existencia de mecanismos de supervisión y vigilancia y de mecanismos internos de rendición de cuentas, como:
 - i) Procedimientos de investigación interna y medidas disciplinarias en caso de denuncia de irregularidades cometidas por el personal de la EMSP;
 - ii) Mecanismos que permitan a las personas afectadas por la conducta del personal de la empresa presentar una denuncia, en particular mecanismos relativos a las denuncias presentadas por terceras partes y disposiciones para la protección de los denunciantes.

66. Tener en cuenta el respeto de la EMSP por el bienestar de su personal, tal y como está protegido por el derecho laboral y por el resto de la legislación nacional aplicable.

V. Condiciones de las autorizaciones concedidas a las EMSP

67. Incluir cláusulas que aseguren que la conducta de la EMSP y de su personal respete el derecho nacional aplicable, el derecho internacional humanitario y las normas de derechos humanos. Esas cláusulas, que reflejarán y pondrán en práctica los indicadores de calidad mencionados anteriormente como criterios para la concesión de autorizaciones, podrán incluir:

- a) La conducta pasada (buena práctica 60);
- b) La capacidad financiera y económica (buena práctica 61);
- c) Los registros de los miembros del personal y de los bienes (buena práctica 62);
- d) La formación (buena práctica 62);
- e) Las adquisiciones lícitas (buena práctica 64);
- f) La organización, los reglamentos y los mecanismos internos de rendición de cuentas (buena práctica 65);
- g) El bienestar del personal (buena práctica 66).

VI. Supervisión del respeto de las disposiciones y rendición de cuentas

68. Supervisar el respeto de las condiciones de la autorización, en particular, estableciendo vínculos estrechos con las autoridades encargadas de la concesión de las autorizaciones y sus representantes en el extranjero y/o con las autoridades del Estado contratante o del Estado territorial.

69. Imponer sanciones a las EMSP que operen sin autorización o contraviniendo la autorización recibida, como:

- a) La revocación o la suspensión de la autorización o la amenaza con una u otra de esas opciones en caso de que no se tomen medidas de reparación dentro de los plazos establecidos;
- b) La prohibición definitiva o temporal de solicitar nuevamente una autorización;
- c) Multas y sanciones penales.

70. Prestar apoyo a los Estados territoriales en sus esfuerzos por establecer un control eficaz de las EMSP.

71. Prever en su ordenamiento jurídico la competencia jurisdiccional en materia penal para los delitos contra el derecho internacional o el derecho nacional cometidos por las EMSP y por su personal y, además, estudiar la posibilidad de establecer:

- a) La responsabilidad penal de la empresa por los delitos cometidos por la EMSP, de conformidad con el ordenamiento jurídico del Estado de origen;
- b) Su competencia jurisdiccional en materia penal por los delitos graves cometidos en el extranjero por miembros del personal de la EMSP.

A/63/467
S/2008/636

72. Prever mecanismos de rendición de cuentas de carácter no penal por casos de conducta impropia o ilícita de las EMSP y de los miembros de su personal, en particular:

a) Establecer la responsabilidad civil;

b) De no ser así, exigir que las EMSP concedan una reparación a las personas perjudicadas por la conducta indebida de las empresas y de su personal.

73. Si procede, colaborar con las autoridades de los Estados contratantes y de los Estados territoriales encargadas de las investigaciones o de la reglamentación en asuntos de interés común relacionados con las EMSP.

Fonte: NACIONES UNIDAS. Asamblea General Consejo de Seguridad. Carta de fecha 2 de octubre de 2008 dirigida al Secretario General por el Representante Permanente de Suiza ante las Naciones Unidas. Montreux, 6 oct. 2008. Disponible em:
<https://www.eda.admin.ch/content/dam/eda/es/documents/aussenpolitik/voelkerrecht/Montreux-document-3_es.pdf>. Acceso em: 22 dez. 2014.

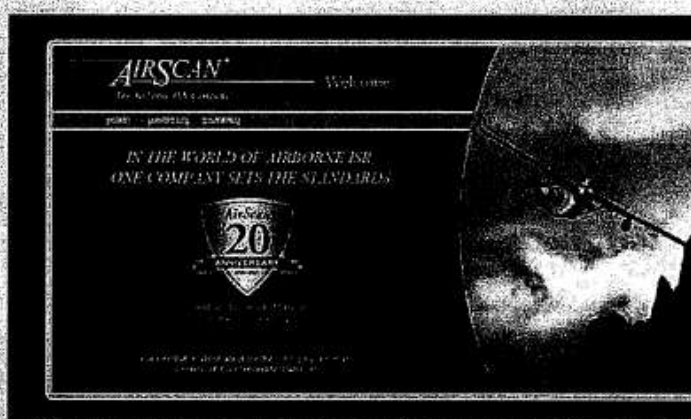
ANEXO C – PRINCIPAIS EMSP ATUANTES NO IRAQUE E SEUS INCIDENTES DE DIREITOS HUMANOS

André Falbo – Leventos | Lucila Ammendritz

ANNEX A: Principal multinational private military and security companies in Iraq

UNITED STATES OF AMERICA

1. AIRSCAN INC



Information from the official website (last visit 16 September 2011)

A) Founded: 1989 <http://www.airscan.com/>

B) Headquarters: No official information available available

C) Leadership: No official information available available. The only information provided is that Airscan Inc was founded by two retired, non-identified, U.S. military officers.

D) Number of employees: No official information available available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Airborne ISR services (amongst 6 different described divisions): tactical ISR, precision aerial mapping, high definition photography, video and data downlinks; secure video/data distribution networks; and ISR platform and payload training. <http://www.airscan.com/about.html#>

External information

- **Headquarters:** Florida, U.S.

Source: <http://web.archive.org/web/19980207173637/www.airscan.com/history.htm> (last visit 9 May 2011)

- **Clients:** U.S. Department of Defense, U.S. Air Force, National Aeronautics & Space Administration,



Multinational Oil Companies, U.S. Forest Service, National Response Corporation, U.S. Department of the Interior, Maximum Protective Services, and the Iraq Coalition Provisional Authority.

Sources:

*<http://web.archive.org/web/19980207173714/www.airscan.com/clients.htm> (last visit: 9 May 2011)

* New York Newsday, "Start-up Company with Connections", by Knut Royce, 15 February 2004. "...Long after awarding the Eriny's contract, the authority came to the same conclusion. It recently awarded a \$10-million contract for helicopter surveillance of the pipelines to Florida-based AirScan Inc. ..." <http://www.corpwatch.org/article.php?id=11218> (last visit 9 May 2011)

- **Founded:** "What is known about AirScan is that it was formed in 1984 by former U.S. air commandos, the Air Force version of Special Forces. ..." **Source:** The Center for Public Integrity, "A spy Inc. no stranger to controversy", 12 June 2002, <http://www.publicintegrity.org/articles/entry/430/> (last visit 9 May 2011)

- **Leadership:** Walter Holloway, Founder and President. **Source:** The Center for Public Integrity, "A spy Inc. no stranger to controversy", 12 June 2002, <http://www.publicintegrity.org/articles/entry/430/> (last visit 9 May 2011)

2. BH DEFENSE



Information from the official website (last visit 16 September 2011)

A) Founded: January 2004 <http://www.bhdefense.com/about.php>

B) Headquarters: Arlington, Virginia, U.S. The company is also based in the International Zone of Baghdad, Iraq. <http://www.bhdefense.com/contact.php>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: 50 full-time personnel. BH Defense claims to have the capability to deploy technical, professional, and security personnel to meet their clients as they arise. <http://www.bhdefense.com/about.php> (last visit 23 March 2011)

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Consulting practice: rule of law program, risk mitigation, business development, business intelligence, project management. Physical security programs: physical protection systems, security construction, static security operations, close personal protection operations, transportation security operations, critical infrastructure protection. Construction and logistics: general construction, construction project management, life support operations, operation and maintenance, personnel recruitment, supply chain management. Training: risk analysis and vulnerability training and certification, technical security countermeasures, judicial protection, close personal protection, antiterrorism/force protection, fire and life safety, procurement, program management, and business development. <http://www.bhdefense.com/about.php>

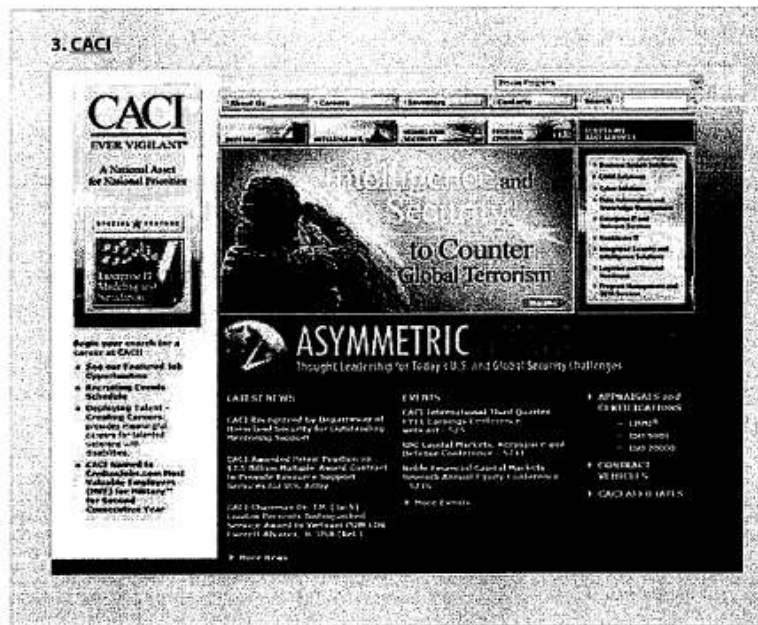
External information

- **Number of employees:** 60 employees <http://www.warisbusiness.com/profiles/bh-defense/> (last visit 9 May 2011)

- **Last annual revenue:** \$6 million <http://www.warisbusiness.com/profiles/bh-defense/>

Other interesting information

a) Membership of the Private Security Company Association of Iraq (PSCAI): the company has been registered as a PSCAI member. [http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq\(PSCAI\).org/pscmembers.html](http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq(PSCAI).org/pscmembers.html) (last visit 9 May 2011)



Information from the official website (last visit 16 September 2011)

A) Founded: 1962 (publicly owned since 1968) <http://www.caci.com/about/profile.shtml>

B) Headquarters: Arlington, Virginia, U.S. <http://www.caci.com/about.shtml>

C) Leadership: Dr. P. Jack London, Executive Chairman and Chairman of the Board, and Paul Cofoni, President and Chief Executive Officer (CEO) <http://www.caci.com/about/management.shtml>

D) Number of employees: approximately 13,700 employees worldwide <http://www.caci.com/about/profile.shtml>

E) Employees in Iraq: No exact information available. The website does state that, "... During the two year period between August 2003 and August 2005, 60 different employees of CACI served in Iraq as interrogators under the direct command and supervision of the U.S. Army. The number of CACI employees working as interrogators at any one time never exceeded 28 ..." http://www.caci.com/iraq/iraq_faqs.shtml

F) In Iraq since: August 2003 (at least), http://www.caci.com/iraq/iraq_faqs.shtml. The company does not deny its presence in Iraq while it denies any responsibility in human rights abuses at Abu Ghraib Prison in Baghdad (Iraq) during 2003-2004, related to law suits filed before U.S. Courts and states the legal proceedings are dismissed: "... CACI President and Chief Executive Officer Paul Cofoni said, "From day one, CACI has rejected these outrageous allegations and vigorously fought to uphold the reputation of our fine company and dedicated people. This favorable court decision validates what we have communicated to the public and media for years: these lawsuits are malicious, baseless, and completely without merit. We have been steadfast in setting the record straight, and will continue to communicate the truth ..." http://www.caci.com/about/news/news2010/1_26_10_NB.html

G) Last annual revenue: \$3.15 billion (Fiscal Year 2010) <http://www.caci.com/about/profile.shtml>

H) Services: "... CACI provides professional services and IT solutions needed to prevail in the areas of defense, intelligence, homeland security, and IT modernization and government transformation. They deliver enterprise IT and network services; data, information, and knowledge management services; business system solutions; logistics and material readiness; CAISR solutions; cyber solutions; integrated security and intelligence solutions; and program management and SETA support services. CACI services and solutions help their federal clients provide for national security, improve communications and collaboration, secure the integrity of information systems and networks, enhance data collection and analysis, and increase efficiency and mission effectiveness. CACI employees provided a range of information technology and intelligence services in Iraq. These services included intelligence analysis, background investigations, screenings, interrogation, property management and recordkeeping, and installation of computer systems, software and hardware. Only a small portion of these employees worked as interrogators ..." http://www.caci.com/iraq/iraq_faqs.shtml#services

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) Prisoners torture: In the fall of 2003, CACI was involved in the torture of Iraq detainees at Abu Ghraib. CACI—under contract by the Government of the U.S.—was responsible for interrogation and translation services, respectively, at Abu Ghraib prison and other similar facilities in Iraq. CACI was rewarded with massive contract extensions for work in Iraq, despite being in the midst of Governmental investigations for their prior actions there. Approximately 35% of contract interrogators lacked formal military training as interrogators.

Among other interrogators the following have been identified as CACI interrogators: Christine Chaney, Beryl Jackson, "Wild" Bill Armstrong, Brent Jones, Steven Stephanowicz (205 Military Intelligence Brigade), John Israel (205 Military Intelligence Brigade). Allegedly 72 Iraqi citizens have been tortured and physically and mentally abused during their detention. The plaintiffs assert 20 causes of action, including torture cruel, inhuman, or degrading treatment; assault and battery; and intentional infliction of emotional distress.

Sources:

* José L. Gomez del Prado, *The Privatization of War: Mercenaries, Private Military and Security Companies*, <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=21826> (last visit 9 May 2011);

* Peter W. Singer, *The private military industry and Iraq: what have we learned and where to next?*, Geneva, November 2004. http://wiki.victorybriefs.com/downloads/session-ii-week-1-articles/2004_Singer-Overview.pdf (last visit 9 May 2011);

* CACI is involved in court cases involving their alleged participation at Abu Ghraib Prison in Iraq:

1. Saleh v Titan Class Action, demand for Jury Trial, Case No. 1:05-cv-1165 filed 30 July 2004 in the Southern District of Columbia. See: "class action complaint" http://ccrjustice.org/files/Saleh_3rdamendedcomplaint.pdf (last visit 10 June 2011). The case has been recently closed. On 27 June 2011 the Supreme Court denied plaintiffs petition, <http://www.supremecourt.gov/orders/courtorders/062711lzo.pdf> (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Saleh v. Titan Corporation*. This is a key court proceeding, as many human rights abuses allegedly executed by U.S. Private and Military Companies and under investigation by U.S. Courts are waiting for the final decision by U.S. Supreme Court to decide the other cases.

2. Al Shimari v CACI et al Civil Complaint and Jury Demand, Case NO. 08-cv-0827 GBL-JFA. See amended complaint: <http://ccrjustice.org/files/Amended%20Complaint%20on%20the%20Defendants.pdf> (last visit 10 June 2011). For more information see the Legal Box on Al Shimari v. Caci et al.

3. Al-Quraishi et al v Nakhla and L-3 (CACI is quoted in the complaint) et al Civil Action NO. 8:08-cv-1696. See complaint: <http://www.ccrjustice.org/files/Amended%20Complaint.pdf> (last visit 14 June 2011)

For more information see Annex D on Legal Cases, *Al-Quraishi et al v. Nakhla et al*. 11 March 2011: Order staying the proceedings pending resolution of the petition for certiorari filed in the Supreme Court in *Saleh v. Titan*. (http://www.ccrjustice.org/files/3.11.2011%20Order%20Staying%20Proceedings_0.pdf (last visit 27 September 2011))

* Major General Antonio Taguba's *"Internal Army Report"* was prepared on alleged abuse of prisoners by members of the 800th Military Police Brigade at the Abu Ghraib Prison, quoting among others CACI employees Steven Stephanowicz (205 Military Intelligence Brigade) and John Israel (205 Military Intelligence Brigade). Taguba, A.M., Taguba report on alleged abuse of prisoners by members of the 800th Military Police Brigade at the Abu Ghraib Prison, Baghdad; 2004; pages 26, 36, 48 and 53. <http://news.findlaw.com/wp/docs/iraq/tagubarpt.html> (last visit 17 May 2011)

* Anthony R. Jones and George R. Fay, *"Investigation of Intelligence activities at Abu Ghraib by the US Army"*. <http://s3.amazonaws.com/corpwatch.org/downloads/FayReport.pdf> (last visit 17 May 2011) This report analyzes several human rights incidents in Abu Ghraib, reporting about CACI contractor's alleged involvement, describing at least 3 CACI employees as alleged suspects.

* "... *The defendant, CACI International, claims it is immune from suit because it worked under the direction of the military. It also denies participating in abuse...*", Debra Cassens Weiss, *"Iraq Prison-Abuse Suit Against Contractor Allowed"*, American Bar Association Journal, 7 November 2007. http://www.abajournal.com/news/article/iraq_prison_abuse_suit_against_contractor_allowed/ (last visit 9 May 2011)

* "... *The suit alleges the prisoners were repeatedly sodomized, threatened with rape, kept naked in their cells, subjected to electric shock, attacked by unmuzzled dogs and subjected*



to serious pain inflicted on sensitive body parts. The suit alleges that employees of CACI directed soldiers to mistreat the prisoners... Democracy Now, "Military contractor CACI accused of widespread abuse in suit brought by 256 prisoners held in Iraqi jails" (Radio Interview with lawyer Susan Burke who formed part of the legal team that filed a lawsuit against CACI), 19 December 2007. http://www.democracynow.org/2007/12/19/military_contractor_caci_accused_of_widespread (last visit 9 May 2011)

* Bloomberg, "CACI must face suit alleging torture at Abu Ghraib", by Cary O'Reilly, 19 March 2009. http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=conewsstory&refer=conews&kr=CAI_US&sid=a7DB4MhzYbFQ (last visit 9 May 2011)

**... In a case involving claims that CACI International tortured Iraqi detainees in interrogations, Judge Lee denied CACI's motion to dismiss on three different theories of immunity... The American Lawyer, "Plaintiffs get a Boost from Rocket Docket Judge in Iraq War Contractor Cases", by Alison Frankel, 1 April 2009. <http://www.law.com/jsp/law/international/LawArticleIntl.jsp?id=1202429551466> (last visit 9 May 2011)

**... The case was filed in 2004 by a dozen former prisoners and the family of a man who died in detention, accusing Titan and CACI of conspiring with US officials "to humiliate, torture and abuse persons" at Abu Ghraib... Aljazeera, "US firms face court over Iraqi abuse", 2 October 2007. <http://english.aljazeera.net/news/americas/2007/10/2008525123551746960.html> (last visit 17 May 2011)

* Other related information with the events: Washington Post, "General granted latitude at prison Abu Ghraib used aggressive tactics", by Josh White and R. Jeffrey Smith, 21 June 2004. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A35612-2004Jun11.html> (last visit 9 May 2011)

EXTERNAL INFORMATION

- **Headquarters:** The Class Action identifies CACI INTERNATIONAL, INC and CACI INCORPORATED FEDERAL as Delaware (U.S.) corporations. http://www.sourcewatch.org/images/2/2f/Al-Rawi_v_Titan_et_al_04cv01143_second_amended_complaint_1-62.pdf (last visit 9 May 2011)

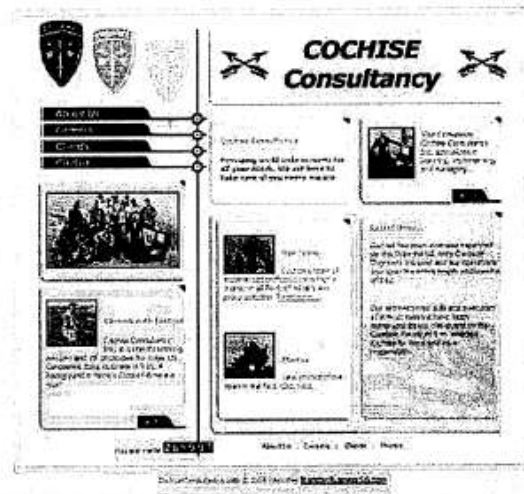
Other interesting information

- **Private contractors and former governmental position connections:** "... Today CACI, like most military industry players, boasts a roster of former soldiers and spies, including board member Michael Bayer (former Vice Chairman of the Pentagon's Business Board, and advisor to the Air Force, Army, U.S. Naval War College, and Sandia National Laboratory), Barbara McNamara (ex-Deputy Director of the National Security Agency), Arthur L. Money (former assistant Secretary of Defense), and Larry Welch, (an ex-Air Force General who served on the joint chiefs of staff during first Bush administration) ..."

* Corpwatch, "Titan's translators in trouble", by Pratap Chatterjee, 6 May 2004. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=10848> (last visit 17 May 2011)

- Non-PSCAL Member/ Non-ISOA member: **Sources:** http://www.pscal.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf; <http://www.pscal.org/pscmembers.html>; and <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011)

4. COCHISE CONSULTANCY



Information from the official website last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: No official information available

C) Leadership: Jesse L. Johnson, President and CEO (Commander Special Operations Forces, Central Command, Desert Shield / Desert Storm) <http://www.cochiseconsult.com/aboutus.html>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Crisis management, security training programs, dignitary protection programs, security and vulnerability assessments; special military and police training programs; program management and systems integration; force modernization for military and police organizations, command, control, communications, computer and intelligence training; consultancy, administrative and support services; security of oil rigs and off shore platforms; international marketing functions; and unit capabilities assessment. <http://www.cochiseconsult.com/aboutus.html>

I) Clients: TRW/EIRAD Saudi Arabia; Bright Star Inc.; Allied Signal; Crosby International Inc.; A.V. Technology, International; COLSA International; Booz-Allen & Hamilton, Saudi Arabia; LORAL Defense Systems, Akron; Royal Saudi Air Force; Royal Saudi Land Forces; Saudi Arabian Civil Aviation; Lockheed Martin; British Aerospace; Gulf Keystone Petroleum Co.; Ronco; and USA Environmental. <http://www.cochiseconsult.com/clients.html>

tancy-inc (last visit 9 May 2011)

- **Employees in Iraq:** At least 225 employees in Iraq, 112 employees of which are Americans and the rest mainly Jordanians and Iraqis. **Source:** St. Petersburg Times, "Money, and Worries in Iraq", by Kris Hundley, 5 July 2004. http://www.stpetertimes.com/2004/07/05/news_pf/Business/Money_and_worries_i.shtml (last visit 9 May 2011)

- **In Iraq since:** 2003

Source: Ibid

- **Last revenue:** \$ 2 million. **Source:** <http://www.manta.com/c/mmf0apf/cochise-consultancy-inc> (last visit 9 May 2011)

5. COMPUTER SCIENCES CORPORATION (CSC)

Information from the official website last visit 30 September 2011)

A) Founded: 16 April 1959 <http://www.csc.com/about-us/ds/29505-company-profile>

B) Headquarters: Falls Church, Virginia, U.S. <http://www.csc.com/about-us/ds/29505-company-profile>

C) Leadership: Michael W. Laphen, Chairman, President and CEO <http://www.csc.com/about-us/ds/29582-chairman-s-message>

D) Number of employees: 93,000 employees in more than 90 countries. <http://www.csc.com/about-us/ds/29505-company-profile>

E) Employees in Iraq: Even though there is no official information available about the number of employees in Iraq, it is clear that CSC has job opportunities in Iraq. (<http://www.csc.com/careers/us/tx/16917-job-opportunities-iraq>) CSC states to have employees and

projects in Iraq, http://www.csc.com/search?q=iraq&content_type_id=3&filter=0.

F) In Iraq since: At least since October 2004. http://www.csc.com/search?q=iraq&content_type_id=3&filter=0

G) Last annual revenue: CSC reported trailing 12 months revenue of \$16.2 billion for the second quarter ending 31 December 2010. http://www.csc.com/about_us/ds/29505-company_profile

H) Services: They are providers of information technology services: cloud computing services, credit services, customer relationship management, enterprise solutions, finance transformation, hosting services, infrastructure services, legal solutions, managed network services, management consulting, outsourcing, risk management & claims, cyber security, service-oriented architecture, supply chain management, and testing services. <http://www.csc.com/services>. CSC states to have projects in Iraq as "Biometric ID System Secures U.S. Facilities in Iraq", "In January 2007, CSC began supporting the U.S. Department of Defense's (DoD) Task Force to Improve Business and Stability Operations in Iraq (TFBSO) when the task force sought manufacturing expertise for an industrial revitalization effort", "To modernize logistics automation support capability, consisting of 2,200 legacy applications and 50,000 professionals for U.S. Army Materiel Command in Iraq", "Develop a treatment for chemical nerve agents to prepare for chemical or biological warfare in the U.S. military during combat situation in Iraq." http://www.csc.com/search?q=iraq&content_type_id=3&filter=0

I) Clients: Amongst others the U.S. Army, U.S. Department of Defense, U.S. Army Materiel Command in Iraq, Australian Defense Force (ADF), VirginMoney U.S. (of Sir Richard Branson), and Zurich Financial Services. http://www.csc.com/search?q=iraq&content_type_id=3&filter=0 and http://assets1.csc.com/about_us/downloads/CompanyProfile_Oct_2010_v1.pdf.

External information

- **In Iraq since:** At least since 2003. "... On April 18, 2003, Computer Sciences Corporation's DynCorp International won a contract from the U.S. Department of State to provide up to 1,000 civilian advisers to help organize civilian law enforcement, judicial and correctional agencies. The estimated value could be as high as \$50 million for the first year, depending on assessments of Iraqi capabilities and needs..." Source: <http://projects.publicintegrity.org/wow/bio.aspx?act=pro&ddIC=17> (last visit 9 May 2011)

Other interesting information

a) Multinational Corporation interconnexión: In January 2005, CSC sold DynCorp, which was previously bought in 2003. <http://www.corpwatch.org/section.php?id=18>

b) Privatization of State functions and interconnexions with political power: Computer Sciences Corporation had more than 1,000 contracts with the U.S. government from 1990 through 2002, worth \$15.8 billion. CSC spent \$520,000 in 2001 to lobby Congress and various government agencies on its own behalf. That same year, the company also paid lobby firms a total of \$580,000. In 2001, Computer Sciences Corp spent a total of \$1,100,000 on lobbying fees associated with a variety of issues, including appropriation and procurement bills related to the Defense Department, Treasury Department, the Executive Office of the President and other federal agencies. The company also lobbied on "legislative proposals for privatization and commercialization of Federal services," according to lobby documents filed with Congress. Similarly, in 2002, Computer Sciences Corp spent a total of \$1,110,000 to lobby on similar issues. <http://projects.publicintegrity.org/wow/bio.aspx?act=pro&ddIC=17> (last visit 9 May 2011)



6. CRESCENT SECURITY GROUP

Information from the official website

This company is now defunct and disappeared; there is no official website available.

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS¹

a) Less safety to cut costs. On 16 November 2006 seven Crescent Security Group guards protected an immense convoy of 37 tractor trailers on southern Iraq's main highway. The convoy was ambushed in broad daylight and the attackers seized five Crescent Security Group contractors, of which four American and one Austrian. They were subsequently killed by their kidnappers.

Sources:

* Washington Post, "*Cutting costs, bending rules, and a trail of broken lives*", by Steve Fainaru, 29 July 2007. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/07/28/AR2007072801407.html> (last visit 9 May 2011)

* New York Times, "*2 more bodies ID'd as kidnapped contractors*", by David Stout, 28 March 2008. <http://www.nytimes.com/2008/03/28/world/middleeast/28bodies.html?scp=7&sq=%22crescent%20security%20group%22&st=cse> (last visit 9 May 2011).

* Civil complaint filed before U.S. Courts: The victim's families sued the U.S. Secretary of State who allegedly oversaw 'many of the actions and policies'. Last hearings were previewed to be continued on 23 June 2011. No further information found. <http://docs.justia.com/cases/federal/district-courts/california/caedce/2-2010cv00681/205014/35/> (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Munns et al v. Clinton et al*.

b) Prohibited weapons, no armored vehicles, no trained employees, and shooting civilians. Eyewitnesses of the ambush, company documents and interviews with former Crescent Security Group employees formed the bases of the Fainaru investigation. Crescent did not have armoured vehicles, nor did it provide its personnel with proper training or even basic medical supplies. David Horner, a 52 year-old truck driver, never picked up an AK-47 until the PMSC team took him out for his first mission. The standard operating procedure was often to 'shoot first, ask questions later'. In one occasion they opened fire on a truck that was following behind one of the firm's convoy and they left the wounded and innocent Iraqis in the desert. **Source:** Washington Post, "*Cutting costs, bending rules, and a trail of broken lives*", by Steve Fainaru, 29 July 2007. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/07/28/AR2007072801407.html> (last visit 9 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Headquarters:** Kuwait City, Kuwait. **Source:** Washington Post, "*Cutting costs, bending rules, and a trail of broken lives*", by Steve Fainaru, 29 July 2007. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/07/28/AR2007072801407.html> (last visit 9 May 2011)

- **Founded:** 2003 **Source:** *ibid*


¹ We decided not include major PMSC employees' casualties in Iraq in the "Human Rights Incidents section" because of the large amount of casualties. Since some organisations began compiling data on contractor deaths and injuries in March 2003, diverse reports of between 550 to 1,520 contractor deaths in Iraq can be found. Sources and lists: [http://www.sigir.mil/files/quarterlyreports/January2011/Report - January 2011.pdf](http://www.sigir.mil/files/quarterlyreports/January2011/Report%20-%20January%202011.pdf), <http://icasualties.org/Iraq/Contractors.aspx> and http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_private_contractor_deaths_in_Iraq (last visit 30 September 2011).

- **Leadership:** Franco Picco, managing partner. Source: Ibid

Other interesting information

- **PSCAI Membership:** the company has been a member of PSCAI in the past. According to PSCAI sources Crescent Security Group had started the process of registration, as of 25 November 2006, before the Ministry of Interior of Iraq. Currently it does not appear as a PSCAI member, however. **Sources:** http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 29 September 2011) and <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011) **Non-ISQA member:** <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011)

7. CSS ALLIANCE



Information from the official website (last visit: 30 September 2011)

A) Founded: 1969 <http://www.gocss.com/>

B) Headquarters: Ada, Michigan, U.S. <http://gocss.com/css-contact-us.php>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: Over 1,000 security guards <http://www.gocss.com/security-guards-services.html>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: CSS Alliance provides specially trained security professionals that deliver expert protection services, emergency response teams, mass care disaster planning, market



development, business continuity, governmental security guard services, operations support and hospitality needs, both throughout the U.S. and abroad. <http://www.gocss.com/>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

In 2007 three CSS operatives were killed by roadside bombs while escorting convoys; two of which were killed in an incident near the border with Iran and the other in northern Iraq. <http://feraljundi.com/industry-talk/somalia-css-global-inc-wins-contract-to-protect-somali-government-from-terrorism-pirates/> (last visit 9 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Employees and contracts in Iraq:** "CSS Global, an affiliate of Ada-based, has furnished counterterrorism services in other African nations and provided security and logistics in Iraq. Its operations team comprises former military and law enforcement personnel, including Special Forces. In Iraq, the firm won a Department of Defense contract in 2007 to provide personal security and convoy security as it set up a compound about a mile outside the heavily fortified Green Zone." **Source:** "US to make Blackwater-style entry into Somalia", 16 October 2009. <http://www.alqimamah.net/showthread.php?t=10992> and <http://feraljundi.com/industry-talk/somalia-css-global-inc-wins-contract-to-protect-somali-government-from-terrorism-pirates/> (last visit 9 May 2011)

- **Leadership:** Chris Frain, CEO and co-owner of CSS Alliance. Source: Ibid.

Other interesting information

- The company appears to be a member of the ISOA. See the special reference to CSS INTERNATIONAL HOLDINGS on ISOA's official website: <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011)

- **Castlegate.** This PMSC was mentioned on the 2006 PSCAI list, but it now belongs to CSS Alliance and has allegedly started the process of registration at the Ministry of Interior of Iraq under that name. <http://www.socnet.com/archive/index.php/t-65067.html> (last visit 30 September 2011)

8. CUBIC



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1951 http://www.cubic.com/corp1/aboutcubic/about_cubic_history.html

B) Headquarters: San Diego, California, U.S. http://www.cubic.com/corp1/aboutcubic/about_cubic_contactus.html

C) Leadership: Walter J. Zable, Founder, President and CEO and Chairman of the Executive Committee; Walter C. Zable, Vice President and Vice Chairman of the Executive Committee and Chairman of the Board of Cubic Transportation Systems, Inc., which is a wholly-owned subsidiary, since 2003. http://www.cubic.com/corp1/aboutcubic/leadership/board_of_directors.html

D) Number of employees: In 2010 the company had 7,700 employees in more than 130 locations worldwide. <http://www.cubic.com/Investor-Relations/Investor-FAQs>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available about the exact date, although it is stated by the Company that some services were executed in Iraq. Cubic states on its website that "Cubic offers a wide range of virtual and immersive training systems for national military and security forces", including Iraq in the Defense System Global Provider Section for Europe and Middle East, 8 of April 2011 (<http://www.cubic.com/Solutions/Defense-Systems/Training-Systems/Virtual-and-Immersive-Training-Systems/Experience>); Additionally, it is argued that "Cubic Awarded \$6.8 Million for Virtual Small Arms Training Systems to Enhance U.S. Military Proficiency in Iraq and Afghanistan", 10 March 2007. <http://www.cubic.com/News/Press-Releases/ArticleType/ArticleView/ArticleID/168>

G) Last annual revenue: Sales for the first fiscal quarter of year 2011 were \$284.4 million compared to \$250.7 million last year, meaning an increase of 13 percent. The net income attributable to Cubic shareholders increased by 45 percent to \$19.9 million or 74 cents per share this year 2011 compared to \$13.7 million or 51 cents per share last year. <http://www.cubic.com/News/Press-Releases/ArticleType/ArticleView/ArticleID/250>

H) Services: Cubic Corporation is the parent company of three major business segments: defense systems, mission support services, and transportation systems. Cubic Defense Applications is a leading supplier of combat training systems, communications, cyber technologies, and global tracking solutions. Mission Support Services is a leading provider of training, operations, maintenance, technical and other support services. <http://www.cubic.com/News/Press-Releases/ArticleType/ArticleView/ArticleID/250>; Additionally it is stated that Cubic helped with the training of U.S. Forces in Iraq at Fort Polk before the actual deployment in the field. http://www.cubic.com/corp1/news/pr/2005/MILES_FT_POLK_CONTRACT_final2.htm

I) Clients: U.S. Army. <http://www.cubic.com/News/Press-Releases/ArticleType/ArticleView/ArticleID/168>

External information

- **Number of employees and revenue:** "... Over the past decade, San Diego's Cubic Corp. and other defense contractors have thrived from the surge in Pentagon spending — fueled by the wars in Iraq and Afghanistan. Cubic employs about 8,000 workers worldwide and nearly 2,000 locally. The company's sales rose 17 percent to \$1.19 billion for its fiscal year ended Sept. 30. Net income soared 27 percent to \$70.6 million." Source: Sign on San Diego Business, "Why Cubic will ride out defense cuts better than others?"; by Mike Freeman, 31 March 2011. <http://www.signonsandiego.com/news/2011/mar/31/cubic-corp-rides-niche-markets/> (last visit 9 May 2011)



- **Employees and contracts in Iraq:** "Officers at the U.S. Army's Program Executive Office for Simulation and Training Instrumentation (PEO STRI) in Orlando, Fla., needed a solution to help deployed military personnel train in a realistic virtual environment. They found their solution at the defense division of Cubic Corp. in San Diego, Calif. Cubic Corp. engineers won a contract in excess of \$6.8 million to deliver the company's Engagement Skills Trainer 2000 (EST 2000) small arms training system and other defense-related products to U.S. Army installations in Iraq and Afghanistan, as well as to the Army National Guard." Source: <http://business.highbeam.com/411760/article-1G1-180592188/us-army-officers-select-cubic-virtual-training-systems> (last visit 9 May 2011).

In addition, Cubic has been awarded a \$40 million contract for the training of U.S. Military advisors on 30 September 2009. "...Under a contract modification worth more than \$40 million, Cubic Applications, Inc., the mission support services unit of Cubic Corporation will train thousands of U.S. military personnel who will be helping the national armies of Iraq and Afghanistan provide defense and security for their populations..." Source: [http://www.defenseworld.net/go/defensenews.jsp?n=Cubic%20has%20been%20awarded%20\\$40%20million%20contract%20for%20training%20of%20US%20Military%20advisors%20&id=3645](http://www.defenseworld.net/go/defensenews.jsp?n=Cubic%20has%20been%20awarded%20$40%20million%20contract%20for%20training%20of%20US%20Military%20advisors%20&id=3645) (last visit 9 May 2011)

9. CUSTER BATTLES

Welcome to custerbattles.com

Related Searches

- Jobs in Afghanistan
- Security Jobs
- Mercenary Jobs
- Private Military Jobs
- Civilian Contractor Jobs
- Jobs
- KBR Jobs
- Security Contractors
- Jobs in Iraq
- Blackwater Jobs
- Security Work in Iraq



RELATED SEARCHES: SECURITY JOBS MIDDLE EAST | BODYGUARD JOBS | PRIVATE SECURITY | KBR JOBS IRAQ

Information from the official website

(apparently out of business since 2005)

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) Civilians allegedly shot by PMSC. On 22 December 2004 a Custer Battles convoy shot out the tire of a civilian car and fired five shots into a crowded minibus in Umm Qasr. No one was hurt, the contractors handed out cash money to Iraqi civilians, and left. **Source:** * NY Times/Wikileaks (War Logs), "Use of contractors added to War's Chaos in Iraq", by James Glanz, 23 October 2010. http://www.nytimes.com/2010/10/24/world/middleeast/24contractors.html?_r=1&hp (last visit 10 May 2011). Regarding the same case, see also: Clarín, "Guerra de Irak: el caos, de la mano de las empresas de seguridad," <http://www.clarin.com/mundo/Guerra-Irak-caos-empresas-seguridad-0-360564020.html> (last visit 10 May 2011).

b) Civilians allegedly killed by PMSC. On a mission on 8 November 2004 a PMSC convoy

with heavily armed contractors and poorly trained young Kurds shot indiscriminately, smashed into and shot at civilian cars; a subcontracted Kurd guard shot a civilian passenger in a traffic jam; later, the convoy focused on came upon two teenagers by the road and one was gunned down. In another traffic jam, the contractor's pickup truck smashed into, rolled up and over the back of a Sedan full of Iraqis. "...four former security contractors told NBC News that they watched as innocent Iraqi civilians were fired upon, and one crushed by a truck. The contractors worked for an American company paid by U.S. taxpayers. The four men are all retired military veterans: Capt. Bill Craun, Army Rangers; Sgt. Jim Errante, military police; Cpl. Ernest Colling, U.S. Army; and Will Hough, U.S. Marines. All went to Iraq months ago as private security contractors. They worked for an American company named Custer Battles, hired by the Pentagon to conduct dangerous missions guarding supply convoys. They were so upset by what they saw, three quit after only one or two missions..." **Source:** MSNBC, "US contractors in Iraq allege abuses", by Lisa Myers and the NBC investigative unit, 17 February 2005. http://www.msnbc.msn.com/id/6947745/ns/nightly_news-nbc_news_investigates/ (last visit 10 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **In Iraq since:** Spring 2003 **Source:** The Seattle Times, "Contractor accused of fraud in Iraq", by T. Christian Miller, 9 October 2004. http://seattletimes.nwsource.com/html/nationworld/2002058470_contract09.html (last visit 10 May 2011)

Other interesting information

a) Tax fraud. The company defrauded the U.S. on billing invoices for the company's work in Iraq. According to a Wikileaks cable (the War Logs) dated 15 March 2005 the company is currently banned from further Department of Defense contracting.

Sources:

* NY Times/Wikileaks, "Use of contractors added to War's Chaos in Iraq", by James Glanz, 23 October 2010. http://www.nytimes.com/2010/10/24/world/middleeast/24contractors.html?_r=1&hp (last visit 10 May 2011)

* Complaint filed against Custer Battles by several parties seeking recovery of allegedly fraudulent claims. "Amended complaint Case No.: CV-04-199-A", 26 August 2004, District Court of Virginia (U.S.), Taxpayers against Fraud. See lawsuit: <http://www.taf.org/custerbattles.pdf> (last visit 10 May 2011)

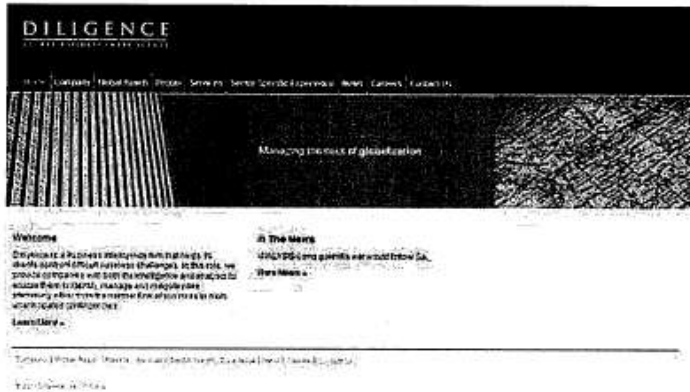
b) Custer Battles, LLC was a defense contractor headquartered in Newport, Rhode Island, with offices in McLean, Virginia, U.S. The company now appears to be out of business. Official website appears to be on sale: it identifies previous services in Iraq, including security jobs, mercenary jobs, private military jobs, security contractors, several jobs in Iraq, Blackwater jobs and other types of security work in Iraq. http://en.wikipedia.org/wiki/Custer_Battles (last visit 10 May 2011)

c) Membership of associations: it is neither a PSCAI Member, nor an ISOA member

Sources: http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.pscail.org/pscmembers.html>; <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011)



10. DILIGENCE LLC



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: Diligence was founded in 2000 by former members of the U.K. and U.S. intelligence services. <http://www.diligence.com/history-reach.html>

B) Headquarters: New York, Washington DC (U.S.), and several operational offices in London (U.K.), Moscow (Russia), Geneva (Switzerland), and São Paulo (Brasil). <http://www.diligence.com/contact-us.html>

C) Leadership: Michael G. Baker President, Americas (co-founder of Diligence, after 17 years service with the CIA) and Nick Day, CEO (co-founder of Diligence and a former member of both the British Special Forces and Intelligence Services). <http://www.diligence.com/senior-management.html>

D) Number of employees: Diligence states that the company "... has evolved rapidly and, although retaining a core of intelligence experts, to date consists of over 70 professionals drawn from a broad span of value-added disciplines..." <http://www.diligence.com/our-team.html>

E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: July 2003 "Diligence, LLC announced the establishment of a new subsidiary in the Middle East, focusing on security services for Iraq and growing the company's full array of information collection and analysis services in the Persian Gulf region." <http://www.diligence.com/news-article/items/diligence-llc-expands-into-the-middle-east.html>

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: Competitive intelligence, due diligence, regulatory due diligence, investigations, technical services, physical risk, risk assessment and security, and asset management intelligence. <http://www.diligence.com/10-dimensions-of-risk.html>

External information

- **Employees in Iraq:** More than hundreds; "... No one is retreating," said Mike Baker, chief executive of Diligence LLC, a Washington security firm with hundreds of employees in Iraq. "No one is calling saying we ought to pull our guys out. I don't think it's stopping anyone from going in. They are fully aware of the security situation. But Baker, a former CIA case

officer, added that how the military is "responding is going to be very important. If there's not a harsh, well-thought-out response, they will take that as a complete sign of weakness and they will become emboldened ..." Source: The Washington Post, "Slain Contractors Were in Iraq Working Security Detail", by Dana Priest and Mary Pat Flaherty, 2 April 2004. <http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn/A43364-2004Apr1?language=printer> (last visit 10 May 2011)

11. DTS SECURITY

Information from the official website

No official website available.

External information

- **Headquarters:** Nevada, U.S. **Source:** David Isenberg "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", , September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 10 May 2011)

- **Number of employees:** "... More than half of their around 100 employees are former members of an intelligence service ..." Source: Sourcewatch. http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Diligence,_LLC

Other interesting information

a) Three of its employees were kidnapped and murdered in April 2004.

Source:

* CBS News, "4 US Bodies Found in Iraq", by Joel Roberts, 13 April 2004. <http://www.cbs-news.com/stories/2004/04/14/iraq/main611716.shtml> (last visit 10 May 2011)

The screenshot shows the Dyncorp International website. At the top is the company logo and a search bar. Below is a navigation menu with options like Home, About Us, Services, Solutions, Contact Us, and Careers. The main content area is divided into several sections:

- WHAT WE DO:** A vertical list of services including Aviation, Emergency Operations, Infrastructure, Intelligence, International Development, Land Defense, Logistics, Training & Mentoring, and Finance. Below this list is a paragraph: "From armed air support to the sustained presence of private companies in the training, security, logistics, medical, security, intelligence, and emergency response support."
- TRAINING & MENTORING:** A section titled "GLOBAL POLICE TRAINING AND MENTORING SOLUTIONS" with a sub-image of police officers. The text describes Dyncorp's role in providing training and mentorship to police forces worldwide, including a list of services: "We train, equip and equip, provide, manage, and mentor police forces to the world. We're a leader in a full range of police and self-defense programs that not only equip, but also train the police to be the police. We're a leader in the world of police and self-defense. We're a leader in the world of police and self-defense."
- INTERNATIONAL POLICE TRAINING AND SUPPORT:** A section describing Dyncorp's role in providing training and support to police forces worldwide, including a list of services: "We are a global leader in providing police training and support. Since 1981, the U.S. Government has relied on us to provide training and support to police forces in over 100 countries. We have a proven track record of providing police training and support to police forces in over 100 countries. We have a proven track record of providing police training and support to police forces in over 100 countries."
- RESOURCES:** A section with links for "Contact Us", "Training & Mentorship", and "International Police Training and Support".
- RELATED LINKS:** A section with a link for "Related Links".



Information from the official website (last visit: 30 September 2011)

A) Founded: *Two companies formed in 1946 — Land-Air, Inc., and California Eastern Airway ... In March 2003, DynCorp and its subsidiaries were acquired by Computer Sciences Corporation (CSC). DynCorp remained the parent of its existing subsidiaries, including DTS and DynCorp International LLC, and CSC became their ultimate parent ... On April 12, 2010, DynCorp International and private investment firm Cerberus Capital Management, L.P. announced a proposed merger, which was completed on July 7, 2010. As a result of the merger, DynCorp International became a private, wholly-owned subsidiary of entities created by affiliates of Cerberus Capital Management.* <http://www.dyn-intl.com/history.aspx>

B) Headquarters Falls Church, Virginia, U.S. <http://www.dyn-intl.com/contact.aspx>

C) Leadership: Steven F. Gaffney (Chairman of the board of directors and CEO and president since 2010) and Steven T. Schorer (President) <http://www.dyn-intl.com/board-of-directors.aspx>

D) Number of employees: 30,000 employees worldwide (December, 2009) http://www.dyn-intl.com/media/3395/cwc_iii_don_ryder_testimony.pdf

E) Employees in Iraq: In June 2007 DynCorp International deployed 754 U.S. police officers (700 International Police Liaison Officers—IPLO's and 54 Border Enforcement Advisors). DynCorp International trains, advises, and mentors Iraqi police officers at all levels and also provide full support to their in-country workforce, including logistics, life support, close protection, communications, transportation, security, procurement, and construction. For service in Iraq, these officers sign one-year contracts, and are able to apply for a second or third year. Approximately 40 percent of the officers who go to Iraq to train police sign on for a second year. http://www.dyn-intl.com/media/3404/increasing_border_patrol.pdf

F) In Iraq since: April 2004 <http://www.dyn-intl.com/news2005/news090506.aspx>

G) Last annual revenues: \$3.6 billion (Fiscal Year 2010; a 15.6% increase year-over-year) <http://ir.dyn-intl.com/releasedetail.cfm?ReleaseID=476456>

H) Services: **Aviation:** aircraft maintenance, modification, and overhaul to flying missions and comprehensive airfield operations. **Contingency Operation:** they move, pre-position, maintain, and repair facilities, equipment, and supplies for military deployments, humanitarian operations, and disaster relief. **Infrastructure:** integrated technical and professional infrastructure services including engineering, construction and facilities management, security, logistics, and contingency support. **International Development:** development solutions for emergency, post-conflict, transition and long-term environments. **Land System:** Logistics; adaptable logistics solutions from development and management of comprehensive long-term programs to rapid response contingency. **Intelligence:** field interpretation, translation and linguist services and they provide world-class intelligence training and solutions. **Training and Mentoring:** police training, security consulting, personal security, security systems, and emergency response support. <http://www.dyn-intl.com/what-we-do.aspx>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

- **Killing of Iraqi driver.** On 10 November 2007 a DynCorp International contractor allegedly killed an Iraqi taxi driver, Muhammed Khalil Khudair, on an exit ramp in Baghdad's al-Utaifiya neighbourhood. The shooter reportedly left the scene immediately after the incident.

Sources

* Assistance Mission for Iraq (UNAMI), *Human Rights Report*, 1 July – 31 December 2007, number 27, page 12: <http://www.ohchr.org/Documents/Press/UNAMJuly-December2007FN.pdf> (last visit 10 May 2011)

****An Iraqi taxi driver was shot and killed on Saturday by a guard with DynCorp International (...)** when a DynCorp convoy rolled past a knot of traffic on an exit ramp in Baghdad" "(...) a white Hyundai with a taxi sign on the roof, driven by Mohamad Khalil Khudair, 40 (...) about 50 yards down the ramp, which comes off a bridge over the Tigris River in a neighborhood called Utafiya." Source: New York Times, "Security guards fires from convoy, killing Iraqi driver", by James Glanz, 12 November 2007. http://www.nytimes.com/2007/11/12/world/middleeast/12contractor.html?_r=1 (last visit 10 May 2011)

* UPI, "US contractor shoots Iraqi taxi driver", 12 November 2007. http://www.upi.com/Top_News/2007/11/12/US-contractor-shoots-Iraqi-taxi-driver/UPI-34871194849435/ (last visit 10 May 2011);

* "... private security guard has shot dead a taxi driver in Iraq in the latest in a string of what Iraqis believe are unprovoked killings by US contractors hired to protect Americans. DynCorp is among three firms - along with Blackwater and Triple Canopy - under contract to protect American diplomats and other officials in Iraq." Aljazeera, "US contractor kills Iraq cab driver", 13 November 2007. <http://english.aljazeera.net/news/middleeast/2007/11/2008525135138293908.html> (last visit 10 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Employees in Iraq:** According to the Central Commander census, "DynCorp International has about 1,500 employees in Iraq, including about 700 helping training the police force." Source: Washington Post, "Census counts 100,000 contractors in Iraq", by Renae Merle, 5 December 2005. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/12/04/AR2006120401311.html> (last visit 10 May 2011)

Other interesting information

- **PSCAI Membership:** The Company has been registered as a PSCAI member. According to PSCAI sources DynCorp International was registered as of 25 November 2006 as an associated member of PSCAI, however it did not start the process to register at the Ministry of Interior of Iraq. Sources: http://www.psc.ai.org/Docs/atested_fulllist_update.pdf and <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 30 September 2011). The company appears to be a member of ISOA. See the special reference to DynCorp International on ISOA's official website: <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011).

- DynCorp allegedly involved on secret CIA flight programs, according to a court pending case

* "... The secret airlift of terrorism suspects and American intelligence officials to CIA-operated overseas prisons via luxury jets was mounted by a hidden network of U.S. companies and coordinated by a prominent defense contractor, newly disclosed documents show ... They shuffled between Washington, foreign capitals, the U.S. military base at Guantanamo Bay, Cuba, and, at times, landing points near once-secret, CIA-run overseas prisons ... The companies ranged from DynCorp, a leading government contractor that secretly oversaw the flights, to caterers that unwittingly stocked the planes with fruit platters and bottles of wine ... DynCorp, which was reorganized and split up between another major contractor and a separate firm now known as DynCorp International, functioned as the primary contractor over the airlift. The company had not been previously linked to the secret flights ... The private business jets shuffled among as many as 10 landings over a single mission, costing the government as much as \$300,000 per flight ... According to invoices between 2002 and 2005, many of the flights carried U.S. officials between Washington Dulles International Airport and the Guantanamo Bay detention compound, where the U.S. was housing a growing population of terror detainees. Other flights landed at a dizzying array of international airports ... In the court case, Richmor accused SportsFlight in 2007 of failing to pay more than \$1.15 million for at least 55 missions flown by planes and crews chartered by DynCorp for government use ... DynCorp is the largest company known to be involved in the secret flights (emphasis added) ... DynCorp was purchased in 2003 by Computer Services Corp., another leading federal contractor, in a \$940 million merger. Computer Services Corp. then



took on a supervising role in the rendition flights through 2006, according to invoices and emails in the court files. CSC sold three DynCorp units in 2005 to Veritas Capital Fund, a private equity firm, for \$850 million, but retained ownership of other parts of the old company. Veritas in turn sold the restructured DynCorp – now known as DynCorp International – for about \$1 billion in 2010 to Cerebrus Capital Management, another private equity fund ... DynCorp International spokeswoman Ashley Burke said Wednesday that the company "has no involvement in or information about the litigation between Richmor and SportsFlight." She added that none of the DynCorp entities listed in the court files is owned by or has any affiliation with DynCorp International ... Source: Associated Press, "Secrets Of Controversial, Costly CIA Flight Program Revealed", by Adam Goldman, Barry Schweid and Michael Hill, 1 September 2011. <http://www.vxec.com/2011/09/secrets-of-controversial-costly-cia-flight-program-revealed/> (last visit 12 October 2011)

* * * The scale of the CIA's rendition program has been laid bare in court documents that illustrate in minute detail how the US contracted out the secret transportation of suspects to a network of private US companies ... The manner in which US firms flew terrorism suspects to locations around the world, where they were often tortured, has emerged after one of the companies sued another in a dispute over fees. As the 10th anniversary of the September 11, 2001, attacks on New York and Washington approaches, the mass of invoices, receipts, contracts and email correspondence – submitted as evidence to a court in upstate New York – provides a glimpse into a world in which the "war on terror" became just another charter opportunity for American businesses ... The court files of more than 1700 pages shed new light on the US government's reliance on private contractors for flights between Washington, foreign capitals, the US military base at Guantanamo Bay and, at times, landing points near once-secret, CIA-run overseas prisons ... The companies included DynCorp, a leading government contractor that secretly oversaw a fleet of luxury jets (emphasis added), and caterers that unwittingly stocked the planes with fruit platters and bottles of wine ... Both sides cited the government's program of forced transport of detainees, or "extraordinary rendition", in testimony, evidence and legal arguments ... One invoice, for \$US301,113 relating to a series of flights over four days that took a jet on an odyssey through Alaska, Japan, Thailand, Afghanistan and Sri Lanka, tallies with the rendition of Hambali, the leader of the Indonesian terrorist organisation Jemaah Islamiyah, who was involved with the 2002 Bali bombing, in which 202 people died, including 88 Australians ... Other invoices follow flights that appear to have been involved in the rendition of Khalid Sheikh Mohammed, the man said to have masterminded the September 11 attacks. After being captured in 2003, Mohammed disappeared into the CIA's secret prisons, where he was waterboarded 183 times in just one month, according to a US justice department memo ... By 2007, the Council of Europe was able to identify 1245 flights operated by the CIA that had passed through Europe ... In early 2002, DynCorp hired SportsFlight on behalf of the US government to secure a plane with 10 seats and a range of nine hours for chartered flights ... Source: Sydney Morning Herald, "US firms profited from CIA flights", by Ian Cobain and Ben Quinn, 2 September 2011. <http://www.smh.com.au/world/us-firms-profited-from-cia-flights-20110901-1joab.html#ixzz1ZhcdZVJ8> (last visit 12 October 2011)

- **More private contractors after military withdrawal in 2011:** ... All U.S. combat forces are scheduled to leave Iraq by year's end, but the State Department will still need security. So it's planning to add thousands more private contractors ... A U.S. Army helicopter brigade is set to pull out of Baghdad in December, as part of an agreement with the Iraqi government to remove U.S. forces. So the armed helicopters flying over the Iraqi capital next year will have pilots and machine gunners from DynCorp International (emphasis added), a company based in Virginia ... On the ground, it's the same story. American soldiers and Marines will leave. Those replacing them, right down to carrying assault weapons, will come from places with names like Aegis Defence Services and Global Strategies Group — eight companies in all ... All U.S. combat forces are scheduled to leave Iraq by year's end, but there will still be a need for security. That means American troops will be replaced by a private army whose job will be to protect diplomats ... Already, the State Department is approving contracts, but there are questions about whether it makes sense to turn over this security job to private companies ... Source: National Public Radio, "As US military exits Iraq, contractors to enter", by Tom Bowman, 17 May 2011: <http://www.npr.org/news/2011/05/17/as-us-military-exits-iraq-contractors-to-enter/> (last visit 25 July 2011)

13. EODT



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: "Founded in 1987 by two retired United States Marine EOD Sergeants in response to the munitions clearance needs of the United States military that stemmed from training and munitions-related activities." <http://www.eodt.com/AboutUs/History/>

B) Headquarters: Lenoir City, Tennessee, U.S. <http://www.eodt.com/AboutUs/Locations/>

C) Leadership: Matt Kaye, President and CEO, and Steve Voland, Senior Vice President <http://www.eodt.com/Leadership.aspx>

D) Number of employees: 5,000 full-time and contract employees worldwide (2008) <http://www.eodt.com/AboutUs/News/?story=c4f88d48-3975-4264-b91a-f38a672f6576>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2003 <http://www.eodt.com/AboutUs/History/>

G) Last annual revenue: \$270 million (2008) <http://www.eodt.com/AboutUs/News/?story=c4f88d48-3975-4264-b91a-f38a672f6576>

H) Services: Security: personal security detail in high-threat environments; guard force services; canine services; surveillance and surveillance detection; electronic security systems and reactive physical response teams; maritime and port security; and security-related training. Munitions Management: legacy munitions clearance in support of the military munitions response; cleanup of hazardous, toxic, and radioactive waste; implementation of chemical warfare material projects; international demining operations; range sustainment; brownfields; ammunition management stockpile reduction; non-conventional munitions; munitions intelligence; commercial UXO; and mine action. Expeditionary Construction, Tactical IT/ Communications, Logistic and Asset Management: comprehensive management of supply chain systems; corporate and satellite warehouse facilities dedicated to managing mission requirements; integrity checks on all equipment and supplies before distribution; supplies are replenished in hostile or remote areas via EODT-furnished secure convoy escorts. Life Support: safety and health initiatives; food service operations; facilities and housing maintenance; laundry and sewing services; waste management; and environmental protection. Environmental Remediation: terrestrial and aquatic capabilities for remediation;

removal of hazardous toxic radioactive waste; and demonstrated experience mobilizing skilled teams rapidly. <http://www.eodt.com/Capabilities/>

I) Clients: Government: U.S. Department of Defense, U.S. Department of State, Multi-National Force – Iraq, U.S. Army Corps of Engineers, Naval Facilities Engineering Command, U.S. Marine Corps. Commercial: URS, AZ Corporation, International Construction Management, KEC Internacional, AMEC, Louis Berger Group/Black & Veatch (LBG/B&V Joint Venture), Boeing, Los Suenos Marriott Ocean & Golf Resort – Costa Rica, White Knight Executive Security, Cape Environmental Management, Innovative Technical Solutions, Inc. (ITSI), SAIC, The Conti Group, EnSafe, Inc., Halliburton, MWH, Anniston-Calhoun County Fort McClellan Development Joint Powers Authority. International: United Nations Office for Project Services (UNOPS); British Embassy, Kabul; Canadian Embassy, Kabul & Pretoria; NATO; Canadian Department of National Defence, Ministry of Interior of Iraq. <http://www.eodt.com/Experience/>

External information

- **Employees in Iraq:** 1,913 in 1997. **Source:** Los Angeles Times, "Private contractors outnumber US troops in Iraq", by T. Christian Miller, 4 July 2007. <http://www.derechos.org/nizkor/except/contractors.html> (last visit 10 May 2011)

Other interesting information

a) PSCAI Membership: The company has been registered as a PSCAI member.

Source: [http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq\(PSCAI\).org/pscmembers.html](http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq(PSCAI).org/pscmembers.html) (last visit 10 May 2011) The company is also a member of the ISOA/IPOA. **Source:** <http://www.eodt.com/AboutUs/Partners-Affiliations/> (last visit 10 May 2011)

14. H3 LLC (High Security Solutions)

Information from the official website (last visit 30 September 2011)
A) Founded: 1991 http://www.group3.com/index.php?option=com_content&view=article&id=134&Itemid=45

B) Headquarters: Lake Arrowhead, California, U.S., and Ottawa, Canada. http://www.grouph3.com/index.php?option=com_contact&view=contact&id=2&Itemid=18 ; http://www.grouph3canada.com/index.php?option=com_contact&view=contact&id=2&Itemid=18

C) Leadership: Dan Erber, President/CEO (former U.S. Marine and former SWAT Team member) <http://www.hssinternational.com/staff.php>

D) Number of employees: Over 1,200 employees http://www.grouph3.com/index.php?option=com_content&view=article&id=134&Itemid=45

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: Although there is no official information available about the year in which the company established in Iraq, Nobel Protective Services (a company which is a member of the Group H-USA Inc) claims to have been deployed in Iraq. "...*Founded in 2000, Nobel Protective Services specializes in providing Protective Services, Security Consulting, Training and Investigative services in the United States, Iraq, Dominican Republic, Haiti, Mexico and other locations internationally.*" http://www.grouph3.com/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=257.

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: *Personalized Solutions:* civil affairs, defense, hi-tech, intelligence, investigations, k9 services, maritime, protective services, tactical medicine. *Training:* counter terrorism, defensive tactics, maritime, protective services, sniper, tactical medicine, tactical operations, amongst others. <http://www.grouph3.com/index.php>

Other interesting information

a) HSS International. Training organization associated to H3 (member of the Holding Group). <http://www.hssinternational.com/> (last visit 30 September 2011)

15. KBR



Services

Engineering	Procurement	Construction & Design/Build
<ul style="list-style-type: none"> • Design-Build (DB) and Design-Build-Maximum Price (DBMP) • Design-Build Engineering Design (DBED) 	<ul style="list-style-type: none"> • Global Procurement Services • Contract Management • Supply Chain Management • Procurement Analysis • Procurement Services • Strategic Sourcing & Management 	<ul style="list-style-type: none"> • Mass Construction • Civil and Mechanical Construction • Segmental Construction (Mechanical, E&I) • Construction Management • Mobile and Site Construction

Information from the official website (last visit 30 September 2011)



A) Founded: In the 1990s M.W. Kellogg merged with Brown and Root, both of which are subsidiaries of Halliburton. In 2007 KBR was separated from Halliburton and became an independent company. <http://www.kbr.com/About/History/>

B) Headquarters: Houston, Texas, U.S. <http://www.kbr.com/About/Locations/>

C) Leadership: Bill Utt, Chairman, President and CEO <http://www.kbr.com/About/Board-of-Directors/William-P-Bill-Utt/>

D) Number of employees: 35,000 employees <http://www.kbr.com/About/>

E) Employees in Iraq: Unknown

F) In Iraq since: 2001 <http://www.kbr.com/newsroom/editorial-responses/kbr-response-to-hexavalent-chromium-suit-against-kbr-by-oregon-national-guard-goes-forward/>

G) Last annual revenue: \$10.1 billion in 2009 <http://www.kbr.com/Newsroom/Fact-Sheets/KBR-Fact-Sheet/KBR-Fact-Sheet.pdf>

H) Services: Downstream, gas monetization, infrastructure and minerals, international government and defence, North American government and defence, oil and gas, power and industrial, services, technology, and ventures business segments. The company also differentiates itself as a technology-driven engineering, procurement and construction (EPC) company, as it is stated that *"KBR has built a proud history and a leading market position in the government and infrastructure sectors by being a low-cost, high-efficiency and absolutely reliable service provider. Not only is KBR the largest contractor for the United States Army and a top-ten contractor for the U.S. Department of Defense, it is currently the world's largest defense services provider."* <http://www.kbr.com/About/>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) Alleged sexual assault and abuse in Iraq. In 2005, contractor Jamie Leigh Jones stated to have been gang-raped by KBR co-workers.

Sources:

* "...Ms. Kineston is among a number of American women who have reported that they were sexually assaulted by co-workers while working as contractors in Iraq but now find themselves in legal limbo, unable to seek justice or even significant compensation ... Many of the same legal and logistical obstacles that have impeded other types of investigations involving contractors in Iraq, like shootings involving security guards for Blackwater Worldwide, have made it difficult for the United States government to pursue charges related to sexual offenses. The military justice system does not apply to them, and the reach of other American laws on contractors working in foreign war zones remains unclear five years after the United States invasion of Iraq." New York Times, "Limbo for U.S. Women Reporting Iraq Assaults", by James Risen, 13 February 2008. http://www.nytimes.com/2008/02/13/world/middleeast/13contractors.html?_r=3&bl&ex=1203051600&en=bf8812ecc5524a95&el=5087%0A&oref=slogin (last visit 19 September 2011)

* "...In 2005, Jamie Leigh Jones was gang-raped by her co-workers while she was working for Halliburton/KBR in Baghdad. In an apparent attempt to cover up the incident, the company then put her in a shipping container for at least 24 hours *without food, water, or a bed*, and "warned her that if she left Iraq for medical treatment, she'd be out of a job." Even more insulting, the DOJ resisted *bringing any criminal charges* in the matter ..." Think Progress, "Court rules that KBR employee's gang rape wasn't personal injury arising in the workplace", by Amanda Terkel, 16 September 2009. <http://thinkprogress.org/2009/09/16/jones-sue-kbr/> (last visit 19 September 2011)

* The civil case before U.S. Courts was dismissed; Jury Charge and Verdict dated 7 July 2011. The decision was dismissed for lack of evidence. See verdict (especially pages 4 and 11): <http://pdfserver.amlaw.com/tv/JonesJuryForm.pdf> (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Jamie Leigh Jones v. KBR and U.S.*

b) Human trafficking. In 2004 13 Nepali men were recruited by Daoud and Partners to work in hotels in Jordan, but upon arrival they were sent to Iraq to work on the Al Asad Airbase. They were killed by Islamic militants and the execution was recorded and posted on a website.

Sources:

* "...The men, between the ages of 18 and 27, "were recruited in Nepal to work as kitchen staff in hotels and restaurants in Amman, Jordan ... Twelve of the men were packed into a car and driven to Iraq, but on the road were stopped by insurgents with the Ansar al-Sunna Army, taken hostage and executed. The executions were posted on the Internet ..." AFP; "Nepalese man sues KBR on human trafficking charges", 27 August 2008. http://afp.google.com/article/ALeqM5jmOzaTXaMkCsqjqamK6gc_rpg1g (last visit 19 September 2011)

* "...The lawsuit, filed Wednesday in United States District Court here, says that the workers were being taken to work at an American air base in Iraq in 2004 when insurgents intercepted their caravan and killed them days later. A Nepali worker whose car survived the attack is also a plaintiff. The worker, Buddi Prasad Gurung, now back in Nepal, says that he was forced to work at Al Asad Air Base as a warehouse loader for 15 months ... The lawsuit, filed in United States District Court, accused the defense contractor KBR and a Jordanian subcontractor of human trafficking ..." Associated Press, "Families of 12 Slain in Iraq file lawsuit", 28 August 2008. <http://www.nytimes.com/2008/08/29/world/middleeast/29contractor.html> (last visit 19 September 2011)

* BBC, "Nepalese sue US company over Iraq", 28 August 2008. http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7585443.stm (last visit 19 September 2011)

* The court case was settled, with around \$1 million in reparations. "...reports about 12 Nepalese men who signed labor contracts thinking they would serve as hotel clerks and custodians in Jordan. Instead, their passports were seized, and they were shipped off to a U.S. base in Iraq. Before they could get there, the men were captured and executed by Iraqi insurgents — one, Mangal Limbu, was beheaded. A 13th worker, Buddhi Gurung, managed to escape, only to be sent to a military warehouse where he worked for 15 months before being returned to Nepal ... The men had been hired by Daoud & Partners Ltd., a Jordanian subcontractor doing work for Halliburton Co. subsidiary KBR Inc., itself a U.S. military contractor... After months of additional discovery, ... won summary judgment in 2008 on behalf of 10 of the 12 families of the slain contractors. While ... declined to put an exact figure on the amount given to each family, she said that the total was more than \$1 million..." Source: The National Law Journal, "Justice for contract workers in America's wars", by Jeff Jeffrey, 3 January 2011. <http://www.law.com/jsp/nlj/PubArticleNLJ.jsp?id=1202476608072&src=FMC-Email&et=editorial&bu=National%20Law%20Journal&pt=NLJ.com%20-Legal%20Times%20Afternoon%20Update&cn=20110103&kw=Pro%20Bono%20Awards%3A%20Justice%20for%20Contract%20Workers%20in%20America's%20Wars&slreturn=1&hbxdogin=1> (last visit 19 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Ramchandra Adhikari et al v. Daoud & Partners, KBR et al.*

c) Ambush to KBR employee's driver's convoy in 2004: "...a widow of one of the dead drivers in another convoy massacre in 2004 complained that KBR drivers are not given road maps. Another widow said, "These men went to do the right thing [and] they were totally taken advantage of ... [Halliburton] knew, they knew, that there was more than a good chance that they would be killed." And one of the drivers who survived said, "It's about contracts ... fulfilling the contract and replacing us if we died ..." Source: Halliburton Watch, "Cheney/Halliburton Chronology". http://www.halliburtonwatch.org/about_hal/chronology.html (last visit 19 September 2011)

d) Unsafe work conditions and employees exploitation (including Iraqi workers):

In 2004 and 2008 soldiers at American bases in Iraq received severe electrical shocks and some were even electrocuted because of flawed electrical work by contractors of this PMC.

**Source:**

* "...In all, at least a dozen American military personnel have been electrocuted in Iraq, according to the Pentagon and Congressional investigators ... American electricians who worked for KBR, the Houston-based defense contractor (emphasis added) that is responsible for maintaining American bases in Iraq and Afghanistan, said they repeatedly warned company managers and military officials about unsafe electrical work, which was often performed by poorly trained Iraqis and Afghans paid just a few dollars a day..." Source: New York Times, "Despite Alert, Flawed Wiring Still Kills G.I.s", by James Risen, 4 May 2008. http://www.nytimes.com/2008/05/04/world/middleeast/04electrocute.html?_r=1&hp (last visit 19 September 2011)

* "...Defense contractor KBR is trying to get out of a lawsuit stemming from the death of a U.S. soldier by claiming that Iraqi, not American, law should apply in determining a verdict. The civil case was filed in a Pennsylvania court against KBR, a former subsidiary of Halliburton, over the death of Army Sergeant Ryan Maseth, who was electrocuted while taking a shower on his base in Iraq. KBR was named the plaintiff by Maseth's parents because the company held a maintenance contract from the Department of Defense for upkeep of the military installation." AllGov, "KBR tries to convince judge to use Iraqi Law in shower death of Green Beret", by Noel Brinkerhoff, 9 February, 2011. http://www.allgov.com/US_and_the_World/ViewNews/KBR_Tries_to_Convince_Judge_to_Use_Iraqi_Law_in_Shower_Death_of_Green_Beret_110209 (last visit 19 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Cheryl Harris and Douglas Maseth v. KBR*.

e) Unsafe work conditions for soldiers and employees. Federal lawsuits naming KBR and seeking class-action status were filed in 2008 and 2009 over the practice of operating "burn pits" at U.S. bases in Iraq and thus exposing soldiers to smoke containing dioxin, asbestos and other harmful substances: "...Contractors working for the military in Iraq and Afghanistan are fouling the nests of U.S. soldiers with pollution, poisoning the troops in the very bases meant to be their sanctuaries ... That's the central allegation in a new set of lawsuits filed in Nashville and elsewhere across the country. The legal actions name as defendants the controversial contracting firm KBR Inc. (formerly Kellogg Brown and Root), as well as Halliburton Co., of which KBR used to be a subsidiary ... catalog of rubbish in the pits includes: Tires, lithium batteries, Styrofoam, paper, wood, rubber, petroleum-oil-lubricating products, metals, hydraulic fluids, munitions boxes, medical waste, biohazard materials (including human corpses), medical supplies (including those used during smallpox inoculations), paints, solvents, asbestos insulation, items containing pesticides, polyvinyl chloride pipes, animal carcasses, dangerous chemicals, and hundreds of thousands of plastic water bottles".

Source:

* Nashville Post, "Soldier claim war zone contractors exposed them to toxins", by E. Thomas Wood, 8 November 2009. http://www.nashvillepost.com/news/2009/11/8/soldiers_claim_war_zone_contractors_exposed_them_to_toxins (last visit 19 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Employees in Iraq:** 15,336 in 2007. **Source:** Los Angeles Times, "Private contractors outnumber US troops in Iraq", by T. Christian Miller, 4 July 2007. <http://www.derechos.org/nizkor/except/contractors.html> (last visit 19 September 2011)

Other interesting information

a) Tax fraud. In 2008 KBR was paid hundreds of millions dollar in federal Medicare and Social Security taxes by hiring workers through shell companies based in Cayman Islands. "... Kellogg Brown & Root, the nation's top Iraq war contractor and until last year a subsidiary of Halliburton Corp, has avoided paying hundreds of millions of dollars in federal Medicare and Social Security taxes by hiring workers through shell companies based in this tropical tax haven..."

Source: The Boston Globe, "Top Iraq contractor skirts US taxes offshore", by Farah Stockman,

6 March 2008. http://www.boston.com/news/world/articles/2008/03/06/top_iraq_contractor_skirts_us_taxes_offshore/ (last visit 19 September 2011)

b) Denying private contractors with medical treatment and disability payments:

"...Private contractors injured while working for the U.S. government in Iraq and Afghanistan filed a class action lawsuit in federal court on Monday, claiming that corporations and insurance companies had unfairly denied them medical treatment and disability payments ... The suit, filed in district court in Washington, D.C., claims that private contracting firms and their insurers routinely lied, cheated and threatened injured workers, while ignoring a federal law requiring compensation for such employees. Attorneys for the workers are seeking \$2 billion in damages ... Hundreds of thousands of civilians working for federal contractors have been deployed to war zones to deliver mail, cook meals and act as security guards for U.S. soldiers and diplomats. As of June 2011, more than 53,000 civilians have filed claims for injuries in the war zones. Almost 2,500 contract employees have been killed, according to figures [2] kept by the Department of Labor, which oversees the system ... Some Afghan, Iraqi and other foreign workers for U.S. companies were provided with no care at all ... The lawsuit, believed to be the first of its kind, charges that major insurance corporations such as AIG and large federal contractors such as Houston-based KBR deliberately flouted the law, thereby defrauding taxpayers and boosting their profits. In interviews and at Congressional hearings, AIG and KBR have denied such allegations and said they fully complied with the law. They blamed problems in the delivery of care and benefits on the chaos of the war zones ..." Source: ProPublica and Los Angeles Times, "Injured War Contractors Sue Over Health Care, Disability Payments", by T. Christian Miller, 27 September 2011. <http://civiliancontractors.wordpress.com/2011/09/27/injured-war-contractors-sue-over-health-care-disability-payments/> (last visit 12 October 2011)

c) Unauthorized security costs: Houston-based KBR and 33 of its subcontractors knew they were not authorized to bill for private armed security in Iraq but did so anyway. The expenses, along with other associated fees, were indirectly billed to the army through an overhead account.

Sources:

"The federal judge rejected KBR Inc's request to dismiss a U.S. government lawsuit. U.S. District Judge Royce Lamberth ruled the false claims and breach-of-contract claims could proceed, but he dismissed the unjust enrichment and payment-by-mistake counts in the lawsuit. See U.S. District Court for the District of Columbia Decisions: http://mssparky.com/documents/USA_v_KBR_110_cv_00530.pdf, (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, U.S. v. Kellogg Brown & Root.

* "The Obama administration has filed a False Claims Act lawsuit against its largest contractor in Iraq, alleging that Kellogg Brown & Root Services charged the government for impermissible private security costs (emphasis added)...The suit, filed in the U.S. District Court in Washington on Thursday, alleges that Houston-based KBR and 33 of its subcontractors knew they were not authorized to bill for private armed security in Iraq (emphasis added) but did so anyway. The contract states the Army would provide security protection ... KBR is the prime contractor on the Army's (emphasis added) massive Logistics Civil Augmentation Program III contract in Iraq, which provides soldiers with food, transportation, laundry and mail services... According to Justice, KBR violated the terms of the LOGCAP III contract repeatedly from 2003 through 2006 by failing to secure the Army's authorization before hiring armed subcontractors. The former Halliburton subsidiary also is accused of using security contractors that were not registered with the Iraqi Ministry of the Interior ... KBR awarded subcontracts to three private security companies – Triple Canopy, Omega Risk Solutions and al Dhahir – to provide armed security details for its executives." Source: Government Executive, "Suit claims KBR billed for unauthorized security costs", by Robert Brodsky, 2 April 2010. http://www.govexec.com/story_page.cfm?articleid=44961 (last visit 19 September 2011)

d) PMSC contracts: KBR hired Triple Canopy (and Omega Risk Solutions) for its security in Iraq (see Annex A). "...Former Army Ranger Shane Schmidt, former Marine Charles L. Shepard III and their shift leader were all working on an assignment for KBR when the



shootings occurred (emphasis added) near Baghdad on July 8, alleges the suit, filed in Fairfax County Circuit Court ... <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/11/16/AR2006111601615.html> (last visit 19 September 2011); http://www.govexec.com/story_page.cfm?articleid=44961 (last visit 19 September 2011)

e) **Non member:** KBR does not appear as an associated member of PSCAI, nor of ISOA.

16. KROLL

Information from the official website (last visit: 30 September 2011)

A) Founded: 1972 <http://www.kroll.com/about/history/>

B) Headquarters: New York, U.S. <http://www.kroll.com/contact/office-locations/>

C) Leadership: J. Philip Cassey, President and CEO, William J. Bratton - Chairman. <http://www.kroll.com/about/leadership/>

D) Number of employees: 2,800 global employees <http://www.kroll.com/careers/>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Investigations, risk & compliance, security services; and identity fraud solutions. <http://www.kroll.com/services/>

External information

- **In Iraq since:** August 2003

Sources:

*... The Pentagon has recently awarded more specialized contracts to American firms that have expertise in defense and security work. Three such firms - Vinnell, Dynacorp, and Kroll -

respectively have landed contracts to help form and train post-Saddam military, police, and paramilitary forces. Outside analysts say that all three firms are well wired in Washington. "All these companies have very good connections and are filled with former government and military officials," notes P.W. Singer, a military analyst ... "Government Executive, "Lobbyists hustle for reconstruction business in Baghdad", by Peter H. Stone, 7 August 2003. <http://www.govexec.com/dailyfed/0803/080703nj2.htm> (last visit 10 May 2011)

* "...According to the Financial Times, Kroll Inc. has a contract with USAID to provide security for the agency in Iraq. Kroll hired Aldwin Wight, a former commanding officer of the British 22nd Special Air Service Regiment and the Sultan's Special Force in Oman, to oversee company operations in Iraq ... James R. Bucknam, Kroll's executive vice president for operations, served as senior adviser to former FBI Director Louis J. Freeh for three years and was an assistant United States Attorney in the Southern District of New York from 1987 to 1993 ... Founder and chairman Jules Kroll started his career as an assistant district attorney in Manhattan ... " The Center for Public Integrity, "Windfalls of war", by André Verlöby. <http://projects.publicintegrity.org/wwow/blo.aspx?act=pr&ddC=32> (last visit 10 May 2011)

Other interesting information

a) British Embassy in Baghdad. "... Kroll has the contract to guard the British Embassy in Baghdad ... " **Source:** The Times, "Government aims to impose rules on armed guards", by David Robertson, 22 October 2009. http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry_sectors/support_services/article6886085.ece (last visit 10 May 2011)

b) Recruiting Ugandan employees for Iraq. "Bob Kasango, a lawyer with Hall and Partners, is doing the recruitment in partnership with Askar (a Ugandan security company), in liaison with the US government and foreign firms, including Kroll Risk Group ... " AllAfrica, "Recruiting for Iraq", by Denis Ocwich, 19 May 2005. <http://allafrica.com/stories/200505190506.html> (last visit 10 May 2011)

c) PSCAI Membership: According to PSCAI sources Kroll was registered as of 25 November 2006 at the Ministry of Interior of the Regional Government of Kurdistan and had requested registration at the Ministry of Interior of Iraq. Currently it does not appear as PSCAI member, however. **Sources:** http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 30 September 2011)

L-3 COMMUNICATIONS



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1997 <http://www.l-3.com.com/> and <http://www.l-3.com.com/investor-relations/documents/Annual-Reports/L3-2006-ar.pdf>

B) Headquarters: New York, U.S.
<http://www.l-3.com.com/about-l-3/company-profile.html>

C) Leadership: Michael T. Strlanese (Chairman, President and CEO) and Robert B. Millard (Lead Director and Chairman of the Executive Committee)
<http://www.l-3.com.com/about-l-3/message-from-the-ceo.html>

D) Number of employees: Over 66,000 employees http://www.l-3.com.com/about-l-3/general_info.aspx

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: \$15.6 billion in 2009 <http://www.l-3.com.com/annualreport09/>

H) Services: CISR (Command, Control, Communications, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance) systems, aircraft modernization and maintenance, and government services. L-3 is also a provider of a broad range of electronic systems used on military and commercial platforms. <http://www.l-3.com.com/products-services/> and <http://www.l-3.com.com/about-l-3/company-profile.html>

I) Clients: "Our customers include the U.S. Department of Defense and its prime contractors, U.S. Government intelligence agencies, the U.S. Department of Homeland Security, U.S. Department of State, U.S. Department of Justice, allied foreign governments, domestic and foreign commercial customers and select other U.S. federal, state and local government agencies." <http://www.l-3.com.com/about-l-3/company-profile.html>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) Alleged torture of prisoners. "... On 9 June 2004, a group of 256 Iraqis sued CACI International and Titan Corporation (*now L-3 Services, part of L-3 Communications (emphasis added)*) in US federal court. The plaintiffs, former prisoners, allege that the companies directed and participated in torture, war crimes, crimes against humanity, sexual assault, as well as cruel, inhuman and degrading treatment at Abu Ghraib prison..."

Sources:
* Business & Human Rights Resource Centre, "Abu Ghraib lawsuits against CACI, Titan (*now L-3*)". <http://www.business-humanrights.org/Categories/Lawlawsuits/Lawsuitsregulatorvacation/LawsuitsSelectedcases/AbuGhraiblawsuitsagainstCACITitannowL-3> (last visit 10 May 2011)

* *Class Action versus Titan Corporation, demand for Jury Trial, Case No. 1:05-cv-1165* filed September 2005 in the U.S. District Court for the District of Columbia (*Saleh v Titan*, Case No. 09-1313), <http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/al-shimari-v-caci-et-al> (last visit 20 June 2011). See Class action complaint: http://ccrjustice.org/files/Saleh_3rdamendedcomplaint.pdf (last visit 10 June 2011). The case has been recently closed; on 27 June 2011 the Supreme Court denied plaintiffs petition. <http://www.supremecourt.gov/orders/courtorders/062711zor.pdf> (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Saleh v. Titan Corporation*. This is a key court proceeding, as many human rights abuses under investigation by U.S. Courts allegedly executed by U.S. PMSCs are waiting for the final decision by U.S. Supreme Court to decide the other cases.



B) Headquarters: Old Town Alexandria, Virginia, U.S. http://www.mpri.com/web/index.php/content/our_company/our_history/

C) Leadership: Bantz John Craddock, President (following a 38-year career with the U.S. Army, and served as served as the Supreme Allied Commander Europe and Commander in Chief of the U.S. European Command) and Jim Campbell, Senior Vice President and Chief of Staff (who completed more than 36 years in the U.S. Army after serving as the director of the army staff and included command of the army in the Pacific). http://www.mpri.com/web/index.php/content/our_company/leadership/

D) Number of employees: More than 5,000 employees. Additionally, MPRI is a managing partner of a joint venture with a combined employee base of nearly 1,500. http://www.mpri.com/web/index.php/content/our_company/our_history/

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: L-3 MPRI reports its financial performance through *L-3 Communications*. L-3 reported \$15.6 billion in 2009. http://www.mpri.com/web/index.php/content/our_company/our_history/

H) Services: Development of a broad spectrum of training services and devices for national security, law enforcement, and the environment. http://www.mpri.com/web/index.php/content/press_release/l-3_mpri_announces_sales_of_firesim_driving_simulators/

I) Clients: At least the U.S. Army. 2 May 2011. *"L-3 MPRI, a global provider of integrated training solutions, announced today that it has been selected once more as an awardee for the U.S. Army's Combined Arms Center (CAC) Fort Leavenworth Support Services contract. The company will provide services in 18 functional areas in support of the Army's ongoing efforts in adapting the force to meet the challenges of the 21st century environment..."* http://www.mpri.com/web/index.php/content/press_release/l-3_mpri_receives_award_to_support_the_us_armys_combined_arms_center_cont/

External information

- **Employees in Iraq:** 500 employees in 2006 (working on 12 contracts, including providing mentors to the Iraqi Defense Ministry) **Source:**

* Washington Post, *"Census counts 100,000 contractors in Iraq"*, by Renae Merle, 5 December 2006. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/04/AR2006120401311.html> (last visit 10 May 2011)

Other interesting information

MPRI wrote a book on rules for contractors on the battlefield, *"Contractors on the Battlefield"*, which was published on 3 January 2003, shortly before the U.S. invaded Iraq. **Sources:**

* David Isenberg, *"A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq"*, September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 10 May 2011)

* Headquarters Department of the Army, *"Contractors on the Battlefield"*, 3 January 2003. <http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-100-21.pdf> (last visit 10 May 2011)

19. MUSHRIQUI CONSULTING

Mushriqui Consulting's Promise

Mushriqui Consulting exists to assist both our business partners and our clients. The basic pillar of our business is simple, solid and timeless. We provide our clients with the products they want, when they want them, and where they want them. Consequently we provide our business partners with endless opportunities to expand into new, previously inaccessible markets, while ensuring the risk and investment required.

Mushriqui Consulting

Our mission is to create and manage overseas and domestic markets for our clients and associates. We strive to accomplish our mission by building world-class distribution channels for our associate products, by providing a highly skilled workforce, and committing the necessary time, financial, and marketing resources to build and protect their market share. Our corporate headquarters are in the suburbs of Philadelphia in the U.S.A., with associates all around the world.

At Mushriqui Consulting we can provide the resources, time, and structure to build significant international sales for our associates and suppliers. Our established sales network abroad, and experience in global business, allow us to cost effectively penetrate international markets.

Our sales force is that of an international sales department, but with proven expertise in different regions, resources, and an understanding of the complexities of building productive international markets. Our ability to conduct business on a worldwide scale, while maintaining a local approach is one of our main strengths, and allows us to test our opportunities and strategically manage the content with our customers.

Track Statement

Security & Military
 Vehicle Security Products
 Ballistic & Non-Ballistic
 Personal Protection
 Military & Law Enforcement
 Weapons Training

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Pennsylvania, U.S. <http://www.mushriquiconsulting.com/contactmc.asp>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Mushriqui Consulting provides proprietary integrated solutions of personnel protective equipment & mobile security for civilian and military clients operating in war zones, disaster zones, infrastructure reconstruction fields, and multi-operational projects. <http://www.mushriquiconsulting.com/security.htm>

External information

- **Leadership and Number of employees:** John Mushriqui (Director) and Jeana Mushriqui (General Counsel). Mushriqui Consulting has four employees and does business on six continents. Both face six counts of violating the FCPA, and one count of conspiracy to commit money laundering for alleged bribery in selling bulletproof vests and military equipment. Source: <http://www.law.com/jsp/cc/PubArticleCC.jsp?id=1202439285196> (last visit 10 May 2011)

- **In Iraq since:** At least since 2006, as that year Mushriqui Consulting appeared as an "associate member" of PSCAI. Source: [http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq\(PSCAI\)_org/Docs/latested_fulllist_update.pdf](http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq(PSCAI)_org/Docs/latested_fulllist_update.pdf)



Other interesting information

“...Two executives of an Upper Darby, Pa., company called Mushriqui Consulting were arrested in a Las Vegas sting this week for allegedly attempting to bribe the minister of defense of an African country, the U.S. Justice Department said Wednesday. The pair were trying to win contracts to sell bulletproof vests to the country, the Justice Department said ...” Source: Philadelphia Business Journal, “Executives at Mushriqui of Upper Darby arrested in foreign bribery sting”, by Peter Key, 20 January 2010. <http://www.bizjournals.com/philadelphia/stories/2010/01/18/daily28.html> (last visit 10 May 2011)

20. MVM INC.

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1979 <http://www.mvminc.com/>

B) Headquarters: Ashburn, Virginia, U.S. <http://www.mvminc.com/contact-us>

C) Leadership: Dario Marquez, Co-founder, Chairman and CEO <http://www.mvminc.com/about-us/leadership>

D) Number of employees: 3,500 employees <http://www.mvminc.com/>

E) Employees in Iraq: 400 employees (2004 - 2007) <http://www.mvminc.com/component/content/article/46-history/188-special-operations-overseas-security>

F) In Iraq since: 2004 - 2007 <http://www.mvminc.com/component/content/article/46-history/188-special-operations-overseas-security>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Law Enforcement Programs: law enforcement training & development, integrity programs, polygraph programs development & implementation, crisis management planning, and detention programs. Professional Services: field-specific translation, intelligen-

ce analysis, financial investigations and analytical support, program management, simultaneous and consecutive interpretation, language training, and expert "fact" court testimony. Global Support Services: International operations support, basic and advanced training on mission critical tactics and techniques, cultural awareness training, pre-deployment training, surveillance detection training, professional development programs, emergency response and contingency planning, medical, first aid and CPR training, risk and vulnerability assessments, investigative consulting and security solutions, and program management. <http://www.mvminc.com/services>

I) Clients: U.S. Navy, U.S. Air Force, Coalition Provisional Authority in Iraq, Department of Justice, Drug Enforcement Administration, U.S. Marshals Service, Internal Revenue Service, Department of Energy, Department of Commerce, Immigration and Customs Enforcement, Bureau of Prisons, FEMA, Federal Protective Service, National Institutes of Health, Smithsonian Institute, amongst others. <http://www.mvminc.com/about-us/history>

External information

- Revenue and headquarters: "... MVM Inc., one of the biggest security contractors used by U.S. intelligence agencies, has lost the bulk of a Central Intelligence Agency contract in Iraq after failing to provide enough armed guards, according to company emails and contractors familiar with the decision. The loss of the CIA contract, which was potentially worth more than \$1 billion over five years, is a big blow to closely held MVM, based in Vienna, Va. Overseas work for U.S. intelligence agencies represents a third of the company's \$200 million in annual revenue and is believed to be one of the fastest-growing areas of the contracting business." Source: The Wall Street Journal, "CIA Curtails Contract With U.S. Security Firm in Iraq", by Shioban Gorman and August Cole, 28 August 2008. <http://online.wsj.com/article/SB121988605376078351.html?articleTabs%3Darticle> (last visit 11 May 2011)

Other interesting information

*** Military contractor dies suddenly.** "... After multiple tours of duty as a scout sniper and a stint as a contractor in war-torn Iraq and Afghanistan, a former Marine died unexpectedly at home last week ... He had been working for contractor MVM Inc. in Iraq ... The cause of Sandoval's death is being investigated by L.A. County coroner's office, York said, and the family is wondering if it's a result of possible brain injury from a bomb blast he survived while a serving as a soldier..." Source: SGB Tribune, "Eric Sandoval, Former Marine, military contractor dies suddenly at home in Covina", 20 November 2010. <https://civiliancontractors.wordpress.com/2010/11/20/eric-sandoval-former-marine-military-contractor-dies-suddenly-at-home-in-covina/> (last visit 11 May 2011)

****** ... David A. Boone, 50, says Virginia-based MVM Inc. pulled his employment contract after he reported unprofessional conduct among fellow workers and the use of illegal weapons during top-secret assignments ... MVM, whose private security forces are used in war-torn countries by U.S. government agencies and corporations, declined comment Wednesday ... Boone's lawsuit includes allegations of a bungled November 2004 cover-up, in which he says MVM guards fabricated a horrific shootout with roadside snipers and later bragged about killing three enemy soldiers ... The made-up firefight with 20 to 30 enemy shooters near Baghdad's airport was a "fraudulent and false report" and a violation of MVM's government contract, the complaint said ... Boone, a former U.S. Army Special Forces soldier, said his employment agreement with MVM required him to "conform to the highest recognized and accepted professional standards and ethics" ... Typically, he earned about \$75,000 for each 90-day rotation to Iraq, the lawsuit said. Source: Rocky Mountain News, "IRAQ: Private Security Guard Sues after Reporting Claims of 'Unprofessional Conduct'", by John Accola, 15 December 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12890> (last visit 11 May 2011)

*** MVM Employee compensation.** "... MVM is seeking mature, experienced, high risk mobile operators for existing overseas contract work. PAY: Compensation varies from \$525 - \$700 a

ce analysis, financial investigations and analytical support, program management, simultaneous and consecutive interpretation, language training, and expert "fact" court testimony. **Global Support Services:** International operations support, basic and advanced training on mission critical tactics and techniques, cultural awareness training, pre-deployment training, surveillance detection training, professional development programs, emergency response and contingency planning, medical, first aid and CPR training, risk and vulnerability assessments, investigative consulting and security solutions, and program management. <http://www.mvminc.com/services>

I) Clients: U.S. Navy, U.S. Air Force, Coalition Provisional Authority in Iraq, Department of Justice, Drug Enforcement Administration, U.S. Marshals Service, Internal Revenue Service, Department of Energy, Department of Commerce, Immigration and Customs Enforcement, Bureau of Prisons, FEMA, Federal Protective Service, National Institutes of Health, Smithsonian Institute, amongst others. <http://www.mvminc.com/about-us/history>

External information

Revenue and headquarters: "... MVM Inc., one of the biggest security contractors used by U.S. intelligence agencies, has lost the bulk of a Central Intelligence Agency contract in Iraq after failing to provide enough armed guards, according to company emails and contractors familiar with the decision. The loss of the CIA contract, which was potentially worth more than \$1 billion over five years, is a big blow to closely held MVM, based in Vienna, Va. Overseas work for U.S. intelligence agencies represents a third of the company's \$200 million in annual revenue and is believed to be one of the fastest-growing areas of the contracting business." Source: The Wall Street Journal, "CIA Curtails Contract With U.S. Security Firm in Iraq", by Shioban Gorman and August Cole, 28 August 2008. <http://online.wsj.com/article/SB121988605376078351.html?articleTabs%3Darticle> (last visit 11 May 2011)

Other interesting information

*** Military contractor dies suddenly.** "... After multiple tours of duty as a scout sniper and a stint as a contractor in war-torn Iraq and Afghanistan, a former Marine died unexpectedly at home last week ... He had been working for contractor MVM Inc. in Iraq ... The cause of Sandoval's death is being investigated by L.A. County coroner's office, York said, and the family is wondering if it's a result of possible brain injury from a bomb blast he survived while a serving as a soldier..." Source: SGB Tribune, "Eric Sandoval, Former Marine, military contractor dies suddenly at home in Covina", 20 November 2010. <https://civiliancontractors.wordpress.com/2010/11/20/eric-sandoval-former-marine-military-contractor-dies-suddenly-at-home-in-covina/> (last visit 11 May 2011)

*** ... David A. Boone, 50, says Virginia-based MVM Inc. pulled his employment contract after he reported unprofessional conduct among fellow workers and the use of illegal weapons during top-secret assignments ... MVM, whose private security forces are used in war-torn countries by U.S. government agencies and corporations, declined comment Wednesday ... Boone's lawsuit includes allegations of a bungled November 2004 cover-up, in which he says MVM guards fabricated a horrific shootout with roadside snipers and later bragged about killing three enemy soldiers ... The made-up firefight with 20 to 30 enemy shooters near Baghdad's airport was a "fraudulent and false report" and a violation of MVM's government contract, the complaint said ... Boone, a former U.S. Army Special Forces soldier, said his employment agreement with MVM required him to "conform to the highest recognized and accepted professional standards and ethics" ... Typically, he earned about \$75,000 for each 90-day rotation to Iraq, the lawsuit said." Source: Rocky Mountain News, "IRAQ: Private Security Guard Sues after Reporting Claims of 'Unprofessional Conduct'", by John Accola, 15 December 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12890> (last visit 11 May 2011)**

*** MVM Employee compensation:** "... MVM is seeking mature, experienced, high risk mobile operators for existing overseas contract work. PAY: Compensation varies from \$525 - \$700 a



day... **SCHEDULE: Flexible Rotations!!! Usually 60-90 days on and 30-60 days off.** Apparently MVM worked for the CIA in Iraq, "Si buscamos MVM en icasualties.org (12/7/2005, see <http://icasualties.org/Iraq/Contractors.aspx>) encontramos por ejemplo a Gregory R. Wright, Jr. muerto en combate en Iraq en 2005 mientras protegía a oficiales de la agencia, la CIA le otorgó la Agency Seal Medal." Source: Foro de Inteligencia, 29 March 2008. <http://www.intelpage.info/forum/vlewtopic.php?f=61&t=729&start=10> (last visit 11 May 2011)

21. NOBLE PROTECTIVE SERVICES

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2000 <http://www.nobleprotectiveservices.com/index.html>

B) Headquarters: Miami, Florida, US. <http://www.nobleprotectiveservices.com/contact.html>

C) Leadership: Korwin K. Noble, Founder and CEO (former SWAT Team Officer, SWAT Team Trainer and Defensive Tactics Instructor) <http://www.nobleprotectiveservices.com/founder.html>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available about the year in which they started operating in Iraq, but the company, which belongs to the H-3 Group, claims to have been deployed in Iraq. "... *Noble Protective Services specializes in providing Protective Services, Security Consulting, Training and Investigative services in the United States, Iraq, ...*" <http://www.nobleprotectiveservices.com/>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Executive protection teams (both foreign and in-country nationals); air operations; maritime operations; security drivers; force protection; training programs (swat, close protection, tactical firearms, tactical driving); physical security surveys; installation of physical security measures – both commercial and residential; security consultation; inves-

tigations; armored vehicles; kidnap/ransom negotiations & response; emergency medical services; and armed/unarmed security services. <http://www.nobleprotectiveservices.com/services.html>

I) Clients: U.S. Department of Homeland Security, Dominican Republic National Police, Hewlett Packard, Fritolay, U.S. Postal Service, Kuwait Embassy, Port of Portland, amongst others. <http://www.nobleprotectiveservices.com/index.html>

Other interesting information

- H-3 states to have Noble Protective Services as a partner, including services provided in Iraq. Source: http://www.grouph3.com/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=257 (last visit 12 May 2011)

- Corwin Nobel, CEO of Noble Protective Services, states to have experience in Iraq between May and December 2004. "... responsible for close protection of eight principals, for security contract in Northern Iraq. Duties include coordination of client movements throughout Northern Iraq ..." Source: LinkedIn <http://mx.linkedin.com/pub/corwin-noble/16/601/415>. Complementary to that Additionally, Corwin Noble is said to be Director of Security Operations in Iraq of ISI Group. <http://www.warriortalk.com/archive/index.php/t-1643.html> (last visit 12 May 2011)

22. NOUR USA LTD.

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2003 <http://www.nourusa.com/history.html>

B) Headquarters: Virginia, U.S. <http://www.nourusa.com/history.html> and <http://www.nourusa.com/contactus.html>

C) Leadership: A. Houda Farouki, CEO <http://www.nourusa.com/news.html>

D) Number of employees: No official information available



E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Training solutions; oil management & development services; aviation solutions; electric & energy solutions; procurement & logistic services; food distribution and supply chain management; vehicle supply, distribution & maintenance; information & communications technology; and facility & staff services. <http://www.nourusa.com/sectors.html>

Other interesting information

"Nour was incorporated shortly after the war began and has received \$400 million in Iraq contracts, including an \$80 million contract to provide oil pipeline security that critic says came through the assistance of Ahmed Chalabi, who was influential in dragging the USA into the current quagmire with misleading assertions about WMDs."

Source:

* Charlie Cray, "The 10 Most Brazen War Profiteers"; 5 September 2006. <http://www.alternet.org/world/41083?<page=4> (last visit 12 May 2011)

23. PARATUS WORLDWIDE PROTECTION

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2005 http://www.paratus-iraq.com/index.php?option=com_content&view=article&id=45:background-sheet&catid=35:background-sheet&Itemid=56

B) Headquarters: North Carolina, U.S., with operational headquarters in Iraq. http://www.paratus-iraq.com/index.php?option=com_content&view=article&id=45:background-sheet&catid=35:background-sheet&Itemid=56

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: More than 100, <http://www.paratus-iraq.com/index>

http://www.paratus-iraq.com/index.php?option=com_content&view=article&id=45:background-sheet&catid=35:background-sheet&Itemid=56

E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: 2006 "Paratus Worldwide Protection's professionals have operated in Iraq since reconstruction efforts began, providing convoy protection, PSDs, security surveys and assessments, risk analysis, physical threat mitigation and business intelligence." http://www.paratus-iraq.com/index.php?option=com_content&view=article&id=26:current-operation&catid=29:current-operation&Itemid=55

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: Transportation security services, convoy protection, business intelligence and risk analysis. http://www.paratus-iraq.com/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=54

Other interesting information

- **PSCAI Membership:** Paratus Worldwide Protection appeared as a PSCAI "associate member" in 2006. Source [http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq\(PSCAI\).org/Docs/latested_fulllist_update.pdf](http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq(PSCAI).org/Docs/latested_fulllist_update.pdf) (last visit 30 September 2011)

24. PROTECTION STRATEGIES INCORPORATED

Find a Career that Fits You
more info

Support in Iraq
more info

Home

Protection Strategies Incorporated
We have every client's best interests at heart, and our service always exceeds expectations...

Welcome to the Protection Strategies Incorporated, PSI website. This site is designed to familiarize you with our company, our staff, our services, and our areas of expertise.

PSI is a U.S. Service-Disabled Veteran-Owned, Limited Liability Company (LLC) and is a U.S. Service-Disabled Veteran-Owned, Limited Liability Company (LLC) and is a U.S. Service-Disabled Veteran-Owned, Limited Liability Company (LLC). PSI maintains GSA Federal Supply Schedule for Schedule 01, Schedule 02, Schedule 03, and Schedule 04 Business Integrated Periodic (BIP) Schedule.

It is general, PSI was a two person security company with a contract supporting a Department of Energy, research, operations program. Over the years that have passed, PSI has grown into a company with uncompromising standards that provides state-of-the-art services to many agencies within the Federal Government as well as private corporations, state and local. Our entire staff has a vast depth and breadth of management and security experience, and PSI continues to add even more staff and expertise in

Logistics Management In Action

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1998 <http://www.protectionsi.com/main/>

B) Headquarters: Virginia, U.S. <http://www.protectionsi.com/main/node/313>

C) Leadership: Keith P. Hedman, CEO, and David K. Sanborn President (who previously served in the U.S. Army). <http://www.protectionsi.com/main/>



D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No specific information available. For an example of a contract see the one with the Joint Contracting Command-Iraq/Afghanistan (JCC-IA) to provide Theater Wide Internal Security Services. <http://www.protectionsi.com/main/contracts/departement-army-centcom-joint-theater-support-contracting-command-theater-wide-internal-se>

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Emergency management planning & operations; safeguards & security; personnel security operations; project management; logistical support; security operations; security training; physical security; information security & technology; military/paramilitary training & operations. <http://www.protectionsi.com/main/node/5> Specific services are provided in Iraq as recruitment, vetting, and training to support Iraq reconstruction, facility, force, and infrastructure protection operations including design, build, installation and maintenance of physical protection systems, facility security program design and management, mobilization and demobilization risk assessments and mitigation planning, amongst others. <http://www.protectionsi.com/main/node/39>

External information

Number of employees and revenue: \$ 75 Million, 175 employees. <http://www.indeed.com/cmp/Protection-Strategies-Incorporated>

25. REED INC.

REED AREA 71: AFRICA | MIDDLE EAST | USA
Tuesday, April 26, 2011

ABOUT SERVICES FINANCIALS CAREER OPPORTUNITIES CONTACT US

Security

Training

Logistics

Construction Management

Humanitarian Assistance

Peace Operations Support

Reed Incorporated provides professional, tactical, security, training, logistics, construction management, and project management support to our clients worldwide. Our clients include the United States, the United Kingdom, and other nations.

Our diverse clients, chosen for their leadership in their fields, seek and understand the specialized and complex nature of the services we provide. Our clients are not just contractors, they are partners in their projects.

Reed's personnel have a strong track record in providing the support of our clients. Aligned with the standards of a global firm, we are proud to operate with integrity and professionalism.

QUICK LINKS

Reed's Training Portfolio
 IT - Big Tech Consulting
 Defense Training

International Peace Operations
 Assistance (IPOA) The assistance provided to the United States and other partners of the United States in the Middle East and other regions.

The Department of Defense (DOD)
 The DOD is the largest and most complex organization in the world, and it is essential to the national security of the United States.

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: March 2003 <http://www.reedinc.com/web/page/554/interior.html>

B) Headquarters: Virginia, U.S., with operational headquarters in Iraq. <http://www.reedinc.com/web/module/contact/interior.html>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available about the number of employees, but there is a team stationed in Iraq. <http://www.reedinc.com/web/page/559/interior.html>

F) In Iraq since: 2003 <http://www.reedinc.com/web/page/559/interior.html>

G) Last annual revenue: No official information available for global revenue. In Iraq alone revenue was over \$180 million. <http://www.reedinc.com/web/page/559/interior.html>

H) Services: Security: personal security details, facility protection, maritime security, mine clearing, asset security, post conflict reconstruction and humanitarian aid, etc. Training: military tactics; security-psd, cp, facility protection, convoy protection; intelligence; de-mining; conflict prevention and resolution; capacity building; humanitarian relief operations; etc. Logistics: procurement and distribution; customs clearance; transportation of personnel and freight; financial management; life support (accommodation, laundry services, electrical and air conditioner installation and maintenance); vehicle maintenance; base and camp construction; overall logistical support; etc. Construction Management and Minor Construction Services: Humanitarian Assistance; management services for disaster relief; mobilization and de-mobilization services; logistical support; etc. Peace Operations Support: security services; training courses; peacekeeping; sectors served; engineering and construction; local government; post-conflict reconstruction; etc. <http://www.reedinc.com/web/page/557/interior.html> Specifically in Iraq the company also provides security, training, logistics, construction, technical support, risk management, and contingency planning. On the website it is stated that, "Reed has developed a substantial operational capability across Iraq, backed up by a comprehensive management, communications, logistical, technical, intelligence, operational, and training corps of experienced professionals." <http://www.reedinc.com/web/page/559/interior.html>

Other interesting information

a) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. Theart van Zyl, member of REED INC, is identified by Source Watch as Vice Chairman and Member of the Board of PSCAI. http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Private_Security_Company_Association_of_Iraq
Source: [http://www.Private_Security_Company_Association_of_Iraq_\(PSCAI\)_org/pscmembers.html](http://www.Private_Security_Company_Association_of_Iraq_(PSCAI)_org/pscmembers.html) (last visit 12 May 2011)

26. RONCO CONSULTING CORPORATION

Information from the official website (last visit 30 September 2011)





A) Founded: 1974 <http://www.roncoconsulting.com/>

B) Headquarters: Washington DC, U.S., with operational headquarters in Iraq. <http://www.roncoconsulting.com/about/facilities>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: 1,600 employees <http://www.roncoconsulting.com/about/what-we-do>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available regarding the exact date, but the company currently has three different projects in Iraq, on risk mitigation for a Chinese company, an oil company, and an international security company. See: <http://www.roncoconsulting.com/projects/bgp-iraq>; <http://www.roncoconsulting.com/projects/qed-security-iraq>; <http://www.roncoconsulting.com/projects/qed-security-iraq>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Mine and unexploded ordnance clearance; canine services, explosive ordnance disposal training, security services, analytical and assistance services. <http://www.roncoconsulting.com/about/what-we-do>

I) Clients: **Government:** U.S. Department of State (for an example of a contract between 2005-2010, see: <http://www.roncoconsulting.com/projects/humanitarian-mine-action-counterinsurgency-iraq>), NATO, UNO, and a variety of NGOs. **Security:** Risk management (G4S) **Commercial:** oil and gas industry organizations (BGP, Inc., China National Petroleum Company, and Hunt Oil), high-technology and infrastructure groups operating in hazardous environment. <http://www.roncoconsulting.com/clients>

External information

- **Leadership:** Stephen Edelmann and Larry Crandall, President and Vice President. **Source:** The Center for Public Integrity, "*Windfalls of War*", by Daniel Pollit. <http://projects.publicintegrity.org/wow/bio.aspx?act=pro&ddIC=50> (last visit 12 May 2011)


- **In Iraq since:** On 14 March 2003, Ronco was awarded a contract by the U.S. Defense Department worth more than \$419,000 to come up with a plan to disarm, demobilize and reintegrate the Iraqi armed forces, as well as national and regional militias.

Source: Ibid

- Ronco is a subsidiary of WSI, whose CEO is David W. Foley (and WSI is a subsidiary of G4S). http://www.wsihq.com/mine_clearance.html (last visit 12 May 2011)

- **Revenue:** More than \$70 million when it "...attracted the attention of Wackenhut Services, Inc. (WSI), part of London-based G4 Securicor..." <http://www.americanexecutive.com/archived-spotlights-industry/miscellaneous/6982-ronco-consulting-building-for-the-future> (last visit 12 May 2011)

27. SAIC (SCIENCE APPLICATIONS INTERNATIONAL CORPORATION)



Information from the official website (last visit: 30 September 2011)

A) Founded: 1969 <http://www.saic.com/about/>

B) Headquarters: McLean, Virginia, U.S. <http://www.saic.com/tools/contact.html>

C) Leadership: Walter P. Havenstein, CEO <http://www.saic.com/news/pdf/corporatefactsheet.pdf>

D) Number of employees: 43,000 employees worldwide <http://www.saic.com/about/>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2003 <http://www.saic.com/news/pdf/Annual-Report2004.pdf>

G) Last annual revenue: \$11,1 billion (Fiscal Year 2010) <http://www.saic.com/news/pdf/corporatefactsheet.pdf>

H) Services: **National Security:** provider of scientific, engineering, systems integration and technical services and products to all branch of the U.S. military, agencies of the U.S. Department of Defense, the Intelligence community, the U.S. Department of Homeland Security and other U.S. Government civil agencies. **Energy:** It integrates solutions that enable their energy industry customers to reduce costs, streamline operations, and operate more effectively. **Environment:** SAIC excels at helping their customers integrate and optimize environment and infrastructure systems and capture the value from aligning and integrating science, business processes and information technology. **Critical Infrastructure:** SAIC combines long experience and deep domain knowledge in areas vital to public well-being with expertise in physical and cyber security to help protect critical public infrastructure. <http://www.saic.com/business/>

External information

- In Iraq since: "SAIC's Iraq contacts appear to begin some time in February 2003, nearly



two months before the war, when the Pentagon formed the "Iraq Reconstruction and Development Council".

Source: Alternet, "Divvying up the Iraq Pie", by Stephen Pizzo, 7 October 2003. <http://www.alternet.org/story/16901/> (last visit 12 May 2011)

Other interesting information

a) Iraqi Media Network as a tool for the conflict. In 2003 SAIC created this "free and independent indigenous media network" during the war that quickly became a mouthpiece for the Pentagon, a propaganda tool." **Sources:**

* The National Security Archive, "The media war plan," Electronic Briefing Book No. 219, 8 May 2007 <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB219/index.htm> (last visit 12 May 2011)

* A January 2003 Pentagon White Paper recommended the creation of a "Rapid Reaction Media Team" for Iraq. http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB219/iraq_media_01.pdf (last visit 12 May 2011)

b) Political connections. One of the Pentagon's largest, most lucrative and politically connected contractors taking into account that its vice chairman is retired Admiral William Owens, Rumsfeld's mini-think tanks; former chief counter-terrorism expert on the National Security Council, Army General Wayne Downing, is a member of SAIC's board; and David Kay, the former UN weapons inspector who was hired by the Central Intelligence Agency

Source:

* Asian Times, "Massive military contractor's media mess", by Jim Lobe and Katrin Dauenhauer, 16 August 2003. http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/EH16Ak02.html (last visit 12 May 2011)

28. SALLYPORT GLOBAL HOLDING

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2003 <http://www.sallyportglobal.com/about-sallyport/our-history.php>

B) Headquarters: Bridgeville, U.S., with operational offices in Bagdad (Iraq) <http://sallyportglobal.com/contact-us/>

C) Leadership: John Deblasio, President and Winfried Scheel Vice President. <http://www.sallyportglobal.com/about-sallyport/our-history.php>

D) Number of employees: No official information available about the exact number of employees, but the company does mention to have employees from 11 different countries. <http://www.sallyportglobal.com/about-sallyport/our-history.php>

E) Employees in Iraq: No official information available. The Company states to have different projects in Iraq (as example "*Sallyport also employs staff at or near the 3 major commercial air hubs in Iraq (Erbil Airport, Baghdad International Airport and Basrah International Airport).*") http://www.sallyportglobal.com/case-studies/case-study_IraqOilSecurity.php

F) In Iraq since: 2003 (post war reconstruction efforts in Iraq) <http://sallyportglobal.com/about-sallyport/our-history.php>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Sallyport provides global procurement, logistics, construction, base operations support, fire & emergency services, security and protection services to companies and government organizations operating in remote regions (including Iraq), disaster areas and high threat environments. Regarding the services it provides in Iraq, it states that: "*Sallyport has been providing high-profile movement security, large-scale static security in high threat environments and route/venue risk assessments for its clients in the Middle East since 2004. Current operational locations include the Kurdish Regional Governate (including visits to Kirkuk and Mosul), Basrah, and Baghdad.*" Additionally, "*Initially Sallyport focused on mission-critical procurement and logistics support for security companies operating in Iraq.*" <http://sallyportglobal.com/case-studies/>; <http://sallyportglobal.com/about-sallyport/what-we-do.php>

I) Clients: AECOM, The Louis Berger Group, U.S. Corp of Engineers (Gulf Region Division), USAID, CH2M Hill, The World Bank, Management Systems International, Kellogg Brown Root, ITT Corporation, Air Force Civil Engineer Support Agency, FEMA (Federal Emergency Management Agency), PAE, ArmorGroup, United Nations, U.S. General Services Administration, URS, RTI International. In some contracts Sallyport is contracted by PMSCs that have been previously contracted with U.S. Government. <http://sallyportglobal.com/about-sallyport/our-clients.php>.

Other interesting information

a) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member. **Source:** [http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq\(PSCAI\).org/pscmembers.html](http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq(PSCAI).org/pscmembers.html) (last visit 13 May 2011). The company also appears to be a member of ISOA. See the special reference to the company on ISOA's official website; <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 29 September 2011).

b) An example of a joboffer for Sallyport in Iraq: "*Sallyport Global Services is currently seeking candidates to serve on 1 of 5 Incident Response Teams (IRTs) for an Environmental Remediation Task Order in within Iraq. Each team shall be based at a specific U.S. Forces installation, anticipated to be the Multi-National Division (MND) HQ bases, and shall be responsible for incident responses throughout Iraq. Sallyport Global Services will provide qualified candidates travel to Iraq as well as food, lodging, badging, and uniforms. SGS will also provide a competitive salary, health and dental benefits as well as life insurance for qualified candidates.*" **Source:** <http://www.gethazmatjobs.com/Iraq/Iraq-hazmat-remediation-2015685.htm> (last visit 13 May 2011)



SECURIFORCE INTERNATIONAL AMERICA LLC

SECURIFORCE INTERNATIONAL AMERICA

HOME ABOUT US SERVICES CONTACT US

Home Services Logistic Support Risk Analysis and Assessment Community Relations Services Advisory Services

PROTECTIVE SERVICES

Securiforce provides a wide range of protective services for individuals, organizations, and government agencies. Our services include:

Personal Security Details (PSD) - Individuals and Teams

Securiforce's skilled security teams take events to the next level of protection with the absolute confidence that they are safe. Our teams are discreet and they can act as advisors and event planners in the situation and they include extensive live threat mitigation, proactive and reactive support. Team protection, surveillance, threat assessment and intelligence, and event management teams. To learn more contact us.

Our extensive training and security services for individuals, including special operations, intelligence and strategic management. The PSD team and all of Securiforce's other security and military services. (PSD) Core Services

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available.

B) Headquarters: Fort Worth, Texas, U.S. <http://www.securiforce-ia.com/contact.php>.

C) Leadership: No official information available.

D) Number of employees: No official information available. The company only states that "...our people are professionally trained protective security specialists, recruited from ex US, British, Commonwealth forces and law enforcement..." http://www.securiforce-ia.com/our_people.php

E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: No official information available.

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: Protective services, logistic support, risk analysis and assessment, and community relations services. http://www.securiforce-ia.com/protective_services.php Additionally, the company claims for human rights respect while providing its services, "We respect the dignity of all human beings and strictly adhere to all applicable international humanitarian and human rights laws and take every practicable measure to minimize loss of life and destruction of property." http://www.securiforce-ia.com/core_values.php

I) Clients: No official information available. The company claims to "...only work for legitimate, recognized governments, organizations and private companies. We will not engage in any unlawful activity thwarting international efforts towards peace..." and "...We select partner companies and subcontractors with the utmost care and due diligence..." http://www.securiforce-ia.com/core_values.php

External information

Leadership: Kenneth Nix and Keith Dalton (delegates to IPOA/ISOA) **Source:** ISOA website

te <http://ipoworld.org/eng/isoamembers/70-secuiforce.html> (last visit 13 May 2011)

Other interesting information

a) International Stability Operations Association (IPOA/ISOA) member since 2009.
<http://ipoworld.org/eng/isoamembers/70-secuiforce.html> (last visit 13 May 2011)

30. SPECIAL OPERATIONS CONSULTING-SECURITY MANAGEMENT GROUP (SOC-SMG)



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

- A) Founded:** No official information available, <http://soc-smg.com/page/home>
- B) Headquarters:** No official information available
- C) Leadership:** No official information available
- D) Number of employees:** No official information available
- E) Employees in Iraq:** No official information available
- F) In Iraq since:** No official information available
- G) Last annual revenue:** No official information available

H) Services: The company provides security services for individuals, domestic facilities, nuclear power plants, and military bases. The company provides logistics services worldwide. The company has a wide breadth of operations and maintenance (O&M) capabilities. The company trains military, police, and corporate personnel in the latest techniques and force protection strategies including personal weapon handling, off-road vehicular maneuvering,



planning / executing convoy operations, and a full range of requirements from the military and SWAT Teams. SOC provides the complete range of Base Operating Services (BOS) including Life Support Services for clients, employees, and third parties. Housing, food, water, power, waste removal, HVAC, and MWR programs can be custom designed to support the mission in the most austere and hostile environments. Camps can be built from the ground using their architectural, engineering, and construction services. The company can add additional support services such as vehicle and aircraft maintenance, IT, communication support, supply & warehouse management, facility repair and modification, as well as port and airfield operations. <http://soc-smg.com/page/base> and <http://soc-smg.com/page/home>.

I) Clients: The U.S. Departments of State, U.S. Defense, and Energy; other government agencies; and numerous commercial companies and individuals <http://soc-smg.com/page/home>

External information

- **Employees in Iraq:** 300 employees in 2004 **Source:** David Isenberg, "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 13 May 2011)

- **Headquarters:** Las Vegas, Nevada, U.S. **Source:** David Isenberg, "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 13 May 2011)

- **Leadership:** Robert Shiells, Board Chairman and CEO and Frederic Pieri, co-founder and Chief Operative Officer. **Source:** The Namibian, "Namibia: all hiring for Iraq halted", by Brigitte Weidlich, 16 October 2007. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=14756> (last visit 13 May 2011)

Other interesting information

a) Recruitment of foreign personnel for operating in conflict zones: "... In October 2007 Namibian authorities ordered the deportation of two Americans working for SOC-SMG that were trying to recruit Namibians to work as guards at U.S. facilities in Iraq and Afghanistan. The Namibian Government also recommended the closure of the local branch of the firm. The company had aimed to recruit at least 3000 Namibians to work in Iraq and Afghanistan through a local employment agency, with promised salaries of \$1000 per month ..."

Source: Mauricio Lazala, "Private Military and Security Companies and their impacts on Human Rights in contexts other than war", January 2008. http://www.havenscenter.org/files/Lazala%20Paper_0.doc (last visit 13 May 2011)

b) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. **Source:** [http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq\(PSCAI\).org/pscmembers.html](http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq(PSCAI).org/pscmembers.html) (last visit 13 May 2011)

31. STEELE FOUNDATION

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: On the website it is stated that Steele Foundation has been, "Providing services for more than two decades," http://www.steelefoundation.com/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=27

B) Headquarters: San Francisco, California, U.S. http://www.steelefoundation.com/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=27

C) Leadership: Kenn Kurtz, CEO and Gretchen A. Farrell, senior Vice President http://www.steelefoundation.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1057&Itemid=63

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: **Business Investigation:** employee misconduct, brand protection, due diligence, loss control. **Consulting:** business continuity and physical security; governance, risk and compliance. **Strategic security:** event security, personal protection, and workplace stability. http://www.steelefoundation.com/index.php?option=com_joomap&Itemid=100

External information

- **Employees in Iraq:** In 2004 the company had 500 agents in Iraq, of which one-third were westerners and the rest Iraqis. **Source:** San Francisco Chronicle, "Global Security Firms Fill in as Private Armies", by Robert Collier, 28 March 2004. <http://www.comwatch.org/article.php?id=11263> (last visit 13 May 2011)



32. SYTEX GROUP INC.

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

No website of this company. **Today it's a Lockheed Martin Information Technology subdivision**, http://www.lockheedmartin.com/news/press_releases/2005/LockheedMartinAgreesAcquireSytexGro.html

A) Founded: 1986. It was absorbed by Lockheed Martin in 2005 (ibid)

B) Headquarters: Pennsylvania, U.S. (ibid)

D) Number of employees: 3,000 in 2005 (ibid)

G) Last annual revenue: \$425 million in 2004 (ibid)

H) Services: The Sytex Group Inc., through its three operating divisions, is focused on technology engineering and systems integration; command & control, communications, computers and intelligence; information operations/information warfare; network security solutions; security assistance and training; and integrated logistics and business management systems. (ibid)

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

- Alleged prisoners torture. "... *Sytex Corporation* (Emphasis added) provided interrogators and translators for employment in Iraq at the prisons at Abu Ghraib, Camp Cropper and Camp Whitehorse ..."

Sources:

* William D. Hartung, "Prophets of War: Lockheed Martin and the Making of the Military-Industrial Complex". http://www.waltermet.org/books/149492/prophets_of_war_how_defense_contractor_lockheed_martin_dominates_the_military_establishment/?page=entire (last visit 13 May 2011)

* Corpwatch, "Meet the New interrogators: Lockheed Martin", by Pratap Chatterjee, 4 November 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12757> (last visit 13 May 2011)

* "Class Action, demand for Jury Trial, Case No.04 CU 1143 R (NLS)" http://www.sourcewatch.org/images/2/2f/Al-Rawi_v_Titan_et_al_04cv01143_second_amended_complaint_1-62.pdf (last visit 13 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- Employees in Iraq: "... The exact number of personnel supplied by Sytex is not known, but a sense of the scale of the effort can be gleaned from the fact that in one post-9/11 ad alone the company sought 120 "intelligence analysts," many of whom would have the skills needed to serve as translators and/or interrogators in Iraq..."

"Prophets of War: Lockheed Martin and the Making of the Military-Industrial Complex ... A serious issue regarding Sytex's military interrogation work came up in a report by the Army Inspector General. The report found that two of the four Sytex interrogators working at Camp Bagram in Afghanistan had not received training in military interrogation techniques that would have included instruction in the Geneva Conventions requirements on the treatment of prisoners of war." **Source:** William D. Hartung, "Prophets of War: How Defense Contractor Lockheed Martin Dominates the Military Establishment", 12 January 2011. http://www.waltermet.org/books/149492/prophets_of_war_how_defense_contractor_lockheed_martin_dominates_the_military_establishment/?page=entire (last visit 13 May 2011)

- Clients: A least the U.S. Army. "... The Army has enlisted The Sytex Group, Inc's Sytex unit and American Management Systems (AMS) to aid soldiers in Iraq translate and manage captured foreign documents with the Document and Media Exploitation (DOMEX) Tactical Support Suite (TSS)." **Source:**

Ann Roosevelt, "US: Army, Industry Speed Document Exploitation, *Defense Daily*", 10 February 2004. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=11200> (last visit 13 May 2011)

Other interesting information

Non-PSCAI Member/ Non-ISOA member

Sources: http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf; <http://www.pscail.org/pscmembers.html>; and <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011)

33. TIGERSWAN

TigerSwan
Providing Solutions to Global Stability

HOME GLOBAL STABILITY CORPORATE SERVICES TRAINING INTELLIGENCE INVESTIGATIONS

GLOBAL STABILITY

Stability (n) The attitude of being firm and steadfast; steadiness and surety (especially of society) environments.

Global Stability encompasses various support missions conducted within the US and abroad. We coordinate and ensure compliance with interests of governmental and corporate institutions, to maintain or reestablish a safe and secure environment, provide essential logistical services, respond emergency infrastructure, and assist with humanitarian and disaster relief.

Global challenges must be met with discipline, critical analysis and subject-matter expertise. TigerSwan has extensive operational success throughout the Middle East, Central and South America, Europe and Asia. All operations are conducted in accordance with local and international laws and sensitivity to local customs, and with the highest standards of professionalism, integrity and respect for humanity.

Project Management and Systems Integration

- Program implementation
- Synchronization strategy
- Monitoring

Risk Analysis/Threat Management

Linguist Support

- Interpretation
- Translation services

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2005 <http://www.tigerswan.com/site/tscontent/?cat=4>

B) Headquarters: North Carolina, U.S. <http://www.tigerswan.com/>

C) Leadership: James Reese, co-founder and CEO, and Brian Searcy, President, co-founder and COO. The website provides the following background on James Reese: "21 years of a 25-year career in Army Special Operations and a decorated combat leader and a disabled veteran. His last 10 years he served as an Operator Officer within the "Delta Force." Served 20 years in key military command and staff leadership roles within the "Delta Force," Ranger Regiment and 1st Cavalry Division. He culminated his career as the Director of Operations and Chief of Staff for a 1,600 person Combined, Joint, Interagency Task Force (CJIATF) conducting combat operations in Iraq". Regarding Brian Searcy it states that he "served 23 years in Army Special Operations and spent the last 16 years with Delta Force. His leadership experience included serving as a military advisor in Central and South America and as the Command Sergeant Major for a 1,700 person Joint Special Operations Task Force in Iraq". <http://www.tigerswan.com/site/about/bios.shtml>

D) Number of employees: 250 personnel worldwide <http://www.tigerswan.com/site/about/bios.shtml>



E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: No official information available. The company has operational headquarters in Bagdad (Iraq). http://www.tigerswan.com/site/global_stability/. For one of the last Iraq contracts made public on the company's website, see: *'TigerSwan Awarded US Dept of Defense Iraq Security Contract'*, 2 March 2010. <http://www.tigerswan.com/site/tscontent/?p=183>.

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: *Global Stability:* project management and systems integration; risk analysis/mitigation/management; linguist support; security operations; logistics; disaster relief. *Corporate Services:* strategic communications planning; program lifecycle services; information technology assessment and planning; business planning; civil engineering and construction. *Training:* mobile training teams and a training collaboration center (Fayetteville, North Carolina). *Intelligence & Investigations:* <http://www.tigerswan.com/>.

Other interesting information

a) Tigerswan alliance with Iraqi PMSC. *'TigerSwan and the Iraqi-owned Babylon Eagles Security Company (<http://besc.net/contact.htm>), the largest operating risk management and logistics company, have formed a strategic alliance to form the pre-eminent provider of integrated security, safety and logistics solutions in Iraq; this strategic alliance provides a comprehensive service to support customers throughout Iraq and provides current and relevant security, safety, logistics and stabilization business solutions.'* **Source:** <http://www.bers-iraq.com/> (last visit: 11 April 2011).

b) Legal grey zone: *'...Mercenary companies such as TigerSwan and Blackwater operate in a legal gray area. There is uncertainty whether they're subject to civilian law, military law or neither... "The fact is that mercenaries like TigerSwan and Blackwater are hated by people in the middleeast because of their legendary brutality, racism, arrogance and their ability to get away with murder... literally," says Christian Stalberg, a spokesperson for Blackwater Watch, a group based in North Carolina that is concerned about human rights abuses, indiscriminate use of deadly force and the lack of accountability by private armies, mercenaries, and private security contractors.'* **Source:** Blackwaterwatch: <http://blackwaterwatch.net/Oct2011TigerSwan-pressreleaseFinal.pdf> (last visit: 13 May 2011).

c) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member. **Source:** [http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq\(PSCAI\).org/pscmembers.html](http://www.PrivateSecurityCompanyAssociationofIraq(PSCAI).org/pscmembers.html) (last visit: 13 May 2011).

34. TITAN

Information from the official website (last visit: 17 May 2011)

There is no official Titan website available. In 2005, **L-3 acquired Titan** and its workforce. The remaining Titan Group divisions are part of **L-3 Services** and were given new names. <http://www.l-3.com.com/investor-relations/documents/Annual-Reports/L3-2005-ar.pdf>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) Prisoners abuse. In the Abu Ghraib prison it was reported translators were private contractors from the Titan firm. Two Titan employees were alleged involved in the proven

abuse incidents: John Israel and Adel Nakhla. The plaintiffs assert 20 causes of action, among which: torture, cruel, inhuman, or degrading treatment; assault and battery; intentional infliction of emotional distress. None of these personnel were prosecuted.

Sources:

* Global Research, *"The Privatization of War: Mercenaries, Private Military and Security Companies. Beyond the WikiLeaks Files"*, by José L. Gomez del Prado, 8 November 2010. <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=21826> (last visit: 17 May 2011)

* Peter W. Singer, *"The private military industry and Iraq: what have we learned and where to next?"*, pages 9 and 16. http://wikivictorybriefs.com/downloads/session-ii-week-1-articles/2004_Singer-Overview.pdf (last visit 17 May 2011)

* TITAN is involved in court cases involving their alleged participation at Abu Ghraib Prison in Iraq:

1. Saleh v Titan: Class Action versus Titan Corporation, demand for Jury Trial, Case No. 1:05-cv-1165 filed September 2005 in the U.S. District Court for the District of Columbia (*Saleh v Titan Corporation* (Case No. 09-1313), <http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/al-shima-ri-v-caci-et-al> (last visit 20 June 2011)). See Class action complaint: http://ccrjustice.org/files/Saleh_3rdamendedcomplaint.pdf (last visit 10 June 2011). For more information see Box Legal Case *Saleh v. Titan Corporation*. The case has been recently closed: On 27 June 2011 the Supreme Court denied plaintiffs petition, <http://www.supremecourt.gov/orders/courtorders/062711zor.pdf> (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Saleh v. Titan Corporation*. This is a key court proceeding, as many human rights abuses under investigation by U.S. Courts allegedly executed by U.S. Private and Military Companies are waiting for the final decision by the U.S. Supreme Court to decide the other cases.

2. Al-Quraishi et al v Nakhla and L-3 (formerly Titan Corporation, which employed co-defendant) et al Civil Action NO. 8:08-cv-1696. See complaint: <http://www.ccrjustice.org/files/Amended%20Complaint.pdf> (last visit 14 June 2011). For more information see Legal Box, *Al-Quraishi et al v. Nakhla et al.*

* Corpwatch, *"Private contractors and torture at Abu Ghraib"*, by Pratap Chatterjee and A.C. Thompson, 7 May 2004. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=11285> (last visit 17 May 2011)

* Taguba, A.M., "Taguba report on alleged abuse of prisoners by members of the 800th Military Police Brigade at the Abu Ghraib Prison, Baghdad", 2004, pages 17, 26, 36 and 53. <http://s3.amazonaws.com/corpwatch.org/downloads/taguba.pdf> (last visit 17 May 2011) This report was prepared on alleged abuse of prisoners by members of the Military Police Brigade at the Abu Ghraib Prison, where Titan employees Adel Nakhla, Civilian Translator, (Titan Corp. assigned to the 205th MI Brigade) and Torin S. Nelson (Contractor, Titan Corp., assigned to the 205th MI Brigade), among others, are quoted (some as suspects).

* Anthony R. Jones and George R. Fay, *"Investigation of Intelligence activities at Abu Ghraib by the US Army"*. <http://s3.amazonaws.com/corpwatch.org/downloads/FayReport.pdf> (last visit 17 May 2011). This report analyzes several human rights incidents in Abu Ghraib (Iraq), reporting about Titan contractor alleged involvement, describing at least two Titan civilians as alleged suspects and one Titan civilian (civilian 10) as considered cleared from any wrong doing.

* Corpwatch, *"Titan's translators in trouble"*, by Pratap Chatterjee, 6 May 2004. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=10848> (last visit 17 May 2011)

** ... *The case was filed in 2004 by a dozen former prisoners and the family of a man who died in detention, accusing Titan and CACI of conspiring with US officials "to humiliate, torture and abuse persons" at Abu Ghraib. The companies will try to get the case thrown out, arguing that they cannot be tried as they were under the control of the army, which in turn says it can only prosecute its own personnel, not civilians. The grey area in which civilian contractors operate in Iraq was recently highlighted by Blackwater USA, a US company whose role in a*



Baghdad shoot-out that left 10 Iraqis dead is being investigated Under an order passed by the US occupation authority in 2004, security contractors hired by the Pentagon and state department enjoy immunity from arrest under Iraqi law for acts related to their contracts ... Aljazeera, "US firms face court over Iraqi abuse", 2 October 2007. <http://english.aljazeera.net/news/americas/2007/10/2008525123551746960.html> (last visit 17 May 2011)

b) Translator assaults other translator in Iraq. On 22 June 2008 Iraqi-Canadian translator Alaa Mohammad Ali was sentenced by a military court to five months prison for assault on another translator. Ali allegedly "grabbed him from behind and cut him four times with a knife". It is the first case following the changes to the military justice system that made it possible to charge civilians contractors to be convicted under a 2006 amendment to the Uniform Code of Military Justice.

Sources:

* UN Assistance Mission for Iraq (UNAMI), "Human Rights Report", 1 January - 30 July 2008, number 38, page 12 http://www.uniraq.org/documents/UNAMI_Human_Rights_Report_January_June_2008_EN.pdf

* "...The incident might have been no more than a footnote amid the death and carnage of daily life in Iraq. But the case against the jailed interpreter, who was employed by L-3 Communications Titan Group, is expected to be the most significant test of whether military contractors can be held legally accountable in the theatre of war ... Until now, contractors in Iraq have largely remained outside the reach of the legal system. But changes tucked into federal legislation in late 2006 have made it possible to charge civilians under the military justice system. The case against Alaa Mohammad Ali, charged last week, is the first following the changes to the military justice system, and Ali is the first civilian to face a possible court-martial in nearly four decades..." US News, "First contractor charged under military Justice System," by Emma Schwartz, 5 April 2008. <http://www.usnews.com/news/iraq/articles/2008/04/05/first-contractor-charged-under-military-justice-system> (last visit 17 May 2011)

External information

- **Employees in Iraq:** 6,500 linguists in 2006 **Source:** Washington Post, "Census counts 100,000 contractors in Iraq", by Renae Merle, 5 December 2006. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/04/AR2006120401311.html> (last visit 17 May 2011)

- **Last annual revenue:** \$2 billion. **Source:** Documentary "Iraq for Sale The War Profiteers."

- **Services:** Translation services to the U.S. military, sale of communication hardware systems to the U.S. military, intelligence systems (e.g. builds a modified Humvee called the Prophet that allows the military to locate and target people in the surrounding area that are using electronic communication ranging from unencrypted push-to-talk radios to cell phones), spy planes program (support to the Airborne Warning and Control System (AWACS) spy planes), mental health services to military service members, among others. **Source:** Corpwatch, "Titan's translators in trouble" by Pratap Chatterjee, 6 May 2004. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=10848> (last visit 17 May 2011)

Other interesting information


- **Headquarters, employees, revenue and services provided by Titan in Iraq:** "... Titan corporation of San Diego, California, one of the two companies accused of complicity in the prison abuse scandal in Abu Ghraib, Iraq, is currently facing numerous federal investigations for work done in Iraq and around the world. The 23-year old company, which has about 12,000 employees and revenues of about \$2 billion a year, sells information and communication services to military and spy agencies ... Like many other contractors in Iraq, Titan

workers often carry weapons, technically illegal under United States military law, and travel with the troops, making them easy targets for the underground resistance who view them as traitors ...” Corpwatch, “Titan’s translators in trouble”, by Pratap Chatterjee, 6 May 2004. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=10848> (last visit 17 May 2011)

- **PMSC bribery in politics in Africa:** “... The Titan corporation was accused of funnelling more than \$2m into the 2001 re-election campaign of President Mathieu Kérékou ...” BBC News, “U.S. company admits Benin bribery”, 2 March 2005. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/4310331.stm> (last visit 17 May 2011)

- **Non-PSCAI Member:** Sources: http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011)

35. TRIPLE CANOPY



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2003 <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/about/>

B) Headquarters: Washington D.C., Virginia, U.S., with operational offices in Bagdad (Iraq). <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/about/> and <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/news/20060725.php>

C) Leadership: Tom Katis (“combat veteran of the U.S. Army Special Forces -Green Berets”) and Matt Man (“over 23 years of military experience, six of which were with the U.S. Army’s 1st Special Forces Operational Detachment-Delta -Delta Force”), Co-founders and Co-Chairmen, and Ignacio “Iggy” Balderas, CEO and member of the Board of Directors (“has over two decades of experience in Special Forces units, including service with the U.S. Army’s 1st Special Forces Operational Detachment-Delta -Delta Force”). <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/about/leadership.php>

D) Number of employees: More than 5,000 employees and security specialists worldwide. <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/assets/pdf/TripleCanopyMediaRelations-Facts09-16-2010.pdf>

E) Employees in Iraq: Even though there is no specific information available about the actual number of employees in Iraq, the company claims to have expatriates, third country nationals (TCNs) and host country nationals (HCN) in Iraq. <http://www.triplecanopy.com/>



triplecanopy/en/experience/

F) In Iraq since: 2004 <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/about/>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Assessments, training (tactical operations and SWAT training, risk mitigation strategies, personal protection, etc), crisis management, protection and support services. See <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/services/> and http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/assets/pdf/CorpBroc_1210_LR.pdf. Additionally, the company claims that, while providing services, "... Triple Canopy's business conduct be guided by the *United Nations Universal Declaration of Human Rights and other applicable human rights documents and principles. These include the Chemical Weapons Convention, Convention Against Torture, Geneva Conventions (including Protocols Additional to the Geneva Conventions), and the Voluntary Principles on Security and Human Rights* ..." <http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/about/human-rights.php>

I) Clients: Integrated security solutions to government agencies, private corporations and non-governmental organisations worldwide (including Iraq). The Company is registered as an international exporter with the U.S. Department of State Directorate of Defense Trade Control and can export internationally. http://www.triplecanopy.com/triplecanopy/en/assets/pdf/CorpBroc_1210_LR.pdf

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) Lack of basic human rights in third states and trafficking of persons. In 2005, 105 Chileans were undergoing military training in the former army base of Lepaterique in Honduras. They had entered Honduras as tourists (with no other valid documentation for the purpose of military training) and were illegally in Honduras. They used high-calibre weapons.

Sources:

* "...The Working Group remains concerned at information received regarding Honduran nationals recruited by firms registered in Honduras that are subsidiaries of foreign-based companies, and who have received training in Honduras; and at the situation faced by a significant number of these individuals who have travelled to Iraq. Such a situation arose in the case of Your Solutions Honduras, a subsidiary of Your Solutions Inc. of Illinois, United States of America, which was subcontracted by Triple Canopy in Washington D.C., under a contract for the Department of Defense of the United States..." "Working Group on the use of mercenaries. Mission to Honduras", United Nations document A/HRC/4/42/Add.1, 20 February 2007. <http://www.unhcr.org/refworld/type/MISSION.HND.461f90f22.0.html> (last visit 18 May 2011)

*Global Research, "The Privatization of War: Mercenaries, Private Military and Security Companies. Beyond the Wikileaks files", by José L. Gomez del Prado, 8 November 2010. <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=21826> (last visit 18 May 2011)

b) Civilians allegedly shot by PMSC. In 2006 the PMSC fired two contractors working in Iraq for their failure to properly report that their shift leader fired twice into Iraqi civilian vehicles (one taxi and one pick-up) without provocation, killing a taxi driver. Former army ranger Shane Schmidt, former Marine Charles L. Sheppard III, Fijian guard Isireli Naucukidi and their shift leader, Jacob C. Washbourne, were all working on an assignment for KBR when the shootings occurred near Baghdad on 8 July. Schmidt and Sheppard were fired for reporting Washbourne's attempted murders. Naucukidi reported the 8 July incidents immediately and left Triple Canopy on his own. In August 2007 the case went to trial in Fairfax County Circuit Court and a jury found in favor of Triple Canopy.

Sources:

* * * All three men worked for Triple Canopy, a corporation formed in 2003 by former military men to provide security in the Middle East for the United States government and private companies. . . . In court papers, Triple Canopy has not denied that the incidents occurred. The company has tried to have the case dismissed on the grounds that no violation of Virginia law occurred and that Schmidt and Sheppard were "at-will" employees and could be fired for any reason." The Washington Post, "US Contractor Fired On Iraqi Vehicles for Sport, Suit Alleges", by Tom Jackman, 17 November 2006. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/11/16/AR2006111601615.html> (last visit 18 May 2011)

* * * On the afternoon of July 8, 2006, four private security guards rolled out of Baghdad's Green Zone in an armored SUV. The team leader, Jacob C. Washbourne, rode in the front passenger seat. He seemed in a good mood. His vacation started the next day. "I want to kill somebody today," Washbourne said, according to the three other men in the vehicle. . . . Washbourne, a 29-year-old former Marine, denied the allegations. . . . The full story of what happened on Baghdad's airport road that day may never be known. But a Washington Post investigation of the incidents provides a rare look inside the world of private security contractors, the hired guns who fight a parallel and largely hidden war in Iraq. The contractors face the same dangers as the military, but many come to the war for big money, and they operate outside most of the laws that govern American forces. The Pentagon estimates that at least 20,000 security contractors work in Iraq, the size of an additional division. Triple Canopy employed the four guards. After the one-week probe, the company concluded that three questionable shooting incidents had occurred that day and fired Washbourne and two other employees, Shane B. Schmidt and Charles L. Sheppard III. The Washington Post, "Four Hired Guns in an Armored Truck, Bullets Flying, and a Pickup and a Taxi Brought to a Halt. Who Did the Shooting and Why", by Steve Fainaru, 15 April 2007. http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/14/AR2007041401490_2.html (last visit 27 July 2011)

* * * Mr. Schmidt was a Marine Corps sniper who served two tours in Afghanistan before taking a job in 2004 with Triple Canopy, a Herndon-based company and one of the largest defense contractors working with the U.S. military in Iraq. . . . For \$500 a day, he provided protection for American bases and visiting military personnel and contractors. . . . On July 8, 2006, the former Marine was one of four Triple Canopy employees traveling in an armored sport-utility vehicle to the Baghdad airport. . . . In two separate encounters later that day, Washbourne fired unprovoked into the windshields of an occupied taxi and pickup truck, said Mr. Schmidt and a colleague, former Army Ranger Charles L. Sheppard III. They suspected that civilians had been seriously injured or killed, although they didn't know. . . . "I do not have a problem killing bad guys, that's what we do," Mr. Schmidt told the New York Times in 2006. "But murdering innocent civilians? That is wrong, and justice has to be served. . . ." The Washington Post, "Former Marine Corps sniper and security contractor Shane Schmidt dies at 33", by Emma Brown, 23 September 2010. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/09/23/AR2010092307293.html> (last visit 18 May 2011)

External information

-Revenue and clients: * . . . Triple Canopy was the ninth-largest contractor for the U.S. State Department in fiscal 2005, with payments totaling more than \$90 million, government records show. . . . That sum does not include what Triple Canopy is paid by private firms such as KBR, formerly Kellogg, Brown & Root, a subsidiary of Halliburton Co. that is involved in rebuilding in Iraq. . . . The Washington Post, "U.S. Contractor Fired On Iraqi Vehicles for Sport, Suit Alleges", by Tom Jackman, 17 November 2006. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/11/16/AR2006111601615.html> (last visit 18 May 2011)

Other interesting information

-Army leaves while PMSC enters: "The State Department is preparing to spend close



to \$3 billion to hire a security force to protect diplomats in Iraq after the U.S. pulls its last troops out of the country by year's end ... In testimony Monday before the Commission on Wartime Contracting, Patrick Kennedy, undersecretary of state for management, said the department plans to hire a 5,100-strong force to protect diplomatic personnel, guard embassy buildings and operate a fleet of aircraft and armored vehicles. Fewer than 50,000 U.S. troops remain in Iraq. Under a 2008 U.S.-Iraqi security agreement, all U.S. troops are supposed to leave the country by the end of the year, leaving behind only a small military office to oversee arms sales. As the military withdraws, Mr. Kennedy said, the State Department will rely on contractors to carry out a range of military-style missions that he said were "not inherently governmental," including providing emergency medical evacuation, operating systems to detect and warn against incoming rocket or artillery fire, or rescue diplomatic personnel under attack. The State Department has awarded a series of multiyear contracts to private security companies for guard forces, including a \$974 million award to SOC Inc. to guard the embassy in Baghdad, \$1.5 billion to Triple Canopy Inc. for mobile security (emphasis added) and \$401 million to Global Strategies Group Inc. for guarding a consulate in Basra. The department hasn't released a breakdown of how much, exactly, it will spend on security in 2012, the first year after U.S. troops withdraw." The Wall Street Journal, "U.S. Plans Private Guard Force for Iraq," by Nathan Hodge, 7 June 2011. <http://online.wsj.com/article/SB10001424052702304906004576369801913942130.html> (last visit 27 July 2011)

- **Inherent Governmental functions.** "In April 2004 eight Blackwater commandos defended the US headquarters in Najaf against an attack by hundreds of Iraqi militia using a variety of methods, including flying helicopters to ferry in fresh ammunition. Later that same day three other PMSCs — Hart Group, Control Risks and Triple Canopy were also involved in pitched battles in Iraq." Source: War on Want, "Corporate Mercenaries: The threat of private military and security companies", by Fabien Mathieu and Nick Dearden, November 2006. <http://www.waronwant.org/attachments/Corporate%20Mercenaries.pdf> (last visit 23 May 2011)

- **PSCAI Membership:** According to PSCAI sources Triple Canopy had started process of registration before the Ministry of Interior of Iraq as of 25 November 2006; currently it does not appear as PSCAI member, however. Sources: http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011). The company appears to be a member of the ISOA. See the special reference to Triple Canopy on ISOA's official website: <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 29 September 2011)

U.S. INVESTIGATIONS SERVICES (USIS)

The screenshot shows the USIS website interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'About US', 'Solutions', 'Customers', 'Contract Vehicles', 'News & Events', 'Member Login', 'Contact Us', and 'Events'. Below this is a 'Security Solutions' section featuring a video player with the title 'Security Solutions' and the subtitle 'Protecting and securing our assets'. To the right of the video is a 'CONTACT US TODAY' section with a form for name, email, and phone number, and a 'SEND MESSAGE' button. Below the video, there is a 'Security Solutions' text block and a 'Intelligence Operations Services' section with a list of services including 'Counterintelligence', 'Counterterrorism', 'Counterdrug', 'Counterproliferation', 'Counterintelligence Analysis', and 'Counterterrorism Analysis'.

1 - Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: July 1996, as a result of the privatization of the investigative branch of the Office of Personnel Management, a federal agency. Today it is an Altegrity company. <http://www.usis.com/Fact-Sheet.aspx>

B) Headquarters: Falls Church, Virginia, U.S. <http://www.usis.com/About-Us.aspx>

C) Leadership: William C. Mixon, President and CEO. <http://www.usis.com/Management-Team.aspx>

D) Number of employees: 7,200, of which the company claims to have *"... more than 2,600 credentialed field investigators—the largest team in North America—and more than 2,000 additional highly trained professionals cleared for work on classified projects and programs ..."* <http://www.usis.com/Management-Team.aspx> and <http://www.usis.com/Fact-Sheet.aspx>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: Approximately \$710 million (2008) <http://www.usis.com/Management-Team.aspx>

H) Services: Investigations: background and site investigations; equal employment opportunity; fingerprint services; fraud, waste & abuse investigations & screening. Training services: mentor/advisor; antiterrorism; foreign police; force protection; etc. Security Solutions: intelligence operations services; security services; information technology services and facility security solutions. Records Management: digitization; library services; computer forensics; electronic data discovery, etc. Litigation Support. Data Analytics: counterterrorism, biometrics, cybersecurity, etc. Construction Surveillance. Intelligence Analysis: counterintelligence support, intelligence training, software and system engineering, etc. Federal Security Solutions. *"... Performed more than 2 million investigations for government agencies in 2010 ..."* <http://www.usis.com/Solutions.aspx>; <http://www.usis.com/Fact-Sheet.aspx>

External information**HUMAN RIGHTS INCIDENTS**

- Alleged human rights abuses by USIS: A U.S. Colonel committed suicide after denouncing human rights abuses by a contractor on an Iraqi base. Westhusing was upset about allegations, written in a four-page anonymous letter, that USIS deliberately decreased the number of trainers the Iraqi government provided, in order to increase its profit margin. The letter also revealed two incidents in which USIS contractors allegedly had witnessed or participated in the killing of Iraqi civilians. See the interview with Mr. Christian Miller about these incidents: *"... This past June a 44-year-old colonel in the US Army, Ted Westhusing, was found dead in a trailer on a military base in Baghdad. The Army investigated and ruled his death a suicide. Westhusing had a single gunshot wound to the head. Weeks before, he had reported allegations about corruption by a US contractor in Iraq, a contractor he was responsible for overseeing ... more serious set of allegations that had to do with human rights violations by USIS officials or trainers, as it were. Those allegations were, first, that USIS trainers had actually engaged in offensive military operations during the siege of Fallujah. Under Department of Defense regulations and Iraqi law, security contractors aren't allowed to engage in offensive operations. The second concerned an incident in which a USIS contractor had apparently witnessed the killing of an innocent Iraqi and had not reported that to anybody higher up the chain ..."*

Sources:

*National Public Radio/Los Angeles Times, 28 November 2005. <http://www.npr.org/templa>



tes/story/story.php?storyid=5029893 (last visit 19 May 2011).

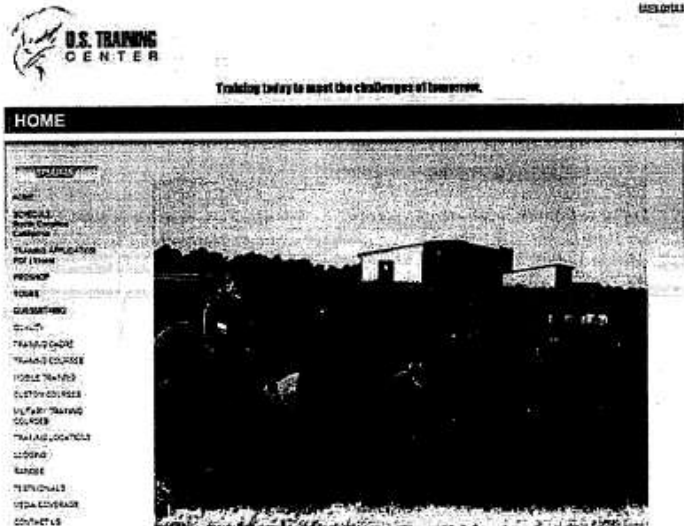
* Corpwatch, "From mercenaries to peacemakers?", by David Phinney, 29 November 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12829> (last visit 19 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

-Services in Iraq and revenue: "... Their tactics owed much to a secretive U.S. private contractor, U.S. Investigations Services (USIS), which conducted ERU trainings on U.S. military bases in Iraq – including at Camp Dublin and Camp Solidarity. The trainings began under General David Petraeus as an effort to bolster security in Iraq, and soon evolved into a system for providing support to the deeply sectarian Ministry of the Interior ... Michael John, a spokesperson for USIS, told CorpWatch that the company is still under contract with the Pentagon for ERU training, but says that the support is provided strictly as part of training. "We are in a training and not in an operational capacity. The National Police Support Team (NPST) operates under the jurisdiction of Iraq's Ministry of Interior and the U.S. Department of Defense... What is clear is that the ERU is just one of at least six different U.S. "security" training programs worth over \$20 billion that a variety of U.S. agencies have provided to the many factions in Iraq. It is becoming increasingly clear that such training programs may be causing or at least exacerbating civil war ... This early ERU training was conducted under a \$64.5 million no-bid contract issued in May 2004(10) to U.S. Investigations Services (USIS), a former federal agency that started out conducting background investigations for civil service personnel. ..." Source: CorpWatch, "The Boys from Baghdad: Iraqi Commandos Trained by U.S. Contractor", by Pratap Charterjee, 20 September 2007. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=14700> (last visit 19 May 2011)

Other interesting information

- Inherent governmental functions. "... The Project on Government Oversight has posted the full and unedited USIS contract online. It states that USIS is to assist the Regional Security Office in Baghdad by "investigating incident scenes; interviewing witnesses, collecting and analyzing evidence; preparing detailed, accurate and concise written reports; testifying in judicial and administrative proceedings; analyzing incidents for compliance with policy, laws and regulations; reviewing incidents for identifiable patterns or notable deficiencies in policy, training or procedures; maintaining case files and tracking the status of investigations; preparing statistical reports and providing other investigative-related services." Some legislators believe the contract could violate the law that prohibits certain "inherently governmental" functions from being outsourced to the private sector. Sen. Russell Feingold, D-Wis., wrote to Secretary of State Condoleezza Rice last month, urging her to cancel the contract because, according to the law, the direct conduct of criminal investigations is an inherently governmental function." Source: United Press International, "When a contractor isn't good enough", by David Isenberg, 17 October 2008. http://www.upi.com/Top_News/Special/2008/10/17/Dogs_of_War_When_a_contractor_just_isnt_good_enough/UPI-38301224276591/print/ (last visit 19 May 2011)

37. U.S. TRAINING CENTRE (a XE company)

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available <http://www.ustraining.com/new/index.asp>

B) Headquarters: North Carolina, U.S. <http://www.ustraining.com/new/contact.asp> The Company claims to be a subsidiary of XE SERVICES. See XE, formerly known as Blackwater. <http://www.ustraining.com/new/bod-2.asp>

C) Leadership: Red McCombs, Chairman of the Board ("USTC Holdings, LLC, the investor consortium that acquired Xe Services, LLC [see XE, former Blackwater], including its main holding U.S. Training Center, Inc. ("USTC") in December 2010) ... Upon acquiring Xe and its core operating businesses last year, USTC Holdings, LLC indicated that it would form a new Board of Directors to deepen the company's governance and oversight capabilities ... former U.S. Attorney General John Ashcroft will serve as an Independent Director of the company"). <http://www.ustraining.com/new/bod-2.asp>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available.

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: Global provider of training and technical services focused on counterterrorism, force protection, law enforcement and security operations (hard hitting, effective training experiences for military, security and law enforcement professionals as well as civilians). <http://www.ustraining.com/new/index.asp> and <http://www.ustraining.com/new/bod-2.asp>

I) Clients: U.S. Department of State, the U.S. Department of Defense, the U.S. Navy, as well as numerous other law enforcement and government customers. <http://www.ustraining.com/new/bod-2.asp>



External information

In Iraq since: Apparently the Company provided services in Iraq: *State Department auditors said Friday that guard dogs deployed by two private security companies (U.S. Training Center & RONCO) to protect American embassies in Afghanistan and Iraq are not being properly trained to detect bombs*, Source: Danger Jobs Zone, http://www.dangerzonejobs.com/artman/publish/cat_index_94.shtml (last visit 30 september 2011).

Other interesting information


US Training Center moving to Afghanistan after Blackwater was expelled from Iraq: *...the State Department has awarded a part of what was formerly known as Blackwater Worldwide a contract worth more than \$120 million for providing security services in Afghanistan ... Private security firm U.S. Training Center, (emphasis added) a business unit of the Moyock, N.C.-based Blackwater, now called Xe Services, was awarded the contract Friday, a State Department spokeswoman said Friday night ... Under the contract, U.S. Training Center will provide "protective security services" at the new U.S. consulates in Herat and Mazar-e-Sharif, Afghanistan, the spokeswoman said ... The awarding of the contract comes just more than four months after the government of Iraq ordered hundreds of Blackwater-linked security guards to leave the country within seven days or face possible arrest ...* Source: CBS, "Blackwater Firm gets \$ 120 M U.S. Government Contract", 18 June 2010, http://www.cbsnews.com/8301-31727_162-20008238-10391695.html (last visit 30 september 2011). See XE, formerly Blackwater.

38. UNITED PLACEMENTS

United Placements

Who Are We?
Our Mission
Job Search
Applicants
Submit Resume
Employers
Industry Associations
Intelligence Community
Homeland Security
Testimonials
Powered By
Richard B. Stutz

Defense...
Security...



[Login](#) | [Register](#) | [Contact Us](#)
[Privacy Policy](#) | [Terms & Conditions](#)

Copyright 2009-2010 UnitedPlacements.com. All Rights Reserved.

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2001 <http://www.unitedplacements.com/whoarewe.asp>

B) Headquarters: Tennessee, U.S. <http://www.unitedplacements.com/whoarewe.asp>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

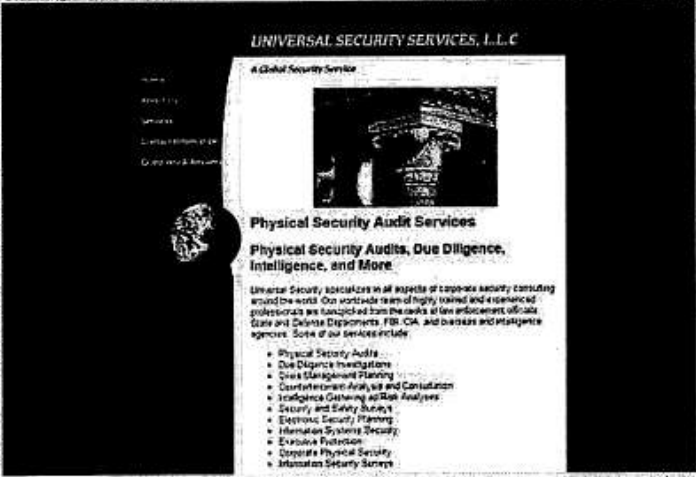
H) Services: *"To unite Talented Professionals; transitioning military retirees, veterans and clearance-holding Government contractors with secure careers in the US Defence and Homeland security Industry. To Provide Staffing Solutions to US Defence and Homeland Security Companies in support of their primary mission"* <http://www.unitedplacements.com/mission.asp>

I) Clients: U.S. Defense and Homeland Security Companies <http://www.unitedplacements.com/mission.asp>

Other interesting information

On 12 January 2004, United Placements ran the following advertisement for army interrogators: "Job State: IRAQ, Job Number: 8, Interrogators: 30 Positions. Compensation to \$120,000. Individuals must be trained interrogators with at least five years of experience in interrogation. Individuals must be knowledgeable of Army/Joint interrogation procedures, data processing systems such as CHIMs and SIPRNET search engines. Knowledge of the Arabic language and culture a plus... Candidates must have documented in their resumes five years of Humint collection and/or interrogation experience. This is a requirement of the client. Some locations require individuals to work and live in a field environment with minimum medical facilities. Must possess the ability to work extended work hours in difficult surroundings for up to one year." **Source:** Global Research, "Torture Incorporated Oliver North Joins the Party", by John Stanton and Wayne Madsen, 14 June 2004. <http://globalresearch.ca/articles/STA406A.html> (last visit 19 May 2011)

39. UNIVERSAL SECURITY



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available.

B) Headquarters: New Jersey, U.S. <http://www.universalsecurity.org/contactinformation.html>



C) Leadership: Richard E. Seta, President <http://www.universalsecurity.org/aboutus.html>

D) Number of employees: Although there is no official information available about the number of employees the company has, it does state that some of its employees have worked as "... Former officials of the CIA, State Department, and Defense Department ..." <http://www.universalsecurity.org/services.html>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Physical security audits, due diligence investigations, crisis management planning, counterterrorism analysis and consultation, intelligence gathering and risk analyses, security and safety surveys, electronic security planning, information systems security, executive protection, corporate physical security, and information security surveys. <http://www.universalsecurity.org/services.html>

External information

- **In Iraq since:** at least since March 2008. Source: Congressional Research Service, "Private Security Contractors in Iraq", by Jennifer K. Elsay, Moshe Schwarz and Kennon H. Nakamura, page 13. <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL32419.pdf> (last visit 19 May 2011)

Other interesting information

- **PSCAI Membership:** the company has been registered as a PSCAI member since 2006. http://uslita.procon.org/sourcefiles/Private_Security_List.pdf (last visit 19 May 2011)

40. VINNELL (currently part of Northrop Grumman Mission Systems)

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

There is no official Vinnell website available. The following information has been taken from the website of Northrop Grumman:

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Fairfax, Virginia, U.S. http://www.irconnect.com/noc/press/pages/news_releases.html?d=42207

C) Leadership: No official information available about Vinnell. Regarding Northrop Grumman Information Systems Sector, its president is Linda A. Mills. http://www.northropgrumman.com/leadership/bios/linda_mills.html

D) Number of employees: No official information available. Northrop Grumman Information Systems has 24,000 employees. <http://www.is.northropgrumman.com/about/index.html>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 1 July 2003 "... Vinnell Corporation, a subsidiary of Northrop Grumman Corporation, has been awarded a \$48 million contract to train the nucleus of a new Iraqi Army ..." http://www.irconnect.com/noc/press/pages/news_releases.html?d=42207

G) Last annual revenue: No official information available regarding Vinnell. Northrop Grumman Information Systems has annual revenues of approximately \$8.5 billion. <http://www.is.northropgrumman.com/about/index.html>

H) Services: The Company provides foreign military training in support of U.S. government programs and operates and maintains facilities and equipment worldwide for the U.S. Army, U.S. Air Force, U.S. Department of Labour and the U.S. Department of Homeland Security. Vinnell provides facility maintenance, utilities operation, civil engineering, transportation management and maintenance, supply services, maintenance of pre-positioned equipment, and personnel support. Vinnell also provides education and vocational training to disadvantaged youth under the Department of Labour's Job Corps program. http://www.irconnect.com/noc/press/pages/news_releases.html?id=42207

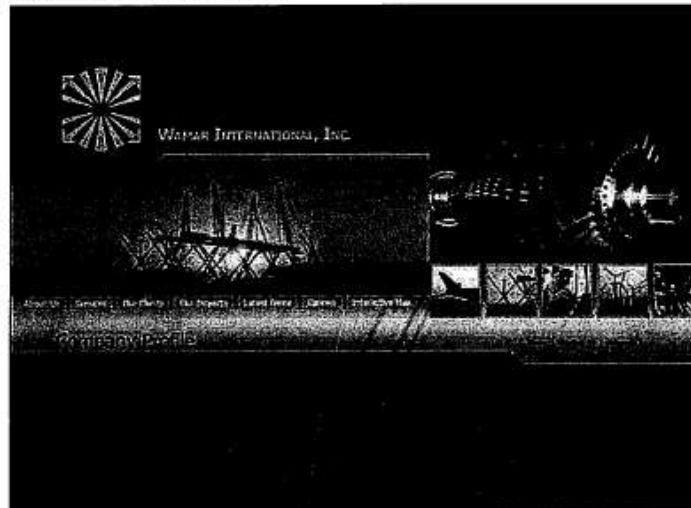
I) Clients: Amongst others the U.S. Army, U.S. Air Force, and the U.S. Department of Homeland Security. http://www.irconnect.com/noc/press/pages/news_releases.html?id=42207

External information

- **Founded:** 1931 (in Los Angeles, U.S.) **Source:** Corpwatch, "Vinnell Corporation: we train people to pull triggers", by Pratap Chatterjee, 20 March 2003. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=6029> (last visit 19 May 2011)

- **Leadership:** Formerly, "... the company has been controlled in the past through a web of interlocking ownership by a partnership that included James A. Baker III and Frank Carlucci, former U.S. secretaries of state and defense under presidents George Bush senior and Ronald Reagan respectively ..." <http://www.corpwatch.org/article.php?id=6029> (last visit 19 May 2011)

41. WAMAR INTERNATIONAL, INC



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1987 <http://www.cwamar.com/node/97>



B) Headquarters: Simi Valley, California, U.S. <http://www.wamar.com/node/79>

C) Leadership: Wadi Aranki (Executive Vice-President) and Richard Forson (Senior Vice-president Chief Operating Officer) <http://www.wamar.com/node/107>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Global provider of premium services and products in the fields of power generation, oil and gas, aviation, real life support and defense and security. Additionally, it is a provider of armored commercial SUVs to government and military organizations. <http://www.wamarinc.com/node/100>

I) Clients: U.S. Government, North Atlantic Treaty Organisation, General Motors, AJG Costech LP, Pat Molony & Howell McBrayer, Topaz Power, JACOBS; Lyonsdale Cogeneration Facility, CRSS Viking Operations Inc, Savannah River Power, Santee Cooper, CRSS Hopewell Operations, Griffith Energy Facility, WESTEX Renewables; InnCOGEN/Trinity Power Project, Hereford Ethanol Plant, Rex Energy, Dell Power Plant, amongst others. <http://www.wamarinc.com/node/106>

Other interesting information

-Services in Iraq: "... This audit focused on three contracts awarded to Wamar International, Inc. (Wamar); one indefinite-delivery/indefinite-quantity contract to purchase and deliver armored vehicles for U.S. and Iraqi forces, and two firm-fixed-price contracts to inspect and repair turbine generators at power plants near Baghdad ..." Office for the Special Inspector General for the Iraq reconstruction, 28 January 2010. <http://www.sigit.mil/files/audits/10-007.pdf> (last visit 19 May 2011)

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: September 1995 http://www.wwlr.com/gsa/WWLR_GSA_Schedule_738_II_GS-10F-0307L.pdf

B) Headquarters: Fayetteville, North Carolina, U.S. <http://www.wwlr.com/>

C) Leadership: Lawrence P. Costa, President and Founder (former Command Language Program Manager of 10th Special Forces Group (Airborne) and James Williamson, Vice President. http://www.wwlr.com/gsa/WWLR_GSA_Schedule_738_II_GS-10F-0307L.pdf

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Interpretation, translation, language instruction, immersion courses, and language education. <http://www.wwlr.com/services/index.asp>

I) Clients: NATO KFOR, National Security Agency, National Defense University, North Carolina State Highway Patrol, Federal Bureau of Investigation, Wal-Mart International, Immigration and Naturalization Service, Drug Enforcement Administration, U.S. Department Of Agriculture, NASA, Department of Defense, U.S. Army John F. Kennedy Special Warfare Center, Special Forces Groups, XVIII Airborne Corps & Fort Bragg, U.S. Civil Affairs & Psychological Operations Command U.S. Navy SEALs / Naval Special Warfare Command, U.S. Air Force Special Operations Command, U.S. Army Intelligence School & Center, Air Intelligence Agency, Naval Security Group, USMC Intelligence, Defense Intelligence Agency, U.S. Coast Guard, and 4th Psychological Operations Group. http://www.wwlr.com/gsa/WWLR_GSA_Schedule_738_II_GS-10F-0307L.pdf

External information

Employees in Iraq: At least 500 translators. **Source:** David Isenberg, "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq>

43. XE (formerly Blackwater)**Information from the official website** (last visit 30 September 2011)

Lately the official website of XE relinks directly with U.S. Training Center, as XE now belongs to USTC Holdings, LLC, which is an investor consortium. See: <http://www.ustraining.com/new/bod-2.asp> (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1997 <http://www.xeservices.com/AboutUs.aspx>

B) Headquarters: Moyock, North Carolina, U.S. <http://www.xeservices.com/AboutUs.aspx>

C) Leadership: Joseph M. Yorio, President and CEO <http://www.xeservices.com/LinkClick.aspx?fileticket=Jr9neaGul7w%3d&tabid=87>

D) Number of employees: No official information available



E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Logistics, training, security services, travel services, crisis management, retail operations, and target systems. <http://www.xe-services.com/WhatWeDo.aspx>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

According to official reports Blackwater has various notorious human rights incidents in Iraq. Incident reports compiled on Blackwater reveal that "... *Blackwater has been involved in at least 195 "escalation of force" incidents in Iraq since 2005 that involved the firing of shots by Blackwater forces. This is an average of 1.4 shooting incidents per week. Blackwater's contract to provide protective services to the State Department provides that Blackwater can engage in only defensive use of force. In over 80% of the shooting incidents, however, Blackwater reports that its forces fired the first shots. ... In the vast majority of instances in which Blackwater fires shots, Blackwater is firing from a moving vehicle and does not remain at the scene to determine if the shots resulted in casualties.* ..." It is stated that considering these 195 incidents in 2005, 2006 and 2007 Blackwater fired first in 163 incidents (see graphic at page 7, of the source quoted below). Although it is not possible to describe all of them here below we described the most significant human rights incidents, most of them with relevant impacts and casualties on both Iraqi and international sides. See additional information:

* The U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, *"House Oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007"*, 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

Incidents:

a) 4 April 2004, Najaf's battle incident. Several Blackwater's contractor joined U.S. troops in a firefight allegedly defending the CPA headquarters from an attack by Moqtada al-Sadr militia. The attack was described as "the biggest gunfight since the fall of Baghdad", and the incident seems to prove the engagement of PMSCs in military actions including "direct participation in hostilities."

Sources:

* "... *An attack by hundreds of Iraqi militia members on the U.S. government's headquarters in Najaf on Sunday was repulsed not by the U.S. military, but by eight commandos from a private security firm ... Before U.S. reinforcements could arrive, the firm, Blackwater Security Consulting, sent in its own helicopters amid an intense firefight to resupply its commandos with ammunition and to ferry out a wounded Marine, the sources said ... The role of Blackwater's commandos in Sunday's fighting in Najaf illuminates the gray zone between their formal role as bodyguards and the realities of operating in an active war zone.* ..." Washington Post, *"Private guards repel attack on US headquarters"*, by Dana Priest, 6 April 2004. <http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn/A53059-2004Apr5?language=printer> (last visit 23 May 2011).

* Human Rights First, *"Private Security Contractors at War: Ending the Culture of Impunity"*, 2008. <http://www.humanrightsfirst.org/wp-content/uploads/pdf/08115-usls-psc-final.pdf> (last visit 23 May 2011).

b) 24 November 2004, Civilians fired on by helicopter. "... *A Blackwater helicopter team helped a U.S. military unit secure a mosque from which sniper fire had been initiated. While conducting this mission, the Blackwater team in the helicopter spotted a vehicle attempting to leave the premises of the mosque. The Blackwater team fired a warning shot*

from the helicopter to the front of the vehicle. When the car did not stop, the Blackwater team fired three more rounds directly in front of the vehicle. The car then stopped and the occupants came out. The Blackwater team motioned for the occupants to go back to the mosque on foot. When the driver made a move to turn back to the car, the Blackwater team fired another warning shot to keep him away from the car. After the driver finally moved away from the car, the Blackwater team fired shots into the engine compartment to disable the car ..."

Source:

* The U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007", 1 October 2007, http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

c) 16 February 2005, Alleged shooting at civilians. Four guards fired 70 rounds into an Iraqi's car. The shooting was not justified and the guards provided false statements to investigators. "... The top security official at the U.S. Embassy in Iraq refused to punish Blackwater security guards for making false statements about an unjustified 2005 shooting in Baghdad because he didn't want to lower the morale of those contracted to work security, according to newly released State Department records. Investigators from the department's Diplomatic Security Service concluded that four guards were not justified in spraying an Iraqi's car with more than 70 bullets, according to reports released in response to a Freedom of Information Act request by USA TODAY. The fate of the car's driver was unknown because the security convoy left after the shooting. The previously unreported Feb. 16, 2005, shooting occurred more than two years before a highly publicized incident in which Blackwater guards shot and killed 17 Iraqis in Baghdad in September 2007 ..."

Source:

* USA Today, "Falsehoods in Iraq shooting unpunished", by Matt Kelley, 4 February 2009, http://www.usatoday.com/news/world/Iraq/2009-04-01-blackwater_N.htm (last visit 23 May 2011)

* State Department Report about the 16 February 2005 human rights incident. Source: <http://i.usatoday.net/news/graphics/2009/03-31-blackwater/blackwater20001.pdf>

* "Report of investigation by United States Department of State on 16th February 2005", Blackwater Personal Security Detail, Team Templar 20 engagement, on their assigned protective missions engaged three suspected vehicles at three separate locations in Baghdad, Iraq. Source: <http://i.usatoday.net/news/graphics/2009/03-31-blackwater/blackwater1.pdf>

d) 14 May 2005, Alleged shooting at vehicles. A convoy from Blackwater riding down the so-called Irish Route shot at a civilian Iraqi vehicle in May 2005. "... Shortly after 10am on 14 May 2005, a convoy of private security guards from Blackwater riding down "Route Irish" - the Baghdad airport road - shot up a civilian Iraqi vehicle. While they were at it, the Blackwater men fired shots over the heads of a group of soldiers from the 69th Regiment of the US Army before they sped away heading west in their white armoured truck. When the dust cleared, the Iraqi driver was dead and his wife and daughter were injured ... The incident is one of several dozen involving private security companies in Iraq - almost all of which have never been previously reported - that led to an "escalation of force ... Blackwater, the company from Moyock, North Carolina, is responsible for about half of the incidents, closely followed by Erinys, a British private security company registered in the Virgin Islands, which seems to have an unusually high number of vehicle crashes ..."

Source:

* The Guardian/Wikileaks, "Iraq war logs: military privatisation run amok", 23 October 2010: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2010/oct/23/iraq-war-logs-us-military> (last visit: 23 May 2011).

e) 25 June 2005, Alleged killing of a civilian. A Blackwater team on a mission in Al-Hillah killed an Iraqi man, who received a fatal shot to the chest. The victim's brothers reported to the State Department that their brother, a father of six, was "killed as an innocent person standing on the side of the street". According to an internal State Department document, the personnel who fired the shots initially failed to report the shooting and sought to cover it up. **Source:**

* "... The documents indicate that the State Department adopted a similar approach in response to a June 25, 2005, incident in which a Blackwater operator killed an apparently



innocent bystander in Al-Hillah. In this incident, the victim's family complained to the State Department about the shooting. In response, a State Department official requested that Blackwater pay the family \$5,000. In explaining the request, the official wrote: "I hope we can put this unfortunate matter behind us quickly ..." U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007", 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

f) 24 October 2005, Alleged shooting at cars and civilians. "... Blackwater personnel on a protection mission from Mosul Provincial Hall to an American base departed the main gate of the Provincial Hall, turned left, and encountered a vehicle that appeared to be making a turn that would cause it to break into motorcade's path. When the driver did not heed warnings to stop, a Blackwater gunner released "a burst of fire" onto the vehicle that apparently disabled it. During the shooting, a civilian bystander outside of the car was hit in the head by a bullet that passed through the car and fell to the ground in the median of the road. Blackwater continued on without stopping. Blackwater reported the "shooting and probab[le] killing," and an ambulance was sent to the scene. The available documents do not describe any assistance offered by Blackwater to the victim or his family ..." **Source:** * U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007", 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

g) 28 November 2005, Alleged crashing cars. "... A Blackwater motorcade traveling to and from the Ministry of Oil for official meetings collided with 18 different vehicles during the round trip journey (6 vehicles on the way to the ministry and 12 vehicles on the return trip). The written statements taken from the team members after the incident were determined by Blackwater to be invalid, inaccurate, and at best, dishonest reporting." According to a Blackwater contractor who was on the mission, the tactical commander of the mission "openly admitted giving clear direction to the primary driver to conduct these acts of random negligence for no apparent reason." The only apparent sanction resulting from this incident was the termination of two of the employees ..." **Source:** * U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007", 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

h) 24 September 2006, Alleged crashing a car. "... A Blackwater protection detail with four vehicles was driving at approximately 45 miles per hour on the wrong side of the road in Al-Hillah in a maneuver called "counter flowing." Although most cars driving toward the Blackwater team were able to move out of the motorcade's path, the driver of a red Opel car lost control of his vehicle while trying to avoid the Blackwater team. The car "swerved right to avoid the Lead" vehicle, then "locked his brakes up." The driver "attempted to correct the initial overcorrection," skidded into one of the Blackwater vehicles, which it disabled, and crashed into a telephone pole at the side of the road. The car "almost immediately went into flames." The Blackwater team collected the personnel and sensitive equipment from its disabled vehicle and left the scene without attempting to assist the occupants of the Iraqi vehicle, which was described by Blackwater as "in a ball of flames ..." **Source:** * U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007", 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

i) 24 December 2006, Killing of a bodyguard when drunk. Raheem Kahali, an Iraqi Vice President's bodyguard was allegedly shot and killed by Blackwater contractor Adrew J. Moonen while drunk in Baghdad. "... On December 24, 2006, a 26-year-old Blackwater security contractor shot and killed a 32-year-old security guard to Iraqi Vice President Adil Abd-al-Mahdi during a confrontation in the "Little Venice" area of the International Zone in Baghdad. This incident sparked an angry reaction from the Iraqi government ... On December 25, the day after the shooting of the guard, Blackwater terminated the contractor from the State Department contract based on its policy against possessing a firearm while intoxicated." 39

That same day, only hours after the shooting, Blackwater arranged to have the contractor flown out of Iraq. ... Immediately following the incident, the State Department determined that Blackwater should send a letter of condolence to the victim's family along with a cash payment. ... Internally, the Embassy had differing opinions on the amount of compensation. The Charge d'Affaires initially proposed a \$250,000 payment, then suggested \$100,000. The Diplomatic Security Service opposed these figures as too high. One DSS official called the Charge d'Affaires' proposals "crazy sums" and stated that such a figure could cause Iraqis to "try to get killed so as to set up their family financially." By December 26, two days after the shooting, the State Department and Blackwater agreed on a figure of \$15,000, which Blackwater would deliver to the family with the assistance of the State Department. The Embassy described Iraqi concerns as follows: "Iraqis would not understand how a foreigner could kill an Iraqi and return a free man to his own country."

Source:

* New York Times, "Ex-paratrooper is suspect in a Blackwater killing", by John M. Broder, 4 October 2007. <http://www.nytimes.com/2007/10/04/world/middleeast/04contractor.html?hp> (last visit 23 May 2011)

* New York Times, "Efforts to prosecute Blackwater are collapsing", by James Risen, 20 October 2010. <http://www.nytimes.com/2010/10/21/world/21contractors.html> (last visit 23 May 2011)

* U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007", 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

* Civil action NO: 1:09cv615. See civil complaint and jury demand v. Prince, Prince Group, XE Services, U.S. training Center, Blackwater Security Consulting. http://www.burkeplc.com/human-rights/pleadings-detail.php?id=46&select_year=2011 (last visit 21 June 2011). Court files of legal case 'Abtan et al v. Prince et al': <http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/abtan-et-al-v-blackwater-usa-et-al> (last visit 21 June 2011). See also Box Legal Case 'ABTAN ET AL V. PRINCE ET AL'. Regarding the latter case a settlement between the parties took place on 6 January 2010.

j) 7 February 2007, Alleged shooting at guards. A Blackwater sniper allegedly killed three Iraqi guards of the Iraqi Media Network from the roof of the Iraqi Justice Ministry. ... Last Feb. 7, a sniper employed by Blackwater USA, the private security company, opened fire from the roof of the Iraqi Justice Ministry. The bullet tore through the head of a 23-year-old guard for the state-funded Iraqi Media Network, who was standing on a balcony across an open traffic circle. Another guard rushed to his colleague's side and was fatally shot in the neck. A third guard was found dead more than an hour later on the same balcony ... An Iraqi police report described the shootings as "an act of terrorism" and said Blackwater "caused the incident." The media network concluded that the guards were killed "without any provocation." ... The U.S. government reached a different conclusion. Based on information from the Blackwater guards, who said they were fired upon, the State Department determined that the security team's actions "fell within approved rules governing the use of force," according to an official from the department's Bureau of Diplomatic Security. Neither U.S. Embassy officials nor Blackwater representatives interviewed witnesses or returned to the network, less than a quarter-mile from Baghdad's Green Zone, to investigate ... The Feb. 7 shootings convulsed the Iraqi Media Network, one of the prominent symbols of the new Iraq, in anger and recrimination ... U.S. officials and the security company, now known as Blackwater Worldwide, offered no compensation or apology to the victims' families, according to relatives of the guards and officials of the network, whose programming reaches 22 million Iraqis ... **Source:**

* Washington Post, "How Blackwater sniper fire felled 3 Iraqi guards", by Steve Fainaru, 8 November 2007. http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/11/07/AR2007110702751_pf.html

* UN Assistance Mission for Iraq (UNAMI), "Human Rights Report", 1 July - 31 December 2007, number 27, footnote 32. http://www.unhcr.org/refworld/publisher/UNAMI_47de4f3d20.html (last visit 31 May 2011)

k) 24 and 30 May 2007, Shootings at Iraqi civilian and Iraqi Forces. In May 2007, two



shootings took place in the same week, on the streets of Baghdad. On 24 May 2007 a Blackwater guard allegedly shot and killed an Iraqi driver near the Ministry of Interior of Iraq and on 30 May 2007 Blackwater employees allegedly shot an Iraqi civilian deemed to have been driving too close to their convoy.

Sources:

* The Washington Post, "US Security Contractors Open Fire in Baghdad", by Steve Fainaru, 27 May 2007. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/05/26/AR2007052601394.html> (last visit 23 May 2011).

* BBC, "Blackwater boss grilled over Iraq", 2 October 2007. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle-east/7024370.stm> (last visit 23 May 2011).

* Associated Press, "Contractors accused of firing on civilians", 8 December 2007. <http://www.msnbc.msn.com/id/20231579/> (last visit 23 May 2011).

* Corpwatch, "Blackwater USA", by Pratap Chatterjee. <http://www.corpwatch.org/section.php?id=210> (last visit 23 May 2011).

l) 13 August 2007, killing of civilian. Hussein Saleh Rabi, aged 75, was killed in Al-Hilla, allegedly by Blackwater contractors who also almost killed a young college student, Ali Kareem Fakhri, for no reason. **Sources:**

* UN Assistance Mission for Iraq (UNAMI), "Human Rights Report, 1 July – 31 December 2007, number 27, footnote 32. http://www.unhcr.org/refworld/publisher/UNAMI_47de4f3d20.html

* Lawsuit presented against four defendants of the Blackwater group: Third Amended Complaint *Estate of Husain Salih rabea and Ali Kareem Fakhri v. Prince Group LLC, XE Services LLC, US Training Center and Blackwater Security Consulting LLC*. http://www.burkepllc.com/human-rights/pleadings-detail.php?id=60&select_year=2011

m) 9 September 2007, killing of civilians at Al Watahba Square:

* A group of injured civilians and families of Iraqis that were killed in two unprovoked shootings in Baghdad, allegedly by Blackwater employees sued the company and its founder Erik Prince in separate lawsuits, which were filed in the California federal court. See press release of 27 March 2009. http://www.burkepllc.com/media/press-releases-detail.php?id=52&select_year=2011.

* Ali Hussamaldeen Ibrahim Albazzaz and Kadhum Kayiz presented a civil complaint before the U.S. Courts against Blackwater and Erik Prince (Blackwater founder) and Prince Group LLC: "... On September 9, 2007, heavily-armed Blackwater mercenaries (known in Blackwater parlance as "shooters") working in Iraq fired, without justification, on a crowd of innocent Iraqi persons in and around Al Watahba Square resulting in multiple deaths and injuries. Plaintiffs Ali Hussamaldeen Ibrahim Albazzaz and Kadhum Kayiz Aziz were among those killed in this massacre. This senseless slaughter on September 9, 2007, was only one in a series of recent incidents in Blackwater's lengthy pattern of egregious misconduct in Iraq resulting in the deaths of innocent Iraqis ..."; another complaint claims there is a conspiracy to kill innocent Iraqis which is attributed to Blackwater contractor and Blackwater leader Erik Prince: "... This conspiracy to kill was motivated by greed and religious beliefs... Jackson and Matthews repeatedly... used racist and derogatory terms for Iraqis and other Arabs, such as ragheads or hajjis... openly referred to the conspiratorial efforts as a "Crusade" and directly encouraged certain employees to participate in killing Iraqis." See the civil complaints and lawsuit presented against Erik Prince, Prince Group LLC, XE Services LLC, US Training Center Inc, Blackwater Security Consulting LLC at: http://www.burkepllc.com/human-rights/pleadings-detail.php?id=29&select_year=2011.

* Civil complaint versus Prince and others, NO. 1:09cv616 – TSE/IDD. <http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/estate-all-hussamaldeen-albazzaz-v-blackwater-worldwide-et-al> (last visit 14 June 2011). This case was concluded by a settlement between the parties on 6 January 2010. http://ccrjustice.org/files/1.6.10%20Order%20dismissing%20case%20due%20to%20settlement_3.pdf (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Albazzaz, et al v. Prince, et al*.

n) 16 September 2007, Nisour square shooting. On 16 September 2007, employees of Blackwater were allegedly involved in a shooting incident in Baghdad, in which 17 Iraqi persons were killed and more than 20 other civilians were wounded. Some of the victims

settled before trial. The terms of the agreement have not been released officially, however one of the wounded men, Sami Hawas Hamoud Abu Iz, told Associated Press that the company had offered families \$100,000 for a person who died and \$30,000 for those wounded. He also said that plaintiffs' lawyers told victims they might not receive anything if they did not agree to a settlement.

* Los Angeles Times, "Iraqis settle lawsuits over Blackwater shooting", by David Zucchino, 8 January 2010. <http://articles.latimes.com/2010/jan/08/nation/la-na-blackwater8-2010jan08> (last visit 14 September 2011)

* USA Today, "Blackwater settles civil lawsuits over Iraq deaths", by Mike Baker, 7 January 2010. http://www.usatoday.com/money/companies/2010-01-07-blackwater-iraqi-deaths-settlement_N.htm (last visit 27 September 2011)

* For more information see Annex D on Legal Cases, *Albazzaz, et al v. Prince, et al.*

In addition to the civil cases there is a criminal case over the same facts, which is still pending. Dated on 22 April 2011, the appeal court remanded the case to the lower court, which has still to decide over the case. "... We find that the district court's findings depend on an erroneous view of the law." *Kilroy*, 27 F.3d at 687. We thus vacate and remand the case for the court to determine, as to each defendant, what evidence—if any—the government presented against him that was tainted as to him, and, in the case of any such presentation, whether in light of the entire record the government had shown it to have been harmless beyond a reasonable doubt ..."

Source: <http://www.haguejusticeportal.net/Docs/NLPAJS/blackwaterfeb2011.pdf> (last visit 29 September 2011). Additionally, according to former company officials, top executives at Blackwater Worldwide authorized bribes of about \$1 million to Iraqi government officials, aiming to silence their criticism and to buy their support.

Sources:

* "... On 16 September, employees of the private security firm Blackwater were involved in a shooting on al-Nisour Square in Baghdad's al-Mansour district, which left 17 civilians dead. Although Blackwater initially claimed that its four-vehicle convoy was attacked by armed insurgents, subsequent testimonies as well as a preliminary report issued by Iraq's Ministry of Interior indicated that the Blackwater employees began shooting first and then fired indiscriminately. Initially two civilians in a car which approached the Blackwater convoy were reportedly shot, with the shooting then escalating rapidly. A second shooting by the contractors reportedly occurred some 200 meters from the first scene several minutes later, as their convoy al-Nisour Square. At least 12 persons, none of them Blackwater personnel, were injured ..."

UN Assistance Mission for Iraq (UNAMI), "Human Rights Report", 1 July – 31 December 2007, number 27, paras 25, 26 and 27. http://www.unhcr.org/refworld/publisher/UNAMI_47de4f3d20.html

* The Guardian/Wikileaks, "Iraq war logs: military privatisation run amok", by Pratap Chatterjee, 23 October 2010.

<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2010/oct/23/iraq-war-logs-us-military> (last visit 23 May 2011)

* "... Among the 17 killings, three may have been justified under rules that allow lethal force to be used in response to an imminent threat, the F.B.I. agents have concluded. They concluded that Blackwater guards might have perceived a threat when they opened fire on a white Kia sedan that moved toward Nisour Square after traffic had been stopped for a Blackwater convoy of four armored vehicles ... Two people were killed in the car, Ahmed Haithem Ahmed and his mother, Mohassin, a physician. Relatives said they were on a family errand and posed no threat to the Blackwater convoy ... Investigators said Blackwater guards might have felt endangered by a third, and unidentified, Iraqi who was killed nearby. But the investigators determined that the subsequent shootings of 14 Iraqis, some of whom were shot while fleeing the scene, were unprovoked ... "New York Times, "FBI says guards killed 14 Iraqis without cause", by David Johnston and John M. Broder, 14 November 2007. <http://www.nytimes.com/2007/11/14/world/middleeast/14blackwater.html> (last visit 23 May 2011)

* Reuters, "Blackwater faulted by US military: report", 5 October 2007. <http://www.reuters.com>



[com/article/2007/10/05/us-iraq-contractors-report-idUSNO439965120071005](http://www.nytimes.com/article/2007/10/05/us-iraq-contractors-report-idUSNO439965120071005) (last visit 23 May 2011)

* New York Times, "From errand to fatal shot to hail of FIRE to 17 deaths", by James Glanz, 3 October 2007. <http://www.nytimes.com/2007/10/03/world/middleeast/03firefight.html> (last visit 23 May 2011)

* New York Times, "Efforts to prosecute Blackwater are collapsing", by James Risen, 20 October 2010. <http://www.nytimes.com/2010/10/21/world/21contractors.html> (last visit 23 May 2011)

* A New York Times graphic of the events that took place: "The Iraqi account of the killings", by Joe Burgess and others. http://graphics8.nytimes.com/images/2007/09/21/washington/21blackwater_graphic_full.jpg (last visit 23 May 2011)

* Video and written victim interview: Democracy Now, "Blackwater's youngest victim: father of 9 year-old killed in Nisour Square Gives most detailed account of massacre to date", 29 January 2010. http://www.democracynow.org/2010/1/29/exclusiveblackwaters_youngest_victim_father_of_9 (last visit 23 May 2011)

* U.S. Court Decision about Nisour Criminal, case dismissal: Judge Ricardo Urbina's Decision - Memorandum opinion - Case 1:08-cr-00360-RMU, 31 December 2009, U.S. District Court for the District of Columbia. http://www.copswiki.org/w/pub/Common/M911/blackwater_dismissal-opinion.pdf (last visit 23 May 2011)

* U.S. Court of Appeals for the District of Columbia District: Nisour criminal case reopened before U.S. courts on 22 April 2011 (No. 1:08-cr-00360), Ginsburg, Garland and Williams Judges Decision, Court of Appeals remanded the case back to District Court for further proceedings. "We find that the district court's findings depend on 'an erroneous view of the law' Kilroy, 27 F.3d at 687. We thus vacate and remand the case for the court to determine, as to each defendant, what evidence—if any—the government presented against him that was tainted as to him, and, in the case of any such presentation, whether in light of the entire record the government had shown it to have been harmless beyond a reasonable doubt..." See page 17 of the Decision. <http://static1.firedoglake.com/28/files/2011/04/BlackwaterNisourCCAOpinion.pdf> (last visit 29 September 2011)

* "... A federal appeals court on Friday reopened the criminal case against four former American military contractors accused of manslaughter in connection with a shooting that killed at least 17 Iraqi civilians in Baghdad in 2007. ... Criminal charges against the former employees of Blackwater Worldwide had been dismissed in December 2009 by a federal judge in Washington, who criticized the Justice Department for its handling of the case and ruled that prosecutors had relied on tainted evidence. ... The former guards affected by the ruling are Evan S. Liberty of Rochester, N.H.; Donald W. Ball of West Valley City, Utah; and Dustin L. Heard of Knoxville, Tenn., all of whom had served with the Marines before joining Blackwater; and Paul A. Slough from Keller, Tex., who had been in the Army. ... The shootings, in the middle of traffic in Baghdad's Nisour Square, left at least 17 Iraqi civilians dead and set off an anti-American political firestorm in Iraq and an international debate over the role of private security contractors in modern war zones. ... 'This new decision has brought optimism and happiness back to me,' said Talib Mutlak, who was injured in the Nisour Square shooting. 'This is a victory for the blood of martyrs and injured people who were affected by Blackwater.' Source: New York Times, 'Ex-Blackwater Guards Face Renewed Charges', by James Risen, 22 April 2011. http://www.nytimes.com/2011/04/23/us/23blackwater.html?_r=1&scp=2&sq=blackwater&st=cse (last visit 23 May 2011)

* "... Top executives at Blackwater Worldwide authorized secret payments of about \$1 million to Iraqi officials that were intended to silence their criticism and buy their support after a September 2007 episode in which Blackwater security guards fatally shot 17 Iraqi civilians in Baghdad, according to former company officials. ... Blackwater approved the cash payments in December 2007, the officials said, as protests over the deadly shootings in Nisour Square stoked long-simmering anger inside Iraq about reckless practices by the security company's employees. ... They said that Cofer Black, who was then the company's vice chairman and a former top C.I.A. and State Department official, learned of the plan from another Blackwater manager while he was in Baghdad discussing compensation for families of the shooting victims with United States Embassy officials. ..." New York Times, "Blackwater said to pursue bribes to Iraq after 17 died", by Mark Mazzetti and James Risen, 10 November 2009. <http://www.nytimes.com/2009/11/11/world/middleeast/11blackwater.html?>

r=3&emc=eta1&pagewanted=all (last visit 23 May 2011)

* Civil Action No.1:09cv1048, *Estate of Sa'aidi Ali Abbas Husein, Nidhal Khaza'al Salman, Samah Sa'adi Ali, Surah Sa'adi Ali, Ali Sa'adi Ali, and Mohammed Sa'adi Ali v. Erik Prince*. See civil third amended complaint and jury demand http://www.burkepllc.com/human-rights/pleadings-detail.php?id=61&select_year=2011 (last visit 21 June 2011) and *Estate of Himoud Saed Abtan et al., v. Blackwater Lodge and Training Center, Inc. and others*, No.1:09cv617. See four amended civil complaint and jury demand. http://www.burkepllc.com/human-rights/pleadings-detail.php?id=50&select_year=2011 (last visit 21 June 2011)

* Court files of legal case *Abtan et al v. Prince et al* <http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/abtan-et-al-v-blackwater-usa-et-al> (last visit 16 June 2011). See Box Legal Case *Abtan et al v. Prince et al*. This case was settled between the parties on 6 January 2010.

o) Other incidents. (Memorandum Opinion. In re: Xe Services Alien Tort Litigation <http://ccrjustice.org/files/10.21.09%20Memorandum%20Opinion%20re%20defendants%20motion%20to%20dismiss.pdf>). Six separate incidents between March 2005 and April 2008, in chronological order:

* 22 March 2005: Al Qaysi and Al Rubae were being driven to Baghdad from the Baghdad Airport in Al Rubae's BMW when Al Qaysi was shot and killed for no reason by Xe employees. Al Rubae was wounded and his vehicle was damaged.

* 18 July 2005: Husam Hasan Jaber, a Baghdad taxi operator, was driving a minibus carrying three passengers when Xe employees shot and wounded him without justification. He alleges that Xe employees used exploding ammunition designed to maximize the extent of the injury and amount of damage caused. He also alleges that Xe employees fled the scene despite knowing that he had been seriously wounded. He also suffered property damage to his minibus as a result of the incident.

* August 2005: Malood Mohammed Shathir Husein was being driven to the Ministry of Higher Education in Baghdad when vehicles operated by Xe employees approached the checkpoint at the same time, and shot him in the leg. They left the scene while American military personnel came to Husein's aid.

* 4 February 2007: Suhad Shakir Fadhil was driving to her office near the Iraqi Ministry of Foreign Affairs when Xe employees shot and killed her without apparent justification. Shooters also severely damaged her car.

* 1 July 2007: Xe employees shot at a minibus containing three families, including small children, for no reason. The shots killed a nine-year-old boy and wounded a 3-month-old baby and the children's mother, father, uncle, and cousin.

* 26 April 2008: Safeen Hameed Qadir was a photographer covering the opening of a Ford automobile dealership in Iraq's Arbil province. Qadir attempted to take a photograph of a visiting American VIP who was being guarded by Xe defendants employees. They severely beat Qadir without justification.

p) Impeding probes into Blackwater contractor deaths in Fallujah in 2004: "... According to these documents, Blackwater took on the Falluja mission before its contract officially began, and after being warned by its predecessor that it was too dangerous. It sent its team on the mission without properly armored vehicles and machine guns. And it cut the standard mission team by two members, thus depriving them of rear gunners," the report states. ... Blackwater contractors Jerry Zavko, Scott Helvenston, Mike Teague and Wesley Batalona were ambushed, dragged from their vehicles and killed on March 31, 2004 ... The burned and mutilated remains of two of the men were hung from a bridge over the Euphrates River, an image that fueled American outrage and triggered the first of two attempts to retake the city from Sunni Arab insurgents ...". Source: CNN, "Blackwater impeded probe into contractors deaths", 27 September 2007. http://articles.cnn.com/2007-09-27/politics/iraq.blackwater_1_erk-prince-blackwater-usa-blackwater-team?_s=PM:POLITICS (last visit 23 May 2011)

External information

- **Leadership and founders:** Founded in 1998 by former U.S. Navy Seals. "... The company, now called Xe Services, was once the United States' go-to contractor in Iraq and Afghanis-



tan: It has been under intense scrutiny since 2007, when Blackwater guards were accused of killing 17 civilians in Nisour Square in Baghdad... In April 2010, federal prosecutors announced weapons charges against five former senior Blackwater executives, including its former president, Erik D. Prince... Source: http://topics.nytimes.com/top/news/business/companies/blackwater_usa/index.html?inline=nyt-org (last visit 23 May 2011);

In other source the company appears to have been founded in 1997 by Erik Prince and Al Clark (currently it appears to have 10,000 employees worldwide). Source: Corpwatch, "Blackwater USA", by Pratap Chatterjee. <http://www.corpwatch.org/section.php?id=210> (last visit 23 May 2011)

In 2007, Gary Jackson was the company's President and Cofer Black its Vice Chairman http://www.nytimes.com/2009/11/11/world/middleeast/11blackwater.html?_r=3&emc=eta1&pagewanted=all (last visit 23 May 2011)

- **Employees in Iraq:** more than 1,000 in 2006. **Source:** Washington Post, "Census counts 100,000 contractors in Iraq", by Renae Merle, 5 December 2006 <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/04/AR2006120401311.html> (last visit 23 May 2011)

In addition, it is said that the company "... Employs 744 US citizens, 231 third-country nationals, and 12 Iraqis to protect US state department in Iraq ...". **Source:** BBC, "Blackwater boss grilled over Iraq", 2 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/7024370.stm (last visit 23 May 2011)

- **In Iraq since:** August 2003. "... Blackwater's work in Iraq began in August 2003, when Coalition Provisional Authority Administrator Paul Bremer awarded the company a no-bid contract to provide security to top U. S. civilian officials ...". **Source:** "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007". The U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

See also: Democracy Now, "Blackwater USA: Building the Largest Private Army in the World", 1 April 2004. http://www.democracynow.org/2004/4/1/blackwater_usa_building_the_largest_private (last visit 23 May 2011)

- **Last annual revenue:** Over \$ 1 billion. "... By 2006, Blackwater had over \$593 million in government contracts, an increase of more than 80,000%. In total Blackwater has received over a billion dollars from the federal government during fiscal years 2001 to 2006. Of this amount, \$523,649,287 (51%) was awarded without full and open competition ...". **Source:** "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007". The U.S. House Committee on Oversight and Government Reform, 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

Additionally, it is stated that the company had earned \$1 billion from 2001 to 2007. **Source:** BBC, "Blackwater boss grilled over Iraq", 2 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/7024370.stm (last visit 23 May 2011)

Other interesting information

a) Change of tarnished name. "... Blackwater Worldwide is abandoning the brand name that has been tarnished by its work in Iraq, settling on Xe (pronounced zee) as the new name for its family of two dozen businesses ... Blackwater Lodge and Training Center, the subsidiary that conducts much of the company's overseas operations and domestic training, has been renamed U.S. Training Center Inc...". **Source:** New York Times, "Blackwater changes its name to Xe", by Associated Press, 13 February 2009. <http://www.nytimes.com/2009/02/14/us/14blackwater.html> (last visit 23 May 2011)

b) New owner of Blackwater-XE: USTC Holdings, LLC ("USTC") is the investor consortium that acquired Xe Services, LLC ("Xe"), formerly Blackwater. <http://www.ustraining.com/new/boe-1.asp> (last visit 23 May 2011)

c) PMSC interconnexión with political power/administration: "...Blackwater has hired several former senior Bush Administration officials to work for the company. J. Cofer Black, who served as director of the CIA Counterterrorist Center from 1999 to 2002 and as a top counterterrorism official at the State Department until 2004, now serves as Blackwater's vice chairman. Joseph E. Schmie, the Inspector General for the Defense Department from 2002 to 2005, is now general counsel and chief operating officer of the Prince Group, Blackwater's parent company ...". "House oversight Committee's Memorandum on Blackwater, October 2007". The US House Committee on Oversight and Government Reform, 1 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/02_10_07_cong_blackwater.pdf (last visit 23 May 2011)

d) Blackwater provided protection for former CPA head Paul Bremer in Iraq: "... Provided protection for former CPA head Paul Bremer ... Blackwater is the main firm employed by the state department to provide security for its staff and visiting officials and businessmen. It has earned more than \$1bn (£490m) from US government contracts since 2001. The state department paid the company more than \$832m (£408m) for security work between 2004 and 2006 ...". Source: BBC, "Blackwater boss grilled over Iraq" 2 October 2007. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/7024370.stm (last visit 23 May 2011)

e) Blackwater employees in Iraq and impunity: It is stated that Blackwater's 1,000 employees in Iraq operate in a grey legal area. "... They operate in a decidedly gray legal area. Unlike soldiers, they are not bound by the Uniform Code of Military Justice. Under a special provision secured by American-occupying forces, they are exempt from prosecution by Iraqis for crimes committed there. The security firms insist their employees are governed by internal conduct rules and by use-of-force protocols established by the Coalition Provisional Authority, the U.S. occupation government that ruled Iraq for 14 months following the invasion. Some military analysts and government officials say the contractors could be tried under the Military Extraterritorial Jurisdiction Act, which covers crimes committed abroad. But so far, that law has not been applied to them. Security firms earn more than \$4 billion in government contracts, but the government doesn't know how many private soldiers it has hired, or where all of them are, according to the Government Accountability Office. And the companies are not required to report violent incidents involving their employees ... Blackwater has an estimated 1,000 employees in Iraq, and at least \$800 million in government contracts. It is one of the most high-profile security firms in Iraq, with its fleet of "Little Bird" helicopters and armed door gunners swarming Baghdad and beyond ...".

Source: * Associated Press, "Contractors accused of firing on civilians", 8 December 2007. <http://www.msnbc.msn.com/id/20231579/> (last visit 23 May 2011).

Additionally, "... Until quite recently, these men with guns were untouchable; they were protected from any kind of prosecution by Coalition Provisional Authority Order No 17, issued by Paul Bremer, the US diplomat charged with running Iraq after the 2003 invasion ... For example, Andrew J. Moonen, a Blackwater employee, who has been accused of killing a guard assigned to an Iraqi vice-president on 24 December 2006, was spirited out of the country and has never faced charges in Iraq. Nor have the five men accused of opening fire in Nisour Square: Donald Ball, Dustin Laurent Heard, Evan Shawn Liberty Nicholas Abram Slatten and Paul Alvin Slough. Lawsuits in the US have also failed ...".

Source: * The Guardian/Wikileaks, "Iraq war logs: military privatisation run amok", by Pratap Chatterjee, 23 October 2010.

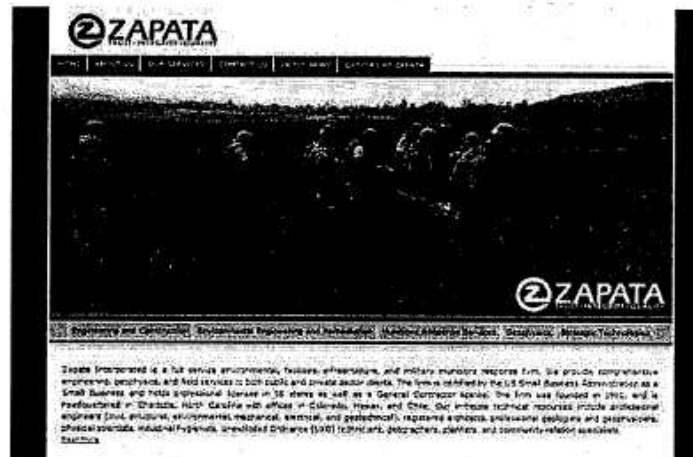
<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2010/oct/23/iraq-war-logs-us-military> (last visit 23 May 2011)

f) Hearing of Erik Prince, chairman of Blackwater, 2 October 2007, U.S. House Of Representatives. <https://house.resource.org/110/org.c-span.201290-1.1.raw.txt> (last visit 23 May 2011)

g) PSCAI Membership. According to PSCAI sources Blackwater had started a process of registration as of 25 November 2006 before the Ministry of Interior of Iraq; however it is currently not listed as a PSCAI member. Sources: http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf; <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html>; Non-ISOA member: Source: <http://www.stability-operations.org/Index.php> (last visit 30 September 2011)



44. ZAPATA INC



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1991 <http://www.zapatainc.com/Home.aspx>

B) Headquarters: North Carolina, U.S. <http://www.zapatainc.com/Contact.aspx>

C) Leadership: Manuel L. Zapata, President <http://www.zapatainc.com/Zapata.aspx>

D) Number of employees: Zapata has about 200 employees, plus contract technicians for specialized jobs. http://www.zapatainc.com/News/2010_03_18_MeckTimes.pdf

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last contracts: Five-year U.S. Navy contract: \$30 million. Five-year U.S. Army Corps of Engineers contract: \$1.2 billion. Five-year U.S. Air Force contract: \$350 million. Four-year Fort Bragg contract: \$8 million. http://www.zapatainc.com/News/2010_03_18_MeckTimes.pdf

H) Services: Engineering and Construction: civil engineering, structural engineering, range design, construction management-owner's representative, anti terrorism-force protection, etc. Environmental Engineering and remediation: site investigations, public interview/surveys, environmental assessments, regulatory compliance, lead & asbestos identification and abatement, remedial design and construction, underground abandoned mine remediation... Munition Response Services: Since 1995, ZAPATA has conducted site characterizations, remedial designs, range clearance, and removal actions at Munitions and Explosives of Concern (MEC) and Recovered Chemical Warfare Materiel (RCWM) sites throughout CONUS and OCONUS. They facilitate teamwork between Federal, State, and local regulatory agencies and the local communities to meet stakeholder objectives. Blackhawk Geophysics: a division of ZAPATA, provides professional, comprehensive, high resolution geophysical imaging and UXO support services. From small local utility locating projects, to high resolution 3D oil & gas seismic surveys, to major international groundwater projects, they have the geophysical experience and expertise to meet your job requirements. Strategic Technologies: location based market studies, web-based applications, network and database services, blast testing and modelling, real time location systems, etc. <http://www.zapatainc.com/Services.aspx>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

- **"Friendly fire" in Fallujah, Iraq:** Zapata Inc subsidiary security men (eight of them former U.S. marines allegedly) shot at civilians and marines on 28 May 2005. Sixteen security guards were jailed by the marines. It is an extraordinary example of contractors being treated as criminals. This PMSC was not registered at the PSCAI, nor at the Ministry of Interior of Iraq, so it operated illegally.

Sources:

* Corpwatch, *"Marines Jail Contractors in Iraq"* by David Phinney, 7 June 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12349> (last visit 24 May 2011)

* New York Times, *"The Other Army"*, by Daniel Bergner, 14 August 2005. <http://www.nytimes.com/2005/08/14/magazine/14PRIVATI.html?sq=zapata%20Iraq&st=cse&scp=4&pagewanted=all> (last visit 24 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **In Iraq since:** 2003 **Source:** The Center for Public Integrity, *"Windfalls of War"*. <http://projects.publicintegrity.org/wow/bio.aspx?act=pro&ddlC=83> (last visit 24 May 2011).

- **Clients:** Zapata's client list includes fellow Iraq contractor Science Applications International Corporation (SAIC) and government agencies, such as the U.S. Air Force, U.S. Army Corps of Engineers, U.S. Army Engineering & Support Center, U.S. Army Reserve Command and the U.S. Navy. Non-Defense clients listed include the U.S. Energy Department, the Veteran's Affairs Department, amongst others. **Source:** The Center for Public Integrity, *"Windfalls of War"*. <http://projects.publicintegrity.org/wow/bio.aspx?act=pro&ddlC=83> (last visit 24 May 2011)

Other interesting information

- **Illegal operations:** "... In the final days of the Coalition Provisional Authority, CPA administrator Paul Bremer issued an order, known as Memorandum 17, requiring all private security companies to register with Iraq's Ministries of Trade and Interior. The order mandated that contractors be licensed, subject to audits and that weapons be registered and licensed. Contractors were also expected to engage in force only in self-defense and the defense of civilians ... Lawrence Peter, the director of the Private Security Company Association of Iraq, says that if a private security company is not registered, then it operates illegally ... "I can say without a shadow of a doubt that there is no company named Zapata that is a licensed Private Security Company under the terms of CPA Memorandum 17." **Source:** Corpwatch, *"Marines Jail Contractors in Iraq"*, by David Phinney, 7 June 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12349> (last visit 24 May 2011)

ZKD, LLC



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Virginia, U.S. <http://zkdllc.com/index.html>

C) Leadership: Zachary K. Duck, Founder, President and CEO <http://zkdllc.com/information.html>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Homeland security; passenger and baggage security screening; physical security assessments; threat & vulnerability assessments; counterintelligence operations; security education and awareness; security evaluations; intrusion detection; Information Security (SSO OPS); counter terrorism; Protection of Critical Infrastructure (PKI); executive/MP protection; HUMINT; intelligence analysts; linguists; foreign travel briefs; first responders/EMT. <http://zkdllc.com/security.html>

I) Clients: Defense Intelligence Agency, Northrop Grumman, Department Of Homeland Security, Saic, Department Of Defense, CSC Technologies, among others. <http://zkdllc.com/partners.html>

External information

- **Founded:** The Company was founded in 2001, with only two employees. The founders published several advertisements seeking for interrogators. "...Another company, ZKD, Inc. ran advertisements for interrogators on February 4, 2004. This listing opened 10-Feb-04 and is valid for 180 days. The company's closing date comments for this listing are: "Open Till Filled. Category: Military Arts, Operations and Science..." **Source:** <http://dissidentvoice.org/June04/Stanton-Madsen0614.htm> (last visit 24 May 2011) See also: Daniel Pereira, *Mercenarios, guerreros del Imperio*, El viejo topo, Spain, 2007, page 215.

- **Revenues:** More than \$10 million. "...Black Enterprise states that ZKD was founded in 2001 with only two employees but now has more than 250 people with revenues totaling more than \$ 10 million in 2003..." **Source:** John Stanton and Wayne Madsen, "Torture Incorporated", 14 June 2004, <http://www.counterpunch.org/stanton06142004.html> (last visit 24 May 2011)

Other interesting information

a) Growth: "After 2001, this company has had solid growth. ZKD has a growing roster of clients, including the Transportation Security Administration and McNeil technologies. In January 2004 ZKD was awarded a five-year, \$53.7 million contract from the Department of Defense. In addition, the company has already solidified \$34.5 million in contracts for 2004 with another \$13 million expected..." **Source:** Black enterprise, "At the top of their game", by Sonja Mack, 1 May 2004. <http://www.blackenterprise.com/2004/05/01/at-the-top-of-their-game-2/> (last visit 24 May 2011)

UNITED KINGDOM

46. AKE



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1991 <http://www.akegroup.com/>

B) Headquarters: Hereford, U.K., with operational headquarters in Bagdad (Iraq): <http://www.akegroup.com/about-ake/contact-us.php>

C) Leadership: Andrew Kain, founder. <http://www.akegroup.com/about-ake/>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2003 <http://www.akegroup.com/documents/marketing-sheets/Bagdad-Business-Centre.pdf>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Security, intelligence, training, medical, crisis management, and insurance services. <http://www.akegroup.com/>

I) Clients: CNN, TV4 Sweden, Atlas Air, International Federation of Journalists, B&H Microsystems, Frontline News Television Ltd, HTV-Wales, and ABC Australia, amongst others: <http://www.akegroup.com/about-ake/testimonials.php>

External information

- **Employees in Iraq:** AKE claimed to be employing 13 SAS-trained Australians in Iraq in 2004.

Source: World Socialist Website, "Private military companies in Iraq: profiting from colonialism", by James Conachy, 3 May 2004: <http://www.wsws.org/articles/2004/may2004/pmcm03.shtml> (last visit 24 May 2011)



47. AEGIS



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2002 <http://www.aegisworld.com/index.php/about-us/history>

B) Headquarters: London, U.K., with operational headquarters in Iraq. <http://www.aegisworld.com/index.php/contact> and <http://www.aegisworld.com/index.php/about-us>.

C) Leadership: The founders of the company are lieutenant colonel Tim Spicer (who already had a 20 year career in the British army), Mark Bullough (who was a colleague of Tim Spicer in the British army and who has a 20 year career in investment banking), and Jeffrey Day and Dominic Armstrong. <http://www.aegisworld.com/index.php/about-us/history>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Operational coordination, physical security services (*every aspect of security – from corporate operations, commercial risk and foreign investment to counter-terrorism, close protection and support to governments*), path finding services, consultancy services, humanitarian support services, specialist training services, technical services, and maritime services. <http://www.aegisworld.com/index.php/security-operations>

I) Legal commitment: The Company claims to have international legal and ethic commitments, as well as to lobby for the regulation and accountability of PMSCs. It also claims to be part of the British Association of Private Security Companies and Private Security Company Association of Iraq (PSCAI). "...*Aegis welcomes the international agreement on the "Montreux Document on Pertinent International Legal Obligations and Good Practices for States related to Operations of Private Military and Security Companies During Armed Conflict" ("Montreux Document") created in association with the ICRC and the Swiss Initiative in September 2008 ... founder member of the British Association of Private Security Companies (BAPSC) which lobbies for regulation in the private sector in the UK" ...*" <http://www.aegisworld.com/index.php/about-us/regulation-ethics-and-sector-reform>

J) Charity: The company claims to also run a U.K. charity. "...*which aims to bring immedia-*

te relief to communities in post-conflict environments, currently Iraq and Afghanistan ..."
<http://www.aegis-foundation.org/>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

- **"Trophy video" of firing at civilians.** On 27 October 2005 a video appearing on the Internet showed PMSC contractors in the "Irish Route", a highway between the Green Zone and Baghdad airport, while randomly firing upon civilian vehicles with no clear reason discernible. Sources and video:

* "... Wherever Tim Spicer turns up, he carries the kind of baggage that gives the private military business a bad name. An internet video showing private contractors shooting at civilian cars in Iraq, loosely linked to his company, has ignited a firestorm about unregulated gun-wielding security convoys, escorting reconstruction or government advisors, roaming the country ... As thousands of armed guards, working largely under U.S. contracts, travel the roads of Iraq, the industry is seeking respectability through a Washington trade group – the International Peace Operations Association (IPOA) ... " CorpWatch, "From Mercenaries to Peacemakers?", by David Phinney, 29 November 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12829> (last visit 25 May 2011) [includes interesting video footage]

* "... A car full of armed men travels at high speed on an Iraqi road. When another car tries to pass it, a machine gun appears from the window of the first car and it starts shooting a burst of machine-gun fire until the second car stops. The operation recurs more and more times, on the road side an increasing number of cars and wounded people stand still. They are the "contractors" of "Aegis", the British company, who try to defend themselves from the risk of possible attacks ... " Rainews, "War Business", by Flaviano Masella, Mario Sanna, Angelo Saso, and Maurizio Torrealta, 16 March 2007. http://www.rainews24.it/ran24/rainews24_2007/Inchieste/19042007_affari_guerra/default_eng.asp (last visit 25 May 2011)

* While Aegis denies participating in the shootings referred to above, other sources identify a South African Aegis employee as the shooter. "... Aegis have assured us that there is nothing on the video to suggest that it has anything to do with their company. This is now a matter for the American authorities because Aegis is under contract to the United States ... Also, CnL claims one man is a "South African employee of Aegis Victory team named Danny Heydenreycher. He served in the British military for 6 years." About.com, "Contractors Shoot Civilians in Iraq?", by Kathy Gill, 25 November 2005. <http://uspolitics.about.com/b/2005/11/29/contractors-shoot-civilians-in-iraq.htm> (last visit 25 May 2011).

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Headquarters:** Possibly moved to Basel (Switzerland). "... The move to Basel of a British security firm that provides soldiers for war zones has met with widespread criticism, with observers saying it affects Swiss neutrality ... Aegis Defence Services, one of the world's largest private security contractors, has set up a Swiss holding company for its different operations, effectively moving its headquarters from London to Basel ... It employs an estimated 20,000 soldiers, mostly in Iraq and Afghanistan. Many of them are on contract to the United States defence department ... To date, Switzerland does not have any national laws for regulating such firms or the export of mercenary services and military logistics outside its borders. But under Swiss export law, companies cannot export arms into active armed conflict zones ..."

Source: Swissinfo, "Swiss fired up over arrival of mercenary firm", by Jessica Dacey, 11 August 2010. http://www.swissinfo.ch/eng/business/Swiss_fired_up_over_arrival_of_mercenary_firm.html?cid=22482084 (last visit 25 May 2011)

- **In Iraq since:** 2004. Source: Boston Globe, "Security firm's \$293m deal under scrutiny", by Charles M. Sennott, 22 June 2004: <http://www.patfinucanecentre.org/cases/pmcbride/040622bg.html>)

- **Contracts and revenue:** "... Investigators said Aegis Defence Services can not correctly



document that employees are qualified for weapons use and that many of its Iraqi workers have not been properly screened. Aegis had little prior experience in the Middle East before landing a \$293 million contract in Iraq and its main shareholder, former British army officer Tim Spicer, has been at the center of several controversies, including an arms deal that broke a U.N. embargo in 1998 and questions raised by Irish Americans over his military record in Northern Ireland ...” **Source:** Reuters, “U.S.A.: Audit Criticizes Aegis Security Work in Iraq”, by Sue Fleming, 22 April 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=12135>. Additionally, the “...company, known as Aegis Defence Services, landed a \$293 million Pentagon contract to coordinate security for reconstruction projects, as well as support for other private military companies, in Iraq. This effectively put him in command of the second-largest foreign armed force in the country—behind America’s but ahead of Britain’s. These men aren’t officially part of the Coalition of the Willing, because they’re all paid contractors—the Coalition of the Billing, you might call it—but they’re a crucial part of the coalition’s forces nonetheless ...” **Source:** Vanity Fair, “Iraq’s mercenary kings”, by Robert Baer (a former CIA officer), April 2007. <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/04/spicer200704?currentPage=all> (last visit 30 May 2011)

Other interesting information

a) Founder: The company was founded by Tim Spicer, who was previously the director of the controversial company Sandline International. **Source:** The Guardian, “Foreign Office to propose self-regulation for private military firms” by Richard Norton-Taylor, 24 April 2009. <http://www.guardian.co.uk/world/2009/apr/24/private-military-firms-government>, (last visit 25 May 2011).


b) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. **Source:** www.pscail.org/pscmembers.html; Non-ISOA member: **Source:** <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011)

c) Coordination of all other PMCS in Iraq: AEGIS coordinates the operations of all PMCS working in Iraq, including handling security at prisons and oil fields. “... Over 3 years, Aegis will be in charge of all security for the \$18.4 billion in ongoing reconstruction projects being overseen by the US. As part of the contract, Aegis will hire a “force-protection detail” of about 600 armed men and coordinate the operations of 60 other PMCs already working in Iraq and their 20,000 men, including handling security at prisons and oil fields ...” **Source:** Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, “Privatising security”, by F. Schreier and M. Caparini, March 2005, page 23 <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=14077> (last visit 31 May 2011)

d) More private contractors after 2011 military withdrawal: “... All U.S. combat forces are scheduled to leave Iraq by year’s end, but the State Department will still need security. So it’s planning to add thousands more private contractors ... A U.S. Army helicopter brigade is set to pull out of Baghdad in December, as part of an agreement with the Iraqi government to remove U.S. forces. So the armed helicopters flying over the Iraqi capital next year will have pilots and machine gunners from DymCorp International, a company based in Virginia ... On the ground, it’s the same story. American soldiers and Marines will leave. Those replacing them, right down to carrying assault weapons, will come from places with names like *Aegis Defence Services* (emphasis added) and *Global Strategies Group* — eight companies in all ... All U.S. combat forces are scheduled to leave Iraq by year’s end, but there will still be a need for security. That means American troops will be replaced by a private army whose job will be to protect diplomats ... Already, the State Department is approving contracts, but there are questions about whether it makes sense to turn over this security job to private companies ...” **Source:** National Public Radio, “As US military exits Iraq, contractors to enter”, by Tom Bowman, 17 May 2011. <http://www.scpr.org/news/2011/05/17/as-us-military-exits-iraq-contractors-to-enter/> (last visit 27 July 2011)

e) Rubicon International. This PMSC was on the 2006 PSCAI list, however today it belongs to Aegis. http://www.privateforces.com/index.php?option=com_content&task=view&id=289 (last visit 17 June 2011)

48. ALFAGATES



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: London, U.K., with an operational office in Baghdad (Iraq). <http://alfagates.com/index.htm>; the Company claims to have a subsidiary or member of the group in Iraq, called "Babylon Gates-Iraq", http://alfagates.com/babylon_gates.htm

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2003, http://alfagates.com/babylon_gold.htm#iraqperspective http://alfagates.com/babylon_gates.htm.

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Working dogs, de-mining, civil engineering, real state management and operations, business facilitation and implementation, life support and personal services. The company claims to provide services to PMSC in Iraq: "...An international security company had the mandate to secure the men and materials for a foreign trading house on an infrastructure project in Iraq. The security company did not have a presence in Iraq. Babylon Gates in Iraq supplied accommodation and office services for the security company in Baghdad ...". http://alfagates.com/case_studies.htm; The Company claims to have "Contracting" and "Consulting" services in Iraq, http://alfagates.com/case_studies.htm; additionally the company claims to be part of PSCAI, http://alfagates.com/contracting_services.htm.

I) Clients: U.S. Government's Department of Defense, U.S. Army Corps of Engineers, Multi-National Security Transition Command – Iraq, amongst others. http://alfagates.com/babylon_gates.htm

External information

Leadership: Mark Berger, CEO. **Source:** Kurdistan Regional Government, "The Kurdistan



Region: *Invest in the Future*, 2008. http://www.krg.org/uploads/documents/Invest_in_the_Future_2008.pdf (last visit 31 May 2011)

49. ARMORGROUP

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

There is no longer an official website of ArmorGroup available. ArmorGroup was acquired by G4S in March 2008 and all official information about ArmorGroup has been included on the G4S website.

A) Founded: ArmorGroup was founded in 1981 and G4S in 1935. <http://www.g4s.jp.com/en-jp/What%20we%20do/G4S%20Japan/Oil%20and%20gas/>; <http://www.g4s.com/en/Who%20we%20are/History/>

B) Headquarters: Crawley, U.K. <http://www.g4s.com/en/Media%20Centre/Key%20facts%20and%20figures/>

C) Leadership: Alf Duch-Pedersen, (Chairman) and Lord Condon (ViceChairman and Senior Independent Director, formerly Policeman). <http://www.g4s.com/en/Who%20we%20are/Our%20management/Group%20board%20profiles/>

D) Number of employees: G4S has nearly 625,000 employees worldwide in 125 countries. <http://www.g4s.com/en/Who%20we%20are/Where%20we%20operate/>

E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: No official information available but G4S claims to be in Iraq: *"We provide protection to thousands of convoys in Iraq"*. <http://www.g4s.uk.com/en-GB/Media%20Centre/Key%20facts%20and%20figures/>

G) Last annual revenue: turnover from continuing operations for the year from January to December 2009 was £7,008.6 million. <http://www.g4s.com/en/Investors/Corporate%20overview/>

H) Services: Cash management solutions; risk management solutions; care and justice services; event security services; transport services; security systems and technology; manned security services; ordnance management; utility services; secure data solutions; investigative services; facilities management; and training. **Sectors:** Financial institutions; government; leisure and tourism; major corporates and industrials; oil and gas; ports and airports; private energy and utilities; retail; and transports and logistics. <http://www.g4s.uk.com/en-gb/What%20we%20do/>

I) Official statement of ArmorGroup about a human right incident occurred in Iraq: *"This is a tragic and devastating incident; not only for the families of Paul McGuigan and Darren Hoare but for their many colleagues, still working in Iraq, who are shocked that this has happened. At present, we are unable to comment on any information relating to Daniel Fitzsimons, due to the ongoing investigation, suffice to say we have offered our full support to the Iraqi authorities"*. ArmorGroup statement on incident in Iraq, 12 August 2009. <http://www.g4s.com/en/Media%20Centre/News/2009/08/12/ArmorGroup%20statement%20on%20incident%20in%20Iraq/>

"Until now, Daniel Fitzsimons, the man accused of the shootings, has been suspended from employment, pending the findings of the investigation. We can confirm that Mr Fitzsimons has now been dismissed from the company on the grounds of gross misconduct... Although Mr Fitzsimons is no longer an employee of the company, we are doing what we can to ensure that his human rights are met whilst in Iraqi custody by providing him with food,

water, clothing and toiletries ... Another employee has also been dismissed on the grounds of gross misconduct .. We have also carried out a detailed investigation into our screening policy and processes. We are unable to reveal the contents of Mr Fitzsimons' employment file for data protection reasons. However, we can confirm that in this particular case, there is evidence that Mr Fitzsimons falsified information during the recruitment process and that his screening was not completed in line with the company's procedures ... Source: ArmorGroup Update on Iraq Incident from 9 August 2009, 15 September 2009. <http://www.g4s.com/en/Media%20Centre/News/2009/09/15/ArmorGroup%20Update%20on%20Iraq%20Incident%20from%209th%20August%202009/>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) First western contractor to face Iraqi trial. Daniel Fitzsimons, a British ArmorGroup employee, was accused of shooting dead fellow contractors Paul McGuigan and Darren Hoare and injuring an Iraqi guard in August 2009 at a base inside Baghdad's Green Zone. He was sentenced to 20 years of imprisonment.

Sources:

* "... Danny Fitzsimons, who attended the hearing, is the first Western contractor on trial in an Iraqi court since a 2009 U.S.-Iraqi security agreement lifted immunity for foreign contractors... The trial opened with a testimony of the Iraqi guard who claims Fitzsimons shot him in the leg ... Arkan Mahdi Saleh, an Iraqi guard at the security firm ArmorGroup that also employed the defendant and the two slain men, told a three judge panel that he saw Fitzsimons with a Pistol before he was shot ...". Associated Press, "Murder trial for British contractor opens in Iraq", by Sinan Salaheddin, 29 December 2010. <http://www.foxnews.com/world/2010/12/29/murder-trial-british-contractor-opens-iraq/> (last visit 31 May 2011)

* "... A British private security contractor will spend 20 years in prison after an Iraqi court found him guilty Monday of murdering two co-workers ...". United Press International, "Contractor sentenced for deaths in Iraq", 28 February 2011. http://www.upi.com/Top_News/World-News/2011/02/28/Contractor-sentenced-for-deaths-in-Iraq/UPI-35311298897611/ (last visit 31 May 2011)

* "... Danny Fitzsimons, the court has found established evidence that you killed the two slain men and attempted to kill the third," the judge said. "So the court issues its sentence according to ... the Iraqi criminal code and sentences you to 20 years in prison.", Aljazeera, "Briton jailed in Iraq for killings" 28 February 2011. <http://english.aljazeera.net/news/middleeast/2011/02/201122894429452490.html> (last visit 25 May 2011)

List of complementary sources about the 28 February 2011 verdict (see complete quotation and further information in Annex D on Legal Cases): The Guardian, <http://www.guardian.co.uk/world/2011/feb/28/danny-fitzsimons-jailed-iraq-murders> (last visit 27 July 2011); BBC, <http://www.bbc.co.uk/news/uk-england-manchester-12594245> (last visit 27 July 2011); News.com, <http://www.news.com.au/world/british-security-guard-gets-life-in-iraq/story-e6frfkyi-1226013793832> (last visit 27 July 2011); SkyNews, <http://news.sky.com/skynews/Home/World-News/Iraq-Murder-Trial-British-Contractor-Danny-Fitzsimons-Jailed-For-Life-For-Killing-Colleagues/Article/201102415942288> (last visit 27 July 2011); Gorillas Guide's, <http://gorillasguides.com/author/omar-khdhayyir/page/2/> (last visit 27 July 2011); Aljazeera, <http://english.aljazeera.net/news/middleeast/2011/02/201122894429452490.html> (last visit 27 July 2011).

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Employees in Iraq / revenues:** "ArmorGroup, which started in Iraq with 20 employees and a handful of SUVs, has grown to a force of 1,200 – the equivalent of nearly two battalions – with 240 armored trucks; nearly half of the publicly traded company's \$273.5 million in revenue last year came from Iraq...". Sources:

* The Washington Post, "Iraq contractors face growing parallel war", by Steve Fainaru,



16 June 2007. http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/06/15/AR2007061502602_2.html?pid=topnews (last visit 25 May 2011)

*... *ArmorGroup, the private security company, became another casualty of the war in Iraq as it succumbed yesterday to a £43 million bid from rival G4S... The company, which provides embassy and convoy security, has seen profits decline for the past three years as its business in Iraq has dropped off... Armor was one of the many private security companies that took advantage of a boom in work during the early stages of the Iraq occupation. British and American armed forces outsourced many activities to enable them to fight in Iraq with smaller forces... Armor said that its operating profit for last year fell to \$6.3 million (£3.2 million) from \$10.6 million the year before and \$12.4 million in 2005. Iraq revenue fell by 14 per cent to \$119.7 million. The company said in November that its business in Iraq was faltering, which led to the departure of David Seaton, the chief executive...* The Sunday Times, "G4S buys security firm rival ArmorGroup for £43m", by David Robertson, 21 March 2008. http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry_sectors/support_services/article3593666.ece

- **In Iraq since:** 2003. Source: Scotland on Sunday, "Former foreign minister cashes in Iraq crisis", by Brian Brady, 23 May 2004. <http://news.scotsman.com/iraq/Former-foreign-minister-cashes-in-2531197.jp> (last visit 25 May 2011)

- **Leadership:** "... A private security company headed by former Foreign Secretary Sir Malcolm Rifkind is making millions from a contract to protect Foreign Office staff working in Iraq, it emerged last night... ArmorGroup, the biggest 'mercenary' security firm working in Iraq, is one of two companies that have raked in a total of £15m between them for providing round-the-clock cover in the treacherous environment of post-war Iraq during the past year." Source: Scotland on Sunday, "Former foreign minister cashes in Iraq crisis", by Brian Brady, 23 May 2004. <http://news.scotsman.com/iraq/Former-foreign-minister-cashes-in-2531197.jp> (last visit 25 May 2011)

- **Clients:** "ArmorGroup has a client list that is remarkably similar to the list of donors to international NGOs: UN Agencies, the government of UK, US, Switzerland, Sweden, Japan and Canada, the EU, ECHO, USAID, CARE, and Caritas" Source: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, "Privatising security", by F. Schreier and M. Caparini, March 2005, page 32. <http://www.isn.ethz.ch/Isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ols591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=14077> (last visit 25 May 2011)

Other interesting information

a) BAPSC creation: "ArmorGroup fostered the creation of the British Association of Private Security Companies, the UK's trade association and lobbying arm for PMSCs". Source: War on Want, "Corporate Mercenaries. The threat of private military and security companies", by Fabien Mathieu and Nick Dearden, November 2006, page 7. <http://www.waronwant.org/attachments/Corporate%20Mercenaries.pdf> (last visit 25 May 2011)

b) International market and ArmorGroup estimates: "... ArmorGroup estimated that the international market for protective security services alone was worth around US\$900 million in 2003 (US\$300 million in Iraq), rising to an estimated US\$1.7 billion by August 2004 (US\$900 million in Iraq).¹³ Industry officials have estimated that the figure will continue to rise as US and UK forces withdraw.¹⁴ Other experts have suggested that combined revenues for all PMSCs across the world, broadly defined, could already be close to US\$100 billion..." Source: War on Want, "Corporate Mercenaries. The threat of private military and security companies", by Fabien Mathieu and Nick Dearden, November 2006, page 4. <http://www.waronwant.org/attachments/Corporate%20Mercenaries.pdf> (last visit 25 May 2011)

c) Services in Iraq: The British Foreign Office and Department for International Development awarded ArmorGroup armed security contracts in Baghdad and Basra as well as control of the Iraqi police mentoring programme in Basra. Source: U.K. House of Commons International Development Committee, "Development Assistance in Iraq: Interim Report"

, 5 April 2005, pages 58, 66 and 67. <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200405/cmselect/cminidew/244/244.pdf> (last visit 25 May 2011)

d) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. According to PSCAI sources ArmorGroup was registered as of 25 November 2006 at the Ministry of Interior of Iraq; currently it does not appear as PSCAI member, however.

Sources: http://www.pscai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.pscai.org/pscmembers.html>; (last visit 29 September 2011). **Non-ISOA member:** **Source:** <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011).

50. BLUE HACKLE



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: London, U.K., with operational offices in Iraq and the U.S. http://www.bluehackle.com/es-ES/Finding_Us/

C) Leadership: General Sir Jeremy Mackenzie, Chairman of the Board of Blue Hackle (he was commissioned into the Queen's Own Highlanders and commanded its 1st Battalion Queen's Own Highlanders in Hong Kong, where he was awarded the OBE). Michael Raper, CEO (Mr. Raper served as a British army officer in Germany, Canada, and Northern Ireland, and also saw active service with a reconnaissance unit in the Gulf War). General John Avizaid, Board of Directors (retired from the U.S. Army as Commander of U.S. Central Command) http://www.bluehackle.com/en-GB/Advisory_Board/#abizaid

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available, but the company claims to have contracts in Iraq. *"New clients developed during this period include U.S. government agencies, including USAID in Iraq ..."* http://www.bluehackle.com/en-GB/Advisory_Board/; *"The Client: A*



major US engineering and construction group client had been retained by the US Government to construct a new Iraqi police headquarters at a site near Fallujah, Iraq ...” <http://www.bluehackle.com/en-GB/Environments/>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Geopolitical risk audit; consultancy services specifically designed to aid and support the entering of markets in particularly difficult or challenging jurisdictions; preventing and investigating corporate fraud and crime; business intelligence; crisis situations management; security training; and kidnap for ransom consultancy. http://www.bluehackle.com/en-GB/Finding_Us

External information

-Founded: 2004 “Blue Hackle was set up in 2004 by brothers, Michael and Charles Raper, and named after a distinctive feather in Army caps”. **Source:** Business Sale Report, 11 May 2010. <http://www.business-sale.com/acquisitions/article/blue-hackle-group-a-company-that-provid-32723.html> (last visit 25 May 2011)

-Number of employees: 2,000 staff.
Source: Ibid

-Last annual revenue: £33 million in 2009. **Source:** Ibid

-Employees and services in Iraq: 450 posted in Iraq (since 2004), where they, amongst others, have build a new police headquarters near Fallujah, and have lost a man in 2006 to a roadside ambush.

Sources:

*SourceWatch. http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Blue_Hackle_Limited (last visit 25 May 2011)

*Spear’s Indices, September 2008. <http://www.spearswms.com/spears-indices/security-index/596/blue-hackle.html> (last visit 25 May 2011)

Other interesting information

-PSCAI Membership: the company used to be registered as a PSCAI member. http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Private_Security_Company_Association_of_Iraq

51. BRITAM

BRITAM

A Special Force in Security

About Britam

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: London, U.K., and operational offices in Iraq <http://www.britamdefence.com/contact.html> and <http://www.britamdefence.com/about.html>.

C) Leadership: General Sir Michael Wilkes, Chairman. <http://www.britamdefence.com/home.html>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Corporate security services, police and military training, and health and safety. <http://www.britamdefence.com/about.html>

External information

-Founded: 1997 **Source:** Sourcewatch http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Britam_Defence_Ltd (last visit 25 May 2011)

Other interesting information

a) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. **Source:** <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 25 May 2011)

52. CASTLEFORCE

The advertisement for CastleForce IT Security features a black and white photograph of a woman, a young child, and a man in a domestic setting. To the right, the CastleForce logo is displayed with the tagline 'IT SECURITY'. Below the logo, contact information is provided: '1 800 425 1000' and '1 800 425 1000'. A horizontal line separates the header from the main text, which lists services: 'Cloud Products, Cloud Services, Software, Compliance, Risk Management, Training, Big Data'. The main heading is 'Castleforce Risk Management Services'. The text below describes the company's approach to risk management, emphasizing its focus on the UK and Europe, its ISO 27001 certification, and its commitment to providing comprehensive risk management solutions. It also mentions that the company is a member of the PSCAI (Public Sector Computer Incident Response Team).

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available



B) Headquarters: Wirral, Merseyside, U.K. <http://www.castleforce.co.uk/Contact-Us/>

C) Leadership: John Richards (has earned his merits for his background in defence and security as well as his long service in the British Military) and David Woodcock (an IT professional with 15 years experience who has, in the past, worked at some leading blue chip IT companies including IBM, Peoplesoft and Oracle), co-founders. <http://www.castleforce.co.uk/Contact-Us/About-Us/>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: IT Services: support, IT security awareness, IT security consultancy, information system security assessment, IT security standards compliance assessment, and penetration testing. Risk Management Services: business continuity planning, close protection, crisis management, evacuation planning, kidnap and ransom, risk and threat assessment, security planning and management, tracking solutions, and physical security. <http://www.castleforce.co.uk/Risk-Management/> and <http://www.castleforce.co.uk/Services/>

External information

-In Iraq since: At least since 2004, "CastleForce Consultancy Limited is an emerging small business that was formed to provide security services with a focus on current operations in Iraq. The evolution of CastleForce resulted from the extreme frustration that many encountered with security firms currently operating in Iraq. The management team of CastleForce consists of personnel who have spent the last year in Iraq serving in a host of positions within the coalition." **Source:** David Isenberg, "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 26 May 2011)

53. CENTURION RISK ASSESSMENT SERVICES

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1995 <http://www.centurionsafety.net/About.html>

B) Headquarters: Newquay, U.K. <http://www.centurionsafety.net/Contact.html>

C) Leadership: The company was founded by ex-Royal Marine Paul Rees. http://www.centurionsafety.net/About/Centurion_in_the_Media/Danger_Zone.html

D) Number of employees: No official information available. The company claims to be "...based in the UK staffed by former British military personnel, the majority being former Royal Marines..." <http://www.centurionsafety.net/About.html>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Training: discussions and practical exercises on mines and booby traps, weapons and ballistics, emergency navigation, kidnapping, personal security, and a great deal of field emergency first aid training. **Corporate Services:** Centurion's Corporate Safety Division helps human resources managers, training managers, safety officers and other key staff to assess their company's main assets and identify the level of threat each faces, offering practical advice and a range of security measures including preparation awareness training, on-site instruction, building security systems and procedures. **Safety equipment.** <http://www.centurionsafety.net/Training.html> ; <http://www.centurionsafety.net/Corporate.html>

I) Clients: ABC News, Al-Jazeera, Amnesty International, Army Times, BEBS/SSVC, Canadian Press, Christian Aid, Department for Overseas Development, European Pressphoto Agency, Guardian Films, International Reporting Project at Johns Hopkins University, ITV/Granada, McClatchy Newspapers, NBC News, New York Times, Post Conflict Reconstruction Unit, Reuters, Stars and Stripes, The Associated Press, the Independent, The Observer, The Times, Toronto Star, United States Institute of Peace, Voice of America, Washington Post, ZDF, etc. <http://www.centurionsafety.net/About/Clients.html>

Other interesting information

- **War training for journalists.** ABC News sends its staff to Centurion Risk Assessment for a five-day course called Hostile Environments and First Aid Training, which is held either in the U.S. or England. It is a class for journalists likely to be embedded with a military unit in Iraq or Afghanistan. Source: ABC News, "*Intense training prepares journalists for War*", by Charlotte Sector, 30 January 2006. <http://abcnews.go.com/International/story?id=1557505> (last visit 26 May 2011)

Consulting services in kidnapping context in Iraq: "*Over the past few days, one of Centurion's advisors in Iraq had the opportunity to chat informally to a number of people who had been taken hostage by insurgents...*" Source: Journalists at Risk, "*kidnappings in Iraq, Lessons to be drawn*", 8 february 2005. <http://www.journalistsatrisk.org/?article=53>

- **PSCAI Membership:** According to PSCAI sources the company had started process of registration at the Ministry of Interior of Iraq, as of 25 November 2006; currently it does not appear as a PSCAI member, however. **Sources:** http://www.psc.ai.org/Dpocs/latested_full_list_update.pdf and <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 30 September 2011)



CONTROL RISKS

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1975 <http://www.control-risks.com/default.aspx?page=313>

B) Headquarters: London, U.K., with operational offices in Baghdad (Iraq) <http://www.control-risks.com/default.aspx?page=5>

C) Leadership: No official information available.

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available on when it started operating in Iraq, but the company does claim to have worked in the Middle East for nearly thirty years and refers to a "Control Risks on the Foreign and Commonwealth Iraq Contract between 2003-2009"; <http://www.control-risks.com/default.aspx?page=325>; <http://www.control-risks.com/default.aspx?page=410>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Political and security risk analysis; business intelligence and investigation; business ethics and anticorruption; forensics; information security; security management and consultancy; crisis management; business continuity services; travel security; incident response; governance and development; and training services. <http://www.control-risks.com/default.aspx?page=15>

External information

- **Leadership:** Jonathan Fry, Chairman. **Source:** SourceWatch http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Control_Risks_Group (last visit 26 May 2011)

- **Number of employees:** 1,000 employees in 15 countries (2010) **Source:** The Guardian, "Iraq security firm joins bidding for Wall Street's favourite detective agency", by Richard

Wachman, 14 March 2010. <http://www.guardian.co.uk/business/2010/mar/14/kroll-control-risks-bidding-war?INTCMP=SRCH> (last visit 26 May 2011)

- Employees in Iraq and since when in Iraq:

*"...Control Risks, another big British security provider, is responsible for the security of diplomats in Iraq..." Source: The Times, "Government aims to impose rules on armed guards", by David Robertson, 22 October 2009.

http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry_sectors/support_services/article6886085.ece (last visit 26 May 2011)

*"...Since 2003, prominent foreign security companies such as Control Risks, Aegis, and Olive Group have been a familiar and prominent presence in Basrah..." Source: The Guardian, "US embassy cables: Halliburton boss complains of outrageous cost of security firms in Iraq", 21 December 2010. <http://www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/245068> (last visit 26 May 2011)

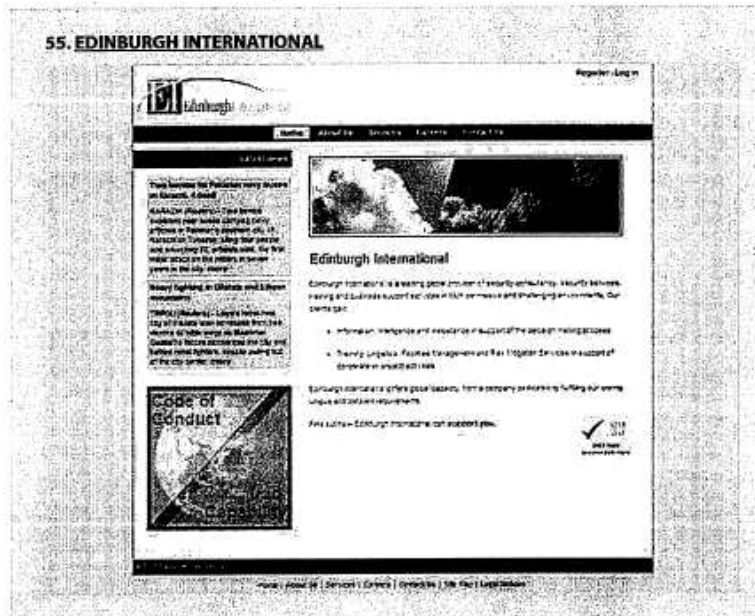
Other interesting information

a) Wikileaks: cable 10BASRAH1.

Source:

*"...Since 2003, prominent foreign security companies such as Control Risks, Aegis, and Olive Group have been a familiar and prominent presence in Basrah..." Source: The Guardian, "US embassy cables: Halliburton boss complains of outrageous cost of security firms in Iraq", 21 December 2010. <http://www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/245068> (last visit 26 May 2011)

b) Inherent governmental functions. In April 2004 eight Blackwater commandos defended the U.S. headquarters in Najaf against an attack by hundreds of Iraqi militia using a variety of methods, including flying helicopters to ferry in fresh ammunition. Later that same day Control Risks was also involved in pitched battles in Iraq. Source: War on Want, "Corporate Mercenaries. The threat of private military and security companies", by Fabien Mathieu and Nick Dearden, November 2006, page 5. <http://www.waronwant.org/attachments/Corporate%20Mercenaries.pdf> (last visit 26 May 2011)





Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: September 2003. On April 2010 Triple Canopy acquired Edinburg International. <http://www.edinburghint.com/about-us/ei-history/>

B) Headquarters: London, U.K., with operational offices in Dubai, United Arab Emirates (U.A.E.). <http://www.edinburghint.com/contact-us/>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: Over 1,850 employees <http://www.edinburghint.com/about-us/ei-history/>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: September 2003. The operational element was initially based in, and focused on, Iraq <http://www.edinburghint.com/about-us/ei-history/>

G) Last annual revenue: No official information available. On the website it is only mentioned that they are involved with "... supporting commercial, development and government contracts in Iraq since 2003, to a value of over \$150m ...". <http://www.edinburghint.com/assets/Uploads/Capability-Statement-Iraq-May11.pdf>

H) Services: Support services, training and security services. <http://www.edinburghint.com/services/>; in Iraq: "... Operating throughout Iraq in support of oil, construction and telecommunications clients, this includes individual ad-hoc security services through to turn-key missions support solutions throughout the full spectrum of security support ...". <http://www.edinburghint.com/assets/Uploads/Capability-Statement-Iraq-May11.pdf>

I) Clients: Telecoms, constructions, mining, manufacturing, NGOs, oil and gas, financial services, maritime and insurance sectors, United Nations, European Union, Department of Homeland Security, U.K. Government, World Customs Organisations and other international governmental bodies. <http://www.edinburghint.com/about-us/clients/>

External information

Headquarters. It is argued that the company also has operational offices in Baghdad. http://www.britisheurope.org/bx/pages/Organisation_view/762.php (last visit 26 May 2011)

Security services in Iraq. "Physical protection, secure accommodation, purchasing, logistics and business assistance for a telecommunications provider." http://www.britisheurope.org/bx/pages/Organisation_view/762.php (last visit 26 May 2011)

56. G4S



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1935 <http://www.g4s.com/en/Who%20we%20are/History/>

B) Headquarters: Crawley, U.K. <http://www.g4s.com/en/Media%20Centre/Key%20facts%20and%20figures/>

C) Leadership: Alf Duch-Pedersen, Chairman, and Lord Condon, Vice Chairman and Senior Independent Director. <http://www.g4s.com/en/Who%20we%20are/Our%20management/Group%20board%20profiles/>

D) Number of employees: G4S has nearly 625,000 employees worldwide in 125 countries. <http://www.g4s.com/en/Who%20we%20are/Where%20we%20operate/>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available but G4S claims to be in Iraq: *"We provide protection to thousands of convoys in Iraq"* <http://www.g4s.uk.com/en-GB/Media%20Centre/Key%20facts%20and%20figures/>

G) Last annual revenue: turnover from continuing operations for the year from January to December 2009 was £7,008.6 million. <http://www.g4s.com/en/Investors/Corporate%20overview/>

H) Services: Cash management solutions; risk management solutions; care and justice services; event security services; transport services; security systems and technology; manned security services; ordnance management; utility services; secure data solutions; investigative services; facilities management; and training. **Sectors:** Financial institutions; government; leisure and tourism; major corporates and industrials; oil and gas; ports and airports; private energy and utilities; retail; and transports and logistics. <http://www.g4s.uk.com/en-gb/What%20we%20do/>

External information**HUMAN RIGHTS INCIDENTS**

See **ArmorGroup**, a subsidiary of G4S.

Other interesting information

a) Wackenhut Corporation: Wackenhut Corporation was acquired by G4S in 2002. This company was implicated in supplying chemicals for weapons to Iraq in the 1970s. Its first major coup was the collection of two million files of U.S. citizens implicated in the McCarthyite witch hunts of the 1950s. **Source:** Corporate Watch U.K., July 2003 <http://www.corporatewatch.org.uk/?lid=337> (last visit 27 May 2011)

b) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member, and it is stated that the Company was registered in year 2006 before de Minister of Interior of Iraq.

Source: <http://www.pscail.org/pscmembers.html> and http://www.pscail.org/Docs/latest_fulllist_update.pdf (last visit 27 May 2011)



57. GENRIC SECURITY

GENRIC
SECURITY CONSULTANTS WORLDWIDE

Home | Services | Training | About Us | Global | Contact Us

Live Situation

Genric operates in providing comprehensive advisory and consultancy services to corporate and private clients with emphasis on training, risk assessment, formal qualifications, and experience.

Services

- Executive Protection
- Escorted Transport
- Investigation
- Maritime
- Natural Resources
- Surveillance
- Security & Access
- Guidance
- Travel Support
- Management & Consultancy
- Integrity Testing

Training

- Executive Protection
- Maritime Environment Course
- Protection
- Defensive Driving
- Personal Security
- ITC / Personal Factors

Global
Click on the world map to learn more about Genric's presence and operations around the world.

Information from the official website (last visit 30 September 2011).

A) Founded: 2004 <http://www.genric.com/>.

B) Headquarters: U.K. (with operational offices in the U.S. and Asia), http://www.genric.com/genric_global.php

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Executive protection, escorted transport, investigation, maritime resources, surveillance, surveys & audits, residential, travel support, management & consultancy, and integrity testing. http://www.genric.com/genric_services.php

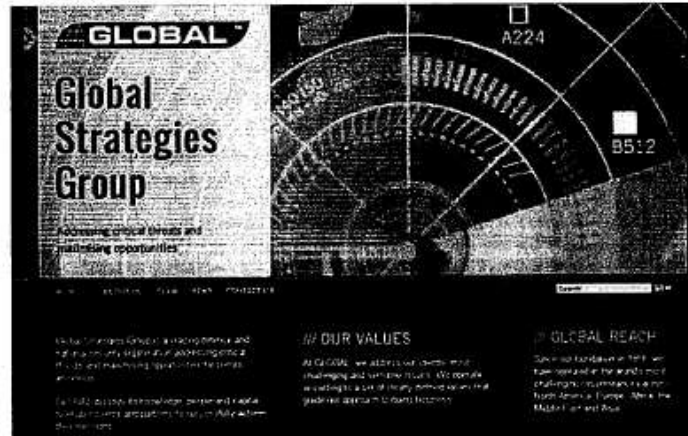
External information

Partnership with Kuwaiti company for security projects in Iraq: "Al-Amnelkhass (AMK) Group originated from a joint venture between Arab Orient Group of Kuwait and Genric Security Ltd of the UK. Through its constituent companies, AMK has been working throughout Iraq for almost two years supporting a range of clients with business services and security." Source: http://www.silobreaker.com/fact-sheet-for-alamnelkhass-group-5-2261060937110781952_4, (last visit 28 July 2011).

Other interesting information

a) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member. Source: <http://www.pscai.org/pscmembers.html> (last visit 27 May 2011)

58. GLOBAL STRATEGIES GROUP (formerly Global Risk Strategies)



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1998 (under the name of Global Risk Strategies Limited) [http://www.globalgroup.com/user-assets/Documents/Damian%20Per%20Website%20Biography%20\(2\).pdf](http://www.globalgroup.com/user-assets/Documents/Damian%20Per%20Website%20Biography%20(2).pdf)

B) Headquarters: London, U.K. <http://www.globalgroup.uk.com/>

C) Leadership: Damian Perl, Founder, Chairman and Group CEO. *"Damian served in the British military in the Royal Marines Commandos and in Special Forces. He has advised foreign governments on counter-terrorism, working with indigenous security services and linking civil and military security interests."* <http://www.globalgroup.uk.com/>

D) Number of employees: Over 2,000 personnel <http://www.globalgroup.uk.com/>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2004 *"Early in 2003, we were asked to provide security assessments for major airports throughout Iraq. By 2004, we were providing security services and operations for Baghdad International Airport to ensure safe transportation services for people and commercial cargo in one of the world's most dangerous aviation security environments."* <http://www.globalgroup.com/wmspage.cfm?parm1=120>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: The Company delivers national security initiatives in counter-terrorism, counter-narcotics, borders security and peacekeeping operations. It protects critical infrastructures, presents timely intelligence and insight, accelerates field operations and secures communications and IT networks. In post-conflict environments it creates frameworks to enable good governance, builds sustainable local capacity and safeguards peace. In complex and emerging markets, it ensures business continuity and facilitates market entry by delivering a range of services to corporate clients including operational risk management, supply chain assurance, and insurance and reinsurance. <http://www.globalgroup.com/wmspage.cfm?parm1=205>

I) Clients: Military and civil government departments; aid agencies and commercial organisations; oil & gas companies; mining & construction companies; international telecom-



munications companies; and international banks. <http://www.globalgroup.com/wmspage.cfm?parm1=68>

External information

HUMAN RIGHT INCIDENTS

-Human right incident by U.S. troops in an area secured by Global Strategies Group: "According to a U.S. military press release issued the same day, a car carrying "three criminals" opened fire on a convoy of U.S. troops stopped on the roadside on the way to Baghdad International Airport at 8:40 a.m. ... But the Iraqi police report, which was obtained by TIME, had a different account: "Twenty-seven bullet holes [were found] on the right-hand side of [Mehdi's] car. [We] found two bullets of caliber 50 mm inside the car ... We did not see or find any weapons or empty cartridges inside the car ... The Iraqi police report identified the three "charred" bodies inside the car as Hafedh Aboud Mehdi, Youssef and Ahmed. If the trio had in fact been armed, says an Interior Ministry official, it would have been the first time ever that an Iraqi had gotten a weapon through all the checkpoints to try to carry out an attack on that stretch of road ... The day after Mehdi, Youssef and Ahmed burned to death in Mehdi's car, the U.S. military reiterated its initial report. U.S. military spokesman Lieut. Colonel Steven Stover responded to questions posed by TIME via e-mail, saying, "We stand by the information we sent in the press release ... There are photos of the two U.S. Military vehicles with bullet holes." ... Reports and interviews collected by TIME indicated otherwise. For the past year, the road to Baghdad's airport, where Mehdi's car burned that morning, has been one of the most heavily secured roads in Baghdad. The Iraqi government has contracted a private British security firm, *Global Strategies Group*, to control a series of checkpoints leading up to the airport, with multiple ID checks and a car X-ray scan for explosives. At one checkpoint, passengers are asked to exit the car completely, leaving all doors open, including the trunk and hood, while Global security guards lead sniffer dogs around each car, checking inside and outside again for explosives ..." Source: Time Magazine, "Incident on Baghdad's Airport Road", by Abigail Hauslohner, July 26 2008. <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1826872,00.html> (last visit 31 May 2011)

COMPLEMENTARY information

-Employees and revenue in Iraq: 1,000 employees in 2004. "...Private military companies (PMCs)—mercenaries, in oldspak—manning the occupation administration's front lines are now the third-largest contributor to the war effort after the United States and Britain. British ones are popular, largely because of the reputation of the Special Air Service (SAS) regiment whose ex-employees run and man many of the companies ... Global Risk Strategies was a two-man team until the invasion of Afghanistan. Now it has over 1,000 guards in Iraq—more than many of the countries taking part in the occupation—manning the barricades of the Coalition Provisional Authority (CPA). Last year it also won a \$27m contract to distribute Iraq's new dinar ..." Source: The Economist, "The Baghdad boom", 25 March 2004: http://www.economist.com/node/2539816?story_id=2539816 (last visit 27 May 2011)

Other interesting information

a) GLOBAL pay British or US ex-special forces soldiers more than £300 a day - sometimes a lot more - for their services, but GLOBAL need only pay around £35 a day to its 1,300 force of otherwise unemployed Fijians and Gurkhas. Source: The Guardian, "Don't call us mercenaries, says British company with lucrative contracts and cheap labour", 17 May 2004. <http://www.guardian.co.uk/uk/2004/may/17/military.iraq> (last visit 27 May 2011)


b) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. Source: <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 27 May 2011)

c) More private contractors after 2011 military withdrawal:

"...All U.S. combat forces are scheduled to leave Iraq by year's end, but the State Department will still need security. So it's planning to add thousands more private contractors ... A U.S. Army helicopter brigade is set to pull out of Baghdad in December, as part of an agreement with the Iraqi government to remove U.S. forces. So the armed helicopters flying over the Iraqi capital next year will have pilots and machine gunners from DynCorp International, a company based in Virginia ... On the ground, it's the same story. American soldiers and Marines will leave. Those replacing them, right down to carrying assault weapons, will come from places with names like Aegis Defence Services and Global Strategies Group (emphasis added) — eight companies in all ... All U.S. combat forces are scheduled to leave Iraq by year's end, but there will still be a need for security. That means American troops will be replaced by a private army whose job will be to protect diplomats ... Already, the State Department is approving contracts, but there are questions about whether it makes sense to turn over this security job to private companies ..." Source: National Public Radio, "As US military exits Iraq, contractors to enter", by Tom Bowman, 17 May 2011. <http://www.scp.org/news/2011/05/17/as-us-military-exits-iraq-contractors-to-enter/> (last visit 31 May 2011)

* Similarly, and more recently: "The State Department is preparing to spend close to \$3 billion to hire a security force to protect diplomats in Iraq after the U.S. pulls its last troops out of the country by year's end ... In testimony Monday before the Commission on Wartime Contracting, Patrick Kennedy, undersecretary of state for management, said the department plans to hire a 5,100-strong force to protect diplomatic personnel, guard embassy buildings and operate a fleet of aircraft and armored vehicles. Fewer than 50,000 U.S. troops remain in Iraq. Under a 2008 U.S.-Iraqi security agreement, all U.S. troops are supposed to leave the country by the end of the year, leaving behind only a small military office to oversee arms sales. As the military withdraws, Mr. Kennedy said, the State Department will rely on contractors to carry out a range of military-style missions that he said were "not inherently governmental," including providing emergency medical evacuation, operating systems to detect and warn against incoming rocket or artillery fire, or rescue diplomatic personnel under attack. The State Department has awarded a series of multiyear contracts to private security companies for guard forces, including a \$974 million award to SOC Inc. to guard the embassy in Baghdad, \$1.5 billion to Triple Canopy Inc. for mobile security (emphasis added), and \$401 million to Global Strategies Group Inc. for guarding a consulate in Basra. The department hasn't released a breakdown of how much, exactly, it will spend on security in 2012, the first year after U.S. troops withdraw." The Wall Street Journal, "U.S. Plans Private Guard Force for Iraq", by Nathan Hodge, 7 June 2011. <http://online.wsj.com/article/SB10001424052702304906004576369801913947130.html> (last visit 27 July 2011)

59. HART SECURITY



HART

ABOUT US | NEWS | PARTNERS | CONTACT | SITE MAP

CONSULTING
MITIGATION
TRAINING
TECHNOLOGY
24-HOUR EMERGENCY RESPONSE

Hart is an internationally recognized risk management company delivering intelligence, integrated solutions across land, sea and air. Hart's integrated solutions cover a broad range of services including intelligence, physical security, logistics, medical support, maintenance, training and equipment. Simply put, we can provide a variety of necessary solutions to enable your business to continue.

Global Knowledge: Hart combines detailed knowledge of security methods and governmental regulations with an understanding of the commercial realities that shape client requirements. Clients include governments, corporations, humanitarian and non-governmental organizations (NGOs).

Partnership: We work in close partnership with our clients to understand their security needs and take full advantage of the expertise of their business networks, risk culture and laws, and other important considerations.

Continuous Monitoring: Our approach is based in a real-time cycle of analysis, identification, analysis, the continual evaluation and use of intelligence and response to the rapid changes in security risk that characterize client operating environments.

Local Knowledge: We deliver expertise and attraction by combining professional international expertise with local knowledge, local staff and local relationships.

Human Rights: Hart supports the voluntary principles of Security and Human Rights (www.voluntaryprinciples.org), which provide standards for safeguarding and promoting the safety and security of our operations when a contractor that creates results for human rights.

Hart offers exceptional risk management solutions to the Oil & Gas sector in Iraq. Our experience in the Iraqi energy sector is supported by offices in Baghdad and Erbil, and a strategic all-purpose client and operations facility in Basra. Contact us for further information.

Aviation Security

Maritime Security

Land Security



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1999 http://www.hartsecurity.com/aboutus_whoare.asp

B) Headquarters: London, U.K., with operational offices in Baghdad and Basra, Iraq. <http://www.hartsecurity.com/contactusworldwide.asp>

C) Leadership: Lord Richard Westbury. *"Drawing on a lifetime of experience in conventional and special forces, as well as those gained as Chief Executive of Defence Systems Ltd., formed in 1981, Lord Westbury has gathered a dedicated team of professionals who are all experts in their respective fields of security"* http://www.hartsecurity.com/aboutus_whoare.asp

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: The founder was in Iraq at least from 1990-1991 and the company has been active in Iraq at least in 2005. *"Hart has had personnel operating in Iraq since the start of the second Gulf War, escorting a variety of non-military personnel, including global media groups and commercial entities, across the entire country, before, during and after the military action ... This included employing and training an Iraqi National Force of 1500, which continues to serve the government on this project following completion of the Project ... During January and February 2005, Hart provided security services (together with National and Coalition Forces) which helped secure the landmark success of the first democratic elections in the history of Iraq ... Hart supports operations throughout Iraq from secure bases in Baghdad and Basrah and is currently the largest security company operating in Southern Iraq."* http://www.hartsecurity.com/aboutus_selectedexperience.asp#Iraq

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: *Consultancy:* supply chain security, security risk analysis, quality control, crisis planning, regulatory/security initiative compliance, and aviation security. *Mitigation:* high security risk protection services, aviation security operations, investigation services, security solutions, and other risk-related services. *Training:* corporate, specialist maritime security training, specialist aviation, and government. *Technology:* electronic passport, border control system, vehicle registration and tracking, biometric identification system, and aviation technology. <http://www.hartsecurity.com/sitemap.asp>

Other interesting information

a) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member. **Source:** <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 27 May 2011). The company also appears to be a member of ISOA. See the special reference to the Company on ISOA's official website: <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 29 September 2011)

b) Inherent Governmental functions. In April 2004 eight Blackwater commandos defended the U.S. headquarters in Najaf against an attack by hundreds of Iraqi militia using a variety of methods, including flying helicopters to ferry in fresh ammunition. Later that same day Hart Group was also involved in pitched battles in Iraq. **Source:** War on Want, *"Corporate Mercenaries: The threat of private military and security companies"*, by Fabien Mathieu and Nick Dearden, November, 2006. <http://www.waronwant.org/attachments/Corporate%20Mercenaries.pdf> (last visit 27 May 2011)

60. JANUSIAN SECURITY RISK



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1997. <http://www.janusian.com/about-us>

B) Headquarters: London, U.K., with operational offices in the U.S. and the U.A.E. <http://www.janusian.com/contact/offices> ; This Company is a subsidiary of The Risk Advisory Group, <http://www.janusian.com/about-us>.

C) Leadership: Bill Waite, CEO. <http://www.riskadvisory.net/analysis/story/justice-and-common-sense>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Business intelligence, compliance due diligence, investigations & litigation support, employee screening, and security risk management. <http://www.riskadvisory.net/>

External information

- **In Iraq since:** 17 April 2003 **Source:** David Isenberg, "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 27 May 2011)

Other interesting information

a) It is stated to be the first Western PMSC to have an operational office and manager stationed permanently in Iraq. **Source:** ibid

b) PSCAI Membership: According to PSCAI sources the Company was registered as of 25



November 2006 at the Ministry of Interior of Iraq; currently it does not appear as a PSCAI member, however.

Sources: http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011)

61. OLIVE GROUP

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Principal offices in London (UK) and operational offices in Baghdad (Iraq), and Dubai (U.A.E), Washington (U.S.): http://www.olivegroup.com/documents/OG_Profile%20v6.1%2024Mar09.pdf

C) Leadership: Chris St. George, Co-Chairman, David St. George, Co-Chairman, and Gavin Mayhew, CEO. <http://www.olivegroup.com/about-directors.htm>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Analysis & assessment, consulting, demining & ordnance disposal, security operations & project support, systems design & integration, locating & tracking solutions, and training. <http://www.olivegroup.com/service.htm>

External information

- **Founded:** 2001, **Source:** "Betchel Contractor Based in Dubai Gets Lucrative US Security Contracts" The Raw Story, by John Byrne and Ron Brynaert, 6 March 2006. <http://www.rawstory.com/article.php?id=13370> (last visit 27 May 2011)

- **In Iraq since:** Around 2003, *"Olive's consulting in Iraq is underwritten by U.S. taxpayers under an umbrella contract awarded to Bechtel. It has won three major contracts from Bechtel since the invasion in 2003"*, **Source:** Ibidem

- **Employees in Iraq:** 280 employees in 2004. **Source:** Chicago Tribune, *"Iraq violence drives thriving business"*, by Kirsten Schamberg and Mike Dornig, 2 April 2004. http://www.sandline.com/hotlinks/Chicago-Trib_Iraq-violence.html (last visit 27 May 2011)

- **Revenues:** \$100 million a year. *"Founded by four former members of the British army in 2003, Olive has about \$100 million a year in revenue..."* **Source:** The Washington Post, *"Security Firms try to evolve beyond the battlefield"*, by Renae Merle, 17 January 2006. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=13114> (last visit 27 May 2011)

Other interesting information

a) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. **Source:** <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> The company also appears to be a member of ISOA: See the special reference to the Company on ISOA's official website. <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 29 September 2011)

62. PILGRIMS SECURITY



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Woking, Surrey, U.K. <http://www.pilgrimgroup.com/contact.php>

C) Leadership: Bill Freear, Managing Director. <http://www.pilgrimgroup.com/news.php?id=71>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available



H) Services: *Consultancy:* threat analysis; risk assessment; impact analysis; planning; and testing and training. *Operational Consultancy:* security programme management; close protection; media support; investigations; crisis management and response. *Manned Guarding:* security officers; special events; patrols; key holding; and monitoring and response. *Corporate Training:* hostile environments; CONDO; executive & corporate training; public order awareness; driving skills; anti surveillance; military, police & government; Medical; CBRN; personal safety; crisis management; and Forensics. *Adventure Training, Information and Intelligence, Communications Support,* technical systems and equipment. <http://www.pilgrimgroup.com/sitemap.php>

I) Clients: Sovereign states, multinational corporations in the healthcare, broadcast, energy, telecoms and financial services sectors. <http://www.pilgrimgroup.com/about.php>

External information

- **Headquarters:** Seychelles. **Source:** David Isenberg, "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 27 May 2011)

- **In Iraq since:** Unknown, but there is information that the company was in Iraq at least in 2004, when four Pilgrims Security employees were kidnapped, and one executed.

Source: David Isenberg, "A fistful of contractors. The case for a pragmatic assessment of private military companies in Iraq", September 2004. <http://es.scribd.com/doc/9572460/Private-Military-Companies-in-Iraq> (last visit 27 May 2011)

Other interesting information

a) "Risk management expert Pilgrims Group assisted the family of incarcerated ex-soldier Danny Fitzsimons (former ArmorGroup contractor) attend their son's trial in Iraq", 26 May 2011, <http://www.pilgrimgroup.com/news.php?id=114> (last visit 31 May 2011).

b) PSCAI Membership: According to PSCAI sources the company had started process to be registered in the Ministry of Interior of Iraq, as of 25 November 2006; currently it does not appear as PSCAI member, however. **Sources:** http://www.pscail.org/Docs/latested_full-list_update.pdf and <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011)

63. TOR INTERNATIONAL

Information from the official website (last visit 30 September 2011)**A) Founded:** 1998 <http://www.torinternational.com/about/>**B) Headquarters:** London, U.K.; and Washington D.C., U.S. With regional offices in Baghdad (Iraq), Dubai, Moscow and Islamabad. <http://www.torinternational.com/contact/>**C) Leadership:** Dr. Mal Macgown, Founder and CEO. *"He is a former member of the British Special Air Service (SAS) with active experience in some of the world's most hostile locations. Prompted by events during the 1991 Gulf War when he was captured behind enemy lines and interrogated by the Iraqi secret police and Republican Guard, he saw the need for specialist security services to help civilian organisations operate more safely in areas of high risk."* <http://www.torinternational.com/pdfs/DrMalMacgownBioMay2005.pdf>**D) Number of employees:** No official information available**E) Employees in Iraq:** No official information available**F) In Iraq since:** No official information available. The company describes its background in Baghdad (Iraq) as follows: *"Non Government Organisation already deployed in Baghdad operating country wide. No proper security plan; muddled on. Situation worsened - westerners targeted; UN bombed. NGO decided to act, or they would extract altogether. TOR consultant already in Baghdad, visited NGO head office within 12 hours, initiated rapid deployment team response. Within 20 hrs, TOR Rapid Deployment Team of 4 arrived, numbers to increase later. Reassured clients, established immediate provisional security plans, a perimeter, close protection detail, started vetting locals to undergo training for compound protection. Longer term, client accepted it should change locations - TOR assessed and improved the new location, managed the move, established standard procedures (such as movement control, escorts, profile) and emergency procedures. TOR team liaised with all agencies in area, delivered workable recommendations and daily security brief to clients. TOR team trained Iraqi National guard force now operating with experienced TOR consultants. Although 2 attacks, responses were good; no breach of security perimeter, no casualties to date, NGO still operating in country."* <http://www.torinternational.com/projects/index.htm?project=2&subpage=37>**G) Last annual revenue:** No official information available**H) Services:** Risk assessments; operational planning; safety & medical training; project management in country, facilitation, logistics, medical and security; crisis management, missing people, kidnap, and evacuation. <http://www.torinternational.com/projects/>**I) Clients:** NGO's, USAID & USACE contractors, the United Nations, BBC and corporate organisations (see also Annex C, RTI International as an example). <http://www.torinternational.com/about/>**External information****- Leadership:** *"Robert Gordon, director of TOR International, a respected British company operating there, justifies its work, saying there is 'a huge global demand for our services, from guarding aid projects to hostage negotiations to anti-piracy to training of local police. Firms such as ours do the jobs the military do not have the resources to do."* **Source:** Dailymail, "How to make a killing in Kabul: Western security and a crisis in Afghanistan", by Nadene Ghouri, 28 February 2011. <http://www.dailymail.co.uk/home/moslive/article-1360216/How-make-killing-Kabul-Western-security-crisis-Afghanistan.html?ITO=1490> (last visit 30 May 2011)



ISRAEL

64. INTERNATIONAL SECURITY ACADEMY



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1987 <http://www.securityacademy.com/introduction.html>

B) Headquarters: Herzeliya, Israel. <http://www.securityacademy.org.il/contact.php>

C) Leadership: Mirza David (former senior officer at the Israeli Security Establishment) is the Founder & CEO and Doron Rubin (former Major General) is the Chairman. <http://www.securityacademy.org.il/Englishsite/ourteam.pdf>

D) Number of employees: The instruction team has 18 members. <http://www.securityacademy.org.il/ISABrochure1.pdf>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Training focus on VIP protection classic, high risk protection, close protection team leader, and protection & counter terrorism. <http://www.securityacademy.org.il/ISABrochure1.pdf>

I) Clients: The International Security Academy claims to have offered specialized training to civilian protection operators providing their services in high risk zones. They set as an example the U.S. embassy protection team in Iraq and the UN PSD in the Middle East (see a concret link from the Company official web site to the Associated Press article "US Embassy guards get Israeli counter-terrorism training for Iraq." <http://www.securityacademy.org.il/israel/highrisk.html>)

Other interesting information

a) US Embassy guards from Iraq. German bodyguards of the Saudi royal family and U.S. embassy guards from Iraq receive counter-terrorism training through Israeli security courses.

Source: Associated Press, "US Embassy guards get Israeli counter-terrorism training for Iraq", by Gavin Rabinowitz, 5 November 2004. <http://www.jewishtampa.com/page.aspx?id=98803> (last visit 30 May 2011)

b) Non-PSCAI Member/ Non-ISQA member

Sources: http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf; <http://www.pscail.org/psc-members.html>; <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011).

65. INTEROP

Information from the official website

There is no official website of this company.

External information

-Leadership: During 2004-2005 Shlomi Michaels, a former head of Israel's counter terrorist unit, was the director of Interop. **Source:** BBC, "Kurdish soldiers trained by Israelis", 20 September 2006. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/newsnight/5363116.stm> (last visit 30 May 2011)

- Services: It is an Israeli security consulting.

Source: *ibid*

Other interesting information

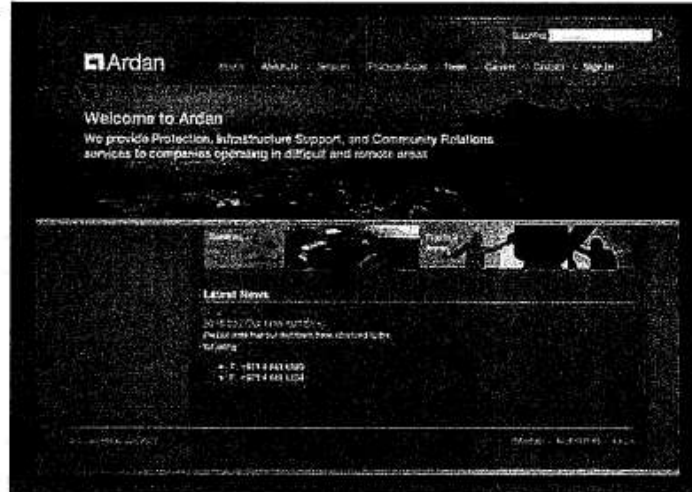
a) Training Kurdish soldiers. During 2004-2005 Interop acted as the main contractor for the training of two groups of Kurdish troops: one would act as a security force for the new Hawler International Airport, and the other, of more than 100 peshmerga or Kurdish fighters, would be trained for "special assignments". *"An Israeli security consulting firm called Interop (emphasis added) acted as the main contractor for the Hawler airport project and set up two subsidiaries (Kudo and Colosium) to carry out work in Iraq ... Kudo and Colosium described themselves as Swiss-registered companies ... One of the founders of Interop, and its Chairman until 2003, was Danny Yatom, a former Head of Mossad - the Israeli foreign intelligence service and now an MP ... During 2004-5, Interop and Kudo were run by Shlomi Michaels, a former head of Israel's counter-terrorist unit ..."* **Source:** BBC, "Kurdish soldiers trained by Israelis", 20 September 2006. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/newsnight/5363116.stm> (last visit 30 May 2011)

b) Non-PSCAI Member/ Non-ISQA member. Sources: http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf; <http://www.pscail.org/pscmembers.html>; <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 30 September 2011)



UNITED ARAB EMIRATES

66. ARDAN CONSULTING



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1996 <http://www.ardanconsulting.com/about-ardan/our-people/>

B) Headquarters: Dubai, U.A.E. <http://www.ardanconsulting.com/contact/>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: At least since 2004. "We began operations with one of our clients, a Norwegian Oil Company operating in Northern Iraq... Ardan supports some of the largest oil and gas operations in Iraq, including seismic, drilling, pipeline and LPG operations." <http://www.ardanconsulting.com/about-ardan/our-experience/>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Protective services (protecting field teams and remote workers, infrastructure position, demining, medical services), infrastructure support (logistics, construction, communications), and community relations (government liaison, community liaison, community support). <http://www.ardanconsulting.com/services/>

External information

-Leadership: Michael Ashworth, CEO, Ardan Consulting, Arabian Oil and Gas, "Supply sentinels", 8 January 2009. <http://www.arabianoilandgas.com/article-4992-supply-sentinels/2/> (last visit 30 May 2011).

- **Clients:** Among others, Ramaila Oil Field Southern Iraq and "Glen Te Wharau" Security advisory. <http://nz.linkedin.com/pub/glen-te-wharau/1a/973/587>, (last visit 30 May 2011).

Other interesting information

a) Private Security Company Association Of Iraq member. **Source:** <http://www.pscai.org/pscmembers.html> (last visit 30 May 2011)

b) Someone who was working with this company in Kurdistan stated, "I have just finished (02 Oct) with Ardan as TL, pay was \$460 Pd, rotation 6on 6off but as others have stated in the thread they are having a large scale down of personnel. The only working area for personnel in on the LPG in the south of Kurdistan, but they are at present filled the last I know, I was due to go back Mid Oct, but it has all been delayed until when who knows!!" <http://www.closeprotectionworld.com/close-protection-general-chat/9766-ardan-2.html> (last visit 27/7/2011)

67. ERINYS

The Erinys Bridgehead in Iraq: Baghdad & Basra

Erinys has established a presence in Iraq since 2003, providing a wide range of security services to international organisations, governments and private industry. Our services include close protection, security assessment, crisis response, and more. We have a proven track record of providing high quality security services to our clients in Iraq.

Erinys has established a presence in Iraq since 2003, providing a wide range of security services to international organisations, governments and private industry. Our services include close protection, security assessment, crisis response, and more. We have a proven track record of providing high quality security services to our clients in Iraq.

Erinys has established a presence in Iraq since 2003, providing a wide range of security services to international organisations, governments and private industry. Our services include close protection, security assessment, crisis response, and more. We have a proven track record of providing high quality security services to our clients in Iraq.

Erinys has established a presence in Iraq since 2003, providing a wide range of security services to international organisations, governments and private industry. Our services include close protection, security assessment, crisis response, and more. We have a proven track record of providing high quality security services to our clients in Iraq.

Services:

- Close Protection
- Security Assessment
- Crisis Response
- Site Security
- Special Services
- Asset Management
- Transportation Support
- Logistics Support
- Conveyance Security
- Weapons & Explosives Detection
- Intelligence Services

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2002 <http://www.bridgehead-market-entry.com/#/services/4537624129>

B) Headquarters: Dubai, U.A.E., with European regional offices in London (U.K.) and operational offices in Baghdad (Iraq). <http://www.erinys.net/#/locations/4532932068>

C) Leadership: Alastair Morrison, Chairman, and Michael Hutchings, Director. On the website it is stated about the Chairman that, "Having enjoyed a distinguished career in the UK's Special Forces, he became one of the industry's earliest and most successful pioneers playing a defining role in the growth and development of this increasingly important sector across the globe." Regarding the Director it is mentioned that, "Michael was a career soldier in the British Army. A graduate of the British Army Staff College, ... he joined Erinys in Iraq as part of its senior management team in August 2003." <http://www.erinys.net/#/management/4531407400>



D) Number of employees: No official information available.

E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: 2003. *Erinys Iraq Ltd has been in continuous operation throughout Iraq since May 2003.* <http://www.bridgehead-market-entry.com/#/erinys-iraq/4537624139>

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: strategy definition, process design, technology integration in different areas, including oil and gas, mineral extraction, infrastructure development, public sector and NGO's. <http://www.erinys.net/#/services/4531403090>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

a) Incident involving 16-year-old boy. In May 2004 two employees of Erinys allegedly restrained a boy with six car tyres around his body - for stealing a length of cable - in a room where the wall was marked by bullets. The Observer was told he was left immobile and without food or water for more than four hours. The firm claimed the boy was released in three minutes, when the boy broke down in tears. **Source:**

"...A UK security firm linked to two of Britain's top ex-SAS men is at the centre of a prisoner 'abuse' row after photographs revealed employees interrogating a terrified Iraqi youth in a garage in Kirkuk. Pictures obtained by The Observer show two employees of Erinys restraining the 16-year-old Iraqi with six car tyres around his body. The photographs, taken last May, show the boy frozen with fear in a room where the wall appeared to be marked by bullet holes."

The Guardian, "British guard firm 'abused scared Iraqi shepherd boy'", by Antony Barnett and Patrick Smith, 14 November 2004. <http://www.guardian.co.uk/world/2004/nov/14/iraq> (last visit 27 May 2011).

No information was found about a possible legal case before courts.

b) Civilians allegedly shot: In Kirkuk, on the morning of 18 October 2007, civilians hailed a taxi to take them from Erbil to Sulaimaniya. As the taxi travelled up one of the Erinys employee allegedly opened fire on the taxi and then drove off without checking for survivors. The passengers suffered serious injuries. *"A man lost his eye and two other people were wounded when private security contractors into a crowded taxi as it approached their convoy of sport utility vehicles...The incident came less than two weeks after a shooting by another company killed two women in a taxicab here, and just over a month after guards with the private American security company Blackwater USA killed 17 people in a Baghdad square.. The shootings on Thursday took place when security guards working for the British company Erinys International were escorting employees of the United States Army Corps of Engineers on a highway east of Kirkuk. The guards said that a car approached "at a high rate of speed," according to a statement issued by the Corps of Engineers. When efforts to warn it off failed, the contractors fired into the vehicle, the statement said..."*

Source:

*New York Times, "Security contractors shoot at taxi, wounding 3 Iraqis", by Andrew E. Kramer, 19 October 2007. http://www.nytimes.com/2007/10/19/world/middleeast/19iraq.html?_r=1&pagewanted=print (last visit 27 May 2011).

*The case was dismissed by U.S. Courts for lack of jurisdiction: Order 23 August 2010, U.S. District Court for the Southern District of Texas (Houston Division).

<http://docs.justia.com/cases/federal/district-courts/texas/txsdce/4:2009-cv-03362-705598-52/0.pdf?1282740796&chrome=true> (last visit 27 September 2011).

For more information see Annex D on Legal Cases: *Mohamed et al v. Erinys International Ltd et al.*

c) Erinyes sued in the U.S. due to a U.S. soldier killed in Iraq: "... A British private security firm hired to protect the oil installations of post-invasion Iraq is being sued for causing the death of an American soldier. The case against the Erinyes security firm, which reportedly has close ties to the former Iraqi exile Ahmed Chalabi, is believed to be the first brought against a private security contractor operating in Iraq by a member of the US military ... The suit against Erinyes, filed last week in Houston, was brought by the father of Specialist Christopher Monroe, who was struck by an Erinyes convoy on October 25 2005. He was on guard duty in southern Iraq when he was struck and killed by a speeding Erinyes vehicle, the suit alleges ..." The Guardian, "US soldier's family brings legal action against British private security firm", by Suxanne Goldenberg, 30 October 2007. <http://www.guardian.co.uk/world/2007/oct/30/iraq.usa1> (last visit 27 May 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Headquarters and revenues in Iraq:** Even though the official Erinyes website states that its headquarters is based in the U.A.E., many sources identify the company as British owned. "... Erinyes, another British firm, was founded by Alastair Morrison, an ex-SAS officer who emerged from semi-retirement to win a contract with Jordanian and Iraqi partners to protect Iraq's oil installations. CPA officials say the contract is worth over \$100m. Erinyes now commands a 14,000-strong armed force in Iraq.," Source: The Economist, "The Baghdad boom", 25 March 2004. http://www.economist.com/node/2539816?story_id=2539816 (last visit 27 May 2011)

- **Employees in Iraq:** 1,000 employees in 2007, most of which are U.K. nationals. Source: The Guardian, "US soldier's family brings legal action against British private security firm", by Suxanne Goldenberg, 30 October 2007. <http://www.guardian.co.uk/world/2007/oct/30/iraq.usa1> (last visit 27 May 2011)

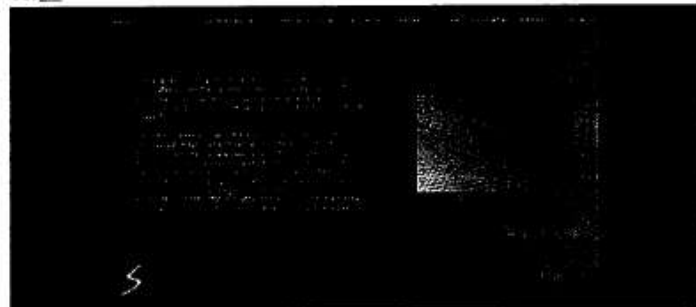
- **Last annual revenue:** \$50 millions contract to protect U.S. Army Corps of Engineers. \$100 million dollars contract to protect oil infrastructure in Iraq through 2004. Source: Frontline, Interview to Erinyes contractor Andy Melville, 21 April 2005. <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/warriors/interviews/melville.html> (last visit 27 May 2011)

Other interesting information

a) Inequal salaries: "Many former members of the secret police of South Africa's now-defunct apartheid regime are typically paid \$5,000 a month, about 45 times than their Iraqi counterpart of the same PMSC." Source: Pacifica Radio, "More US money and clout for Chalabi family", 22 April 2004. <http://www.pacifica.org/programs/reportfromiraq/Pacificiraq-20040422.html> (last visit 27 May 2011)

b) PSCAI Membership: the company is registered as a PSCAI member. Source: psc.ai.org/pscmembers.html (last visit 27 May 2011)

68. ISI





Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2003 <http://www.isiraq.com/>

B) Headquarters: Dubai, U.A.E., with operational offices in Bagdad and Erbil (Iraq). <http://www.isiraq.com/>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available regarding the total number of employees in Iraq, but the website states that, "Over 200 Iraqis nationals who work closely with expatriate personnel." <http://www.isiraq.com/>

F) In Iraq since: May 2003 <http://www.isiraq.com/>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Security, site security, threat analysis, industrial & infrastructure construction services, amongst others.

Other interesting information

-*"A private security contractor in Baghdad has filed a federal slander lawsuit against Lawrence Peter, a Virginia Beach resident who heads a trade group representing about 50 private security companies operating in Iraq. The \$3 million suit in Norfolk's U.S. District Court filed by Richard Galustian claims Peter slandered him by reporting that an arrest warrant had been issued for Galustian in Baghdad. The warrant turned out to be a forgery, but Peter sent an e-mail about it to all of his clients ... Galustian, of Britain, says in the lawsuit that he has been operating ISI International, a private security company in the Middle East. Galustian's Web site, www.isiraq.com, says the company - referred to as ISI Group on the site - specializes in training Iraqis as armed security officers and holds contracts with several large companies, such as Citigroup, to protect their employees. Sources: <http://www.isiraq.com/britishcont.htm> and The Virginian-Pilot, 'British contractor files suit against Beach man', by Tim McGlone, 8 February 2008. <http://hampstonroads.com/2008/02/british-contractor-files-suit-against-beach-man> (last visit 28 July 2011)*

69. SKYLINK ARABIA (SKA ARABIA)

SKA

Home Our Offices Careers Contact Us

Security

SKA Air & Logistics operates to SKA Skylink Airline to ensure the security of all our installations, aircraft, staff and cargo. Chosen for their commitment, loyalty and undoubted record of service, the SKA Security Force is managed by former British and US military personnel and we currently operate security teams comprising of former British Military staff. At the higher level of five there members of senior management with extensive experience of military operations and the international security industry. Our security services include:

- 1. Asset Protection
- 2. Emergency & Countermeasures planning
- 3. Full logistical & Administrative Security
- 4. Custom Transport Services
- 5. Aviation Flight Services
- 6. State Guard Force

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Dubai, U.A.E. The company has operational offices in Iraq: Baghdad, Basrah and Najaf. http://www.ska-arabia.com/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=12&Itemid=55

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2003 <http://www.ska-arabia.com/>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Aviation services, ground logistics, life support, fuel supply chain management, camp construction, and security services. <http://www.ska-arabia.com/>

I) Iraqi National Elections support: "SKA provided critical support to previous elections carried out in Iraq and helped to transport thousands of tons of voter registration material to various warehouse locations throughout Iraq. SKA also provided helicopter support operations for inserting the security teams in managing the election process and it was stated by many involved in the first free election held in Iraq in 2005 that "there would never have been an election in Iraq without the support of SKA." http://www.ska-arabia.com/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=102

External information

- **Leadership:** Mike Douglas, President, Director and CEO.

Source: Company Newsletter, "Skylink Arabia"; September 2006. http://www.webofdemocracy.org/atips_and_foias_uploaded/skylink_arabia.pdf (last visit 30 May 2011)

- **Last annual revenue:** from January to March 2008 revenues were approximately \$100 million.

Source: Pacific Free Press, "Canada's (outsourced) Army in Iraq", by Anthony Fenton, 2 September 2009. <http://www.pacificfreepress.com/news/1/4597-canadas-outsourced-army-in-iraq.html> (last visit 30 May 2011)

- **Employees in Iraq:** "Since the start of 2006 Skylink Arabia's Baghdad cargo & warehousing operation has handled over 1.2 million kilograms of total cargo representing in excess of 4,000 individual pieces or pallets. And all with a staff of just 4 ex-pats, 2 Iraqi liaison officers, and 10 Iraqi staff members. All operations and premises are secured 24 hours a day by our dedicated Fijian security team."

Source: Company Newsletter, "Skylink Arabia"; September 2006. http://www.webofdemocracy.org/atips_and_foias_uploaded/skylink_arabia.pdf (last visit 30 May 2011)

Other interesting information

a) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member.

Source: <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 30 May 2011)



70. STREIT GROUP



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1996 <http://www.armored-cars.com/streit/page.php?pid=4&tid=1>

B) Headquarters: Dubai, U.A.E, with operational offices in Baghdad (Iraq) and the U.S., Russia, and Canada, amongst others. <http://www.armored-cars.com/streit/page.php?pid=6&tid=1>

C) Leadership: Guerman Goutorov, CEO <http://www.armored-cars.com/streit/page.php?pid=3&tid=1>

D) Number of employees: 300 highly skilled craftsmen in four production facilities across North America and the Middle East. <http://www.armored-cars.com/streit/page.php?pid=3&tid=1>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Production of armoured vehicles. <http://www.armored-cars.com/streit/page.php?pid=4&tid=1>

External information

-Clients: *"The Streit Group of Companies, based in Innisfil, Ont., has shipped at least 700 armoured cars to Iraq, and while a company spokesperson, Don MacMillan, refused to name Streit's customers, he acknowledged that the U.S. military is top of the list. "Troops that are over there and private security firms," MacMillan says. "We are doing all that's possible to help protect them."*

Source: THIS Magazine, "Hostile takeover: Canada's outsourced war for Iraq's oil riches", by Anthony Fenton, 1 September 2009. <http://this.org/magazine/2009/09/01/canada-iraq-oil/> (last visit 30 May 2011)

Other interesting information

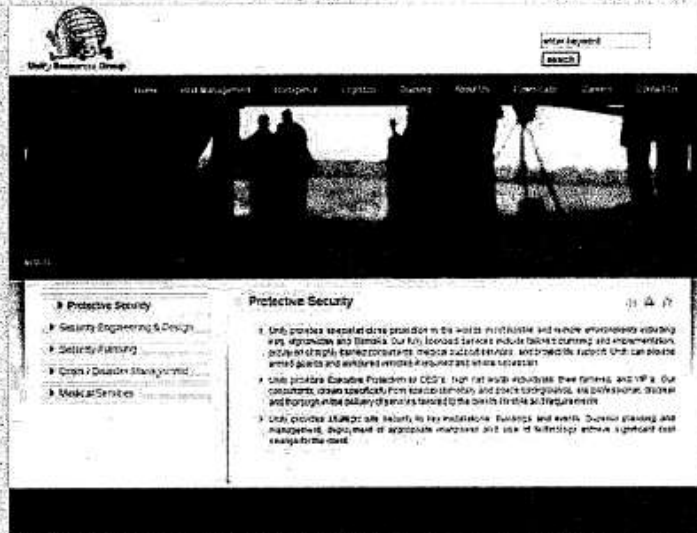
a) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member.

Source: <http://www.pscal.org/pscmembers.html> (last visit 30 May 2011)

71. UNITY RESOURCES GROUP

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2000 http://www.unityresourcesgroup.com/downloads/cat_view/7-capability-statements.html?orderby=dmdate_published



B) Headquarters: Dubai, U.A.E., with operational offices in Iraq <http://www.unityresourcesgroup.com/index.php/contacts>

C) Leadership: Gordon Conroy, Founder, Director and CEO. <http://www.unityresourcesgroup.com/index.php/unity-resources-group/senior-management-team>

D) Number of employees: 1,500 employees <http://www.unityresourcesgroup.com/>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Risk services (aviation management, crisis management, business continuity, emergency management, mining & construction); protection services (physical protective services, event services, concierge services, commercial services); training services (aviation training, online training, educational programs, industry training, information management); response services (aviation response, spill response); and support services (engineering services). <http://www.unityrisk.com/>



External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

- **Civilians allegedly shot by PMSC.** On 9 October 2007 at 1:45 Unity Resource Group guards working for RTI International in Iraq shot and killed two Iraqi women civilians in Baghdad: Marani Awanes and Genevia Jala Antranick. The shooter opened fire on their vehicle at the al-Masbah intersection in al-Karrada district and then drove away from the scene. The father of Genevia Jala, Mr. Jalal Askander, made a claim at the Superior Court against RTI International and Unity Resources Group (emphasis added). The case is now closed before the U.S. Courts due to lack of jurisdiction.

Sources:

* UN Assistance Mission for Iraq (UNAMI), *"Human Rights Report"*, 1 July – 31 December 2007, number 27, page 12. <http://www.ohchr.org/Documents/Press/UNAMILJuly-December2007EN.pdf> (last visit 30 May 2011)

* "... *The guards in the shooting worked for Unity Resources Group, an Australian-run security company registered in Singapore and with headquarters in Dubai. The people they were to protect worked under contract for the United States Agency for International Development...*" New York Times, *"2 killed in shooting mourned far beyond Iraq"*, by Andrew E. Kramer, 11 October 2007. http://www.nytimes.com/2007/10/11/world/middleeast/11Iraq.html?_r=2 (last visit 30 May 2011)

* "... *Jalal Askander says the mercenaries killed his daughter, Genevia Jala Antranick, on Oct. 9, 2007 at 1:45 p.m. She was a passenger in the car that was crossing a busy intersection in Baghdad when Unity mercenaries shot it up with "thirty to forty bullets" from 75 yards away...*" Courthouse News Service, *"Another Death Claim Against Mercenaries"*, by Ryan Abbott, 9 September 2010. <http://www.courthousenews.com/2010/09/09/30200.htm> (last visit 30 May 2011)

* *Lawsuit, Civil Action demand for Jury Trial n° 0006365-10 against Unity Resources Group and RTI International*, before the District Court of Columbia, Civil Division. <http://www.courthousenews.com/2010/09/09/IraqShoot.pdf> (last visit 30 May 2011)

* *Lawsuit, Civil Action demand for Jury Trial versus Unity Resources Group and RTI International n°08-0096*, before the District Court of Columbia. See complaint <http://www.expose-the-war-profiteers.org/archive/legal/2008/20080211.pdf> (last visit 21 June 2011). This case, which was consolidated with the case *Estate of Marani Manook v. Unity Resources Group*, was decided on 12 August 2010. Judgment & Order Decision by the Court: *"It is ordered and adjudged that the court grants RTI's and Unity's motions to dismiss for lack of subject-matter jurisdiction [...] and declines to exercise supplemental jurisdiction over the state-law claims. The court also dismisses Unity's motion for a protective order [...] and all other pending motions [...] as moot. [...]"* <http://www.expose-the-war-profiteers.org/archive/legal/2010-1/20100812.pdf> (last visit 27 September 2011). For more information see Annex D on Legal Cases, *Marani Awanes Manook v. Unity Resources Group*.

* Source: Journeyman Pictures/You Tube, *"Killing of Mary Awanis – Iraq"* (Documentary). <http://www.youtube.com/watch?v=jj7ZEDZqVU8&feature=related> (last visit 28 July 2011)

Other interesting information

a) PSCAI Membership. According to PSCAI sources Unity Resources Group was registered as of 25 November 2006 at the Ministry of Interior of Iraq and had started registration before the Ministry of Interior of the Kurdistan Regional Government; currently it does appear as a PSCAI member, however. **Sources:** http://www.psc.ai.org/Docs/latested_full_list_update.pdf; <http://www.psc.ai.org/pscmembers.htm> (last visit 29 September 2011) The company also appears to be a member of ISOA. See the special reference to the company on ISOA's official website. <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 29 September 2011)

SOUTH AFRICA

72. BLACKHAWK SECURITY



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Johannesburg, South Africa. http://www.blackhawksecurity.co.za/contact_us.cfm

C) Leadership: Carl Casteling Botha, CEO. *"Over a long period of time he has worked with government covert organizations, i.e. Security Branch, Brixton Murder and Robbery, Special Forces, as well as private organizations funded by Government who specialised in anti-terrorism, investigating of serious crimes i.e. Murder, Armed robbery."* http://www.blackhawksecurity.co.za/blackhawk.cfm?page=about_us

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Witness protection, child protection, matrimonial matters, forensic investigation, combating industrial espionage, lie detection, tracing, armed guards, debt connection, and VIP protection. <http://www.blackhawksecurity.co.za/blackhawk.cfm?page=general>

External information

-In Iraq since: This company appeared as a member of PSCAI in 2006 (it is currently no longer a member of PSCAI). **Source:** http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 30 May 2011)



73. METEORIC TACTICAL SOLUTIONS

Information from the official website

No official website available.

External information

- **Headquarters:** Pretoria, South Africa. **Source:** U.S. Department of State Consular Information Sheet, "State Department List of Security Companies Doing Business in Iraq", 15 February 2005. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=11851> (last visit 30 May 2011)

- **Since when in Iraq, contracts in Iraq and revenue:** Summer 2003.

* *The Department for International Development (DFID) signed a £250,000 deal last summer with the South African based Meteoric Tactical Solutions (MTS) to provide 'close protection' for department staff, including bodyguards and drivers for its senior official in Iraq. Sir Menzies Campbell, the Liberal Democrat foreign affairs spokesman, called on the government to review the way it awards security contracts. 'The disclosure [about Meteoric] raises serious questions as to what checks were carried out by the department before it hired them,' he said.* **Source:** The Guardian, "Mercenaries in coup plot guarded UK officials in Iraq", by Antony Barnett and Jason Burke, 6 June 2004. <http://www.guardian.co.uk/world/2004/jun/06/equatorialguinea.iraq?INTCMP=SRCH> (last visit 30 May 2011)

* It had a contract with the Pentagon to train the new Iraqi police force. **Source:** "The South African-owned firm; Meteoric Tactical Solutions, has a \$476,000 contract with the British Department for International Development's (DFID) which involves providing bodyguards and drivers for its most senior official in Iraq and his small personal staff. Meteoric also landed a big contract to train a private Iraqi security force to guard government buildings and other important sites formerly protected by US soldiers." Asia Times, "Corporate mercenaries. Part 1: profit comes with a price", by David Isenberg, 2004. http://atimes.com/atimes/Middle_East/FE19Ak01.html (last visit 30 May 2011)

* The Company protects the Swiss government missions in Iraq early in 2004.

Sources: "Swiss government interests in Iraq will be defended by South African security firm 'Meteoric Tactical Solutions,' a firm that has attracted controversy by employing former apartheid-era South African soldiers and policemen." **Source:** UPI, "No Swiss guards to Iraq, fear of reprisals", 24 June, 2004. http://www.upi.com/Top_News/2004/06/24/No-Swiss-guards-to-Iraq-fear-of-reprisals/UPI-86201088100246/ (last visit 30 May 2011); Sourcewatch, "Meteoric Tactical Solutions". http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Meteoric_Tactical_Solutions (last visit 30 May 2011)

- **Services:** "Specialized training programs, VIP protection, asset protection, risk management and analysis, even management, asset recovery." **Source:** Ibidem

Other interesting information

- **Coup attempt in Equatorial Guinea:** Two owners of the company, Hermanus Carlse and Laurens Horn, were arrested in Zimbabwe in the spring of 2004 for allegedly taking part in the coup attempt in Equatorial Guinea. **Source:**

* The Guardian, "Mercenaries in coup plot guarded UK officials in Iraq", by Antony Barnett and Jason Burke, 6 June 2004. <http://www.guardian.co.uk/world/2004/jun/06/equatorial-guinea.iraq?INTCMP=SRCH> (last visit 30 May 2011)

* Vanity Fair, "Iraq's mercenary kings", by Robert Baer (a former CIA officer), April 2007. <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/04/spicer200704?currentPage=all> (last visit 30 May 2011)

74. OMEGA RISK SOLUTIONS



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Pretoria, South Africa <http://www.omegasol.com/>

C) Leadership: Fanie de Witt, Chairman. *"Lt Col SA Defence Force; Officer Commanding of prestigious tank regiment Prince Alfred's Guards. Executive Director Gray Security Services – Greenfields operations in the Eastern Cape, Southern Cape and Free State. Instrumental in the acquisition of a company in the USA and served as Executive Director (President and CEO) American operations."* and Alex de Witt, CEO. *"Lt Col SA Defence Force; Executive Director (Africa) Gray Security Services & Greenfields operations in 15 African countries and Kosovo. Responsible for the acquisition of 3 companies (Ivory Coast, Sierra Leone, Botswana), and 3 mergers; Served as Regional MD Securicor Gray (Africa and Eastern Europe)." <http://www.omegasol.com/>*

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Threat and vulnerability assessments; protection, including manned guarding, monitoring & response, technology; loss control; safety, health & environmental management; fire risk management; and first aid. <http://www.omegasol.com/>

Other interesting information

a) Billing unauthorized costs. *"According to Justice, KBR violated the terms of the LOGCAP III contract repeatedly from 2003 through 2006 by failing to secure the Army's authorization before hiring armed subcontractors. The former Halliburton subsidiary also is accused of using security contractors that were not registered with the Iraqi Ministry of the Interior. KBR awarded subcontracts to three private security companies – Triple Canopy, Omega Risk*



Solutions (emphasis added) and al Dhahir -- to provide armed security details for its executives and awarded additional subcontracts to more than 30 other companies that employed their own private armed security, the suit claims. KBR also used four of its own employees as armed security to protect some of its executives, the government alleged."

Source: Government Executive, "Suit claims KBR billed for unauthorized costs", by Robert Brodsky, 2 April 2010. http://www.govexec.com/story_page.cfm?articleid=44961 (last visit 30 May 2011)

75. SAFENET SECURITY SERVICES

Safenet Securing today... For tomorrow's future

Home History Vision & Mission Services Physical Security Contact Us About Us

PHYSICAL SECURITY

Access control
The services include the total control of all vehicles and personnel entering and leaving the premises, with or without product in cargo. These vehicles and personnel are each scanned and searched for illegal goods, product and weapons.

Patrol and response service
Scheduled patrols by guards, supervisors and officials takes place on each site and also as agreed upon. This service also includes the services of patrol dogs.

Guarding and guarding monitoring systems
Safenet hires and employs guards to do guard duty on the specified sites. Each site is connected to the central control room and guarding monitoring systems at Head Office.

Information from the official website (last visit: 30 September 2011)

A) Founded: "Safenet was established in 1995 and has been a global provider of high-risk security services in the Middle East, Asia and Africa since 2004." <http://www.safenetsecurity.net/docs/Safenet%20Company%20Profile%20%20Capability%20Statement%20Feb%202011.pdf>

B) Headquarters: Pretoria, South Africa. "We have principal offices in the UAE, Afghanistan, South and East Africa and Georgia, USA." <http://www.safenet.co.za/History.html>; but on another official website of the Company's the headquarters are identified as based in the U.A.E. <http://www.safenetsecurity.net/background.php>

C) Leadership: Mauritz Le Roux, President and CEO, and Laurence Maree, Vicepresident. The website provides some background information about the President: "He is the founder member of Safenet Security Services and has since 1995 developed the business into an international service provider for governments, government departments and "blue chip companies" requiring risk management services in high-risk environments. He obtained extensive experience in the risk management industry while setting up and managing sound businesses in Africa and the Middle East." About Mr. Maree it is mentioned that he "served as a senior officer with a distinguished career of 20 years in the South African military." <http://www.safenetsecurity.net/docs/Safenet%20Company%20Profile%20%20Capability%20Statement%20Feb%202011.pdf>

D) Number of employees: No official information available.

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: "Safenet Security Services (Pty) enters into Iraq and signs a Joint Venture agreement with Overseas Security Services Incorporated (OSSI). In April 2004 OSSI-Safenet JV is awarded their first contract at Kirkuk, North Iraq for the provision of facility security services." <http://www.safenetsecurity.net/news.php>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Integrated security solutions, critical infrastructure protection, facility protection, security intelligence, demining, life support services, medical services, procurement of services and equipment, air support services, training, and construction. <http://www.safenetsecurity.net/securityServices.php>

I) Clients: ECC International, Tetratex, Washington Group International, Perini, Department of the U.S. Army, etc <http://www>.

External information

The company appears to be a member of the ISOA. See the special reference to the Company on ISOA's official website. <http://www.stability-operations.org/index.php> (last visit 29 September 2011) **PSCAI Membership:** According to PSCAI sources the company started the process of registration at the Ministry of Interior of Iraq, as of 25 November 2006. Currently it does not appear as a PSCAI member, however. **Sources:** http://www.pscal.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.pscal.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011)

KUWAIT

76. AGILITY LOGISTICS

The screenshot shows the Agility Logistics website. At the top left is the Agility logo with the tagline 'Logistics. Done Right.' Below it is a profile picture of a man and the text 'The Department of Defense is the largest customer of Agility Logistics. We are proud to be a part of the team that keeps the world's most powerful military on the move.' To the right is a navigation menu with 'Home', 'About Us', 'Services', 'Contact Us', and 'Careers'. Below the navigation is a large banner image of a warehouse interior with the text 'Defense & Government Services Expertise'. Underneath the banner is the heading 'Bringing Commercial Best Practices to the Government Sector' and a sub-heading 'Agility Defense & Government Services'. The main text describes Agility's expertise in providing logistics and supply chain solutions for the defense and government sectors. It lists services such as 'Logistics Support Services', 'Customs Services', 'Aircraft Services', 'Facilities Management', 'Warehousing & Distribution', 'Total Asset Visibility', and 'Supplier Network'. A 'Vision' section states 'The world's most powerful military depends on having the right logistics solutions. At Agility, we're proud to be a part of the team that keeps the world's most powerful military on the move.' A 'Mission' section lists two points: 'To provide the world's most powerful military with the most reliable and efficient logistics solutions' and 'To provide the world's most powerful military with the most reliable and efficient logistics solutions'.



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: Agility was established in Kuwait in 1979 and the Company states that by 2004 grew to be the largest provider of "integrated logistics" (emphasis added) in the Middle East. http://www.agilitylogistics.com/EN/Pages/Agility_About_Us.aspx

B) Headquarters: Agility Defense and Government Services is headquartered in Sulaibiya, Kuwait, and Agility Global Integrated Logistics (GIL) is headquartered in Baar, Switzerland. <http://www.agilitylogistics.com/directory/Pages/default.aspx>

C) Leadership: Tarek Sultan, Chairman and Managing Director, and Dan Mongeon, President and CEO (Defense and Government Services). http://www.agilitylogistics.com/EN/Pages/Agility_AboutUs_Leadership_TarekSultan.aspx; http://www.agilitylogistics.com/EN/DGS/Pages/Agility_DGS_Expertise.aspx

D) Number of employees: 25,000 employees in over 500 offices in more than 100 countries. http://www.agilitylogistics.com/EN/Pages/Agility_About_Us.aspx

E) Employees in Iraq: 120 employees in three offices in Basra, Baghdad and Erbil, as well in six further strategic locations throughout the Northern, Central and Southern Regions. <http://directory.agilityportal.com/directory/uploads/download/46b598735fdf758196b191d08cc605fe.pdf>

F) In Iraq since: 2003 <http://www.agilitylogistics.com/EN/Pages/Landing.aspx#country-tab>

G) Last annual revenue: KD 1,705.44 million (\$6,139.58 million) <http://www.agilitylogistics.com/PressReleases/Pages/AgilityFinancialResultsforYear2009.aspx>

H) Services: Defense services, freight Forwarding (air, sea and road freights); Logistics (logistics solutions, warehousing & distribution, systems & technologies); Specialized Services (fairs & events, chemicals, project logistics, fuel logistics). Agility DGS supplies food for U.S. troops in Iraq and provides logistics, commodities and supply chain services to the U.S. government, government customers in Europe and the Middle East, and the United Nations. <http://www.agilitylogistics.com/PressReleases/Pages/AmbassadorJohnNegroponteJoinsAgilityDGSBoard.aspx>; <http://www.agilitylogistics.com/EN/Pages/Landing.aspx#prodserv-tab>

I) Clients: Their customers in Iraq include Nokia, MAN, GE, and Sigma Construction and span a range of industries as Oil and Gas, Defense and Government (army and air force), Automotive, Construction and Hi Tech. http://www.agilitylogistics.com/EN/DGS/Pages/Agility_DGSProducts_LogisticsSupportServices.aspx and <http://www.agilitylogistics.com/EN/Pages/Landing.aspx#country-tab> and [http://www.agilitylogistics.com/PressReleases/Pages/AgilityDGSWins\\$5MArmyAirForceExchangeServiceContract.aspx](http://www.agilitylogistics.com/PressReleases/Pages/AgilityDGSWins$5MArmyAirForceExchangeServiceContract.aspx)

Other interesting information

- Fraud in U.S. military contracts: "A Kuwaiti company that has been a leading food supplier for the U.S. military in Iraq was indicted Monday in U.S. federal court for allegedly overcharging the Defense Department on \$8.5 billion worth of food contracts: "... Agility, a Kuwait-based multi-billion dollar logistics company spawned by the U.S. invasion of Iraq, is facing criminal charges for over-billing the U.S. taxpayer on more than \$8.5 billion worth of food supply contracts in the Iraq war zone. If the lawsuit, scheduled for February 8, is successful, the company could owe the U.S. government as much as \$1 billion." Corpwatch, "Agility Attempts to Vault Fraud Charges", by Pratap Chatterjee, 1 February 2010. <http://www.corpwatch.org/article.php?id=15513> (last visit 31 May 2011)

-Threat Management Group. This Company was on the 2006 PSCAI list but now belongs to Agility Logistics. http://www.alacrastore.com/storecontent/Thomson_M&A/SOC_LLC_acquires_Threat_Management_Group_LLC_from_Agility_Global_Integrated-2277557020 (last visit 17 June 2011)

CANADA

77. GARDA WORLD



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Montreal, Canada <http://www.gardaglobal.com/index.php?lang=en>

C) Leadership: Stephan Cretier, President and CEO <http://www.gardaglobal.com/leadership.php?lang=en>

D) Number of employees: Over 50,000, <http://www.gardaglobal.com/overview.php?lang=en>

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2003 http://www.garda-world.com/whatwedo/services/middle_east/iraq/

G) Last annual revenue: \$1,083,087 in 2010. <http://www.gardaglobal.com/pdf/en/AR2010.pdf>

H) Services: Risk analysis and planning; business intelligence and due diligence; education and training; contingency planning and response; executive protection; asset protection strike security; protection; monitoring and compliance; investigation; litigation support; security and intelligence in high-risk markets; and digital security and investigation. <http://www.garda-world.com/whatwedo/services/>

External information

HUMAN RIGHT INCIDENTS

- **Employees kidnapped (and some killed):** "... When five Britons were abducted in



Baghdad last week, Canadians may have been surprised to learn that four of them worked for Garda World Security, a Montreal-based security firm ... Though insurgencies in Iraq and Afghanistan have spawned a multibillion-dollar private security industry, most of the firms operating in those countries are American or British ... **Source:** The Ottawa Citizen, "How a nice Quebec firm found itself in a war zone", 4 June 2007. <http://www.canada.com/ottawacitizen/news/story.html?id=24511a9c-8dc6-4aae-9eb4-1b5801332ae4&p=1> (last visit 19 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Founded:** 1972 **Source:** Wikipedia [http://en.wikipedia.org/wiki/Garda_\(security_company\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Garda_(security_company)) (last visit 31 May 2011)

Other interesting information

a) PSCAI Membership: The company is registered as a PSCAI member. <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011). The company also appears to be a member of ISOA. See the special reference to the company on ISOA's official website. <http://www.stability-operations.org/Index.php> (last visit 29 September 2011)

b) Vance Iraq: This company was on the 2006 PSCAI list but today belongs to Garda and the link www.vanceglobal.com forwards directly to Garda's official website. Garda states on its official website: "Vance is the first choice of professionals who need dependable advice to manage risks. With more than 3,700 employees and highly specialized solutions, clients count on us to help them proceed in business and in life with confidence. Vance, a Garda company, is one of the most trusted investigation and security consulting firms in the world, with operations in the Americas, Europe, and the Middle East." **Source:** http://www.garda-global.com/spotlight.php?spotlight_id=5 (last visit 21 June 2011)

78. GLOBE RISK INTERNATIONAL

GLOBE RISK INTERNATIONAL
 2000 Park Place, 20 Bay Street, Suite 1200 Toronto, ON M5G 1S8 Tel: 416.322.0122 Fax: 416.314.2041

Home About Us Contact Us In the News Services Recruitment Other Links Globe Risk create

Globe Risk International is a security management consultancy firm, which supports security and logistical operations worldwide to study and experience activities:

- Consulting Services
- Threat Risk Vulnerability Assessments
- Contingency Planning
- Crisis Management planning
- Evacuation Support
- Operations Site Planning
- Regional Analysis
- Hiring & Transport (Relocation/Protection)
- Crisis Intervention Services

With the strength of our consultants, associates and advisors in many countries, Globe Risk International can provide clients with a single point of reference for the provision of security, risk management, specialized training and logistic services. Our clients, who operate in volatile or hostile environments, have recognized the advantages of dealing with one company capable of addressing their special needs and appreciate our "all in one" capability.

News:
 The Globe Risk Institute is the first security training company in North America to offer a crisis protection training course accredited by the British Royal University and endorsed by the Security Industry Authority for the United Kingdom.

Links:

- Home
- About Us
- Services
- Training
- Media
- Recruitment
- Create

Design by T&A Group Ltd
 Last update September 28, 2008

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Toronto, Canada <http://www.globerisk.com/aboutus.php>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Consulting services; threat, risk, vulnerability assessments; contingency planning; crisis management planning; exploration support; operation site planning; regional analysis; kidnap & ransom; and crisis intervention services. <http://www.globerisk.com/aboutus.php>

External information

- **Leadership:** Alan Bell, President.

Source: The Ottawa Citizen, "How a nice Quebec firm found itself in a war zone", by Don Butler, 4 June 2007. <http://www.canada.com/ottawacitizen/news/story.html?id=24511a9c-8dc6-4aae-9eb4-1b5801332ae4&k=17618> (last visit 31 May 2011)

Other interesting information

- **The "only" other Canadian PMSC in Iraq.** Alan Bell claims to be the only other Canadian firm operating in Iraq (the other being Garda) because the U.S. State Department blackballed Canadian companies when Canada declined to support the US-led 2003 invasion.

Source: Ibid

AUSTRALIA

79. BLP

BLP Training and Services

The BLP Training and Services provide a range of Specialized Products, Training and Operational Services to the Law Enforcement, Defense, Security, Energy and Construction Industries.

OUR NAME IS YOUR PROTECTION

BLP Training & Services operates on a three-level approach to providing solutions to our clients:

- OPERATIONAL**
 - BLP provides training services to the world's most elite law enforcement agencies, including:
 - Specialized Products
 - Specialized Training
 - Specialized Operational Services
 - Specialized Support
- TECHNOLOGICAL**
- MANAGEMENT**

SEARCH: SEARCH



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Salisbury, Australia
http://www.blpts.com.au/index.php?option=com_contact&catid=9&Itemid=79

C) Leadership: Darren McDonald, General Manager
http://www.blpts.com.au/index.php?option=com_contact&catid=9&Itemid=79

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: November 2004, <http://www.blpts.com.au/iraqpolice.html>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Paramedics & occupational First Aid; OHS nurses; emergency response personnel; risk management and security consultants; accredited trainers in workplace health and safety; uniformed security guards; plain clothed security guards; security guards- weapons, client protection & high risk operations; and covert operatives (retail loss prevention). <http://www.blpts.com.au/information/company-profile.html>; additionally training Iraqi recruits as members of the Iraq Interior Ministry Counter Insurgency Forces, <http://www.blpts.com.au/iraqpolice.html>

I) Clients: U.S. State Department, U.S. Coalition Directorate, U.S. Department of Defense, Singapore Defense Force, amongst others. <http://www.blpts.com.au/>

Other interesting information

- **PSCAI Membership:** According to PSCAI sources the company had started process of registration at the Ministry of Interior of Iraq, as of 25 November 2006; currently it does not appear as PSCAI member, however. **Sources:** http://www.pscail.org/Docs/latested_full_list_Update.pdf and <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011)

GERMANY

80. TOIFOR

The screenshot shows the TOIFOR website interface. At the top right is the TOIFOR logo. Below it are navigation tabs: Home, About us, Our services, Global network, References, Jobs, Relocation guide, Our history, and Legal notice. A search bar is located on the left. The main content area contains a paragraph of text starting with 'TOIFOR is the recognized market leader...' and an image of a white van. On the right side, there are several small icons representing different services or locations.

Information from the official website (last visit 30 September 2011)**A) Founded:** 1996 <http://www.toifor.com/>**B) Headquarters:** Parsberg, Germany, with operational offices in Iraq and Kurdistan. <http://www.toifor.com/global-network>**C) Leadership:** No official information available**D) Number of employees:** No official information available**E) Employees in Iraq:** No official information available**F) In Iraq since:** No official information available**G) Last annual revenue:** No official information available**H) Services:** Full camp management; camp planning, building and construction services; portable toilet services; waste management and environment control services; water planning, treatment, delivery and retrieval services; power generation and O&M services; ablation unit services; renovation and rehabilitation of building structures; construction and maintenance; office, storage and accommodation container services; cleaning and maintenance services; laundry services; transport services (urban and rural); dust abatement services; street sweeping & debris removal services; vehicle maintenance services; carpentry services; dedicated logistical support services; and ice & frozen product deliveries. <http://www.toifor.com/about-us>**I) Clients:** Bechtel, British Army, IAP Worldwide Services, Iraqi Ministry of Defence, KBR, NATO, Red Crescent, Red Cross, Skylink, U.S. Army, U.S. Marines, Washington Group, etc. <http://www.toifor.com/references>**Other interesting information****- PSCAI membership.** This company, identified as Toifor/Eshor Security, even though it seems that it does not provide security services, was part of the PSCAI member list, at least in 2006. Currently it is not a member of PSCAI, however. http://www.psc.ai.org/Docs/latest_fulllist_update.pdf (last visit 30 September 2011)



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Vilseck, Germany. This German-American owned company also has operational office in Kirkuk, Iraq. http://www.tav-security.com/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=64; http://www.tav-security.com/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

C) Leadership: Jeremy C. Oliver, CFO – Director of Administration; and Herbert A. Lang, CEO – Director of Business Development. http://www.tav-security.com/index.php?option=com_contact&view=category&catid=72&Itemid=54

D) Number of employees: Over 8,000 employees in 2010 http://www.tav-security.com/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=59

E) Employees in Iraq: Over 8,000 employees http://www.tav-security.com/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=59

F) In Iraq since: At least since 2010. "... In July of 2010, TAV signed a limited teaming partnership with SOC USA. SOC is the third largest armed force in Iraq after the Iraqi Military and the U.S. Military..." http://www.tav-security.com/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=59

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Entry control, force protection, static guard, CCTV, information security, convoy escort security, low and high profile personnel security, logistics management, contingency consulting, risk and safety site security assessments, personal protection officers, security staffing, security training, and weapons training. http://www.tav-security.com/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56

BARBADOS

82. GREYSTONE



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2004 <http://www.greystone-ltd.com/about.html>

B) Headquarters: Bridgetown, Barbados <http://www.greystone-ltd.com/locations.html>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Integrated client training; 24 hour monitoring using GPS hardware for personnel; vehicle and aircraft; certified K-9; quick reaction support; armed and unarmed protective services; overt and covert protective details; perimeter security; entry control point management; integrated indigenous and expat teams; and close local coordination. <http://www.greystone-td.com/protective.html>

External information

-Leadership. Christopher Burgess, the 40-year-old managing director of Greystone Limited, is a former Navy SEAL. **Source:** Mother Jones, "An interview with Greystone's Christopher Burgess", by Bruce Falconer and Daniel Schulman, 20 March 2008. <http://motherjones.com/politics/2008/03/interview-greystones-christopher-burgess> (last visit 31 May 2011)

-Number of employees. 200 employees as independent contractors in 2008. **Source:** Mother Jones, "An interview with Greystone's Christopher Burgess", by Bruce Falconer and Daniel Schulman, 20 March 2008. <http://motherjones.com/politics/2008/03/interview-greystones-christopher-burgess> (last visit 31 May 2011)

Other interesting information

- A Blackwater company?

The complaint filed today in the U.S. District Court for the Eastern District of Virginia also alleges that Xe-Blackwater tries to hide its continued illegal operations in Iraq by using the Greystone name rather than the Blackwater or Xe name. **Source:** PRNewswire, "Xe-Blackwater, Illegally Continuing to Operate in Iraq, Sued for More Civilian Shootings, According to Burke O'Neil LLC".

*** Each and every company within Mr. Prince's empire is subject to any judgment entered in this action because Mr. Prince wholly controls the distribution of funds. These entities include, but are not limited to, the corporate defendants as well as companies doing business under the following nomenclature: Xe, Blackwater, Total Intelligence, Greystone, Paravante, Raven, Presidential Airlines, Prince Group, EP Investments, and various others that reasonable discovery will establish are wholly owned and controlled by Mr. Prince.**

Source: Lawsuit third amended complaint Estate of Raheem Khalaf Sa'Adoon, Wijdan Mohsin Saed, Sajjad Raheem Khalaf, and Ali Raheem Khalaf v. XE, formerly known as Blackwater, before the District Court for the Eastern District of Virginia (U.S.). http://www.burkepllc.com/human-rights/pleadings-detail.php?id=46&select_year=2011 (last visit 31 May 2011)

- PSCAI Membership. According to PSCAI sources the company had started the registration process at the Ministry of Interior of Iraq, as of 25 November 2006; currently it does not appear as a PSCAI member, however.

Sources: http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 29 September 2011)



CZECH REPUBLIC

83. SSL (Safe Security)



SSL CORPORATE PROFILE

SSL was first founded during 2003 and then re-registered in 2005 and has representation in the United Kingdom, United States, The Czech Republic, Jordan, Iraq and Afghanistan. SSL understands that the capabilities required to provide real security in Afghanistan require an unsurpassed ability to deploy and respond rapidly to changing circumstances and the unique environment of the country and cultural landscape. SSL K believes that the key to success is through developing, maintaining, training and managing our team – not strictly for the present mission but rather for years at a time. The members of our staff are true experts, many who have experienced with other security providers and, in the end, have come to work exclusively with SSL, due to the higher standards we bring to every job.

Safe Security brings over 30 years of security experience to Afghanistan and Iraq through its SSL-K arm, a North American corporation registered in Delaware. Our board includes former security experts, a former U.S. Ambassador and a number of senior former DoD and DoS professionals. We span Europe and the United States, with our main field management headquarters now relocated from London to Prague in the Czech Republic to ensure streamlined communications and logistical support for deployments in the CENTCOM AOR (near East and South Asia); we also maintain our back office support program in the United States.

SSL specializes in providing risk management and analysis in high and moderate conflict areas. Historically, SSL had extensive operations in Iraq; however, SSL has undergone an ambitious restructuring and expansion exercise that enables it to compete more broadly and more effectively in the global security market and has refocused its global commitments on Afghanistan.

Information from the official website (last visit: 30 September 2011)

A) Founded: SSL was first founded in 2003 and then re-registered in 2005. http://safesecurityssl.com/corporate_profile.html

B) Headquarters: Prague, Czech Republic <http://safesecurityssl.com/contact.html>

C) Leadership: George Firth, Executive Director <http://safesecurityssl.com/contact.html>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Border security; executive and VIP/VIP protection; oil protection (onshore and offshore); desert patrolling; anti piracy; counter-revolutionary warfare (crw) & counter insurgency; special forces training; anti-terrorist team training and management; hostage negotiation techniques and management; air marshal training and management; surveillance training and management; narcotics and human trafficking; police training; close quarter battle techniques; intelligence integration and interfacing; vulnerability assessment; facilities & key point protection; pipeline protection and overwatch; technology security; fibre optic connectivity for secure and public networks; aviation security and passenger & cargo screening; air medevac/casevac support; and logistical support and procurement. http://safesecurityssl.com/capabilities_overview.html

Other interesting information

- **PSCAI Membership:** This Company was part of the PSCAI member list in 2006. http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit: 20 June 2011)

SPAIN

84. SERVICIO GLOBAL DE SEGURIDAD E INTELIGENCIA



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1997 <http://www.sgsigroup.es/>

B) Headquarters: Bahía de Algeciras, Gibraltar. It is not clear if it is within the Spanish territory or in the dependent territory of Great Britain, although its website is published entirely in Spanish: *"La oficinas principales de SGSI estan localizadas en Gibraltar aunque los socios que componen la junta directiva estan diseminados por todo el mundo."* <http://www.sgsigroup.es/>

C) Leadership: No official information available about the persons, just general information about the team background. *"Forman parte de la junta directiva un equipo multidisciplinar del ambito financiero, de la ingenieria, sanitario, militar, de la comunicacion y de las leyes, asesores militares y de inteligencia de los mejores servicios occidentales son al tiempo nuestros consultores estrategicos mas valiosos..."* <http://www.sgsigroup.es/>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Defense and security consultancy (military and government), search and find high risk missions, ground intelligence, negotiators with kidnappers, risk and threat analysis, Sky Marshall, SEAL, SWAT, personal protection, anti-terrorism. The company states to provide interesting opportunities in these sector which is considered a "rising sector", considering also it's links with natural resources exploitation sector. See: *"Ayudenos a crecer, desde el principio ha quedado demostrado la rentabilidad de las consultorias de riesgo y defensa. Un sector en alza. Por otro lado dadas las caracteristicas del negocio continuamente ayudamos a crear sinergias para inversores interesados en sectores como la industria, las materias primas, la construccion y las infraestructuras. Hemos desarrollado contactos fructiferos en el ambito de la*



industria maderera, la de la construcción, el petróleo y el oro." <http://www.sgsigroup.es/>

External information

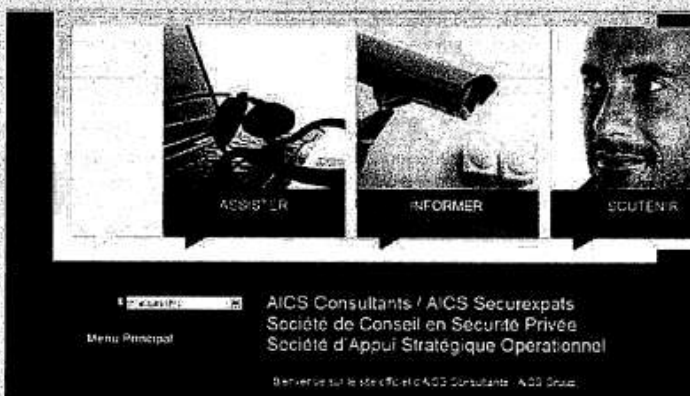
D) Number of employees and the Company: 411 employees. SGSI Group appears to be linked or part of the Hyzanami Group. According to the the Spanish Enterprise Register, the company under the name "Hyzanami & SGSI Group 2007 S.L." appears to have its headquarters in Fueringola, Malaga (Spain), after being founded in 2005. The Administrator seems to be the attorney Sergio Ruiz Martin, which shares this office with the attorney Fernando Nuñez Martin in at least 2 more societies. Victor Gonzalez appears to be SGSI spokesman. <http://www.educaruca.org/spip.php?article799> ; <http://espacioseuropeos.com/?p=2767> (last visit 27 September 2011)

F) In Iraq since: At least in 2007, the Kurdistan political party (PUK) relied on SGSI GROUP for the security of its personnel (especially for the top representatives). <http://www.elconfidencialdigital.com/Articulo.aspx?IdObjeto=11824> and <http://www.intelpage.info/forum/viewtopic.php?f=61&t=455&sid=2a724a77c0ffd30472e7ad3ec21765cf&start=10> (last visit 27 September 2011)

FRANCE

85. ALLIED INTERNATIONAL CONSULTANTS AND SERVICES (AICS)

Information from the official web site (last visit 30 September 2011)



A) **Founded:** No official information available.

B) **Headquarters:** Guyancourt (France), <http://www.aics.tm.fr/fr/contact>

C) **Leadership:** No official information available.

D) **Number of employees:** No official information available.

E) **Employees in Iraq:** No official information available.

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Security consulting, close protection, protection of information, counter measures and electronic detection, conceiving and realizing alarm systems and video surveillance, security logistic for Human Organization, mine clearance area, investigation Securing sites and events, setting up and managing security teams, transport, escort, research of missing people, <http://www.aics.tm.fr/fr/savoir-faire/services>.

External information

Leadership and in Iraq since: Year 2004, "...La seule société française à évoluer sur le marché irakien s'appelle *Allied International Consultants and Services (AICS)* (emphasis added). Elle protège en majorité des journalistes francophones, et tente d'imposer ses méthodes de travail particulières. "On est arrivés sur place en février 2004, se souvient son responsable à Bagdad, Jean-Philippe L., lui-même ancien militaire. Les Anglo-Saxons, c'est vrai, procèdent différemment. Ils sont très visibles, très agressifs. Nous, on travaille plus le profil, on est plus discrets. Et surtout, on essaye de travailler avec les Irakiens." AICS engage des assistants irakiens, souvent d'anciens militaires formés en France dans les années 1980, pour négocier avec les chefs de tribu..."

Source: Le Monde, by Gérard Davet and Fabrice Lhomme, 25/11/2005, "Profession: mercenaire français en Iraq", <http://www.spyworld-actu.com/spip.php?article1114>

86. AMARANTE INTERNATIONAL

AMARANTE SOLUTIONS GLOBALES DE SÉCURITÉ

AMARANTE INTERNATIONAL

AMARANTE

- Ce site international
- Page d'accueil
- Présence à l'International
- Qui sommes-nous

Présence à l'International

Les missions confiées à Amarante se situent soit directement à l'étranger sur les lieux d'intervention et souvent dans des zones sensibles, voire des théâtres de guerre.

Une dizaine d'offices régionaux à travers le monde assurent la présence effective et efficace de nos équipes de spécialistes.

Amarante dispose d'un réseau de spécialistes dans plus de 20 pays.

Contact

Email
contact@amarante.com

Téléphone
00 33 1 47 00 13 13 00 00

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 2007, <http://www.amarante.com/fr/operateur-reference-securite.html>

B) Headquarters: Paris (France), <http://www.amarante.com/fr/formulaire-contact.html>

C) Leadership: Pierre-Antoine Lorenzi, President (former high ranking official before the Ministry of Defence of France), and Alexandre Hollander, CEO / former French Special Forces member and former military intelligence member), <http://www.amarante.com/fr/equipe-dirigeante.html>.



D) Number of employees: No official information available. The Company states that its employees are highly qualified former members of the French Army, "...Les consultants sélectionnés par Amarante associent de nombreuses compétences de haut niveau, parfois uniques en France et indispensables à la maîtrise de l'ensemble des risques sécuritaires. Issus pour la plupart des services spécialisés de l'État ou des Forces Spéciales, ils maîtrisent parfaitement les standards les plus exigeants appliqués aux services de l'État ...", <http://www.amarante.com/fr/equipe-dirigeante.html>.

E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: No official information available about the year. The Company states to be operational in Iraq, <http://www.amarante.com/fr/presence-international.html>.

H) Services: Risk analysis, operational support for companies in risk areas, personnel protection, infrastructure audits and protection, vulnerability assessment, safety planning, kidnapping negotiation, protecting buildings against terrorist threat and against the risk of intrusion or malicious acts (decoding networks, security analysis, etc), <http://www.amarante.com/en/business-offers/risk-exposure-analysis.html>.

87. ANTICIP

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1 January 2008, <http://www.anticip.eu/content/historique> and <http://www.anticip.eu/content/press-room> (created as ANTICIP SAS).

B) Headquarters: Le Valois-Perret, (France), with operational offices in Iraq (International Zone/Green Zone), <http://www.anticip.eu/content/contact-0>.

C) Leadership: Stéphane Meunier and Pierrick Colin (former French-Troupes aéroportées), consolidated with holding Group 9, http://www.anticip.eu/sites/default/files/communiqu%C3%A9_presse_Anticip_groupe9.pdf.

D) Number of employees: No official information available.

E) Employees in Iraq: No official information available. The company states to have done

the following achievements with its employees in Iraq in year 2011: *«...La mise en place de personnel permanent à Bagdad ainsi que la présence d'équipes opérationnelles. La mise en opération du Compound ANTICIP au sein de la Green Zone; l'hébergement de la délégation Française lors de la Foire internationale de Bagdad en 2010; La sélection en qualité de Partenaire Sûreté Privé par le Centre Français des Affaires de Bagdad installé aux côtés de l'Ambassade de France; l'hébergement et la sécurisation de l'Agence Française de Développement en Irak...»*, <http://www.anticip.eu/>.

F) In Iraq since: The company states to have at least two subsidiaries in Iraq in year 2010 (Anticip Iraq), <http://www.anticip.eu/content/historique> and http://www.anticip.eu/sites/default/files/Communiqu%C3%A9_Presse_ANTICIP_23_05_11.pdf.

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: Site and people protection, armed escorts, armed guards, risk audit, <http://www.anticip.eu/content/services-0> and <http://www.anticip.eu/content/historique>.

External information

- Leadership: Richard Terzan, *«... Certes, les «contractors» de Geos, la plus grande entreprise de sécurité privée française, de Gallice Security et d'Anticip SAS, qui se partagent les miettes laissées par les SMP anglo-saxonnes, n'ont rien des tueurs engagés par leurs concurrentes, ni des aventuriers recrutés par Bob Denard, le célèbre «soldat de fortune» français. Geos, créée par Stéphane Gérardin, ancien du service action de la DGSE, est présidée par le général Jean Heinrich, ancien patron de la DRM (Direction du renseignement militaire). La société Gallice est dirigée par Frédéric Gallois, ancien chef du GIGN (Groupe d'intervention de la Gendarmerie nationale), et Anticip (emphasis added) par Richard Terzan, ancien expert des «risques spéculaux» de la Lloyd's, un des leaders historiques de l'assurance...»*.

Source: France/Iraq Actualité, by Gilles Munier, 2/12/2010, <http://france-irak-actualite.over-blog.org/article-des-mercenaires-fran-ais-en-irak-62220293.html>, and also links with former military personnel from France *«... «Nous voulons profiter du réengagement de la France, qui a amené de nombreuses sociétés à s'intéresser au marché de la reconstruction», souligne Pierre Terzan, patron d'Anticip, joint au téléphone à Bagdad. Avec son collègue, ancien du GIGN lui aussi, il multiplie les déplacements dans une capitale où la sécurité reste encore précaire...»*.

Source: Le Figaro, by Georges Malbrunot, 29/9/2010, <http://www.lefigaro.fr/international/2010/09/29/01003-20100929ARTFIG00420-secu-rite-les-francais-s-implantent-en-irak.php>.

Other interesting information

- High salaries for PMSC employees in Iraq: *«... En Irak, la protection est facturée 6 000 \$ par jour par Anticip, plus si des déplacements sont effectués dans le pays...»*, France/Iraq Actualité, by Gilles Munier, 2/12/2010, <http://france-irak-actualite.over-blog.org/article-des-mercenaires-fran-ais-en-irak-62220293.html>.

- Protection of French investors by PMSC: *«Geos or Anticip (emphasis added) protect exclusively French investors»*, **Source:** OWNI.eu/Technologies, politics and culture, "The Privatization of war", <http://owni.eu/2010/11/04/the-privatization-of-war/>.



88. GALLICE SECURITY

Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: March 2007, <http://www.gallice-security.com/?q=en/node/148>

B) Headquarters: France (no official information available about the city) with operational office in Baghdad (Iraq), <http://www.gallice-security.com/?q=en/node/148> and http://www.gallice-iraq.com/?page_id=18.

C) Leadership: Gilles Sacaze (Co-founder and CEO), Frederic Gallois (Co-founder and Executive General Manager, and Commanding officer of the GIGN – Lieutenant Colonel, French intervention and protection unit- from 2002 to 2007), Gilles Marechal (Co-founder and General Manager International), Luc Vaireaux (Co-founder and Security Manager and Consultant for oil companies located in the Niger Delta)

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available about the number but the company states to have a team of international expatriates in Iraq (basically French special forces former members) together with "... a group of highly experienced Iraqi security officers fully authorized by the Interior ministry with access to secured areas ...", http://www.gallice-iraq.com/?page_id=154 and <http://www.gallice-iraq.com/>.

F) In Iraq since: 2005, in Baghdad, Basra and adjoining regions (Ramadi, Najaf, Nasiriyah, Karbala, Al Rumailah, etc.). The Company states "... Iraq remains a dangerous country but is also becoming a place of growing opportunities for international companies. The team of GIS has been working in Iraq for more than six years and its field managers, both French and Iraqi, have developed a strong expertise in facing dangerous situations and making the proper analysis ...". The company is also present in Iraq through its subsidiary "Gallice Iraq Services", <http://www.gallice-iraq.com/>.

G) Last annual revenue: No official information available.

H) Services: Military instruction, strategic action, protection of high ranking officials, counter-terrorism, criminal crisis management, and consulting and training services in police

and military spheres, <http://www.galice-security.com/?q=en/node/190>.

I) Clients: Ministry of Foreign Affairs of Iraq (the company states to be the first French company to sign a contract with the State of Iraq), http://www.galice-iraq.com/?page_id=154.

Other interesting information

- **At least 500.000 USD contract with Iraqi authorities:** "... Des sentinelles françaises sécuriseront bientôt l'entrée principale du ministère des Affaires étrangères irakien, à deux pas de la «zone verte», le centre du pouvoir à Bagdad. Le marché a été remporté début septembre par *Galice* (emphasis added), la première société de sécurité privée française à décrocher un contrat étatique d'environ 500.000 dollars sur ce juteux secteur, tenu jusque-là par ses toutes puissantes concurrentes anglo-saxonnes ».

Source : Le Figaro, by Georges Malbrunot, 29/9/2010, <http://www.lefigaro.fr/international/2010/09/29/01003-20100929ARTFIG00420-securite-les-francais-s-implantent-en-irak.php>.

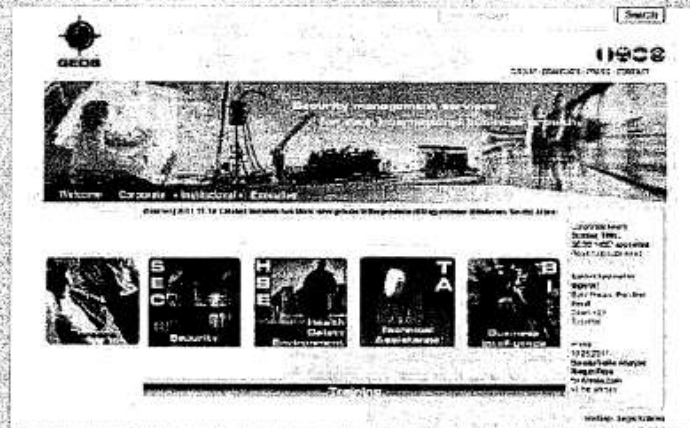
- **PMSC with local alliances in Iraq and local Iraqi recruitment by the Company:** "Pour éviter les infiltrations, *Galice* (emphasis added) s'est associé à un partenaire irakien: la tribu Abou Rish, en pointe dans le combat contre al-Qaida, lui fait bénéficier de son réseau de contacts à travers le pays. Rien de mieux qu'un relais tribal ou l'allégeance d'un responsable sécuritaire pour obtenir un permis de port d'armes dans le maquis législatif irakien. «Nous avons également besoin de la collaboration des services irakiens pour vérifier les noms des personnes que nous recrutons», souligne le patron de Galice, qui emploie, à titre temporaire, jusqu'à une centaine de locaux sur ses chantiers ... ». », **Source:** Le Figaro, by Georges Malbrunot, 29/9/2010, <http://www.lefigaro.fr/international/2010/09/29/01003-20100929ARTFIG00420-securite-les-francais-s-implantent-en-irak.php>.

- **Links with national and corporate interests and French PMSC in Iraq :** "Alors qu'une quarantaine de chefs d'entreprise français s'apprêtait à quitter Paris pour Bagdad, où ils se déplaceraient en convoi blindé, précédé par une automitrailleuse de *Galice* (emphasis added), le « Haut tribunal pénal » irakien condamnait à mort de Tarek Aziz, Saadoun Shaker et trois anciens dirigeants baasistes. Pendant que Boris Boillon, ambassadeur-Rambo, présentait l'Irak comme un « nouvel eldorado » et que Anne-Marie Idrac, ministre du Commerce extérieur, visitait la Foire internationale de Bagdad, protégée par les mercenaires de Triple Canopy ... La guerre d'Irak a fait voler en éclats la Convention internationale contre le recrutement, l'utilisation, le financement et l'instruction de mercenaires, votée par l'Assemblée générale des Nations unies en 1989 et ratifiée par 32 Etats. A l'écart du conflit irakien après le discours mémorable de Dominique de Villepin à l'ONU en 2003, la France y participe désormais, peu ou prou, avec un ambassadeur de choc et des sociétés dites de sécurité... ».

Source: France/Iraq Actualité, by Gilles Munier, 2/12/2010, <http://france-iraq-actualite.over-blog.org/article-des-mercenaires-fran-ais-en-irak-62220293.html> and <http://www.intelligenceonline.com/corporate-intelligence/consultants/2009/06/18/galice-security.63906381-BRE>.



89. GROUPE GEOS



Information from the official website (last visit 30 September 2011)

A) Founded: 1997, <http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/history/1.html>

B) Headquarters: Paris (France), <http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/160.html>, with operational offices in Iraq, http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/geos_history/201.html

C) Leadership: General Jean Heinrich, President and CEO, and Laurent Lafond, President of the Supervisory Board, (in year 2008: Long-term investors, the Halisaf and Participex Groups, entered the capital of GEOS, alongside Continental Risk. 2010: As part of an ambitious expansion plan, the shareholders decided to transform GEOS SAS into a company managed by a Board of Directors and a Supervisory Board). <http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/history/1.html>

D) Number of employees: 480 staff, http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/geos_history/201.html

E) Employees in Iraq: No official information available.

F) In Iraq since: 2002 <http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/140.html>

G) Last annual revenue: 34 million euros in 2010, http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/geos_history/201.html

H) Services:

- PREVENTION: Country Risk Tracking, Monitoring systems, Market Access, Due Dillgence, Safety audit, Security audit - ASSISTANCE: Safety consultancy & engineering, Security consultancy & engineering, Investigations, Outsourcing of personnel (technicians, engineers, operators or specialised managers), Outsourcing of services, Protection of operations - TRAINING: Training and sensitization sessions for expatriates and business travellers in the areas of safety, security and business intelligence. - CRISIS MANAGEMENT: Hotline, Emergency evacuation, Assistance to family members.

I) Clients: NATO, European Parliament, European Commission, European Council, among others, <http://www.groupegeos.com/institutions/institutions-services.php>

J) Charter of conduct: The company states to commit with fundamental human rights: "...The GEOS Group fully complies with the Global Pact of the United Nations that promotes Human Rights, Labour Rights and Protection of the Environment, with the Voluntary Principles on security and human rights, and supports the work of the Global Compact Office. The GEOS Group is committed to respecting the Universal Declaration of Human Rights of 1948, as well as the Treaties of Rio and Johannesburg ...". <http://www.groupegeos.com/index.php/component/content/article/partners/2.html>.

Other interesting information

- **Former military intelligence positions:** « ... Certes, les « contractors » de Geos, la plus grande entreprise de sécurité privée française, de Gallice-Security et d'Anticip SAS, qui se partagent les miettes laissées par les SMP anglo-saxonnes, n'ont rien des tueurs engagés par leurs concurrentes, ni des aventuriers recrutés par Bob Denard, le célèbre « soldat de fortune » français. Geos (emphasis added), créée par Stéphane Gérardin, ancien du service action de la DGSE, est présidée par le général Jean Heinrich, ancien patron de la DRM (Direction du renseignement militaire) ... ». **Source:** France/Iraq Actualité, by Gilles Munier, 2/12/2010, <http://france-iraq-actualite-over-blog.org/article-des-mercenaires-fran-ais-en-irak-62220293.html>.

- **Protection of french investors by PMSC:** « Geos (emphasis added) or Anticip protect exclusively French investors ». **Source:** OWNI.eu/Technologies, politics and culture, "The Privatization of war", <http://owni.eu/2010/11/04/the-privatization-of-war/>.



ANNEX B: Principal Iraqi private military and security companies in Iraq¹

90. ABABEEL

Information from the official website

- A) Founded:** No official information available
- B) Headquarters:** No official information available
- C) Leadership:** No official information available
- D) Number of employees:** No official information available
- E) Employees in Iraq:** No official information available
- F) In Iraq since:** No official information available
- G) Last annual revenue:** No official information available
- H) Services:** No official information available

¹ The following companies have been referred to and listed as PMSCs headquartered in Iraq. The companies listed below allegedly provide some kind of military and/or security services in Iraq, although no official or unofficial rigorous information could be found about them, (just some of them appear to be registered in the national and/or regional public registry of Iraq): Al Ahwar; Al Baraka, Al Heya, Al Hisn Security, Al Hurra Group, Al Ihsan, Al Iraqia, Al Irjoon, Al-Rafid, Al-Salf, Al-Shamir, Al Soor, Amada (Kurdistan), Amada Bash (Kurdistan), Arden Kurdistan (Kurdistan), Arnaz Iraq (Kurdistan), Aster, Bawabat Al-Iraq, Bawar (Kurdistan), Biyar (Kurdistan), Chiron, Diako (Kurdistan), Dahul Nokan, Didar (Kurdistan), Dupeshik (Kurdistan), Erik Klay (Kurdistan), First Kuwait, Kar (Kurdistan), FSC Hoshiyari, GVI Security Solutions INC, Harakat Al Janoob, Helan (Kurdistan), Hez (Kurdistan), Huner (Kurdistan), Iraq Safety, Kanadi (Kurdistan), Nissor Babil, Pass (Kurdistan), Pasnos (Kurdistan), Port Global Surface (Kurdistan), Qalb Al- Assad, Ross Holding Sro, Sana Beirut Company, SFK 101 (Kurdistan), Shajarat Tubba, Ster Group, System (Kurdistan), Tofan (Kurdistan), Wolf Group (Kurdistan), Sky Chase, Wolf Security Group, Wolf (Kurdistan). The information in this annex is particularly vulnerable to change and we advice you to regularly check the sources used through the links provided. For complementary information on PSCAI members and non-members, see: http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf and <http://www.pscail.org/pscmembers.html> (last visit 30 September 2011). Some examples of Human Rights Incidents executed in Iraq by unknown PMSCs: A) "Five pupils of Al-Messara primary school aged 6 to 10 were reportedly killed on 15 January 2008, when a vehicle trying to manoeuvre away from gunfights struck the children in central Baghdad's Al-Salhiyah neighbourhood (Al-Karkh district). The incident reportedly happened when the official convoy to which the car belonged, failed to stop at a checkpoint outside the Ministry of Foreign Affairs, prompting a fire fight between checkpoint guards and the contractors. Al-Hurra TV reported later that day that the driver of the vehicle that hit the children had been arrested." Source: UN Assistance for Iraq (UNAMI), Human Rights Report (1 January - 30 June 2008), page 12, paragraph 38. <http://www.iaui.org/reports/ENG%20-%20UNAMI%20HUMAN%20RIGHTS%20REPORT%20-%20FINAL%20-%202002%20December%202008.pdf> (last visit 27 July 2011); B) "On the morning of 3 February (2008), one civilian was allegedly injured when contractors opened fire to clear a way for their convoy through a traffic jam in central Baghdad. Around 8 a.m. a private security company's guards shot and injured an Iraqi citizen as their convoy passed near Al Zawra Park in central Baghdad, Iraqi police said." Source: UN Assistance for Iraq (UNAMI), Human Rights Report (1 January-30 June 2008), page 12, paragraph 38. <http://www.iaui.org/reports/ENG%20-%20UNAMI%20HUMAN%20RIGHTS%20REPORT%20-%20FINAL%20-%202002%20December%202008.pdf> (last visit 27 July 2011); C) "On 21 August, a civilian was killed and another was injured when a member of a private security company opened fire on civilians in Bab al Sharji neighbourhood in Baghdad." Source: UN Assistance for Iraq (UNAMI), Human Rights Report (1 July - 31 December 2008), page 11, paragraph 27 http://www.uniraq.org/documents/UNAMI_Human_Rights_Report_July_December_2008_EN.pdf (last visit 27 July 2011).

External information

Leadership: Col. Ishaq Hussain <http://www.hujra.net/index.php?topic=6786.0:wap2> (last visit 16 September 2011).

Other interesting information

Non-PSCAI Member: On the member list of the Private Security Company Association of Iraq (PSCAI) this company appears as a non-member, however the company itself states it has started registration proceedings at the Ministry of Interior of Iraq. http://www.pscal.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011).

91. AHMED HASSAN PIRDAOOD**Information from the official website**

- A) Founded:** No official information available
- B) Headquarters:** No official information available
- C) Leadership:** No official information available
- D) Number of employees:** No official information available
- E) Employees in Iraq:** No official information available
- F) In Iraq since:** No official information available
- G) Last annual revenue:** No official information available
- H) Services:** No official information available

External information

With presence in Kurdistan, Iraq. <http://empresascontratistas.blogspot.com/2008/10/blackwater.html> (last visit 16 September 2011)

Other interesting information

Non-PSCAI Member: On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has been registered at the Ministry of Interior of the Kurdistan Regional Government. http://www.pscal.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011).

92. AL DIR' AL-WATANY (NATIONAL SHIELD SECURITY) NSS**Information from the official website** (currently not operational)

- A) Founded:** No official information available
- B) Headquarters:** No official information available



- C) Leadership:** No official information available
- D) Number of employees:** No official information available
- E) Employees in Iraq:** No official information available
- F) In Iraq since:** No official information available
- G) Last annual revenue:** No official information available
- H) Services:** No official information available

External information

"Shield Groups Security (SGS) was an Iraqi company that provided protection for businesses and organizations. It was established in 2003 and switched its name to National Shield Security (NSS) sometime after April 2006. Donald Vance, a U.S. Navy veteran working for the company, suspected the company of illegal gun running when he noticed excessive stockpiling of weapons. He became an FBI informant alleging corruption on the part of the Iraqis running the company until he was arrested with American co-worker Nathan Ertel when American soldiers raided the company. Both Vance and Ertel were interrogated under suspicion of gun running, and then tortured. Ertel was released after one month of imprisonment; however, Vance was held for 97 days. It took the military three weeks to contact the FBI and confirm that Vance was an informant. The executives of the company have never been charged with any wrongdoing." http://en.wikipedia.org/wiki/Shield_Group_Security (last visit 16 September 2011)

Other interesting information

- Legal action and Shield Group Security: On 18 December 2006, Donald Vance, a 29 year-old former member of the U.S. Navy, and a former supervisor of security personnel for the Sandi Group and later [Shield Group Security \(SGS\)](#) in Iraq, filed suit against Donald Rumsfeld in the Northern District of Illinois. The case is still pending before U.S. Courts.

<http://www.wrongfulconvictionlawsuitdefense.com/tags/shield-group-security/> and http://www.msnbc.msn.com/id/19240567/ns/datanline_nbc-t/american-held-captive-secret-iraq-military-prison/

Complaint: http://chicago.indymedia.org/usermedia/application/5/donald_vance_v_donald_rumsfeld.pdf (last visit 22 September 2011)

For more information, see Annex D on Legal Cases, Donald Vance and Nathan Ertel v. Donald Rumsfeld.

- **Non-PSCAI Member:** On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has been registered before the Ministry of Interior of Iraq. http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011)

93. ALMCO

Information from the official website (last visit 16 September 2011)

<http://www.almcogroup.com/pro.html>

A) Founded: 2003

B) Headquarters: Baghdad, Iraq, with operational offices through Europe, Middle East and Asia. <http://www.almcogroup.com/cont.html>

C) Leadership: Namir el Akabi <http://www.almcogroup.com/ceo.html>

D) Number of employees: 17,000 personnel in total <http://www.aprodex.com/almco-group-406.aspx>

E) Employees in Iraq: 6,000 employees

F) In Iraq since: 2003

G) Last annual revenue: approximately \$250 million

H) Services: ALMCO undertakes camp operation and maintenance services, such as camp administration, kiosk operation, facilities/equipment maintenance, janitorial/housekeeping, grounds keeping, vector and pest control, recreation, commissary, barber, tailoring, medical support, HVAC, power production operations, laundry, trash removal, sewage removal, potable water delivery and non-potable water delivery, fuel supply, armoury and ammunitions depot, IT Networks, shuttle service, fire protection, vehicle maintenance, etc.

I) Clients: Amongst others, U.S. Department of Defense, U.S. Marine Corps, U.S. Department of Navy, U.S. Department of the Air force, U.S. Army, U.S. Army Corps of Engineers, Multinational Security Transition Command, Multinational Force Iraq, Multinational Corps Iraq, Kellogg Brown and Root (KBR), Government of Iraq, U.K. Army, and NATO.

External information

a) Woman injured. On 19 November 2007, an 18-year-old woman, Ruba Taha, was shot in the foot in the district of al-Karrada in Baghdad by contractors employed by ALMCO.

**Sources:**

* Washington Post, "Shots fired from convoy set an Iraqi Mob to action", by Sudarsan Raghavan, 20 November 2007. http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/11/19/AB2007111901939.html?nav=tss_world/mideast/iraq&sid=ST2007111902122 (last visit 16 September 2011)

* UN Assistance Mission for Iraq (UNAMI), Human Rights Report (1 July - 31 December 2007), number 27, page 12. <http://www.ohchr.org/Documents/Press/UNAMIJuly-December2007EN.pdf> (last visit 16 September 2011)

94. AMERICAN IRAQI SOLUTIONS GROUP (AISG)

Information from the official website (last visit 16 September 2011)

A) Founded: 2004 (by an American and Iraqi-managed company) <http://www.aisgiraq.com/index.php>

B) Headquarters: Baghdad, Iraq <http://www.aisgiraq.com/index.php?id=27>

C) Leadership: Carter Andress, Chairman, President and Principal Owner; Kiffer Andress, Chief Executive Officer (CEO). <http://www.aisgiraq.com/index.php?id=48>

D) Number of employees: Almost 1,000 <http://www.aisgiraq.com/index.php>

E) Employees in Iraq: Team of project managers, engineers, logisticians, food operators, and maintenance, technical and security specialists consisting of Americans, Iraqis, Filipinos, Lebanese and Fijians, from different fields of expertise (90% of the personnel, goods, and services are sourced locally). <http://www.aisgiraq.com/index.php>

F) In Iraq since: March 2004. <http://www.aisgiraq.com/index.php?id=3>

G) Last annual revenue: Since their founding in Baghdad during March 2004 American-Iraqi Solutions Group (AISG) has successfully executed on over \$250 million in revenue. <http://www.aisgiraq.com/index.php?id=64>


H) Services: Convoy, VIP and site protection; up-to-date training; quick reaction force;

threat analysis; and Iraqi-wide movement tracking. According to the official web site "AISG is the only U.S. Department of Defense construction, life support and logistics prime contractor that also provides Iraqi Ministry of Interior-licensed, comprehensive security services...". <http://www.aisgiraq.com/index.php?id=3> and <http://www.aisgiraq.com/index.php>

Other interesting information

a) PSCAI member The company is registered as a PSCAI member. Source: <http://www.pscal.org/pscmembers.html> (last visit 16 September 2011)

95. BAHEZ



Information from the official website (last visit 16 September 2011)
<http://bahezsecurity.com/index.php?&sid=02&lang=01.01>

A) Founded: 20 April 2005

B) Headquarters: Kurdistan (Iraq). The company provides services all over Iraq, especially in Zakho, Arbil, Sulaimaniyah, Baghdad, Haditha, Beji, Asad, Nasryah, Najaf, Alanbar and Basrah. <http://bahezsecurity.com/index.php?&sid=02&lang=01.01>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2005. BAHEZ Security Company registered on 20 April 2005 at the Ministry of Interior of the Kurdistan Regional Government (Registration No. 1861) and at the Ministry of Interior in Baghdad. <http://bahezsecurity.com/index.php?&sid=04&lang=01.01>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Guarding services, 24 hours guarding services for buildings, offices, hotels, camps and project sites; transportation: providing trained drivers and security team for



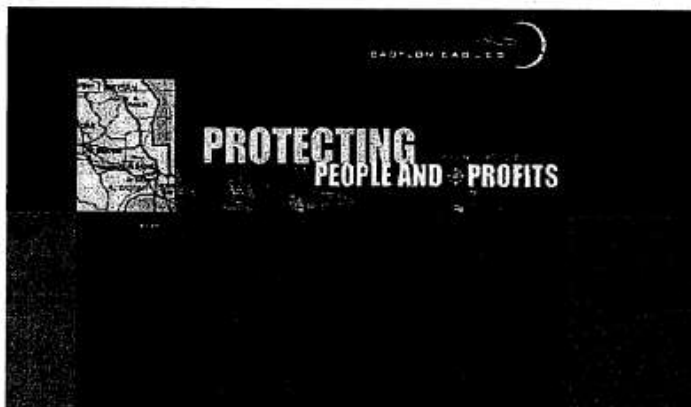
convoys; close protection (Body Guard); BAHEZ has a several well trained body guards who are reliable and professional; support services: beside the aforementioned services, BAHEZ also provides permanent and temporary support, such as translation, logistics support, and escorting VIPs who are coming to Iraq. <http://bahezsecurity.com/index.php?sid=03&lang=01.01>

Other interesting information

- The company has been granted an official license by the Ministry of Interior of the Kurdistan Regional Government. <http://bahezsecurity.com/index.php?sid=04&lang=01.01> (last visit 27 July 2011)

- **Non-PSCAI Member:** On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has been registered at the Ministry of Interior of the Kurdistan Regional Government. http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011)

96. BABYLON EAGLES SECURITY COMPANY



Information from the official website (last visit 16 September 2011)
<http://besc.net/index.htm>

A) Founded: 2003 <http://besc.net/index.htm>

B) Headquarters: Baghdad, Iraq <http://besc.net/contact.htm>

C) Leadership: Mudhar G. Shawkat, Ph.D (former Head of the Free Iraqi Militia that fought for the liberation of Iraq in 2003 and alternating member of the governing council of Iraq in 2003) <http://besc.net/about.htm>

D) Number of employees: Currently over 9,000 security personnel under the direction of 120 operational managers.

E) Employees in Iraq: Currently over 9,000 security personnel under the direction of 120 operational managers.

F) In Iraq since: 2003 <http://besc.net/index.htm>

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Security briefings with detailed information on current safety threats and evacuation procedures in the areas where client's employees will be traveling working and lodging; 24/7 critical infrastructure protection; secure, reliable transport inside Iraq for people and cargo; fixed-site Security; full range of security solutions; amongst others. <http://besc.net/capabilities.htm>

I) Clients: Republic of Iraq, Coalition Provisional Authority, United Nations/The Independent Electoral Commission for Iraq, Blackwater Security Operations, Bechtel, Ernst & Young Consultants, Sheraton Meridian Hotels, amongst others. <http://besc.net/clients.htm>

3 - Other interesting information

Non-PSCAI Member: On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has been registered at the Ministry of Interior of Iraq. http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011)

97. BEKHMA'S SPECIAL PROTECTION (BSP)

Information from the official website

No official website available, but information about the Company can be found at http://www.dce.gov.ro/Materiale%20site/Buletine/Anexa_3_BI257.pdf (last visit 16 September 2011)

A) Founded: 2004

B) Headquarters: Erbil, Iraq

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2004

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Security guards, special bodyguards, and security consultants throughout Iraq. The Company provided security guards for most NGOs and international companies in Erbil, Mosul, Basra, and Baghdad. In addition, the Company provides special bodyguards with VIPs devices.

Other interesting information

Non-PSCAI Member: On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has been registered at the Ministry of Interior of the Kurdistan Regional Government. http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011).



98. FALCON GROUP (also known as FALCON IRAQ)



Information from the official website (last visit 16 September 2011)
<http://www.falconiraq.com/>

A) Founded: 2004 <http://www.falconiraq.com/index.php/en/about-us/overview>

B) Headquarters: Baghdad, Iraq

C) Leadership: Gary Cavender, Iraq Country Manager/Director <http://www.falconiraq.com/index.php/en/security/contactus>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2004

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: expertise in weapons, mechanized intervention and covert action, employment of expats of differing capacities, all former military personnel from the coalition countries as well as South Africa and Lebanon.

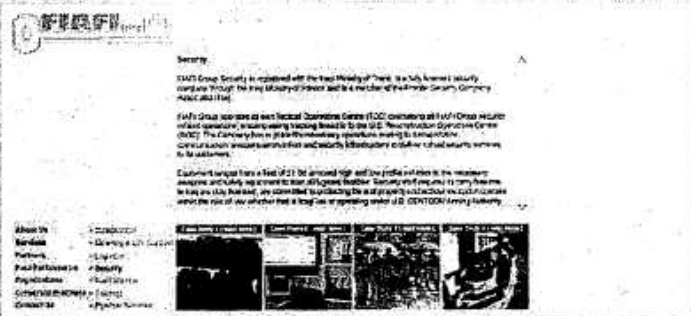
I) Clients:

Washington International Inc., CPA – Coalition Provisional Authority, USACE - U.S. Army Corps of Engineers, Iraq Ministry of Public, CNN News, FOX News, Berring Point, GRD/PCO –Wamar International, U.S. Military, U.S. Marshalls, ASYA Transport International, Hunt Oil, Shell, General Electric, ANHAM, SGI Galli Spa, RAI, amongst others.
<http://www.falconiraq.com/index.php/en/about-us/overview>

Other interesting information

-a) PSCAI member The company claims to have been registered at the Ministries of Interior of Iraq and of the Kurdistan Regional Government. Source: <http://www.psc.ai.org/pscmembers.html> (last visit 16 September 2011)

99. FIAFI GROUP



Security

FIAFI Group Security is established off the Iraqi Ministry of Trade. It is a fully licensed security company through the Iraqi Ministry of Interior and is a member of the Iraqi Security Company (ISC) and the Iraq Security Company (ISC).

FIAFI Group operates as an Iraq Security Company (ISC) providing all FIAFI Group security and escort services, including: static armed guards, convoy escort teams, tracking services and personal security details. The company has a proven track record in providing security services to international organizations, embassies, consulates, and other high-profile clients.

Customer support is available 24/7. For more information, please contact us at info@fiafigroup.com or call us at +964 770 111 111.

Customer support is available 24/7. For more information, please contact us at info@fiafigroup.com or call us at +964 770 111 111.

Information from the official website last visit 16 September 2011
<http://www.fiafigroup.com/serv-sec.html>

A) Founded: 2004 <http://www.fiafigroup.com/about-ceo.html>

B) Headquarters: Baghdad, Iraq (International Zone) <http://www.fiafigroup.com/contact-bag.html>

C) Leadership: Ragdan El-Akabi <http://www.fiafigroup.com/about-ceo.html>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: 400 employees

F) In Iraq since: 2004

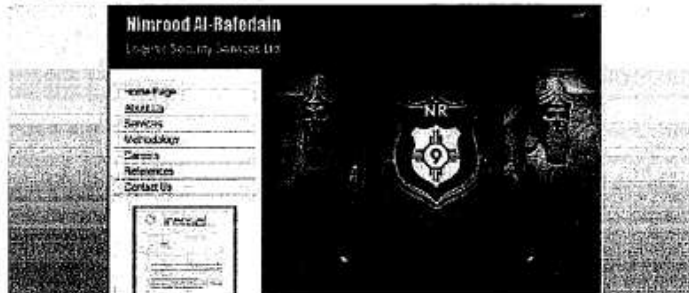
G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Security management, logistic operation, static armed guards, convoy escort teams, tracking services and personal security details. The company states that it is registered at the Ministry of Interior of Iraq. <http://www.fiafigroup.com/serv-sec.html>

Other interesting information

Non-PSCAI Member: On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has been registered at the Ministry of Interior of Iraq. http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011).

100. NIMROOD AL RAFEDAIN



Nimrood Al-Rafedain
 Higher Security Services Ltd

Home Page
 About Us
 Services
 Methodology
 Clients
 References
 Contact Us

NR



Information from the official website (last visit 16 September 2011)
http://www.nimrood.biz/eng_page/About_us.html

A) Founded: 2004 http://www.nimrood.biz/eng_page/About_us.html

B) Headquarters: Iraq (no information available about the actual city in which the company is headquartered). http://www.nimrood.biz/eng_page/Contact.html

C) Leadership: Huner Hassan (General Director) and Sinan Faisal (Operation Manager)

D) Number of employees: The company states it currently employs 1,300 men and women, with the capacity to mobilize over 7,000 personnel, or more, at any time. http://www.nimrood.biz/eng_page/About_us.html

E) Employees in Iraq: Idem. http://www.nimrood.biz/eng_page/About_us.html

F) In Iraq since: 2004

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Personal guarding services, alarms and response services, risk audits and surveys, specialized investigations, VIP protection, and security training, amongst others. http://www.nimrood.biz/eng_page/Services.html

Other interesting information

The company states that it is working in Iraq since 2004, however their license from the Iraqi Ministry of Interior was issued only in 2010 and expired on 26 April 2011.

<http://www.nimrood.biz/image/permission.jpg> (last visit 16 September 2011)

101. PASAWAN (Kurdistan)

Information from the official website

There is no official website in the name of the company.

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: No official information available

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: No official information available

External information

A) Founded: 2004

B) Headquarters: Erbil – Ankawa, Iraq

C) Leadership: Sami Kurachi

D) Number of employees: 2,400 people

E) Employees in Iraq: more than 1,000 people

F) In Iraq since: 2004

G) Last annual revenue: below \$1 million

H) Services: Security and safe operations

<http://www.alibaba.com/member/passawanco.html> (last visit 28 July 2011)

Other interesting information

Non-PSCAI Member: On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has been registered at the Ministry of Interior of Iraq. http://www.pscail.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011).

102. SABRE INTERNATIONAL



Information from the official website (last visit 16 September 2011)

<http://www.securitybysabre.com/index.php>

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: Baghdad International Zone, Iraq, with operational offices over Europe, Africa, U.S. and Asia. <http://www.securitybysabre.com/index.php>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: Number unknown; with presence in Iraq employees are required experience in military, law enforcement or protective services management, and intelligence or information analysis.



F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Support achieving security solutions to meet needs, from risk assessments and staff training to full protective security in high threat environments, and amongst others, threat assessments and site surveys; managing of third country and local national guard forces; guard force training, equipping and deployment; high quality search trained personnel and supervisors; personal protection; high specification fully armoured vehicles both covert and high profile, and certified armed escorts trained to the highest standards.

Other interesting information

a) PSCAI member. Source: <http://www.pscai.org/pscmembers.html> (last visit 16 September 2011)

103. TAJ AL-RAFIDEN

Information from the official website (last visit 16 September 2011)
<http://www.taj-alfaidain.com/>

A) Founded: 2003

B) Headquarters: Basra, Iraq <http://www.taj-alfaidain.com/Contact.aspx>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: 2004

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Provide Security Escort by an independent Security companies according to the Client Requirements. Shipments in Iraq or at Storage Areas on rout to final destination is well protected by highly efficient Security Guards & Security Escort Teams authorized by Ministry on Interior (Local & International Security). Tracking devices can be installed to the shipments according to the client requirements.

I) Clients: Enrins International, UNAOIL, UNACOM, Trident Safety and Security Co, and Wier Oil and Gas, amongst others. <http://www.taj-alfaidain.com/Clients.aspx>

Other interesting information

a) Abduction of 50 employees of the Al-Rafiden security company: "The Ministry of Interior denied its involvement in the abduction of 50 Employees of the Al-Rafiden security company in east Baghdad on 9 March although the operation was carried out by individuals wearing police commando uniforms. The fate of the men remains unresolved." Source: UN Assistance for Iraq (UNAMI), Human Rights Report (1 March - 30 April 2006), page 5: <http://www.unhcr.org/refworld/category/COI/UNAMI/COUNTRYREP/4693430f00.html> (last visit 16 September 2011).

104. 77 GROUP COMPANY (Kurdistan)**Information from the official website**

The official website www.77group.net is not available. From the holding group, only the general construction contracting company has an official web-site (<http://www.77construction.com/>), however this part of the holding does not include security services.

A) Founded: No official information available

B) Headquarters: No official information available

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: No official information available

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: No official information available

External information

A) Founded: The 77-Group company is an Iraqi company which was registered in Erbil in 1994 and formally registered at both the Central Government in Baghdad and the Kurdistan Regional Government in 2001, after the completion of the formal measures and ordinary approvals. <http://www.newiraqnet.net/com/77group/index.html> (last visit 16 September 2011) and <http://invest-kurdistan.wikispaces.com/77+Group+Company> (last visit 28 July 2011)

B) Headquarters: Erbil and Thuraiya, Iraq <http://www.newiraqnet.net/com/77group/index.html> (last visit 16 September 2011)

C) Leadership: Suleyman Ciliv, General Manager <http://www.newiraqnet.net/com/77group/index.html> (last visit 16 September 2011)

E) Employees in Iraq: Between 3,500 to 4,000 employees and between 1,000 and 1,200 persons working with the company without contracts such as company managers, rental companies which provide tent tracks, tenting machinery and other equipment on a daily, monthly or yearly basis.

F) In Iraq since: 1994

G) Last annual revenue: In year 2010, revenue was "... about one billion and a quarter billion of U.S. dollars with the American Army, State Offices and local international companies..." <http://www.newiraqnet.net/com/77group/index.html> (last visit 16 September 2011)

H) Services: Security and private protection: "The field of the 77 group company for security and protection is to secure private protection and in particular and for the group in general due to the deteriorated security situations in Iraq. The company has 15 security squads who are



well-trained, courageous and well-experienced men in the field of security and protection. Each squad is consisted of six persons and they are equipped all the requirements of protection such as various weapons, ammunition and vehicles. They are licensed by the central government and Kurdistan regional government. They escort trucks carrying personnel, staff and from one town to another. <http://www.newiraqnet.net/com/77group/index.html> (last visit 16 September 2011)

Other interesting information

Non-PSCAI Member: On the PSCAI member list this company appears as a non-member, however the company itself states it has requested registration at the Ministry of Interior of the Kurdistan Regional Government. http://www.psc.ai.org/Docs/latested_fulllist_update.pdf (last visit 16 September 2011).

105. SOUTH SERVICES CO. FOR SECURITY & PROTECTION

Information from the official website (last visit 16 September 2011)

<http://www.southgroupco.com>



A) Founded: 2004

B) Headquarters: Basrah Governorate, Iraq <http://www.southgroupco.com/Contract%20us.html>

C) Leadership: No official information available

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No official information available

F) In Iraq since: May 2004

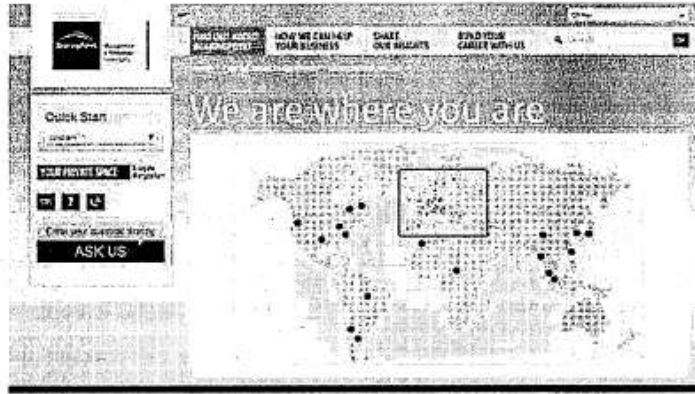
G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Protection of dignitaries and trucks, protection of trucks and cargo crossing the border, and demining (especially since 2006). <http://www.southgroupco.com/Services.html>

I) Clients: amongst others, British Petroleum, Exxon Mobile, Gaz Proom, and Halliburton. <http://www.southgroupco.com/Services.html>

ANNEX C: Extractors, constructors and other organisations hiring PMSCs in Iraq²

106. BEARING POINT



Information from the official website (last visit 19 September 2011)

A) Founded: Unknown

B) Headquarters: Corporate offices in many countries worldwide, with main offices in Europe. <http://www.bearingpointconsulting.com/en-other/7-526/we-are-where-you-are/>

C) Leadership: Following a "Management Buy Out" in August 2009, BearingPoint is operating with a governance model of a partnership: Olivier Chatin, Dolf Smeets, Marcel Nickler, Per Jacobsson, Natalia Krasnoperova, Peter Mockler (Managing Partner), Hans-Werner Wurzel, Eric Falque, and Stefan Spohr. <http://www.bearingpointconsulting.com/en-ie/7-2513/>

D) Number of employees: In Europe alone the firm currently employs 3,200 people, providing services to the commercial, financial and public sector in 14 European countries. <http://www.bearingpointconsulting.com/en-other/7-3410/car-brands-are-still-failing-to-respond-to-sales-enquiries-highlighting-inherent-weaknesses-in-their-ability-to-protect-or-grow-market-share/?p=974>

E) Employees in Iraq: Unknown

F) In Iraq since: Unknown

G) Last annual revenue: Unknown

H) Services: Business Consulting, Management and Technology Consultants. <http://www.bearingpointconsulting.com/en-other/7-1379/we-are-different/>

²This Annex provides some examples of companies and/or non-profit organisations that work in Iraq and hire multinational or Iraqi PMSCs for their own security. Some of these PMSCs, which are often also granted contracts by the military or governmental bodies, have human rights incidents record in Iraq. The information in this Annex aims to help completing the puzzle and to provide a more general perspective of how all these activities and dynamics have impacts on human rights in Iraq, both in respect of the Iraqi civil population and expatriates employee or Iraqi employees working for PMSCs in Iraq. The information in this annex is particularly vulnerable to change and we advice you to regularly check the sources used through the links provided in each document.



External information

HUMAN RIGHT INCIDENTS

Four GardaWorld PMSC employees and one BearingPoint employee kidnapped (and some killed) while protecting BearingPoint personnel in Iraq:

* "...Though insurgencies in Iraq and Afghanistan have spawned a multibillion-dollar private security industry, most of the firms operating in those countries are American or British ... Critics view private security companies as heavily armed modern-day mercenaries with few ethical boundaries ... One KSI contract that GardaWorld assumed was with Bearingpoint, a U.S. firm providing economic reform advice to the Iraqi government. GardaWorld personnel were providing security for a Bearingpoint consultant when they were kidnapped last week..."

Source: The Ottawa Citizen, "How a nice Quebec firm found itself in a war zone", 4 June 2007. <http://www.canada.com/ottawacitizen/news/story.html?id=24511a9c-8dc6-4aae-9eb4-1b5801332ae4&p=1> (last visit 19 September 2011)

* "...Gardaworld security agency - a Canadian-owned firm largely staffed by British former service personnel - has confirmed that four its staff were among those taken ... Gardaworld is one of the biggest suppliers of private security in Iraq, and is thought to have hundreds of staff in the country ... American management consultancy Bearingpoint said it had been told that one of its employees was among those captured... This is thought to be the first time Westerners have been abducted from a government facility..."

Source: BBC News, "Five Britons abducted in Baghdad", 29 May 2007. http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/6700319.stm (last visit 19 September 2011).

* "...Peter Moore - an IT consultant from Lincoln and one of five British men taken hostage in Iraq in May 2007 - has been released alive from captivity. His release came six months after the bodies of security guards Jason Swindlehurst, from Skelmersdale, Lancashire, and Jason Creswell, of Glasgow, were returned to the UK. The body of Alec MacLachlan, of Llanelli, Carmarthenshire, was returned in September. Alan McMenemy, a security guard from Glasgow, who was also taken hostage, is believed to have been killed, according to the British government..."

Source: BBC News, "British hostages in Iraq", 29 July 2009. http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/7821021.stm (last visit 19 September 2011)

107. BECHTEL GROUP

Information from the official website (last visit 19 September 2011)

A) Founded: 1898 <http://www.bechtel.com/history.html>

B) Headquarters: San Francisco, U.S. <http://www.bechtel.com/overview.html>

C) Leadership: Riley Bechtel, Chairman and Chief Executive Officer, and Bill Dudley, President and Chief Operating Officer. <http://www.bechtel.com/leadership.html>

D) Number of employees: 52,700 employees <http://www.bechtel.com/overview.html>

E) Employees in Iraq: 35,000 Iraqi employees (2003-2006) http://www.bechtel.com/images_of_iraq.html

F) In Iraq since: 2003-2006 "Following the 2003 Iraq conflict, Bechtel performed reconstruction work under two contracts with the U.S. Agency for International Development (USAID). The initial contract was for the emergency repair, rehabilitation, and reconstruction of critical elements of Iraq's infrastructure." <http://www.bechtel.com/iraq.html>

G) Last annual revenue: In 2010, the company claimed revenues of \$27.9 billion. <http://www.bechtel.com/overview.html>

H) Services: Construction; development and financing; engineering and technology; procurement; project management; safety; sustainability and environment services; building of airports and seaports; communications networks; defence and aerospace facilities; environmental cleanup projects; fossil and nuclear power plants; mines and smelters; oil and gas field development; pipelines; roads and rail systems; and refineries and petrochemical facilities. <http://www.bechtel.com/services.html>

Other interesting information

a) Olive Group and ArmorGroup links with Bechtel: The company has hired security services from both multinational PMSCs. "Bechtel Corp. of San Francisco has picked two British firms to work with it in Iraq, among the first subcontractors announced for the \$680 million reconstruction job ... Bechtel Corp. of San Francisco has picked two British firms to work with it in Iraq, among the first subcontractors announced for the \$680 million reconstruction job ... Both ArmorGroup and Olive Security will help safeguard Bechtel workers sent to Iraq to rebuild the war-battered country, Bechtel spokesman Michael Kidder said Tuesday."

Source: SFGate, "Bechtel taps for British firms for Iraq work", by David R. Baker, 30 April 2003. http://articles.sfgate.com/2003-04-30/business/17487668_1_reconstruction-contract-bechtel-olive-security (last visit 19 September 2011)

108. FIRST KUWAIT (FIRST KUWAITI TRADING COMPANY/FKTC)



Information from the official website (last visit 19 September 2011)
<http://www.firstkuwaiti.com/>



A) Founded: 1996 <http://www.firstkuwaiti.com/>

B) Headquarters: Kuwait <http://www.firstkuwaiti.com/>

C) Leadership: Mr. Mohammed Marafi, Chairman, and Mr. Wadih Al Absi, General Manager. <http://www.firstkuwaiti.com/>

D) Number of employees: No official information available

E) Employees in Iraq: No information available

F) In Iraq since: No official information available. The company states that it has several projects in Iraq, including a project for the U.S. Embassy in Iraq. (<http://www.firstkuwaiti.com/>)

G) Last annual revenue: No official information available

H) Services: Although no list of services is available on the website, the names of the company's departments give an indication of the types services provided : General Construction Department; Marine & Deep Foundations Department, Infrastructure & Roads Department, Electromechanical Department, Services Provision Department. <http://www.firstkuwaiti.com/>

H) Clients: Among others the U.S. Army, U.S. Government Air Force for Environmental Excellence, U.S. Government/Department of State, Halliburton (Kellogg Brown and Root/KBR), Bechtel, and the U.S. Army Corps of Engineers. <http://www.firstkuwaiti.com/>

External information

HUMAN RIGHTS INCIDENTS

* Alleged labour abuses and labour trafficking by the Company in Iraq:

- "... Dozens of migrant workers from Nepal and the Philippines have previously accused First Kuwaiti of pressuring them to work in Iraq under US military contracts against their wishes. Late last year several Americans also claimed they boarded separate chartered jets in Kuwait loaded with work crews holding boarding passes to Dubai, but the planes then flew directly to Baghdad ..."

<http://www.shunpike.com/ol0405/0405-WD-DP-howusemb.htm> (last visit 19 September 2011)

- "Scrutiny of First Kuwaiti's alleged labour abuses began in 2005, with reports that the company engaged in human trafficking. Workers from the Philippines, India, Nepal and elsewhere claimed the company lured them with the promise of well-paying jobs in Dubai and Kuwait, but instead flew them to Baghdad and confiscated their passports. Once there, they were reportedly subjected to deplorable living and working conditions, grossly underpaid and barely provided any health-care. Some claimed they were beaten by First Kuwaiti officials. And a number have filed kidnapping charges against the company." http://www.nationalcorruptionindex.org/pages/profile.php?profile_id=521 (last visit 19 September 2011)

- "Workers accuse the Kuwait contractor building the US embassy in Baghdad of labour trafficking and smuggling low-paid South Asians into Iraq. Still, the US State Department casts a blind eye on the complaints as it rushes to complete its most ambitious embassy project ever." <http://www.corpwatch.org/article.php?id=14181> (last visit 19 September 2011)

- "Federal prosecutors are investigating the Kuwaiti company building the U.S. Embassy in Baghdad [First Kuwaiti General Trading & Contracting], probing allegations that foreign employees were brought to work on the massive project against their will and prevented from leaving the country. ..." *The Wall Street Journal*, "U.S. Investigates Firm Building Embassy in Iraq, Former Employees Allege Abusive Labour Practices; Company Denies Claims", by Yochi J. Dreazen, 7 June 2007. http://online.wsj.com/article/SB118118318284127413.html?mod=hps_us_pageone (last visit 19 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

C) Leadership: The company was founded by Wadih al-Absi and Mohammed Maaraf.

http://en.wikipedia.org/wiki/First_Kuwaiti_Trading_%26_Contracting (last visit 19 September 2011)

F) In Iraq since: At least since 2005. "In July 2005, First Kuwaiti was given the contract to build the new U.S. embassy in Baghdad, despite lacking experience in embassy construction and entering a bid that was \$60 million higher than the lowest bidder, the amount of the contract was \$592-million." http://www.nationalcorruptionindex.org/pages/profile.php?profile_id=521 (last visit 19 September 2011)

Other interesting information

* "First Kuwaiti Trading & Contracting, also known as *First Kuwaiti Trading Company* and FKTC, is a construction company that was contracted to build the Embassy of the United States in Baghdad in 2004. It was founded in 1996 by Wadiah al-Absi and Mohammed Maaraf and has been used by the United States for over two hundred projects in Kuwait and Iraq. The company has received substantial criticism, both for the physical quality of their work, and for allegations of labor abuse which came to light in testimony given by former First Kuwaiti employees to an Oversight Committee of the United States Congress; one former employee claimed that First Kuwaiti had promised these laborers from, among many countries, India, the Philippines, West Africa and China jobs in Dubai and Kuwait at wages as much as four times their current salary only to be flown into Iraq and forced into work there. In addition, some laborers were charged arbitrary fees (ranging from \$1000 to \$1800) just for the opportunity to work elsewhere, to also be flown into Iraq and have their passports collected. Several months before that hearing, the nongovernmental research group CorpWatch had reported, based on interviews with former officers and employees of First Kuwaiti, that the company was deceiving workers, confiscating their passports, and mistreating them on the job.[3] Furthermore, it was discovered that not only are the workers being forced to endure this treatment, their living environment, nutrition, and health care system are of extremely poor quality."

Source: Wikipedia and CorpWatch: http://en.wikipedia.org/wiki/First_Kuwaiti_Trading_%26_Contracting (last visit 19 September 2011)

* Some abuses and how the Baghdad Embassy was built: <http://www.shunpiking.com/o/0405/0405-WD-DP-howusemb.htm> (last visit 19 September 2011)

109. FLUOR

Information from the official website (last visit 19 September 2011)

A) Founded: 1912 http://www.fluor.com/about_fluor/Pages/default.aspx

B) Headquarters: Irving, Texas, U.S. http://www.fluor.com/about_fluor/locations/Pages/default.aspx

C) Leadership: David T. Seaton, CEO http://www.fluor.com/about_fluor/leadership/Pages/default.aspx



D) Number of employees: 42,000 employees http://www.fluor.com/SiteCollectionDocuments/Corporate_Profile_English.pdf

E) Employees in Iraq: Unknown

F) In Iraq since: 2003 *"The task order was issued under terms of an indefinite delivery/indefinite quantity (IDIQ) contract awarded to Fluor in April 2003 in anticipation of potential contingency design and construction requirements in U.S. Central Command's area of operations."* <http://investor.fluor.com/phoenix.zhtml?c=124955&q=irol-newsArticle&D=455291&highlight=>

G) Last annual revenue: Revenue was \$22 billion in 2009. http://media.corporate-ir.net/media_files/irol/12/124955/annualreport.pdf

H) Services: The Company designs, builds and maintains many of the world's most challenging and complex projects. The company provides comprehensive capabilities and world-class expertise in the fields of engineering, procurement, construction, commissioning, operations, maintenance and project management. http://www.fluor.com/SiteCollectionDocuments/fluor_mediafactsheet.pdf

Other interesting information

a) In 2010 this company was ranked on Ethisphere's *"World's Most Ethical Companies"* list. For more information about this list and the methodology used, see: <http://ethisphere.com/wme2010/> (last visit 19 September 2011).

b) Contractors, PMSCs and their "overall mission" in Iraq: *"Recent media reports have characterized some private security providers as mercenaries. Nothing could be further from the truth. Certainly there have been negative incidents, but overall the effort to rebuild Iraq could not be accomplished without the private security effort. Even the head of the CPA, when on the move has been secured by private security; that is also the case for the new ambassador and for officials at other governmental agencies when they cannot justify a request for military protection that takes troops away from the counterinsurgency. Most of the expatriates involved in private security are highly professional, and many see their work in Iraq as a patriotic effort to support the coalition's efforts to rebuild Iraq. Certainly, they make money—good money—but they are also putting their lives on the line and working 20-hour days, and their contribution has been invaluable to the success of the overall mission. . ."* Source: Security Management, "What Are Security's Lessons in Iraq?"; by Tom Flores (Fluor Corporation's senior director of corporate security) and Jim Earl (Fluor's Iraq security manager). <http://www.securitymanagement.com/article/what-are-securitys-lessons-iraq> (last visit 19 September 2011)

110. HALLIBURTON

The screenshot shows the Halliburton corporate website. At the top is the Halliburton logo and a search bar. Below the logo is a horizontal navigation menu with links for Home, Products & Services, Facts & Resources, Investors, News & Media, Events, Careers, About Us, Contact Us, and Log Store. The main content area features a 'Products & Services' section with a large image of an industrial site. Below this image is a grid of three columns: 'By Challenge', 'By Capacity', and 'By Brand'. Each column lists various service categories.

By Challenge	By Capacity	By Brand
Custom Contracts & Options	Contractors	Energy
Design-Build	Construction	Process & Control
Global Operations	Operations	Contract
Process Design	Process Control	Automation
Plant Expansion / Refurbishment	Plant Start	Services
Process Optimization / Performance	Plant Shutdown	Special Services
Plant Reliability	Plant Start-Up	Operations

Information from the official website (last visit 19 September 2011)

A) Founded: 1919 <http://www.halliburton.com/AboutUs/default.aspx?navid=970&pageid=2312>

B) Headquarters: Houston, Texas, U.S., and Dubai, UAE. http://www.halliburton.com/public/news/pubsdata/press_release/2007/corpnws_031107.html

C) Leadership: Alan M. Bennet, President and Chief Executive. <http://www.halliburton.com/AboutUs/default.aspx?navid=974&pageid=2287>

D) Number of employees: 60,000 employees. <http://www.halliburton.com/AboutUs/default.aspx?navid=981&pageid=2279>

E) Employees in Iraq: Unknown. The only information provided is that it has 4,000 employees working in Middle East. http://www.halliburton.com/public/news/pubsdata/press_release/2010/corpnws_08182010.html

F) Since when are they in Iraq: Unknown

G) Last Annual Revenue: "Halliburton consists of two divisions: Drilling and Evaluation and Completion and Production. As of December 31, 2010, these two divisions accounted for approximately 18.0 billion dollars in Revenue." <http://www.halliburton.com/AboutUs/default.aspx?pageid=2458&navid=966>

H) Services: The Corporation serves the upstream oil and gas industry throughout the life cycle of the reservoir – from locating hydrocarbons and managing geological data, to drilling and formation evaluation, well construction and completion, and optimizing production through the life of the field. <http://www.halliburton.com/ps/>

External information**HUMAN RIGHTS INCIDENTS**

a) Halliburton subsidiary Kellogg, Brown and Root employees kidnapped and missing: "...Four bodies have been found in Iraq, the remains of three private contractors and a soldier missing since an assault on their convoy outside Baghdad ... State Department official on Tuesday confirmed the discovery of the bodies, but the private contractor Halliburton said it did not know whether the dead were its missing employees ... Two U.S. soldiers and seven employees of Halliburton subsidiary Kellogg, Brown and Root have been missing since their convoy was attacked Friday on the main highway west of Baghdad, between the district of Abu Ghraib and the central city of Fallujah". Source: CBS. <http://www.cbsnews.com/stories/2004/04/14/iraq/main611716.shtml> (last visit 19 September 2011)

b) Three deaths, Halliburton employees: "... Ambush against a Halliburton convoy in Iraq that resulted in the deaths of three truckers who worked for the company's KBR subsidiary ... Three KBR truck drivers were killed that day. They are Keven Dagit, 42 (in truck 3), of Jefferson, Iowa; Christopher Lem, 40, (in truck 1) of Lyndon Station, Wisconsin; and Sascha Grenner-Case (in truck 4) of Sierra Vista, Arizona. Wheeler, who lives in Arkansas, was shot and barely survived. Two other drivers, including Terry Steward (in truck 2) of Idaho, were also injured ...". Source: HalliburtonWatch, "Halliburton ambush in Iraq caught on video", 21 September 2006, <http://www.halliburtonwatch.org/news/ambush.html> - this link includes a video of the ambush. (last visit 19 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

- **Since where are they in Iraq:** 2003. Source: BBC, "Halliburton's Iraq role expands", 7 May 2003. news.bbc.co.uk/2/hi/business/3006149.stm (last visit 19 September 2011)



Other interesting information

- **Wikileaks:** cable 10BASRAH1. **Source:** The Guardian / Wikileaks, "Halliburton boss complains of outrageous cost of security firms in Iraq", 21 December 2010. <http://www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/245068> (last visit 1 June 2011)

- **PMSC Contracts:** Halliburton hired EODT for security purposes (Clients served by EODT). <http://www.eodt.com/Experience/> (last visit 1 June 2011)

- Connections between contractors, war, and PMSCs' needs and politics:

a) "...Nigerian authorities plan to charge ex-US vice president Dick Cheney in connection with a bribery scandal allegedly involving energy firm Halliburton ... A prosecutor on the case said Cheney would be charged jointly along with the former and current leadership of Halliburton and others ...", source: Agence France Press, "Nigeria 'To Charge Dick Cheney' over Halliburton, KBR Bribery Case", by MJ Smith, 2 December 2010. <http://www.commondreams.org/headline/2010/12/02-4> (last visit 21 June 2011)

b) "Year 1992, Halliburton subsidiary Brown & Root is paid \$9 million by the Pentagon (under Cheney's direction as Secretary of Defense) to produce a classified report detailing how private companies (like itself) could provide logistical support for American troops in potential war zones around the world. Shortly after this report, the Pentagon awards Brown & Root a five-year contract to provide logistics for the U.S. Army Corp of Engineers ... Year 1995, Without any previous business experience, Cheney leaves the Department of Defense to become the CEO of Halliburton Co., one of the biggest oil-services companies in the world. He will be chairman of the company from 1996 to October 1998 and from February to August 2000. Under Cheney's leadership, Halliburton moves up from 73rd to 18th on the Pentagon's list of top contractors. ... Year 1997, Cheney contributes to the creation of an influential right-wing policy group called the Project for the New American Century (PNAC). The group advocates for the removal of Saddam Hussein's Iraqi regime as early as January 1998, and is later revealed to be the intellectual center of the drive to war in Iraq... Year 2000, August: Cheney leaves his position as Halliburton's CEO to run as Bush's Vice President. Halliburton announces that it is giving Cheney a retirement package worth more than \$33.7 million ...". Source: Halliburton Watch, "Cheney/Halliburton Chronology". http://www.halliburtonwatch.org/about_hal/chronology.html (last visit 19 September 2011)

111. LOUIS BERGER GROUP

Information from the official website (last visit 19 September 2011):
<http://www.louisberger.com/Who-We-Are>

A) Founded: 1953 <http://www.louisberger.com/Who-We-Are/About-Us>

B) Headquarters: Morristown, New Jersey, U.S. <http://www.louisberger.com/Who-We-Are/About-Us>

C) Leadership: Fredric S. Berger, Chairman, and Larry D. Walker, President. <http://www.louisberger.com/Who-We-Are/Leadership>

D) Number of employees: 5,000 employees. <http://www.louisberger.com/Who-We-Are>

E) Employees in Iraq: 160 employees http://www.bergercummins.com/exp_oif-overview.php

F) In Iraq since: 2007 http://www.bergercummins.com/exp_oif-overview.php

G) Last annual revenue: \$694 million (2009) <http://www.louisberger.com/Who-We-Are/About-Us>

H) Services: architecture; construction management; engineering; operations and maintenance; disaster and emergency management; post-conflict development; sustainability; management advisory services; cultural resource management; economic and financial services; natural resource management; planning; program management; and training.

"The Louis Berger Group is a leader in working with, and in, post-conflict environments, post-disaster environments, and areas of insurgency. For more than 20 years LBG has undertaken infrastructure and capacity building projects that address the sources and consequences of political and economic fragility. They have developed the specialized knowledge and experience to effectively implement complex, multidisciplinary, and multi-year activities, focused on rapid mobilization and responses tailored to local contexts." <http://www.louisberger.com/What-We-Do>

"... Berger/Cummins provides contingency power to some of the largest U.S. military bases in Iraq, including Victory Base Complex East, serving as home to the U.S. Military and Multi-National Forces-Iraq Headquarters, Victory Base Complex West, Forward Operating Base (FOB) Falcon and Al Asad Air Base ..." http://www.bergercummins.com/exp_oif-overview.php

I) Clients: Amongst others, the U.S. Army Corps of Engineers (USACE). http://www.bergercummins.com/exp_oif-overview.php

Other interesting information

a) This corporation was accused of defrauding the U.S. government on construction contracts in Iraq in November 2010.

Source: "... A whistleblower lawsuit was the basis for the federal government's fraud case against the Louis Berger Group that settled today for \$69.3 million – the largest recovery in a case involving war-zone contractors in Afghanistan and Iraq ..." PRNewswire, "Whistleblower Exposed Fraud By the Louis Berger Group: \$69.3 Million Settlement Sets Record for Afghanistan and Iraq Contractor Fraud Case", 5 November 2010. <http://www.prnewswire.com/news-releases/whistleblower-exposed-fraud-by-the-louis-berger-group-693-million-settlement-sets-record-for-afghanistan-and-iraq-contractor-fraud-case-106781843.html> (last visit 19 September 2011)

b) PMSC contracts: The Company hired EODT and Sallyport Global Holding. See (<http://www.eodt.com/Experience/> and <http://sallyportglobal.com/about-sallyport/our-clients.php>) (last visit 19 September 2011), as well as Annex A.)



112. PARSONS CORPORATION



Information from the official website (last visit 19 September 2011)
<http://www.parsons.com/pages/default.aspx>

A) Founded: 1944 <http://www.parsons.com/about-parsons/Pages/faqs.aspx>

B) Headquarters: Pasadena, California, U.S. <http://www.parsons.com/about-parsons/Pages/faqs.aspx>

C) Leadership: Charles L. Harrington, Chairman and Chief Executive Officer
<http://www.parsons.com/about-parsons/Pages/corporate-officers.aspx>

D) Number of employees: 10,500 employees <http://www.parsons.com/about-parsons/Pages/faqs.aspx>

E) Employees in Iraq: Unknown

F) In Iraq since: At least since 2004. "... *Work will start soon on a \$28.3 million project to renovate the Taji Military Base and Iraqi Armed Forces recruiting stations ...*" <http://www.parsons.com/Media%20Library/04-0129-CPA-Iraq-Press-Release.pdf>

G) Last annual revenue: \$2.7 billion (2010)
<http://www.parsons.com/about-parsons/Pages/default.aspx>

H) Services: Asset Management; Commissioning, Qualifications, Validation; Condition Assessment; Construction, Data Management; Design; Development & Fabrication; Disaster Response; Intelligence/Security; Operations & Maintenance; Planning; Program/Construction Management. <http://www.parsons.com/services/Pages/default.aspx>


Other interesting information

- This company is ranked on Ethisphere's "World's Most Ethical Companies" list. For more information on this list and the methodology used, see: <http://ethisphere.com/wme2010/> (last visit 1 June 2011)

- **Services and flaws in Iraq:** "... *In a House hearing on what has gone wrong with reconstruction contracts in Iraq, Parsons Corp. quickly became the focus, taking bipartisan heat for its record of falling short on critical projects. The Pasadena, Calif., firm was supposed to*

build facilities at the heart of the \$21 billion U.S.-led reconstruction program, including fire stations, border forts and health-care centers. But inspectors have found a litany of flaws in the firm's work ... "Source: Washington Post, "Iraq Contractor's Work Is Further Criticized," by Griff Witte, 20 September 2006. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/09/28/AR2006092801048.html> (last visit 19 September 2011)

113. PERINI CORP



Corporate Profile

Tutor Perini Corporation

Tutor Perini Corporation (the "Company") is a leading civil and building construction company offering design-build general contracting and design-build services to private and public agencies throughout the world. You have provided construction services since 1894 and have established a strong reputation within our markets by executing large complex projects on time and within budget while adhering to strict quality control measures.

We offer general contracting, pre construction planning and comprehensive project management services, including the planning and scheduling of the manpower, equipment, materials and subcontractors required for a project. We also offer self-performed construction services including excavation, concrete forming and placement, steel erection, electrical and mechanical services, plumbing and HVAC. We are known for our high complex building project commitments, as well as our capacity to perform large and complex transportation and heavy civil construction for government agencies and private clients throughout the world.

First Quarter Results

Revenues from construction operations were \$615.3 million for the first quarter of 2011, as compared to \$605.1 million for the first quarter of 2010. Total income was \$9.3 million for the first quarter of 2011, as compared to \$2.9 million for the first quarter of 2010. Earnings per common share were \$0.14 for the first quarter of 2011, as compared to \$0.42 for the first quarter of 2010.

*The decrease in the operating results for the first quarter of 2010 primarily reflects the substantial completion of large construction projects under the Southern Regional Air Operations in the region of

Information from the official website (last visit 19 September 2011)
<http://www.perini.com/corpindex.html>

A) Founded: 1894 <http://www.perini.com/corpindex.html>

B) Headquarters: Sylmar, California, U.S. <http://www.perini.com/faq.html>

C) Leadership: Ronald N. Tutor, Chairman and Chief Executive Officer, and Robert Band, President <http://phx.corporate-ir.net/phoenix.zhtml?c=106886&p=irol-govManage>

D) Number of employees: 12,000 skilled craftsmen <http://www.perini.com/faq.html>

E) Employees in Iraq: Unknown

F) In Iraq since: 2004 "Perini was selected in March 2004 by the Department of Defense for a design-build construction capacity contract to provide Electrical Transmission, Distribution, Communications and Controls in the Southern Region of Iraq." http://www.perini.com/pms/federal_defense_body.htm

G) Last annual revenue: "Revenues from construction operations were \$615.3 million for the first quarter of 2011." <http://www.perini.com/corpindex.html>

H) Services: Planning and scheduling the manpower, equipment, materials and subcontractors required for the timely completion of a construction project. <http://www.perini.com/faq.html>

Other interesting information

- Political connections and conflict of interest. "Perini (controlled by financier Richard Blum) is one of the more controversial companies to have scored big-time Iraq war money."

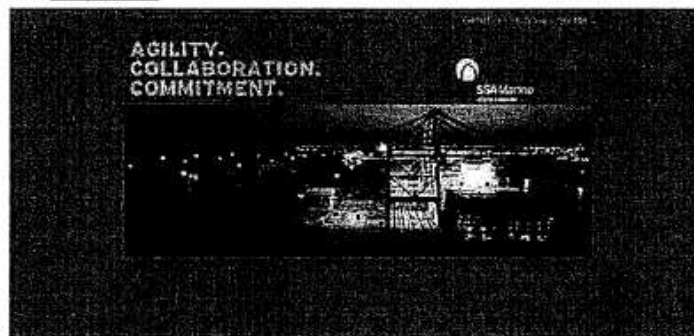


That's because Blum's wife, Senator Dianne Feinstein, appears to have used her seat on the Military Construction Appropriations subcommittee to steer the \$650 million environmental cleanup deal in his favor. This has led to outrage and cries for conflict of interest investigations among those in the media, as well as Feinstein's peers in Congress. Feinstein has also neglected to comment on this potential conflict of interest. This has led to what *Metroactive.com* calls an "omission [that] has called her ethical standards into question." **Source:** The Young Turks, "Does the exploitation of Iraq effect America's psyche?", 21 July 2009. <http://www.theyoungturks.com/story/2009/7/21/234941/369/Diary/Does-The-Exploitation-Of-Iraq-Effect-America-s-Psyche-> (last visit 19 September 2011)

- **Alleged security fraud** (law suit in the U.S.); "...United States District Court District of Massachusetts WILLIAM P. ISHAM, IRON WORKERS DISTRICT COUNCIL, SOUTHERN OHIO & VICINITY PENSION TRUST and OPERATING ENGINEERS CONSTRUCTION INDUSTRY AND MISCELLANEOUS PENSION FUND, Plaintiffs, v. PERINI CORP., RONALD N. TUTOR, ROBERT BAND, MICHAEL E. CISKEY and KENNETH R. BURK, Defendants. MEMORANDUM & ORDER GORTON, J. This putative class action by the plaintiff shareholders alleges securities fraud by the corporate defendant and several of its officers. Plaintiffs assert claims for violation of Section 10(b) of the Securities Exchange Act of 1934 ..." **Source:** Class Action World. <http://classactionworld.com/Perini+Corp.+Class+Action+Litigation/filed/22585.html> (last visit 19 September 2011)

- **Perini and Safenet Security** (See Annex A, Safenet Security):

114. SSA MARINE



Information from the official website (last visit 19 September 2011)
<http://www.ssamarine.com/index.html>

A) Founded: In 1949, Fred R. Smith formed Bellingham Stevedoring Company, the beginning of the cargo handling operations, which would later on become SSA Marine. <http://www.ssamarine.com/company/overview.html>

B) Headquarters: Seattle, Washington, U.S. <http://www.ssamarine.com/company/executives.html>

C) Leadership: Jon Hemingway, Chief Executive Officer <http://www.ssamarine.com/company/executives.html>

D) Number of employees: 10,000 employees worldwide in 2004 <http://www.ssamarine.com/news/pr/102203.html>

E) Employees in Iraq: In 2004 SSA Marine had at least a staff of 12 management person-

nel in charge of operations at the Port of Umm Qasr. <http://www.ssamarine.com/news/pr/102203.html>

F) In Iraq since: 2003 <http://www.ssamarine.com/news/pr/112003.html>


G) Last annual revenue: Unknown

H) Services: Terminal management, stevedoring, rail yard operations, project development management, technology system design, installation and training, equipment procurement, marketing support, trucking, warehousing, off-dock yard operations, and feasibility studies. <http://www.ssamarine.com/services/index.html>

Other interesting information

a) SSA Marine and Olive security (See Annex A, Olive Group): *"SSA Marine awarded a sub-contract for security at the port of Umm Qasr in Iraq to Olive Security, a United Kingdom-based company. The USAID-approved sub-contract of six months commenced on October 15 with the arrival of a team of 40 veterans from the Brigade of Gurkhas at the facility..."* **Source:** Asia Times, "Corporate Mercenaries, Part 1: profit comes with a price", by David Isenberg, 2004. http://atimes.com/atimes/Middle_East/FE19Ak01.html (last visit 19 September 2011)

115. RESEARCH TRIANGLE INSTITUTE INTERNATIONAL



Information from the official website (last visit 19 September 2011).
<http://www.rti.org/>

A) Founded: 1958 http://www.rti.org/50years/page.cfm/Our_Story

B) Headquarters: North Carolina, U.S. <http://www.rti.org/page.cfm/History>

C) Leadership: Victoria Franchetti Haynes, President and CEO http://www.rti.org/page.cfm/Senior_Management_150

D) Number of employees: 2,800 employees <http://www.rti.org/page.cfm/I-History>

E) Employees in Iraq: Unknown

F) In Iraq since: 2003 *"Since April 2003, RTI International's Local Governance Project has supported efforts to strengthen government in Iraq at the local, municipal, and provincial levels, working under contract with the U.S. Agency for International Development (USAID)."* <http://www.rti.org/page.cfm/objectid=91AD4FD9-F623-4C93-BCCF98BA9F7C82F5>



G) Last annual revenue: Unknown (It supposed to be a non-profit organization)

H) Services: RTI International is an independent, non-profit organization with staff pursuing comprehensive, multidisciplinary research activities in the following areas: Health Research, Drug Discovery and Development, Education and Training Research, Survey Research and Services, Statistics Research, International Development, Economic and Social Research, Advanced Technology, Energy Research, Environmental Research, and Laboratory and Chemistry Services. http://www.rti.org/page.cfm/Expertise_777

External information

-Civilians allegedly been shot (Unity Resource Group guards working for RTI International in Iraq): On 9 October 2007, Unity Resource Group guards working for RTI International in Iraq allegedly shot and killed two Iraqi women, Marany Awareness and Genevia Jala Antranick, in Baghdad. The shooter opened fire on their vehicle at the al-Masbah intersection in the al-Karrada district and then drove away from the scene. The father of Genevia Jala, Mr. Jalal Askander, made a claim before Court (Superior Court of Washington DC) against RTI International and URG.

Sources:

* *Human Rights Report (1 July – 31 December 2007)*, UN Assistance Mission for Iraq (UNAMI), number 27. <http://www.ohchr.org/Documents/Press/UNAMILJuly-December2007EN.pdf> (last visit 19 September 2011)

* "...Relatives also called for justice on Wednesday, though security contractors are immune from prosecution under Iraqi law. ...The guards in the shooting worked for Unity Resources Group, an Australian-run security company registered in Singapore and with headquarters in Dubai. The people they were to protect worked under contract for the United States Agency for International Development. ...New York Times, "2 killed in shooting mourned far beyond Iraq," by Andrew E. Kramer, 11 October 2007. http://www.nytimes.com/2007/10/11/world/middleeast/11iraq.html?_r=2 (last visit 19 September 2011)

* Courthouse News Service, "Another Death Claim Against Mercenaries," by Ryan Abbott, 9 September 2010. <http://www.courthousenews.com/2010/09/09/30200.htm> (last visit 19 September 2011)

* "Civil Action demand for Jury Trial n° 0006365-10." <http://www.courthousenews.com/2010/09/09/IraqShoot.pdf> (last visit 19 September 2011)

Other interesting information

a) RTI has employed TOR International, a British PMSC, to provide security for its staff working in conflict areas (see Annex A):

Source: *SourceWatch http://www.sourcewatch.org/index.php?title=RTI_International (last visit 19 September 2011)

116. URS CORP

The screenshot shows the URS Corporation website. At the top, there is a navigation bar with the URS logo and menu items: HOME, ABOUT URS, SERVICES, PROJECTS, WORKING WITH URS, CONTACT US, and PRESS. Below the navigation bar is a large image of an industrial or construction site. To the left of the image is a sidebar with 'ABOUT URS' and 'SERVICES' sections. The main content area contains text about URS Corporation's capabilities in engineering, construction, and technical services.

Information from the official website (last visit 19 September 2011)
http://www.urscorp.com/About_URS/index.php

A) Founded: 1904 http://www.urscorp.com/About_URS/index.php

B) Headquarters: San Francisco, California, U.S. http://www.urscorp.com/About_URS/index.php

C) Leadership: Martin M. Koffel, Chairman and Chief Executive Officer http://www.urscorp.com/images/infoPanels/3/filebank/2009_URS_AR.pdf

D) Number of employees: 46,000 employees http://www.urscorp.com/About_URS/index.php

E) Employees in Iraq: Unknown

F) In Iraq since: Unknown. It is stated "... URS provided engineering, procurement, and construction services to refurbish various high voltage transmission lines and substations throughout Iraq, under a contract with the U.S. Government's Iraq Project Contracting Office ..." <http://www.urscorp.com/Projects/projView.php?s=924&sec=11&pn=2>

G) Last annual revenue: \$9.18 billion (2010) http://www.urscorp.com/About_URS/index.php

H) Services: Military training. "Provider of engineering, construction and technical services for public agencies and private sector companies. Program management; planning, design and engineering; systems engineering and technical assistance; construction management; operations and maintenance; decommissioning and closure services." Their main markets are concerned with power, infrastructure, industrial, commercial; and federal projects. <http://www.urscorp.com/index.php> and <http://www.urscorp.com/Markets/index.php?s=32>

External information

- A URS employee accident in Iraq: The victim's lawyers "...scored a million-dollar settlement in November for a Nepalese subcontractor who was killed while working in Iraq. It was the latest victory in the firm's campaign to enforce World War II-era legislation on behalf of foreign laborers working on U.S. bases in Iraq and Afghanistan ... In June, they recovered benefits for Buddhi Kumar Sunuwar, who was working as a subcontractor for URS Corp. when he lost his foot in a forklift accident ..." Source: *The National Law Journal*, "Justice for contract workers in America's wars", by Jeff Jeffrey, 3 January 2011. <http://www.law.com/jsp/nlj/PubArticleNLJ.jsp?id=1202476608072&src=EMC-Email&et=editorial&bu=National%20Law%20Journal&pt=NLJ.com%20-Legal%20Times%20Afternoon%20Update&cn=20110103lt&kw=Pro%20Bono%20Awards%3A%20Justice%20for%20Contract%20Workers%20in%20America's%20Wars&slreturn=1&hblogin=1> (last visit 19 September 2011)



ANNEX D: Boxes/ Legal Cases³

A) CASES BEFORE IRAQI COURTS

BOX. LEGAL CASE "FITZSIMONS"

A) Fact description: On 9 August 2009 Daniel Fitzsimons, a former paratrooper from Middleton working for British Armor Group, shot to death Paul McGuigan and Darren Hoare and injured Arkan Mahdi Saleh.

B) Date: 9 August 2009

C) Location: Baghdad's Green Zone, Iraq

D) Court: Iraqi Court, Al-Karkh (criminal court, west Baghdad, Iraq)

E) Legal action class (criminal/civil): Criminal Action

F) Plaintiffs: Paul McGuigan, Darren Hoare, Arkan Mahdi Saleh

G) Defendants: Daniel Fitzsimons

H) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

"Danny Fitzsimons, the court has found established evidence that you killed the two slain men and attempted to kill the third. So the court issues its sentence according to the Iraqi criminal code and sentences you to 20 years in prison," the Iraqi judge said (sources mentioned below)

I) Current Status of proceedings: The verdict was held on 28 February 2011. Allegedly appeals were presented in the 30 days term after the verdict.

J) Decision: Life sentence (equivalent to 20 year-term, according to his lawyer Mr. Tariq Harb and the Judge).

³ This list of cases aims to provide the reader with systematised information and legal documents filed before courts, focussing on selected human rights abuses and civil or criminal complaints filed before court. Seventeen court cases have been synthetically analyzed and, where convenient, consolidated: two of them are criminal, while fifteen are civil (the only criminal case that has ended with conviction is the "Fitzsimons case" brought and decided before the Iraqi courts, the other criminal case is still pending before the U.S. courts). From the rest of the 15 described civil cases, all of which have been filed before U.S. Courts, three cases have been settled, while five have been dismissed and seven are still pending. The complaints, indictments, intermediate and final court decisions can be consulted directly through the links provided in each section of the "Legal cases before courts box". Five of these cases refer to the years 2003/2004, two of them to the year 2005, two of them to the year 2006, six of them to the year 2007, one to the year 2008 and, finally, one to the year 2009. At the time of writing, the research team had not found information or documentation on legal action that was presented before courts related to all PMCSs that have allegedly been involved in human rights abuses listed, and therefore listed in the Annexes A, B and C, (including CSS Alliance, Custer Battles, Dyncorp International, Sytex Group, Triple Canopy (2 human rights incidents), U.S. Investigation Services, Blackwater (some 11 human right incidents), Aegis, nor about the Iraqi PMCSs (except for the Fitzsimons case, listed below). This does not mean, however, that no cases have been or will be filed against these companies before courts.

K) Appeal Decision/Other Decisions: At the time of writing, the case of Daniel Fitzsimons is still not available on the website of the Iraqi Appeal Court and

there is no date for resume and /or Appeal decision. (*"Fitzsimons plans to appeal the length of his sentence but the prosecution is also likely to appeal to have the sentence increased to the death penalty. . ."*)(<http://www.iraqja.iq>, last visit 27 July 2011),

L) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): No information available

COMPLEMENTARY INFORMATION

Sources:

The Guardian: <http://www.guardian.co.uk/world/2011/feb/28/danny-fitzsimons-jailed-iraq-murders> (last visit 27 September 2011);

BBC: <http://www.bbc.co.uk/news/uk-england-manchester-12594245> (last visit 27 September 2011);

News.com: <http://www.news.com.au/world/british-security-guard-gets-life-in-iraq/story-e6frfkyi-1226013793832> (last visit 27 September 2011);

SkyNews:<http://news.sky.com/skynews/Home/World-News/Iraq-Murder-Trial-British-Contractor-Danny-Fitzsimons-Jailed-For-Life-For-Killing-Colleagues/Article/201102415942288> (last visit 27 September 2011);

Gorillas Guide's: <http://gorillasguides.com/author/omar-khdhayyir/page/2/> (last visit 27 September 2011);

Aljazeera: <http://english.aljazeera.net/news/middleeast/2011/02/201122894429452490.html> (last visit 27 September 2011).

M) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: —

N) Others: see annex A on PMSCs headquartered in the U.K., ArmorGroup.



B) CASES BEFORE U.S. COURTS

ABU GHRAIB CASES

BOX. LEGAL CASE "SALEH V. TITAN CORPORATION"

A) Fact description: In 2003 the defendants were contracted by the U.S. Department of Defence to provide interrogation and intelligence services. Instead of providing interrogation and intelligence services in a lawful manner the defendants allegedly tortured, raped, and executed the plaintiffs.

B) Date: 2003 - 2004

C) Location: Abu Ghraib Prison, Baghdad, Iraq

D) Court: U.S. District Court for the Southern District of California (First Class Action Complaint); transferred to the Eastern District of Virginia (March 2005); District of Columbia (10 June 10 2005); Currently before U.S. Supreme Court.

E) Legal action class (criminal/civil): Demand for Jury Trial, Civil Class Action complaint alleging:

- Violations of Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO)
- Conspiracy to violate RICO
- Violations of the Alien Tort Claims Act (ATCA)
- Violations of the Geneva Conventions
- Violations of the U.S. Constitution
- Violations of the Religious Land Use and Institutionalized Persons Act, and Common Law Torts (RLUIPA)

F) Plaintiffs: According to Third Amended Class Action Complaint, plaintiff are Mr. Saleh, Haj Ali Shallal Abbas Al-Uweissi, Jilal Mehde Hadod, Umer Abdul Mutalib Abdul Latif, Ahmed Shehab Ahmed, Ahmed Ibrahim Neisef Jassem, Ismael Neisef Jassem Alnidawi, Kinan Ismael Neisef Al-Nidawi, Estate Of Ibrahim Neisef Jassem, Mustafa, Natheer, Othman, Hassan and classes of persons similarly situated, known as John and Jane Does Nos. 1 – 1050.

G) Defendants: TITAN Corporation, Adel Nahkla (employee and agent of TITAN), John B. Israel (constructive employee and/or agent of TITAN), CACI International Inc, CACI Incorporated- Federal, CACI NV, CACI Premier Technology, Steven A. Stefanowicz (employee of CACI Corporation), and all of them acting together, conspiring with U.S. officials.

H) Damages (allegedly):

- Summarily executed at least 15 persons
- Caused as many as 50 suicides
- Caused serious physical injuries, including irreversible brain damage, broken bones, permanent paralysis, and permanent physical ill health
- Caused persons to become seriously mentally ill: concentration difficulties, memory problems, verbal expression difficulties, incoherent speech, acute anxiety reactions, abnormal behaviour and suicidal tendencies

- Caused extensive damage to certain plaintiffs' businesses and properties and putative RICO Class Members' businesses and properties located in the U.S.

I) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- Violation of RICO
- Conspiracy to violate RICO
- Claim under the ATCA: Summary Execution; Torture; Cruel, Inhuman or Degrading Treatment; Enforced Disappearance; Arbitrary Detention; War Crimes; Crimes Against Humanity
- Violation of Geneva Conventions
- Claims under the Constitution of the U.S.: Violation of the Eight Amendments; Violation of the Fifth and Fourteenth Amendments; Violation of the Fourth Amendment.
- Claim under the RLUIPA. Defendants imposed substantial burden on Plaintiffs' exercise of their religious beliefs.
- Assault and battery
- Sexual assault and battery
- Wrongful death
- False imprisonment
- Intentional infliction of emotional distress
- Negligent hiring and supervision
- Negligent infliction of emotional distress
- Conversion
- Unjust enrichment
- Violation of laws governing contracting with the U.S.

The legal action seeks a permanent injunction against this illegal conduct, compensatory and punitive damages, treble damages and attorney's fees under the Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act ("RICO"), declaratory relief, and a permanent injunction against any future contracting with the U.S.

Third emended Complaint filed on 12 September 2005. http://ccrjustice.org/files/Saleh_3rdamendedcomplaint.pdf (last visit 27 September 2011)

J) Relevant Intermediate Court Resolutions/Memorandums:

11 September 2009: Decision of the Court of Appeals issued. Majority (Judges Silberman and Kavanaugh) find that plaintiffs' state law claims are pre-empted under either conflict pre-emption (combatant activities exception) or field pre-emption ("battle-field pre-emption"). The majority also found that the plaintiffs' ATS claims, including claims of torture and war crimes, could not be brought against contractors because they are not "state actors." Judge Garland wrote a dissent, in which he found that no basis in law or policy for dismissing plaintiffs' claims. <http://ccrjustice.org/files/Titan-Decision%209%2011%2009.pdf> (last visit 27 September 2011)

13 October 2009: Plaintiffs' petition for rehearing *en banc*. [http://ccrjustice.org/files/11.04.09%20Defendants'%20response%20to%20en%20banc%20petition%20\(08-7008\).pdf](http://ccrjustice.org/files/11.04.09%20Defendants'%20response%20to%20en%20banc%20petition%20(08-7008).pdf) (last visit 27 September 2011)

K) Current Status of proceedings: The case has been closed before U.S. courts (see decision below):

On 11 September 2009, in a 2-1 decision, a panel of the Court of Appeals for the District of Columbia affirmed the dismissal of all claims against Titan/L-3, and, reversing to the district court, also dismissed all claims against CACI. Judge Garland issued



a 39-page dissent, in which it was argued that plaintiff' state law claims should not be pre-empted and the case against both Titan/L-3 and CACI should be allowed to proceed. http://ccrjustice.org/files/Titan_Decision%209%2011%2009.pdf (last visit 27 September 2011)

On 25 January 2010, the Court of Appeals for the District of Columbia Circuit issued an order denying plaintiffs' petition for rehearing *en banc*.

On 26 April 2010, CCR filed a petition in the U.S. Supreme Court on behalf of the plaintiffs and against government contractors CACI International and Titan Corporation. On 28 June 2010, Defendants filed their oppositions to the cert petition.

On 4 October 2010, the Supreme Court invited the Acting Solicitor General to file a brief in this case expressing the views of the U.S. This brief was filed on 27 May 2011. The Acting Solicitor General submitted that cert should be denied. Plaintiffs filed a supplemental brief in response to the U.S. amicus brief on 17 June 2011. (<http://ccrjustice.org/files/6.17.11%20Saleh%20Pl.%20supplement%20brief%20response%20to%20US%20amicus.pdf> (last visit 27 September 2011)

L) Decision:

On 27 June 2011 the Supreme Court denied Plaintiffs petition. See: U.S. Supreme Court decision of 27 June 2011, Order List 564 U.S.-Certiorari Summary Dispositions, page 4, note 09-1313 "Certiorari Denied: Saleh, Haidar M. et AL v. TITAN CORP et AL":

- See Orders and Proceedings of this case before the U.S. Supreme Court: <http://www.supremecourt.gov/Search.aspx?FileName=/docketfiles/09-1313.htm> (last visit 27 September 2011).

- See U.S. Supreme Court decision of 27 June 2011: <http://www.supremecourt.gov/orders/courtorders/062711zor.pdf> (last visit 27 September 2011).

M) Appeal Decision/Other Decisions: ---

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

O) Sources:

<http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/saleh-v-titan> (last visit 27 September 2011).

COMPLEMENTARY INFORMATION

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress:

This is a key court proceeding and decision, as many human rights abuses allegedly executed by U.S. Private and Military Companies and under investigation by U.S. Courts were waiting for the final decision by U.S. Supreme Court in order to decide upon other pending proceedings: <http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/saleh-v-titan> (last visit 27 September 2011).

Q) Others: See Annex A on PMSCs in Iraq/U.S.: CACI and TITAN files.

BOX. LEGAL CASE "AL-QURAISHI ET AL V. NAKHLA ET AL"

A) Fact description: According to First Amended Complaint filed before U.S. Courts, Wissam Abdullateff, Saeed Al-Quraishi and 71 others were imprisoned and tortured. He and the other plaintiffs brought a tort action against those who allegedly tortured them. The legal action was filed against Adel Nakhla and L-3 Services (formerly Titan Corporation), a publicly-traded corporation that allegedly made millions of dollars selling the services of Nakhla and other L-3 employees to the U.S. military, including translation and interrogation services.

B) Date: 2003 to 2004

C) Location: Abu Ghraib Prison, Baghdad, Iraq

D) Court: Court District of Maryland, Greenbelt Division (first complaint); transferred to Eastern District of Virginia; currently in the Fourth Circuit.

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Class Action complaint, brought under the Alien Tort Statute and federal question jurisdiction, brings claims arising from violations of domestic and international law.

F) Plaintiffs: Wissam Abdullateff, Saeed Al-Quraishi, Waleed Ubaid Dawood Salman, Uday Fadhil Shiweji Mutlaq Al Mammori, Adnan Fadhil Muhee Al-Niamery, Ahmed Fakhri Za'all Kareem, Sarhan Abdulah Za'all Kareem, Ghazwan Jasim Mohammed Al Ghreli, Sudad Ali Hameed Al Ogaiddi, Ali Abdullah Suahil Salman Al Janabi, Amir Mohammed Ibraheem Al Ogaiddi, Ahmed Salman, Abdulhameed Al Alosi, Mohammed Taha Himoud Al Majma'ae, Mohammed Salih Ibraheem Dhahir, Hadi Ahmed Slebi Al-Hamadani, Ismail Turkey Moutar Dirweesh, Yasseen Abid Mahmoud Al Mashhadani, Ahmed Dhia Abdulah Ali Al Mahdawi, Mohammed Rekan Aggab Al-Fahdawi, Shihab Ahmed Daffar Al-Saidi, Sadiq Sattori Khaza'al, Rafe'a Abbas Ali Mutar Al-Obaidi, Emad Khudhayir Shahuth Al-Janabi, Sa'adoon Ali Hameed Al-Ogaiddi, Mohammed Abdwlhed Towfek Al-Tae, Emad Ubaid Hamad Al-Badrani, Hus-ham Haloob, Mutar Al-Alwani, Emad Qasim Mohammed Al-Halbosi, Munsir Talal Sameer Al-Fahdawi, Qasim Mohammed Abdullah, Majid Jassim Humadi, Nazar Taha Kahtan, Mohammed Qasim Mohamad, Abdulqadir Muthana Abdulwahab, Abdulah Jawad Kadhum Al-Muhamadi, Mousa Abdulwahid, Ahmed Mahdi Salih, Ibraheem Jawad Al-Muhamadi, Ibraheem Tawfeeq Shafi Hussein, Safaldeen Ahmed Farhan Al Jumaili, Dhialdeen Ahmed Farhan, Tawfeeq Shaqf Hussein Al-Hashimi, Bahaaldeen Ahmed Farhan, Qais Kamel Humadi Salih, Murtaadha Mohammed Saed, Sameer Naseer Yassen, Ala'a Ahmed Salih Al Fahdawi, Falz Ahmed Salih Al Fahdawi, Adnan Talab Abid Salih Al Zubaei, Jabbar Kamil Farhan Al Timmeemi, Bilal Ali Hamid Al-Zubai, Nema'a Ahmed Ali Jasim, Ormer Jameel Thalij Al-Zubaei, Ali Muhsin Ali, Talib Ibraheem Hamdan Al-Zubaei, Marwan Hashim Ali, Al-Sa'adoon, Muheeb Reshan Al-Obaidi, Mudhir Abdullah Hamadi Al-Dulairni, Sabah Daham Basheed Al-Dulairni, Falih Ahmed Hamdan Al-Zubaei, Abdulkareem Uda Shikir Al-Zubaei, Ra'ad Ahmed Hassoon Al-Falahi, Mohammed Hamid Hasson Al-Falahi, Basheer Turna Ameen, Khaliss Lateef Tarrad, Ismael Himood Mahmoud Al-Falooji, Mohammed Jasim Alwan Abdullah, Hassan Ubaid Enad, Sadiq Sattori Khaza'al, Shihab Ahmed Daffar Al-Saidi, Raed Ra'ad Maraadh, Luay Adib Jawad, Mohammed Munthir Hamad. (Source: *ibidem*)

G) Defendants: Adel Nakhla and L-3 SERVICES Inc. Adel Nakhla was employed by L-3 Services as a translator in Iraq, including at Abu Ghraib prison (the defendant was Nakhla was employed by defendant L-3 services from June 2003 to May 2004); L-3 employed all the civilian translators used by the military in Iraq, including Defendant Nakhla.



H) Damages: ---

I) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- Torture
- Civil conspiracy to torture
- Aiding and abetting torture
- Cruel, inhuman or degrading treatment
- Civil conspiracy to treat plaintiff in a cruel, inhuman or degrading manner
- Aiding and abetting cruel, inhuman or degrading treatment
- War crimes
- Civil conspiracy to commit war crimes
- Aiding and abetting commission of war crimes
- Assault and battery
- Civil conspiracy to assault and battery
- Aiding and abetting assaults and batteries
- Sexual assault and battery
- Civil conspiracy to sexually assault and batter
- Aiding and abetting sexual assaults
- Intentional infliction of emotional distress
- Civil conspiracy to inflict emotional distress
- Aiding and abetting intentional infliction of emotional distress
- Against the corporate defendant negligent hiring and supervision
- Against the corporate defendant negligent infliction of emotional distress

Plaintiff's remedies claims

- Compensatory damages for physical, mental, and economic injuries;
- Punitive damages
- Attorneys' fees and costs

First Amended Complaint, filed on 5 September 2008. <http://www.ccrjustice.org/files/Amended%20Complaint.pdf> (last visit 27 September 2011)

J) Current Status of proceedings: On 29 July 2010, in a 92-page decision, Judge Peter J. Messitte denied the defendants' motions to dismiss. (http://www.ccrjustice.org/files/7_29_10%20%20Decision%20denying%20motion%20to%20dismiss.pdf) (last visit 27th September 2011)

Defendants appealed this decision. Defendants' opening brief was filed on 2 September 2010; plaintiffs' brief was filed on 22 September 2010. Oral argument was heard by a panel of the Fourth Circuit, consisting of Judges Paul V. Niemeyer, Robert B. King and Dennis W. Shedd, on 26 October 2010. On 11 March 2011, the Fourth Circuit ordered that the case be held in abeyance, pending resolution of the petition for certiorari in Saleh vs Titan, which has been recently decided (Case No. 09-1313, recently closed before the U.S. Supreme Court).

K) Decision: 11 March 2011: Order staying the proceedings pending resolution of the petition for certiorari filed in the Supreme Court in Saleh v. Titan. (http://www.ccrjustice.org/files/3_11_2011%20Order%20Staying%20Proceedings_0.pdf) (last visit 27 September 2011)

L) Appeal Decision/Other Decisions:

Appeal still pending in the Fourth Circuit. Waiting for final decision in the near future and how the Saleh v. Titan & CACI case decision might affect this appeal court decision.

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or al-

ternatively to the legal case): ---

N) Sources:

<http://www.ccrjustice.org/ourcases/current-cases/al-quraishi> (last visit 27 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

P) Others: See Annexes on PMSCs in Iraq/U.S.: CACI, TITAN and L-3 SERVICES files.

BOX. LEGAL CASE "AL SHIMARI V. CACI ET AL"

A) Fact description: In 2003 the defendants were contracted by the U.S. Department of Defence to provide interrogation and intelligence services. Instead of providing interrogation and intelligence services in a lawful manner the defendants allegedly tortured, raped, and executed de plaintiffs.

B) Date: 2003-2008

C) Location: Abu Ghraib Prison, Baghdad, Iraq.

D) Court: U.S. District Court for Ohio (first complaint); transferred to U.S. District Court for the Eastern District of Virginia (August 2008); currently in the Fourth Circuit.

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Class Action complaint, brought under the Alien Tort Statute and federal question jurisdiction, brings claims arising from violations of domestic and international law.

F) Plaintiffs: Suhail Najim Abdullah al Shimari, Taha Yaseen Arraq Rashid, Sa'ad Hamza Hantoosh Al-Zuba'e, Salah Hasan Nusaif Jasim Al-Ejaili.

G) Defendants: CACI International, Inc; CACI Premier Technology, Inc. (CACI employees Steven Stefanowich and Daniel Johnson are quoted also in the complaint as having directed and caused some of the facts of abuse and torture at above referred prison). According to CCR, L-3 Services and Timothy Dugan had been dismissed as defendants in this case.

H) Damages: ---

I) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- Torture
- Civil conspiracy to torture
- Aiding and abetting torture
- Cruel, inhuman or degrading treatment
- Civil conspiracy to treat plaintiff in a cruel, inhuman or degrading manner
- Aiding and abetting cruel, inhuman and degrading treatment
- War crimes
- Civil conspiracy to commit war crimes
- Aiding and abetting commission of war crimes
- Assault and Battery



- Civil conspiracy to assault and batter
- Aiding and abetting assaults and batteries
- Sexual assault and battery
- Civil conspiracy to sexually assault and batter
- Aiding and abetting sexual assaults and batteries
- Intentional inflictions of emotional distress
- Civil conspiracy to inflict emotional distress
- Aiding and abetting intentional infliction of emotional distress
- Negligent hiring and supervision
- Negligent infliction of emotional distress

Plaintiff's remedies claims

- Compensatory damages for physical, mental, and economic injuries;
- Punitive damages
- Attorneys' fees and costs

First Amended Complaint (<http://ccrjustice.org/files/Amended%20Complaint%20on%20the%20Defendants.pdf>) (last visit 27 September 2011)

J) Current Status of proceedings: CACI's motion to dismiss was denied in part on 18 March 2009. (<http://ccrjustice.org/files/3.18.09%20AI%20Shimari%20decision.pdf>) (last visit 27 September 2011)

CACI filed a Notice of Appeal on 23 March 2009. Following the issuance of a briefing schedule on the merits on 19 November 2009, defendants' opening brief was filed on 5 April 2010; plaintiffs' response brief was filed on June 14, 2010. CACI's Reply brief was filed on 1 July 2010. Oral argument was heard by a panel of the Fourth Circuit, consisting of Judges Paul V. Niemeyer, Robert B. King and Dennis W. Shedd, on 26 October 2010. On 11 March 2011, the Fourth Circuit ordered that the case be held in abeyance, pending resolution of the petition for certiorari in Saleh v. Titan, which was recently decided (Case No. 09-1313). These documents can be found at: <http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/al-shimari-v-caci-et-al> (last visit 27 September 2011).

K) Decision: 11 March 2011: the Fourth Circuit ordered that the case be held in abeyance pending decision on the petition for certiorari filed in Saleh v. Titan with the Supreme Court. (See case Saleh v. Titan) (<http://ccrjustice.org/files/3.11.2011%20Order%20Staying%20Proceedings.pdf>) (last visit 27 September 2011)

L) Appeal Decision/Other Decisions: ---

The appeal is still pending in the Fourth Circuit.

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

N) Sources:

<http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/al-shimari-v-caci-et-al>
(last visit 27 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

P) Others: See annexes on PMSCs in Iraq/U.S.: CACI, TITAN and L-3 SERVICES files.

BLACKWATER CASES

BOX. LEGAL CASE "ALBAZZAZ, ET AL V. PRINCE, ET AL"

A) Fact description: On 9 September 2007, "heavily-armed Blackwater shooters fired without justification and caused multiple deaths. Mr. Albazzaz, the father of a newborn baby girl, was standing outside his rug store at the time that he was killed; Mr. Aziz was guarding a government building. Mr. Jarallah, a 53-year old school teacher, was killed while visiting Baghdad for work. Numerous other civilians were injured in the incident." The case has been consolidated with four other cases against Blackwater/Xe.

B) Date: 9 September 2007

C) Location: Al Watahba Square, Baghdad

D) Court: U.S. District Court for the District of Columbia; plaintiffs voluntarily dismissed the case in this District and filed a complaint in the Eastern District of Virginia.

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Action

F) Plaintiffs: All Hussamaldeen Ibrahim Albazzaz, Sa'ad Raheem Jarallah, Adil Lafta Miza'el Shikhayliss, Mahdi Mohammed Salih Mahdi Al Sa'adi, Ammar Ali Mahdi Abood Al Sa'adi, Ali Mahdi Abood Al Sa'adi. (Source: see complaint below)

G) Defendants: Erik Prince, Prince Group, EP, Investments LLC, Total Intelligence, The Prince Group LLC, Xe Services LLC, Blackwater Lodge and Training Center, Blackwater Target Systems, Blackwater Security Consulting, Raven Development Group, Blackwater Worldwide, amongst others, was dismissed by plaintiffs. (Source: see complaint below)

H) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- War crimes
- Against RICO defendants. Violation of Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO)
- Assault and battery
- Wrongful death
- Intentional infliction of emotional distress
- Negligent infliction of emotional distress
- Negligent hiring, training and supervision
- Tortious Spoliation of evidence

Complaint, filed 28 March 2009 to the U.S. Court for the District of Columbia: <http://ccjjustice.org/files/Albazzaz%20Proposed%20First%20Amended%20Complaint.pdf> (last visit 27 September 2011)

Plaintiff's remedies claims:

- Compensatory damages for death, physical, mental, and economic injuries
- Punitive damages
- Attorneys' fees and costs



I) Relevant Intermediate Court Resolutions/Memorandums: On 28 March 2008: Court ordered that Albazzaz be consolidated with Estate of Himoud Saed Ahtan (see below), et al. v. Blackwater Lodge and Training Center, Inc., et al.

21 October 2009, Memorandum Opinion, Order on Defendant's motion to dismiss. Motion denied in part, granted in part, and deferred in part. http://ccrjustice.org/files/10.21.09%20Memorandum%20Opinion%20re%20defendants%20motion%20to%20dismiss_0.pdf (last visit 27 September 2011)

J) Current Status of proceedings:

K) Decision: 6 January 2010, Order Dismissing case due to private settlement including individual compensation to the plaintiffs. (http://ccrjustice.org/files/1.6.10%20Order%20dismissing%20case%20due%20to%20settlement_3.pdf (last visit 27 September 2011))

L) Appeal Decision/Other Decisions: --

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case):

N) Sources:

<http://ccrjustice.org/ourcases/current-cases/estate-all-hussamaldeen-albazzaz-v-blackwater-worldwide-et-al> (last visit 27 September 2011)

<http://www.guardian.co.uk/world/2010/jan/07/blackwater-xe-iraq-us-security> (last visit 27 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: The terms of settlement were not made public; According to some the settlement was established in \$100,000 to each family of a person who died and \$30,000 to those wounded: "... Two sources with inside knowledge of Blackwater's settlement with Iraqi victims of a string of shootings, including the Nisour Square massacre, has confirmed to me that Blackwater is paying \$100,000 for each of the Iraqis killed by its forces and between \$20-30,000 to each Iraqi wounded. One source said it was 'an absolute bargain' for Blackwater. Based on the number of dead and injured named in the civil lawsuits, the total amount paid by Blackwater is likely in the range of \$5 million. Blackwater has made more than \$1.5 billion in 'security' contracts in Iraq alone since 2003. ... Blackwater released a statement saying the company was 'pleased' with the ruling..."; "Blackwater Settles Massacre Lawsuit, Pays Families of Dead Iraqis \$100,000 Each", by Jeremy Scahill. <http://www.commondreams.org/further/2010/01/07-1>; and "...The Associated Press has reported that the company has offered \$100,000 to each family of a person who died and \$30,000 to those wounded. Another separate civil suit filed in North Carolina by victims of the Nisour Square shootings was not part of the settlement...". See: "Blackwater Settles Suits for \$100,000 per victim; UN Human Rights Council Urges Accountability", by Amol Mehra, Right Respect. <http://www.rightrespect.com/2010/01/08/blackwater-settles-suits-for-100000-per-victim-un-human-rights-council-urges-accountability/>; and "Blackwater settles civil lawsuits over Iraq deaths", by Mike Baker, Associated Press. http://www.usatoday.com/money/companies/2010-01-07-blackwater-iraqi-deaths-settlement_N.htm (last visit 27 September 2011).

P) Others: See Annexes on PMSCs in Iraq/U.S.: Xe.

BOX. LEGAL CASE "ABTAN ET AL V. PRINCE ET AL"

A) Fact description: The morning of 16 September 2007, some Blackwater employees were allegedly involved in a shooting incident in which 17 Iraqis were killed and more than 20 civilians were wounded. The case has been consolidated with four other cases against Blackwater/Xe (No. 1:09-cv-615, No. 1:09-cv-616, No. 1:09-cv-617, No. 1:09-cv-618 and No. 1:09-cv-645).

B) Date: 16 September 2007

C) Location: Nisoor Square, Baghdad

D) Court: U.S. District Court for the District of Columbia; Eastern District Court of Virginia.

E) Legal action class (criminal/civil): Civil complaint Action.

F) Plaintiffs: Estate of Himoud Saed Abtan, Estate of Osama Fadhil Abbass, Estate of Oday Ismail Ibraheem, Estate of Ali Khaleel, Talib Mutlaq Deewan, Abdulwahab Abdulqadir Al-Qalamchi, Mahdi Abdulkhudhir Abbass, Sami Hawas Hamood, Fereed Waleed Hassoon, Bara'a Sa'adoon Ismael, Sameer Hoobi Jabbar, Abdulameer Rahmeem Jehan, Mohammed Hassan Mohammed, Haider Ahmed Rabe'a, Hassan Jabir Salman Estate of Mushtaq Karim Abd Al-Razzaq, Estate of Qasim Mohamed Abbas Mahmoud Estate of Mohamed Abbas Mahmoud, Estate of Ghaniyah Hassan Ali, Yassarameen Abdulkhudir Salih, Affrah Sattar Ghafil, Wissam Raheem Fulaih, Alah Majeed Sghair Zaidi, Zuhair Najim Abbood Al-Mamouri, Ali Khalaf Salman Mansour, Sarhan Thiab Abdulmounem, Adel Jabir Shamma, Jassim Mohammed Hashim, Haider Sa'adoon Lateef, Sa'adoon Lateef Majeed, Estate of Sa'aidi Aki Abbas Husein, Nidhal Khaza'al Salman, Samah Sa'adi Ali, Surah Sa'adi Ali, Ali Sa'adi Ali, Mohammed Sa'adi Ali. (Source: see complaint below)

G) Defendants: Erik Prince, EP Investments LLC, Total Intelligence Solutions LLC, The Prince Group LLC, Xe Services LLC, Blackwater Lodge and Training Center Inc, Blackwater Target Systems, Blackwater Security Consulting LLC, Raven Development Group. (Source: see complaint below)

H) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- War crimes
- Against RICO defendants. Violation of Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO)
- Assault and battery
- Wrongful death
- Intentional infliction of emotional distress
- Negligent infliction of emotional distress
- Negligent hiring, training and supervision
- Tortuous Spoliation of evidence

Plaintiff's remedies claims:

- Compensation for sorrow, mental anguish, and solace, including but not limited to society, companionship, comfort, guidance, kindly offices and advice of the decedent
- Compensation for reasonably expected loss of (a) income of the decedent and (b) services, protection, care and assistance provided by the decedent



- Compensation for the expenses for the care, treatment and hospitalization of the decedent incident to the injury resulting in death; - Reasonable funeral expenses; and punitive damages
- Attorneys fees

Second Amended Complaint presented to the District Court for the District of Virginia on 28 October 2009,
<http://ccrjustice.org/files/10.28.09%20Plaintiffs%20Second%20Amended%20Complaint.pdf> (last visit 27th September 2011) (last visit 27 September 2011).

I) Relevant Intermediate Court Resolutions/Memorandums:

<http://www.haguejusticeportal.net/eCache/DEF/9/614.html> (last visit 27 September 2011)

J) Current Status of proceedings:

K) Decision: The case was settled on 6 January 2010 (see BOX, LEGAL CASE "ALBAZZAZ, ET AL V. PRINCE, ET AL")

Order dismissing Case due to settlement 6 January 2010,
<http://www.haguejusticeportal.net/eCache/DEF/9/614.html> (last visit 27 September 2011)

L) Appeal Decision/Other Decisions: —

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case):

N) Sources:

<http://www.haguejusticeportal.net/eCache/DEF/9/614.html> (last visit 27 September 2011)

<http://articles.latimes.com/2010/jan/08/nation/la-na-blackwater8-2010jan08> (last visit 27 September 2011)

<http://www.guardian.co.uk/world/2010/jan/07/blackwater-xe-iraq-us-security> (last visit 27 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: (see BOX, LEGAL CASE "ALBAZZAZ, ET AL V. PRINCE, ET AL")

P) Others: See annexes on PMSCs in Iraq/U.S.: Xc.

BOX LEGAL: UNITED STATES OF AMERICA V. SLOUGH ET AL.
 (identified as "BLACKWATER 5" case)

A) Fact description: The defendants were security guards employed by Blackwater Worldwide. On 16 September 2007, the defendants were part of a Blackwater Tactical Support Team (identified as "Raven 23"). A shooting incident erupted, the defendants allegedly shot and killed fourteen people and wounded twenty others. The dead and

wounded were unarmed civilians who were the victims of unprovoked violence by the defendants. The defendants maintain that they came under attack by insurgents and that their actions constituted a legitimate response to a mortal threat.

B) Date: 16 September 2007

C) Location: Nisoor Square, Baghdad

D) Court: U.S. District Court for The District Of Columbia

E) Legal action class: Criminal Case

F) Plaintiffs: United States of America (U.S. State, public Institution)

G) Defendants: Paul Alvin Slough, Nicholas Abeam Slatten, Evan Shawn Liberty, Dustin Laurent Heard, and Donald Wayne Ball.

H) Damages (allegedly): killing of 14 people, wounding of 20 people.

I) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- Voluntary manslaughter;
- Attempt to commit manslaughter; and
- Using and discharging a firearm during and in relation to a crime of violence.

[Indictment case CR-08-360](http://www.haguejusticeportal.net/Docs/NLP/US/Blackwater5_Indictment_4-12-2008.pdf) filed on 4 December 2008. http://www.haguejusticeportal.net/Docs/NLP/US/Blackwater5_Indictment_4-12-2008.pdf (last visit 27 September 2011)

J) Relevant intermediate court resolutions/memorandums: ---

K) Current status of proceedings: Awaiting for lower court's final decision.

L) Decision: The indictment has been dismissed by 31 December 2009 Decision, on the ground that the government violated the defendant's constitutional rights by utilizing statements they made under a threat of job loss. In their zeal to bring charges against the defendants in this case, the prosecutors and investigators aggressively sought out statements the defendants had been compelled to make to government investigators in the immediate aftermath of the shooting. In doing so, the Government used the defendants' compelled statements to guide its charging and to obtain the indictment. In this case, moreover, the explanations offered by the prosecutors and investigators in an attempt to justify their actions and persuade the court that they did not use the defendants' compelled testimony were all too often contradictory, unbelievable and lacking in credibility.

<http://www.haguejusticeportal.net/Docs/NLP/US/blackwater2009.pdf> (last visit 27 September 2011)

M) Appeal Decision: Dated on 22 April 2011, the appeal court remands the case to the lower court, which has still to decide over the case: *"...We find that the district court's findings depend on 'an erroneous view of the law.' Kilroy, 27 F.3d at 687. We thus vacate and remand the case for the court to determine, as to each defendant, what evidence—if any—the government presented against him that was tainted as to him, and, in the case of any such presentation, whether in light of the entire record the government had shown it to have been harmless beyond a reasonable doubt. ..."* **Source:** <http://www.haguejusticeportal.net/Docs/NLP/US/blackwaterfeb2011.pdf> (last visit 29 September 2011)

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

**O) Sources:**

Hague Justice Portal: <http://www.haguejusticeportal.net/echache/def/10/132.html>
(last visit 27 September 2011)

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: —

Q) Others: —

UNITY RESOURCES GROUP CASES**BOX. LEGAL CASE "ESTATE OF MARANI MANOOK V. UNITY RESOURCES GROUP"**

A) Fact description: On 9 October 2007 Ms. Marani Awanis Manook was driving on Karrada Street in Baghdad, Iraq. An employee of Unity Resource Group allegedly shot and killed her.

B) Date: 9 October 2007

C) Location: Baghdad, Iraq

D) Court: U.S. District Court for the District of Columbia (at a later stage the case was transferred to the U.S. District Court for the Eastern District of North Carolina).

E) Legal action class (criminal/civil): Jury civil demand brought under the Alien Tort Statute and federal question jurisdiction.

F) Plaintiffs: Estate of Marani Awanis Manook

G) Defendants: Unity Resources Group LLC and Research Triangle Institute International

H) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- Claim under the Alien Tort Statute: war crimes
- Claim under the Alien Tort Statute: civil conspiracy to war crimes
- Claim under the Alien Tort Statute: Aiding and abetting war crimes
- Assault and battery
- Civil conspiracy to assault and battery
- Aiding and abetting an assault and battery
- Wrongful death
- Civil conspiracy to cause wrongful death
- Aiding and abetting wrongful death
- Intentional infliction of emotional distress
- Civil conspiracy to inflict emotional distress
- Aiding and abetting the intentional infliction of emotional distress
- Negligence
- Negligent infliction of emotional distress
- Negligent hiring, training and supervision
- Civil conspiracy

First Amended Complaint filed on 11 February 2008, <http://www.expose-the-war-profiteers.org/archive/legal/2008/20080211.pdf> (last visit 27 September 2011)

I) Relevant Intermediate Court Resolutions/Memorandums: ---

J) Current Status of proceedings: The case was dismissed by the U.S. District Court for the Eastern District of North Carolina on 12 August 2010.

K) Decision: 12 August 2010, eastern District of North Carolina, U.S. District Court: *"[...] Decision by the Court: It is ordered and adjudged that the court grants RTI's and Unity's motions to dismiss for lack of subject-matter jurisdiction [...] and declines to exercise supplemental jurisdiction over the state-law claims. The court also dismisses Unity's motion for a protective order [...] and all other pending motions [...] as moot [...]"*
<http://protect.theinfo.org/pacer/ectnced/13111958579.pdf> (last visit 27 September 2011)

L) Appeal Decision/Other Decisions: ---

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

N) Sources: http://www.expose-the-war-profiteers.org/DOD/iraq_II/database/2007/antranick_manook.htm (last visit 27 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

P) Others: See annexes on PMSCs in Iraq/United Arab Emirates: Unity Resources Group.

BOX. LEGAL CASE "JALAL ASKANDER ANTRANICK V. RESEARCH TRIANGLE INSTITUTE & UNITY RESOURCES GROUP, LLC"

A) Fact description: Geneviva Jalal Antranick was travelling in a car through the Karada neighbourhood of Baghdad when she was allegedly shot by employees of Defendant Unity Resources Group, L.L.C. Ms. Antranick died as a result of the injuries.

B) Date: 9 October 2007

C) Location: Karada neighborhood of Baghdad

D) Court: U.S. District Court for the District of Columbia; U.S. District Court for the Eastern District of North Carolina; Superior Court of the District of Columbia.

E) Legal action class (criminal/civil): Civil actions

- Alien Tort Claims Act
- Torture Victim Protection Act
- Common law of the U.S.
- United Nations Charter
- Universal Declaration of Human Rights
- International Covenant on Civil and Political Rights



- Convention Against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment
- Declaration on the Protection of All Persons From Being Subjected to torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment.
- Vienna Declaration and Programme of Action
- Article 3 of the Geneva Conventions
- Statutes and common law of the District of Columbia, North Carolina, and Colorado, including but not limited to, wrongful death, negligence, and recklessness (...)

Complaint, dated 8 April 2008. U.S. Districts Court the districts of Columbia; <http://www.expose-the-war-profiteers.org/archive/legal/2008/20080408-1.pdf> (last visit 27 September 2011)

F) Plaintiffs: Jalal Askander (Jalal Askander Antranick's)

G) Defendants: Research Triangle Institute, International; Unity Resources Group, LLC and Does 1-5. (Complaint and jury demand, 24 August 2010)

H) Damages: Plaintiff seeks compensatory and punitive damages in amounts to be ascertained at trial.

I) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- Assault and battery
- Wrongful death
- Negligence *per se*
- Negligent hiring and supervision
- Negligence in failing to rescue,
- Loss of companionship

J) Current Status of proceedings: This case, together with the case *Estate of Marani Manook v. Unity Resources Group* were consolidated and decided on 12 August 2010.

K) Decision: 12 August 2010 - Judgment & Order Decision by the Court: *"It is ordered and adjudged that the court grants RTI's and Unity's motions to dismiss for lack of subject-matter jurisdiction [...] and declines to exercise supplemental jurisdiction over the state-law claims. The court also dismisses Unity's motion for a protective order [...] and all other pending motions [...] as moot."* (<http://www.expose-the-war-profiteers.org/archive/legal/2010-1/20100812.pdf>) (last visit 27 September 2011)

L) Appeal Decision/Other Decisions:

A new complaint was filed at the Superior Court for the District of Columbia in Washington, D.C. on 24 August 2010. (<http://www.expose-the-war-profiteers.org/archive/legal/2010-1/20100824.pdf>) (last visit 27 September 2011)

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

N) Sources: http://www.expose-the-war-profiteers.org/DOD/iraq_II/database/2007/antranick_manook.htm#CivilCaseII (last visit 27 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

P) Others: See annex A on PMSCs in Iraq/United Arab Emirates: Unity Resources Group.

ERINYS CASES

BOX. LEGAL CASE "MOHAMED ET AL V. ERINYS INTERNATIONAL LTD ET AL (Civil action n. NO. H-09-3362)"

A) Fact description: On the morning of 18 October 2007 plaintiffs hailed a taxi to take them from Erbil to Sulaimaniya. As the taxi travelled up, one of the Erinys employee opened fire on the taxi and then drove off without checking for survivors. The passengers suffered serious injuries.

B) Date: 18 October 2007

C) Location: Near the village of Kara Hanjir, Iraq

D) Court: Texas Southern District Court

E) Legal action class (criminal/civil): Civil action

F) Plaintiffs: Sangar Mawloud Mohamed, Sahar Shukri Hammasofi, Arazw Younus Qader, Zirag Younus Qader and Bayda Yahya Shamma.

G) Defendants: Erinys International Ltd, Erinys UK Ltd (dismissed by Order of Texas District Court), Erinys Iraq Ltd (Nour USA Ltd and Anaham LLC, dismissed by Plaintiffs).

H) Damages: Plaintiffs suffered serious injuries: a bullet tore off part of Sangar Mohamed's left ear, and he has shrapnel wounds in his face, scalp, neck, torso, and left arm; Zirag Qader was struck in the face with a bullet, which dislodged and destroyed his right eye. He also suffered wounds to his face from shrapnel; Arazw Qader, Zirag Qader's sister, suffered shrapnel wounds to her face and scalp. All three have suffered from psychological illness.

I) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):

- Causes of action for negligence and various intentional torts
- Damages for loss consortium

Complaint could not be found.

J) Current Status of proceedings: Case closed.

K) Decision: Dismissed due to lack of jurisdiction.

- Order 23 August 2010, U.S. District Court for the Southern District of Texas (Houston Division), a) granting dismissal of Eryns Limited U.K. as defendant for lack of jurisdiction; and b) order of payment of lawyer's fees (\$18,958,56) recovering for reasonable



and necessary attorney's fees incurred in obtaining the dismissal of Nour U.S.A. as defendant.

[//docs.justia.com/cases/federal/district-courts/texas/txsdce/4:2009-cv-03362/705598/52/0.pdf?1282740796&chrome=true](https://docs.justia.com/cases/federal/district-courts/texas/txsdce/4:2009-cv-03362/705598/52/0.pdf?1282740796&chrome=true) (last visit 27 September 2011).

L) Other Decisions: ---

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

P) Others: See annex A on PMSCs in Iraq/United Arab Emirates: Erinyes.

KELLOGG BROWN & ROOT CASES

BOX LEGAL: JAMIE LEIGH JONES V. KBR Y USA (CIVIL ACTION N. 1:07CV0295)

A) Fact description: Jamie Leigh Jones signed an employment contract with the foreign defence contracting firm Halliburton/Kellogg Brown & Root for a clerical position in Baghdad. On the evening of 28 July 2005 Jamie Leigh Jones alleges that she was drugged and brutally raped by several Halliburton/KBR fire-fighters.

B) Date: 28 July 2005

C) Location: Camp Hope, Bagdad

D) Court: District Court for the Eastern District Of Texas (Beaumont Division)

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Action

F) Plaintiffs: Jamie Leigh Jones and Josep Daigle

G) Defendants: Halliburton Company d/b/a, KBR Kellogg Brown & Root; Kellogg Brown & Root Services, inc.; Kellogg Brown & Root International, inc.; Kellogg Brown & Root, LLC; Kellogg Brown & Root, S. de R.L.; overseas Administrative Services, LTD; Eric Iler, Charles Boartz; several John Doe rapists, and the U.S.

H) Damages (allegedly): Physical pain and suffering; mental anguish; physical impairment and disfigurement; loss of earnings; fear of a future disease condition; cost of medical monitoring and prevention.

I) Claims description:

- Negligence of U.S. and KBR workers
- Sexual harassment and hostile work environment
- Retaliation
- Breach of contract
- Fraud in the inducement to enter the employment
- Assault and battery
- Intentional infliction of emotional distress

See Second Amended Complaint: <http://f1.findlaw.com/news.findlaw.com/cnn/docs/halliburton/joneshall53007cmp.pdf> (last visit 27 September 2011)

J) Relevant intermediate court resolutions/memorandums: —

K) Current status of proceedings: Closed

L) Decision: Jury Charge and Verdict dated 7 July 2011. Decision: Dismissed for lack of evidence.

See Verdict (especially pages 4 and 11): <http://pdfserver.amlaw.com/tx/Jones-JuryForm.pdf> (last visit 27 September 2011)

M) Appeal Decision: —

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): —

O) Complementary information

- Intermediate appeal on arbitration clause: <http://www.ca5.uscourts.gov/opinions/pub/08/08-20380-CV0.wpd.pdf> (last visit 27 September 2011)

- Defendants seek recovery from plaintiff: On August 17, 2011 the defendants filed two motions seeking to recover from Jamie Leigh Jones: an undisclosed amount for attorneys' fees [update: \$2 million] and the costs of the lawsuit [update: \$140 K] brought by Jones. Source: "Disputing": <http://www.karlbyer.com/blog/?p=15341> (last visit 27 September 2011).

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: —

Q) Others:

The Jamie Leigh Jones case is similar to other sexual harassment cases to which KBR had to deal with: *Dawn Lemon v. KBR*, *Mary Beth Kinston v. KBR*, *Tracy Barker v. KBR*, *Pamela Johns v. KBR*, and *Linda Lindsey v. KBR*. Most of the lawsuits were settled by arbitration, on the ground of the mandatory clause included to the contract intended to block employees from suing KBR. After 15 months of arbitration, Jones went to federal court to argue that the arbitration clause in her contract should not apply to cases of sexual assault, KBR then asked the Supreme Court to overturn the appeals court's decision and send Jones back to arbitration; Halliburton/KBR withdrew their appeal when the president signed the Franken Amendment to the 2010 Defense Appropriations Bill into law. That amendment (created for Jamie Jones) prevents the government from doing business with contractors who force victims of sex crimes and sexual harassment into arbitration. Jamie Leigh Jones lost the case for lack of evidence. Source: "Mother Jones"; <http://motherjones.com/politics/2011/07/kbr-could-win-jamie-leigh-jones-rape-trial?page=1> (last visit 27 September 2011).



- See Annexes on PMSCs in Iraq/U.S.: KBR.

BOX LEGAL: U.S. V. KELLOGG BROWN & ROOT (CASE 1:10-CV-00530)

A) Fact description: Kellogg Brown & Root Services allegedly charged the government for impermissible private security costs. Houston-based KBR and 33 of its subcontractors knew they were not authorized to bill for private armed security in Iraq but did so anyway. The expenses, along with other associated fees, were billed to the Army indirectly through an overhead account. Moreover, KBR violated the terms of the LOGCAP III contract repeatedly from 2003 through 2006 by failing to secure the Army's authorization before hiring armed subcontractors. The former Halliburton subsidiary also is accused of using security contractors that were not registered with the Iraqi Ministry of the Interior.

B) Date: 2003-2006

C) Location: Iraq, different districts

D) Court: U.S. District Court in Washington DC

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Case

F) Plaintiffs: U.S. Department of Justice

G) Defendants: Kellogg Brown & Root, LLC

H) Damages: Damages in the amount of the loss caused to the U.S. by KBR's breach of contract plus interest and cost of the action; amount by which KBR has been unjustly enriched together with interests and cost of the action; damages in the amount of the loss caused to the U.S. by mistaken and unauthorized payments (approximately, more than 100 million dollar damages).

I) Claims description:

- False claims to the U.S. Army and Department of Defense
- Breach of contract
- Unjust enrichment
- Payment by mistake

Complaint: Filed 1 April 2010; <http://www.govexec.com/pdfs/040210rb1.pdf> (last visit 27 September 2011)

J) Relevant intermediate court resolutions/memorandums:

Decision 3 August 2011 (Memorandum Opinion); The federal judge rejected military contractor KBR Inc's request to dismiss a U.S. government lawsuit. U.S. District Judge Royce Lamberth ruled the false claims and breach-of-contract claims could proceed, but he dismissed the unjust enrichment and payment-by-mistake counts in the lawsuit.

See U.S. District Court for the District of Columbia Decision: http://mssparky.com/documents/USA_v_KBR_110_cv_00530.pdf (last visit 27 September 2011).

K) Current status of proceedings: Waiting for final decision.

L) Decision: ---

M) Appeal Decision : ---

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

O) Other sources:

Thomson Reuters (8 March 2011): "... A federal judge rejected on Wednesday military contractor KBR Inc's request to dismiss a U.S. government lawsuit seeking to recover more than \$100 million for alleged false claims over private security in Iraq...". http://newsandinsight.thomsonreuters.com/Legal/News/2011/08_-_August/Federal_judge_KBR_Iraq_false_claim_lawsuit_can_proceed/ (last visit 27 September 2011)

Complementary information:

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

Q) Others:

See annexes on PMSCs in Iraq/U.S: KBR

BOX LEGAL: RAMCHANDRA ADHIKARI ET AL V. DAQUD & PARTNERS, KBR ET AL

A) Fact description: In 2004, 13 Nepali men between the ages of 18 and 27 were recruited in Nepal to work as kitchen staff in hotels and restaurants in Amman, Jordan. But once the men arrived in Jordan, their passports were seized and they were told they were being sent to a military facility in Iraq. As the men were driven in cars to Iraq, they were stopped by insurgents. Twelve were kidnapped and later executed. The only survivor worked in a warehouse in Iraq, at the Al Asad military base, for 15 months before his passport was returned.

B) Date: 2004

C) Location: Nepal/Jordan/Iraq

D) Court: U.S. District Court Southern District Of Texas Houston Division

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Action

F) Plaintiffs: Ramchandra Adhikari; Devaka Adhikari; Jit Bahdur Khadka; Radhika Khadka; Bindeshore Singh Koiri; Pukari Devi Koiri; Chittij Limbu; Kamala Thapa Magar; Maya Thapa Magar; Bhakti Maya Thapa Magar; Tara Shrestha; Nischal Shrestha; Ram Kumar Shrestha; Nirmaya Shrestha; Renuka Karki Shrestha; Dil Bahadur Shrestha; Gariga Maya Shrestha; Satya Narayan Shah; Ram Dulari Sudi; Ram Naryan Thakur; Samundri Devi Thakur; Jitini Devi Thakur; Bhim Bahadur Thapa; Bishnu Maya Thapa; Bhujj Thapa; Kul Prasad Thapa; Dhana Roka Magar; and Buddi Prasad Gurung.



G) Defendants: Daoud & Partners, Kellogg Brown & Root, inc., Kellogg Brown & Root Services, Inc., and John Does 1-2-3-4-5.

H) Damages: Compensatory and punitive damages brought by the family members of twelve men who were victims of trafficking in persons and one surviving labourer.

I) Claims description:

- Violation of the Trafficking Victims Protection Reauthorization Act
- Violation of 18 U.S.C.
- Alien Tort Claims Act
- Common Law Fraud
- False Imprisonment
- Negligent Hiring
- Negligent Supervision

Civil Complaint (Jury Trial Demanded) filed on 27 August 2009.
http://www.contractormisconduct.org/assets/contractors/29/cases/1008/1369/halliburton-human-trafficking_complaint.pdf (last visit 27 September 2011)

J) Relevant intermediate court resolutions/memorandums:

With a decision of 1 march 2010, U.S. District Court Southern District Of Texas Houston Division dismissed the KBR's requests.

Decision: <http://docs.justia.com/cases/federal/district-courts/texas/txsdcce/4:2009-cv-01237/661919/183/> (last visit 27 September 2011)

K) Current status of proceedings: The case was settled for one million US dollar (approximately).
<http://www.law.com/jsp/nli/PubArticleNLI.jsp?id=1202476608072&src=EMC-Email&et=editorial&bu=National%20Law%20Journal&pt=NLI.com%20-Legal%20Times%20Afternoon%20Update&cn=20110103&kw=Pro%20Bono%20Awards%3A%20Justice%20for%20Contractors&slreturn=1> (last visit 27 September 2011)

L) Decision: ---

M) Appeal Decision: ---

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

O) Sources: ---

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

Q) Others:
 See annexes on PMSCs in Iraq/U.S.: KBR.

BOX LEGAL: CHERYL HARRIS AND DOUGLAS MASETH V. KBR (Case n.08-cv-563)

A) Fact description: On 2 January 2008, Sgt. Maseth stepped into the shower at his quarters in Baghdad's Green Zone and was electrocuted. According to the Army Criminal Investigation Division, Sgt. Maseth died when the electricity in the shower facility short-circuited because an electric water pump on the rooftop was not properly grounded.

B) Date: 2 January 2008

C) Location: Radwaniyah Palace Complex in Baghdad

D) Court: Court Of Common Pleas Of Allegheny Country Pennsylvania

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Action

F) Plaintiffs: Cheryl Harris and Douglas Maseth (co-administratrix of the Estate of Ryan D. Maseth)

G) Defendants: Kellogg Brown & Root, LLC

H) Damages: The plaintiffs seek damages for: pain, suffering, anxiety and mental anguish, for the past present and futures incomes pension and benefit.

I) Claims description: Wrongful death, Punitive damages, Costs and interest

Complaint in civil action filed to the Court Of Common Pleas Of Allegheny Country Pennsylvania (Jury demanded): <http://www.courthousenews.com/2011/06/21/KBR-IraqComplaint.pdf>, (last visit 22 September 2011).

J) Relevant intermediate court resolutions/memorandums:

KBR moved on 4 February 2011 asking to apply the Iraqi Civil Code to the case submitting an expert report that argued Iraqi law does not allow an estate to obtain damages for a decedent's pain, suffering or emotional distress. The judge dismissed this request.

See Memorandum Opinion 17 June 2011:

<http://www.courthousenews.com/2011/06/21/KBRLatestOpinion.pdf>, (last visit 27 September 2011).

K) Current status of proceedings: Waiting for final decision.

L) Decision: ---

M) Appeal Decision : ---

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

O) Sources:---

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

Q) Others:



- KBR proposed appeal to the decision of the lower court arguing that the judge had no jurisdiction over military matters. The appeals court has refused to dismiss a lawsuit brought by the parents of the victim.

<http://www.leagle.com/xmlResult.aspx?page=4&xmlDoc=in%20fco%2020100817106.xml&docbase=cslwar3-2007-curr&SizeDisp=7> (last visit 27 September 2011)

See annexes on PMSCs in Iraq/U.S.: KBR.

U.S./ DEFENSE SECRETARY DONALD RUMSFELD'S CASES

BOX LEGAL: DONALD VANCE AND NATHAN ERTEL V. DONALD RUMSFELD

A) Fact description: Donald Vance and Nathan Ertel were working for a private U.S. government contractor from Iraq, *Shield Group Security* in 2006 when they witnessed the trading of U.S. government weapons to Iraqi rebel groups for money and alcohol. After they became FBI informants and collaborated with an investigation into their employer, the company revoked their credentials for entering Iraq's Green Zone, effectively barring them from the safest part of the country. Shortly afterward, they were arrested and detained by U.S. troops, moved to the U.S.-run prison at Camp Cropper, and allegedly subjected to extreme sleep deprivation, intense interrogation measures for hours, kept in a cold cell, and were denied food and water for long periods. They were eventually released and never charged with any crime.

B) Date: 2006

C) Location: Bagdad, Camp Cropper (high profile detention centre)

D) Court: U.S. District Court for the Northern District of Illinois

E) Legal action class (criminal/civil): Civil Action

F) Plaintiffs: Donald Vance and Nathan Ertel

G) Defendants: Defense Secretary Donald Rumsfeld's, U.S. and unidentified agents

H) Damages (allegedly): Loss of liberty, physical damages, having suffering emotional distress and anguish, loss of private property.

I) Claims Description: -Dictating torture:

- Degrading and tortuous Interrogation tactics
- Cruel, inhuman, degrading treatment
- Discriminatory detention procedure
- Dictating denial of access to court and counsel
- False arrest
- Unlawful detention
- Denial of medical care
- Retaliation of speech

According to the Second Amended Complaint the legal action seeks punitive damages, costs and fees and any other relief the plaintiffs may appear entitled.

Complaint (Second Amended Complaint Filed on 23 May 2008):

http://chicago.indymedia.org/usermedia/application/5/donald_vance_v_donald_rumsfeld.pdf (last visit 27 September 2011)

J) Relevant intermediate court resolutions/memorandums:

- Intermediate Appeal decision: On 8 August 2011 a federal appeals court refused to dismiss a lawsuit filed by two U.S. citizens against former Defense Secretary Donald Rumsfeld and unnamed others for developing, authorizing and using harsh interrogation techniques against detainees in Iraq. According to the Court, plaintiffs could move forward with a lawsuit against the person who allegedly approved the operation – former U.S. Defense Secretary Donald Rumsfeld.

http://chicago.indymedia.org/usermedia/application/12/vance-rumsfeld_decision_2011-08-08.pdf (last visit 27 September 2011)

K) Current status of proceedings: Waiting for final decision.

L) Decision: No final decision taken yet.

M) Appeal Decision: —

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): —

O) Other sources:

Chicago Indymedia (news): <http://chicago.indymedia.org/newswire/display/94619/index.php> (last visit 27 September 2011)

Complementary information .

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: —

Q) Others: See annex on PMSCs in Iraq/companies headquartered in Iraq: Shield Group Security/National Shield Security.

BOX LEGAL: JOHN DOE V. U.S. (NUM.08-CV-1902)

A) Fact description: "In December 2004, Doe, an American citizen and United States Army veteran, travelled to Iraq as a civilian employee of an American-owned defense contracting firm. Doe went to work as an Arabic translator and was detailed to a United States Marine Corps Human Exploitation Team operating in the United States military bases along the Iraq-Syria border." He was about to return home to the U.S. when he was allegedly kidnapped and taken to Camp Cropper, a U.S. military facility near the Baghdad airport dedicated to holding "high-value" detainees. He was later released without explanation or an apology. The U.S. Government says he was suspect of helping to get classified information to the enemy and helping anti-coalition forces enter into Iraq.



He was never charged with any crime.

B) Date: November 2005

C) Location: Bagdad, Camp Cropper (high profile detention centre)

D) Court: U.S. District Court for the District of Columbia

E) Legal action class (criminal/civil): Civil case

F) Plaintiffs: "John Doe" - the plaintiff was granted anonymity by the court due to concerns about retaliation.

G) Defendants: Secretary Donald Rumsfeld's, Michael Chertoff, Robert S. Mueller, W. Ralph Basham, Julie I. Myers, unidentified agents, and the U.S.

I) Claims Description:

- Dictating torture
- Cruel, inhuman, degrading and tortuous interrogation tactics
- Cruel, inhuman, degrading treatment
- Discriminatory detention procedure
- Dictating denial of access to court and counsel
- False arrest
- Unlawful detention
- Denial of medical care
- Retaliation of speech

Complaint (assign date: 8 March 2011): http://chicago.indymedia.org/usermedia/application/13/john_doe_v_donald_rumsfeld.pdf (last visit 27 September 2011)

J) Relevant intermediate court resolutions/memorandums:

- Intermediate Appeal decision: According to the Decision (Opinion & Order) dated 2 August 2011 the District Court grants substantive due process claim for the plaintiff and decides that the plaintiff could assert a claim against Rumsfeld under *Bivens v. Six Unknown Named Agents of Federal Bureau of Narcotics, (1971)*, for violation of his Fifth Amendment substantive due process right "to be free from conduct and conditions of confinement that shock the conscience."

See Appeal decision: <http://www.emptywheel.net/wp-content/uploads/2011/08/110803-Doe-v-Rummy.pdf> (last visit 22 September 2011)

K) Current status of proceedings: Waiting for final decision

L) Decision: No final decision taken yet.

M) Appeal decision: ---

N) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case):

O) Other sources:

RT: Military contractor to sue Rumsfeld over torture <http://rt.com/usa/news/iraq-sue-torture-rumsfeld/> (last visit 27 September 2011)

Chicago Indymedia: <http://la.indymedia.org/news/2011/08/247226.php> (last visit 27 September 2011)

Complementary information

Out of the many suits brought against Rumsfeld over the torture of detainees in Iraq, this is the second case that has been allowed to proceed. (other: *Donald Vance and Nathan Ertel v. Donald Rumsfeld*)

P) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: ---

HILLARY CLINTON, U.S. SECRETARY OF STATE, CASE

BOX. LEGAL CASE «MUNNS ET ALV. CLINTON ET AL (Civil case n. 2:2010cv00681)»

A) Fact description: In November 2006 seven security contractors working for Crescent Security were assigned to guard a half mile convoy made up of 46 trailer trucks. The convoy was meant to be protected on a journey from Kuwait to southern Iraq when it was ambushed by Iraqi men. The attackers seized five Crescent Security Group contractors (4 Americans and 1 Austrian) who were subsequently killed. The victim's families sued Hillary Clinton and Jennifer Foo who allegedly oversaw "many of the actions and policies".

B) Date: 16 November 2006

C) Location: Iraq

D) Court: California Eastern District Court

E) Legal action class (criminal/civil): Civil action. Complaint for declaratory relief, violation of 42 U.S.C. 1983 (Procedural Due Process Fourteenth Amendment Violations), Violation of 42 U.S.C. 1983 (Taking Clause of the Fifth Amendment Violations).

F) Plaintiffs: Mark Munns, Christa Munns, administrators for the separate state of Joshua Munns; Dennis Debrabander, Sharon Debrabander, administrators for the separate state of John Young; and Lori Silveri, administrator for the separate Estate of John Cote. (Source: see Complaint and demand for Jury Trial below)

G) Defendants: Hillary Diane Rodham Clinton, in her official capacity as U.S. Secretary of State; Jennifer Foo, in her official capacity as employee of the Office of the Secretary of the State. The Company Crescent Security Group is not considered as defendant in the complaint. (Source: see Complaint and demand for Jury Trial below)

H) Damages: ---

I) Claims description (criminal counts and /or prayer for damages):



"Plaintiffs pray for judgment against defendants and each of them, as follows:

- *For declaration of the law as set forth in the First Claim for Relief*
- *For a declaration that legislation enacted as CPA order 17 is an unconstitutional exercise of government authority*
- *For a permanent injunction against further ongoing Unconstitutional acts as described hereinabove and under the First Claim for Relief*
- *To the extent that private funds have been converted to public use, restitution of such funds, or damages equal to the value of the private property, such as the labor of the sons under the contracts taken for public use, in any case in a sum according to proof as the time of trial*
- *General and special damages from the Defendants, and each of them, in their individual capacities, in a sum according to proof at the time of trial*
- *For punitive and injunctive relief as determined by this Court, including imposition of a constructive trust over an accounting of any and all transactions unlawfully entered into by Defendants under contracts without the appropriate notification and disclosures to the taxpaying public*
- *For an accounting*
- *For all costs and attorneys' fees incurred by Plaintiffs to date and to be incurred by Plaintiffs hereafter in connection with this action*
- *For such other and further relief as the Court deems just and proper"*

In the suit, "the families allege that State Department officials kept them in the dark about the months long kidnapping investigation and then blocked the families' efforts to negotiate with the kidnapers.

The families claim State Department officials even went so far as to stop a shipment of 90,000 fliers the families had sent to Iraq. The lawsuit goes on to question the government's definition of the word "terrorist" and the phrase "War on Terror" since the family alleges the abductors were merely criminals looking for money. The lawsuit also challenges the constitutionality of having the nation employ contractors to fight its battles but then refusing to support them when they are kidnapped, injured or killed. Basically, the law suit states that the mentality of the Secretary of State seems to be that if the United States loses a member of the United States military, then the loss becomes a relevant statistic on the 'War on Terror,' but when the United States loses a contractor then there is no accounting for the loss of life. ... As a result, the true cost in lives and money of the 'War on Terror' is understated."

Complaint and demand for Jury Trial, 19 March 2010, presented to the Court of Eastern District of California. <http://media.redding.com/media/static/Munnslawsuit.pdf> (last visit 27 September 2011)

J) Current Status of proceedings: Ongoing.

Last document: an order signed on 27 May 2011: last hearings were previewed to be continued on 23 June 2011, no further information found. <http://docs.justia.com/cases/federal/district-courts/california/caedce/2:2010cv00681/205014/35/> (last visit 27 September 2011)

K) Decision: ---

L) Appeal Decision/Other Decisions: ---

M) Extrajudicial damages and/or symbolic reparation (complementary or alternatively to the legal case): ---

N) Sources:

Washington post: http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/07/28/AR2007072801407_pf.html (last visit 27 September 2011)

Redding: <http://www.redding.com/news/2010/mar/25/state-department-sued-in->

[slaying-of-anderson-man/](#) (last visit 27 September 2011)

COMPLEMENTARY INFORMATION

O) In the absence of legal action or dismissal, institutional and/or company initiatives for redress: —

P) Others: See annex on PMSCs in Iraq/U.S.: Crescent Security Group

ANEXO D – PROPOSTA DE CONVENÇÃO SOBRE EMSP DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O USO DE MERCENÁRIOS DA ONU

Naciones Unidas

A/HRC/15/25



Asamblea General

Distr. general
5 de julio de 2010
Español
Original: inglés

Consejo de Derechos Humanos

15º período de sesiones

Tema 3 de la agenda

Promoción y protección de todos los derechos humanos,
civiles, políticos, económicos, sociales y culturales,
incluido el derecho al desarrollo

Informe del Grupo de Trabajo sobre la utilización de mercenarios como medio de violar los derechos humanos y obstaculizar el ejercicio del derecho de los pueblos a la libre determinación

Presidente-Relator: Sr. José Luis Gómez del Prado

Resumen

El Grupo de Trabajo sobre la utilización de mercenarios como medio de violar los derechos humanos y obstaculizar el ejercicio del derecho de los pueblos a la libre determinación fue creado en julio de 2005 en virtud de la resolución 2005/2 de la Comisión de Derechos Humanos. El Grupo está integrado por el Sr. José Luis Gómez del Prado (España), Presidente durante el período en que se elaboró el presente informe, la Sra. Shaista Shameem (Fiji), la Sra. Amada Benavides de Pérez (Colombia), el Sr. Alexander Nikitin (Federación de Rusia) y la Sra. Najat Al-Hajjaji (Jamahiriya Árabe Libia). La Sra. Shameem ocupó la Presidencia del Grupo de Trabajo entre abril de 2009 y abril de 2010.

Este informe se presenta de conformidad con la resolución 10/11, de 26 de marzo de 2009, en la que se pide al Grupo de Trabajo que informe sobre los avances logrados en la elaboración de un proyecto de instrumento jurídico, para su debido examen y actuación por el Consejo de Derechos Humanos.

En el capítulo I se presenta el informe, y en el capítulo II se ofrece un panorama general de las actividades realizadas durante el período que se examina, incluido un resumen de las misiones al Afganistán y a los Estados Unidos de América y de las consultas regionales celebradas en Asia, África y Europa. En el capítulo III se describen los progresos realizados por el Grupo de Trabajo en la elaboración de un posible nuevo proyecto de convención sobre la regulación de las empresas militares y de seguridad privadas. Se resumen las ideas fundamentales en que se basan las propuestas del Grupo de Trabajo acerca de la aprobación de un nuevo instrumento jurídico sobre las empresas militares y de seguridad privadas, su ámbito de aplicación y su contenido. En el informe se presenta también un resumen del proceso de consulta y de las observaciones recibidas de los Estados miembros y las entidades no gubernamentales sobre la convención propuesta.

Por último, el Grupo de Trabajo recomienda a los Estados miembros que examinen atentamente el presente proyecto de propuesta de un posible nuevo instrumento jurídico internacional que regule las empresas militares y de seguridad privadas, y al Consejo de Derechos Humanos que establezca un grupo de trabajo intergubernamental de composición abierta encargado de redactar una nueva convención teniendo en cuenta la labor realizada por el Grupo de Trabajo sobre la utilización de mercenarios.

Índice

	<i>Párrafos</i>	<i>Página</i>
I. Introducción	1-3	4
II. Actividades	4-30	4
A. Comunicaciones	7-8	5
B. Comunicados de prensa	9-11	5
C. Visitas a países	12-23	6
D. Consultas regionales	24-28	8
E. Otras actividades de miembros del Grupo de Trabajo	29-30	9
III. Progresos realizados en la elaboración de un posible nuevo proyecto de convención sobre las empresas militares y de seguridad privadas	31-88	9
A. Contexto y finalidad	32-42	10
B. Ámbito de aplicación	43-46	11
C. Contenido	47-57	12
D. Observaciones de los Estados miembros y de entidades no gubernamentales	58-88	14
IV. Conclusiones y recomendaciones	89-93	19
 Anexo		
Proyecto de una posible convención sobre las empresas militares y de seguridad privadas (EMSP) para su examen y la adopción de medidas por el Consejo de Derechos Humanos		20

I. Introducción

1. En el presente informe, el Grupo de Trabajo sobre la utilización de mercenarios como medio de violar los derechos humanos y obstaculizar el ejercicio del derecho de los pueblos a la libre determinación describe las actividades que ha llevado a cabo desde que presentó su último informe al Consejo de Derechos Humanos en marzo de 2009. El informe se ocupa especialmente de los progresos realizados en la elaboración de un posible proyecto de convención sobre las empresas militares y de seguridad privadas (EMSP). En él se tienen en cuenta las comunicaciones enviadas entre el 16 de diciembre de 2008 y el 18 de abril de 2010.

2. El informe se presenta en cumplimiento de la resolución 2005/2 de la Comisión de Derechos Humanos, en que se estableció el mandato del Grupo de Trabajo, y la resolución 7/21, de 28 de marzo de 2008, por la que se prorrogó el mandato del Grupo de Trabajo.

3. El Grupo de Trabajo está integrado por cinco expertos independientes que desempeñan sus cargos a título personal: el Sr. José Luis Gómez del Prado (España), Presidente durante el período en que se elaboró el presente informe, la Sra. Shaista Shameem (Fiji), la Sra. Amada Benavides de Pérez (Colombia), el Sr. Alexander Nikitin (Federación de Rusia) y la Sra. Najat Al-Hajjaji (Jamahiriya Árabe Libia). La Sra. Shameem ocupó la Presidencia del Grupo de Trabajo entre abril de 2009 y abril de 2010. En abril de 2010 el Grupo de Trabajo decidió establecer un sistema de presidencia rotatoria por períodos de tres meses para el último año de su mandato.

II. Actividades

4. Siguiendo su práctica habitual, el Grupo de Trabajo continuó celebrando tres períodos ordinarios de sesiones al año, dos en Ginebra y uno en Nueva York. La actividad del Grupo de Trabajo se concentró en su labor en curso acerca de la elaboración de una posible nueva convención internacional sobre la regulación de las actividades de las EMSP, como se describe detalladamente en la parte III del presente informe. El Grupo también realizó dos visitas a países, mantuvo reuniones periódicas con representantes de Estados miembros, organizaciones no gubernamentales (ONG) y expertos y examinó denuncias relativas a las actividades de mercenarios y de EMSP y a sus efectos en los derechos humanos, y adoptó decisiones sobre medidas apropiadas.

5. El Grupo de Trabajo ha recibido recientemente información que indica que en algunos casos las EMSP prestan apoyo a caudillos locales y a grupos rebeldes. Por ejemplo, hay denuncias que apuntan a que en el Afganistán varias EMSP contratadas por el Gobierno de los Estados Unidos de América mantienen una relación de privilegio con los talibanes. Otras sugieren que una EMSP de Alemania está estudiando la posibilidad de desplegar un número considerable de guardias militares en Somalia para adiestrar a grupos de seguidores de caudillos próximos a Abdinur Ahmed Darman, que se ha autoproclamado Presidente de Somalia en un acto que no ha sido reconocido internacionalmente.

6. La complicidad entre las EMSP y los grupos rebeldes es una tendencia preocupante que exige una mayor atención, particularmente si se tienen en cuenta sus posibles efectos en el ejercicio de los derechos humanos. Por consiguiente, el Grupo de Trabajo establecerá contactos próximamente con las autoridades gubernamentales para recabar información adicional sobre las dos situaciones que se describen más adelante, con el propósito de recordar a todos los Estados sus responsabilidades cuando contratan EMSP y las posibles consecuencias negativas cuando dichas empresas actúan en zonas de conflicto sin un marco

legal o algún mecanismo que garantice el respeto de los derechos humanos y el derecho internacional humanitario.

A. Comunicaciones

7. El presente informe abarca las comunicaciones enviadas entre el 16 de diciembre de 2008 y el 18 de abril de 2010, y las respuestas recibidas entre el 1° de febrero de 2009 y el 1° de junio de 2010. Los detalles de esa correspondencia y la información suministrada en las respuestas de los gobiernos figuran en una adición al informe (A/HRC/15/25/Add.1).

8. Se enviaron en total 17 comunicaciones a 15 países¹, relativas a la presunta participación de nacionales de esos países en actividades de mercenarios en un país extranjero, y a las actividades de EMSP y sus efectos en el ejercicio de los derechos humanos. En algunos casos el Grupo de Trabajo envió comunicaciones similares a varios gobiernos en relación con un mismo incidente en el que presuntamente habían participado sus nacionales. El Grupo de Trabajo recibió del gobierno pertinente una respuesta completa o parcial a la mitad de las comunicaciones enviadas. El Grupo de Trabajo expresa su reconocimiento a los gobiernos que han dado respuestas sustantivas a sus comunicaciones e invita a los que no lo han hecho a que cooperen con su mandato otorgado por el Consejo de Derechos Humanos y la Asamblea General.

B. Comunicados de prensa

9. Además de sus boletines destinados a los medios de comunicación o comunicados de prensa emitidos en relación con las visitas a los países, las consultas regionales y la celebración de sus periodos ordinarios de sesiones, el Grupo de Trabajo emitió dos comunicados de prensa en relación con presuntas actividades de mercenarios en el Estado Plurinacional de Bolivia y en Honduras. El 29 de abril de 2009, el Grupo de Trabajo expresó su profunda inquietud por los informes recibidos sobre la participación de mercenarios en un complot contra las autoridades bolivianas. Recibió cierta información de los gobiernos afectados en respuesta a sus comunicaciones, pero a la vista de las ramificaciones internacionales de las actividades de mercenarios en relación con el incidente, el Grupo de Trabajo insta a todos los gobiernos afectados a que lleven a cabo una investigación transparente del incidente. A este respecto, ha solicitado a las autoridades del Estado Plurinacional de Bolivia que pongan en conocimiento del Grupo de Trabajo los resultados de sus investigaciones.

10. El 9 de octubre de 2009, el Grupo de Trabajo emitió un comunicado como respuesta a las informaciones que señalaban que ex paramilitares de Colombia habían sido reclutados en Honduras para proteger propiedades e individuos en caso de nuevos actos de violencia entre los partidarios del gobierno *de facto* y los del depuesto Presidente Manuel Zelaya. Instó a las autoridades hondureñas a tomar todas las medidas prácticas para prevenir la utilización de mercenarios en su territorio y a investigar a fondo las denuncias sobre su presencia y sus actividades.

11. Por otra parte, a raíz de la decisión de un tribunal federal de distrito de los Estados Unidos por la que se desestimaban los cargos contra cinco guardias de seguridad de la empresa Blackwater acusados de homicidio voluntario y uso ilícito de armas de fuego en relación con un tiroteo que se produjo en 2007 en la plaza de Nisour, en el Iraq, que dejó un saldo de 17 civiles muertos, entre ellos mujeres y niños, y más de 20 heridos, muchos de

¹ Afganistán; Australia; Bolivia (Estado Plurinacional de); Colombia; Croacia; Estados Unidos de América; Fiji; Guinea; Hungría; Irlanda; Israel; Papua Nueva Guinea; Perú; Rumania; Sudáfrica.

gravedad, el Grupo de Trabajo emitió un comunicado en que expresaba su preocupación por la posibilidad de que esa decisión creara una situación en que nadie se hiciera responsable de graves violaciones de los derechos humanos. El Grupo de Trabajo encomia al Gobierno de los Estados Unidos por haber apelado contra esa decisión e insta a que se adopten todas las medidas necesarias para asegurar que, en cumplimiento de las obligaciones internacionales, este tipo de violaciones no queden impunes.

C. Visitas a países

12. El Grupo de Trabajo efectuó dos visitas a países en 2009, una a la República Islámica del Afganistán y la otra a los Estados Unidos de América.

13. El Afganistán, junto con el Iraq, es el mayor teatro de operaciones para las EMSP, y los Estados Unidos, que tienen la mayor presencia militar y diplomática en el Afganistán, son el principal empleador de esas empresas en el país. La presencia y las actividades de las EMSP en el Afganistán están muy interconectadas con el gran número de grupos armados no autorizados de diversos tipos que se encuentran en territorio afgano. El Ministerio del Interior ha estimado que hay por lo menos 2.500 grupos armados no autorizados que actúan en las provincias bajo control gubernamental, que representan menos de la mitad del territorio del país. Existía entre los interlocutores la impresión de que muchos grupos armados *de facto* no estatales utilizaban el proceso de regularización de las EMSP para disfrazar a sus agrupaciones como empresas de seguridad privadas, lo cual reforzaba la impresión de que las EMSP eran una amenaza para la paz y la estabilidad del Afganistán. A comienzos de 2008 el Gobierno del Afganistán inició un amplio proceso de regulación para resolver algunas de esas dificultades y regular las actividades de las EMSP que actuaban en su territorio. No obstante, el Grupo de Trabajo puso de relieve la falta de un proceso sistemático de supervisión e información sobre casos relacionados con el uso de la fuerza por las EMSP, por parte del Gobierno, la Comisión Independiente de Derechos Humanos del Afganistán y la Misión de Asistencia de las Naciones Unidas en el Afganistán (UNAMA).

14. El Grupo de Trabajo no recibió información de primera mano que indicara que empleados de EMSP hubieran intervenido directamente en actividades de combate desde que se aprobó el Reglamento. No obstante, el Grupo de Trabajo observó que, al desempeñar tareas de vigilancia de bases de operaciones avanzadas en zonas de conflicto, un contratista civil, en la medida en que protege objetivos militares legítimos, se convierte en un objetivo militar y puede perder la protección que le otorga el derecho internacional humanitario.

15. La gran mayoría de ONG subrayaron que la intensa presencia de guardias privados armados no generaba un sentimiento de mayor seguridad en la población afgana y que, por el contrario, el elevado número de personas armadas, vehículos y armas creaba un sentimiento de temor e inseguridad. La Comisión Independiente de Derechos Humanos del Afganistán también destacó la falta de claridad en cuanto a la jurisdicción aplicable a las EMSP y la imposibilidad de hacerles rendir cuentas cuando se cometían delitos. Sobre la base de sus averiguaciones, el Grupo de Trabajo hizo varias recomendaciones al Gobierno. El informe completo, con una serie de recomendaciones, figura en una adición al presente informe (A/HRC/15/25/Add.2).

16. El Grupo de Trabajo visitó los Estados Unidos de América entre el 20 de julio y el 3 de agosto de 2009. El Grupo observó que el Gobierno de los Estados Unidos de América recurre considerablemente a las empresas militares y de seguridad privadas para llevar a cabo sus operaciones militares en todo el mundo. Las EMSP estadounidenses dominan este nuevo sector, que genera unas ganancias estimadas entre 20.000 millones y 100.000

millones de dólares anuales. Las fuerzas privadas constituyen casi la mitad del total de las fuerzas desplegadas por los Estados Unidos de América en el Afganistán y el Iraq.

17. El Grupo de Trabajo observó que la información de que dispone el público acerca del alcance y el tipo de los contratos entre el Gobierno de los Estados Unidos y las EMSP es escasa y opaca. La falta de transparencia es especialmente significativa cuando unas empresas subcontratan a otras. La situación es particularmente opaca cuando son las agencias de inteligencia estadounidenses las que contratan EMSP. Habida cuenta de la posibilidad que tienen esas agencias de alegar razones de confidencialidad en interés de la seguridad nacional, el público no tiene acceso a información sobre la empresa contratada, las actividades para las cuales ha sido contratada o la zona en que está desplegada.

18. El Grupo de Trabajo trató con las autoridades de casos que habían planteado inquietudes acerca de la medida en que empresas de seguridad privadas, contratadas para desempeñar funciones defensivas de vigilancia, habían participado en operaciones militares y de inteligencia de carácter ofensivo, y acerca de la estrecha relación entre las agencias de inteligencia y las EMSP.

19. El Grupo de Trabajo examinó información recibida sobre la empresa estadounidense que se denomina actualmente Xe/Blackwater, cuya licencia en el Iraq fue revocada después de que sus empleados abrieron fuego contra civiles inocentes en la plaza Nisour de Bagdad y causaron la muerte de 17 civiles e hirieron de gravedad a más de 20 personas el 16 de septiembre de 2007. En un informe del Congreso sobre la conducta de la empresa en el Iraq se determinó que guardias empleados por Blackwater habían intervenido en casi 200 incidentes de intensificación del uso de la fuerza con armas de fuego —en el 80% de los cuales Xe/Blackwater efectuó los primeros disparos— en el Iraq desde 2005. A pesar de la decisión de las autoridades iraquíes y de los informes del Congreso, Xe/Blackwater siguió actuando en el Iraq por lo menos hasta septiembre de 2009.

20. El Grupo de Trabajo informó también sobre la presunta participación de dos empresas con sede en los Estados Unidos, CACI y L-3 Services (anteriormente Titan Corporation), en la tortura de detenidos iraquíes en la prisión de Abu Ghraib, en el Iraq. CACI y L-3 Services eran los contratistas del Gobierno de los Estados Unidos encargados, respectivamente, de los servicios de interrogatorio y traducción en Abu Ghraib y otras instalaciones del Iraq.

21. El Grupo de Trabajo observó que el Gobierno de los Estados Unidos había adoptado rigurosas medidas correctivas y acogió con agrado la reciente aprobación por las autoridades de los Estados Unidos de leyes y reglamentos encaminados a seguir reforzando la supervisión y la rendición de cuentas de las EMSP. Señaló que la aclaración de la jurisdicción aplicable aún no había dado resultados en cuanto al enjuiciamiento y el castigo de los responsables de violaciones de los derechos humanos y otros delitos. El informe completo y las recomendaciones destinadas a mejorar el mecanismo de supervisión de los Estados Unidos y a asegurar la rendición de cuentas figuran en una adición al presente informe (A/HRC/15/25/Add.3).

22. El Grupo de Trabajo tiene previsto visitar Guinea Ecuatorial del 16 al 21 de agosto de 2010. Durante su visita, el Grupo de Trabajo se ocupará especialmente de las medidas adoptadas por el Gobierno en el contexto de los intentos de golpe de Estado llevados a cabo por mercenarios en 2004 y posteriormente, incluidas las actuaciones judiciales relacionadas con esos casos. También estudiará toda la legislación vigente que sea pertinente para la cuestión de las actividades de los mercenarios, junto con las actividades de las EMSP que actúan en el país.

23. El Grupo de Trabajo también ha recibido una invitación para visitar Sudáfrica en el curso del año a fin de tratar de las actuales iniciativas del Gobierno para asegurar la

supervisión y el control de las actividades de las EMSP sudafricanas y de sus empleados que actúan en otros países.

D. Consultas regionales

24. De conformidad con la resolución 62/145 de la Asamblea General y la resolución 7/21 del Consejo de Derechos Humanos, el Grupo de Trabajo celebró las tres consultas regionales restantes durante el período que abarca el presente informe.

25. Después de la primera consulta para América Latina y el Caribe, celebrada en Panamá en diciembre de 2007², y de la segunda, para Europa Oriental y Asia Central³, celebrada en Moscú en octubre de 2008, el Grupo de Trabajo organizó consultas regionales en Bangkok en octubre de 2009 para Asia y el Pacífico, en Addis Abeba en marzo de 2010 para África, y en Ginebra en abril de 2010 para los países del Grupo de los Estados de Europa Occidental y otros Estados. Los informes sobre cada una de estas tres últimas consultas están disponibles como adiciones al presente informe.

26. Los participantes en la consulta para Asia y el Pacífico señalaron que había en todo el mundo una actividad intensa y creciente de las EMSP y que era necesario aclarar y reforzar el marco jurídico aplicable a esos grupos. Los participantes cambiaron impresiones sobre sus experiencias nacionales con las EMSP, y los representantes del Afganistán y de Fiji hicieron amplias exposiciones sobre la situación de las EMSP en sus respectivos países. El Grupo de Trabajo presentó para el debate elementos de su propuesta de proyecto de convención sobre las EMSP⁴.

27. Asistieron a la consulta de Addis Abeba representantes de 20 países de África y representantes de la Comisión de la Unión Africana. Los participantes facilitaron información amplia sobre recientes actividades de mercenarios en el continente y sus efectos en los derechos humanos, junto con las actividades crecientes de las EMSP en África, y mantuvieron un debate al respecto. El Grupo de Trabajo presentó con cierto detalle los elementos del proyecto de convención y los Estados manifestaron un firme apoyo a la labor realizada por el Grupo de Trabajo en la preparación de dicho texto⁵.

28. La consulta más reciente, que estaba prevista originalmente para octubre de 2010 en Madrid (España), se celebró en abril de 2010 en Ginebra con representantes de los países del Grupo de los Estados de Europa Occidental y otros Estados. El debate se centró en las iniciativas adoptadas por los Estados occidentales a nivel nacional y regional, así como en los elementos de un posible nuevo proyecto de convención distribuidos por el Grupo de Trabajo a todos los Estados miembros a comienzos de enero de 2010. El Grupo de Trabajo expresó su agradecimiento por las observaciones constructivas efectuadas sobre el documento. Mientras que el Grupo de Trabajo tomaba conocimiento de las reservas de la Unión Europea y otros con respecto a una posible nueva convención sobre la cuestión, destacó el objetivo común de una reglamentación más eficaz del sector de la seguridad

² Véase A/HRC/7/7/Add.5, de 5 de marzo de 2008.

³ Véase A/HRC/10/14/Add.3, de 26 de febrero de 2009.

⁴ Asistieron a la consulta representantes del Afganistán, Bangladesh, Camboya, China, Fiji, Jordania, Myanmar, el Pakistán, Qatar, la República Islámica del Irán, Samoa, Tailandia, Viet Nam y el Yemen, así como el observador de Palestina. Véase el informe A/HRC/15/25/Add.4, de 1º de abril de 2010.

⁵ Asistieron a la consulta los representantes de Angola, Argelia, Burkina Faso, el Camerún, Djibouti, Egipto, Etiopía, Guinea Ecuatorial, Madagascar, Malawi, Marruecos, Mauricio, Mozambique, el Níger, la República Centroafricana, la República Democrática del Congo, Sierra Leona, el Sudán, Uganda, Zambia y Zimbabwe, así como representantes de la Comisión de la Unión Africana. Véase el informe A/HRC/15/25/Add.5.

privada a fin de proteger a las personas contra las violaciones de los derechos humanos y asegurar que, cuando se produzcan, los culpables deban rendir cuentas y las víctimas puedan disponer de remedios efectivos⁶.

E. Otras actividades de miembros del Grupo de Trabajo

29. El 27 de mayo de 2010, el Presidente del Grupo de Trabajo, Sr. Gómez del Prado, presentó una ponencia sobre la regulación, el seguimiento y la supervisión de las EMSP en un seminario celebrado en el Centro de Estudios Internacionales de la Universidad de Barcelona. Participaron en ese acto académicos, representantes de la sociedad civil, las fuerzas armadas y empresas de seguridad, los medios de comunicación, expertos y diplomáticos. Entre el 31 de mayo y el 2 de junio de 2010, el Presidente participó, en el Parlamento de Cataluña, en un comité internacional de redacción de expertos independientes acerca de la elaboración de una declaración universal sobre el derecho humano a la paz, una iniciativa emprendida en el marco de la Declaración de Barcelona. El Sr. Gómez del Prado centró su aportación en las consecuencias de las actividades de los mercenarios y las EMSP para el ejercicio de los derechos humanos, y en particular en la obligación de rendir cuentas de las EMSP y su personal.

30. La Sra. Benavides de Pérez presidió una conferencia regional sobre las actividades de los mercenarios y las EMSP en América Latina, celebrada en Bogotá los días 7 y 8 de mayo de 2009. El acto fue organizado por la Universidad Externado de Colombia y la Universidad Javeriana y participaron en él más de 150 expertos, académicos y organizaciones de la sociedad civil, entre los que había representantes de la Oficina del ACNUDH en Colombia, del Comité Internacional de la Cruz Roja en Colombia, del proyecto denominado "Regulating the Privatization of War", del Instituto Universitario Europeo y de un gran número de ONG. El 8 de febrero de 2010, la Sra. Benavides de Pérez pronunció una conferencia sobre el tema "Privatización de la seguridad: desafíos y riesgos para la comunidad internacional" en la Universidad de Antioquia, en Medellín (Colombia). También presentó una ponencia sobre el tema de "Las EMSP en el contexto del derecho internacional humanitario" el 5 de abril de 2010 en la Cátedra Von Humboldt, Universidad Jorge Tadeo Lozano, de Bogotá. Por último, en un debate sobre el tema "¿Obligación de rendir cuentas para los contratistas de seguridad privados? El papel de las Naciones Unidas", celebrado el 19 de mayo de 2010, los organizadores, miembros del Global Policy Forum y el Llamamiento de La Haya por la Paz, dieron lectura a una declaración introductoria de la Sra. Benavides.

III. Progresos realizados en la elaboración de un posible nuevo proyecto de convención sobre las empresas militares y de seguridad privadas

31. En este capítulo, el Grupo de Trabajo informa acerca de los progresos realizados en la elaboración de un posible nuevo proyecto de convención sobre las empresas militares y de seguridad privadas. Se analizan el contexto, la finalidad, el alcance y el contenido de dicha convención. Se presentan también un resumen del proceso de consultas en el que ha participado el Grupo de Trabajo en cumplimiento de la resolución 10/11 de 26 de marzo de 2009 y un resumen de las respuestas recibidas de los Estados, las entidades no

⁶ Asistieron a la consulta representantes de Alemania, Australia, Austria, el Canadá, España, los Estados Unidos de América, Finlandia, Francia, Grecia, Italia, Noruega, los Países Bajos, el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, Suecia, Suiza y Turquía, así como representantes de la Unión Europea. Véase A/HRC/15/25/Add.6.

gubernamentales y el sector académico. Se adjunta en forma de anexo al informe un posible proyecto de convención internacional sobre las empresas militares y de seguridad privadas.

A. Contexto y finalidad

32. El Grupo de Trabajo ha expresado reiteradamente su inquietud acerca de los efectos de las actividades de las EMSP en el ejercicio de los derechos humanos. En los informes sobre sus misiones ha facilitado información detallada sobre violaciones graves de los derechos humanos perpetradas por empleados de esas empresas, en particular cuando operan en zonas de conflicto o en situaciones posteriores a un conflicto, y sobre la falta de transparencia y la imposibilidad de exigir responsabilidades a las EMSP. Estas inquietudes se basan en los datos recabados por el Grupo de Trabajo, especialmente los obtenidos en sus misiones a países donde están operando EMSP, como el Afganistán, donde están registradas las empresas, como los Estados Unidos de América y el Reino Unido, y donde se recluta personal, como Fiji y diversos países de América Latina.

33. El uso de EMSP nacionales e internacionales ha afectado el ejercicio de los derechos humanos en varios países, en particular en aquellos donde este sector no se ha regulado. Por ejemplo, las EMSP que actúan en zonas donde la situación es muy inestable se han visto arrastradas a actividades de tipo militar y han participado en combates y en muchos incidentes en que se han utilizado armas de fuego.

34. Además, varios de estos incidentes han demostrado la opacidad del reparto de responsabilidades entre las EMSP y los Estados, ya sean los Estados donde tienen su sede las empresas, los que las contratan o aquellos donde realizan sus operaciones. En algunos casos no se han esclarecido la identidad y la cadena de mando entre las EMSP y el cliente y ello ha dado pie a situaciones en las que no se han depurado responsabilidades.

35. En una carta de fecha 23 de abril de 2010 dirigida a los Estados miembros, el Grupo de Trabajo resumió las razones básicas de sus propuestas sobre la aprobación de un nuevo instrumento jurídico internacional destinado a establecer criterios para la regulación, el control y la supervisión de las actividades de las EMSP. A continuación se presentan los principales argumentos.

36. Tal como se señala en su anterior informe al Consejo de Derechos Humanos (véase A/HRC/10/14/Add.2), el Grupo de Trabajo determinó la existencia de un vacío en la reglamentación de las actividades de las EMSP a nivel internacional. Si bien existe una serie de normas con arreglo al derecho internacional humanitario y a la legislación en materia de derechos humanos que podrían aplicarse a los Estados en sus relaciones con las EMSP, el Grupo de Trabajo observó que han surgido dificultades en la aplicación de las leyes nacionales, en particular para las EMSP internacionales que operan en un Estado extranjero, así como dificultades en la realización de investigaciones en zonas de conflicto. El efecto de esta situación es que raramente se tiene a las EMSP por responsables de las violaciones de los derechos humanos. Aunque a lo largo de los años se han hecho intentos de llenar este flagrante vacío, la rendición de cuentas de los contratistas militares y de seguridad privados continúa constituyendo un desafío, y sigue habiendo una alarmante falta de enjuiciamientos.

37. El segundo argumento a favor de un instrumento jurídico internacional enlaza con la propia naturaleza del sector de las EMSP y sus efectos en el ejercicio de los derechos humanos. A juicio del Grupo de Trabajo, los servicios prestados por las EMSP no deberían considerarse productos comerciales normales que puedan reglamentarse por medio de iniciativas de autorregulación. Los servicios que prestan las EMSP son sumamente específicos y peligrosos, y conllevan el comercio con una amplia gama de servicios

militares y de seguridad que exigen la formulación de normas y mecanismos de supervisión internacionales.

38. La tercera razón guarda relación con el hecho de que normalmente los trabajadores de una EMSP no pueden considerarse mercenarios, según la definición de mercenario que figura en el artículo 47 del Protocolo adicional a los Convenios de Ginebra de 12 de agosto de 1949 relativo a la protección de las víctimas de los conflictos armados internacionales y en el artículo 1 de la Convención Internacional contra el reclutamiento, la utilización, la financiación y el entrenamiento de mercenarios, de 4 de diciembre de 1989. La definición de mercenarios empleada en ambos textos no se aplica, en general, al personal de las EMSP que operan legalmente en países extranjeros.

39. El objetivo de un nuevo instrumento jurídico vinculante no es prohibir las EMSP, sino establecer unos requisitos internacionales mínimos para que los Estados partes regulen las actividades de las EMSP y sus empleados. Además, el Grupo de Trabajo, preocupado por la amplia contratación externa de funciones militares y de seguridad y por el creciente papel de las EMSP en los conflictos armados, las situaciones posteriores a un conflicto y las de conflicto armado de baja intensidad, recomienda prohibir la contratación externa con EMSP de funciones inherentes al Estado según el principio del monopolio del uso legítimo de la fuerza por el Estado. Estas funciones se detallan más adelante.

40. La convención propuesta reafirmaría las responsabilidades de los Estados en lo tocante a las actividades de las EMSP. Los Estados tienen la responsabilidad de cumplir sus obligaciones con arreglo a las normas internacionales de derechos humanos, entre otras cosas mediante la adopción de las medidas legislativas y de otro tipo que pudieran ser necesarias para dar efecto a dichas obligaciones. Con este fin, tienen la obligación de tomar las medidas adecuadas para prevenir e investigar los casos de conducta indebida por parte de las EMSP y de su personal, castigar a los culpables y proporcionar remedios efectivos a las víctimas. El Comité de Derechos Humanos ha hecho hincapié en estas responsabilidades legales de los Estados, que siguen vigentes aun en el caso de que un Estado opte por contratar externamente ciertas actividades. El Comité ha declarado que "otorgar contratos al sector comercial privado para que se encargue de actividades estatales básicas que incluyen el uso de la fuerza y la detención de personas no exime a un Estado parte de sus obligaciones con arreglo al Pacto"⁷.

41. Por último, el nuevo instrumento jurídicamente vinculante propuesto está pensado para garantizar que los Estados tomen todas las medidas necesarias para promover la transparencia, la responsabilidad y la rendición de cuentas cuando recurran a los servicios de EMSP y de su personal y establezcan mecanismos para la rehabilitación de las víctimas.

42. El Grupo de Trabajo cree que el Consejo de Derechos Humanos sería el mejor foro para la elaboración de un nuevo instrumento internacional para la regulación, la supervisión y el control de las EMSP, con el fin de, entre otras cosas, afrontar los desafíos mencionados.

B. Ámbito de aplicación

43. Dado que organizaciones intergubernamentales como las Naciones Unidas, la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), la Unión Europea y otras utilizan los servicios de EMSP, el Grupo de Trabajo considera importante establecer un marco de trabajo en virtud del cual estas organizaciones puedan adherirse a la convención dentro de los límites de su competencia con respecto a las EMSP, sus actividades y su personal.

⁷ A/58/40 (vol. II) de 1º de noviembre de 2003, comunicación N° 1020/2002, *Cabal y Pasini c. Australia*, párr. 7.2, pág. 367.

44. Siguiendo el ejemplo de la convención internacional que ha entrado en vigor más recientemente, la Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad, cuyo artículo 44 establece que las organizaciones de integración regionales serán tratadas como Estados partes en aquellas cuestiones que les competan, el Grupo de Trabajo ha incluido una cláusula similar en su proyecto de convención.

45. El artículo 3 del proyecto de convención estipula que el texto propuesto se aplicará a los Estados y las organizaciones intergubernamentales, dentro de los límites de su competencia, con respecto a las EMSP, sus actividades y su personal.

46. Por último, el proyecto de convención especifica que ésta se aplicaría a todas las situaciones, se definan o no como un conflicto armado.

C. Contenido

47. El proyecto de convención adjunto al informe se compone de seis partes.

48. En el preámbulo se reafirman, entre otras cosas, los principios y las normas internacionales pertinentes de derechos humanos y del derecho internacional humanitario; se expresa preocupación por el aumento de la delegación o contratación externa de funciones inherentes al Estado, que mina la capacidad del Estado para retener el monopolio del uso legítimo de la fuerza; se reitera que la responsabilidad por las violaciones de las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario pueden imputarse no sólo a los Estados sino también a las organizaciones intergubernamentales y agentes no estatales; se recuerdan los artículos de la Comisión de Derecho Internacional sobre la responsabilidad del Estado, y el compromiso internacional de prevenir la impunidad por los crímenes de guerra, los crímenes de lesa humanidad, el genocidio y las infracciones graves de los Convenios de Ginebra; se recuerda el deber de todos los Estados de prevenir las violaciones de los derechos humanos por medio de medidas legislativas y de otro tipo, de investigar las denuncias de violaciones de los derechos humanos y, en su caso, de enjuiciar y castigar a los culpables, así como de proporcionar remedios efectivos a las víctimas; y también se reconoce el deber de todos los Estados de prevenir las violaciones de los derechos humanos u otros abusos cometidos por empresas transnacionales y otras empresas comerciales o con la participación de éstas; se considera que las víctimas de violaciones de los derechos humanos tienen derecho a remedios efectivos; y se declara que es preciso idear mecanismos para asegurar que se exijan responsabilidades a los Estados, las organizaciones intergubernamentales y las EMSP.

49. Las disposiciones generales del proyecto de convención se exponen en la parte I e incluyen el propósito, las definiciones y el ámbito de aplicación. Los propósitos de la convención son los siguientes:

- Reafirmar y reforzar la responsabilidad de los Estados con respecto al uso de la fuerza y reiterar la importancia del monopolio del uso legítimo de la fuerza por parte de los Estados;
- Determinar las funciones que son inherentes al Estado y que en ninguna circunstancia pueden ser objeto de contratación externa;
- Regular las actividades de las EMSP y los subcontratistas;
- Promover la cooperación internacional entre los Estados sobre la expedición de licencias y la regulación de las actividades de las EMSP para afrontar más eficazmente los desafíos que se planteen al pleno cumplimiento de sus obligaciones en materia de derechos humanos, incluido el derecho a la libre determinación;

- Establecer y aplicar mecanismos de seguimiento de las actividades de las EMSP y las violaciones de las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario, en particular todo uso ilegal o arbitrario de la fuerza cometido por las EMSP, para enjuiciar a los infractores y proporcionar remedios efectivos a las víctimas.

50. Los términos utilizados en el proyecto de convención están definidos en el artículo 2. En particular, se propone definir una EMSP como "la entidad empresarial que presta servicios militares y/o de seguridad remunerados por medio de personas físicas y/o personas jurídicas". Los servicios militares referidos son servicios especializados vinculados con actividades militares, como planificación estratégica, inteligencia, investigación, reconocimiento terrestre, marítimo o aéreo, vuelos de todo tipo, tripulados o no, vigilancia por satélite, cualquier tipo de transferencia de conocimientos con aplicaciones militares, apoyo material y técnico a las fuerzas armadas y otras actividades conexas, mientras que los servicios de seguridad son la guardia y protección armadas de edificios, instalaciones, propiedades y personas, cualquier tipo de transferencia de conocimientos con aplicaciones en los ámbitos de la seguridad y la policía, el desarrollo y la aplicación de medidas de seguridad de la información y otras actividades conexas.

51. El Grupo de Trabajo describe las funciones inherentes al Estado como aquellas que no pueden contratarse externamente con una EMSP en ninguna circunstancia. Entre ellas, en consonancia con el principio del monopolio del uso legítimo de la fuerza por parte del Estado, se cuentan la participación directa en las hostilidades, la participación en operaciones bélicas y/o de combate, la captura de prisioneros, las tareas de espionaje, inteligencia y transferencia de conocimientos con aplicaciones militares, de seguridad y policiales, el uso de armas de destrucción en masa y otras actividades conexas, y las atribuciones policiales, especialmente las facultades de arresto o detención, incluida la de interrogar a los detenidos.

52. Los principios generales que gobiernan el tratado se estipulan en la parte II del proyecto de convención. Los ocho principios son: la responsabilidad del Estado parte con respecto a las actividades militares y de seguridad de las EMSP registradas o que operan en su jurisdicción, el respeto de los principios del estado de derecho por las EMSP, el respeto de la soberanía de los Estados por parte de las EMSP, la obligación del Estado parte de prohibir a las EMSP la participación directa en hostilidades, actos terroristas y acciones militares que constituyan violaciones del derecho internacional, la prohibición de contratar externamente con una EMSP funciones inherentes al Estado, incluido el uso de ciertas armas que causen daños superfluos o sufrimientos innecesarios, y la prohibición de la adquisición, la posesión o el tráfico ilícitos de armas y municiones por las EMSP y su personal.

53. La parte III se refiere al régimen nacional de regulación y supervisión, la obligación de someter a la concesión de licencias los servicios de las EMSP, el establecimiento de un registro nacional, las obligaciones de adiestrar y someter a un examen riguroso al personal de las EMSP y de respetar las normas básicas en materia laboral y la regulación del uso de la fuerza y de las armas de fuego por las EMSP.

54. La cuestión de la responsabilidad de los Estados partes de imponer sanciones penales, civiles y/o administrativas a los infractores y de proporcionar reparación a las víctimas se aborda en la parte IV. El proyecto de convención describe la obligación de los Estados partes de velar por que su legislación nacional tipifique como delitos el desempeño de funciones inherentes al Estado, el empleo ilícito de la fuerza y de armas de fuego y el empleo ilícito de ciertas armas y el tráfico ilícito de armas por parte de las EMSP. Además, todas las actividades de las EMSP que se lleven a cabo sin la licencia y la autorización necesarias también se considerarán delitos. Los Estados partes están obligados a garantizar

que se establezca la responsabilidad penal individual, que las EMSP y sus empleados rindan cuentas y que se proporcione reparación efectiva a las víctimas.

55. Esta parte se ocupa también de otros aspectos, como la responsabilidad de las entidades y las personas jurídicas, el establecimiento de la jurisdicción de los Estados, las obligaciones en materia de enjuiciamiento y las medidas de extradición. El proyecto de instrumento también dispone el establecimiento de un fondo internacional para la rehabilitación de las víctimas.

56. La parte V trata del establecimiento de un comité de regulación, supervisión y control de las EMSP. De conformidad con los procedimientos establecidos en los tratados internacionales de derechos humanos, el comité recibiría informes de los Estados partes sobre las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que éstos hubieran adoptado y que darían efecto a las disposiciones de la convención. El proyecto de convención prevé también un procedimiento de investigación y un procedimiento de denuncia individual. También recibiría denuncias de Estados partes que consideraran que otro Estado parte no estuviera dando efecto a las disposiciones de la Convención y, de ser necesario, formaría una comisión especial de conciliación. El proyecto propone también que el Secretario General establezca un registro internacional de las EMSP que operen en el mercado internacional a partir de información facilitada por los Estados partes. Cada Estado parte proporcionaría anualmente al registro datos sobre las importaciones y exportaciones de servicios militares y de seguridad de las EMSP e información normalizada sobre las EMSP registradas y autorizadas por el Estado parte.

57. La parte VI contiene las disposiciones finales, incluidas la ratificación, entrada en vigor, enmiendas y reservas, y también se basa en disposiciones existentes en otras convenciones de derechos humanos.

D. Observaciones de los Estados miembros y de entidades no gubernamentales

1. Proceso

58. De conformidad con la resolución 10/11 del Consejo de Derechos Humanos, de 20 de marzo de 2009, el Grupo de Trabajo organizó entre julio de 2009 y mayo de 2010 una serie de consultas con una amplia variedad de partes interesadas en el contenido y el alcance de un posible proyecto de convención.

59. El 15 de julio de 2009 se envió el proyecto inicial de una posible convención a unos 250 expertos, académicos y ONG para que formularan observaciones. Se les dio de plazo hasta finales de septiembre de 2009 para que presentasen sus aportaciones acerca del contenido y el alcance de la convención. El Grupo de Trabajo recibió aproximadamente 45 respuestas escritas de este grupo a la carta que se envió, con un total de más de 400 observaciones⁸.

⁸ Presentaron observaciones las siguientes instituciones y personas: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF); fundación FAFO; Comité Internacional de la Cruz Roja; Human Rights Advocates; Omega Research Foundation; Alfred de Zayas, Geneva School of Diplomacy; Helena Torroja, Universitat de Barcelona, y Sònia Güell, Universitat Pompeu Fabra; Víctor Guerrero, Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá; Sabelo Gumedze, Institute for Security Studies; Dr. Alexander Volevodz, Sr. Ivan Safranchuk, Instituto Estatal de Moscú de Relaciones Internacionales, Ministerio de Relaciones Exteriores de la Federación de Rusia; Prof. Marco Sassòli, Prof. Vincent Chetail, Lindsay Cameron, Faculté de Droit, Université de Genève; Paul Higate, Bristol University; Emily Speers Mears, HPCR/consultor independiente; Christopher Kinsey, King's College, Londres; Claribel de Castro Sánchez, Universidad UNED; Olga Martín Ortega, University of East

60. Durante su séptimo período de sesiones, celebrado en Nueva York en julio de 2009, el Grupo de Trabajo organizó dos actos en colaboración con el International Peace Institute (IPI). El primero fue un foro de políticas celebrado a mediodía con el objetivo de explorar las iniciativas en curso dentro y fuera de las Naciones Unidas para desarrollar un sistema internacional más eficaz de regulación, supervisión y rendición de cuentas. Entre los ponentes figuraban Peter Maurer, Embajador de Suiza, James Cockayne, asociado superior del International Peace Institute (IPI), y Shaista Shameem, en calidad de Presidenta-Relatora del Grupo de Trabajo. Asistieron al acto más de 50 participantes de embajadas, las Naciones Unidas y la sociedad civil.

61. El segundo acto fue un taller a puerta cerrada de cuatro horas con expertos y representantes de la sociedad civil, principalmente con sede en los Estados Unidos de América, para debatir el contenido y el alcance de un posible instrumento jurídico para la regulación de las EMSP. El acto congregó a más de 20 participantes y proporcionó una oportunidad inicial para que el Grupo de Trabajo pudiera debatir, en particular, la cuestión de las funciones inherentes al Estado que no deben contratarse externamente con EMSP y el sistema de aplicación y cumplimiento establecido en el proyecto de convención.

62. Esta reunión resultó extremadamente útil al Grupo de Trabajo para entablar un debate inicial con expertos sobre el alcance, el contenido y el mecanismo de supervisión previstos en la convención. Ello ayudó sobremanera al Grupo de Trabajo a abordar algunos de los elementos clave del proyecto y ciertas deficiencias potenciales. El Grupo de Trabajo aprovecha esta oportunidad para agradecer al IPI la organización de estos dos importantes actos.

63. El 25 de julio de 2009, en una reunión celebrada en Bogotá (Colombia) por la Red Académica sobre la Privatización de la Seguridad de Colombia, la Sra. Benavides de Pérez dirigió el debate de un grupo de expertos sobre el proyecto de convención propuesto. El 26 de agosto de 2009 se celebró en Quito (Ecuador) otra reunión similar con 25 representantes de ONG y del sector académico. Las conclusiones y recomendaciones de ambas reuniones fueron enviadas al Grupo de Trabajo. El Grupo de Trabajo expresa su gratitud a la oficina del ACNUDH en Colombia y el Ecuador por la organización de estas dos reuniones.

London, y Kristopher Kerstetter, Linklaters LLP; Julio Jorge Urbina, Universidad de Santiago de Compostela; Francesco Francioni y Christine Bakker, European University Institute, Florencia; Susanne Schmeidl, experta en EMSP en el Afganistán; Andrei Kozik, IILSR, Belarús; Vera Rusinova, Universidad Estatal Immanuel Kant de Rusia; Ottavio Quirico, European University Institute, Florencia; Natalino Ronzitti, Università LUISS, Roma; Michael Love, Fiscal de los Estados Unidos de América; Petr Kremnev, Universidad Estatal de Moscú Lomonosov, Moscú; Red Académica de Colombia y aportaciones derivadas de una reunión académica en el Ecuador; Cora Weiss, Llamamiento de La Haya por la Paz; Doug Brooks, International Peace Operations Association, Washington; James Cockayne, International Peace Institute (IPI); Svyatoslav Shchegolev, MGIMO, Universidad Estatal de Moscú de Relaciones Internacionales; Paul Robinson, University of Ottawa; Yuri S. Apukhtin, ZAO Neva Line, San Petersburgo; Gleb I. Bogush, Universidad Estatal de Moscú Lomonosov; Vyacheslav V. Gavrilov, Instituto de Derecho, Universidad Nacional de Extremo Oriente, Federación de Rusia; Karen A. Gevorkyan, Yerevan State University, Armenia; Svetlana V. Glotova, Universidad Estatal de Moscú Lomonosov, y Natalya A. Zivadze, Instituto de Estado y Derecho, Academia Rusa de la Ciencia; Academia de Administración TISBI, Kazán, Federación de Rusia; Oumed Mansourov, Universidad Eslava Ruso-Tayika, Dushanbé; Alexander B. Mezyaev, Academia de Administración TISBI Kazán; Inna A. Orlova, Universidad Estatal Técnica Marina de San Petersburgo; Zhyldyz Ch. Tegizbekova, Universidad Eslava Kirguis-Rusa, Bishkek; Yuzejir Yu. Mammadov, Universidad Estatal de Kazán, Federación de Rusia; Dra. Carmen Quesada Alcalá (UNED) y Dra. Ruth Abril Stoffels (CEU-UCH), España; Dra. Adela Rey Aneiros (Cátedra Jean Monnet, Facultad de Derecho de la Universidad de A Coruña), España; Dr. Cesáreo Gutiérrez Espada y María José Cervell Hortal (Universidad de Murcia), España.

64. A través de uno de sus miembros, José L. Gómez del Prado, el Grupo de Trabajo también colaboró con una red de académicos de 15 universidades españolas, el Centro de Estudios de Derecho Internacional Humanitario de la Cruz Roja Española, el Instituto de Estudios sobre Conflictos y Acción Humanitaria y ONG sobre la elaboración del proyecto de convención. A este respecto, la Facultad de Derecho de la Universidad Española de Educación a Distancia (UNED) organizó un seminario a puerta cerrada en Madrid los días 19 y 20 de noviembre de 2009. Durante el seminario se formularon una serie de recomendaciones constructivas y prácticas que han contribuido a mejorar el texto del proyecto.

65. Entre septiembre y diciembre de 2009 el Grupo de Trabajo estudió las observaciones recibidas de todas las partes interesadas mencionadas y redactó una versión enmendada del proyecto de convención.

66. En una segunda fase, y de conformidad con la citada resolución en que se exhorta al Grupo de Trabajo a que "intercambie con los Estados miembros, por intermedio de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, ideas sobre un posible proyecto de convención relativo a las empresas militares y de seguridad privadas, les solicite comentarios sobre el contenido y el alcance de esa convención y transmita sus respuestas al Grupo de Trabajo", el Grupo de Trabajo preparó una nota sobre los elementos de un posible proyecto de convención sobre las empresas militares y de seguridad privadas (EMSP) para que los Estados miembros formularan observaciones. Este texto de nueve páginas se distribuyó en forma de nota verbal el 4 de enero, y se dio hasta el 15 de marzo de 2010 para responder. El plazo máximo para presentar observaciones se prorrogó posteriormente hasta el 15 de mayo de 2010.

67. El Grupo de Trabajo recibió respuestas por escrito de Australia, Azerbaiyán, Belarús, el Canadá, Cuba, el Ecuador, Egipto, Eslovenia, España (en nombre de la Unión Europea), los Estados Unidos de América, la Federación de Rusia, Guatemala, el Líbano, Qatar, el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, Serbia, Sudáfrica, Suiza y Trinidad y Tabago⁹.

68. El Grupo de Trabajo recibió también observaciones por escrito de las instituciones de la Comunidad de Estados Independientes¹⁰.

69. De forma paralela a este proceso, el Grupo de Trabajo también recibió aportaciones sobre las ideas contenidas en los elementos del proyecto durante las tres consultas regionales celebradas en Bangkok, Addis Abeba y Ginebra. Además, el Grupo de Trabajo organizó sesiones de información para todas las misiones permanentes en Ginebra durante su período de sesiones de abril de 2010.

2. Observaciones generales

70. Muchos Estados y expertos subrayaron su apoyo general a la convención e hicieron hincapié en la necesidad de fortalecer las obligaciones legales en relación con las EMSP y

⁹ Algunas de las observaciones se están traduciendo todavía y pueden no haber quedado plenamente reflejadas en el presente informe.

¹⁰ Presentaron observaciones las siguientes instituciones de la Comunidad de Estados Independientes: el Comité Ejecutivo de la CEI; el Comité de Directores de Unidades de Fuerzas de Seguridad del Consejo de Jefes de Servicios de Aduanas de los Estados miembros de la CEI; el Consejo Coordinador del Servicio Intergubernamental de Comunicaciones de Mensajería; el Servicio Coordinador del Consejo de Comandantes de Tropas de Frontera de la CEI; el Consejo Coordinador de Directores de Órganos para la Investigación Fiscal/Financiera de los Estados miembros de la CEI; la Academia de la Fiscalía General de la Federación de Rusia; el Servicio Federal de Protección de la Federación de Rusia y el Servicio Federal de Inmigración de la Federación de Rusia.

poner en marcha un sistema de licencias y registro. También destacaron el papel clave de las Naciones Unidas en el control de las actividades de las EMSP.

71. Un país afirmó que el proyecto de convención debería poner el énfasis en el deber que tienen los Estados partes de aplicar todas las obligaciones internacionales, y no sólo las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario.

72. En otra observación se planteó la cuestión de la condición jurídica del personal de las EMSP, que no se aborda en el texto del proyecto. Se destacaba que uno de los objetivos de una futura convención debería ser la adopción de una definición jurídica internacional del estatuto de las EMSP, el establecimiento de criterios para la legalización de sus actividades, y la distinción entre las actividades de las EMSP y otras formas tradicionales de la actividad de los mercenarios.

73. Otros expresaron la opinión de que un tratado tal vez no fuera la forma más efectiva de mejorar la supervisión y la exigencia de responsabilidades al sector, y argumentaron que las leyes existentes proporcionaban un marco efectivo para comprender las obligaciones de los Estados de regular las EMSP y exigirles responsabilidades. Hicieron referencia a otras iniciativas existentes, en particular al Documento de Montreux¹¹, que recuerda las obligaciones existentes de los Estados, las EMSP y su personal con arreglo al derecho internacional en todos los casos en que haya una presencia de EMSP en conflictos armados.

74. El sector de las EMSP comunicó al Grupo de Trabajo que está tratando de lograr una mayor claridad con respecto a su situación jurídica y un mejor reconocimiento en la percepción que el público tiene de esas empresas. El sector subrayó la importancia de contar con un tratado que disfrute del apoyo de las principales partes interesadas en el debate para tener un efecto positivo en el ejercicio por todas las personas de sus derechos humanos.

3. Alcance de la convención

75. Algunas de las observaciones recibidas se referían a la aplicabilidad directa a las EMSP, es decir a las entidades distintas a los Estados, de algunas obligaciones descritas en el proyecto de convención. El Grupo de Trabajo consideró que la responsabilidad principal debería corresponder a los Estados partes en la convención y las organizaciones intergubernamentales que se adhirieran al instrumento. El Grupo de Trabajo aclaró este extremo en su texto más reciente.

76. Un número significativo de expertos destacó que el alcance del proyecto de convención debería ser lo más amplio posible y cubrir todas las situaciones, y no sólo los conflictos armados, para reconocer la incesante evolución de las actividades que llevan a cabo las EMSP en situaciones cada vez más variadas en todo el mundo. El texto del proyecto refleja esta observación.

4. Aplicación nacional

77. En algunas observaciones se señaló que el régimen obligatorio de licencias establecido en el proyecto de convención tiene la ventaja de que, al exigir el consentimiento tanto del Estado importador como del exportador, garantiza que todos los Estados involucrados otorguen su consentimiento formal a las operaciones que tengan lugar. Ello también haría más fácil determinar en qué lugar y en qué momento está operando cada EMSP.

78. En otras observaciones se lamentó que el texto del proyecto no especificase criterios para conceder licencias y que la decisión de concederlas se dejase en las manos de los

¹¹ A/63/467-S/2008/636, de 6 de octubre de 2008.

Estados partes. Se afirmaba que ello podría dar pie a situaciones en las que se concedieran licencias a compañías que no respetasen las normas internacionales.

79. En algunas observaciones se indicó que la convención podría ir más allá, y propusieron que se estableciese un sistema de licencias a nivel internacional, administrado por un órgano intergubernamental. Se aseguraba que ello proporcionaría un registro central y accesible directamente, y evitaría la necesidad de recurrir a los registros de los distintos Estados.

80. La idea de crear un fondo especial para compensar a las víctimas de delitos cometidos por personal de las EMSP fue acogida positivamente por muchos. Sin embargo, algunos hicieron énfasis en que el texto del proyecto podría ser más explícito con respecto al funcionamiento y los métodos de trabajo del fondo, como la definición de la noción de "víctima", el importe de las indemnizaciones y de las aportaciones de los Estados, y la correlación existente entre la obligación de las EMSP y los Estados de compensar a las víctimas.

81. Algunos Estados argumentaron que la regulación legislativa propuesta, el régimen de licencias, los requisitos de contratación y adiestramiento, y la supervisión y el control descritos en el proyecto de convención podrían conllevar gastos de aplicación muy elevados para los Estados, lo que podría desincentivar su ratificación. Además, algunos expresaron inquietud sobre la utilidad de exigir a los Estados que estableciesen regímenes nacionales de licencias que probablemente diferirían mucho entre una jurisdicción y otra.

5. Funciones inherentes a los Estados

82. Varios expertos y Estados afirmaron que no existe en el derecho internacional una definición acordada sobre cuáles son las funciones inherentes a los Estados, y consideraron que definir esas funciones podría resultar difícil.

83. Otros afirmaron que era crucial establecer normas claras para las EMSP y sus actividades, a la vista de la tendencia creciente hacia la delegación de funciones militares y de seguridad en empresas privadas. Señalaron que ese instrumento era esencial para garantizar que el Estado conservara el monopolio del uso de la fuerza. Algunos consideraron satisfactoria la propuesta de distinción presentada en el proyecto de convención entre las funciones inherentes al Estado que no podían contratarse externamente y los servicios que podían delegarse en las EMSP, mientras que otros pidieron un enfoque más restrictivo.

84. Algunos recordaron que, aunque no exista una definición acordada internacionalmente sobre las funciones inherentes a los Estados, ciertas disposiciones del derecho internacional humanitario excluían específicamente la contratación externa por parte del Estado de ciertas tareas, como el ejercicio del poder del oficial responsable de los campamentos de prisioneros de guerra o los centros de internamiento de civiles (véanse el artículo 39 del Tercer Convenio de Ginebra y el artículo 99 del Cuarto Convenio de Ginebra). Añadieron que, si bien no se prohibía de forma específica la participación directa de civiles en las hostilidades, su participación conllevaría, al menos, la pérdida de ciertos privilegios, como la inmunidad contra los ataques.

6. Órgano internacional de supervisión y control

85. En varias observaciones se pidió que en la convención se estableciese algún mecanismo de solución de controversias y denuncias que operase con total transparencia; otras expresaron decepción por el hecho de que el derecho individual a presentar peticiones al Comité se concediera únicamente con respecto a los países que dieran su consentimiento para ese proceso.

86. Un Estado señaló que la disposición sobre la comisión de conciliación no estaba suficientemente detallada y no especificaba qué sucedería si un Estado no aceptase las recomendaciones de la comisión de conciliación y, en caso de aceptación, quién sería responsable de aplicar esas recomendaciones. Algunos consideraban también que para garantizar la aplicación de la convención no hacía falta un mecanismo confidencial para la solución de controversias entre Estados.

87. En otras observaciones se advirtió de que la necesidad de transparencia no debía soslayar el derecho a la intimidad o provocar que el sector de las EMSP dejase de colaborar.

88. Por último, algunos expertos señalaron que era preciso prestar especial atención a garantizar que los Estados menos desarrollados contasen con apoyo para fortalecer su capacidad para regular a las EMSP, tanto mediante la asistencia técnica del Comité como a través de financiación.

IV. Conclusiones y recomendaciones

89. El Grupo de Trabajo aprovecha esta oportunidad para expresar su agradecimiento a todos los Estados miembros y entidades no gubernamentales, expertos y académicos que han colaborado con el Grupo de Trabajo en esta importante labor, han contribuido con sus conocimientos a este proceso y han presentado observaciones constructivas sobre los elementos de un posible proyecto de convención internacional sobre las EMSP.

90. El Grupo de Trabajo desea destacar su gran preocupación por los efectos de las actividades de las EMSP en el ejercicio de los derechos humanos, en especial cuando operan en situaciones de conflicto y posteriores a un conflicto y de conflictos armados de baja intensidad, y señala que raramente se exigen responsabilidades a las EMSP y a su personal por violaciones de los derechos humanos.

91. El objetivo del nuevo instrumento jurídico propuesto no es la prohibición de las EMSP, sino el establecimiento de normas mínimas internacionales para que los Estados partes regulen las actividades de las EMSP y de su personal.

92. El Grupo de Trabajo cree que el Consejo de Derechos Humanos constituiría el mejor foro para la elaboración de un nuevo instrumento internacional para la regulación, la supervisión y el control de las EMSP, a fin de abordar los efectos de las actividades de las EMSP en los derechos humanos.

93. El Grupo de Trabajo exhorta a los Estados miembros a estudiar cuidadosamente la presente propuesta de proyecto de un posible nuevo instrumento jurídico internacional para regular las EMSP, y recomienda que el Consejo de Derechos Humanos establezca un grupo de trabajo intergubernamental de composición abierta encargado de redactar una nueva convención teniendo en cuenta la labor inicial realizada por el Grupo de Trabajo sobre la utilización de mercenarios.

Anexo**Proyecto de una posible convención sobre las empresas militares y de seguridad privadas (EMSP) para su examen y la adopción de medidas por el Consejo de Derechos Humanos**

Las Partes en la presente Convención,

Reafirmando los principios generales consagrados en la Carta de las Naciones Unidas, las obligaciones *erga omnes* relativas a la protección de los derechos humanos y la estricta adhesión a los principios de igualdad soberana, integridad territorial e independencia política de todos los Estados, el derecho de libre determinación de los pueblos y la prohibición de la amenaza o el uso de la fuerza en las relaciones internacionales, de la propaganda en favor de la guerra y de la injerencia en asuntos que son esencialmente de la jurisdicción interna de los Estados,

Reafirmando además los principios y normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario y su complementariedad,

Teniendo presente el principio universal de no discriminación contenido en todos los instrumentos internacionales de derechos humanos y los derechos laborales básicos reconocidos en los convenios de la OIT,

Recordando los artículos de la Comisión de Derecho Internacional sobre la responsabilidad de los Estados,

Conscientes del compromiso internacional de prevenir la impunidad por los crímenes de guerra, los crímenes de lesa humanidad, el genocidio y las infracciones graves de los Convenios de Ginebra, y afirmando a este respecto los principios del Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional,

Reconociendo el deber de todos los Estados de prevenir las violaciones de los derechos humanos por medio de medidas legislativas y de otro tipo, de investigar las denuncias de violaciones y, en su caso, de enjuiciar y castigar a los culpables, así como de proporcionar remedios efectivos a las víctimas,

Reconociendo además el deber de todos los Estados de prevenir las violaciones de los derechos humanos u otros abusos cometidos por empresas transnacionales y otras empresas comerciales, o con la participación de éstas,

Teniendo presentes otras convenciones internacionales pertinentes como la Convención de La Haya para la Protección de los Bienes Culturales en caso de Conflicto Armado de 14 de mayo de 1954 y sus dos Protocolos y la Convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales de la UNESCO, de 2005,

Preocupados por el aumento de la delegación o contratación externa de funciones inherentes a los Estados, que mina la capacidad del Estado para retener el monopolio del uso legítimo de la fuerza,

Tomando en consideración la Convención Internacional contra el reclutamiento, la utilización, la financiación y el entrenamiento de mercenarios, así como la Convención para la eliminación de la actividad de mercenarios en África de la OUA,

Considerando que la responsabilidad por las violaciones del derecho internacional humanitario y de los derechos humanos puede imputarse no sólo a los Estados sino también

a las organizaciones intergubernamentales y agentes no estatales, incluidas las empresas militares y de seguridad privadas (EMSP), y que es preciso idear mecanismos para asegurar que se exijan responsabilidades a los Estados, las organizaciones intergubernamentales y las EMSP,

Conscientes de la Iniciativa del Pacto Mundial de las Naciones Unidas dirigida a las empresas decididas a ajustar sus operaciones y estrategias a diez principios universalmente aceptados en las esferas de los derechos humanos, las normas laborales, el medio ambiente y la lucha contra la corrupción, y del informe anual de 2008 del Representante Especial del Secretario General sobre la cuestión de los derechos humanos y las empresas transnacionales y otras empresas comerciales al Consejo de Derechos Humanos, en el que se establece un marco triple, dirigido a "proteger, respetar y remediar",

Decididos a adoptar todas las medidas necesarias para luchar contra la impunidad estableciendo la jurisdicción y creando mecanismos encargados de investigar las denuncias de actividades delictivas y capturar a los individuos y entidades que participen en actividades delictivas, incluidos los directivos superiores de las EMSP, con miras a su enjuiciamiento y castigo,

Poniendo de relieve la responsabilidad de proteger a todas las personas afectadas por las actividades de las EMSP, ya sean civiles o personal militar, incluidos los empleados de estas empresas, contra violaciones de sus derechos humanos debidas a acciones u omisiones de actores no estatales, incluidas las EMSP,

Considerando que las víctimas de violaciones del derecho internacional humanitario y de los derechos humanos cometidas por el personal de las EMSP, como las ejecuciones extrajudiciales, sumarias o arbitrarias, las desapariciones, la tortura, la detención arbitraria, el desplazamiento forzado, la trata de personas, la confiscación o destrucción de la propiedad privada y la violación del derecho a la privacidad, tienen derecho a un remedio general y efectivo conforme al derecho internacional, incluidos los Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones.

Recordando el Código de conducta para funcionarios encargados de hacer cumplir la ley de las Naciones Unidas de 17 de diciembre de 1979 y los Principios Básicos sobre el Empleo de la Fuerza y de Armas de Fuego por los Funcionarios Encargados de Hacer Cumplir la Ley adoptados en el octavo Congreso de las Naciones Unidas sobre Prevención del Delito y Tratamiento del Delincuente celebrado en La Habana en 1990,

Recordando las Directrices no vinculantes sobre la utilización de escoltas militares o armadas para convoyes humanitarios de las Naciones Unidas de 14 de septiembre de 2001,

Observando que las EMSP reclutan a ex militares y funcionarios policiales para cumplir diversas actividades en lugares de conflicto armado, y para prestar además varios otros servicios en zonas de conflicto y en actividades empresariales como las del sector extractivo,

Tomando nota del Documento de Montreux sobre las obligaciones jurídicas internacionales pertinentes y las buenas prácticas de los Estados en lo que respecta a las operaciones de las empresas militares y de seguridad privadas de 17 de septiembre de 2008,

Teniendo en cuenta la adopción de códigos de conducta, pero considerando que la autorregulación de las empresas militares y de seguridad privadas no es suficiente para garantizar el respeto del derecho internacional humanitario y las normas internacionales de derechos humanos por parte del personal de estas empresas,

Reconociendo que sigue habiendo importantes lagunas en los regímenes jurídicos nacionales e internacionales aplicables a las EMSP,

Expresando preocupación por el aumento de alarmantes violaciones de las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario cometidas por las EMSP y su personal, y conscientes de la acuciante necesidad de adoptar medidas eficaces para asegurar que las actividades de las EMSP sean conformes al derecho internacional,

Estimando que una protección eficaz requiere legislación nacional e internacional apropiada con miras a la adopción y la puesta en marcha de mecanismos que garanticen el cumplimiento,

Considerando que es urgente que los Estados partes acuerden normas jurídicas internacionales mínimas para regular las actividades de las EMSP,

Han acordado lo siguiente:

Parte I

Disposiciones generales

Artículo 1

Propósito

1. Teniendo presentes los principios fundamentales del derecho internacional sobre la prohibición de la amenaza y el uso de la fuerza y sobre la igualdad soberana de los Estados, los propósitos de la presente Convención son los siguientes:

- a) Reafirmar y reforzar la responsabilidad de los Estados con respecto al uso de la fuerza y reiterar la importancia del monopolio del uso legítimo de la fuerza por parte de los Estados en el marco general de sus obligaciones de respetar, proteger y hacer efectivos los derechos humanos, y de proporcionar remedios en caso de violación de los derechos humanos;
- b) Determinar las funciones que son inherentes al Estado y que en ninguna circunstancia pueden ser objeto de contratación externa;
- c) Regular las actividades de las EMSP y los subcontratistas;
- d) Promover la cooperación internacional entre los Estados sobre la expedición de licencias y la regulación de las actividades de las EMSP para afrontar más eficazmente los desafíos que se planteen al pleno cumplimiento de sus obligaciones en materia de derechos humanos, incluido el derecho a la libre determinación;
- e) Establecer y aplicar mecanismos de seguimiento de las actividades de las EMSP y las violaciones de las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario, en particular todo uso ilegal o arbitrario de la fuerza por parte de estas empresas, enjuiciar a los infractores y proporcionar remedios efectivos a las víctimas.

2. Al aplicar la Convención, los Estados partes adoptarán todas las medidas legislativas, judiciales y administrativas necesarias de conformidad con las disposiciones existentes o nuevas de su derecho interno para asegurar que las EMSP no participen en actividades ilegales o hagan un uso arbitrario de la fuerza.

Artículo 2 Definiciones

Si no se especifica por separado o se da a entender lo contrario, a los fines de la presente Convención:

a) Por empresa militar y/o de seguridad privada (EMSP) se entenderá la entidad empresarial que preste servicios militares y/o de seguridad remunerados por medio de personas físicas y/o jurídicas.

b) Por servicios militares se entenderá los servicios especializados vinculados con actividades militares como planificación estratégica, inteligencia, investigación, reconocimiento terrestre, marítimo o aéreo, vuelos de todo tipo, tripulados o no tripulados, vigilancia por satélite, cualquier tipo de transferencia de conocimientos con aplicaciones militares, apoyo material y técnico a las fuerzas armadas y otras actividades conexas.

c) Por servicios de seguridad se entenderá la guardia y protección armadas de edificios, instalaciones, propiedades y personas, cualquier tipo de transferencia de conocimientos con aplicaciones en los ámbitos de la seguridad y la policía, el desarrollo y la aplicación de medidas de seguridad de la información y otras actividades conexas.

d) Por licencia (autorización, permiso) se entenderá el documento especial que autorice ciertas actividades dentro del estricto cumplimiento de las condiciones y obligaciones estipuladas en la licencia, que expide un órgano otorgante a una persona jurídica o física.

e) Por régimen de licencia se entenderá el régimen de medidas vinculadas con la expedición de una licencia, la modificación de los documentos, la confirmación de una licencia, la suspensión de una licencia debido a la violación de las obligaciones o disposiciones estipuladas en ésta, el cese o la reanudación de una licencia, su retiro, el control por los órganos otorgantes del cumplimiento de las obligaciones y condiciones estipuladas en la licencia por parte de sus titulares, la creación de registros de licencias y de un mecanismo de información de estos registros y de otra información sobre licencias por parte de las personas interesadas.

f) Por registro de licencias se entenderá los datos relativos a la expedición de las licencias, la modificación de los documentos, la confirmación de una licencia, la suspensión o la reanudación de una licencia y su retiro; el funcionamiento de un registro de licencias debe regirse por normas mínimas escritas.

g) Por exportación de servicios militares y/o de seguridad se entenderá la exportación de servicios militares y/o de seguridad del Estado de origen, en el que está registrada la EMSP, o la exportación de servicios militares y/o de seguridad que preste una EMSP fuera del Estado en el que está registrada o en el que están ubicadas sus principales oficinas directivas o su sede.

h) Por importación de servicios militares y/o de seguridad se entenderá la importación de servicios militares y/o de seguridad proporcionados por una EMSP registrada en un Estado extranjero.

i) Por funciones inherentes a los Estados se entenderá las funciones acordes con el principio del monopolio del uso legítimo de la fuerza por parte del Estado, que los Estados no pueden contratar externamente o delegar en las EMSP en ninguna circunstancia. Entre estas funciones se cuentan la participación directa en las hostilidades, las operaciones bélicas y/o de combate, la captura de prisioneros, la legislación, las tareas de espionaje, inteligencia y transferencia de conocimientos con aplicaciones militares, de seguridad y policiales, el uso de armas de destrucción en masa y el ejercicio de funciones de policía y

otras actividades conexas, especialmente las facultades de arresto o detención, incluida la de interrogar a los detenidos y otras funciones que un Estado parte considere funciones inherentes al Estado.

j) Por Estados contratantes se entenderá los Estados que contraten directamente los servicios de las EMSP, incluso, si procede, cuando esa empresa subcontrate sus servicios con otra EMSP o cuando una EMSP opere por medio de sus sociedades filiales.

k) Por Estados de operación se entenderá los Estados en cuyo territorio operen las EMSP.

l) Por Estado de origen se entenderá los Estados cuya nacionalidad ostenten las EMSP, es decir, los Estados en los que estén registradas o se hayan constituido las empresas; si el Estado en el que está registrada una EMSP no es el mismo en el que están ubicadas sus principales oficinas directivas, el Estado de origen será el Estado en el que se encuentren esas oficinas.

m) Por tercer Estado se entenderá los Estados distintos de los Estados contratantes, de origen o de operación, cuyos nacionales estén empleados como trabajadores para una EMSP.

n) Por organización intergubernamental se entenderá las organizaciones basadas en un instrumento oficial de acuerdo entre los gobiernos de Estados nacionales, que incluyan tres o más Estados nacionales como partes en el acuerdo, y que tengan una secretaría permanente en funciones.

o) Por Comité se entenderá el Comité de Regulación, Supervisión y Control de las EMSP creado en virtud de la presente Convención.

p) Por queja se entenderá toda queja presentada por un Estado parte en la presente Convención al Comité de Regulación, Supervisión y Control de las EMSP.

q) Por petición se entenderá toda comunicación presentada por una persona o grupo de personas o en su nombre al Comité de Regulación, Supervisión y Control de las EMSP.

Artículo 3

Ámbito de aplicación

1. La presente Convención se aplica a los Estados y a las organizaciones intergubernamentales dentro de los límites de su competencia con respecto a las EMSP, sus actividades y su personal.

2. Las referencias a los "Estados partes" en la presente Convención se aplicarán a las organizaciones intergubernamentales dentro de los límites de su competencia.

3. La presente Convención se aplica a todas las situaciones, se definan o no como un conflicto armado.

4. En los casos no previstos en la presente Convención o en otros acuerdos internacionales, los Estados partes siguen obligados por los principios del derecho internacional derivados de los usos establecidos, de los principios de humanidad y de los dictados de la conciencia pública.

Parte II Principios generales

Artículo 4 Responsabilidad de los Estados con respecto a las empresas militares y de seguridad privadas

1. Cada Estado parte es responsable por las actividades militares y de seguridad de las EMSP registradas en su territorio o que operan en él, hayan sido o no contratadas por el Estado.

2. Cada Estado parte velará por que la EMSP que ha contratado reciba formación en materia de normas internacionales de derechos humanos y derecho internacional humanitario y las respete.

3. Ningún Estado parte puede delegar o contratar con EMSP funciones inherentes al Estado.

4. Cada Estado parte adoptará las medidas legislativas y de otro tipo que sean necesarias para establecer:

a) Procedimientos de contratación de EMSP, otras entidades jurídicas y personas físicas, y de subcontratación;

b) Procedimientos de expedición de licencias para la exportación de personal y servicios militares y de seguridad;

c) Procedimientos de expedición de licencias para la importación de personal y servicios militares y de seguridad;

d) Controles eficaces de aduana y de otro tipo en relación con la exportación/importación y reexportación/reimportación de las armas de fuego usadas por las EMSP.

5. Cada Estado parte, de conformidad con su derecho interno, adoptará las medidas legislativas y de otro tipo necesarias para prohibir total o parcialmente la delegación o contratación externa de servicios militares o de seguridad.

Artículo 5 Estado de derecho

1. Cada Estado parte velará por que las EMSP, su personal y todas las estructuras vinculadas con sus actividades desempeñen sus funciones respectivas de conformidad con leyes oficialmente promulgadas que sean acordes con las normas internacionales de derechos humanos y el derecho humanitario.

2. Cada Estado parte adoptará las medidas legislativas, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para asegurar que las EMSP y su personal sean responsables por las violaciones de las normas aplicables del derecho nacional o internacional.

3. Cada Estado parte velará por que los contratos o acuerdos celebrados entre el Estado parte y una EMSP para la prestación de servicios militares y/o de seguridad por la EMSP y sus empleados sean conformes al derecho internacional y a la legislación:

a) Del país de origen;

b) Del Estado contratante;

- c) Del Estado de operación, y
- d) De terceros Estados cuyos nacionales estén empleados como trabajadores para una EMSP en el marco de este contrato.

Artículo 6 **Soberanía de los Estados**

1. Cada Estado parte velará por que las EMSP y su personal en ninguna circunstancia lleven a cabo actividades que atenten contra la soberanía de otro Estado o su integridad territorial, y/o que contravengan los principios de la igualdad soberana y la obligación de no injerencia en los asuntos internos de otros Estados y el principio de la libre determinación de los pueblos.

2. Nada de lo dispuesto en la presente Convención facultará a un Estado parte para ejercer, en el territorio de otro Estado, jurisdicción o funciones que, de conformidad con el derecho internacional o interno, sean inherentes al Estado.

Artículo 7 **Respeto y protección de las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario**

1. Cada Estado parte adoptará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para asegurar que las EMSP y su personal sean responsables de conformidad con la presente Convención y que se respeten y protejan las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario.

2. Cada Estado parte velará por que las EMSP y su personal aseguren con la debida diligencia que sus actividades no contribuyan directamente o indirectamente a violaciones de las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario.

3. Los superiores jerárquicos del personal de las EMSP, como:

- a) Los funcionarios públicos, tanto si son mandos militares como superiores civiles, o
- b) Los directores y los administradores de las EMSP,

podrán ser considerados responsables de los delitos contra el derecho internacional cometidos por los miembros del personal de las EMSP que estén bajo su autoridad y control efectivos cuando no hayan ejercido sobre ellos el control necesario, de conformidad con las normas del derecho internacional. Ninguna cláusula contractual se interpretará en el sentido de que permita eludir la responsabilidad que incumbe a los superiores en virtud del derecho internacional.

Artículo 8 **Prohibición del uso de la fuerza**

1. Cada Estado parte adoptará las medidas legislativas, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para prohibir y declarar ilícita la participación directa de las EMSP y su personal en hostilidades, actos terroristas, y acciones militares que tengan los objetivos

siguientes, o cuando los Estados tengan motivos para suponer que producirían esos resultados:

- a) El derrocamiento de un gobierno (incluido el cambio de régimen por la fuerza) o el debilitamiento del orden constitucional o de las bases jurídicas, económicas y financieras del Estado;
- b) La modificación, por coerción, de las fronteras internacionalmente reconocidas del Estado;
- c) La violación de la soberanía, o el apoyo de la ocupación extranjera de parte o todo el territorio del Estado;
- d) Ataques deliberados contra los civiles o daños desproporcionados causados a los civiles, entre otros:
 - i) Atentar contra la vida y la seguridad de los civiles,
 - ii) Expulsar o desplazar por la fuerza a personas de sus zonas de residencia permanente o habitual,
 - iii) Limitar la libertad de movimiento de los civiles, y
 - iv) Restringir el acceso a los recursos y medios de subsistencia, como el agua, los alimentos, la tierra, el ganado y la vivienda, y el acceso a los lugares sagrados y de culto.

2. Cada Estado parte velará por que las actividades de las EMSP y su personal no causen ni exacerben guerras o conflictos entre Estados o dentro de éstos.

3. Cada Estado parte velará por que las EMSP y su personal no impartan capacitación que pueda facilitar la participación directa de sus clientes en hostilidades, actos terroristas o acciones militares, cuando estas acciones persigan los resultados enumerados en el artículo 8.1.

Artículo 9 **Prohibición de la delegación y/o contratación externa de funciones inherentes a los Estados**

Cada Estado parte definirá y limitará el alcance de las actividades de las EMSP y prohibirá específicamente la contratación externa con las EMSP de funciones definidas como funciones inherentes a los Estados, incluidas la participación directa en las hostilidades, las operaciones bélicas y/o de combate, la captura de prisioneros, la legislación, las tareas de espionaje, inteligencia y transferencia de conocimientos con aplicaciones militares, de seguridad y policiales, el uso de armas de destrucción en masa y el ejercicio de funciones de policía y otras actividades conexas, especialmente las facultades de arresto o detención, incluida la de interrogar a los detenidos y otras funciones que un Estado parte considere funciones inherentes al Estado.

Artículo 10 **Prohibición de la contratación externa del uso de ciertas armas**

1. Cada Estado parte, sin perjuicio de sus obligaciones convencionales respectivas, tiene el deber de respetar los principios del derecho internacional humanitario, como las "normas fundamentales" que prohíben el empleo de los métodos o medios de hacer la guerra descritos en el artículo 35 del Protocolo Adicional I de 1977 a los

Convenios de Ginebra de 1949, a saber, armas que causen males superfluos o sufrimientos innecesarios, o de las que quepa prever que causen daños extensos, duraderos y graves al medio ambiente natural.

2. Cada Estado parte adoptará las medidas legislativas, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para impedir que las EMSP y su personal usen armas que puedan afectar negativamente y/o dañar de manera irreversible el medio ambiente en escala masiva.

3. Cada Estado parte adoptará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para asegurar que las EMSP y su personal en ninguna circunstancia usen, amenacen con usar y/o participen en actividad alguna vinculada con armas nucleares, armas químicas, armas biológicas y tóxicas, sus componentes y portadores.

Artículo 11

Prohibición de la adquisición, la posesión y el tráfico ilícitos de armas de fuego, sus piezas y componentes y municiones

1. Cada Estado parte, teniendo presentes los principios y normas del derecho internacional, creará y mantendrá un sistema eficaz de otorgamiento de licencias u otro tipo de autorización, que prohíba el tráfico de armas, sus piezas, componentes o municiones a las EMSP, a su personal y al personal que puedan subcontratar.

2. Cada Estado parte, teniendo presentes los principios y normas del derecho internacional, adoptará las medidas que sean necesarias para asegurar que sus procedimientos de otorgamiento de licencias o autorizaciones sean sólidos y seguros, y por que la autenticidad de los documentos de licencia o autorización pueda ser verificada o validada de manera independiente.

3. Con miras a detectar, prevenir y eliminar efectivamente el robo, la pérdida o la desviación, así como la fabricación y el tráfico ilícitos de armas de fuego, sus piezas y componentes y municiones por parte de las EMSP y su personal, cada Estado parte adoptará medidas apropiadas para:

a) Exigir la seguridad de las armas de fuego, sus piezas y componentes y municiones durante su fabricación y durante la importación, la exportación y el tránsito por su territorio;

b) Aumentar la eficacia de los controles de importación, exportación y tránsito, incluso de los controles de fronteras, cuando corresponda, y de las funciones transfronterizas de los servicios de policía y aduana y la cooperación con los Estados vecinos; y

c) Regular la posesión y el uso de armas de fuego por parte del personal de las EMSP dentro de los locales cuya protección tengan a su cargo e impedirles la posesión y el uso de armas de fuego fuera de los límites de los locales cuya seguridad tengan a su cargo.

Parte III

Regulación legislativa, supervisión y control

Artículo 12

Reglamentación legislativa específica

Cada Estado parte formulará y adoptará legislación nacional para regular de forma adecuada y eficaz las actividades de las EMSP.

Artículo 13

Régimen nacional de regulación y supervisión

1. Cada Estado parte:
 - a) Establecerá un régimen nacional exhaustivo de regulación y supervisión de las actividades que las EMSP y sus empleados, incluido el personal extranjero, lleven a cabo en su territorio, con el fin de prohibir e investigar las actividades ilegales definidas en la presente Convención y en las leyes nacionales pertinentes;
 - b) Con el fin de garantizar que los órganos administrativos, de regulación, encargados de hacer cumplir las leyes y otros órganos que apliquen el régimen de regulación y supervisión de las actividades de las EMSP y sus empleados puedan cooperar e intercambiar información a nivel nacional e internacional, deberá establecerse a nivel nacional un registro y/o un órgano gubernamental que actúe como centro nacional de reunión, análisis e intercambio de información relativa a posibles violaciones de las leyes nacionales e internacionales para proporcionar información pertinente sobre las actividades de las EMSP.
2. Los Estados partes aplicarán medidas prácticas para intercambiar información acerca de empresas que ofrezcan servicios militares y de seguridad fuera de sus territorios y para establecer un control sobre la prestación de dichos servicios, en consonancia con las salvaguardias que tienen por objeto asegurar el uso adecuado de la información, sin obstaculizar en modo alguno su aplicación jurídica. Tales medidas podrán incluir la facilitación de información o informes sobre el uso de servicios militares y de seguridad transfronterizos por parte de personas y de entidades jurídicas, tales como las empresas.
3. Al establecer un régimen nacional de regulación y supervisión, de conformidad con lo dispuesto en el presente artículo y en consonancia con otros artículos de la presente Convención, todos los Estados partes aceptan guiarse por las respectivas iniciativas de organizaciones regionales, interregionales y multilaterales.
4. Los Estados partes se esforzarán por desarrollar y promover la cooperación mundial, regional, subregional y bilateral entre órganos judiciales, instancias encargadas de hacer cumplir las leyes y órganos de regulación financiera para vigilar y controlar todo empleo de la fuerza por parte de las EMSP.
5. Los Estados partes investigarán las denuncias de violaciones del derecho internacional humanitario y de las normas internacionales de derechos humanos cometidas por las empresas militares privadas y las empresas de seguridad privadas, y garantizarán el enjuiciamiento civil y penal y el consiguiente castigo de los autores.
6. Los Estados partes tomarán medidas adecuadas contra las empresas que cometan violaciones de los derechos humanos o participen en actividades delictivas; esas

medidas incluirán, entre otras, la revocación de las licencias de las empresas en cuestión y la notificación al Comité de las actividades de dichas empresas.

Artículo 14 Concesión de licencias

1. Cada Estado parte tomará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para garantizar que las EMSP y sus empleados desempeñen sus actividades exclusivamente con arreglo a sus respectivas licencias y autorizaciones.

2. Cada Estado parte velará por que todas las licencias y autorizaciones concedidas a las EMSP y sus empleados se inscriban en el registro general del Estado y se concedan mediante un proceso transparente y abierto.

3. Cada Estado parte establecerá criterios para conceder licencias y autorizaciones a las EMSP, teniendo en cuenta, en particular, posibles antecedentes o denuncias de violaciones de los derechos humanos cometidas por las empresas, y para proporcionar y/o asegurar la capacitación en materia de derechos humanos y derecho internacional humanitario, así como rigurosas medidas de diligencia debida.

Artículo 15 Concesión de licencias de importación y exportación de servicios militares y de seguridad

1. Cada Estado parte tomará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para garantizar que las EMSP y sus empleados importen y exporten sus servicios únicamente con arreglo a las correspondientes licencias y autorizaciones. La licencia y autorización para llevar a cabo actividades relacionadas con la exportación de servicios militares y de seguridad la concederá la instancia competente del Estado parte en cuyo territorio tenga su domicilio permanente la empresa interesada, de conformidad con las disposiciones de la legislación nacional pertinente.

2. Cada Estado parte que importe o exporte servicios militares o de seguridad privados hará público el alcance de dichos servicios y las actividades que comprenden, mantendrá informado al Comité de su régimen de concesión de licencias y proporcionará información periódica y actualizada acerca de los cambios y adiciones que pueda haber experimentado la importación o exportación de dichos servicios, incluidos detalles acerca de toda empresa filial o sociedad matriz vinculada con la EMSP en cuestión.

3. Cada Estado parte velará por que únicamente las EMSP y sus empleados que cuenten con licencias y autorizaciones para exportar servicios militares y/o de seguridad concedidas por los órganos competentes del Estado parte pueden concertar acuerdos de prestación de tales servicios en el territorio de otro Estado parte.

4. Cada Estado parte tomará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para:

a) Garantizar que se informe a todo Estado que no sea parte en la presente Convención acerca de la concesión de licencias a EMSP y sus empleados para exportar servicios militares y/o de seguridad al Estado en cuestión;

b) Garantizar que las EMSP y sus empleados, que cuenten con licencias y autorizaciones concedidas por los órganos competentes del Estado parte para exportar servicios militares y/o de seguridad con objeto de llevar a cabo o bien intervenciones

específicas o bien una actividad regular en el territorio de un Estado que no sea parte en la Convención, proporcionen información completa acerca de la índole y el alcance de dichas intervenciones y actividades a las entidades competentes de todos los Estados interesados.

Artículo 16

Registro y mecanismos de rendición de cuentas

1. Cada Estado parte tomará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para establecer:
 - a) Procedimientos específicos y obligatorios para el registro oficial de EMSP;
 - b) Requisitos jurídicos específicos en materia de formación y experiencia para los empleados de las EMSP;
 - c) Una prohibición del registro de EMSP deslocalizadas.
2. Cada Estado parte establecerá y mantendrá un Registro Estatal de las EMSP que operen bajo su jurisdicción, que deberá incluir detalles sobre cualquier empresa filial o sociedad matriz vinculada con cada una de las EMSP registradas.
3. Cada Estado parte determinará o establecerá un órgano gubernamental responsable de registrar las EMSP y de supervisar sus actividades.

Artículo 17

Obligaciones del Estado con respecto a las empresas militares y de seguridad privadas y sus empleados

1. Cada Estado parte velará por que toda EMSP registrada en su territorio o que opere en él cumpla las normas internacionales básicas en materia laboral.
2. Cada Estado parte velará por que los empleados de las EMSP estén capacitados profesionalmente para respetar las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario.
3. Cada Estado parte velará por que se capacite profesionalmente y se investigue a los empleados de las EMSP, de conformidad con las normas internacionales pertinentes, en especial en relación con el uso de equipo específico y de armas de fuego. La capacitación e investigación se llevarán a cabo con arreglo al procedimiento establecido en la legislación del Estado parte en cuyo territorio esté registrada la empresa militar o de seguridad privada, a la legislación nacional y a las normas internacionales sobre el empleo de la fuerza y de armas de fuego durante actividades militares o de seguridad.
4. Cada Estado parte velará por que los empleados de las EMSP cumplan estrictamente las normas internacionales pertinentes de derechos humanos y del derecho internacional humanitario, incluso mediante la pronta investigación de las violaciones de los derechos humanos y del derecho humanitario, y el enjuiciamiento y castigo subsecuentes de los responsables.
5. Cada Estado parte velará por que los empleados de las EMSP que ofrezcan servicios militares y de seguridad en el territorio de un país extranjero se comprometan a respetar la soberanía y las leyes del país en el que presten servicios, se abstengan de todo acto incompatible con el principio de no injerencia en los asuntos internos de tal Estado, se abstengan de intervenir en el proceso político o en los conflictos en el territorio de ese Estado, y tomen todas las medidas que sean necesarias para evitar causar daño a los

ciudadanos, al medio ambiente y a la infraestructura industrial, así como a bienes de importancia histórica y cultural.

Artículo 18 **Regulación del empleo de la fuerza y de armas de fuego**

1. Cada Estado parte tomará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para establecer reglas sobre el empleo de la fuerza y de armas de fuego por los empleados de las EMSP, que incluyan los principios descritos en la presente Convención y todo otro principio de derecho internacional pertinente, y teniendo en consideración que esos empleados están autorizados a portar armas de fuego cuando presten sus servicios militares y de seguridad.

2. Los Estados partes velarán por que, en la prestación de sus servicios, los empleados de las EMSP utilicen, en la medida de lo posible, medios no violentos antes de recurrir al empleo de la fuerza y de armas de fuego.

3. Cuando el empleo de la fuerza y de armas de fuego sea inevitable, los empleados de las EMSP:

- a) Ejercerán moderación y actuarán en proporción a la gravedad del delito;
- b) Reducirán al mínimo los daños y lesiones y respetarán y protegerán la vida humana;
- c) Procederán de modo que se presten lo antes posible asistencia y servicios médicos a las personas heridas o afectadas;
- d) Procurarán notificar lo sucedido, a la brevedad posible, a los parientes o amigos íntimos de las personas heridas o afectadas.

4. Al proporcionar servicios militares y de seguridad, un empleado podrá hacer uso de la fuerza y de armas de fuego únicamente en las circunstancias enunciadas a continuación:

- a) En defensa propia o de otros empleados de la empresa, en caso de considerar que existe un peligro ilícito e inminente de muerte o de lesiones corporales graves, de conformidad con el ejercicio del derecho esencial a la defensa propia;
- b) En defensa de las personas que lo han contratado para que las proteja ante lo que considere un peligro ilícito e inminente de muerte o de lesiones corporales graves;
- c) Para resistirse a lo que razonablemente crea que es un intento ilícito de secuestrarlo a él, a otros empleados de la empresa o a una persona que lo ha contratado para que la proteja;
- d) Para prevenir o impedir un delito grave que pueda implicar o implique un peligro grave de muerte o de lesiones corporales de gravedad.

5. En las circunstancias previstas en el párrafo 4 del artículo 18, los empleados de las EMSP se identificarán como tales y darán una clara advertencia de su intención de emplear armas de fuego, siempre que la situación lo permita.

6. En el caso de las EMSP y sus empleados que presten servicios militares y de seguridad acordados como parte de las fuerzas armadas o unidades militares del Estado parte, el empleo de la fuerza estará regulado por las normas del ejército del Estado y otra legislación respectiva y por las normas internacionales pertinentes de derechos humanos y el derecho internacional humanitario.

7. Cada Estado parte velará por que se notifique sin demora a los órganos competentes del Estado todo incidente que suponga el empleo de la fuerza y de armas de fuego por las EMSP, y por que las autoridades competentes realicen una investigación adecuada del incidente.

Parte IV

Responsabilidad del Estado de imponer sanciones penales, civiles y/o administrativas a los infractores y de proporcionar reparación a las víctimas

Artículo 19

Infracciones penales, civiles y/o administrativas en la esfera de los servicios militares y de seguridad

1. Cada Estado parte velará por que su legislación nacional prohíba a las EMSP y sus empleados llevar a cabo funciones inherentes al Estado, de conformidad con el artículo 9 de la presente Convención.

2. Cada Estado parte adoptará las medidas que sean necesarias para que en su legislación se castigue como delito penal el empleo ilícito de la fuerza y de armas de fuego, el empleo ilícito de ciertas armas y el tráfico ilícito de armas por parte de las EMSP y sus empleados, de conformidad con las disposiciones de los artículos 8, 10, 11 y 18 de la presente Convención.

3. Cada Estado parte adoptará las medidas que sean necesarias para que en su legislación se consideren delitos todas las actividades de las EMSP que se lleven a cabo sin la licencia y autorización requeridas, incluida la exportación e importación de servicios militares y de seguridad, de conformidad con las disposiciones de los artículos 14 y 15 de la presente Convención.

4. Cada Estado parte tomará las medidas legislativas, judiciales, administrativas y de otro tipo que sean necesarias para garantizar, en consonancia con sus obligaciones en virtud de las normas internacionales de derechos humanos, del derecho penal internacional y del derecho internacional humanitario, que se establezca la responsabilidad penal individual y que las EMSP y sus empleados sean responsables de toda violación de la ley, que no se recurra a acuerdos de inmunidad, y que se proporcione reparación efectiva a las víctimas.

5. Al imponer sanciones por los delitos mencionados en el presente artículo, se prestará la debida consideración a los delitos cometidos contra grupos vulnerables.

Artículo 20

Responsabilidad de las personas y entidades jurídicas

1. Cada Estado parte adoptará las medidas que sean necesarias, en consonancia con sus principios jurídicos, a fin de establecer la responsabilidad de personas y entidades jurídicas por su participación en delitos tipificados con arreglo al artículo 19 de la presente Convención.

2. Con sujeción a los principios jurídicos del Estado parte, la responsabilidad de las personas jurídicas podrá ser de índole penal, civil o administrativa, o una combinación de estas tres.

3. Dicha responsabilidad existirá sin perjuicio de la responsabilidad penal que incumba a las personas naturales que hayan cometido los delitos.

4. Cada Estado parte velará en particular por que se impongan sanciones penales o no penales eficaces, proporcionadas y disuasivas, incluidas multas, sanciones monetarias, la prohibición de empleo en el futuro, la obligación de resarcir y/o indemnizar a las víctimas, a las personas jurídicas consideradas responsables con arreglo al presente artículo.

Artículo 21 **Establecimiento de la jurisdicción**

1. Cada Estado parte adoptará las medidas que sean necesarias para establecer su jurisdicción mediante su derecho nacional respecto de los delitos enunciados en el artículo 19 cuando éstos sean cometidos:

- a) En el territorio de ese Estado;
- b) A bordo de un buque que enarbole el pabellón de ese Estado o de una aeronave matriculada de conformidad con la legislación de ese Estado en el momento de la comisión del delito; o
- c) Por un nacional de ese Estado.

2. Un Estado parte podrá también establecer su jurisdicción respecto de cualquiera de los delitos enunciados en el artículo 19 cuando:

- a) Sea cometido contra un nacional de ese Estado; o
- b) Sea cometido por un apátrida que tenga residencia habitual en el territorio de ese Estado.

3. La presente Convención no excluirá ninguna jurisdicción adicional ejercida de conformidad con el derecho nacional.

4. Cada Estado parte, al ratificar, aceptar o aprobar la Convención o adherirse a ella, notificará al Secretario General de las Naciones Unidas las medidas que ha tomado para establecer jurisdicción de conformidad con el presente artículo y notificará inmediatamente al Secretario General los cambios subsecuentes que se produzcan.

5. Cada Estado parte tomará asimismo las medidas que sean necesarias para establecer su jurisdicción respecto de los delitos enunciados en el presente artículo en los casos en que el presunto autor se halle en su territorio y dicho Estado no conceda la extradición a ninguno de los Estados partes que hayan establecido su jurisdicción de conformidad con los párrafos 1 ó 2 del presente artículo.

6. Cada Estado parte que establezca su jurisdicción de conformidad con el apartado b) del artículo 1 y los párrafos 2 y 4 del presente artículo castigará los delitos enunciados en el presente artículo con las mismas penas que aplique cuando se cometan en su propio territorio.

7. La presente Convención no excluye el ejercicio de la jurisdicción penal establecida por un Estado parte de conformidad con su legislación nacional y sus obligaciones internacionales.

Artículo 22

Jurisdicción sobre otros delitos

1. Cada Estado parte tomará las medidas que sean necesarias para establecer su jurisdicción respecto de los delitos cometidos por el personal de las EMSP en la prestación de sus servicios en el territorio de otro Estado parte o de otro Estado que no sea parte en la presente Convención.

2. Cualesquiera cuestiones específicas de jurisdicción o cuestiones jurídicas relacionadas con la investigación de delitos cometidos por los empleados de las EMSP en la prestación de sus servicios en el territorio de otro Estado parte o de otro Estado que no sea parte en la presente Convención, o los acuerdos de extradición, podrán regirse por un acuerdo internacional adicional concluido entre dichos Estados.

Artículo 23

Obligaciones en materia de enjuiciamiento

1. Cada Estado parte tomará las medidas que sean necesarias para investigar, enjuiciar y castigar toda violación de la presente Convención, y para proporcionar una reparación efectiva a las víctimas.

2. Cada Estado parte, en interés de la justicia, tomará las medidas que sean necesarias para garantizar que no se aplique ningún acuerdo de inmunidad judicial a las EMSP y sus empleados por violaciones de las normas internacionales de derechos humanos y del derecho internacional humanitario.

3. El Estado parte en el territorio de cuya jurisdicción sea hallada una persona que presuntamente ha cometido un delito enunciado en el artículo 19, en los supuestos contemplados en el artículo 21 y en caso de que no proceda a la extradición, someterá el caso a sus autoridades competentes a efectos del enjuiciamiento de esa persona.

4. Dichas autoridades tomarán su decisión en las mismas condiciones que las aplicables a cualquier delito común de carácter grave, de acuerdo con la legislación de tal Estado. En los casos previstos en el apartado c) del párrafo 1 del artículo 21, el nivel de las pruebas necesarias para el enjuiciamiento o la inculpación no será en modo alguno menos estricto que el que se aplica en los casos previstos en el artículo 21.

5. Toda persona investigada en relación con un delito enunciado en el artículo 19 recibirá garantías de un trato justo en todas las fases del procedimiento.

Artículo 24

Extradición

1. En la medida en que los delitos enunciados en el artículo 19 no se mencionen específicamente en ningún tratado de extradición entre los Estados partes, se considerarán incluidos entre los delitos que den lugar a extradición en el tratado. Los Estados partes se comprometen a incluirlos entre los delitos por los que se puede conceder la extradición en todo tratado de extradición que celebren entre sí con posterioridad.

2. Cada Estado parte que subordine la extradición a la existencia de un tratado, si recibe una solicitud de extradición de otro Estado parte con el que no tiene tratado al respecto, podrá considerar la presente Convención como la base jurídica necesaria para la extradición en lo relativo a los delitos. Los procedimientos de extradición deberán tomar en

cuenta las condiciones o restricciones estipuladas en la legislación de todo Estado parte, aunque no se limitarán a éstas.

3. Los Estados partes que no subordinen la extradición a la existencia de un tratado reconocerán los delitos enunciados en el artículo 19 como delitos por los que se puede conceder la extradición entre ellos mismos, teniendo en cuenta la legislación de cualquiera de los Estados partes, pero sin limitarse a ésta.

4. Las disposiciones de todos los tratados de extradición vigentes entre Estados partes con respecto a los delitos enunciados en el artículo 19 se considerarán modificadas entre esos Estados en la medida en que sean incompatibles con la presente Convención.

5. En caso de conflicto entre las obligaciones contraídas por los Estados partes en virtud de la presente Convención y sus obligaciones contraídas en virtud de cualquier otro convenio bilateral o multilateral, prevalecerán las obligaciones impuestas por la presente Convención.

Artículo 25 **Asistencia judicial recíproca**

1. Los Estados partes se prestarán la más amplia asistencia judicial recíproca respecto de investigaciones, procesos y actuaciones judiciales relacionados con los delitos comprendidos en la presente Convención y se prestarán recíprocamente la misma asistencia cuando el Estado parte requirente tenga motivos razonables para sospechar que las víctimas, los testigos, los beneficiarios, el equipo o la evidencia relacionados con tales delitos se encuentran en el territorio del Estado parte requerido.

2. Los Estados partes cumplirán las obligaciones que les incumban en virtud del párrafo 1 del presente artículo de conformidad con los tratados u otros acuerdos de asistencia judicial recíproca que existan entre ellos. En ausencia de esos tratados o acuerdos, los Estados partes se prestarán dicha asistencia de conformidad con su legislación nacional y con los principios internacionales de las relaciones amistosas entre los Estados.

Artículo 26 **Remisión de actuaciones penales**

Los Estados parte podrán remitirse actuaciones penales para el enjuiciamiento por un delito comprendido en la presente Convención cuando se estime que esa remisión obrará en beneficio de la debida administración de justicia.

Artículo 27 **Notificación del resultado final de la acción penal**

El Estado Parte en el que se entable una acción penal contra el presunto autor de conformidad con los artículos 21, 23 y 24 comunicará, de conformidad con su legislación nacional o los procedimientos aplicables, el resultado final del proceso al Comité de Reglamentación, Supervisión y Control, que transmitirá la información a los demás Estados partes y, según corresponda, a los demás Estados que no sean partes en la presente Convención.

Artículo 28

Fondo internacional para la rehabilitación de las víctimas

1. Los Estados partes habrán de considerar la posibilidad de establecer un fondo internacional administrado por el Secretario General para otorgar compensación a las víctimas de delitos enunciados en la presente Convención y/o asistir a su rehabilitación.

2. El establecimiento de dicho fondo se llevaría a cabo sin perjuicio de las obligaciones que tienen las EMSP y/o los individuos responsables penalmente de compensar directamente a las víctimas de las violaciones.

Parte V

Supervisión y control internacionales

Artículo 29

Comité de Regulación, Supervisión y Control de las empresas militares y de seguridad privadas

1. Con el fin de examinar la aplicación de la presente Convención, se establecerá un Comité de Regulación, Supervisión y Control de las EMSP (denominado en lo sucesivo, el Comité). El Comité estará integrado, en el momento de la entrada en vigor de la presente Convención, por [...] y, después de su ratificación o adhesión por el [...] Estado parte, por [...] expertos de gran prestigio moral, imparcialidad y competencia reconocida en la esfera abarcada por la Convención, que serán elegidos por los Estados partes entre sus nacionales, y ejercerán sus funciones a título personal, teniendo en cuenta una distribución geográfica equitativa y los principales sistemas jurídicos.

2. Los miembros del Comité serán elegidos en votación secreta de un lista de personas designadas por los Estados partes. Cada uno de los Estados partes podrá designar una persona entre sus propios nacionales.

3. La elección inicial se celebrará seis meses después de la fecha de entrada en vigor de la presente Convención. Al menos tres meses antes de la fecha de cada elección, el Secretario General de las Naciones Unidas dirigirá una carta a los Estados partes invitándolos a presentar sus candidaturas en un plazo de dos meses. El Secretario General preparará una lista por orden alfabético de todas las personas designadas de este modo, indicando los Estados partes que las han designado, y la presentará a los Estados partes.

4. Los miembros del Comité serán elegidos en una reunión de los Estados partes que será convocada por el Secretario General y se celebrará en la Sede de las Naciones Unidas. En esta reunión, para la cual formarán quórum dos tercios de los Estados partes, se considerarán elegidos para el Comité los candidatos que obtengan el mayor número de votos y la mayoría absoluta de los votos de los representantes de los Estados partes presentes y votantes.

5. a) Los miembros del Comité serán elegidos por un mandato de cuatro años. Podrán ser reelegidos una vez. Sin embargo, el mandato de [...] de los miembros elegidos en la primera elección expirará al cabo de dos años; inmediatamente después de la primera elección, el Presidente del Comité designará por sorteo los nombres de estos [...] miembros.

b) La elección de los ocho miembros adicionales del Comité se celebrará cuando tengan lugar las elecciones ordinarias, de conformidad con las disposiciones pertinentes del presente artículo.

c) Si un miembro fallece, dimite o declara que por algún motivo no puede seguir desempeñando sus funciones, el Estado parte que haya presentado su candidatura podrá designar a otro experto que posea las calificaciones y satisfaga los requisitos establecidos en las disposiciones pertinentes del presente artículo para que desempeñe sus funciones por el resto del mandato, previa autorización del Comité.

6. El Comité aprobará su propio reglamento.

7. El Secretario General de las Naciones Unidas proporcionará el personal y los servicios necesarios para el desempeño eficaz de las funciones del Comité en virtud de la presente Convención y convocará su primera reunión.

8. El Comité se reunirá normalmente una vez al año. Las reuniones del Comité tendrán lugar normalmente en la Sede de las Naciones Unidas.

9. Los miembros del Comité establecido en virtud de la presente Convención percibirán, previa aprobación de la Asamblea General de las Naciones Unidas, emolumentos de los recursos de las Naciones Unidas en la forma y las condiciones que la Asamblea determine, teniendo en cuenta la importancia de los cometidos del Comité.

10. Los miembros del Comité tendrán derecho a las facilidades, privilegios e inmunidades que se conceden a los expertos que desempeñen misiones para las Naciones Unidas, con arreglo a lo dispuesto en las secciones pertinentes de la Convención sobre los privilegios e inmunidades de las Naciones Unidas.

Artículo 30

Registro internacional de empresas militares y de seguridad privadas

1. Los Estados partes solicitarán al Comité que cree y lleve un registro internacional de EMSP que operen en el mercado internacional, sobre la base de la información proporcionada por los Estados partes.

2. Todos los Estados partes proporcionarán anualmente, para su anotación en el registro, datos sobre importación y exportación de servicios militares y de seguridad de las EMSP, así como información normalizada sobre las EMSP registradas y autorizadas por el Estado parte.

Artículo 31

Informes de los Estados partes

1. Todos los Estados partes se comprometen a presentar al Secretario General de las Naciones Unidas, para su examen por el Comité, un informe sobre las medidas legislativas, judiciales, administrativas o de otro tipo que hayan adoptado y que sirvan para hacer efectivas las disposiciones de la presente Convención:

a) En el plazo de [...] años a partir de la entrada en vigor de la Convención para el Estado parte de que se trate; y

b) En lo sucesivo, cada [...] años y cuando el Comité lo solicite. El Comité podrá solicitar a los Estados partes más información.

2. El Comité adoptará las directrices aplicables al contenido de los informes que estime conveniente.

3. Los Estados partes que hayan presentado un informe inicial completo al Comité no necesitarán repetir en sus posteriores informes la información presentada anteriormente. Se invita a los Estados partes a que cuando preparen el informe para su

presentación al Comité consideren la posibilidad de hacerlo mediante un proceso abierto y transparente.

Artículo 32 **Examen de los informes**

1. El Comité examinará todos los informes, formulará las sugerencias y las recomendaciones generales que estime oportunas y las remitirá al Estado parte. El Comité podrá solicitar a los Estados partes más información en relación con la aplicación de la presente Convención.

2. Cuando un Estado parte se haya demorado considerablemente en la presentación de un informe, el Comité podrá notificarle la necesidad de examinar la aplicación de la presente Convención en dicho Estado parte, sobre la base de la información fidedigna de la que disponga el Comité, en caso de que el correspondiente informe no se presente transcurridos tres meses desde la notificación. El Comité invitará al Estado parte interesado a participar en dicho examen. Si el Estado parte respondiera presentando el informe correspondiente, se aplicará lo dispuesto en el párrafo 1 del presente artículo.

3. El Secretario General de las Naciones Unidas pondrá los informes a disposición de todos los Estados partes.

4. Los Estados partes darán amplia difusión pública a sus informes en sus propios países y facilitarán el acceso a las observaciones y recomendaciones en relación con los informes.

5. El Comité transmitirá, cuando lo considere oportuno, a los organismos especializados, los fondos y los programas de las Naciones Unidas, así como a otros órganos competentes, los informes de los Estados partes, a fin de atender una solicitud o una indicación de necesidad de asesoramiento técnico o de asistencia que figure en ellos, junto con las observaciones y recomendaciones del Comité, si las hubiera, sobre esas solicitudes o indicaciones.

Artículo 33 **Procedimiento de investigación**

1. Cuando se ponga en conocimiento del Comité información fidedigna que revele violaciones graves o sistemáticas de las disposiciones enunciadas en la presente Convención, el Comité invitará al Estado donde se hayan denunciado las infracciones o al Estado en cuyo registro esté inscrita la EMSP implicada en esas infracciones, o a ambos Estados, a cooperar en el examen de la información y, a tal fin, a presentar observaciones sobre dicha información.

2. Teniendo en cuenta todas las observaciones que hayan podido formular el Estado o los Estados partes de que se trate, así como cualquier otra información pertinente de que disponga, el Comité podrá, si decide que las circunstancias lo justifican, designar a uno o varios de sus miembros para que lleven a cabo una investigación confidencial e informen urgentemente al Comité.

3. Cuando se lleve a cabo una investigación, con arreglo al párrafo 2 del presente artículo, el Comité recabará la cooperación de los Estados partes de que se trate. De acuerdo con el Estado o los Estados de que se trate, en el marco de la investigación podría contemplarse una visita *in loco*.

4. Una vez examinadas las conclusiones presentadas por el miembro o los miembros de conformidad con el párrafo 2, el Comité las transmitirá al Estado o los Estados partes de que se trate, junto con las observaciones o sugerencias que estime oportuno formular en vista de la situación.

5. Todas las actuaciones del Comité a las que se hace referencia en los párrafos 1 a 4 del presente artículo serán confidenciales y en todas sus etapas se recabará la cooperación del Estado o los Estados partes. Una vez llevadas a cabo las actuaciones relacionadas con una investigación iniciada con arreglo al párrafo 2, el Comité, tras celebrar consultas con el Estado o los Estados partes de que se trate, podrá tomar la decisión de incluir un resumen de los resultados de sus actuaciones en el informe anual que presente a la Asamblea General de conformidad con el artículo 37.

Artículo 34 Denuncias contra las Partes

1. Todo Estado parte en la presente Convención podrá declarar en cualquier momento en virtud del presente artículo que reconoce la competencia del Comité para recibir y examinar las comunicaciones en que un Estado parte afirme que otro Estado parte no cumple las obligaciones que le impone la Convención. Dichas comunicaciones sólo se podrán admitir y examinar conforme al procedimiento establecido en el presente artículo si son presentadas por un Estado parte que haya hecho una declaración por la cual reconozca con respecto a sí mismo la competencia del Comité. De conformidad con el presente artículo, el Comité no tramitará ninguna comunicación relativa a un Estado parte que no haya formulado tal declaración. Las comunicaciones recibidas en virtud del presente artículo se tramitarán de conformidad con el procedimiento siguiente:

a) Cuando un Estado parte considere que otro Estado parte no cumple las disposiciones de la presente Convención podrá poner el asunto en conocimiento del Comité. El Comité seguidamente transmitirá la denuncia a la Parte de que se trate. En el plazo de tres meses, a partir de la fecha de recibo de la comunicación, el Estado destinatario proporcionará por escrito al Comité una explicación o cualquier otra declaración que aclare el asunto y, de haberlo, el remedio al que hubiese podido recurrir esa Parte;

b) Si el asunto no se resuelve a satisfacción de ambas Partes, bien en el marco de negociaciones bilaterales, bien en el de cualquier otro procedimiento al que hubiesen podido recurrir, a los seis meses de que el Estado destinatario haya recibido la primera comunicación cualquiera de los Estados tendrá derecho a someter de nuevo el asunto al Comité mediante notificación dirigida al Comité y a la otra Parte;

c) El Comité conocerá de todo asunto que se le someta en virtud del párrafo 2 del presente artículo después de haberse cerciorado de que en el asunto se han interpuesto y agotado todos los recursos establecidos por la jurisdicción interna, de conformidad con los principios del derecho internacional generalmente admitidos. No se aplicará esta regla cuando la tramitación del recurso se prolongue injustificadamente.

2. El Comité celebrará sus sesiones a puerta cerrada al examinar las denuncias previstas en el presente artículo.

3. En todo asunto que se le someta, el Comité podrá pedir a las Partes de que se trate que faciliten cualquier otra información pertinente.

4. Cuando el Comité entienda en cualquier asunto derivado del presente artículo, las Partes de que se trate tendrán derecho a enviar un representante, que participará sin derecho a voto en los trabajos del Comité mientras se examine el asunto.

Artículo 35 **Comisión de Conciliación**

1. a) Cuando un asunto sometido al Comité con arreglo al artículo 33 no se resuelva a satisfacción de los Estados partes de que se trate, el Comité, con el previo consentimiento de esos Estados partes, podrá designar una Comisión Especial de Conciliación (denominada en lo sucesivo, la Comisión), que estará integrada por cinco personas, que podrán ser o no miembros del Comité. Los miembros de la Comisión serán designados con el consentimiento pleno y unánime de las partes en la controversia e interpondrán sus buenos oficios a favor de los Estados en litigio a fin de llegar a una solución amistosa del asunto sobre la base del respeto a la presente Convención.

b) Si, transcurridos tres meses, los Estados partes en la controversia no llegan a un acuerdo sobre la totalidad o parte de los miembros de la Comisión, el Comité procederá a elegir, de entre sus propios miembros, por voto secreto y por mayoría de dos tercios, a los miembros sobre los que no haya habido acuerdo entre los Estados partes en la controversia.

2. Los miembros de la Comisión desempeñarán sus funciones a título personal. No deberán ser nacionales de los Estados partes en la controversia, ni tampoco de un Estado que no sea parte en la presente Convención.

3. La Comisión elegirá su propio Presidente y aprobará su propio reglamento.

4. Las reuniones de la Comisión se celebrarán normalmente en la Sede de las Naciones Unidas o en cualquier otro lugar conveniente que la Comisión determine.

5. La secretaría prevista en el párrafo 3 del artículo 34 de la presente Convención prestará también servicios a la Comisión cuando una controversia entre Estados partes motive su establecimiento.

6. Los Estados partes en la controversia compartirán por igual todos los gastos de los miembros de la Comisión, de acuerdo con los presupuestos de gastos preparados por el Secretario General de las Naciones Unidas.

7. El Secretario General estará facultado para, en caso necesario, sufragar los gastos en que incurran los miembros de la Comisión antes de su reembolso por los Estados partes en la controversia, con arreglo a lo dispuesto en el párrafo 6 del presente artículo.

8. La información que obtenga y coteje el Comité se pondrá a disposición de la Comisión, que podrá solicitar a los Estados interesados que faciliten cualquier otra información pertinente.

Artículo 36 **Informe de la Comisión de Conciliación**

1. Cuando la Comisión haya examinado íntegramente el asunto, preparará y presentará al Presidente del Comité un informe en el que figuren sus conclusiones sobre todas las cuestiones de hecho relevantes al litigio entre las partes y se formulen las recomendaciones que la Comisión considere oportunas para la solución amistosa de la controversia.

2. El Presidente del Comité transmitirá el informe de la Comisión a cada uno de los Estados partes en la controversia. Éstos tendrán un plazo de tres meses para notificar al Presidente del Comité si aceptan o no las recomendaciones formuladas en el informe de la Comisión.

3. Transcurrido el plazo previsto en el párrafo 2 del presente artículo, el Presidente del Comité remitirá el informe de la Comisión y las declaraciones de los Estados partes en la controversia a los demás Estados partes en la presente Convención.

Artículo 37 **Peticiones presentadas por particulares y grupos**

1. Todo Estado parte podrá declarar, en el momento de la ratificación o en cualquier momento con posterioridad a ésta, que reconoce la competencia del Comité para recibir y examinar las comunicaciones presentadas por personas que se encuentren bajo su jurisdicción, o en su nombre, en que afirmen ser víctimas de violaciones por este Estado parte de las disposiciones de la presente Convención. El Comité no admitirá ninguna comunicación relativa a un Estado parte que no haya formulado esa declaración.

2. El Comité declarará inadmisibles cualquier comunicación si:

- a) Es anónima;
- b) Constituye un abuso del derecho a presentar tales comunicaciones o es incompatible con las disposiciones de la presente Convención;
- c) El mismo asunto está siendo tratado en el marco de otro procedimiento internacional de investigación o solución de controversias de la misma naturaleza; o si
- d) Todos los recursos internos efectivos disponibles no han sido agotados. Esta regla no se aplicará si el recurso se prolonga por un periodo de tiempo no razonable.

3. Cuando el Comité considere que la comunicación se atiene a las condiciones establecidas en el párrafo 2 del presente artículo, la transmitirá al Estado parte de que se trate y le solicitará que le proporcione, en un plazo que habrá de fijar el Comité, sus observaciones y comentarios.

4. En cualquier momento tras haber recibido una comunicación y antes de llegar a una decisión sobre el fondo, el Comité podrá presentar al Estado parte de que se trate, a los fines de su examen urgente, una solicitud en la que le pida que adopte las medidas cautelares que resulten oportunas para evitar ocasionar a la víctima o las víctimas de la presunta violación posibles lesiones irreparables. El Comité podrá ejercer esta potestad sin que ello suponga juicio alguno sobre la admisibilidad o el fondo de la comunicación.

5. El Comité celebrará sus sesiones a puerta cerrada cuando examine las comunicaciones previstas en el presente artículo. El Comité informará al autor de la comunicación sobre las respuestas proporcionadas por el Estado parte de que se trate. Cuando el Comité decida concluir las actuaciones del procedimiento, comunicará su dictamen al Estado parte y al autor de la comunicación.

Artículo 38 **Relación del Comité con otros órganos**

Con objeto de fomentar la aplicación efectiva de la Convención y alentar la cooperación internacional en la esfera abarcada por la Convención:

- a) Los organismos especializados y demás órganos de las Naciones Unidas tendrán derecho a estar representados en el examen de la aplicación de las disposiciones de la presente Convención que caigan en el ámbito de aplicación de su mandato. El Comité podrá invitar a los organismos especializados y otros órganos competentes que considere oportuno a que proporcionen asesoramiento técnico sobre la aplicación de la Convención

en las esferas que caen en el ámbito de aplicación de sus respectivos mandatos. El Comité podrá invitar a los organismos especializados y demás órganos de las Naciones Unidas a que presenten informes sobre la aplicación en las esferas comprendidas en el ámbito de sus actividades.

b) El Comité, en el desempeño de sus atribuciones, consultará, cuando lo estime oportuno, a otros organismos competentes creados en virtud de tratados internacionales de derechos humanos a fin de asegurar la coherencia de sus respectivas directrices de presentación de informes, sugerencias y recomendaciones generales y evitar la duplicación y la superposición de tareas en el desempeño de sus funciones.

c) El Comité, cuando proceda, podrá remitir a la Asamblea General, el Consejo de Seguridad y otros órganos de las Naciones Unidas, así como a sus respectivos comités especializados, todas las cuestiones urgentes y cuestiones jurídicas, y podrá pedir a la Asamblea General o el Consejo de Seguridad que, con arreglo a lo previsto en el artículo 96 de la Carta de las Naciones Unidas, soliciten de la Corte Internacional de Justicia opiniones consultivas sobre cualquier cuestión jurídica.

Artículo 39 **Informe del Comité**

Todos los años el Comité informará, por conducto del Secretario General, a la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre sus actividades y podrá formular nuevas sugerencias y recomendaciones de carácter general sobre la base del examen de los informes y la información recibida de los Estados partes. Estas sugerencias y recomendaciones de carácter general se comunicarán a la Asamblea General, junto con las observaciones de los Estados partes, si las hubiere.

Parte VI **Disposiciones finales**

Artículo 40 **Firma**

La presente Convención estará abierta a la firma de todos los Estados Miembros y las organizaciones intergubernamentales en la Sede de las Naciones Unidas, en Nueva York, a partir del [...].

Artículo 41 **Consentimiento en obligarse**

1. La presente Convención estará sujeta a la ratificación o adhesión de los Estados signatarios y a la confirmación oficial de las organizaciones intergubernamentales signatarias. Estará abierta a la adhesión de cualquier Estado u organización intergubernamental que no haya firmado la Convención.

2. Las EMSP y sus asociaciones profesionales, así como otras entidades no estatales, podrán comunicar por escrito al Secretario General de las Naciones Unidas su apoyo a la presente Convención.

Artículo 42 **Organizaciones intergubernamentales**

1. Las organizaciones intergubernamentales declararán, en sus instrumentos de confirmación o adhesión oficial, su grado de competencia con respecto a las cuestiones regidas por la presente Convención. Posteriormente, informarán al depositario de toda modificación sustancial de su grado de competencia.
2. A los efectos de la presente Convención las referencias a los "Estados partes" serán aplicables a esas organizaciones dentro de los límites de su competencia.
3. Las organizaciones intergubernamentales, en asuntos de su competencia, podrán ejercer su derecho de voto en la reunión de los Estados partes.

Artículo 43 **Entrada en vigor**

1. La presente Convención entrará en vigor el [...] día después de la fecha en que se haya depositado el [...] instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión. A los efectos del presente párrafo, todo instrumento que deposite una organización intergubernamental no se considerará adicional a los depositados por los Estados miembros de esa organización.
2. En el caso de los Estados u organizaciones intergubernamentales que ratifiquen, acepten o aprueben la presente Convención o se adhieran a ella después de haberse depositado el [...] instrumento de ratificación, aceptación, aprobación o adhesión, la presente Convención entrará en vigor el trigésimo día después de la fecha en que el Estado u organización haya depositado el instrumento pertinente.

Artículo 44 **Enmienda**

1. Cuando hayan transcurrido tres años desde la entrada en vigor de la presente Convención, los Estados partes podrán proponer enmiendas y transmitir las al Secretario General de las Naciones Unidas, quien acto seguido comunicará toda enmienda propuesta a los Estados partes y a la Conferencia de los Estados Partes en la Convención para que la examinen y adopten una decisión sobre la propuesta. La Conferencia de los Estados Partes hará todo lo posible por consensuar cada enmienda. Cuando se hayan agotado todas las posibilidades de consenso y no se haya llegado a un acuerdo, la aprobación de la enmienda exigirá, en última instancia, una mayoría de dos tercios de los Estados partes presentes y votantes en la reunión de la Conferencia de los Estados Partes.
2. Las organizaciones internacionales de carácter regional, en asuntos de su competencia, ejercerán su derecho de voto con arreglo al presente artículo con un número de votos igual al número de sus Estados miembros que sean partes en la presente Convención. Esas organizaciones no ejercerán su derecho de voto si sus Estados miembros ejercen el suyo y viceversa.
3. Toda enmienda aprobada de conformidad con el párrafo 1 del presente artículo estará sujeta a ratificación, aceptación o aprobación por los Estados partes.
4. Toda enmienda aprobada de conformidad con el párrafo 1 del presente artículo entrará en vigor en lo que concierne a un Estado parte noventa días después de la

fecha en que éste entregue en depósito al Secretario General de las Naciones Unidas un instrumento de ratificación, aceptación o aprobación de esa enmienda.

5. Cuando una enmienda entre en vigor, será vinculante para los Estados partes que hayan expresado su consentimiento en obligarse. Los demás Estados partes seguirán estando sujetos a las disposiciones de la presente Convención, así como a cualquier otra enmienda anterior que hubiesen ratificado, aceptado o aprobado.

Artículo 45 **Denuncia**

Los Estados partes podrán denunciar la presente Convención mediante notificación escrita dirigida al Secretario General de las Naciones Unidas. La denuncia surtirá efecto un año después de la fecha en que el Secretario General haya recibido la notificación.

Artículo 46 **Reservas**

1. No se permitirán reservas incompatibles con el objeto y el propósito de la presente Convención.
2. Las reservas podrán ser retiradas en cualquier momento.

Artículo 47 **Conferencia de los Estados Partes**

1. Los Estados partes y otras partes en la Convención se reunirán periódicamente en una Conferencia de los Estados Partes, a fin de examinar todo asunto relativo a la aplicación de la presente Convención.
2. El Secretario General de las Naciones Unidas convocará la Conferencia de los Estados Partes en un plazo que no superará los seis meses contados a partir de la entrada en vigor de la presente Convención. El Secretario General convocará las reuniones posteriores cada dos años o cuando lo decida la Conferencia de los Estados Partes.

Artículo 48 **Depositario**

El Secretario General de las Naciones Unidas será el depositario de la presente Convención.

Artículo 49 **Idiomas**

Los textos en árabe, chino, español, francés, inglés y ruso de la presente Convención serán igualmente auténticos.

EN TESTIMONIO DE LO CUAL, los plenipotenciarios abajo firmantes, debidamente autorizados por sus respectivos gobiernos, firman la presente Convención.